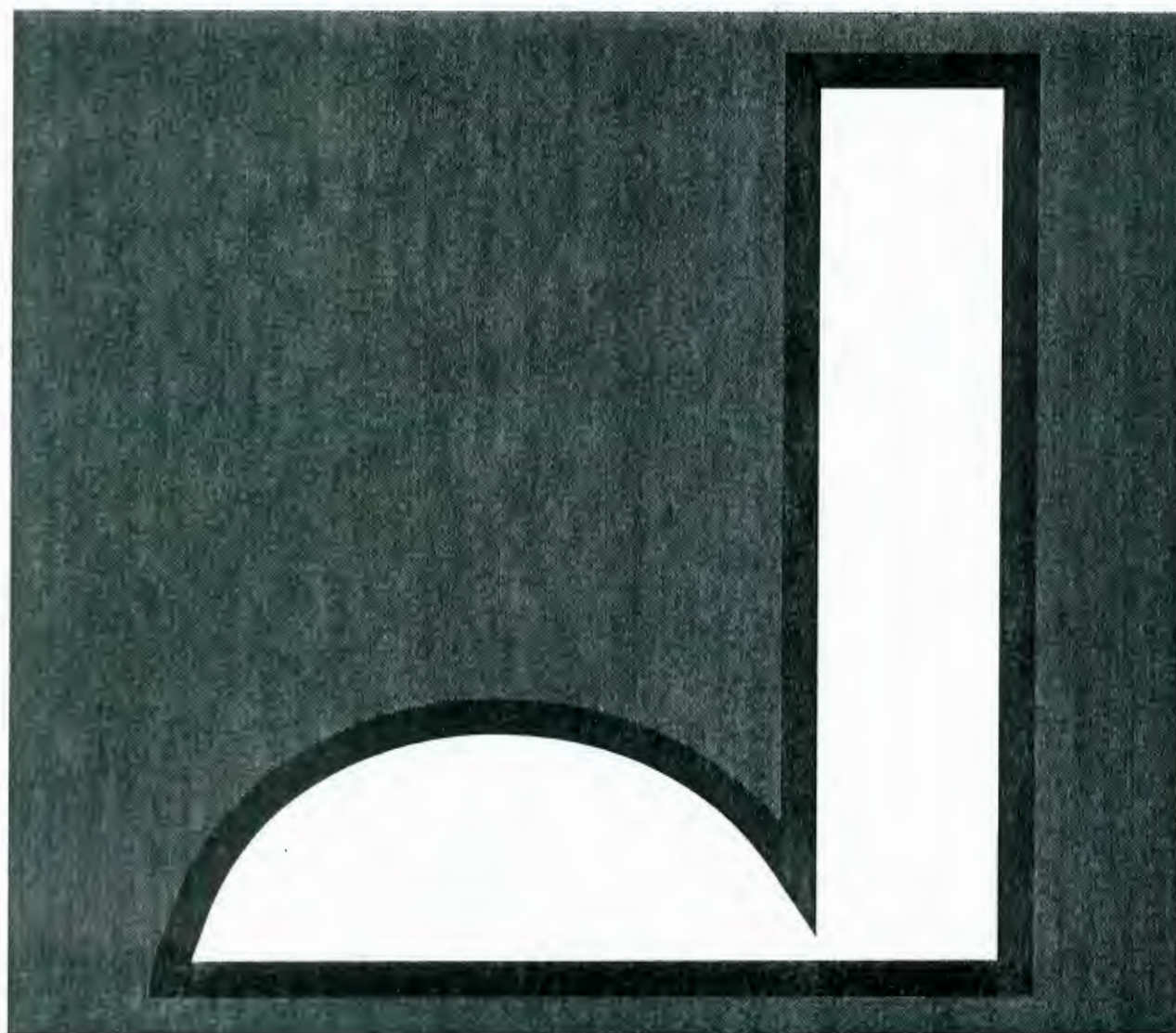


EXEMPLAR ÚNICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP. AO Nº 032 - SEXTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

Renan Calheiros – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – BLOCO – PT – AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB – MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL – PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB – MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL – DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário

1º Serys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT

2º Papaleo Paes – PMDB – AP

3º Alvaro Dias – PSDB – PR

4º Aelton Freitas – MG

LIDERANÇAS**LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22****LÍDER**

Ney Suassuna

Vice-Líderes

Maguito Vilela

Hélio Costa

Luiz Otávio

Gerson Camata

Leomar Quintanilha

João Batista Motta

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22

PT – 13 / PSB – 2

PTB – 3 / PL – 3

PPS – 1

LÍDER – BLOCO

Delcídio Amaral – PT

LÍDER – PT – 13

Delcídio Amaral

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT

Ana Júlia Carepa – PT

Flávio Arns – PT

Fátima Cleide – PT

LÍDER – PSB – 2

João Capiberibe

Vice-Líder – PSB

(vago)

LÍDER – PTB – 3

Mozarildo Cavalcanti

Vice-Líder – PTB

Sérgio Zambiasi

LÍDER – PL – 3

Marcelo Crivella

Vice-Líder – PL

Aelton Freitas

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31

PFL – 18 / PSDB – 13

Sérgio Guerra – PSDB

Vice-Líderes

Tasso Jereissati – PSDB

César Borges – PFL

Eduardo Azeredo – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 18

José Agripino

Vice-Líderes – PFL

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

Maria do Carmo Alves

Romeo Tuma

João Ribeiro

LÍDER – PSDB – 13

Arthur Virgílio

Vice-Líderes – PSDB

Antero Paes de Barros

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

Alvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 4**LÍDER**

Osmar Dias

Vice-Líder

(vago)

LIDERANÇA DO GOVERNO**LÍDER**

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Ideli Salvatti – PT

Maguito Vilela – PMDB

Romero Jucá – PMDB

Fernando Bezerra – PTB

Patrícia Saboya Gomes – PPS

Marcelo Crivella – PL

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ronald Cavalcante Gonçalves

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATAS DE COMISSÕES			
1.1 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle			
1ª Reunião (Instalação) da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 22 de fevereiro de 2005	2	2ª Reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2005 (2ª parte).....	42
2ª Reunião (Ordinária), realizada em 1º de março de 2005.....	3	3ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2005.....	89
3ª Reunião (Ordinária), realizada em 08 de março de 2005.....	10	4ª Reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2005.....	93
5ª Reunião, realizada em 29 de março de 2005.....	14	5ª Reunião, realizada em 02 de março de 2005.....	119
1.2 – Comissão Externa criada pelo Ato nº 08, de 2005, do Presidente do Senado Federal, com o objetivo de acompanhar as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal relatório circunstanciado sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang		6ª Reunião, realizada em 08 de março de 2005.....	123
1ª Reunião (Instalação), realizada em 17 de fevereiro de 2005.....	16	7ª Reunião, realizada em 09 de março de 2005.....	153
2ª Reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2005 (1ª parte).....	29	8ª Reunião, realizada em 15 de março de 2005.....	175
		9ª Reunião, realizada em 23 de março de 2005.....	176
		10ª Reunião, realizada em 29 de março de 2005.....	179
		11ª Reunião, realizada em 30 de março de 2005.....	186
		12ª Reunião, realizada em 30 de março de 2005.....	187

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Ata da 1ª Reunião, de instalação, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de fevereiro de 2005, às 12:45 horas.

Às doze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, JOÃO RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, IDELI SALVATTI, LEONEL PAVAN e VALMIR AMARAL**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores **ANA JÚLIA CAREPA** e **VALDIR RAUPP** para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador **LEOMAR QUINTANILHA** e para Vice-Presidente: Senador **JONAS PINHEIRO**, ambos com treze votos. São declarados eleitos o Senador **LEOMAR QUINTANILHA** e o Senador **JONAS PINHEIRO**, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO
DO DIA 22-2-2003**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna – PMDB-PB) – Há número regimental. Vamos dar início à reunião em que iremos ler o nome da nova Comissão e faremos a eleição para a nova Presidência.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente o Senador Leomar Quintanilha, indica-

do pelo seu Partido; e, para Vice-Presidente, o Senador Jonas Pinheiro, também indicado pelo seu Partido.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal que eu passarei a fazer. Mas antes, eu queria informar aos Srs. Senadores que houve uma modificação no nome e no objetivo desta Comissão. Ela passará a ser chamada de Comissão de Fiscalização e Controle, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Então, os trabalhos serão muito mais amplos.

Eu auguro, aqui, que V. Exª tenha duas Subcomissões, uma de Direitos Humanos e outra de Defesa do Consumidor, além dos objetivos iniciais da Comissão, que era de Fiscalização e Controle. Com certeza, será realmente uma Comissão muito ativa.

Vamos começar chamando...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, somente para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna – PMDB-PB) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O Senador Leomar Quintanilha é do PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna – PMDB-PB) – PMDB. É indicado pelo PMDB. O indicado a Vice, aqui, é do PFL. Temos o Senador Leomar Quintanilha. O Senador Jonas Pinheiro é indicado pelo PFL.

Então, vamos fazer a chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Peço aos nobres Senadores Valdir Raupp e Ana Júlia Carepa que, por gentileza, façam o escrutínio. *(Pausa.)*

Foram eleitos, por unanimidade, com treze votos “Sim”.

(Palmas.)

Passo a Presidência ao nobre Senador Leomar Quintanilha. Convindo, também, o Vice-Presidente para comparecer à mesa. E, ao mesmo tempo em que passo a Presidência, desejo agradecer aos funcionários desta Comissão e ao seu Secretário todo o apoio que me deram em todos esses dois anos. Foram anos de muito trabalho, esta Comissão cumpriu com seu papel.

Agora, passo a Presidência ao Senador Leomar Quintanilha, desejando a S. Exª o maior sucesso possível, ainda mais que esta Comissão, agora, se fortalece com novos objetivos.

Parabenizo os eleitos e, ao mesmo tempo, desejo-lhes o maior sucesso. Que Deus os proteja.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PMDB-TO) – Preliminarmente, quero agradecer a manifestação de confiança dos eminentes Colegas ao escolherem o nosso nome e do eminente Senador Jonas Pinheiro para

conduzir os destinos de tão importante Comissão desta Casa, que amplia, sobremodo, sua responsabilidade quando aumenta também suas atribuições para questões de forte apelo popular, que são as questões relacionadas aos direitos humanos e aos direitos do consumidor. Portanto, a Comissão passa a ter a denominação de Comissão de Fiscalização, Controle, Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. Nota-se, desta forma, que deposita a Casa nesta Comissão uma confiança enorme sobre questões candentes e de vasto interesse da população brasileira e do próprio País.

Renovo, assim, o agradecimento aos nobres Colegas pela aprovação e confiança que depositam em meu nome e no do eminente Senador Jonas Pinheiro na condução dos destinos desta Comissão.

Quero, na oportunidade, também cumprimentar o eminente Presidente Ney Suassuna, agora Líder do nosso Partido no Senado, pela desenvoltura, competência e racionalidade que deu aos trabalhos desta Comissão durante o período em que a dirigiu, trazendo a ela importância e a esta Casa a busca contínua da solução dos problemas que afligem a população brasileira.

Destarte, Senador Ney Suassuna, é com alegria que o sucedemos, convictos de que nos deixa seus trabalhos com a consciência do dever cumprido. Afirmando que, sobretudo, V. Exª nos deixou uma esteira de trabalho profícuo nas boas realizações desta Comissão. Assim sendo, esperamos continuar – eu próprio, o Senador Jonas Pinheiro e os eminentes membros desta Comissão – o prosseguimento dessa trilha que V. Exª tão bem talhou para esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h54min.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de março de 2005, às 11:30 horas.

Às treze horas e dois minutos do dia primeiro de março de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambien-

te, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, JOÃO RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, ÁLVARO DIAS, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, IDELI SALVATTI, AUGUSTO BOTELHO e LEONEL PAVAN**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É registrada a presença do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **RENAN CALHEIROS**, que enaltece as novas atribuições desta Comissão. Em seguida, usam da palavra os Senadores **FLEXA RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e ARTHUR VIRGÍLIO** com a finalidade de cumprimentar a visita que faz o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **RENAN CALHEIROS** à Comissão. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte pauta: **ITEM 01) REQUERIMENTO Nº 01, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, que sejam convidados para participarem de Audiência Pública nesta Comissão os senhores Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, Oswaldo Moraes, Diretor Geral do Procon de Brasília e Sevirfredo Paz, Coordenador Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, com a finalidade de discorrerem sobre a nova atribuição desta Comissão, que passa a opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.” **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 02) REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, seja o Tribunal de Contas da União oficiado a informar a esta Comissão se foram ou não concluídas as tomadas de contas especiais determinadas por aquela Corte relativamente ao Município de Bacabal, decorrentes de investigações realizadas em razão da PFS 02/2003, bem como informações sobre as razões de eventual atraso na conclusão dos processos de tomada de contas especial”. **Autoria:** Senadores **NEY SUASSUNA e JOÃO ALBERTO SOUZA**. **Resultado: Aprovado;** **ITEM 03) PROPOSTA DE ATO Nº , DE 2005-CMA**, que “encaminha para o arquivo os avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, em vista do fato de não haver qualquer poder revisional da Comissão sobre as matérias, na forma anexa”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Adiado** **ITEM 04) PROPOSTA DE ATO Nº , DE 2005-CMA**, que “estabelece normas sobre o encaminhamento de matérias do Tribunal de Contas da União a esta Comissão, na forma

anexa.” Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Adiado. Extra pauta**, são apresentados: **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, que seja convidada para participar de Audiência Pública nesta Comissão a Ministra do Meio Ambiente, Sra. MARINA SILVA, com a finalidade de tratar dos assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, de acordo com as novas atribuições desta Comissão.” **Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as Obras Inacabadas e/ou Suspensas que tenham recebido recursos da União, criada através do Requerimento nº 23, de 2003-CFC, de autoria do Senador Ney Suassuna” **Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 1º-3-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da terceira Sessão Legislativa ordinária da quinquagésima terceira Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Naturalmente estamos enfrentando a dificuldade de ajuste do horário de funcionamento das Comissões, de vez que os eminentes Srs. Senadores integram simultaneamente várias Comissões, cujo horário de funcionamento têm criado essa dificuldade para que possamos desenvolver os nossos trabalhos.

Vamos tentar realizá-la, já com mais de hora de atraso de funcionamento desta reunião, e buscar ajustar à demanda existente no Senado para que cada Comissão cumpra os seus objetivos, alcancem seus objetivos, podendo cada Senador debater e discutir à exaustão as questões que forem pertinentes a cada uma das Comissões. Foram criadas mais duas Comissões também importantes, como são importantes as Comissões existentes, o que compromete ainda mais o tempo de que dispúnhamos.

Por outro lado, verificamos também que algumas das Comissões instaladas têm muito a ver com os objetivos e os propósitos desta Comissão. A Comissão de Desenvolvimento Regional tem muito a ver notadamente com as questões ligadas ao meio ambiente. A Comissão de Agricultura também tem muito a ver com as questões relacionadas com o meio ambiente, e são duas ações que foram inseridas nas atribuições desta Comissão, de muito relevo, de forte apelo e, seguramente, vão demandar muito trabalho dos Srs. Senadores. Também as questões relacionadas à defesa do consumidor que estarão, como as demais ações, a exigir um empenho, uma dedicação grande, com qual espero poder contar com esse empenho, com essa dedicação, com esse esforço de cada um dos Srs. Senadores.

Distribuímos, preliminarmente, o que seria a pauta para esta reunião. Acho que os Srs. Senadores tomaram conhecimento dela, e eu falaria rapidamente a respeito de cada uma das questões.

O Item nº1 seria exatamente para melhorar o conhecimento e melhorar o nível de informação que os membros desta Comissão poderiam ter com relação às novas atribuições desta Comissão. E convidaríamos para, numa audiência pública, estarem presentes nesta Comissão representantes do Ministério da Justiça e pessoas ligadas diretamente à Defesa do Consumidor, para numa exposição e num debate público nos colocarem a par do que está ocorrendo, quais ações estão sendo levadas a termo nessa área nova da Comissão, que é a da Defesa do Consumidor.

Embora não esteja na pauta, eu gostaria de sugerir verbalmente aos eminentes Srs. Senadores que convidássemos a Ministra Marina Silva que, além de ser Senadora, colega nossa de trabalho, dirige um dos mais importantes Ministérios do atual Governo e conduz as ações relacionadas ao meio ambiente e, conseqüentemente, tem esse envolvimento muito grande com o desenvolvimento sustentado do País, o que seguramente será objeto de forte discussão nesta Comissão. Gostaria de submeter, juntamente com este primeiro requerimento, o requerimento de convite à Ministra Marina Silva de aqui comparecer.

O outro requerimento é o Item 2 da pauta. Colocaríamos, então, em discussão esse Item nº1 sobre o requerimento de convite.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quantas pessoas mencionadas?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o eminente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quantas autoridades viriam, então, fazer o seu depoimento

neste primeiro requerimento. Seriam os Srs. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; Oswaldo Moraes, Diretor-Geral do Procon e Servifredo Paz, Coordenador Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Idec, além da SRA.. Ministra Marina Silva – são quatro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente, a idéia seria a de estabelecer, nesse primeiro momento, esses três que fariam sobre a Defesa do Consumidor e para a Ministra Marina Silva, nós marcaríamos uma outra data. Seria um outro requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está certo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra para discutir a Proposta apresentada no Item nº 1, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo convite a que já me referi, seria o da presença da Ministra Marina Silva para colocar a Comissão a par das questões que o seu Ministério vem conduzindo.

Em discussão o requerimento apresentado.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica aprovado o convite à Srª Ministra Marina Silva para, em comparecendo a esta Comissão, trazer as informações e os subsídios necessários aos nossos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para uma questão de ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu também gostaria de propor um requerimento. Esta questão do meio ambiente é da maior importância para a Nação brasileira e, principalmente, para nós da Amazônia. Tenho convicção e consciência de que nós, da Amazônia, temos um futuro incerto e esse futuro passa por uma ação que começa agora. Se nós não tomarmos uma posição agora, não sei o que poderá acontecer no futuro que é longo – não é

curto e nem de médio prazo mas vai acontecer com absoluta certeza.

Nós temos um Projeto no Pará – Rondônia já fez isto, já fez o seu zoneamento econômico e ecológico. Alguns contestam esse zoneamento – alguns dizem que ele funciona, outros dizem que não funciona. Há uma contestação sobre isto e eu, também, gostaria de trazer aqui uma solicitação para que a Comissão abra um espaço para que o Governador do Pará traga – S. Exª apresentou, segunda-feira, na Assembléia Legislativa, o Projeto de Zoneamento Econômico e Ecológico Macro do Estado do Pará, porque só com esse zoneamento de cada Estado da Amazônia e da Amazônia como um todo, vamos poder conter e vamos poder desenvolver a Amazônia de uma forma equilibrada, sem depredação, sem atingir a Amazônia e trazendo aos amazonenses o desenvolvimento de que eles, também, são partícipes e não a qualidade de vida que hoje eles têm – sem água, sem esgoto, sem nenhuma qualidade de vida.

Eu, então, gostaria de trazer, aqui, ao Sr. Presidente, a proposta de que esta Comissão abra um espaço e numa data a vir a ser combinada com o Governador, para que S. Exª possa vir aqui trazer ao conhecimento dos membros da Comissão a Proposta que foi entregue à Assembléia Legislativa, que nossa Comissão possa discuti-la – aprová-la ou não – e também, tome conhecimento de seu conteúdo. A Ministra Marina Silva já tem conhecimento dela, e ela, sendo aprovada, irá ao Ministério do Meio Ambiente e depois, encampada pelo Governo Federal, e assim tornar-se um guia para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Era esta a nossa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Apenas sugeriria a V. Exª para que formalizasse o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O requerimento, então, é este, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 2.

É outro requerimento.

O nosso Presidente Renan Calheiros prestigiando aqui a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, que passou a ter nova uma nova denominação e ampliadas as suas atribuições, Sr. Presidente, graças à proposição apresentada por V. Exª à Comissão de Fiscalização e Controle, que já era uma Comissão importante, agora tem sua importância e nível de responsabilidade aumentados com as ações relacionadas à defesa do consumidor e, sobretudo, a questão do meio ambiente.

Quanto ao meio ambiente, o Senador Flexa Ribeiro já trazia à consideração da Comissão várias questões relacionadas a essa atribuição, que diz respeito, inclusive, ao desenvolvimento sustentado não só da Amazônia, mas também do próprio País, envolvendo as questões do meio ambiente e o desenvolvimento sustentado do País.

Portanto, a Comissão está agora muito mais fortalecida e com o grau de responsabilidade bastante ampliado com suas novas atribuições. E nós esperamos, dada a vontade, a experiência e o conhecimento dos eminentes Senadores que a integram, que haveremos de alcançar os objetivos que o Senado e o povo brasileiro esperam do nosso trabalho aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar para fazer, com a maior alegria, o registro da presença do Presidente da Casa, Renan Calheiros, a esta Comissão. Aliás, tem sido um costume a presença de S. Exª nas Comissões. Participou da instalação de algumas, de eleições e tem feito visitas a estas Comissões, o que vem a fortalecer muito as nossas atividades.

Portanto, louvo a iniciativa do Presidente de sair do Gabinete Presidencial e percorrer os caminhos do Senado como um igual a todos e vendo exatamente os acertos, as deficiências para nos ajudar a corrigi-las, enfim, participando desse dia-a-dia. Eu acho que essa é uma prática altamente salutar e, tenho certeza, ela terá uma repercussão positiva até mesmo para fazer com que os companheiros sejam mais assíduos nas suas obrigações em Comissões.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Senador Heráclito Fortes, dê-me um aparte, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em seguida à minha fala V. Exª pediria a palavra. Com o maior prazer eu lhe daria o aparte, mas é que faço uma questão de ordem.

Portanto, meu caro Presidente, a Comissão entra com o pé direito. Eu saúdo com muita alegria e com muita efusão a presença do Presidente Renan Calheiros neste recinto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª tem razão. Esse **modus operandi** da Presidência realmente vem dar, primeiro, uma demonstração já conhecida desse comportamento de solidariedade que o eminente Senador Renan Calheiros sempre teve na sua atuação na Casa. Não é por acaso que chegou à Presidência dela, exatamente por essa vontade permanente que

o move de ser solidário com os companheiros nas diversas gestões que são aqui desenvolvidas.

V. Exª observou muito bem e a Comissão se sente gratificada com a presença do eminente Senador e nosso Presidente Renan Calheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o eminente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, é só para fazer minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes e dizer que o Presidente Renan Calheiros faz um esforço hercúleo, é a juventude dele que faz com que ele consiga comparecer a todas as Comissões, o que não é fácil. Eu entendo o esforço que ele faz para prestigiar com a sua presença, com a presença da Presidência do Senado não só a instalação, uma vez que a instalação é um momento, mas a primeira reunião ordinária das Comissões.

Parabéns, Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – TO Leomar Quintanilha) – V. Exª lembra bem e eu gostaria de fazer um comentário para o Presidente Renan Calheiros. O Senado aumentou o seu compromisso e as suas ações com a criação de duas novas e importantes Comissões. Nisso há um complicador no horário de funcionamento. Nós estamos começando hoje com mais de uma hora de atraso esta reunião...

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não porque queremos, porque nós também integramos outras Comissões. Mas esperamos depois acertar com o Presidente uma forma de ajustar melhor o horário de funcionamento das Comissões para que todas possam alcançar os seus objetivos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, antes de o Presidente se pronunciar, eu queria também parabenizar a atitude do Presidente, que tem acompanhado a instalação de todas as Comissões, mas eu e o Renan já nos conhecemos de longa data. Em 1990, perdemos a eleição para o Governo dos nossos Estados. Eu perdi o Governo de Rondônia e ele, o Governo de Alagoas, mas nem por isso desanimamos. O Renan, com sua garra permanente, chegou agora a um dos postos mais altos da nossa República e, quiçá, chegará um dia à Presidência da República. Esse é o anseio do nosso Partido, o PMDB.

Parabenizo V. Exª pelo início dos trabalhos e faço uma sugestão quanto ao horário. Esta Comissão é muito importante e, portanto, não pode ser atropelada pelos horários de outras Comissões. Sugiro que

as reuniões sejam marcadas para as quartas-feiras, às 14 h e 30min. Sou membro da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que funciona às terças-feiras, às 14 h e 30 min. E parece-me que às quartas-feiras, às 14 h e 30 min, não há nenhuma Comissão em funcionamento.

Faço esta sugestão porque esta Comissão debaterá temas importantes que poderão tomar muito tempo, quem sabe durar horas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Gostaria apenas de fazer uma ponderação a V. Exª. Esta Comissão é uma das Comissões de repercussão, cujas ações devem ser as mais transparentes possíveis. Se as reuniões forem a partir das 14 h e 30 min, não serão televisionadas porque a prioridade é a transmissão da sessão plenária. Pondero no sentido de se encontrar um horário em que não haja esse conflito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos antecipar o funcionamento do plenário para as 14 horas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O plenário?

O SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – É a alteração que vamos anunciar hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, poderíamos sugerir que a reunião se iniciasse após a sessão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A exemplo da propositura do eminente Senador Valdir Raupp, vamos ouvir a opinião dos demais Senadores para encontrarmos o horário mais adequado para seu funcionamento.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, em tempo, eu gostaria de fazer uma ponderação sobre o comportamento, as atitudes e a maneira do nosso amigo Renan antes de ser Presidente do Senado. Há um ditado bem interiorano, de Minas Gerais, segundo o qual, pela maneira de conduzir as coisas, se ele fosse um boi carreiro, deveria chamar Jeitoso. Um abraço, Sr. Presidente. E boa-sorte.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, antes de V. Exª falar, gostaria de pedir uma autorização. Como disse o nosso Presidente, Senador Leomar Quintanilha, hoje está muito difícil porque há várias Comissões funcionando ao mesmo tempo e em algumas há assuntos complicados. Até me impediram para participar da reunião dos Líderes, sob a coordenação de V. Exª. Primeiro, quero saudá-lo. A política é feita de simbolismos, de gestos. É um gesto bonito o de V. Exª estar presente nas Comissões ouvindo as Srªs e os Srs. Senadores, marcando presença e mos-

trando uma atividade forte num ano importante, como o de 2005, para o nosso Governo.

Quero saudá-lo e, mais uma vez, destacar a importância da presença de V. Exª. Não tenho dúvida nenhuma de que temos um belo trabalho a realizar ao longo dos próximos dois anos, sob o comando de V. Exª. Conte conosco, com o PT e com os Partidos do Bloco de Apoio ao Governo.

Caro Senador Leomar Quintanilha, quero aproveitar para lhe desejar muito sucesso à frente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Acabei de sair da reunião da Comissão de Agricultura, outro passo importantíssimo do Presidente Renan Calheiros, porque a agricultura e a reforma agrária são temas fundamentais. Agora, esta Comissão abriga a fiscalização e controle, o meio ambiente e a defesa do consumidor. Já era mais do que nunca necessário que o Senado marcasse presença forte nos debates, especialmente com relação à defesa do consumidor e do meio ambiente.

Quero desejar a V. Exª muito sucesso e dizer que estou para ajudar, para apoiar e para ajudar no que for necessário. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado pelas considerações ao nosso trabalho.

Concedo a palavra ao eminente Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha, sinceramente, quero parabenizar V. Exª e todos que fazem parte desta Comissão, que, como todos disseram, já era muito importante e será muito mais a partir de agora.

Fiscalizar o Executivo é tarefa fundamental e insubstituível do Parlamento. É por isso que precisamos fortalecer esta Comissão e as demais para que elas possam cumprir verdadeiramente o seu papel.

Uma das coisas, como consequência, que considero prioritário mudar, é a Lei do Orçamento, que sequer pode ser considerada lei porque não tem caráter mandatório. É uma quase lei. Aproxima-se, verdadeiramente, de uma ficção.

Precisamos mudá-la para fortalecer o papel do Legislativo em todas as fases do Orçamento: na elaboração, na apreciação no Parlamento, na aprovação em si, no contingenciamento.

Não há absolutamente nenhum sentido, Senador Heráclito Fortes, em fazermos, ao sabor da improvisação, um Orçamento, em o apreciarmos e o aprovarmos, e, depois, ele receber um contingenciamento de 16,9 bilhões sem que seja por decreto e sem que o

Legislativo sequer participe dele ou seja, pelo menos, ouvido, sobretudo na fiscalização.

Lembro-me de um grande momento do Parlamento, quando os Senadores Carlos Wilson e Cassido Maldaner organizaram, dentro desta Comissão de Fiscalização e Controle, a Subcomissão de Obras Inacabadas. S. Ex^{as} caminharam por todo o País, levantando o cemitério de obras inacabadas, que é algo absurdo, que caracteriza um desperdício inominável e com o qual o País não pode mais conviver.

Temos de discutir tudo isso, assim como as prioridades e, sobretudo, a conclusão das obras inacabadas, em vez de priorizarmos o início de novos investimentos, quando muitos precisam ser concluídos.

Hoje, estamos designando uma Comissão Parlamentar Mista da qual fará parte, com muita honra para todos nós, o Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de, em 30 dias, propor mudanças no Orçamento da União.

Esta Comissão é muito mais ampla porque incorpora a competência do meio ambiente no momento em que nos preparamos para votar tudo o que diz respeito ao Protocolo de Kyoto. Eu mesmo mandei apurar, na Casa, tudo que tem vinculação com essa matéria para que possamos, juntamente com esta Comissão e contando com o espírito público de V. Ex^a, agilizar a matéria.

Outro ponto também fundamental e que passa a ser vertente desta Comissão é a defesa do consumidor. Na relação de consumo, o consumidor é muito vulnerável e precisa da proteção do Estado, da mesma forma que precisa da proteção desta Comissão do Senado Federal.

Todos se recordam de que, quando fui Ministro da Justiça, trabalhei para dar visibilidade à defesa do consumidor. O nosso Código de Defesa do Consumidor é respeitado no mundo todo, mas para que seja mais respeitado é preciso que seja mais aplicado. Sem dúvida alguma, esta Comissão trabalhará para que esse Código seja praticado, para que, assim sendo, possamos fazer a defesa do consumidor, que é necessária porque, na relação de consumo, ele sempre perde.

Desse modo, fiz questão de vir aqui para, com a minha presença, dizer da satisfação que tenho em colaborar com o fortalecimento de cada Comissão desta Casa e, especialmente, desta Comissão, que será também um pouco a minha Comissão. Quando puder, estarei presente para exatamente colaborar com esse estímulo a mais de que esta Comissão precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço, em meu nome e dos eminentes Senadores que integram esta Comissão, a presença de V.

Ex^a, sempre muito importante e solidária. Cumprimento-o, mais uma vez, pela reformulação das atribuições das Comissões Temáticas da Casa com uma ampliação extremamente positiva que sua gestão imprime aos trabalhos do Senado Federal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, vou lhe conceder a palavra antes do Senador Arthur Virgílio, que se inscreveu primeiro de que V. Ex^a, se S. Ex^a concordar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Como um *gentleman*, sei que S. Ex^a irá concordar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Como o Senador Arthur Virgílio concorda, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Desejo apenas fazer uma referência sobre o quanto é importante a presença do Presidente da Casa nas Comissões. Temos sentido realmente todo o apoio de S. Ex^a não só às novas Comissões, mas também às novas atribuições das Comissões já existentes, como esta Comissão, da qual passei a ser titular porque era uma suplente muito presente.

Sei que haverá muito mais trabalho para nós. Temos mais Comissões e, portanto, muito mais trabalho. Mas acredito que a vontade de resolver tantos problemas neste País nos dá responsabilidade. Isso é muito importante.

Gostaria de fazer o registro da importância do Presidente Senador Renan Calheiros nessas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos suspender os trabalhos um minuto para os membros da Comissão se despedirem do Presidente. (Pausa.)

Com a palavra o eminente Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu ia dizer o mesmo que aqui foi reportado pela Senadora Ana Júlia Carepa, com relação a esse gesto atento do Presidente Renan Calheiros, de frequentar as Comissões, de prestigiar a instalação de cada uma de maneira atenciosa, isso é muito bom, significa que a Mesa está acompanhando, com respeito e com expectativa positiva, o desempenho de cada direção de cada Comissão. Vim aqui como seu amigo pessoal, como seu colega de tanto tempo no Congresso Nacional e de tempos mais recentes aqui no Senado Federal, para lhe trazer o apoio da Bancada do PSDB para que V. Ex^a desempenhe seu melhor, possa fazer seu melhor. Sei que V. Ex^a haverá de mostrar, mais uma vez, competência e resultados

excelentes para o País. Procuramos colocar em sua Comissão Senadores do melhor nível, e os Senadores de minha Bancada, modéstia à parte, do PSDB, são Senadores de nível mais do que bom no campo moral, no campo intelectual, mas caprichamos muito especialmente aqui. Eu próprio fiz questão de ser membro titular, escolhi sua Comissão para que nela eu fosse membro titular, e acredito que temas muito relevantes como defesa do consumidor, ao lado da fiscalização, e temas como meio ambiente, ao lado da fiscalização, que não deixará de ser um carro-chefe, poderão muito bem, em complemento com a ação de outras Comissões, render excelentes frutos. Queria dizer que conte conosco, e a manifestação da Senadora Ana Júlia Carepa só mostra o grau de afinação que existe entre mim e S. Ex^a, uma barreira partidária infelizmente nos separando, mas veja que não combinamos nada e dissemos praticamente a mesma coisa aqui. Mas, falando sério, Sr. Presidente, muito sério, desejo-lhe felicidades no comando de uma Comissão que é importante para a democracia, relevante para o Senado Federal e significativa para o sentimento da Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Presidência agradece as considerações elogiosas que o eminente Senador Arthur Virgílio faz à sua pessoa e registra que essa participação do PSDB na Comissão é da maior importância, principalmente porque o que exercitamos aqui é a essência da atribuição do Parlamentar, que é a fiscalização e controle. E estou seguro de que não só a fiscalização e controle, mas também as atribuições ampliadas da Comissão, com a defesa do consumidor e do meio ambiente, vão nos permitir oferecer, através do debate, do acompanhamento das ações, uma contribuição muito grande ao País, nessa busca permanente que o País deve ter, de desenvolvimento, de melhoria da qualidade de vida de sua gente.

Estávamos, quando interrompidos pela visita do Presidente Renan Calheiros, discutindo os itens da pauta, e estaremos passando para o Item 2, que diz respeito a um requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna e João Alberto Souza.

Requer, nos termos regimentais, seja o Tribunal de Contas da União oficiado a informar a esta Comissão se foram ou não concluídas as tomadas de contas especiais determinadas por aquela Corte, relativamente ao Município de Bacabal, decorrentes de investigações realizadas em razão do PFS 2, de 2003, bem como informações sobre as razões de eventual atraso na conclusão dos processos de tomada de conta especial.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item 3 era uma proposta de nossa autoria, de encaminhamento ao Arquivo dos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, tendo em vista o volume, e relacionar alguns avisos de questões de maior relevo. Isso não ocorreria sem que a Comissão encaminhasse previamente aos eminentes Senadores a relação dos avisos para, caso algum Senador tivesse interesse em um ou mais avisos, ele fosse destacado dessa relação e discutido à medida que fosse apresentado. Mas eu mesmo quero propor a retirada deste item da pauta porque eu recebi uma ligação do eminente Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Adilson Motta, manifestando desejo de desenvolver um trabalho interativo com a Comissão e discutir sobre essa questão também. Então, seria mais prudente ouvirmos a manifestação do Tribunal e, aí sim, nós voltariamos ao tema, de forma que fica retirado da pauta o Item 3.

O Item 4 e o Item 3 tratam basicamente das mesmas questões. Eu proporia também a retirada do assunto até que nós tivéssemos o entendimento com o Ministro do Tribunal de Contas.

Passariamos, então, para o Item 5. O Item 5 seria para que deliberássemos sobre a manutenção ou a extinção das Subcomissões existentes na Comissão. Dentre elas, o secretário está trazendo a relação das Subcomissões existentes, nós temos aqui duas Subcomissões. Duas Subcomissões permanentes, uma destinada a fiscalizar as agências reguladoras e a outra Subcomissão de obras inacabadas. São duas Subcomissões permanentes. A sugestão que eu gostaria de apresentar, seria com relação à Subcomissão de Obras Inacabadas. A idéia seria de extinguir esta Subcomissão para que a Comissão, como um todo, tomasse conta desse tema que é um assunto muito importante, muito interessante. Não há um Estado onde não haja o desperdício do dinheiro público, onde um Senador, que representa o Estado, certamente identificará esta questão, e nas incursões nós teríamos a oportunidade de cada um dos membros da Comissão estar participando dessas incursões. Então, a sugestão é de que dessas Subcomissões permanentes, nós extinguiríamos a Subcomissão de Obras Inacabadas e manteríamos as outras Subcomissões Temporárias. A Subcomissão Temporária destinada a acompanhar o procedimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à Operação Pororoca. E a outra, também uma operação da polícia federal, nós estamos fazendo um acompanhamento paralelo, que é a chamada Operação Faroeste. Então, eu gostaria de propor a extinção da Subcomissão de Obras

Inacabadas e eu gostaria de submeter essa mudança à discussão dos eminentes membros.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com o propósito de buscarmos encontrar um horário de funcionamento mais adequado, espero contar com a participação dos eminentes membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 36 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de março de 2005, às 11:30 horas.

Às doze horas e seis minutos do dia oito de março de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, JOÃO RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL e JOSÉ JORGE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte pauta: **ITEM 01) PROPOSTA DE ATO Nº 01, DE 2005-CMA**, que “encaminha para o arquivo os avisos e diversos oriundos do Tribunal de Contas da União e outros órgãos governamentais, na forma anexa”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 02) PROPOSTA DE ATO Nº 02, DE 2005-CMA**, que “estabelece normas sobre o encaminhamento de matérias do Tribunal de Contas da

União a esta Comissão, na forma anexa.” **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado.** Usam da palavra, para discutir a matéria, os Senadores **GERSON CAMATA, ANA JÚLIA CAREPA e VALDIR RAUPP**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 8-3-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO). – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A SRA. Senadora e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Comissão não poderia deixar de iniciar os seus trabalhos nesta manhã sem registrar que se associa às diversas manifestações que acontecem hoje nesta Casa, no País, no mundo inteiro, na comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Há, particularmente, aqui, na Comissão e na Casa, razões de sobra para que comemoremos, com muita alegria e com muita ênfase, em razão da participação inteligente, efetiva, que traz uma contribuição inestimável para a busca de um mundo mais justo, mais fraterno, mais humano, que a mulher tem dado em todos os trabalhos que aqui são realizados. Queremos, então, de modo especial e particular, em nome da valorosa mulher brasileira, da valorosa mulher do mundo inteiro, homenagear a mulher que engrandece esta Comissão com a sua participação, com a sua inteligência, com o seu dedicação, com o seu esforço, que é a Senadora Ana Júlia Carepa. Então, receba, Senadora Ana Júlia Carepa, membro desta Comissão, as homenagens que a Mesa e a Comissão fazem às mulheres, às valorosas mulheres do Brasil, particularmente, em seu nome como um dos registros de reconhecimento da importância, cada vez maior, da participação da mulher na busca dessa vida, da vida de uma sociedade mais humana, mais fraterna, mais sensível, mais igualitária.

Com a palavra a nossa Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Agradeço, Senador, a homenagem, não por mim

apenas, mas por todas as mulheres, as funcionárias, por todas as mulheres deste Brasil, muitas anônimas, que estão contribuindo para termos um novo mundo. Acredito que um novo mundo é possível.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É verdade, Senadora. Há muitos países que ainda não se conscientizaram disso, principalmente o mundo árabe, onde vemos uma restrição muito grande à participação da mulher e não sabem eles o que estão perdendo com isso. A participação da mulher em igualdade de condições tem trazido ao mundo que reconheceu essa situação da mulher uma condição muito melhor, muito mais agradável, muito mais importante. Aliás, há uma passagem até interessante. Não tem nenhum companheiro gaúcho aqui? Seria mais interessante se estivessem aqui um companheiro gaúcho e um mineiro. Ouvi um comentário, nesta Casa, de um gaúcho muito valente, dizendo que lá no Rio Grande do Sul tudo era macho. O mineiro, quietinho, disse que em Minas a metade era homem e a metade era mulher, e eles estavam se dando muito bem.

Temos na pauta hoje apenas dois itens que, creio, poderemos passar por eles com uma certa facilidade. Lembrando que a Comissão está aberta à sugestão dos eminentes Srs. Senadores para que possamos encontrar um horário mais adequado para o funcionamento pleno desta Comissão. Em razão da concorrência e da coincidência de horário de funcionamento de outras importantes Comissões da Casa, a dificuldade que pesa sobre os ombros dos Srs. Senadores é muito grande e, como entendemos que é importante que as matérias trazidas à apreciação dos eminentes Senadores, membros desta Casa, sejam discutidas à larga, com profundidade, com propriedade, é importante que tenhamos um tempo adequado, em que possamos efetivamente mergulhar nessas questões que dizem respeito aos interesses maiores da brava gente brasileira e de todo o nosso País.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a inicie a pauta, estamos agora nesta Comissão com a responsabilidade também do Meio Ambiente e da Defesa do Consumidor, que talvez sejam atividades hoje muito mais importantes que o controle e fiscalização que também é importante. Mas, normalmente, aqui não se pode mudar uma decisão do Tribunal de Contas, pode-se apreciar, pode-se solicitar mais informações, mas essas duas atividades são muito importantes.

Acho que seria interessante se, por meio eletrônico ou qualquer outro meio, a Secretaria da Comissão já comunicasse aos Procons estaduais e municipais, pelo Brasil afora, que esta Comissão agora cuida também de Defesa do Consumidor.

Comunicasse as Procuradorias, porque a maioria dos Estados já têm a Procuradoria de Defesa do Consumidor. Também a esses Procuradores que esta Comissão exerce também a Ouvidoria Nacional sobre o Programa de Defesa do Consumidor.

E Meio Ambiente. Todos os Estados têm a Procuradoria do Meio Ambiente. São os Procuradores que cuidam de problema de poluição, todos os problemas ligados à violação do meio ambiente. Comunicar a eles que esta Comissão já está cuidando desses assuntos também.

Dentro disso, principalmente os Procons, o nosso Código de Defesa do Consumidor já está completando 18 anos. Ele precisa – já conversei um dia desses com um Procurador de Defesa do Consumidor –, atualizar a Legislação, porque entraram uns meios eletrônicos, as vendas por Internet. Todas essas coisas que mudaram muito e chegaram a ponto que o Código, com 18 anos, já não alcança mais, tornando-se insuficiente ou mesmo obsoleto em alguns itens.

Acho que seria interessante convidarmos alguns desses Procuradores, um ou dois, para virem a Brasília e sugerirem à Comissão alguns pontos da Legislação de Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente que já devam começar a ser objeto para estudo da Comissão no sentido de mudanças no Código de Defesa do Consumidor.

É muito interessante que se faça isso, sendo um grande trabalho que a Comissão vai fazer, em defesa dos consumidores brasileiros, que alimentam a máquina da indústria, a máquina da produção, a máquina do comércio e que, às vezes, têm seus interesses sonegados pela indústria e por todos eles.

Vi, há poucos dias, o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo verberando contra o aumento dos juros. Mas, às vezes, eles se esquecem que quando o Banco Central é obrigado a subir o juro é para evitar uma inflação de demanda e a inflação é provocada, quase sempre, pela indústria e comércio, que chega um pouquinho o preço para cima e obriga o Banco Central a segurar o juro. Se todos se contentassem em aumentar a produtividade e manter os preços, ou até deflacionar os preços, o Banco Central seria obrigado, no dia seguinte, a baixar os juros.

Então, a melhor contribuição que a Federação das Indústrias de São Paulo pode dar e todas as indústrias brasileiras para baixar os juros é exatamente aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, tentar baixar os preços, deflacionar os preços. Para não inflacionar, todos nós temos que dar a nossa contribuição. Se eu majorar meu preço e depois reclamar que o Banco Central aumentou os juros, não vai adiantar em nada. A base, quem fez isso fui eu.

Essas coisas todas, que não estão ainda no Código do Consumidor, devem ser estudadas, analisadas e então nele inseridas, junto com os problemas que surgem com a evolução da Internet. Então, o convite a alguns desses especialistas, a comunicação de que a Comissão está fazendo isso e ela pretende fazer, que mandem sugestões, porque vai fazer com que todo o Brasil sinta que aqui tem um órgão, no Senado Federal, que está interessado em ajudá-los no aprimoramento da Legislação e facilitar o trabalho desses organismos de Defesa do Consumidor e no Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem toda a razão quando lembra que à Comissão foram aduzidas duas novas atribuições da maior importância, principalmente essa questão relacionada à Defesa do Consumidor, de forte apelo popular. Tem V. Ex^a razão quando diz que precisamos examinar o arcabouço jurídico existente para ver se ele está compatível com os reclamos modernos da sociedade.

Só sugeriria...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite, V. Ex^a que é do ramo, por exemplo, dentro da linha de defesa do consumidor nós aprovamos aqui o Estatuto do Torcedor, que é o quê? A defesa do consumidor do espetáculo do futebol. E nós erramos num ponto, quando colocamos o sorteio dos juízes – V. Ex^a na época era contra o sorteio dos juízes –, não reconhece o mérito, é uma coisa boba. O bom juiz vai se equivaler ao outro que é relapso, que não lê a regra, não faz preparo físico, porque vai ser sorteio. E arbitragem no futebol brasileiro está piorando. Então, fizemos uma lei para piorar o futebol brasileiro. É um ponto, por exemplo, que tem que ser revisto, erramos. Quando erramos...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nesse particular, podemos tentar corrigir.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Só um exemplo, quanta coisa vai mudando, mas errando aprendemos como é que faz para acertar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Eu só esclareceria a V. Ex^a e aos demais eminentes membros desta Casa que já foi aprovado um requerimento convidando o dirigente do órgão do Procon local exatamente para comentar, com os membros desta Comissão, numa audiência pública, a respeito da atuação do sentimento que tem o próprio órgão com relação ao arcabouço jurídico existente.

Com relação à outra proposta apresentada por V. Ex^a, entendemos ser pertinente. Gostaríamos que só formalizasse o requerimento para já o aprovarmos ainda nesta reunião.

Já temos a convocação para os dirigentes do Procon e temos inclusive o nome do Diretor do Procon de Brasília, o Sr. Osvaldo Moraes, do Coordenador Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Idec, Sevirfredo Paes. Além deles, Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que virão trazer algumas informações e alguns subsídios para que possamos, principalmente nessa área de defesa do consumidor, começar a desenvolver os nossos trabalhos.

V. Ex^a lembra muito bem também uma questão de fundamental importância que é a relacionada ao meio ambiente. É claro que somos objeto de muita demanda com relação aos Planos de Desenvolvimentos Regionais, que estão encontrando dificuldades e barreiras na legislação ambiental hoje existente.

Naturalmente, ninguém em sã consciência quer, efetivamente, ser instrumento predatório do ambiente em que vivemos. É preciso que ajustemos a possibilidade de um desenvolvimento sustentado com a preservação ambiental. Sei que essas discussões também serão objeto de um debate bastante extenso, profundo e acalorado nesta Comissão.

Passamos à pauta.

Item 1:

É uma proposta que encaminha para o Arquivo avisos e diversos oriundos do Tribunal de Contas da União e outros órgãos governamentais, na forma anexa.

Na verdade, já tivemos até a antecipação de uma discussão preliminar com o próprio Presidente do Tribunal de Contas que, de forma muito elegante, visitou esta Comissão, já manifestando o interesse maior em estreitar o relacionamento do Tribunal com a Comissão, em razão, principalmente, da função de fiscalização e controle e para facilitar os nossos trabalhos.

Com isso, toda essa documentação que nos vinha sendo encaminhada, muitas vezes, aleatoriamente, pelo Tribunal de Contas da União, será feita agora de acordo com as regras que estamos propondo.

Como há um volume muito grande de documentos e notas, a idéia da Comissão é de elencar essa documentação e mandar, previamente, para os eminentes Srs. Senadores a proposta de arquivamento. Se algum Senador identificar dentre os itens elencados algum que pretenda discutir mais, é só fazer a propositura. A Comissão retira-o da pauta de arquivamento e nós o discutiremos na Comissão. Isso é só uma forma de racionalizar e facilitar os trabalhos desta Comissão com relação a esse tipo de documento.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 2:

É um item também relacionado ao entendimento com o Tribunal de Contas da União, que estabelece certas normas sobre o encaminhamento de matérias daquele órgão para esta Comissão. A idéia é de que até em 30 dias, após o encerramento das atividades do Tribunal, de cada mês, ou seja, o Tribunal encerrou as suas atividades de fevereiro, em 30 dias, no máximo, ele encaminha a esta Comissão um relatório das suas decisões.

Também ainda nessa linha, para regulamentar que, em 60 dias, após o encerramento de cada trimestre, remeta a esta Comissão em documento formal ou em meio magnético a seguinte listagem: todos os que se encontram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou em função de confiança na Administração Pública Federal por ato do Tribunal de Contas da União, com a indicação do nome, causa, período em que se encontra sujeito à medida, órgão ou ente da federação em que ocorreu o fato gerador da medida e o número do processo que a originou; de todos os que se encontram inabilitados por declaração de inidoneidade a participar como licitante na Administração Pública Federal, indicando nome, CNPJ ou CPF, período em que se encontra sujeito à medida, órgão ou ente da Federação em que ocorreu o fato gerador da medida e o número do processo que a originou; das matérias, de forma sucinta, que foram, no respectivo trimestre, objeto de remessa ao Ministério Público relativo aos casos em que houve dano ao Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou ainda desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis; dos atos administrativos sustados por ilegalidade no decorrer do trimestre, das comunicações efetuadas ao Congresso Nacional, durante o trimestre, sobre contratos irregulares visando sua sustação. Dos nomes dos responsáveis ocupantes de cargos ou funções públicas que tiveram contas julgados irregulares durante o trimestre por decisão irrecorrível, encaminhado ao Ministério Público Eleitoral, para efeito de inclusão em cadastro de inelegibilidade. Das solicitações da Advocacia-Geral da União. Da adoção das medidas necessárias ao arresto de bens dos responsáveis julgados em débito tomadas durante o trimestre. Dos afastamentos cautelares. Dos responsáveis no curso da instrução processual efetuada durante o trimestre. Das decretações cautelares de indisponibilidade dos bens dos responsáveis efetuadas durante o trimestre.

Das condenações de natureza financeira, aplicadas no respectivo trimestre, seja por multa, ressarcimento, desvio ou outros motivos, identificando os responsáveis, o órgão, a razão, de forma codificada e o valor de multa de ressarcimento de desvios e outros. Por último, daqueles que, ao final do trimestre, estejam em débito com a União em decorrência de condenações pelo Tribunal de Contas da União e cujo pagamento esteja pendente no último dia do trimestre, indicando o nome do devedor, valor atual do débito, data da imputação, número do processo e informações que lhes sejam fornecidas pela Advocacia-Geral da União.

As listagens acima devem ter conteúdo na forma de tabela e sempre que couber fazer referência à Unidade da Federação e Municípios envolvidos.

Essas são as questões em discussão hoje que trata do relacionamento desta Comissão com o Tribunal de Contas da União.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Aberta a discussão.

Com a palavra o eminente Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Primeiro, cumprimentos a V. Ex^a, que já abre a nova Presidência com essa maravilhosa intervenção. Quer dizer, o Tribunal tem que remeter, de três em três meses, o nome de todas as pessoas que prevaricaram e estão impedidas, conforme a lei, para o exercício de função pública, cargo comissionado, etc.

Então queria acrescentar uma sugestão. Durante o Brasil Colônia, havia a chamada pena vexatória. Não sou advogado, mas li sobre isso que é muito interessante. Essa pena foi depois abolida no Brasil. A pena vexatória era que aquela pessoa que tinha cometido uma infração tinha o nome dela afixado na porta do juízo, na porta da Prefeitura, na porta da repartição pública, para que ela sofresse o vexame de ver ali o nome dela na haste pública. Então vou sugerir que atrás da Mesa seja colocado um quadro e o nome dessas pessoas sejam colocadas ali para de vez em quando refrescar a memória, quem está impedido, quem não pode, quem prevaricou e o tempo em que está impedido, não pode ser candidato, para submetê-las pelo menos à pena vexatória, já que a maioria dessas pessoas dificilmente são atingidas por outras penalidades. Cumprimentos a V. Ex^a.

O que você acha, a pena vexatória, àqueles que já foram condenados?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Senador Gerson Camata vai apresentar o

requerimento a que se referiu no começo na outra reunião.

Em votação. (Pausa.)

Senadora Ana Julia Carepa.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Na verdade, eu só queria elogiar o trabalho, que sei que foi feito, o cuidado que foi feito, que V. Exª já falou com os técnicos do Tribunal de Contas, para facilitar e agilizar os nossos trabalhos, os novos procedimentos aqui desta Comissão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Exª, acho que está havendo uma dúvida aqui. Quando digo submeter à pena vexatória aquele que já foi condenado, já não tem mais recurso, quer dizer, não vamos submeter às vezes alguém, no pressuposto da inocência, à pena vexatória antes que ele seja transitado e julgado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Temos segurança de que a afirmação de V. Exª era exatamente a de resguardar do processo que fosse transitado e julgado. Não há como tomar qualquer atitude antes da decisão final.

Se ninguém mais deseja encaminhar à votação a proposição do Senador Gerson Camata, passemos à sua votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Item 2 da pauta.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa informa ao Plenário que já transcorreu o prazo de vista concedida sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2004, e que a matéria constará da próxima reunião.

Com a palavra o eminente Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com algumas atribuições que foram apresentadas aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, sobretudo na área de meio ambiente, alguns projetos que tramitavam em outras Comissões deveriam ser remetidos para esta Comissão. Eu perguntaria se isso já está sendo feito, se é uma decisão da Mesa do Senado ou se é da competência das próprias Comissões transferir esses projetos para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Creio que os Presidentes das Comissões a que estavam afetas as questões relacionadas à defesa do consumidor e ao meio ambiente, certamente, estarão providenciando a remessa para esta Comissão de

eventuais assuntos que ali estivessem sob apreciação dessas Comissões.

De qualquer maneira, providenciaremos um contato com os Presidentes das Comissões para, em havendo, procurar agilizar a transferência dessas matérias para esta Comissão..

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 29 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de março de 2005, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, SERYS SLHESARENKO, AUGUSTO BOTELHO e OSMAR DIAS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte pauta: **Item 01) Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003**, que “altera a Lei nº 8689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo” **Autoria:** Senador **TIÃO VIANA**. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Observação:** A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 02) Requerimento nº 06, de 2005-CMA**, que “requer nos termos das disposições contidas nos

arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, VII, da Constituição Federal, seja solicitado ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro ADYLSO MOTA, a remessa de cópia de auditoria, estudo, relatório, parecer ou qualquer outro tipo de documento relacionado à regulação da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), cobrada pela Eletrobrás das concessionárias de energia elétrica, em particular os pertinentes à auditoria objeto do Processo nº 013.237/2004-1.” **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. Resultado: **APROVADO. Item 03) Requerimento nº 07, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer ao Plenário desta Comissão o Senhor JORGE CAETANO JÚNIOR, Diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita em Paris, França, na presença de cientistas e autoridades da OIE, de que “o Estado do Pará desenvolvia um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na vigilância sanitária, na estrutura dos serviços veterinários, e que a auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do Estado para certificação internacional livre de febre aftosa, com vacinação”. **Autoria:** Senador **LUIZ OTÁVIO**. Resultado: **APROVADO. Observação:** O Plenário aprova a sugestão do Senador **AELTON FREITAS**, pela realização de reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para ouvir os convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 29-3-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 52ª Legislatura.

Proponho aos eminentes Srs. Senadores a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovada.

A nossa pauta é composta por três itens. Temos, contudo, a solicitação do eminente Relator, Senador Flexa Ribeiro, do Item 1, no sentido de, por não estar presente, retirar de pauta este item, para que S. Exª possa pessoalmente relatar o processo.

Consultamos o plenário se concorda com a proposta de retirada de pauta do Item 1, feita pelo eminente Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão.

Aprovada.

Item 2: requerimento do eminente Senador Valdir Raupp solicitando ao Tribunal de Contas da União a remessa de cópia de auditoria, estudo, relatório, parecer ou outro tipo de documento relacionado à regulação de conta consumo de combustíveis fósseis que deve ser apresentada pela Eletrobrás.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos para o Item 3: requerimento do eminente Senador Luiz Otávio. Requer seja convidado a comparecer ao plenário desta Comissão o Sr. Jorge Caetano Júnior, Diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita em Paris, França, na presença de cientistas e autoridades da OIE, de que o Estado do Pará desenvolvia um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na Vigilância Sanitária, na estrutura dos serviços veterinários, e que a auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do Estado para a certificação internacional livre da febre aftosa, com vacinação.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Aprovado.

Deveremos convidar, então, o Diretor da Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Jorge Caetano, para prestar os esclarecimentos solicitados pelo eminente Senador Luiz Otávio, nesse esforço que o Estado do Pará faz para alcançar o status de Estado livre de aftosa, com vacinação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, só queria fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Esse requerimento valeria muito mais para a Comissão da Agricultura, que está afeta a essa área. Evidentemente, a Assessoria poderá dar melhores explicações a esse respeito, mas esse assunto é vinculado ao Ministério da Agricultura. Inclusive esse Dr. Jorge é elemento daquele Ministério.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como complemento ao Senador, ou pelo menos numa reunião conjunta, porque está afeto diretamente à Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Nós poderíamos apresentar a proposta da reunião conjunta, porque também é de competência desta Comissão atender às reclamações, principalmente quando pertinentes a ações do Poder Executivo.

De forma que acrescentaremos ao requerimento apresentado pelo eminente Senador Luiz Otávio a solicitação do Senador Aelton de Freitas, para realizar esse encontro conjuntamente.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h27min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO
SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO
DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

**Ata da 1ª Reunião (Instalação) Realizada em
17/02/2005**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Eduardo Suplicy e ainda com as presenças dos Senadores, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres e Sibá Machado membros, reúne-se a COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO

SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG. O Presidente declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, na qual deverão ser eleitos o Presidente e Vice-Presidente da mesma. A Presidência teceu breve comentário sobre a importância dessa Comissão enfatizando que fez, recentemente, parte da comitiva que foi ao Estado do Pará, representando esta Casa Legislativa. Franqueada a palavra, a Senadora Fátima Cleide sugere a indicação da Senadora Ana Júlia Carepa como Presidente da Comissão, o Senador Flexa Ribeiro sugere que as investigações não sejam só voltadas para o caso da Missionária Dorothy Stang, mas no âmbito de outras mortes, apesar de considerar objeto relevante a Senadora Ana Júlia solicita a suspensão dos trabalhos para que seja apresentada uma proposta de calendário dos trabalhos. A presidência suspende a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos, a presidência solicita que sejam distribuídas as cédulas de votação e convida para funcionarem como escrutinadores a Senadora Fátima Cleide e o Senador Sibá Machado. Realizada a apuração, o número de votos coincidiu com o número de votantes presentes no momento e apresentou o seguinte resultado: com 6 (seis) votos foi eleita Presidente a Senadora Ana Júlia Carepa e com 5 (cinco) votos para Vice-Presidente o Senador Flexa Ribeiro, sendo que houve 1 (um) voto para o Senador Luiz Otávio. A Presidência os declara eleitos e empossados. A Senadora Ana Júlia Carepa assume a presidência e agradecendo a honra que lhe foi conferida designa o Senador Demóstenes Torres para funcionar como Relator da Comissão. A seguir, passa-se a leitura da proposta de roteiro dos trabalhos. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy sugere que algumas audiências sejam realizadas em Brasília com datas a serem acordadas pelos demais membros. O Senador Demóstenes Torres agradece a indicação e discorre sobre o roteiro de investigações, sugerindo o nome do Promotor Tito Souza Amaral para integrar a equipe técnica que vai assessorar os membros desta Comissão. Com a palavra o Senador Sibá Machado, informa que a CPMI da Terra pode auxiliar com a documentação existente no acervo daquela comissão. O Senador Eduardo Suplicy, sugere que seja convidado o Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário. O Senador Flexa Ribeiro, sugere que sejam ouvidos em Brasília o Delegado Luiz Fernando da Polícia Civil, Coronel Vieira, Delegado Valdir Freire da Polícia Federal, Delegado José Sales da Polícia Federal e Dr. Walame. O Senador Demóstenes Torres, solicita que seja oficializado ao Senador Álvaro Dias, para que disponibilize a documentação existente na CPMI

da Terra e acrescenta o nome das seguintes autoridades: Dr. Márcio Tomas Bastos, Ministro de Estado da Justiça; Dr. José Alencar, Ministro de Estado da Defesa, Dr. Nilmário Miranda, Secretário de Direitos Humanos; Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal e Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA. O Senador Siba Machado sugere que seja convocado o Bispo Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira. A presidência informa que definida a primeira audiência, ficam convidados para depor no próximo dia 22, terça-feira, às dezessete horas os Srs. o Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário; Bispo Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira e Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior, Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará e fará gestões junto ao Senador Renan Calheiros para que os Assessores Jaime e Eugênio possam se deslocar de imediato ao Pará. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Especial criada mediante Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado Federal, composta por oito Senadores, com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Já há *quorum*, com a presença da Senadora Ana Júlia Carepa, de mim mesmo, da Senadora Fátima Cleide, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Sibá Machado, mas faço um apelo aos Senadores Luiz Otávio, Demóstenes Torres e Serys Slhessarenko no sentido de sua presença, porque, dentro de instantes, teremos que eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, indicar o seu Relator e discutir o seu roteiro de trabalho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quero justificar a ausência da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra no Uruguai, em missão oficial do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão, à indicação do seu Relator e à discussão do roteiro dos trabalhos.

Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação, havendo antes, entretanto, a necessidade de indicarmos os possíveis candidatos a Presidente e a Vice-Presidente.

Deixo aberta a palavra para a indicação dos nomes dos candidatos a Presidente e a Vice-Presidente.

Senadora Fátima Cleide, que quer fazer a indicação.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim, Senador Suplicy.

Gostaria de indicar a Senadora Ana Júlia para a Presidência desta Comissão, até porque, se esta Comissão existe hoje, isso se deve muito ao trabalho da Senadora Ana Júlia, que, conosco, V. Exª e o Senador Sibá Machado, insistiu junto à Presidência desta Casa quanto à importância de o Senado Federal acompanhar as investigações sobre este caso que tanta dor está causando a todos nós, da Amazônia, ao nosso País e a todos os lutadores pela reforma agrária do Brasil.

Assim justifico a indicação da Senadora Ana Júlia para a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª quer se manifestar, por favor?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de indicar o Senador Luiz Otávio para Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Regimentalmente, a indicação do Relator é prerrogativa do Presidente. Agora estamos indicando os nomes para Presidente e Vice-Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se não poderia indicar o Senador Luiz Otávio para ser Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A minha indicação é para que S. Exª seja Relator. Lamentavelmente, S. Exª ainda não chegou. Pediria que a Senadora Ana Júlia acatasse a indicação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vamos eleger o Presidente primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos eleger o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – E o Vice-Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...e desde logo a Senadora Ana Júlia tem a minha concordância.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de saber se é possível, regimentalmente, elegermos o Presidente – não estão presentes todos os Senadores – e deixar em aberto o Vice-Presidente para ser eleito numa outra reunião. É possível? Pergunto ao Secretário.

Importante é constituir a Comissão. Dispomos de apenas 30 dias para trabalhar e ter um roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pergunto à Assessoria do PFL e do PMDB se os Senadores Demóstenes Torres e Luiz Otávio vão chegar de pronto.

Estão se encontrando com o Prefeito César Maia? Ah, estão assistindo a um vídeo.

Senador Flexa Ribeiro, estou tentando verificar a possibilidade de ambos os Senadores, Luiz Otávio e Demóstenes Torres, chegarem.

Obviamente, a sugestão de V. Ex^a merece todo o respeito de nossa parte, mas também estamos considerando outras atribuições que, por exemplo, o próprio Senador Luiz Otávio deverá ter. Pelo que fomos informados, S. Ex^a foi designado, por eleição da Bancada de seu Partido, para presidir a CAE.

E, por coincidência, o Senador Demóstenes Torres, que participa desta Comissão, tem uma enorme experiência como promotor público, talvez com uma qualificação especial para realizar aquele trabalho que constitui a finalidade principal da nossa Comissão, que é acompanhar uma investigação.

Estou pensando alto com os companheiros.

Dado que o Presidente do Senado designou um promotor com a qualificação do Senador Demóstenes Torres, devemos pelo menos consultá-lo sobre em que medida S. Ex^a gostaria de oferecer o seu conhecimento e experiência para este trabalho que será de tamanha relevância. Daí por que eu gostaria que essa decisão, na medida do possível, fosse tomada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador, todos nós lamentamos a morte da Irmã Dorothy e dos outros três brasileiros que ocorreu no Pará.

Pediria que os nobres Pares acatassem a sugestão que fiz de que o Presidente e o Relator sejam Senadores do Estado do Pará. Apesar de a Comissão ser ampla e de, com certeza, contarmos com a inteligência e a experiência dos demais Senadores, com a experiência do Senador Demóstenes, como membro

do Ministério Público, eu gostaria que fosse levada em consideração essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É óbvio que a sugestão de V. Ex^a está sendo considerada, mas essa é uma atribuição do Senador que presidir a Comissão, então não posso decidir por ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Assim como estou afirmando a importância de se ouvir os Senadores Luiz Otávio e Demóstenes Torres, ao saber que o PMDB designou para uma missão importante o Senador Luiz Otávio e da qualificação do...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então é uma escolha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É a escolha do Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não é indicação; é uma escolha. O Presidente escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A indicação é do Presidente e do Vice-Presidente, para que possamos votar. O cargo de Relator não é submetido à votação, segundo o Regimento. Trata-se de uma designação, que é atribuição do Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desculpe-me, sou neófito; estou aprendendo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É claro que V. Ex^a tem todo o direito de se manifestar e de sugerir ao Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou aprendendo com V. Ex^a. Eu aprendo a todo minuto e vou aprender por muitos anos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – E eu, com V. Ex^a, porque aqui todos nós aprendemos uns com os outros, felizmente. A Casa é democrática por excelência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Até porque, Senador Suplicy, com certeza o Senador Flexa é novo nesta Casa, mas não na política. É alguém que já exerceu muitas funções, portanto tem bastante experiência.

Creio que devemos deixar essa discussão para depois. De qualquer modo, devemos esperar alguns minutos, mas, em tese, já poderíamos fazer a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

É fundamental discutir e aprovar um roteiro de trabalho. Existe uma proposta, mas essa é uma questão que apreciaremos a seguir, tendo em vista que dispomos de apenas 30 dias para apresentar um relatório circunstanciado.

Não tenho dúvida de que esse relatório será unanimemente votado. A tendência é essa, esse é o nosso objetivo, para que possamos propor, inclusive, alterações na legislação, se necessárias forem. Para isso, estamos constituindo esta Comissão. Acredito que seja importante registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pergunto a V. Ex^a se consultaria o Senador Luiz Otávio para saber se porventura S. Ex^a aceitaria um cargo ou outro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou tentando localizar o Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Certamente a sua assessoria está acompanhando os trabalhos da nossa Comissão.

Pergunto a V. Ex^a, sendo também do Pará, com os argumentos que apresentou...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria fazer uma proposta: suspender a reunião por cerca de dez minutos, para ter uma posição do Senador Demóstenes Torres e do Senador Luiz Otávio. Considero mais prudente fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não é preciso necessariamente que sejam dez minutos. Será o tempo suficiente para S. Ex^{as} chegarem aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, uma questão de ordem, ainda sobre a instalação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de ampliar o escopo da Comissão, que foi criada com o intuito de acompanhar a investigação do assassinato da Irmã Dorothy. Sugiro que se acompanhe a investigação dos quatro assassinatos que ocorreram, para elucidá-los.

A Presidente a ser eleita está dizendo que a reunião está suspensa. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não, ainda não a suspendi.

Considero relevante a ponderação do Senador Flexa Ribeiro, mas acredito que será natural da parte da nossa Comissão que, ao analisar e investigar todas as razões que levaram à morte da Missionária Dorothy Stang, como houve mortes no mesmo período, em locais diferentes, mas relacionadas, venhamos também a relacionar a morte da Irmã Dorothy Stang com a desses outros trabalhadores, assim como as ameaças que outras pessoas estão sofrendo.

Então a observação de V. Ex^a é pertinente. Acredito que todos vamos acatá-la.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então eu gostaria que fosse levada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Nem será preciso modificar o teor da ementa já aprovada no Plenário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, já que continuamos a reunião, peço a palavra pela ordem.

Eu havia pedido a suspensão por isso. Estamos discutindo, inclusive existe uma proposta, isso já está escrito. É uma proposta, mas isso está escrito porque é uma questão óbvia.

Da proposta de roteiro de trabalho já constam os objetivos: “Realizar estudos sobre a possível conexão do homicídio da missionária com outros crimes e infrações ocorridos na região”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, não estou me referindo à conexão, mas ao possível esclarecimento dos outros homicídios, não apenas ao da Irmã Dorothy.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas nós não podemos mudar, Senador, perdoe-me, o ato do Presidente. Não cabe a esta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o ato do Presidente não faz referência...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Faz referência, sim; ele é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Júlia, permita-me ponderar o seguinte...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É lógico que teremos que fazer uma análise, um estudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A primeira tarefa da reunião, pela qual sou responsável, será a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Uma vez realizada a eleição, convidarei o Presidente para assumir a direção dos trabalhos.

Cabe observar que a reunião está aberta, há **quorum**, ainda não foram eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e as ponderações que estamos fazendo podem ser observadas. Não é preciso suspender os trabalhos pelo fato de ainda estarmos aguardando, por uma questão de respeito, a presença dos demais membros, para que sejam consultados.

Senadora Ana Júlia, a ponderação do Senador Flexa Ribeiro pode ser considerada, pois se adapta ao espírito desse relatório.

Está-se dizendo que a Comissão, além de estudar as responsabilidades e as causas pela morte de Dorothy Stang, poderá, naturalmente, examinar as responsabilidades pelos crimes conexos à morte da

missionária. Creio que é uma questão de bom senso, portanto não haverá, acredito, divergência.

Quando for apresentado esse roteiro de trabalho, V. Ex^a poderá fazer essa sugestão. Não precisaremos divergir sobre isso.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Suplicy, só para contribuir com a organização dos trabalhos, há uma proposta de suspensão para aguardar a chegada do Senador Demóstenes. Realizar uma eleição aqui com apenas dois Partidos não garante o pluripartidarismo que pretendemos imprimir à Comissão. Então seria interessante analisar a proposta de suspensão dos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A Senadora Ana Júlia abordou uma questão agora que me preocupou. S. Ex^a acabou de me passar o ato do Presidente, Senador Renan Calheiros, segundo o qual a Comissão é criada especificamente para acompanhar o caso do assassinato da Missionária Dorothy. E S. Ex^a disse há pouco que não há como fazer a extensão, não é isso? Ou entendi errado?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, deixe-me tentar lhe explicar.

Todos consideramos que não só os assassinatos, mas as ilegalidades e irregularidades cometidas podem ou não... Veja, nós vamos acompanhar as investigações, então partimos desta premissa: elas podem ou não ter uma conexão com o assassinato.

É óbvio que será papel também desta Comissão acompanhar a investigação dos outros assassinatos ocorridos na região, e não apenas os que ocorreram logo após. Isso nós vamos discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O ato do Presidente não impede isso?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não impede, pelo contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está ótimo, muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O ato do Presidente não prevê a análise dos outros assassinatos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas não há impedimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...e tudo o que tiver uma relação com isso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mesmo não havendo relação, creio que devemos pesquisar o outro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Nesse caso, podemos tomar uma decisão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas é isso que entendo que o Presidente...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Depois de eleger o Presidente e o Vice-Presidente, ao encaminharmos os trabalhos, podemos tomar uma decisão nesse sentido, apesar de que eu havia proposto ao Presidente Renan que esta Comissão, além de acompanhar as investigações, pudesse também fazer um relatório circunstanciado sobre a questão da grilagem de terra no Estado. Mas não foi assim que se decidiu, e respeito a decisão do Presidente nesse aspecto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senadora. V. Ex^a esclareceu a minha dúvida.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Era essa a situação que eu queria esclarecer. Agora, é natural que não só os assassinatos sejam investigados. Com certeza, todas as situações de ilegalidade serão parte de análise para que possamos elaborar um relatório circunstanciado. O objetivo principal da missão é apresentar propostas ao Poder Executivo. O Legislativo tem esse direito, mesmo que o Executivo já esteja trabalhando nesse sentido, tanto o estadual quanto o federal. Para elaborar esse relatório circunstanciado, temos que fazer um diagnóstico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, mesmo que não haja conexão entre a morte da missionária e os demais assassinatos, que, com certeza, ocorreram em razão de problemas de grilagem – não há dúvida disso –, eu gostaria de contar com o apoio de V. Ex^a como membro da Comissão, para que seja ampliado o objetivo dos trabalhos para que também se acompanhem os esclarecimentos dos outros assassinatos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Acredito que essa sugestão, naturalmente, será feita ao Relator e a todos nós. Não há dúvida de que os crimes são conexos. Creio que a ponderação de V. Ex^a...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quando estivermos discutindo a pauta, após a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, discutiremos também um roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a estava sendo aguardado. Já tínhamos *quorum*, mas consideramos imprescindível a sua presença. Informo a V. Ex^a que foram feitas as seguintes indicações: a Senadora Fátima Cleide indicou a Senadora Ana Júlia Carepa para Presidente da Comissão. Por telefone, consultamos o Senador Luiz Otávio – que não pôde estar presente – a respeito da possibilidade da indicação de S. Ex^a para Vice-Presidente. O Senador disse que indicaria o Senador Flexa Ribeiro para o cargo. Cabe à Presidente a responsabilidade de indicar o Relator,

sendo que não se pode fazê-lo sem que o mesmo diga se está de acordo com a indicação. Então, V. Ex^a, dentro de instantes, saberá por que avaliávamos como tão importante a sua chegada. Não posso falar mais nada e nem fazer qualquer revelação, pois isso constitui atribuição do Presidente.

Convido as Sr^{as} e os Srs. Senadores para depositarem os seus votos na urna. Eu também vou fazê-lo.

(Procede-se à votação.)

Peço ao Senador Sibá Machado e à Senadora Fátima Cleide que procedam à apuração dos votos.

O SR. – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Era uma mensagem do Prefeito César Maia ou apenas um vídeo de S. Ex^a? V. Ex^a poderia nos revelar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O futuro Presidente da República, César Maia, estava assumindo a Presidência do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Mas S. Ex^a estava falando ao vivo? Estava presente?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estava presente, de corpo presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Foi nos dito que estavam assistindo a um vídeo do Prefeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, era uma reunião da executiva...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Então é uma coisa muito significativa.

O SR. – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Do Brasil. O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pré-candidato, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O próximo Presidente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não, mas tem que ter convenção...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas isso são formalidades.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A formalidade maior é a eleição pelo povo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa é séria. Essa nós vamos ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Então, caberá ao povo escolher. Senadora Fátima Cleide e Senador Sibá Machado, por favor.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Foi eleita a Senadora Ana Júlia Carepa, por unanimidade.

Para Vice-Presidente, o Senador Flexa Ribeiro obteve cinco votos e o Senador Luiz Otávio, um voto.

Convido a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro para assumirem a Mesa e a Presidência dos trabalhos.

Externo à Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Flexa Ribeiro os meus cumprimentos por essa missão de tamanha responsabilidade que vão assumir, para a qual vão contar com toda a nossa cooperação. Inclusive, eu, o Senador Sibá Machado, a Senadora Ana Júlia e mais sete Deputados Federais estivemos presentes no velório da Irmã Dorothy Stang e pudemos testemunhar o extraordinário carinho e respeito de todos os que viram na vida da Irmã um exemplo extraordinário de dedicação e solidariedade à causa da Justiça, do direito de todos os trabalhadores que desejam cultivar a terra poderem exercer esse direito trabalhando a terra.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Assumo a Presidência da Comissão e vamos já iniciar os trabalhos. Agradeço a todos os membros pela eleição. Como Presidente, eu gostaria de indicar para Relator o Senador Demóstenes Torres.

Portanto, Senador, agora V. Ex^a entende por que sua presença era tão aguardada nesta reunião. V. Ex^a reúne todas as qualidades para o cargo. Temos aqui uma Comissão pluripartidária. Isso também deve ser ressaltado: a importância de uma comissão ter a representação dos diversos Partidos. Penso que o Senador, pela sua formação de Promotor de Justiça, tem plena condição – eu diria uma condição extra – para a missão. E não só pela sua formação, mas também por sua capacidade e competência que já demonstrou nesses dois anos no Senado da República. Acredito que o Senador poderá contribuir muito para que possamos fazer um bom trabalho nesses 30 dias numa Comissão que é tão importante neste momento.

Após algumas conversas que mantivemos ontem e hoje pela manhã, quando estava presente aqui a Senadora Fátima Cleide, apresentamos uma proposta de roteiro de trabalho. Vou ler essa proposta que já se encontra nas mãos de todos os Senadores.

A Comissão criada pelo Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado, composta por 8 Senadores, tem o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang e apresentar um relatório circunstanciado sobre o crime que a vitimou, no prazo de 30 dias.

Proposta de roteiro de trabalho:

- realizar reuniões com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará e demais autoridades policiais no âmbito do Estado e também no âmbito federal, já que este crime está sendo investigado de forma conjunta pela Polícia Estadual e pela Polícia Federal. O inquérito policial é correntemente presidido pelo Delegado Waldir Freire, da Polícia Civil do Estado, que vem sendo acompanhado pelo Delegado Wallame, da Polícia Federal;

- realizar reuniões com os principais atores envolvidos na problemática fundiária e ambiental do Estado, incluídos indivíduos e entidades da sociedade civil ligados aos colonos e aos madeireiros da região, que são atores importantes nessa situação;

- realizar estudos sobre a possível conexão do homicídio da missionária com outros crimes ocorridos na região, até porque, logo após, também ocorreram vários crimes;

- fazer o levantamento da legislação e de políticas públicas já existentes para a disciplina desse tema;

- apresentar diagnóstico sobre as principais carências institucionais, legais e sócio-econômicas da região;

- elaborar proposição de sugestões para o tratamento da questão fundiária e ambiental, com enfoque, principalmente, no papel que o Poder Legislativo possa desempenhar para sua implementação.

- fazer um relatório circunstanciado sobre todas as investigações realizadas nos âmbitos estadual e federal.

Na verdade, essa é uma proposta de trabalho que estamos apresentando. Também precisamos discuti-la, porque, provavelmente, teremos que nos deslocar para realizar as funções desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Em verdade, uma das atribuições principais do Relator é fazer o roteiro de trabalho, de audiência e tudo o mais. Por isso, quero lembrar que a sugestão de V. Ex^a, obviamente muito bem-vinda, pode ser vista como uma sugestão ao Relator, que foi considerado por todos nós, dada a sua experiência como Promotor, como alguém que terá condições as melhores possíveis para nos ajudar nesse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Peço a V. Ex^a um segundo, Senador Eduardo Suplicy. Eu gostaria, então, de cha-

mar o Senador Demóstenes Torres, nosso Relator, para compor a Mesa, até porque S. Ex^a já aceitou a indicação, que foi por unanimidade.

Senador Eduardo Suplicy, a idéia de fazer sugestões ao Relator ocorreu, em primeiro lugar, porque já tenho algum conhecimento da situação. Por esse motivo, entendo ser essa uma obrigação minha, Senador Demóstenes. E também pelo fato de termos apenas 30 dias. Então, a idéia foi contribuir trazendo essas sugestões ao Relator.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr^a Presidente, sugiro a V. Ex^a que proponha reuniões com o Secretário de Segurança e com os demais atores envolvidos e a viagem a Belém e a Anapu com esses objetivos.

Há certos detalhes a serem considerados, inclusive do ponto de vista da praticidade e da economicidade dos nossos trabalhos, já que temos apenas 30 dias. Como somos oito pessoas que deverão ir a Anapu e a Belém, precisamos pensar o que seria adequado fazermos em Anapu – visto que seria imprescindível fazermos uma visita a essa cidade – e o que poderíamos fazer aqui em Brasília. E precisamos pensar também no seguinte: quando formos a Anapu, deveríamos utilizar o nosso tempo naquela cidade de forma a mais produtiva possível, porque sabemos que não é fácil deslocar oito Senadores para outra cidade, mesmo por alguns dias, em razão das nossas responsabilidades e atribuições.

Dessa forma, é possível que algumas das audiências possam ser realizadas aqui mesmo, porque, às vezes, é mais fácil uma ou outra autoridade se deslocar de lá pra cá do que oito Senadores daqui pra lá.

Penso que especialmente o Relator, mas também a Presidente e o Vice-Presidente, poderão pensar, ainda mais aqueles que são Pará, em como organizar isso. E nós já nos prepararíamos. E vamos decidir qual será, nos próximos 30 dias, a melhor época para nos deslocarmos pra lá. Isso vai envolver um planejamento das oito pessoas envolvidas. Não quero ser impedimento para a Comissão, mas, por exemplo, informo que, no dia 2, à noite, sigo para uma viagem aos Estados Unidos e volto no dia 8 de março. Então, terei esse impedimento pessoal. Mas se for essa a data escolhida, tudo bem, mas é possível que cada um dos demais membros tenha também certos compromissos. Na medida em que pudermos conhecer a sugestão da melhor data para um deslocamento a Anapu, vamos todos nos programar para a viagem. E dada a relevância da natureza do trabalho, bem como a sua gravidade, é possível que esse trabalho tenha que ser, eventualmente, realizado em dias de semana, seja de segunda a quarta-feira,

ou algo assim. Temos que ir, mas precisamos saber **antecipadamente a data.**

Outro ponto a considerar – e aí a experiência de V. Ex^a é tão importante –: é possível que, como talvez as investigações já estejam se iniciando, a nossa visita a Anapu, do ponto de vista de averiguar as investigações, seja mais produtiva, por exemplo, daqui a três semanas, uma vez que as autoridades já poderão ter mais elementos para avançar na investigação, já sabendo que iremos estar lá presentes.

Faço essas ponderações para todos nos prepararmos melhor para desempenhar os nossos trabalhos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Sr. Relator, como há outros Senadores inscritos, proponho que ouçamos o Relator e, em seguida, os demais Senadores. Após isso, ouviríamos novamente o Relator para que S. Ex^a possa dirimir eventuais dúvidas em relação à situação.

Antes, porém, informo que o inquérito está numa fase em que já foram expedidos mandados de prisão, ou seja, já se chegou a indícios muito fortes para que se expedissem mandados de prisão para quatro pessoas.

Por isso, entendo que esse prazo não deva ser tão longo, talvez antes de o Senador viajar, por exemplo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, V. Ex^a está querendo que nós também venhamos a prender as pessoas que estão sendo objeto dos mandados de prisão?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, pelo contrário. De jeito nenhum, Senador. Mas é exatamente para mostrar que o processo está correndo de forma célere.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, em primeiro lugar, agradeço a confiança depositada em mim para que eu possa relatar os trabalhos dessa Comissão Externa, que foi criada por sugestão de vários Senadores, principalmente os que estão presentes.

Trata-se de um trabalho sério, com prazo exíguo. Investigação é algo que não se soluciona pela nossa vontade. Quase sempre é um quebra-cabeça que pode ser montado rapidamente, mas às vezes demora muito. O Senador Eduardo Suplicy talvez tenha razão quando alerta para o fato de que o nosso acompanhamento no inquérito, que foi instaurado e está sendo desenvolvido, não pode chegar à beira da sofreguidão, senão corremos o risco até de empanar o brilho dos trabalhos que

estão sendo realizados, mesmo porque não estamos duvidando, em momento algum, que essas pessoas são competentes, que estão trabalhando de forma séria e até incentivadas mesmo a descobrir o que efetivamente ocorreu e como desvendar esse crime.

Todos os Senadores têm diversas atribuições, pois, sendo de vários Estados, temos que estar aqui permanentemente. Estamos interessados – e muito! – na elucidação do crime e também, como sugerido por V. Ex^a, que possamos detectar as causas que fazem ocorrer esses episódios, cotidianamente, naquela região.

V. Ex^a, Senador Suplicy, tem profundo conhecimento do que acontece ali. Tenho certeza de que o Senador Flexa Ribeiro também vai dar a sua contribuição, assim como o Senador Luiz Otávio e todos nós que, de certa forma, somos envolvidos com essa problemática há muito tempo. Talvez o Estado de São Paulo tenha menos problemas nessa área. Goiás já os superou, mas, antes da divisão do Estado, também tínhamos grandes problemas nesse sentido. O Senador Eduardo Suplicy, embora seja do Estado de São Paulo, é um homem absolutamente ligado às questões populares e conhece com profundidade o problema fundiário.

Então, a Comissão está bem constituída.

Temos, no Senado Federal, atuando junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um promotor que tem muita experiência na área de segurança pública, porque foi delegado de polícia e oficial do Exército e, no Ministério Público, fez o controle da atividade externa da Polícia. Posteriormente, quando fui Secretário de Segurança Pública e Justiça, ele foi o meu braço direito e tivemos muito êxito ao resolver questões fundiárias. Nunca houve uma morte no Estado de Goiás, e a lei sempre foi cumprida.

Por isso, uma vez que ele está no Senado Federal representando o Ministério Público, sugiro que pedíssemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal que esse promotor possa ser deslocado para o Pará a fim de, naquele Estado, acompanhar os trabalhos. Ele poderia ouvir, por exemplo, pessoas sugeridas por V. Ex^a e pelo Senador Flexa Ribeiro, além de outras pessoas que lá se encontram para elucidar o problema.

Esse promotor chama-se Tito Souza de Amaral. Se conseguirmos que o Presidente Antonio Carlos Magalhães o libere para que ele possa ir ao Pará preparar o campo, talvez com mais uma ou duas pessoas do Senado, vamos evitar que cheguemos àquele Estado, de certa forma, perdidos. Podemos ir àquele Estado todas as semanas, se não todos os Senadores, pelo menos um grupo de Senadores, para que possamos fazer esse acompanhamento permanentemente.

Quando chegarmos lá, ele poderia nos apresentar um relatório do que, efetivamente, está acontecendo para que tenhamos esse trabalho otimizado e consigamos executá-lo de uma forma mais rápida. Ao mesmo tempo, ele pode também, sendo uma pessoa bastante experiente – volto a dizer –, fazer um levantamento dessa questão fundiária, não para que apresentemos um plano definitivo, porque, em 30 dias, não vamos conseguir solucionar o que o Brasil não conseguiu fazer em 500 anos, mas podemos fazer esse levantamento e analisar os problemas todos, pistolagem, grilagem de terra, intolerância com o movimento dos sem-terra etc.

A minha posição é absolutamente legalista. Sou um homem que respeita a lei. Às vezes, até discordo dela, mas a respeito.

Então, vou procurar fazer o relatório de acordo com o que penso, sinto e em absoluta comunhão com todos que estão presentes, até para que possamos apresentar não um trabalho pessoal, mas um trabalho de consenso, que realmente possa ajudar a movimentar o Brasil e resolver essa problemática.

Dessa forma, apresento de pronto esse nome. Outros também poderão ser apresentados. Mas não devemos colocar muitas pessoas porque, à medida que se amplia demais, o trabalho vai sendo dificultado, especialmente porque cada um tem uma idéia e amplia-se demais o leque. Vejam o que aconteceu com a CPI do Banestado. A sugestão inicial é que se investigassem 20, 30 ou 40 pessoas. Mas resolveram investigar mil; depois, duas mil; posteriormente, três mil, quatro mil e cinco mil pessoas... E não se chegou a lugar algum. E foi enterrada, melancolicamente, a CPI do Banestado, que poderia ter tido um início de resultado.

Entendo que fazemos parte de uma Comissão que, além de ser de acompanhamento e apresentar sugestões, pode, sim, ajudar o Estado do Pará a se livrar desse problema, que é grave. É um problema econômico, temos certeza disso, mas é também um problema social imenso. E isso não se resolve do dia para a noite. Mas temos condições de começar a sinalizar o caminho.

De forma prática, sugiro que mandemos ao Pará alguém que possa trabalhar em nome desta Comissão do Senado Federal, que tenha trânsito em todas as áreas, especialmente no Ministério Público e no Poder Judiciário, para que, quando chegarmos àquele Estado, já tenhamos uma noção de qual caminho devemos seguir para que possamos ter, daqui a 30 dias, como fechar esse relatório sem ter que pedir mais prazo, sem haver procrastinação.

Disponho-me, em tempo integral, a acompanhar nossa Presidente, nosso Vice-Presidente e todos os

demais membros da Comissão para que tenhamos, efetivamente, dentro de 30 dias, um resultado a apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há três Senadores inscritos: Sibá Machado, Flexa Ribeiro e Fátima Cleide. Antes de passar a palavra, faço uma ponderação a todos nós. Houve um atraso no início da reunião, que considero natural e importantíssimo. Mas peço que as intervenções sejam mais objetivas para que outros Senadores possam falar e possamos tomar decisões.

Informo que esta Comissão já conta com duas assessorias do Senado Federal, sendo ambos advogados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Nós já nos preocupamos com esse aspecto e solicitamos essa assessoria: o Dr. Eugênio e o Dr. Jaime. Mesmo assim, a Comissão pode fazer a solicitação requerida pelo Senador Demóstenes à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, V. Exª permite a troca com a Senadora? (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, parablenzo o nosso Relator pela idéia de trazer mais uma pessoa para a nossa assessoria. Penso que essa pessoa deveria ser integrada à assessoria que já existe nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Flexa. Parablenzo, em primeiro lugar, o Senado Federal por se interessar, em tempo bastante hábil, em nos ajudar a elucidar situações como essa. Infelizmente, o problema se arrasta há muito tempo. Em segundo lugar, parablenzo V. Exª por presidir esta Comissão, ao Senador Demóstenes por ser o Relator, e, é claro, ao Senador Flexa Ribeiro, que vai nos ajudar bastante por ser também um profundo conhecedor dessa matéria.

Existe também uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que já possui um determinado conteúdo de informações a respeito de Anapu, que – acredito – podem ajudar bastante. Estivemos naquela cidade em outubro do ano passado, salvo engano. Naquela época, foram realizadas audiências e houve vários depoimentos. Algumas pessoas já se pronunciaram. Então, há muito material sobre o tema. Acredito que

o Relator daquela Comissão, Deputado João Alfredo, poderia – se V. Ex^a concordar com isso – ser convidado para repassar as informações de que já dispõe e que possam contribuir para o relatório de V. Ex^a.

O prazo também me preocupou porque não sabemos quais elementos o órgão investigador terá em mãos, em 30 dias, que nos possa subsidiar, ou se seremos nós que vamos poder subsidiá-los com alguma novidade.

Diante disso, concordo com a sugestão do Senador Demóstenes de estarmos naquela região semanalmente em rodízio; provavelmente, assim, pois não vejo outra forma. Poderia ir um grupo de duas ou três pessoas, de forma alternada e sucessiva, de forma que um grupo vá complementando o trabalho do grupo anterior.

A Irmã Dorothy esteve aqui no ano passado. Na ocasião, fizemos uma entrevista com ela por intermédio da minha página no Senado. Em razão disso, tenho algumas informações sobre a pessoa da Irmã que, talvez, possam contribuir com V. Ex^{as}.

Há outra preocupação com os demais crimes que ocorreram naquela região. A região de Anapu não está isolada; fica numa região que envolve – parece-me – cerca de 20 Municípios ao longo de mil quilômetros da Rodovia Transamazônica, mais os Municípios em torno do rio Xingu e outros.

Então, para que não nos percamos no emaranhado do extenso território que envolve a região... O caso da Irmã Dorothy – volto a dizer – não é fato isolado de um Município. E tenho medo de colocarmos tantos elementos e tantas coisas mais para serem trabalhadas e nos perdermos.

Portanto, sugiro que façamos uma definição do espaço de tempo e do espaço geográfico, senão vamos envolver outras coisas. Assim, os crimes que ocorreram os mais próximos possíveis deste evento...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Concorde.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assim, quanto a outros elementos que vierem contribuir, tudo bem, vamos analisá-los. Mas vamos passar direto à investigação natural dos fatos, não considerá-los como peça de nosso trabalho, mas que V. Ex^a possa encaminhar os demais elementos às instituições que estão com a tarefa primeira de solucionar esse problema.

Coloco-me à disposição pelo tempo que for necessário. Quero ajustar minha agenda a esse trabalho. Tenho confiança absoluta de que poderemos contribuir para a solução desse problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, demais membros desta Comissão, parabéns a Presidente e o nosso Relator pela eleição. Coloco-me à disposição para facilitar os nossos trabalhos. O tempo é curto, realmente. Eu me solidarizo com o Senador Suplicy. Penso que realmente os deslocamentos... O Estado do Pará tem mil duzentos e cinquenta quilômetros quadrados. A Senadora Ana Júlia conhece bastante os deslocamentos. Da sede do Município de Altamira até o local do lastimável assassinato levam-se horas e horas. Esses deslocamentos realmente são demorados.

Coloco-me à disposição de V. Ex^{as} e informo que o Governo do Estado coloca todo o seu aparato à disposição da Comissão para facilitar esses deslocamentos, seja por helicóptero ou avião, para que possamos chegar mais fácil e rapidamente a esses locais.

Senador Demóstenes, fico satisfeito de V. Ex^a ser um homem da Justiça, um Promotor Público. O Secretário Especial de Estado de Defesa Social do Estado do Pará, Dr. Manoel Santino, foi Procurador-Geral de Justiça...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É meu amigo; ele foi Procurador-Geral quando eu também atuava como Procurador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – S. Ex^a é também chefe do Ministério Público do Estado do Pará. Então, é também um homem da Justiça e, com certeza absoluta, vai lhe passar todas as informações necessárias, porque S. Ex^a está à frente da investigação de todos os crimes que ocorreram e de toda essa onda de crimes que avassala e preocupa a todos nós, paraenses e brasileiros.

Coloco-me, Senador Eduardo Suplicy, à disposição de todos os membros da Comissão para facilitar os deslocamentos.

Sr. Relator, Sr^a Presidente, creio que devemos fazer um cronograma e tentar cumpri-lo ao longo desses 30 dias, que são escassos para a tarefa hercúlea que nos é dada.

Como disse o Senador Suplicy, na sua sapiência, algumas dessas reuniões podem ser feitas em Brasília ou até mesmo em Belém. A própria sugestão que a Presidente passou ao Relator, de se ouvir o que já foi feito com os membros da área de segurança pública, da Delegacia da Polícia Federal e tudo, isso pode ser feito em Belém ou trazê-los aqui à Comissão e ouvi-los, o que facilitaria muito. Isso pode ser feito semana que vem. Se for em Belém pode ser...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Dentre as autoridades que estão justamente colhendo elementos e avançando bastante está o Dr. Gercino José da Silva Filho, que é o Ouvidor do Incra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que esteve lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Inclusive acompanhei quando S. S^a ouviu a pessoa que testemunhou a morte da Irmã Dorothy Stang. S. S^a está ouvindo os demais ameaçados e foi ontem a Paraopebas para examinar o outro crime ali ocorrido. Então, como inclusive ele trabalha em Brasília, mas se deslocou para lá o suficiente, talvez pudéssemos ouvi-lo, por exemplo, na semana que vem em Brasília, claro que dependendo de sua disponibilidade, mas S. S^a está com a atenção totalmente voltada para a elucidação tanto das causas quanto dos problemas e das soluções, além de saber... Tipicamente, essa é uma pessoa que eu queria sugerir no roteiro de trabalho, e poderíamos ouvi-lo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Senador Eduardo Suplicy pediu um aparte, peço ao Senador Flexa Ribeiro então que conclua para depois passarmos a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, concluindo, Senador Demóstenes Torres, como sugestão apenas, V. Ex^a, nessa agenda de trabalho, poderia fazer uma próxima reunião aqui semana que vem, trazendo essas pessoas para que possamos ouvi-las aqui, ao invés de nos deslocarmos para lá, e já termos subsídios dessas investigações que foram...

Eu sugeriria que trouxéssemos o Secretário Especial de Segurança Pública, Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior; o Chefe do Comando da Polícia Militar do Estado, Coronel João Paulo Vieira da Silva, que também está à frente do caso; o Chefe da Polícia Civil, Luiz Fernandes Rocha, que está à frente também; como eu disse e a Senadora Ana Júlia Carepa colocou na pauta de trabalho, se possível, o Delegado Waldir Freire, que estava no local do crime fazendo as investigações; e o Superintendente da Polícia Federal, José Salles, que é o Chefe da Polícia Federal no Pará, e o Delegado Wallame Machado, da Polícia Federal, que está à frente das investigações. Essas são as sugestões de nomes, completadas com o Ouvidor-Geral do Incra que o Senador Eduardo Suplicy sugeriu agora.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Peço a palavra, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, então, objetivamente, eu sugeriria já agora que enviássemos ofícios para o Presidente da CPML da Terra, Senador Alvaro Dias, para que S. Ex^a mandasse toda a documentação que entendesse pertinente para que já pudéssemos começar a elucidar o caso ou ter uma visão melhor do que está ocorrendo.

Poderíamos pedir também ao Ministro da Justiça; à Polícia Federal, na pessoa do seu Superintendente; ao Ministro da Defesa, caso S. Ex^a tenha alguma informação, pode ser alguns dos órgãos ou algumas das Forças para que pudessem também apresentar o que têm; à Abin – claro, se não forem documentos sigilosos, mas se ela puder fazer isso –; ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Deputado Nilmar Miranda, porque também deve ter algo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Inclusive o Secretário Nilmar Miranda esteve na área, como também a Ministra Marina Silva.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ao Presidente do Incra, para que remetesse toda a documentação...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Presidente do Incra também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, já que pode haver ligação com a questão ambiental, para que eles façam a remessa de qualquer documentação que entendam pertinente.

Eu sugeriria também que oficiássemos ao Secretário de Defesa Social do Pará, e, ao mesmo, vou falar com ele pessoalmente. O Dr. Santino foi Procurador-Geral de Justiça do Pará na mesma época em que fui Procurador-Geral de Justiça de Goiás. Tenho um relacionamento muito bom com ele. O Dr. Santino é um homem extraordinário e vai nos abrir as portas. Vamos falar com ele por telefone mesmo, porque essa tramitação de papel, às vezes, inviabiliza a oitiva na semana que vem.

Então, vou tentar falar com o Dr. Santino e com o Dr. Gercino, com quem tenho bom relacionamento também.

Penso que já deveríamos despachar essa comissão e já oficializar ao nosso Presidente, Renan Calheiros, para que liberasse oficialmente o Dr. F. Eugênio M. Arcanjo e também o Dr. Jaime Santiago. E, se a minha sugestão for acatada, o Dr. Tito Souza de Amaral, que é um promotor da mais absoluta competência e vem acompanhando os trabalhos da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania pelo Ministério Público Federal há muito tempo e tem larga experiência nessa área de investigação, para que ele, o Dr. Jaime e o Dr. Eugênio já pudessem se deslocar, de imediato, ao Estado do Pará, se possível amanhã – ou hoje, mas creio que há providências administrativas a tomar.

Devemos oficializar também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que libere o Dr. Tito, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, do qual ele é servidor. Tenho certeza de que a Procuradora-Geral, Drª Laura, vai liberá-lo também sem qualquer problema. Mas precisamos viabilizar a questão do transporte, da hospedagem e da alimentação dessas três pessoas para que elas possam permanecer lá praticamente o tempo todo e nos dar dicas do que devemos fazer, até para não perdermos a viagem ao Pará. Dessa forma, se alguém puder ser ouvido aqui, que o seja; e quem não puder vir a Brasília, se tivermos que ir ao Pará uma ou mais vezes, que possamos nos deslocar sem qualquer problema.

Então, objetivamente, essas são as minhas sugestões e, na terça-feira ou na segunda-feira – vou tentar o contato –, vamos proceder à oitiva do Dr. Santino e do Dr. Gercino. Enquanto isso, quem estiver no Pará já pode nos oferecer uma sugestão de cronograma, como disse o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Penso que há uma pessoa que seria muito importante V. Exª convidar para ser ouvida, talvez aqui mesmo: Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia de Altamira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Será que conseguimos trazê-lo para a reunião de terça-feira?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Creio que, se V. Exª conversar com ele, será possível.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Quero fazer uma ponderação em relação à data, Senador Demóstenes, que é a seguinte: na terça-feira, iniciam, nesta Casa, as comissões técnicas. Elas serão instaladas, serão eleitos os presidentes, os vice-presidentes. Dessa forma, teremos diversas comissões sendo instaladas nos próximos dias. A minha preocupação é que teremos que ir a diversas reuniões, inclusive na terça e na quarta, pelo fato de a maioria das reuniões das comissões ser nesses dias. Penso que, para segunda-feira, ficaria um pouco difícil manter todos esses contatos. Concordo com V. Exª que o deslocamento não deve ser do delegado, de todo mundo etc, até porque os dois delegados, tanto o Dr. Waldir Freire quanto o Dr. Wallame, estão em Anapu comandando as investigações lá. Por isso, acredito que, quando formos falar com eles, é melhor que nos desloquemos ao Pará.

A proposta de V. Exª é quanto ao Secretário de Defesa, o Ouvidor-Agrário e, no caso, o Bispo Dom Erwin Krautler para serem ouvidos nesse primeiro momento para que possamos ter uma noção...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Justamente. E, na próxima reunião, quando os ouvirmos, apresentaremos um cronograma definitivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Certo. Como a Polícia Federal está acompanhando **pari passu**, creio que, junto ao Secretário de Estado, deveríamos convidar alguém da Polícia Federal. Existe uma coordenação aqui, em Brasília...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há um delegado designado para acompanhar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas esse delegado está lá em Anapu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Talvez não seja interessante retirá-lo de lá neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há um outro delegado – é isso que eu queria registrar. Creio que poderíamos aprovar isso e depois... O delegado Dr. Valter Caetano, delegado que coordena essas operações de caráter social, está acompanhando esse processo. Ele já foi ao Pará, esteve em Altamira e em Anapu. Ele está, hoje, em Belém, inclusive se reunindo com o Secretário Santino e com o delegado-geral. Então, creio que seriam essas quatro pessoas, de início.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Eu tenho alguma restrição em ouvir os delegados inicialmente. São restrições apenas de ordem técnica.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas eles não são os delegados diretos. Ou então os superintendentes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É porque a investigação, quase sempre, não pode ser revelada, sob pena de até se frustrarem os primeiros passos dados. Então, as conversas com os delegados e outros agentes que estão nessa investigação são mais de caráter reservado mesmo, para que nos inteiremos até que ponto as investigações andaram, etc. É claro que os delegados podem e devem vir até para esclarecer essa problemática de forma geral. Mas penso que, primeiro, não vamos dar conta de ouvir tanta gente no primeiro dia, até porque deve haver muita coisa para ser dita.

Então, se chamássemos o Dr. Santino...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Então, ficaria o Dr. Santino, o Dr. Gercino e o Bispo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E o Bispo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está bom. Eu concordo. Agora, a questão, Senador Demóstenes, seria a data. Eu fiz essa ponderação sobre os dias. Seriam terça e quarta-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – A instalação das comissões quase sempre ocorre pela manhã, assim como as reuniões. Eu tenho a impressão de que não vamos dar conta de fazer as reuniões pela manhã em nenhum dia. Teremos de sacrificar esse período da tarde, como fazemos com as subcomissões, porque, na ordem do dia, por exemplo, há doze medidas provisórias trancando a pauta no Senado. Então, quem sabe não conseguiremos fazer as reuniões a partir das cinco da tarde até as oito da noite. Já ficamos aqui, na Subcomissão de Segurança Pública, até de madrugada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Na terça-feira ou na quarta-feira?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Faço a seguinte sugestão: que se examine a possibilidade, com as três autoridades, se, para eles, seria mais conveniente, porque o Bispo tem atribuições. Ou terça-feira ou quarta-feira, a Presidente...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E se houver problema de data para as pessoas ao mesmo tempo, podemos fazer uma na terça e outra na quarta. Vamos tentar concentrar todas no mesmo dia. Podemos tentar na terça-feira?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se eles puderem na terça, é preferível; se não, na quarta, no final da tarde.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – A partir das 17 horas. Eu pediria à Presidente da Comissão que entrasse em contato com o Bispo, pois eu não o conheço. É claro que posso fazê-lo também. Mas seria um contato com esse caráter de informalidade para tentar agilizar os trabalhos, para não ficarmos trançando a papelada; se conseguíssemos esse compromisso, seria muito melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Agradeço a todos. Comunico que aprovamos, então, essa metodologia. Vamos falar com o Presidente Renan para que os técnicos, no caso, os assessores, possam ir ao Pará. Eu me comprometo a falar com o Bispo e, também como Presidente da Comissão, vou falar com todos os outros indicados e fazer-lhes esse convite, para terça-feira ou quarta-feira. Sei que, por exemplo, o Ouvidor-Agrário tem uma agenda nacional. Eu soube que, ontem, ele estava em Paraopeba dialogando acerca da situação que ocorreu naquela região, pois inclusive eles estavam ocupando

estradas, mas já as desobstruíram, enfim. Então, vamos adaptar a agenda.

Senador Suplicy, V. Exª deseja formular uma questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria fazer a seguinte sugestão: o Senador Sibá Machado me informou que a CPMI da Terra, com alguns de seus membros, ouviu a Irmã Dorothy...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Sim, eu estava presente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª dispõe das notas taquigráficas daquele depoimento? Poderia disponibilizá-las para os oito membros ainda hoje? Agradeço, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Deixe-me, então, concluir as propostas. Vamos solicitar as notas, essa era uma outra questão. O Relator, Deputado João Alfredo, estava separando esse material mais específico sobre Anapu. Vamos solicitar todo esse material e distribuí-lo para todos os Membros da Comissão, conforme sua solicitação, Senador, o mais rápido possível, de preferência ainda hoje. Há assessores aqui do meu gabinete que providenciarão isso, inclusive o relatório que fizemos na CPMI da Terra, quando estava presente, salvo engano, o Senador Sibá Machado.

Por último, há uma outra questão: é importante a ida ao Pará dos técnicos e dos assessores, mas sempre tendo claro que esta é uma Casa política e, por isso, vamos fazer um relatório circunstanciado. Então, com certeza eles irão, mas a nossa presença no local é imprescindível. O Senador Demóstenes Torres disse exatamente isso: que poderemos ir quantas vezes forem necessárias dentro das nossas possibilidades.

Senador Demóstenes, como Presidente, faça uma ponderação aos Srs. Senadores: no primeiro momento, para que esses técnicos cheguem ao local e sejam apresentados a todos, eu me sinto na responsabilidade de acompanhá-los, inclusive para chegar ao delegado e dizer: “Eles estão aqui para colher e ter todas as informações, que vão ser mantidas em sigilo.” Nesse primeiro momento, essa deve ser uma questão que precisamos garantir. Entendo ser necessário que eu os apresente para as autoridades, para que eles façam um trabalho melhor. Não tenho nenhuma dificuldade quanto a isso. Acredito que isso é necessário. Esse, com certeza, deve ser o nosso objetivo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E o promotor. Os dois advogados e o promotor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Isso. Todas as pessoas. Estou conside-

rando que o promotor já vem junto para fazer parte dessa assessoria da Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Claro, com certeza.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, se me permite, somente por lembrança...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas enquanto não liberamos o promotor, poderíamos viabilizar que os dois fossem. Se o Senador Demóstenes conseguir, com agilidade, que ele seja liberado, melhor ainda, porque vamos todos juntos, inclusive em razão da dificuldade do deslocamento, porque não é fácil de chegar àquela área. Faço também essa ponderação.

Vamos falar com essas três pessoas para que, na próxima semana, no final da terça ou da quarta-feira, de acordo com a agenda, venham a esta Comissão para serem ouvidas. Eu concordo com o Senador Demóstenes em 100%.

Haverá algumas situações em que faremos conversas informais, até para que não se atrapalhe o andamento dos trabalhos. Existem algumas subcomissões desta Casa onde fazemos reuniões secretas, que não são gravadas, porque é necessário que seja desta forma. Creio que isso é uma unanimidade.

Então, vamos fazer esses encaminhamentos e solicitar todos os documentos, se não os tivermos no meu gabinete, ao Deputado João Alfredo.

Eu queria somente fazer um registro. Agradeço a todos os Senadores e as Senadoras por entenderem que esta é uma Comissão importante. Eu agradeço ao Presidente Renan Calheiros, que determinou a criação desta Comissão. Sinto-me honrada de estar presidindo. Mesmo que seja uma situação de dor para mim, em que estou particularmente envolvida por ser do Pará e por ter conhecido e tido o prazer de ter convivido com a Irmã Dorothy, penso que a melhor homenagem que podemos fazer a ela é exatamente que esse trabalho seja o melhor possível e que possamos dar um fim à impunidade, que traz ao Pará um triste título de campeão de violência e de morte. Quarenta por cento das mortes acontecidas no Brasil nos últimos vinte anos estão concentradas no Estado do Pará e têm como origem a questão da terra.

Temos uma CPMI da Terra e não vamos substituí-la, mas é importante o conhecimento do que acumulou aquela Comissão até agora para subsidiar o nosso trabalho. Penso que, cabe, sim, a esta Comissão dizer ao Brasil e ao mundo que nós, como Senadores, como representantes do Senado da República, não permitiremos que a situação continue como está, porque entendemos que essa situação é um desafio ao Estado Democrático de Direito, ao Estado Brasileiro. E nós,

Senadores, nesta Comissão, estamos representando também nossos Colegas que, tenho certeza, pensam dessa forma. Então, como o próprio Presidente inclusive determinou à Comissão, vamos contribuir para que se possa dar um fim a essa situação.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada esta primeira reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h13min.)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 2ª Reunião realizada em 22 de fevereiro de 2005

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora e ainda com as presenças dos Senadores, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado membros, reúne-se a COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG. Havendo número regimental, a Senhora Presidente Senadora Ana Júlia Carepa informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as exposições dos Srs. *Dom Erwin Krautler*, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira/PA; *Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior*, Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará; *Desembargador Gercino José da Silva Filho*, Ouvidor Agrário Nacional do INCHA e *Dr. Felício Pontes*, Procurador da República no Estado do Pará. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy solicita que seja reiterado o convite ao Presidente e ao Relator da CPMI da Terra para participarem da reunião. Com a palavra a

Sra. Presidente informa que tem um DVD para passar foi elaborado pela CPT e WWF sobre a região do Estado do Pará. A seguir, convida o Dom Elvin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira, para iniciar sua explanação. Com a palavra o convidado faz um breve relato desde a vinda da Missionária Dorothy, para a Região do Xingu, em 1982, até a sua morte. Usam da palavra pela ordem os Senadores Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. A presidência convida o Dr. Manoel Santino, Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará, para iniciar sua explanação. Com a palavra o Secretário aborda sobre a questão da defesa social organizada no Estado do Pará; a questão agrária no Estado, dando ênfase a forma de organização e distribuição; o setor de segurança pública no Estado do Pará e finalizando, aborda sobre as investigações que estão sendo levadas a cabo. A presidência convida o Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional. A seguir solicita que seja exibido o vídeo sobre a Região do Pará. Após a exibição, o Sr. Ouvidor inicia sua apresentação falando sobre as funções da Ouvidoria Agrária Nacional e, em sua explanação, relata que a Ouvidoria é um órgão criado com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais, interessados na garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos conflitos no campo, objetivando proporcionar condições ao trabalhador rural a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais nos termos da Constituição. A presidência convida o Dr. Felício Pontes, Procurador da República do Estado do Pará. Com a palavra o Sr. Procurador faz um breve relato sobre o seu testemunho na região do conflito, a partir de 1999; fala sobre a criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável e os encontros e reuniões que teve com a Missionária Dorothy. Finalizando, aborda sobre a questão da federalização do crime. A presidência propõe o encaminhamento de requerimento do Senador Flexa Ribeiro para ouvir o Sr. Laudir José Yteck, presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio. Usam da Palavra pela ordem os Senhores Senadores Siba Machado, Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra para os questionamentos os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, Siba Machado e Flexa Ribeiro. Com a palavra a Senhora Presidente informa que fica aprovada a ata da reunião anterior, bem como todos os requerimentos que entraram por escrito e oralmente e convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as

vinte e três horas e quatorze minutos e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que fará parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Especial criada mediante Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado Federal, composta por oito Senadores, com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Já há **quorum**, com a presença da Senadora Ana Júlia Carepa, de mim mesmo, da Senadora Fátima Cleide, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Siba Machado, mas faço um apelo aos Senadores Luiz Otávio, Demóstenes Torres e Serys Slhessarenko no sentido de sua presença, porque, dentro de instantes, teremos que eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, indicar o seu Relator e discutir o seu roteiro de trabalho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quero justificar a ausência da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra no Uruguai, em missão oficial do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão, à indicação do seu Relator e à discussão do roteiro dos trabalhos.

Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação, havendo antes, entretanto, a necessidade de indicarmos os possíveis candidatos a Presidente e a Vice-Presidente.

Deixo aberta a palavra para a indicação dos nomes dos candidatos a Presidente e a Vice-Presidente.

Senadora Fátima Cleide, que quer fazer a indicação.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim, Senador Suplicy.

Gostaria de indicar a Senadora Ana Júlia para a Presidência desta Comissão, até porque, se esta Co-

missão existe hoje, isso se deve muito ao trabalho da Senadora Ana Júlia, que, conosco, V. Ex^a e o Senador Sibá Machado, insistiu junto à Presidência desta Casa quanto à importância de o Senado Federal acompanhar as investigações sobre este caso que tanta dor está causando a todos nós, da Amazônia, ao nosso País e a todos os lutadores pela reforma agrária do Brasil.

Assim justifico a indicação da Senadora Ana Júlia para a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a quer se manifestar, por favor?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de indicar o Senador Luiz Otávio para Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Regimentalmente, a indicação do Relator é prerrogativa do Presidente. Agora estamos indicando os nomes para Presidente e Vice-Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se não poderia indicar o Senador Luiz Otávio para ser Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A minha indicação é para que S. Ex^a seja Relator. Lamentavelmente, S. Ex^a ainda não chegou. Pediria que a Senadora Ana Júlia acatasse a indicação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vamos eleger o Presidente primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos eleger o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – E o Vice-Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...e desde logo a Senadora Ana Júlia tem a minha concordância.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de saber se é possível, regimentalmente, elegermos o Presidente – não estão presentes todos os Senadores – e deixar em aberto o Vice-Presidente para ser eleito numa outra reunião. É possível? Pergunto ao Secretário.

Importante é constituir a Comissão. Dispomos de apenas 30 dias para trabalhar e ter um roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pergunto à Assessoria do PFL e do PMDB se os Senadores Demóstenes Torres e Luiz Otávio vão chegar de pronto.

Estão se encontrando com o Prefeito César Maia? Ah, estão assistindo a um vídeo.

Senador Flexa Ribeiro, estou tentando verificar a possibilidade de ambos os Senadores, Luiz Otávio e Demóstenes Torres, chegarem.

Obviamente, a sugestão de V. Ex^a merece todo o respeito de nossa parte, mas também estamos considerando outras atribuições que, por exemplo, o próprio Senador Luiz Otávio deverá ter. Pelo que fomos informados, S. Ex^a foi designado, por eleição da Bancada de seu Partido, para presidir a CAE.

E, por coincidência, o Senador Demóstenes Torres, que participa desta Comissão, tem uma enorme experiência como promotor público, talvez com uma qualificação especial para realizar aquele trabalho que constitui a finalidade principal da nossa Comissão, que é acompanhar uma investigação.

Estou pensando alto com os companheiros.

Dado que o Presidente do Senado designou um promotor com a qualificação do Senador Demóstenes Torres, devemos pelo menos consultá-lo sobre em que medida S. Ex^a gostaria de oferecer o seu conhecimento e experiência para este trabalho que será de tamanha relevância. Daí por que eu gostaria que essa decisão, na medida do possível, fosse tomada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador, todos nós lamentamos a morte da Irmã Dorothy e dos outros três brasileiros que ocorreu no Pará.

Pediria que os nobres Pares acatassem a sugestão que fiz de que o Presidente e o Relator sejam Senadores do Estado do Pará. Apesar de a Comissão ser ampla e de, com certeza, contarmos com a inteligência e a experiência dos demais Senadores, com a experiência do Senador Demóstenes, como membro do Ministério Público, eu gostaria que fosse levada em consideração essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É óbvio que a sugestão de V. Ex^a está sendo considerada, mas essa é uma atribuição do Senador que presidir a Comissão, então não posso decidir por ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Assim como estou afirmando a importância de se ouvir os Senadores Luiz Otávio e Demóstenes Torres, ao saber que o PMDB designou para uma missão importante o Senador Luiz Otávio e da qualificação do...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então é uma escolha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É a escolha do Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não é indicação; é uma escolha. O Presidente escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A indicação é do Presidente e do Vice-Presidente, para que possamos votar. O cargo de Relator não é submetido à votação, segundo o Regimento. Trata-se de uma designação, que é atribuição do Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desculpe-me, sou neófito; estou aprendendo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – É claro que V. Exª tem todo o direito de se manifestar e de sugerir ao Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou aprendendo com V. Exª. Eu aprendo a todo minuto e vou aprender por muitos anos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – E eu, com V. Exª, porque aqui todos nós aprendemos uns com os outros, felizmente. A Casa é democrática por excelência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Até porque, Senador Suplicy, com certeza o Senador Flexa é novo nesta Casa, mas não na política. É alguém que já exerceu muitas funções, portanto tem bastante experiência.

Creio que devemos deixar essa discussão para depois. De qualquer modo, devemos esperar alguns minutos, mas, em tese, já poderíamos fazer a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

É fundamental discutir e aprovar um roteiro de trabalho. Existe uma proposta, mas essa é uma questão que apreciaremos a seguir, tendo em vista que dispomos de apenas 30 dias para apresentar um relatório circunstanciado.

Não tenho dúvida de que esse relatório será unanimemente votado. A tendência é essa, esse é o nosso objetivo, para que possamos propor, inclusive, alterações na legislação, se necessárias forem. Para isso, estamos constituindo esta Comissão. Acredito que seja importante registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pergunto a V. Exª se consultaria o Senador Luiz Otávio para saber se porventura S. Exª aceitaria um cargo ou outro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou tentando localizar o Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Certamente a sua assessoria está acompanhando os trabalhos da nossa Comissão.

Pergunto a V. Exª, sendo também do Pará, com os argumentos que apresentou...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria fazer uma proposta: suspender a reunião por cerca de dez minutos, para ter uma posição do Se-

nador Demóstenes Torres e do Senador Luiz Otávio. Considero mais prudente fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não é preciso necessariamente que sejam dez minutos. Será o tempo suficiente para S. Exªs chegarem aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, uma questão de ordem, ainda sobre a instalação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de ampliar o escopo da Comissão, que foi criada com o intuito de acompanhar a investigação do assassinato da Irmã Dorothy. Sugiro que se acompanhe a investigação dos quatro assassinatos que ocorreram, para elucidá-los.

A Presidente a ser eleita está dizendo que a reunião está suspensa. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não, ainda não a suspendi.

Considero relevante a ponderação do Senador Flexa Ribeiro, mas acredito que será natural da parte da nossa Comissão que, ao analisar e investigar todas as razões que levaram à morte da Missionária Dorothy Stang, como houve mortes no mesmo período, em locais diferentes, mas relacionadas, venhamos também a relacionar a morte da Irmã Dorothy Stang com a desses outros trabalhadores, assim como as ameaças que outras pessoas estão sofrendo.

Então a observação de V. Exª é pertinente. Acredito que todos vamos acatá-la.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então eu gostaria que fosse levada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Nem será preciso modificar o teor da ementa já aprovada no Plenário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, já que continuamos a reunião, peço a palavra pela ordem.

Eu havia pedido a suspensão por isso. Estamos discutindo, inclusive existe uma proposta, isso já está escrito. É uma proposta, mas isso está escrito porque é uma questão óbvia.

Da proposta de roteiro de trabalho já constam os objetivos: “Realizar estudos sobre a possível conexão do homicídio da missionária com outros crimes e infrações ocorridos na região”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, não estou me referindo à conexão, mas ao possível esclarecimento dos outros homicídios, não apenas ao da Irmã Dorothy.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Mas nós não podemos mudar, Senador, perdoe-me, o ato do Presidente. Não cabe a esta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o

ato do Presidente não faz referência...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Faz referência, sim; ele é claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/

PT – SP) – Senadora Ana Júlia, permita-me ponderar o seguinte...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– É lógico que teremos que fazer uma análise, um estudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A primeira tarefa da reunião, pela qual

sou responsável, será a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Uma vez realizada a eleição, convidarei o Presidente para assumir a direção dos trabalhos.

Cabe observar que a reunião está aberta, há **quorum**, ainda não foram eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e as ponderações que estamos fazendo podem ser observadas. Não é preciso suspender os trabalhos pelo fato de ainda estarmos aguardando, por uma questão de respeito, a presença dos demais membros, para que sejam consultados.

Senadora Ana Júlia, a ponderação do Senador Flexa Ribeiro pode ser considerada, pois se adapta ao espírito desse relatório.

Está-se dizendo que a Comissão, além de estudar as responsabilidades e as causas pela morte de Dorothy Stang, poderá, naturalmente, examinar as responsabilidades pelos crimes conexos à morte da missionária. Creio que é uma questão de bom senso, portanto não haverá, acredito, divergência.

Quando for apresentado esse roteiro de trabalho, V. Exª poderá fazer essa sugestão. Não precisaremos divergir sobre isso.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Suplicy, só para contribuir com a organização dos trabalhos, há uma proposta de suspensão para aguardar a chegada do Senador Demóstenes. Realizar uma eleição aqui com apenas dois Partidos não garante o pluripartidarismo que pretendemos imprimir à Comissão. Então seria interessante analisar a proposta de suspensão dos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A Senadora Ana Júlia abordou uma questão agora que me preocupou. S. Exª acabou de me passar o ato do Presidente, Senador Renan Calheiros, segundo o qual a Comissão é criada especificamente para acompanhar o caso do assassinato da Missionária Dorothy.

E S. Exª disse há pouco que não há como fazer a extensão, não é isso? Ou entendi errado?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador, deixe-me tentar lhe explicar.

Todos consideramos que não só os assassinatos, mas as ilegalidades e irregularidades cometidas podem ou não... Veja, nós vamos acompanhar as investigações, então partimos desta premissa: elas podem ou não ter uma conexão com o assassinato.

É óbvio que será papel também desta Comissão acompanhar a investigação dos outros assassinatos ocorridos na região, e não apenas os que ocorreram logo após. Isso nós vamos discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O ato do Presidente não impede isso?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Não impede, pelo contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está ótimo, muito obrigado.

O SR. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– O ato do Presidente não prevê a análise dos outros assassinatos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas não há impedimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– ...e tudo o que tiver uma relação com isso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mesmo

não havendo relação, creio que devemos pesquisar o outro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Nesse caso, podemos tomar uma decisão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas é isso que entendo que o Presidente...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Depois de eleger o Presidente e o Vice-Presidente, ao encaminharmos os trabalhos, podemos tomar uma decisão nesse sentido, apesar de que eu havia proposto ao Presidente Renan que esta Comissão, além de acompanhar as investigações, pudesse também fazer um relatório circunstanciado sobre a questão da grilagem de terra no Estado. Mas não foi assim que se decidiu, e respeito a decisão do Presidente nesse aspecto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senadora. V. Exª esclareceu a minha dúvida.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Era essa a situação que eu queria esclarecer. Agora, é natural que não só os assassinatos sejam investigados. Com certeza, todas as situações de ilegalidade serão parte de análise para que possamos elaborar um relatório circunstanciado. O objetivo principal da missão é apresentar propostas ao Poder Executivo. O Legislativo tem esse direito, mesmo que o Executivo

já esteja trabalhando nesse sentido, tanto o estadual quanto o federal. Para elaborar esse relatório circunstanciado, temos que fazer um diagnóstico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, mesmo que não haja conexão entre a morte da missionária e os demais assassinatos, que, com certeza, ocorreram em razão de problemas de grilagem – não há dúvida disso –, eu gostaria de contar com o apoio de V. Exª como membro da Comissão, para que seja ampliado o objetivo dos trabalhos para que também se acompanhem os esclarecimentos dos outros assassinatos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Acredito que essa sugestão, naturalmente, será feita ao Relator e a todos nós. Não há dúvida de que os crimes são conexos. Creio que a ponderação de V. Exª...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quando estivermos discutindo a pauta, após a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, discutiremos também um roteiro de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª estava sendo aguardado. Já tínhamos *quorum*, mas consideramos imprescindível a sua presença. Informo a V. Exª que foram feitas as seguintes indicações: a Senadora Fátima Cleide indicou a Senadora Ana Júlia Carepa para Presidente da Comissão. Por telefone, consultamos o Senador Luiz Otávio – que não pôde estar presente – a respeito da possibilidade da indicação de S. Exª para Vice-Presidente. O Senador disse que indicaria o Senador Flexa Ribeiro para o cargo. Cabe à Presidente a responsabilidade de indicar o Relator, sendo que não se pode fazê-lo sem que o mesmo diga se está de acordo com a indicação. Então, V. Exª, dentro de instantes, saberá por que avaliávamos como tão importante a sua chegada. Não posso falar mais nada e nem fazer qualquer revelação, pois isso constitui atribuição do Presidente.

Convido as Sras e os Srs. Senadores para depositarem os seus votos na urna. Eu também vou fazê-lo.

(Procede-se à votação.)

Peço ao Senador Sibá Machado e à Senadora Fátima Cleide que procedam à apuração dos votos.

O SR. – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Era uma mensagem do Prefeito César Maia ou apenas um vídeo de S. Exª? V. Exª poderia nos revelar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O futuro Presidente da República, César Maia, estava assumindo a Presidência do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Mas S. Exª estava falando ao vivo? Estava presente?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estava presente, de corpo presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Foi nos dito que estavam assistindo a um vídeo do Prefeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, era uma reunião da executiva...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Então é uma coisa muito significativa.

O SR. – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Do Brasil. O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Pré-candidato, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O próximo Presidente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Não, mas tem que ter convenção...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas isso são formalidades.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – A formalidade maior é a eleição pelo povo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa é séria. Essa nós vamos ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Então, caberá ao povo escolher. Senadora Fátima Cleide e Senador Sibá Machado, por favor.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Bloco/PT – SP) – Foi eleita a Senadora Ana Júlia Carepa, por unanimidade.

Para Vice-Presidente, o Senador Flexa Ribeiro obteve cinco votos e o Senador Luiz Otávio, um voto.

Convido a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro para assumirem a Mesa e a Presidência dos trabalhos.

Externo à Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Flexa Ribeiro os meus cumprimentos por essa missão de tamanha responsabilidade que vão assumir, para a qual vão contar com toda a nossa cooperação. Inclusive, eu, o Senador Sibá Machado, a Senadora Ana Júlia e mais sete Deputados Federais estivemos presentes no velório da Irmã Dorothy Stang e pudemos testemunhar o extraordinário carinho e respeito de todos os que viram na vida da Irmã um exemplo extraordinário de dedicação e solidariedade à causa da Justiça, do direito de todos os trabalhadores que desejam cultivar a terra poderem exercer esse direito trabalhando a terra.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Assumo a Presidência da Comissão e vamos já iniciar os trabalhos. Agradeço a todos os membros pela eleição. Como Presidente, eu gostaria de indicar para Relator o Senador Demóstenes Torres.

Portanto, Senador, agora V. Ex^a entende por que sua presença era tão aguardada nesta reunião. V. Ex^a reúne todas as qualidades para o cargo. Temos aqui uma Comissão pluripartidária. Isso também deve ser ressaltado: a importância de uma comissão ter a representação dos diversos Partidos. Penso que o Senador, pela sua formação de Promotor de Justiça, tem plena condição – eu diria uma condição extra – para a missão. E não só pela sua formação, mas também por sua capacidade e competência que já demonstrou nesses dois anos no Senado da República. Acredito que o Senador poderá contribuir muito para que possamos fazer um bom trabalho nesses 30 dias numa Comissão que é tão importante neste momento.

Após algumas conversas que mantivemos ontem e hoje pela manhã, quando estava presente aqui a Senadora Fátima Cleide, apresentamos uma proposta de roteiro de trabalho. Vou ler essa proposta que já se encontra nas mãos de todos os Senadores.

A Comissão criada pelo Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado, composta por 8 Senadores, tem o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang e apresentar um relatório circunstanciado sobre o crime que a vitimou, no prazo de 30 dias.

Proposta de roteiro de trabalho:

- realizar reuniões com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará e demais autoridades policiais no âmbito do Estado e também no âmbito federal, já que este crime está sendo investigado de forma conjunta pela Polícia Estadual e pela Polícia Federal. O inquérito policial é correntemente presidido pelo Delegado Waldir Freire, da Polícia Civil do Estado, que vem sendo acompanhado pelo Delegado Wallame, da Polícia Federal;

- realizar reuniões com os principais atores envolvidos na problemática fundiária e ambiental do Estado, incluídos indivíduos e entidades da sociedade civil ligados aos colonos e aos madeireiros da região, que são atores importantes nessa situação;

- realizar estudos sobre a possível conexão do homicídio da missionária com outros crimes ocorridos na região, até porque, logo após, também ocorreram vários crimes;

- fazer o levantamento da legislação e de políticas públicas já existentes para a disciplina desse tema;

- apresentar diagnóstico sobre as principais carências institucionais, legais e sócio-econômicas da região;

- elaborar proposição de sugestões para o tratamento da questão fundiária e ambiental, com enfoque, principalmente, no papel que o Poder Legislativo possa desempenhar para sua implementação.

- fazer um relatório circunstanciado sobre todas as investigações realizadas nos âmbitos estadual e federal.

Na verdade, essa é uma proposta de trabalho que estamos apresentando. Também precisamos discuti-la, porque, provavelmente, teremos que nos deslocar para realizar as funções desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Em verdade, uma das atribuições principais do Relator é fazer o roteiro de trabalho, de audiência e tudo o mais. Por isso, quero lembrar que a sugestão de V. Ex^a, obviamente muito bem-vinda, pode ser vista como uma sugestão ao Relator, que foi considerado por todos nós, dada a sua experiência como Promotor, como alguém que terá condições as melhores possíveis para nos ajudar nesse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Peço a V. Ex^a um segundo, Senador Eduardo Suplicy. Eu gostaria, então, de chamar o Senador Demóstenes Torres, nosso Relator, para compor a Mesa, até porque S. Ex^a já aceitou a indicação, que foi por unanimidade.

Senador Eduardo Suplicy, a idéia de fazer sugestões ao Relator ocorreu, em primeiro lugar, porque já tenho algum conhecimento da situação. Por esse motivo, entendo ser essa uma obrigação minha, Senador Demóstenes. E também pelo fato de termos apenas 30 dias. Então, a idéia foi contribuir trazendo essas sugestões ao Relator.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr^a Presidente, sugiro a V. Ex^a que proponha reuniões com o Secretário de Segurança e com os demais atores envolvidos e a viagem a Belém e a Anapu com esses objetivos.

Há certos detalhes a serem considerados, inclusive do ponto de vista da praticidade e da economicidade dos nossos trabalhos, já que temos apenas 30 dias. Como somos oito pessoas que deverão ir a Anapu e a Belém, precisamos pensar o que seria

adequado fazermos em Anapu – visto que seria imprescindível fazermos uma visita a essa cidade – e o que poderíamos fazer aqui em Brasília. E precisamos pensar também no seguinte: quando formos a Anapu, deveríamos utilizar o nosso tempo naquela cidade de forma a mais produtiva possível, porque sabemos que não é fácil deslocar oito Senadores para outra cidade, mesmo por alguns dias, em razão das nossas responsabilidades e atribuições.

Dessa forma, é possível que algumas das audiências possam ser realizadas aqui mesmo, porque, às vezes, é mais fácil uma ou outra autoridade se deslocar de lá pra cá do que oito Senadores daqui pra lá.

Penso que especialmente o Relator, mas também a Presidente e o Vice-Presidente, poderão pensar, ainda mais aqueles que são Pará, em como organizar isso. E nós já nos prepararíamos. E vamos decidir qual será, nos próximos 30 dias, a melhor época para nos deslocarmos pra lá. Isso vai envolver um planejamento das oito pessoas envolvidas. Não quero ser impedimento para a Comissão, mas, por exemplo, informo que, no dia 2, à noite, sigo para uma viagem aos Estados Unidos e volto no dia 8 de março. Então, terei esse impedimento pessoal. Mas se for essa a data escolhida, tudo bem, mas é possível que cada um dos demais membros tenha também certos compromissos. Na medida em que pudermos conhecer a sugestão da melhor data para um deslocamento a Anapu, vamos todos nos programar para a viagem. E dada a relevância da natureza do trabalho, bem como a sua gravidade, é possível que esse trabalho tenha que ser, eventualmente, realizado em dias de semana, seja de segunda a quarta-feira, ou algo assim. Temos que ir, mas precisamos saber antecipadamente a data.

Outro ponto a considerar – e aí a experiência de V. Exª é tão importante –: é possível que, como talvez as investigações já estejam se iniciando, a nossa visita a Anapu, do ponto de vista de averiguar as investigações, seja mais produtiva, por exemplo, daqui a três semanas, uma vez que as autoridades já poderão ter mais elementos para avançar na investigação, já sabendo que iremos estar lá presentes.

Faço essas ponderações para todos nos prepararmos melhor para desempenhar os nossos trabalhos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Sr. Relator, como há outros Senadores inscritos, proponho que ouçamos o Relator e, em seguida, os demais Senadores. Após isso, ouviríamos novamente o Relator para que S. Exª possa dirimir eventuais dúvidas em relação à situação.

Antes, porém, informo que o inquérito está numa fase em que já foram expedidos mandados de prisão, ou seja, já se chegou a indícios muito fortes para que se expedissem mandados de prisão para quatro pessoas.

Por isso, entendo que esse prazo não deva ser tão longo, talvez antes de o Senador viajar, por exemplo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, V. Exª está querendo que nós também venhamos a prender as pessoas que estão sendo objeto dos mandados de prisão?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, pelo contrário. De jeito nenhum, Senador. Mas é exatamente para mostrar que o processo está correndo de forma célere.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, em primeiro lugar, agradeço a confiança depositada em mim para que eu possa relatar os trabalhos dessa Comissão Externa, que foi criada por sugestão de vários Senadores, principalmente os que estão presentes.

Trata-se de um trabalho sério, com prazo exíguo. Investigação é algo que não se soluciona pela nossa vontade. Quase sempre é um quebra-cabeça que pode ser montado rapidamente, mas às vezes demora muito. O Senador Eduardo Suplicy talvez tenha razão quando alerta para o fato de que o nosso acompanhamento no inquérito, que foi instaurado e está sendo desenvolvido, não pode chegar à beira da negligência, senão corremos o risco até de empanar o brilho dos trabalhos que estão sendo realizados, mesmo porque não estamos duvidando, em momento algum, que essas pessoas são competentes, que estão trabalhando de forma séria e até incentivadas mesmo a descobrir o que efetivamente ocorreu e como desvendar esse crime.

Todos os Senadores têm diversas atribuições, pois, sendo de vários Estados, temos que estar aqui permanentemente. Estamos interessados – e muito! – na elucidação do crime e também, como sugerido por V. Exª, que possamos detectar as causas que fazem ocorrer esses episódios, cotidianamente, naquela região.

V. Exª, Senador Suplicy, tem profundo conhecimento do que acontece ali. Tenho certeza de que o Senador Flexa Ribeiro também vai dar a sua contribuição, assim como o Senador Luiz Otávio e todos nós que, de certa forma, somos envolvidos com essa problemática há muito tempo. Talvez o Estado de São Paulo tenha menos problemas nessa área. Goiás já os superou, mas, antes da divisão do Estado, também tínhamos

grandes problemas nesse sentido. O Senador Eduardo Suplicy, embora seja do Estado de São Paulo, é um homem absolutamente ligado às questões populares e conhece com profundidade o problema fundiário.

Então, a Comissão está bem constituída.

Temos, no Senado Federal, atuando junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um promotor que tem muita experiência na área de segurança pública, porque foi delegado de polícia e oficial do Exército e, no Ministério Público, fez o controle da atividade externa da Polícia. Posteriormente, quando fui Secretário de Segurança Pública e Justiça, ele foi o meu braço direito e tivemos muito êxito ao resolver questões fundiárias. Nunca houve uma morte no Estado de Goiás, e a lei sempre foi cumprida.

Por isso, uma vez que ele está no Senado Federal representando o Ministério Público, sugiro que pedíssemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal que esse promotor possa ser deslocado para o Pará a fim de, naquele Estado, acompanhar os trabalhos. Ele poderia ouvir, por exemplo, pessoas sugeridas por V. Ex^a e pelo Senador Flexa Ribeiro, além de outras pessoas que lá se encontram para elucidar o problema.

Esse promotor chama-se Tito Souza de Amaral. Se conseguirmos que o Presidente Antonio Carlos Magalhães o libere para que ele possa ir ao Pará preparar o campo, talvez com mais uma ou duas pessoas do Senado, vamos evitar que cheguemos àquele Estado, de certa forma, perdidos. Podemos ir àquele Estado todas as semanas, se não todos os Senadores, pelo menos um grupo de Senadores, para que possamos fazer esse acompanhamento permanentemente.

Quando chegarmos lá, ele poderia nos apresentar um relatório do que, efetivamente, está acontecendo para que tenhamos esse trabalho otimizado e consigamos executá-lo de uma forma mais rápida. Ao mesmo tempo, ele pode também, sendo uma pessoa bastante experiente – volto a dizer –, fazer um levantamento dessa questão fundiária, não para que apresentemos um plano definitivo, porque, em 30 dias, não vamos conseguir solucionar o que o Brasil não conseguiu fazer em 500 anos, mas podemos fazer esse levantamento e analisar os problemas todos, pistolagem, grilagem de terra, intolerância com o movimento dos sem-terra etc.

A minha posição é absolutamente legalista. Sou um homem que respeita a lei. Às vezes, até discordo dela, mas a respeito.

Então, vou procurar fazer o relatório de acordo com o que penso, sinto e em absoluta comunhão com todos que estão presentes, até para que possamos apresentar não um trabalho pessoal, mas um trabalho

de consenso, que realmente possa ajudar a movimentar o Brasil e resolver essa problemática.

Dessa forma, apresento de pronto esse nome. Outros também poderão ser apresentados. Mas não devemos colocar muitas pessoas porque, à medida que se amplia demais, o trabalho vai sendo dificultado, especialmente porque cada um tem uma idéia e amplia-se demais o leque. Vejam o que aconteceu com a CPI do Banestado. A sugestão inicial é que se investigassem 20, 30 ou 40 pessoas. Mas resolveram investigar mil; depois, duas mil; posteriormente, três mil, quatro mil e cinco mil pessoas... E não se chegou a lugar algum. E foi enterrada, melancolicamente, a CPI do Banestado, que poderia ter tido um início de resultado.

Entendo que fazemos parte de uma Comissão que, além de ser de acompanhamento e apresentar sugestões, pode, sim, ajudar o Estado do Pará a se livrar desse problema, que é grave. É um problema econômico, temos certeza disso, mas é também um problema social imenso. E isso não se resolve do dia para a noite. Mas temos condições de começar a sinalizar o caminho.

De forma prática, sugiro que mandemos ao Pará alguém que possa trabalhar em nome desta Comissão do Senado Federal, que tenha trânsito em todas as áreas, especialmente no Ministério Público e no Poder Judiciário, para que, quando chegarmos àquele Estado, já tenhamos uma noção de qual caminho devemos seguir para que possamos ter, daqui a 30 dias, como fechar esse relatório sem ter que pedir mais prazo, sem haver procrastinação.

Disponho-me, em tempo integral, a acompanhar nossa Presidente, nosso Vice-Presidente e todos os demais membros da Comissão para que tenhamos, efetivamente, dentro de 30 dias, um resultado a apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há três Senadores inscritos: Sibá Machado, Flexa Ribeiro e Fátima Cleide. Antes de passar a palavra, faço uma ponderação a todos nós. Houve um atraso no início da reunião, que considero natural e importantíssimo. Mas peço que as intervenções sejam mais objetivas para que outros Senadores possam falar e possamos tomar decisões.

Informo que esta Comissão já conta com duas assessorias do Senado Federal, sendo ambos advogados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Nós já nos preocupamos com esse aspecto e solicitamos essa assessoria: o Dr. Eugênio e o Dr. Jaime. Mesmo assim, a Comissão pode fazer a

solicitação requerida pelo Senador Demóstenes à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr^a Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a permite a troca com a Senadora? (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr^a Presidente, parablenzo o nosso Relator pela idéia de trazer mais uma pessoa para a nossa assessoria. Penso que essa pessoa deveria ser integrada à assessoria que já existe nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Flexa. Parablenzo, em primeiro lugar, o Senado Federal por se interessar, em tempo bastante hábil, em nos ajudar a elucidar situações como essa. Infelizmente, o problema se arrasta há muito tempo. Em segundo lugar, parablenzo V. Ex^a por presidir esta Comissão, ao Senador Demóstenes por ser o Relator, e, é claro, ao Senador Flexa Ribeiro, que vai nos ajudar bastante por ser também um profundo conhecedor dessa matéria.

Existe também uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que já possui um determinado conteúdo de informações a respeito de Anapu, que – acredito – podem ajudar bastante. Estivemos naquela cidade em outubro do ano passado, salvo engano. Naquela época, foram realizadas audiências e houve vários depoimentos. Algumas pessoas já se pronunciaram. Então, há muito material sobre o tema. Acredito que o Relator daquela Comissão, Deputado João Alfredo, poderia – se V. Ex^a concordar com isso – ser convidado para repassar as informações de que já dispõe e que possam contribuir para o relatório de V. Ex^a.

O prazo também me preocupou porque não sabemos quais elementos o órgão investigador terá em mãos, em 30 dias, que nos possa subsidiar, ou se seremos nós que vamos poder subsidiá-los com alguma novidade.

Diante disso, concordo com a sugestão do Senador Demóstenes de estarmos naquela região semanalmente em rodízio; provavelmente, assim, pois não vejo outra forma. Poderia ir um grupo de duas ou três pessoas, de forma alternada e sucessiva, de forma que um grupo vá complementando o trabalho do grupo anterior.

A Irmã Dorothy esteve aqui no ano passado. Na ocasião, fizemos uma entrevista com ela por intermédio da minha página no Senado. Em razão disso, tenho

algumas informações sobre a pessoa da Irmã que, talvez, possam contribuir com V. Ex^as.

Há outra preocupação com os demais crimes que ocorreram naquela região. A região de Anapu não está isolada; fica numa região que envolve – parece-me – cerca de 20 Municípios ao longo de mil quilômetros da Rodovia Transamazônica, mais os Municípios em torno do rio Xingu e outros.

Então, para que não nos percamos no emaranhado do extenso território que envolve a região... O caso da Irmã Dorothy – volto a dizer – não é fato isolado de um Município. E tenho medo de colocarmos tantos elementos e tantas coisas mais para serem trabalhadas e nos perdermos.

Portanto, sugiro que façamos uma definição do espaço de tempo e do espaço geográfico, senão vamos envolver outras coisas. Assim, os crimes que ocorreram os mais próximos possíveis deste evento...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Concordo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assim, quanto a outros elementos que vierem contribuir, tudo bem, vamos analisá-los. Mas vamos passar direto à investigação natural dos fatos, não considerá-los como peça de nosso trabalho, mas que V. Ex^a possa encaminhar os demais elementos às instituições que estão com a tarefa primeira de solucionar esse problema.

Coloco-me à disposição pelo tempo que for necessário. Quero ajustar minha agenda a esse trabalho. Tenho confiança absoluta de que poderemos contribuir para a solução desse problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, demais membros desta Comissão, parablenzo a Presidente e o nosso Relator pela eleição. Coloco-me à disposição para facilitar os nossos trabalhos. O tempo é curto, realmente. Eu me solidarizo com o Senador Suplicy. Penso que realmente os deslocamentos... O Estado do Pará tem mil duzentos e cinquenta quilômetros quadrados. A Senadora Ana Júlia conhece bastante os deslocamentos. Da sede do Município de Altamira até o local do lastimável assassinato levam-se horas e horas. Esses deslocamentos realmente são demorados.

Coloco-me à disposição de V. Ex^as e informo que o Governo do Estado coloca todo o seu aparato à disposição da Comissão para facilitar esses deslocamentos, seja por helicóptero ou avião, para que possamos chegar mais fácil e rapidamente a esses locais.

Senador Demóstenes, fico satisfeito de V. Exª ser um homem da Justiça, um Promotor Público. O Secretário Especial de Estado de Defesa Social do Estado do Pará, Dr. Manoel Santino, foi Procurador-Geral de Justiça...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É meu amigo; ele foi Procurador-Geral quando eu também atuava como Procurador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – S. Exª é também chefe do Ministério Público do Estado do Pará. Então, é também um homem da Justiça e, com certeza absoluta, vai lhe passar todas as informações necessárias, porque S. Exª está à frente da investigação de todos os crimes que ocorreram e de toda essa onda de crimes que avassala e preocupa a todos nós, paraenses e brasileiros.

Coloco-me, Senador Eduardo Suplicy, à disposição de todos os membros da Comissão para facilitar os deslocamentos.

Sr. Relator, Srª Presidente, creio que devemos fazer um cronograma e tentar cumpri-lo ao longo desses 30 dias, que são escassos para a tarefa hercúlea que nos é dada.

Como disse o Senador Suplicy, na sua sapiência, algumas dessas reuniões podem ser feitas em Brasília ou até mesmo em Belém. A própria sugestão que a Presidente passou ao Relator, de se ouvir o que já foi feito com os membros da área de segurança pública, da Delegacia da Polícia Federal e tudo, isso pode ser feito em Belém ou trazê-los aqui à Comissão e ouvi-los, o que facilitaria muito. Isso pode ser feito semana que vem. Se for em Belém pode ser...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Dentre as autoridades que estão justamente colhendo elementos e avançando bastante está o Dr. Gercino José da Silva Filho, que é o Ouvidor do Incra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que esteve lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Inclusive acompanhei quando S. Sª ouviu a pessoa que testemunhou a morte da Irmã Dorothy Stang. S. Sª está ouvindo os demais ameaçados e foi ontem a Paraopebas para examinar o outro crime ali ocorrido. Então, como inclusive ele trabalha em Brasília, mas se deslocou para lá o suficiente, talvez pudéssemos ouvi-lo, por exemplo, na semana que vem em Brasília, claro que dependendo de sua disponibilidade, mas S. Sª está com a atenção totalmente voltada para a elucidação tanto das causas quanto dos problemas e das

soluções, além de saber... Tipicamente, essa é uma pessoa que eu queria sugerir no roteiro de trabalho, e poderíamos ouvi-lo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Senador Eduardo Suplicy pediu um aparte, peço ao Senador Flexa Ribeiro então que conclua para depois passarmos a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, concluindo, Senador Demóstenes Torres, como sugestão apenas, V. Exª, nessa agenda de trabalho, poderia fazer uma próxima reunião aqui semana que vem, trazendo essas pessoas para que possamos ouvi-las aqui, ao invés de nos deslocarmos para lá, e já termos subsídios dessas investigações que foram...

Eu sugeriria que trouxéssemos o Secretário Especial de Segurança Pública, Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior; o Chefe do Comando da Polícia Militar do Estado, Coronel João Paulo Vieira da Silva, que também está à frente do caso; o Chefe da Polícia Civil, Luiz Fernandes Rocha, que está à frente também; como eu disse e a Senadora Ana Júlia Carepa colocou na pauta de trabalho, se possível, o Delegado Waldir Freire, que estava no local do crime fazendo as investigações; e o Superintendente da Polícia Federal, José Salles, que é o Chefe da Polícia Federal no Pará, e o Delegado Wallame Machado, da Polícia Federal, que está à frente das investigações. Essas são as sugestões de nomes, completadas com o Ouvidor-Geral do Incra que o Senador Eduardo Suplicy sugeriu agora.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, então, objetivamente, eu sugeriria já agora que enviássemos ofícios para o Presidente da CPML da Terra, Senador Alvaro Dias, para que S. Exª mandasse toda a documentação que entendesse pertinente para que já pudéssemos começar a elucidar o caso ou ter uma visão melhor do que está ocorrendo.

Poderíamos pedir também ao Ministro da Justiça; à Polícia Federal, na pessoa do seu Superintendente; ao Ministro da Defesa, caso S. Exª tenha alguma informação, pode ser alguns dos órgãos ou algumas das Forças para que pudessem também apresentar o que têm; à Abin – claro, se não forem documentos sigilosos, mas se ela puder fazer isso –; ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Deputado Nilmário Miranda, porque também deve ter algo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Inclusive o Secretário Nilmário Miranda esteve na área, como também a Ministra Marina Silva.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ao Presidente do Incra, para que remetesse toda a documentação...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Presidente do Incra também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, já que pode haver ligação com a questão ambiental, para que eles façam a remessa de qualquer documentação que entendam pertinente.

Eu sugeriria também que oficiássemos ao Secretário de Defesa Social do Pará, e, ao mesmo, vou falar com ele pessoalmente. O Dr. Santino foi Procurador-Geral de Justiça do Pará na mesma época em que fui Procurador-Geral de Justiça de Goiás. Tenho um relacionamento muito bom com ele. O Dr. Santino é um homem extraordinário e vai nos abrir as portas. Vamos falar com ele por telefone mesmo, porque essa tramitação de papel, às vezes, inviabiliza a oitiva na semana que vem.

Então, vou tentar falar com o Dr. Santino e com o Dr. Gercino, com quem tenho bom relacionamento também.

Penso que já deveríamos despachar essa comissão e já oficial ao nosso Presidente, Renan Calheiros, para que liberasse oficialmente o Dr. F. Eugênio M. Arcanjo e também o Dr. Jaime Santiago. E, se a minha sugestão for acatada, o Dr. Tito Souza de Amaral, que é um promotor da mais absoluta competência e vem acompanhando os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo Ministério Público Federal há muito tempo e tem larga experiência nessa área de investigação, para que ele, o Dr. Jaime e o Dr. Eugênio já pudessem se deslocar, de imediato, ao Estado do Pará, se possível amanhã – ou hoje, mas creio que há providências administrativas a tomar.

Devemos oficial também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que libere o Dr. Tito, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, do qual ele é servidor. Tenho certeza de que a Procuradora-Geral, Dr^a Laura, vai liberá-lo também sem qualquer problema. Mas precisamos viabilizar a questão do transporte, da hospedagem e da alimentação dessas três pessoas para que elas possam permanecer lá praticamente o tempo todo e nos dar dicas do que devemos fazer, até para não perdermos a viagem ao Pará. Dessa forma, se alguém puder ser ouvido aqui, que o seja; e quem não puder vir a Brasília, se tivermos que ir ao Pará uma ou mais vezes, que possamos nos deslocar sem qualquer problema.

Então, objetivamente, essas são as minhas sugestões e, na terça-feira ou na segunda-feira – vou tentar o contato –, vamos proceder à oitiva do Dr. Santino e

do Dr. Gercino. Enquanto isso, quem estiver no Pará já pode nos oferecer uma sugestão de cronograma, como disse o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Penso que há uma pessoa que seria muito importante V. Ex^a convidar para ser ouvida, talvez aqui mesmo: Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia de Altamira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Será que conseguimos trazê-lo para a reunião de terça-feira?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Creio que, se V. Ex^a conversar com ele, será possível.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Quero fazer uma ponderação em relação à data, Senador Demóstenes, que é a seguinte: na terça-feira, iniciam, nesta Casa, as comissões técnicas. Elas serão instaladas, serão eleitos os presidentes, os vice-presidentes. Dessa forma, teremos diversas comissões sendo instaladas nos próximos dias. A minha preocupação é que teremos que ir a diversas reuniões, inclusive na terça e na quarta, pelo fato de a maioria das reuniões das comissões ser nesses dias. Penso que, para segunda-feira, ficaria um pouco difícil manter todos esses contatos. Concordo com V. Ex^a que o deslocamento não deve ser do delegado, de todo mundo etc, até porque os dois delegados, tanto o Dr. Waldir Freire quanto o Dr. Wallame, estão em Anapu comandando as investigações lá. Por isso, acredito que, quando formos falar com eles, é melhor que nos desloquemos ao Pará.

A proposta de V. Ex^a é quanto ao Secretário de Defesa, o Ouvidor-Agrário e, no caso, o Bispo Dom Erwin Krautler para serem ouvidos nesse primeiro momento para que possamos ter uma noção...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Justamente. E, na próxima reunião, quando os ouvirmos, apresentaremos um cronograma definitivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Certo. Como a Polícia Federal está acompanhando **pari passu**, creio que, junto ao Secretário de Estado, deveríamos convidar alguém da Polícia Federal. Existe uma coordenação aqui, em Brasília...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há um delegado designado para acompanhar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas esse delegado está lá em Anapu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Talvez não seja interessante retirá-lo de lá neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há um outro delegado – é isso que eu queria registrar. Creio que poderíamos aprovar isso e depois... O delegado Dr. Valter Caetano, delegado que coordena

essas operações de caráter social, está acompanhando esse processo. Ele já foi ao Pará, esteve em Altamira e em Anapu. Ele está, hoje, em Belém, inclusive se reunindo com o Secretário Santino e com o delegado-geral. Então, creio que seriam essas quatro pessoas, de início.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO)

– Eu tenho alguma restrição em ouvir os delegados inicialmente. São restrições apenas de ordem técnica.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas eles não são os delegados diretos. Ou então os superintendentes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É porque a investigação, quase sempre, não pode ser revelada, sob pena de até se frustrarem os primeiros passos dados. Então, as conversas com os delegados e outros agentes que estão nessa investigação são mais de caráter reservado mesmo, para que nos inteiremos até que ponto as investigações andaram, etc. É claro que os delegados podem e devem vir até para esclarecer essa problemática de forma geral. Mas penso que, primeiro, não vamos dar conta de ouvir tanta gente no primeiro dia, até porque deve haver muita coisa para ser dita.

Então, se chamássemos o Dr. Santino...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Então, ficaria o Dr. Santino, o Dr. Gercino e o Bispo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E o Bispo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está bom. Eu concordo. Agora, a questão, Senador Demóstenes, seria a data. Eu fiz essa ponderação sobre os dias. Seriam terça e quarta-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – A instalação das comissões quase sempre ocorre pela manhã, assim como as reuniões. Eu tenho a impressão de que não vamos dar conta de fazer as reuniões pela manhã em nenhum dia. Teremos de sacrificar esse período da tarde, como fazemos com as subcomissões, porque, na ordem do dia, por exemplo, há doze medidas provisórias trancando a pauta no Senado. Então, quem sabe não conseguiremos fazer as reuniões a partir das cinco da tarde até as oito da noite. Já ficamos aqui, na Subcomissão de Segurança Pública, até de madrugada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Na terça-feira ou na quarta-feira?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP)

– Faço a seguinte sugestão: que se examine a possibilidade, com as três autoridades, se, para eles, seria mais conveniente, porque o Bispo tem atribuições. Ou terça-feira ou quarta-feira, a Presidente...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E se houver problema de data para as pessoas ao mesmo tempo, podemos fazer uma na terça e outra na quarta. Vamos tentar concentrar todas no mesmo dia. Podemos tentar na terça-feira?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP)

– Se eles puderem na terça, é preferível; se não, na quarta, no final da tarde.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – A partir das 17 horas. Eu pediria à Presidente da Comissão que entrasse em contato com o Bispo, pois eu não o conheço. É claro que posso fazê-lo também. Mas seria um contato com esse caráter de informalidade para tentar agilizar os trabalhos, para não ficarmos trançando a papelada; se conseguíssemos esse compromisso, seria muito melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Agradeço a todos. Comunico que aprovamos, então, essa metodologia. Vamos falar com o Presidente Renan para que os técnicos, no caso, os assessores, possam ir ao Pará. Eu me comprometo a falar com o Bispo e, também como Presidente da Comissão, vou falar com todos os outros indicados e fazer-lhes esse convite, para terça-feira ou quarta-feira. Sei que, por exemplo, o Ouvidor-Agrário tem uma agenda nacional. Eu soube que, ontem, ele estava em Paraopeba dialogando acerca da situação que ocorreu naquela região, pois inclusive eles estavam ocupando estradas, mas já as desobstruíram, enfim. Então, vamos adaptar a agenda.

Senador Suplicy, V. Exª deseja formular uma questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Eu queria fazer a seguinte sugestão: o Senador Sibá Machado me informou que a CPMI da Terra, com alguns de seus membros, ouviu a Irmã Dorothy...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Sim, eu estava presente.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – V. Exª dispõe das notas taquigráficas daquele depoimento? Poderia disponibilizá-las para os oito membros ainda hoje? Agradeço, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Deixe-me, então, concluir as propostas. Vamos solicitar as notas, essa era uma outra questão. O Relator, Deputado João Alfredo, estava separando esse material mais específico sobre Anapu. Vamos solicitar todo esse material e distribuí-lo para todos os Membros da Comissão, conforme sua solicitação, Senador, o mais rápido possível, de preferência ainda hoje. Há assessores aqui do meu gabinete que providenciarão isso, inclusive o relatório que fizemos na

CPMI da Terra, quando estava presente, salvo engano, o Senador Sibá Machado.

Por último, há uma outra questão: é importante a ida ao Pará dos técnicos e dos assessores, mas sempre tendo claro que esta é uma Casa política e, por isso, vamos fazer um relatório circunstanciado. Então, com certeza eles irão, mas a nossa presença no local é imprescindível. O Senador Demóstenes Torres disse exatamente isso: que poderemos ir quantas vezes forem necessárias dentro das nossas possibilidades.

Senador Demóstenes, como Presidente, faço uma ponderação aos Srs. Senadores: no primeiro momento, para que esses técnicos cheguem ao local e sejam apresentados a todos, eu me sinto na responsabilidade de acompanhá-los, inclusive para chegar ao delegado e dizer: “Eles estão aqui para colher e ter todas as informações, que vão ser mantidas em sigilo.” Nesse primeiro momento, essa deve ser uma questão que precisamos garantir. Entendo ser necessário que eu os apresente para as autoridades, para que eles façam um trabalho melhor. Não tenho nenhuma dificuldade quanto a isso. Acredito que isso é necessário. Esse, com certeza, deve ser o nosso objetivo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E o promotor. Os dois advogados e o promotor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Isso. Todas as pessoas. Estou considerando que o promotor já vem junto para fazer parte dessa assessoria da Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Claro, com certeza.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, se me permite, somente por lembrança...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas enquanto não liberamos o promotor, poderíamos viabilizar que os dois fossem. Se o Senador Demóstenes conseguir, com agilidade, que ele seja liberado, melhor ainda, porque vamos todos juntos, inclusive em razão da dificuldade do deslocamento, porque não é fácil de chegar àquela área. Faço também essa ponderação.

Vamos falar com essas três pessoas para que, na próxima semana, no final da terça ou da quarta-feira, de acordo com a agenda, venham a esta Comissão para serem ouvidas. Eu concordo com o Senador Demóstenes em 100%.

Haverá algumas situações em que faremos conversas informais, até para que não se atrapalhe o andamento dos trabalhos. Existem algumas subcomissões desta Casa onde fazemos reuniões secretas, que não são gravadas, porque é necessário que seja desta forma. Creio que isso é uma unanimidade.

Então, vamos fazer esses encaminhamentos e solicitar todos os documentos, se não os tivermos no meu gabinete, ao Deputado João Alfredo.

Eu queria somente fazer um registro. Agradeço a todos os Senadores e as Senadoras por entenderem que esta é uma Comissão importante. Eu agradeço ao Presidente Renan Calheiros, que determinou a criação desta Comissão. Sinto-me honrada de estar presidindo. Mesmo que seja uma situação de dor para mim, em que estou particularmente envolvida por ser do Pará e por ter conhecido e tido o prazer de ter convivido com a Irmã Dorothy, penso que a melhor homenagem que podemos fazer a ela é exatamente que esse trabalho seja o melhor possível e que possamos dar um fim à impunidade, que traz ao Pará um triste título de campeão de violência e de morte. Quarenta por cento das mortes acontecidas no Brasil nos últimos vinte anos estão concentradas no Estado do Pará e têm como origem a questão da terra.

Temos uma CPMI da Terra e não vamos substituí-la, mas é importante o conhecimento do que acumulou aquela Comissão até agora para subsidiar o nosso trabalho. Penso que, cabe, sim, a esta Comissão dizer ao Brasil e ao mundo que nós, como Senadores, como representantes do Senado da República, não permitiremos que a situação continue como está, porque entendemos que essa situação é um desafio ao Estado Democrático de Direito, ao Estado Brasileiro. E nós, Senadores, nesta Comissão, estamos representando também nossos Colegas que, tenho certeza, pensam dessa forma. Então, como o próprio Presidente inclusive determinou à Comissão, vamos contribuir para que se possa dar um fim a essa situação.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada esta primeira reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h13min.)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA
POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO
DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 2ª Reunião Realizada em 22 de fevereiro de 2005

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e quarenta

minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora e ainda com as presenças dos Senadores, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado membros, reúne-se a COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG. Havendo número regimental, a Senhora Presidente Senadora Ana Júlia Carepa informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as exposições dos Srs. *Dom Erwin Krautler*, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira/PA; *Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior*, Secretário; Especial de Defesa Social do Estado do Pará; *Desembargador Gercino José da Silva Filho*, Ouvidor Agrário Nacional do INCRA e *Dr. Felício Pontes*, Procurador da República no Estado do Pará. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy solicita que seja reiterado o convite ao Presidente e ao Relator da CPMI da Terra para participarem da reunião. Com a palavra a Sra. Presidente informa que tem um DVD para passar foi elaborado pela CPT e WWF sobre a região do Estado do Pará. A seguir, convida o Dom Elvin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu em Altamira, para iniciar sua explanação. Com a palavra o convidado faz um breve relato desde a vinda da Missionária Dorothy, para a Região do Xingu, em 1982, até a sua morte. Usam da palavra pela ordem os Senadores Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. A presidência convida o Dr. Manoel Santino, Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará, para iniciar sua explanação. Com a palavra o Secretário aborda sobre a questão da defesa social organizada no Estado do Pará; a questão agrária no Estado, dando ênfase a forma de organização e distribuição; o setor de segurança pública no Estado do Pará e finalizando, aborda sobre as investigações que estão sendo levadas a cabo. A presidência convida o Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional. A seguir solicita que seja exibido o vídeo sobre a Região do Pará. Após a exibição, o Sr. Ouvidor inicia sua apresentação falando sobre as funções da Ouvidoria Agrária Nacional e, em sua explanação, relata que a Ouvidoria é um órgão criado com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais, interessados

na garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos conflitos no campo, objetivando proporcionar condições ao trabalhador rural a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais nos termos da Constituição. A presidência convida o Dr. Felício Pontes, Procurador da República do Estado do Pará. Com a palavra o Sr. Procurador faz um breve relato sobre o seu testemunho na região do conflito, a partir de 1999; fala sobre a criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável e os encontros e reuniões que teve com a Missionária Dorothy. Finalizando, aborda sobre a questão da federalização do crime. A presidência propõe o encaminhamento de requerimento do Senador Flexa Ribeiro para ouvir o Sr. Laudir José Yteck, presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio. Usam da Palavra pela ordem os Senhores Senadores Sibá Machado, Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy. A seguir, passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra para os questionamentos os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado e Flexa Ribeiro. Com a palavra a Senhora Presidente informa que fica aprovada a ata da reunião anterior, bem como todos os requerimentos que entraram por escrito e oralmente e convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e quatorze minutos e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que fará parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Havendo **quorum**, a presença da Presidente e do Senador Relator, Demóstenes Torres, iniciaremos nossa reunião.

Quero dizer às Senadoras e aos Senadores que é uma prerrogativa da Presidência de uma Comissão indicar em que ordem serão ouvidas as pessoas.

Falei com os outros Senadores e até lhes tinha consultado, ao Senador-Relator, ao Vice-Presidente que concordou, a vinda, aproveitando que está em Brasília, do Dr. Felício Pontes, Procurador da República.

Neste momento, havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Especial criada pelo Presidente Renan Calheiros que tem como objetivo acompanhar com observadores as investigações que vem sendo desenvolvidas por observadores pela Polícia Federal, pela polícia do Estado em relação ao assassinato da Irmã Dorothy Stang e apresentar ao Senador, no prazo de trinta dias, um relatório circunstanciado do assassinato.

Gostaríamos de iniciar nossa reunião com o Dr. Gersini, mas ele nos comunicou que só chegaria mais tarde.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sei que V. Exª já convidou, mas gostaria de fazer a sugestão para que a Secretaria da Comissão possa reiterar o convite tanto ao Presidente, Senador Alvaro Dias quanto ao Relator, Deputado João Alfredo por uma questão de gentileza, informando que os depoimentos iniciar-se-ão, uma vez que é o propósito da nossa Comissão cooperar e interagir com a CPMI da terra.

Esta é a sugestão que faço a V. Ex.ª.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Senador Eduardo Suplicy sugeriu que nós tivéssemos a CPMI da Terra, os membros e especialmente o Presidente e o Relator nos acompanhando até porque têm um diagnóstico, foram à região.

Quero dizer que comunicamos oficialmente, Senador. Até fizemos um ofício convidando por entender que é positivo convidar o Senador Alvaro Dias, o Deputado João Alfredo que é o Relator. Sei que o Deputado João Alfredo me comunicou que não poderia estar presente aqui por estar em outro compromisso.

Temos um DVD para passar e o melhor momento é agora. Esse DVD que foi feito pela CPT e WWF sobre a região. Não é especificamente sobre Anapu, mas é um DVD rápido que dá bem uma noção da região. (Pausa).

Há ausência do Secretário da Comissão e vamos convidar o Bispo...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Pois não, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Gostaria de sugerir que posteriormente a esta reunião fosse providenciada cópia desse DVD para os membros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está bem, Senadora.

Dom Elvin Kräutler que é o Bispo da Prelazia do Xingu, em Altamira, do Estado do Pará, que conhece bem aquela região e essa situação.

Eu o convido para tomar assento à mesa.

Nossa proposta é que cada expositor tenha pelo menos 15 minutos. Dependendo da situação, avaliaremos a necessidade ou não de prorrogação.

Concedo a palavra ao Dom Erwin Kräutler. V. Exª Reverendíssima disporá de até 15 minutos.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Srª Presidente, nobres Senadores, senhoras e senhores, sou Bispo do Xingu, da maior circunscrição eclesiástica em superfície de terra do Brasil, com sede em Altamira. Anapu pertence juridicamente à circunscrição da qual sou Bispo.

A Irmã Dorothy chegou ao Xingu em 1982. Veio da região de Marabá e pediu-me para trabalhar no Xingu. Eu era Bispo, por isso coube a mim decidir se ela ficava no Xingu ou ia para outro lugar. Ela me pediu que desse a ela licença para trabalhar num lugar carente, no mais necessitado, onde havia as famílias mais pobres. Naquela hora eu disse a ela: “Se a senhora quer ir para um lugar muito pobre, vá à Transamazônica Leste.” Do ponto de vista de Altamira, é o trecho Altamira-Marabá.

Entusiasmada, ela foi e começou seu trabalho especialmente na altura do Km 95, onde se criou mais tarde o Centro Nazaré. Vivía numa casa de taipa muito humilde. Logo que chegou, foi procurada pelas famílias, pelos colonos, pelos agricultores daquela região. Ela acompanhou as comunidades que, em parte, já existiam, aquelas que chamávamos de eclesiais de base, e participou dos cultos dominicais. Para quem não sabe, culto dominical é a leitura do Evangelho, da Bíblia, com comentários, com preces, com cantos, com agradecimentos. É um rito que se realiza onde não existe a possibilidade de participar de uma Santa Missa presidida por um padre ou por um bispo.

Ela sempre entendeu sua missão na dimensão contemplativa e de oração, mas também na direção de ação. Ela entendia que sua missão era também ajudar o povo a defender seus direitos, a defender sua dignidade humana. Para isso, ela organizou o povo, promovendo reuniões onde eram debatidos os casos das famílias que lá se encontravam.

Já havia conflito em 1983, mas a Irmã Dorothy não estava no meio. Houve um conflito armado no Km100, em que o dono da fazenda respondeu com armas de fogo. Graças a Deus, não morreu ninguém, mas três colonos ficaram seriamente feridos, passaram dias no hospital e depois, posteriormente, ficaram lá em casa, em Altamira.

Ultimamente a coisa se tornou um pouco mais conflituosa, porque, com a decisão de implementar os PDSs – Projetos de Desenvolvimento Sustentável, a Irmã Dorothy pensou que essa seria uma maneira de concretizar a reforma agrária, durante tantos anos almejada, e sentiu na pele a reação dos latifundiários.

Para quem não conhece a situação, o território que hoje compõe o território de Anapu é originariamente de propriedade da União, estava dividido basicamente em glebas de três mil hectares, as quais na década de

70 foram objeto de contratos de alienação de terras públicas celebrados entre o Incra e particulares pelo período de cinco anos, cujo objetivo era estabelecer empresas rurais, tornando a terra produtiva. Caso não fosse atingido o objetivo, o contrato seria automaticamente extinto e a terra revertida para o patrimônio da União para ser destinada à reforma agrária.

Dessa forma, as terras do Município de Anapu jamais se desmembraram definitivamente do domínio da União, apesar de os contratantes iniciais terem vendido para terceiros sem deterem a propriedade, originando aí uma série de grilagens e a dilapidação do patrimônio público que perdura até hoje. Por isso, as terras de Anapu, classificadas pelos fazendeiros ou madeireiros como propriedade privada, são na verdade terras públicas griladas.

Os movimentos sociais de Anapu, sensíveis à condição social da classe camponesa e atentos à História recente do Brasil, onde a apropriação de patrimônio fundiário deu-se em total detrimento de pequenos agricultores, decidiram intransigentemente reivindicar dos órgãos governamentais a garantia do direito à terra para a agricultura familiar.

O coroamento de tantos anos de luta começou em 1997, quando foi registrado oficialmente no Incra o pedido dos movimentos sociais de Anapu da criação de duas áreas de terras onde pudesse ser praticada a agricultura familiar adequada para a Amazônia. Esse é o pano de fundo. Na defesa dos pequenos agricultores ou da agricultura familiar automaticamente é contrariar interesses e ambições dos latifundiários e dos madeireiros.

Todos sabemos aí no Xingu, não é o caso de provocarmos fazendeiros ou de criarmos uma situação de revolução ou qualquer coisa do gênero. Não é isso. Nunca provocamos ninguém. Mas na hora em que nos colocamos do oprimido, do lado daquele que tem menos voz automaticamente estamos contra os desejos, a ganância, as ambições da classe dos fazendeiros.

Quero explicar mais uma vez, não se trata de falarmos em público que queremos declarar guerra. Não é isso não. Aliás também existem fazendeiros que prestam, não são todos iguais, a gente nunca deve generalizar. Conheço fazendeiros que têm a sua terra legítima, tem título definitivo e tudo, trabalham bem, tem seus empregados com carteira assinada e tudo mais. Não jogar todo mundo no mesmo bote. De jeito nenhum. Mas existem exatamente esses que no fundo no fundo são grileiros que se apoderaram dessas terras e não querem abrir mão dos PDSs, eles reagiram fortemente. Começaram a derrubar milhares e milhares de hectares, tocaram fogo e semearam capim, e

naturalmente quando essas comunidades começaram a reclamar as ameaças estavam na ordem do dia.

Só que Irmã Dorothy nunca acreditou em qualquer ameaça desse tipo, também não, sou bispo dela, não acreditei. Defendi a Irmã Dorothy várias vezes, porque chegaram ao absurdo de publicar, até pela televisão local, que Dorothy estava colocando armas nos pequenos trabalhadores, estava armando ou distribuindo munição para os trabalhadores rurais. Isso é um absurdo que não tem tamanho. Quem conhecia a Irmã Dorothy nunca vai chegar a esse ponto. A Irmã Dorothy era uma mulher muito simples, até diria ingênua nesse sentido, ela não sabia manusear uma arma. Mas de repente ela foi considerada uma revolucionária, uma subversiva ou qualquer tipo de coisa nesse sentido, mas exatamente por aqueles que se viram prejudicados em suas ambições de serem talvez donos legítimos de suas terras.

A única coisa que posso dizer a respeito de Dorothy é que era “cabeçuda” – ao menos, no Pará, fala-se assim -, no sentido que, quando ela tinha convicção de que o caminho era esse, ela não vacilava e não se deixava intimidar por quem quer que seja. Falei várias vezes para ela: “Dorothy, você está correndo risco de morte”. Ela riu. O modo de dizer dela era: “Quem vai atirar numa velha como eu?”, ela dizia, com seu sotaque americano. Eu também não acreditei. Pensei que iam realmente dificultar o trabalho dela, iam também me preocupar, volta e meia, porque teria de assumir a defesa dela, com difamações e calúnias do tipo de armamento dos colonos. A única coisa que pensei: “Vou ter, de novo, falar que não é verdade. Isso e aquilo. Defender a Dorothy”.

Por outro lado, ela era uma mulher muito grata, no sentido de que, para qualquer defesa do povo - ela chamava sempre “meu povo”, digo, agora, do povo dela que também é meu – recebida de qualquer entidade ou do Bispo ou de qualquer associação civil, ela agradecia. Ela ficou muito feliz quando recebeu o título de cidadão paraense. Naquela oportunidade, estive em Belém, na Assembléia Legislativa. Para Dorothy, foi uma das grandes alegrias aquela hora, em que o Bispo também estava presente, honrando essa mulher que defendia tanto os pobres e aqueles que consideramos os banidos do banquete da vida.

Dorothy foi morta - todos nós conhecemos agora a história. Talvez interesse a V. Ex^{as}, somente para entender a situação, somente para sentirem a realidade cruel que estamos enfrentando, o momento da missa de corpo presente que eu presidi - que contou com a presença de vários Parlamentares que estão aqui, graças a Deus, a Presidente, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Sibá Machado e parece que mais alguém.

Depois da consagração, eu passei a rezar o memento à memória dos defuntos e veio o Chiquinho, que agora caiu em Na palma da sua mão, estava escrito um nome. Ele me colocou a palma da mão dele à minha frente para eu ler, quando eu estava celebrando a missa. Eu li o nome do homem. Ele disse: “Pode rezar por ele. Ele foi morto”, durante a missa. Eu ainda estava paramentado, com as vestes de sacerdote, quando recebi a notícia de que acharam mais um morto. Eu sabia que a mulher dele estava em Altamira, na Casa Divina Providência, uma casa administrada pela Prelazia, que acolhe mulheres gestantes do interior, no último mês de gestação. Elas podem ficar até o parto e, depois do parto, por mais um mês, se quiserem ou precisarem. A mulher desse outro morto teve uma criança naquele dia. Tivemos a triste obrigação de participar àquela mulher que o marido dela, o pai dessa criança recém-nascida, tinha sido morto. Enfrentamos essa situação. As senhoras e os senhores hão de entender que a situação não é fácil.

Mais uma vez, digo que não provocamos ninguém. Isso foge à nossa maneira de viver e de conduzir a evangelização e a pastoral. Queremos a vida. Não é nosso expediente atacar ou agredir quem quer que seja. Para mim, sangue derramado, de que lado seja, é sempre uma tragédia teológica, porque não temos direito de tirar a vida de ninguém. Estou dizendo que defendemos a vida de quem quer que seja: pode ser a vida dos fazendeiros ou de seus capangas como também a vida, no muito que têm direito, esses pobres coitados que são sempre os largados, os jogados, os discriminados, aquele pessoal que não tem voz nem vez.

Tenho de dizer, modéstia à parte, que ainda em Anapu, é que humildade significa ter a vontade de dizer a verdade; humildade significa falar aquilo que a gente sabe. Em última análise esse povo só tinha uma entidade, uma instituição a que podia apelar, a Igreja Católica. Desculpem-me, mas é verdade e, como Bispo não posso dizer outra coisa. O povo ficou abandonado e só viu no padre, na irmã uma instância que pudessem assumir a dor e o sofrimento deste povo. Dorothy morreu por causa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de perguntar ao D. Erwin Kräutler se ele já concluiu ou gostaria de continuar por mais alguns minutos.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – O que era para dizer diante das senhoras e dos senhores era isso. Se houver depois perguntas a fazer estou pronto a respondê-las.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, permita-me. Sei que estou inscrito para falar depois do Relator que é o primeiro a falar,

mas eu agradeceria muito se ainda parte principal da exposição de D. Erwin Kräutler, pelo fato de ter ele mencionado o Chiquinho, o Presidente do Sindicato e até porque ainda há pouco ele disse que conheceu o Chiquinho Francisco de Chagas...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É Francisco de Assis Souza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Francisco de Assis Souza desde menino, como houve uma denúncia que, acredito, não guarda relação alguma com a verdade, eu acredito que seria muito importante que ainda nesta parte principal possa Dom Erwin Kräutler dizer do que conhece desde menino de Francisco de Assis de Souza.

Eu agradeceria se ele pudesse ainda neste depoimento falar a respeito.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – O Chiquinho é conhecido claro que em Anapu e para além de Anapu, porque Chiquinho era Vice-Prefeito até o último mandato. Ele era Vice-Prefeito e foi eleito em uma coligação do PT com outro Partido – o prefeito era de outro prefeito.

Antes de ser Vice-Prefeito Chiquinho fez parte durante vários anos das pastorais da Prelazia. Eu conheço Chiquinho, como o Senador Eduardo Suplicy disse, desde menino. Conheço a família e o pai dele. Ele era de uma família humilde da transamazônica. Então, ele começou a trabalhar nas comunidades eclesiais de base e se tornou um líder – era uma liderança bem natural, ele tinha jeito – e ele foi então subindo. Virou membro do sindicato, líder nesse sentido.

Posso dizer que é um absurdo dizer que o Chiquinho chegou a fazer uma coisa dessa. É impossível. É absurdo quem fala que o Chiquinho... A Dorothy era amicíssima dele. Ele é amigo do Bispo, é amigo meu desde menino.

Eu não posso admitir. Seria até macabro dizer que Chiquinho chegou ao ponto de encomendar a morte da irmã. É impossível. Ele continua sendo membro das pastorais, especialmente em Anapu.

Houve uma época em que ele era membro de uma pastoral familiar. Volta e meia, estive em Altamira quando tinha reunião da Prelazia, do Conselho Pastoral da Prelazia, *ex officio*, quer dizer, como membro nato do Conselho da pastoral. Ele é conhecido então.

Candidatou-se a prefeito no último pleito e perdeu a eleição contra o Reis, que é prefeito agora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sei que houve um problema na luz. Primeiro creio que é bom falar que o escopo desta Comissão é acompanhar as investigações. Não temos competência para aventar linhas de investigação ou fazer averiguações policiais por conta própria. Nesse sentido,

ela funciona essencialmente para colaborar com a perseguição do crime e repercutir seus aspectos mais importantes junto a toda a sociedade, aproveitando a dimensão e a credibilidade do Senado Federal, assim como associar ao crime em si a discussão sobre os fatores sócio-econômicos – e por isso haverá um relatório circunstanciado -, históricos e políticos que acarretaram essa violência tão covarde. Dou esse esclarecimento para que todas as pessoas saibam. Sei que os Senadores já têm esse conhecimento, mas é preciso que todos saibam qual é o papel da nossa Comissão.

Obviamente, a depender de nossa discussão, poderemos até fazer propostas de alteração de legislação, propostas ao Executivo, às diversas esferas de poder.

Perguntei ao Relator se S. Exª gostaria de ouvir todas as pessoas e de fazer perguntas. S. Exª propôs que fizéssemos as perguntas a cada expositor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É muito melhor assim.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sinceramente, lamento. Não vou poder ficar até o final. Gostaria de ouvir todo mundo. Creio que é muito mais práticos ouvirmos os quatro que convidamos e, logo em seguida, fazer o debate.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Mas não é um debate, é um questionamento, um pedido de informações.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim, caro Senador e Relator. Esta não é a primeira Comissão de que participo. Estou apenas sugerindo que encaminheemos de uma forma que todos possam participar. Acredito que dessa forma vai ficar muito demorado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A não ser que o Relator esteja sugerindo que só S. Exª tenha a oportunidade de fazer questionamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Em absoluto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Creio que não é isso. S. Exª só tem prioridade.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Gostaria de ouvi-los primeiramente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Poderemos resolver essa questão de outra forma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É mais lógico. O Bispo acabou de fazer a sua exposição. Vamos todos questioná-lo. Depois virá o

segundo, o terceiro, o quarto, o quinto. Assim caminha a humanidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Vamos fazê-lo o mais brevemente possível para que possamos continuar. Creio que é do interesse de todos nós e de toda a sociedade – até mesmo do Senado, que aguarda uma posição sobre a situação. Creio que o Relator tem a prerrogativa de perguntar primeiro. A não ser que toda a Comissão decida de forma diferente. Se S. Exª crê que é fundamental que seja dessa forma eu acatarei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra para uma questão de ordem anteriormente, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Quero fazer uma pergunta sobre o raciocínio do nosso Relator. Uma coisa é o procedimento de ouvir cada um e de perguntar. Normalmente, nas Comissões onde há diversos depoentes, temos adotado o procedimento de ouvir os depoentes e, depois, perguntar a todos igualmente. Essa é a prática mais usual. Por outro lado, qual poderia ser a eventual vantagem de ouvirmos os quatro e depois os indagarmos? Pode haver algumas diferenças entre os depoimentos dos quatro. De tal maneira que Dom Erwin Kräutler.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Para isso existem as acareações!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sim, mas não é uma questão de acareação propriamente. Pode ser que Dom Erwin conheça algum aspecto do depoimento que o Secretário da Defesa Civil venha a dar que seja importante ouvir e até esclarecer, e assim por diante. Ou seja, talvez haja vantagem em ouvirmos os 4 e nenhuma desvantagem para nós em argüirmos todos como pretendo fazer, porque vou ficar até o final.

Só para V. Exª, que, obviamente, tem a prioridade aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Farei uma ponderação ao nosso Relator, que foi escolhido por unanimidade, indicado por todos nós, inclusive aguardado no início da formação desta Comissão, porque todos concordávamos com seu nome para Relator. Que pudéssemos fazer assim neste momento, considerando a situação. Creio que seja correta essa ponderação que o Senador Suplicy faz de ouvirmos todos para que tenhamos uma visão geral de como está a situação. E, depois, as pessoas fazerem anotações, terem as suas perguntas não prejudica.

Pergunto, Dom Erwin, V. Ex^a. Rev^{ma}. precisa sair já?

O SR. ERWIN KRAUTLER – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Certo!

Senador Flexa, pois não!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de passar à mão de V. Ex^a um requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador, sei que é um requerimento. Mas vamos fazer assim, vamos ouvir as pessoas, depois votamos os requerimentos, porque não temos problema algum. Fazemos os encaminhamentos no final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ao final das oitivas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Isso. Exato!

Então vamos fazer assim e ouvir o Dr. Santino.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deixe-me só esclarecer, porque veja bem: isto aqui não é um debate. Essa prática usual de fazer um debate, tudo bem! Ouvimos um e outro. Isto aqui não é um debate. Isto é uma Comissão feita para obter informações. Naturalmente, é muito mais fácil, tanto é que não se faz, já que estamos comparando, nem interrogatórios coletivos. No interrogatório ou depoimento, ouve-se um, o outro nem costuma ouvir, fica isolado numa sala. Mas, se vamos transformar num debate, não vejo problema de espécie alguma. Não vou criar problema. Agora, não é usual. Dizer que é o usual, o corriqueiro, a praxe, não é! A praxe é ouvir todo o mundo. Esgota! Cada qual pergunta à vontade, e aí vem o outro, se for necessário. Agora, não vou criar problema de espécie alguma. Se quiser ouvir dessa forma, se for por deliberação aqui da maioria, se a Presidência entender necessário, se achar que é produtivo, que é mais produtivo, não vejo problema! Agora, não é usual. O fato de dizer que é usual não é! Estamos subvertendo a maneira usual de se colher um depoimento. E é isto o que estamos fazendo aqui: colhendo um depoimento!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senadora Fátima Cleide!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Apenas para fazer uma colocação. Levantei a palavra ao debate, e realmente não é um debate. Também não é um interrogatório! Estamos tratando aqui de uma audiência pública da Comissão. Como membro desta Comissão e porque tenho a necessidade de me retirar antes do final dela, gostaria de ouvir o máximo possível das pessoas que foram por nós convidadas, porque

aqui nos trarão alguma informação. Então não é um debate, mas também não é uma inquisição. Só para deixar clara aqui a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Fátima!

Vamos fazer o seguinte: vamos ouvir, então, os outros. Solicito ao Dom Erwin se quiser-se manter à mesa. Deixe para passar depois o DVD, é melhor.

Dr. Santino, por gentileza! Vamos fazer o seguinte, Dom Erwin. Pode permanecer aqui, então. O Dr. Santino senta aqui na outra cadeira. Ih! Essa luz está implicante conosco.

Dr. Manoel Santino, Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MANOEL SANTINO – Boa-noite, Sr^a Presidente. Sr^a Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, atento ao que a ilustre Presidente mencionou ainda há pouco, sobre a finalidade desta Comissão, que não se esgota somente na investigação sobre o assassinato da Irmã Dorothy Stang, mas também visa formar um entendimento amplo, inclusive dos aspectos socioeconômicos da questão, peço vênias à Presidência da Mesa para passar à explanação desta forma: abordaremos primeiramente a questão da defesa social organizada no Estado do Pará, situaremos os ilustres Senadores sobre a questão agrária no Estado e de que forma está organizado e distribuído o setor de segurança pública no Estado do Pará. Na última parte de nossa manifestação, neste primeiro momento, daremos conhecimento à Comissão das investigações que estão sendo levadas a cabo, se a Presidência permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Sr. Secretário, quero fazer apenas uma ponderação: a Comissão fará um relatório circunstanciado sobre o assassinato. Nada tenho contra a apresentação de todo o trabalho da Secretaria de Defesa Social do Estado, mas queria ponderar em relação ao tempo. Solicito a V. Ex^a que não se estenda muito, para que a questão principal, que será a última... Creio que V. Ex^a poderá dividir o tempo, de forma que todos tenham conhecimento. Dom Erwin, por exemplo, levou 18 minutos mais ou menos para falar. Então solicito que fiquemos entre 15 e 20 minutos, para ouvir também as outras pessoas.

O SR. MANOEL SANTINO – Se V. Ex^a me permitir, procurarei restringir a minha apresentação a 20 minutos, mas peço vênias à Mesa, antes de iniciar, para lembrar que não estamos cuidando simplesmente de um assunto da esfera policial. Todos sabemos a causa do assassinato da Irmã Dorothy, e eu não poderia deixar de expor as razões desse assassinato sem outros dados. Espero que, aqui no Senado, a Câmara Alta do

Parlamento, eu tenha um fórum onde possa esclarecer a atuação do Governo do Estado e da Defesa Social. Nesse sentido, procurarei restringir a 20 minutos a minha apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Está certo. V. Exª poderá dispor de 20 minutos, tendo a certeza de que nós entendemos que a questão do assassinato tem motivos e causas. V. Exª tem a palavra.

O SR. MANOEL SANTINO – O Governo do Estado do Pará, senhoras e senhores Senadores, em 1998, realizou uma reforma administrativa e criou sete secretarias especiais de estado, sendo que a Secretaria Especial de Estado de Defesa Social abrange dez órgãos e secretarias executivas, os quais, em conjunto com a Defesa Social, têm o condão de atuar na segurança pública e na promoção da cidadania. Por isso mesmo o nome Defesa Social.

Inicialmente, queremos contextualizar o mapa do Estado do Pará e os principais municípios onde há uma pressão, uma situação fundiária que gera problemas na área de segurança pública, portanto, o efeito dessa situação de desorganização fundiária e de uma reforma agrária ainda incipiente, ainda muito lenta – e que não é deste Governo, vem de Governos passados –, contextualiza no mapa do Estado do Pará os seguintes Municípios: Porto de Moz, com uma área de 16 mil km² e população aproximada de 26 mil habitantes, pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas e à Micro-Região de Almeirim, limitando ao Norte com o Município de Almeirim e Gurupá, a leste com Gurupá, Melgaço, Portel e Senador José Porfírio, ao sul com Altamira, Medicilândia e Prainha e a oeste com Prainha. Esse Município de Porto de Moz contém a Resex Renascer e a Resex Verde para Sempre. Toda a área do Município de Porto de Moz, portanto, está sob essa configuração fundiária.

O Município de Altamira, com 160 mil km² e uma população estimada pelo IBGE de 80 mil habitantes, pertence à Mesorregião do Sudeste Paraense e à Micro-Região de Altamira. Limita-se ao norte com Santarém, Gurupá, Medicilândia, Porto de Moz e Rurópolis, a leste com Senador José Porfírio e São Félix do Xingu, ao sul com o Estado de Mato Grosso e a oeste com Itaituba e Rurópolis. Toda a área do Município de Altamira, segundo informações constantes do cadastro do Incra, é área arrecadada e matriculada pelo Governo Federal.

Município de Anapu, com uma área de 11 mil km² e uma população estimada pelo IBGE de 8 mil habitantes. As origens do Município de Anapu estão relacionadas com a construção da Rodovia Transamazônica e com o Programa de Integração Nacional, instituído

em 1970 e implantado a partir de 1971 pelo Governo Federal. A localidade foi elevada à categoria de Município e Distrito com a denominação de Anapu pela Lei Estadual nº 5.929, de dezembro de 1995, desmembrado dos Municípios de Pacajá e Senador José Porfírio, sendo instalada em 1º de janeiro de 1997. O Município de Anapu possui uma particularidade: toda a sua área – e é lamentável que não esteja bem nítido por conta da luminosidade – é arrecada e matriculada pelo Incra e é sede dos Programas de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Depois poderemos analisar melhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A população de 8 mil habitantes é do censo do IBGE de quando?

O SR. MANOEL SANTINO – É o último censo, Senador, pelo IBGE.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De que data?

O SR. MANOEL SANTINO – Não sei... O último censo é de 2000. Agora, o IBGE também dá uma população a menor em vários Municípios do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Sª conhece tão bem o Pará, sabe da estimativa da população de Anapu hoje, dada pelo Prefeito? Ouvi a estimativa de 35 mil a 40 mil.

O SR. MANOEL SANTINO – Excelência, não posso lhe dar essa informação. O Estado do Pará é duas vezes e meia o tamanho da França, então conhecer o Estado do Pará, quando muitas autoridades conhecem são sedes municipais e algumas localidades do interior. Não temos a informação desse número de habitantes no Município de Anapu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Além do que, o IBGE é o órgão encarregado disso, estimativa de prefeito é para arrecadar um pouco mais.

O SR. MANOEL SANTINO – Imagine conhecer toda essa extensão de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados que é o Estado do Pará!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Acredito que pode ser até um pouco mais, embora não chegue a 35 mil ou 40 mil, mas acho que devemos permitir a fala do Secretário.

O SR. MANOEL SANTINO – Município de São Félix do Xingu, com 84 mil km² e população de 37 mil habitantes, pertence à Mesorregião Sudeste Paraense* e à Micro-Região de São Félix do Xingu, limitando-se ao norte com Senador José Porfírio e Altamira, a leste com Marabá, Parauapebas, Tucumã, Ourilândia do Norte e Santana do Araguaia, ao sul com o Estado do Mato Grosso e a oeste com Altamira.

Município de Novo Progresso, com área de 38 mil km², população de 30 mil habitantes. Foi de suma importância para o surgimento de Novo Progresso a

construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, que em 1973 rasgou a Floresta Amazônica. O ano de 1984 representou uma mudança total na economia do lugar com a descoberta de um rico filão de ouro, atraindo milhares de pessoas à localidade. Nessa época o povoado chamava-se Progresso. O povoado foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual nº 5.700, de 13 de dezembro de 1991, com o território desmembrado de Itaituba e instalado em 1^º de janeiro de 93, com a denominação de Novo Progresso.

Estou situado os municípios porque vamos começar a dar conformação da chamada terra do meio e das questões que advêm daí desses municípios todos cuja área em quase sua totalidade é uma área já arrecadada e matriculada pela União Federal, através do Incra.

Município de Pacajá. O Município de Pacajá pertence à mezo região sudoeste paraense e à micro região Altamira, limitando-se ao Norte com Portel, a Leste com Tucuruí, e Bagre com Jacundaíba, ao Sul Itupiranga, Marabá e Senador José Porfírio, a Oeste Senador José Porfírio.

Aqui se pode observar que o Município de Pacajá, além de ter também PDS, tem também reservas indígenas, essa TI, Terra Indígena, também tem as suas restrições e as questões próprias das terras indígenas.

Município de Rondon do Pará que não estando nessa mezo região da chamada terra do meio, é um município de forte tensão fundiária. Tem aproximadamente 42 mil habitantes e pertence à mesorregião do Sudoeste paraense e à micro região de Paragominas.

Aqui temos a influência de uma BR que é a BR-222, que liga PA-150, que é uma estrada de quase 800 quilômetros que corta o Estado do Pará, no sentido Norte e Sul e a rodovia BR-010, que é a Belém-Brasília. Aqui, então, há também a influência da Companhia Vale do Rio Doce, com sua rede ferroviária local.

O Município de Marabá pertence à mesorregião do Sudeste paraense e à micro região de Marabá. E tem esses limites todos que estão delineados aqui. É uma área de forte tensão fundiária, nessa região chamada de Sudeste paraense.

O Município de Paraoupebas é onde está concentrado o Projeto de Exploração de Ferro da Companhia Vale do Rio Doce, e também considerado da mesorregião Sudeste paraense, limitando-se com esses municípios.

Canaã dos Carajás é que chamo a atenção dos ilustres Senadores. Esse município recém-criado com uma área de 3 mil quilômetros quadrados, localizado na região Sudeste do Pará. A população de Canaã dos Carajás está bem defasada. Em agosto de 2002,

a população do município era em torno de 8 mil pessoas. Com o anúncio do projeto da Vale do Rio Doce da exploração de cobre, essa população, em novembro de 2003, deu um salto para 22 mil habitantes, atraindo uma forte migração dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins para essa região com o simples anúncio da instalação de um projeto da Companhia Vale do Rio Doce.

Esses dados vou colocando porque vão compondo o nosso mosaico da situação fundiária do estado do Pará.

Assentamentos de famílias no Pará até 2004. Esses dados têm fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário. A área de terras assentadas no Estado: 2 milhões e 500 mil hectares. Total de famílias assentadas: 38.196. Total de famílias assentadas, sem titularização de terra: 92,58%. Total de famílias assentadas com titularização de terras: 7,42%.

Trago como fonte o Sistema Siafi, que é o Sistema de Administração Financeira e o próprio projeto de lei orçamentário que tramitou na Comissão Mista do Congresso Nacional da evolução do orçamento do Incra.

Chamo a atenção para que esses números estão em preços constantes. Não se trata de preços correntes.

No ano de 1997, o orçamento do Incra era de 2,6 bilhões de reais. No ano de 2003, 1,3 bilhão de reais, sendo que em 2003 o orçamento aumentou para 1 bilhão e meio de reais quando foram acrescentados créditos, porém, efetivamente foi empenhado R\$1,3 bilhão.

Em 2004, o orçamento do Incra caiu para R\$ 1,1 bilhão. E a projeção, que está aqui nesta Casa, para o orçamento do Incra para a questão da reforma agrária de 2005, que foi discutido aqui, é de R\$1,9 bilhão.

A Comissão, sob a presidência do Senador Gilberto Mestrinho, quando apreciou, em dezembro de 2003, o orçamento do Incra para 2004 apontou os seguintes números: para 2004, R\$1,123 bilhão. Em 2003, R\$1,319 bilhão. Portanto, houve um acréscimo, se pudermos assim falar, a menor, de menos 14,82% o orçamento do Incra para a reforma agrária. A fonte é o Congresso Nacional e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo agora, rapidamente, à questão de investimentos, porque muito se tem falado, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o Estado do Pará foi omissos na questão da segurança pública. Peço Vênias para que, nesta Casa, possa encontrar eco o que o Estado do Pará, o Governo do Estado do Pará fez para que de uma forma mais cristalina se possa desmistificar o que determinadas declarações têm provocado de

forma errônea, sem conhecimento e equivocadamente. Investimentos e infra-estrutura logística, no Governo Simão Jatene, que temos a responsabilidade nos anos 2003 e 2004. Estou falando aqui de fonte exclusiva do Tesouro Estadual. Viaturas, foram gastos 23.643.000, correspondendo a 55% do investimento global na área de defesa social. Equipamentos operacionais e material permanente, 14.188.000, correspondendo a 33,55%. Obras, e aqui inclui construção de delegacias, construção de destacamentos, inclusive a delegacia de Anapu, que aconteceu em convênio com a prefeitura, que não pode ser construída em 2004, e tivemos que alugar um prédio em outubro de 2004, para instalar a única representação policial, quer federal, quer estadual, em Anapu, é a nossa delegacia de polícia; 4,458 milhões equivalentes a 10,54%. Total, só nessa parte de viaturas, material permanente e obras, 42 milhões. As viaturas, camionetes traçadas, 378 camionetes, para que possam enfrentar as situações de atoleiros das estradas federais, principalmente a transamazônica e a BR- 163, em meu Estado. E se os senhores puderam observar nas várias manifestações da imprensa e registros jornalísticos, os carros que lá aparecem pertencem à Polícia Militar do Estado e à Polícia Civil do Estado do Pará. Camionetes traçadas, veículos sedan, lanchas de ação rápida, temos seis já entregues, quatro em construção pela Marinha do Brasil no 4º Distrito Naval em Belém. Navio para deslocamento de tropa e defesa civil que está a cargo do corpo de bombeiros. Carros de combate a incêndio, um helicóptero e dois aviões moto planadores. Investimentos na Polícia Civil somente na região do Xingu, incluindo os Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Mos, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, somam somente no ano de 2003 e segundo semestre de 2004, R\$ 2,38 milhões nessa região do Xingu.

Recursos aplicados na área de defesa social no Estado do Pará nos anos de 2003 e 2004, e antes de apresentar esse quadro, faço questão aqui de elogiar a colaboração que temos recebido do Ministério da Justiça, na pessoa do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que não tem medido esforços, e compreendemos as limitações e os contingenciamentos de verba que a área de segurança pública para todo o Brasil vem sofrendo. Mas senhores, recursos do Tesouro do Estado, aqui incluindo obras, investimentos, custeio e pessoal; 409 milhões, recursos do tesouro do Estado, somados aos recursos da União. Em 2004, R\$ 477 milhões. Total, R\$ 887 milhões é o que o Estado do Pará aplicou na área de defesa social. Desse percentual todo, temos 96,33% de verba exclusiva do tesouro do Estado, e 3,67% referente a repasse do Governo Federal, via Ministério da Justiça. Esse total,

de quase 900 milhões, em dois anos, refere-se, não só à área de segurança pública, mas cerca de 12% desse montante para a área de promoção da cidadania, com os programas de promoção de justiça, em todo o Estado do Pará.

Os programas são vários e eu vou deixar de falar para não tomar mais tempo. Mas temos cerca de 16 programas sendo executados em todo o Estado do Pará.

O próximo. Também muito se tem dito que nada se tem feito na Terra do Meio, e a imprensa repercute isso como se o Estado do Pará não fosse até certo ponto Brasil. E ontem o nosso Governador dizia alguma coisa muito profunda no programa **Roda Viva**. Dizia que, quando é para o Estado do Pará corresponder com 12% para o superávit do Governo do Brasil, o Pará é entendido como Brasil. Mas, quando se enfrenta agora, de forma clara, um bolsão de violência que não é somente do Estado do Pará, que repercute na Zona da Mata, no Estado de Pernambuco, que tem a sua manifestação como uma proposta e uma questão urbana na cidade de Goiânia, que tem o crime organizado estampado e dominando a periferia do Rio de Janeiro e os morros do Rio de Janeiro, a periferia de São Paulo e o Estado do Paraná, aí o Estado do Pará não é Brasil. E alguns órgãos de imprensa até colocam "Brasil profundo". É contra essa situação que queremos dizer que, com todas as deficiências, estamos trabalhando sim. E aqui, temos a instalação de unidades policiais na chamada Terra do Meio. Muito antes de qualquer ofício, de qualquer provocação, no final de 2003, foi implantada a Companhia Independente de Polícia Militar, em São Félix do Xingu, com três oficiais, sessenta praças, duas caminhonetes, duas motocicletas e duas lanchas de ação rápida.

Mas, já estou encaminhando para a conclusão, pois é para não cansar. Desculpem-me se estou falando muito rápido, mas é para ter mais tempo para poder expor.

São Félix do Xingu é uma ponta da terra do Meio; é uma das pontas da Terra do Meio. Foi instalada na outra ponta, para a parte mais ocidental, a Companhia Independente da Polícia Militar em Novo Progresso, com quatro oficiais, 57 praças, duas caminhonetes e duas motocicletas. Assim que o concurso para o aumento do efetivo da polícia militar for concluído, agora, no próximo mês, aumentaremos, porque uma companhia comporta 120 homens. Como nosso efetivo está defasado, apenas 12 mil homens, e teremos um aumento de mais 1.200, e este ano, para o segundo semestre, mais 1370, nós aumentaremos e colocaremos a companhia completa, 120 praças, em São Félix do Xingu, e 120 praças em Novo Progresso. Na região

metropolitana de Belém, aí vai. Eu quis demonstrar apenas a região do Xingu.

Aqui, as Sras e Srs. Senadores têm uma visualização de como trabalhamos, a partir de 2003, a espacialização da polícia militar nesse território do Estado do Pará, e eu chamo sempre a atenção, é duas vezes e meio o tamanho da França. Temos aqui quatro comandos de policiamento regional. O Primeiro Comando está sediado em Santarém, e que abrange toda essa área ao longo da BR 163, que é Santarém-Cuiabá, e também tem ingerência aqui, na Terra do Meio. Nós temos o CPR 2, sediada aqui, em Marabá, que abrange toda a região Sudeste e parte da região Leste do Estado; temos o CPR 4, sediado em Tucuruí, pela situação estratégica da Hidrelétrica de Tucuruí e alguns Municípios que dão início aqui à região da Transamazônica; temos o CPR de Castanhal, de toda a Região Nordeste, e o Comando de Policiamento Metropolitano, na cidade de Belém.

Ao lado disso, nós temos os batalhões de Polícia Militar em Altamira, Itaituba, Marabá e em Conceição do Araguaia. Nós temos as Companhias Independentes da Polícia Militar e eu citei a de São Félix e a de Novo Progresso, que querem dar uma blindagem na chamada Terra do Meio, localizada nessa região aqui.

Nós temos os pelotões destacados. Há os Postos de Ação Integrada de Segurança Pública. Essas unidades que parecem um raio são Unidades Integradas de Segurança e Prevenção a Incêndios Florestais, que, em conjunto com o Ibama, configuram o arco do fogo: Altamira, Paragominas, Parauapebas, Marabá e Redenção. Isso é a cargo do Corpo de Bombeiros.

Também se divulgou que nada foi feito, a partir de requerimentos ou de denúncias que aconteceram, no sentido de que nós abandonamos essa área da Terra do Meio. Desde fevereiro de 2003 nós realizamos operações policiais nessa área. A Operação Transamazônica, em fevereiro de 2003, foi feita por meio do Conselho de Segurança Pública do Meio-Norte, que atualmente é presidido pelo Estado do Pará e eu tenho a honra de presidir neste biênio.

As instituições que participaram foram Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal, inclusive cedendo dois helicópteros que foram levados aqui de Brasília.

A abrangência dessa operação foram os Municípios de Anapu, Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Pacajá, Tailândia e Tucuruí.

Operação Cumbu-Afuá, em junho de 2003, que envolveu os Estados do Pará e Amapá. Instituições que participaram: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ibama, Forças Armadas; regiões ribeirinhas dos estados envolvidos,

principalmente a Região do Jari, que tinha grande conflagração delituosa.

Operação Xingu, novamente em julho de 2003. Instituições: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ibama, por meio do Comem. Municípios: Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã.

Fronteira para o Maranhão, em outubro de 2003. Instituições: Polícia Militar, Polícia Civil, Rodoviária Federal e Polícia Federal. Municípios: Açailândia, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Fronteiras.

Operação Pará-Amapá, em novembro de 2003, com todas as instituições novamente. Municípios de Afuá, Gurupá, Macapá e Santana.

Operação Pará-Tocantins, em novembro de 2003. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ibama. São Geraldo do Araguaia e Xambioá.

Operação Pará-Amapá, em dezembro de 2003. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Almeirim, Laranjal do Jari e Monte Dourado.

Abril de 2004. Operação Pará-Tocantins. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Fronteira entre os dois estados.

Eu estou fazendo isso para comprovar que a criminalidade, os pistoleiros e os grileiros muitas vezes não são – e quase sempre – paraenses. Eles adentram o Estado do Pará pelas fronteiras com Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Por isso mesmo, há as operações nas regiões de fronteiras com esses estados.

Houve mais uma operação para o Amapá, em junho de 2004. Município de Anapu, em junho de 2004. A Polícia Militar e a Polícia Civil estiveram em Anapu fazendo operação e daí resultou a instauração de nove inquéritos policiais para apurar apreensão de arma, porte ilegal de arma, ameaças e também a morte de um segurança de uma fazenda.

Freqüentemente, quando o Ibama solicita a nossa participação, nós fazemos operações nessas regiões do Estado.

Srs. Senadores, com relação ao crime, eu acho que V. Ex^{as} querem saber o estágio atual das investigações. A Polícia Civil vem trabalhando com a Polícia Federal desde o primeiro momento, na Região de Anapu. Quando fui informado da ocorrência do crime, por volta das 13 horas do sábado em que a Irmã foi assassinada, determinei que o Delegado-Geral de Polícia, que é o Chefe de Polícia Civil, se deslocasse imediatamente com o maior número de policiais do Setor de Inteligência da Polícia Civil, da Divisão de Operações Especiais – DIOE e da Divisão de Repressão ao Crime Organizado; que fosse em reforço à Superintendên-

cia do Xingu, sediada em Altamira, e ao Delegado de Anapu, que é um Delegado de carreira, um escrivão e dois investigadores.

A partir desse momento, começaram a trabalhar em conjunto a Polícia Civil e a Polícia Militar. Não sei também de onde surgiu essa idéia que a mídia difundiu de que as polícias estão divergindo. Nunca vi as duas polícias agirem tão integradas como estão agindo agora, à par de todas essas operações que foram feitas, e foram feitas em conjunto, desde 2003. Nesse evento específico, as polícias nunca trabalharam tão unidas: Polícia Civil e Polícia Federal. E, a partir daí, se começou a levantar toda a situação. O corpo da Irmã Dorothy foi levado para Belém; podia ter sido transferido para Santarém, onde temos um posto do Instituto Médico Legal, que pode realizar necropsias. Mas, como atendemos solicitação das entidades sociais, transferimos para Belém, para o Centro de Perícias Médicas Renato Chaves. Ele é cinquentenário e tem tradição na realização de perícias. E, a partir daí, identificamos quantos projéteis foram encontrados no corpo da Irmã Dorothy. A investigação se iniciou naquele momento. E chegamos, então, aos executores com o depoimento da testemunha Cícero que, desde o primeiro momento, esteve sob proteção das duas polícias. Se identificou os executores, o intermediário e o mandante.

A situação atual, após um período que, nesse momento, é crucial para nós, porque enfrentamos um inverno rigoroso; é período chuvoso na Amazônia. Anapu dista de Altamira 140 km, e o percurso, por estrada, é feito em torno de 6 a 7 horas de caminhonete ou caminhão traçado; e de aeronave levamos 20 minutos.

Agora, com o apoio do Exército, porque o único avião que estava na área era um avião do Governo do Estado, um Gran Caravan que fazia a ida até Anapu e retornava. O Desembargador Gercino sempre é usuário dessa aeronave do Estado. E estamos, agora, com o apoio de oito aeronaves do Exército Brasileiro e da Força Aérea. Já foram presos os dois executores e o intermediário.

E tive a notícia, antes de me deslocar para esta Comissão, de que a arma do crime foi apreendida. Portanto, o nexos de causalidade, a comprovação do vínculo entre o mandante, o intermediário e os executores, com essa importante apreensão, que a nossa polícia utilizou inclusive GPS e pôde localizar a equipe que estava no meio da mata, a arma foi apreendida.

É uma forma de localização; é um equipamento de navegação aeronáutica e localização por satélite. A equipe da Polícia Civil que estava na mata – estavam duas equipes: Polícia Civil e a Polícia Federal – procurando armamento na região da fazenda do Sr. Vitalmiro, acho que é o mandante.

E a Polícia Civil, com a utilização desse GPS, pôde localizar e orientar sua equipe e a arma foi apreendida.

Então, acreditamos, por toda a evolução, até por contatos que o advogado do mandante tem mantido com o segmento policial, acreditamos que muito em breve o mandante também negociará sua apresentação ou será preso pelos organismos policiais.

Coloco-me à disposição. Apressei um pouco a exposição. Agradeço a condescendência com o tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Manoel Santino.

Chamaria o Dr. Gercino José da Silva Filho, que é o Ouvidor Agrário Nacional. E, também, eu gostaria de chamar o Dr. Felício Pontes, que é o Procurador da República, que está presente.

Eu perguntaria ao secretário da Comissão se já é possível a exibição do DVD.

Senador Flexa, enquanto o DVD está sendo exibido, V. Exª poderia assumir a Presidência?

Está com algum problema?

Caso esteja com problema, vamos ouvir o Dr. Gercino.

(Reprodução de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Esse vídeo era para nós termos passado no início. Bom, o importante é que foi passado.

Então, vamos continuar, Dr. sua palavra, agora, Dr. Gercino dentro, como a gente tentou combinar. Se for possível os quinze minutos. Senão, V.Sª achar necessário mais tempo, nós avaliamos. Então, tem a palavra o Dr. Gercino Silva

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Ouvidor-Agrário Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não eu sei. Eu falei o seu nome certo?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Faltou, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Ouvidor-Agrário Nacional.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Srª Presidente, Senadora Ana Júlia, Sr. Relator Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores componentes da Comissão, Dr. Felício, Dr. Manoel Santino, Srªs e Srs., eu quero pedir um pouquinho de compreensão, porque, inicialmente, eu quero falar rapidamente sobre a função da Ouvidoria Agrária Nacional que é um órgão novo, mas em poucas palavras.

Dizer que a Ouvidoria Agrária Nacional foi criada com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos

agrários em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais, interessados na garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos conflitos no campo.

Com a Ouvidoria Agrária Nacional o Governo Federal contribui extrajudicialmente na prevenção e na resolução dos conflitos agrários de forma simples, sem burocracia, afastando qualquer barreira que dificulte o conhecimento das reclamações dos homens do campo.

A Ouvidoria Agrária conta com o apoio das Ouvidorias-Agrárias já instaladas e funcionando nos Estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará e Rondônia. Encontram-se em processo de criação as Ouvidorias-Agrárias dos Estados de Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo, Pernambuco e Roraima. A meta é criar Ouvidorias-Agrárias em todas as unidades da Federação que tenham problemas sociais decorrentes de conflitos fundiários.

As Ouvidorias-Agrárias devem proporcionar condições para que o trabalhador rural seja dotado de instrumentos capazes de propiciar a defesa de seus direitos, principalmente os direitos humanos, sociais e fundamentais nos termos da Constituição.

A Ouvidoria Agrária Nacional coordena o Programa denominado Paz no Campo, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com as seguintes ações: prevenção de tensão social no campo. Esta ação objetiva controlar as situações de tensão e conflito no campo com a finalidade de proporcionar o conhecimento das realidades internas e externas, diagnosticando suas causas de modo a subsidiar as autoridades na tomada de decisão; capacitação e mediação de conflitos sociais. Mediante esta ação a Ouvidoria Agrária informa, aperfeiçoa e atualiza as pessoas que atuam diretamente na mediação e prevenção dos conflitos raciais, com o objetivo de alcançar a eficiência na resolução dos conflitos agrários.

Atendimento de denúncias:

Mediante a estação, a Ouvidoria Agrária recebe, trata, apura e busca soluções para resolver as denúncias que envolvam conflitos agrários sobre as várias ações do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Mediação de conflitos agrários:

Mediante a citação, a Ouvidoria Agrária intervém nos conflitos agrários instalados, com a finalidade de buscar solução negociada e de dirimir pacificamente as desavenças fundiárias.

Implantação de Ouvidorias-Agrárias:

Mediante a citação a Ouvidoria Agrária pretende criar as Ouvidorias-Agrárias, como já dito, nas unidades da Federação, com o objetivo de contribuir extrajudicialmente na resolução dos conflitos agrários, de

forma descentralizada, buscando soluções pacíficas, mediante parcerias com os Estados, com os Municípios, com a sociedade civil, de forma desburocratizada, garantindo sempre os direitos sociais e humanos dessas pessoas envolvidas.

Disque TR-Paz:

Cabe à Ouvidoria Agrária a coordenação do sistema de reclamação, denominado Disque TR-Paz, pelo telefone 0800787000 são atendidas gratuitamente chamadas de todo o País durante os sete dias da semana. Os interessados podem obter pelo telefone informações sobre questões fundiárias em todo o território brasileiro assim como podem oferecer denúncias sobre violência no campo, irregularidades nos processos de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos.

Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas:

Por esta ação cabe à Ouvidoria Agrária articular junto às diferentes esferas governamentais e não-governamentais o atendimento às famílias acampadas, diminuindo o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e sociais.

Comissão de Combate à Violência no Campo

Cabe à Ouvidoria Agrária Nacional presidir a Comissão de Combate à Violência no Campo, criada pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, conforme Portaria nº 20, de 2003, que objetiva elaborar um Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, principalmente no que se refere aos direitos humanos e sociais dos trabalhadores rurais sem terra, dos quilombolas, dos indígenas, etc., plano este que já se encontra em fase conclusiva, inclusive com a aprovação do Ministro Miguel Rossetto e do Presidente do Incra, bem como do Ministro Nilmário Miranda.

A criação de Varas Agrárias Federais:

A Ouvidoria Agrária Nacional defende a criação de Varas Agrárias em todas as Unidades da Federação, com competência privativa e exclusiva para processar e julgar os feitos agrários envolvendo a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais que forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, de conformidade com o art. 109, I, da Constituição Federal, haja vista que essas Varas Agrárias especializadas propiciarão a especialização dos magistrados encarregados de prestar a tutela jurisdicional nos processos de natureza agrária, o que levará os juizes a aplicarem o Direito Agrário nos feitos levados ao seu conhecimento e julgamento, em substituição do Direito Civil, como ocorre atualmente, o que provocará essa criação das Varas Agrárias

modificação de exigência de alguns princípios, uma vez que o Direito Agrário exige, por exemplo, que o proprietário de imóveis rurais esteja cumprindo a sua função social, a função da propriedade, para fazer jus, por exemplo, à petição inicial de reintegração de posse, manutenção de posse.

Os primeiros contatos da Ouvidoria Agrária Nacional com a Irmã Dorothy aconteceram no ano de 2003. E, atendendo à solicitação da Irmã Dorothy, fizemos uma audiência pública no salão paroquial do Município de Anapu, em 26 de setembro de 2003, com a presença de representantes da prefeitura, da câmara municipal, do Judiciário, do Legislativo, do Incra, do Ibama, da Secretaria de Segurança Pública, da Ouvidoria Agrária do Estado do Pará, do Incra do Pará, da Polícia Militar, da Fetagri, da CPT, do STR de Anapu, de várias associações de trabalhadores.

Naquela oportunidade, foram tomados os seguintes encaminhamentos: a Comissão Especial de Combate à Violência no Campo – Eu usei a terminologia “Comissão Especial” porque fomos na condição de Ouvidor Agrário Nacional e também na de Presidente dessa Comissão Especial de Combate à Violência.

Primeiro encaminhamento decorrente dessa audiência pública em Anapu: A Comissão Especial de Combate à Violência no Campo combaterá a violência nos projetos de assentamento, onde os fazendeiros estão praticando vários crimes contra os trabalhadores rurais, principalmente os fazendeiros Marcos Lélio Felicíssimo da Silva, Marcos Miranda, Rotervan Miranda, Ronivon Miranda, Aroldo Batista Mota – Presidente da Associação dos Comerciantes do município de Anapu.

Para atender esse encaminhamento eu mandei o Fax nº 3581 à Polícia Federal, Fax nº 3582 à Secretaria de Defesa Social, e o Fax nº 3583 à Secretaria de Segurança Pública.

Outro encaminhamento: A Comissão Especial de Combate à Violência no Campo solicitará ao Ibama que mantenha o processo de fiscalização na região de Anapu, principalmente nas áreas dos projetos de assentamento.

Naquela oportunidade eu enviei documento ao Procurador-Geral do Ibama, Dr. Sebastião Azevedo, inclusive pedindo-lhe que fosse suspensa a concessão das declarações de posse. Isso porque é do nosso conhecimento que essas licenças que o Incra concedia para essas pessoas explorarem a madeira, com licença do Ibama, na realidade foram usadas por essas pessoas para transformar simples posses em propriedades, mediante corrupção no cartório.

Assim, aquilo que inicialmente era uma declaração de posse virava uma declaração de propriedade, com escritura pública registrada, lavrada, e a pessoa,

sem gastar dinheiro, a não ser com essa corrupção, passava de simples posseiro para proprietário. Às vezes até conseguia financiamento, junto aos próprios bancos oficiais, com essa escritura falsificada.

Por isso enviei documento ao Incra, ao Procurador-Geral do Ibama, solicitando-lhes a suspensão da concessão dessas declarações de posse.

Outro encaminhamento decorrente dessa audiência de Anapu foi o seguinte: A Comissão Especial de Combate à Violência no Campo cientificará os cartórios de que constitui crime lavrar e registrar escrituras públicas de compra e venda de áreas públicas como se fossem particulares, bem como pedirá que o Judiciário fiscalize os atos dos cartórios.

Uma das consequências desse pedido que fiz ao Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, à Corregedoria-Geral, foi que recentemente, numa reunião, no Tribunal de Justiça, com o Ministro Nilmário Miranda, eu recebi da Corregedora documento da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça cancelando o registro de aproximadamente vinte fazendas na região de Rondon do Pará. A correição feita pela Corregedoria do Tribunal constatou que essas fazendas foram levadas a registro com base em títulos falsos.

Assim, isso foi consequência dessa audiência pública de Anapu.

Outra consequência: A Comissão Especial de Combate à Violência no Campo solicitará que os juízes agrários ouçam o INCRA e o Iterpa antes de decidir as liminares nas ações possessórias. Mandeí documento para todos os juízes agrários e, recentemente, também numa reunião no Tribunal de Justiça, o desembargador recentemente empossado, Desembargador Milton Nobre, assumiu conosco, estava presente também o Ministro Nilmário Miranda, de: 1. Designar juízes agrários privativos e com competência exclusiva para as varas agrárias, todas as varas agrárias. Marabá, Redenção. Aliás, Marabá, Castanhal, Altamira e Santarém; 2. Comprometeu-se em baixar um provimento recomendando que os magistrados ouçam o INCRA, ouçam o Iterpa e ouçam o Ministério Público antes de decidirem as liminares nas ações possessórias. Isso, se realmente concretizado, vai evitar muitos conflitos agrários. Na minha estada, recentemente, em Anapu e Altamira, participando da reunião que o Dr. Felício nos proporcionou, juntamente com várias entidades, as entidades presentes a essa reunião, que foi realizada lá na igreja Imaculada Conceição, lá em Altamira, ficaram os seguintes encaminhamentos como necessários para a prevenção e a diminuição dos conflitos e da violência no campo no estado do Pará. Na visão dos movimentos sociais, o que o Governo Federal e o governo do estado do Pará precisam fazer para combater

a violência no campo e melhorar a reforma agrária no estado do Pará, de acordo com os encaminhamentos decorrentes da reunião realizada na igreja Imaculada Conceição, em Altamira, no dia 14 de fevereiro de 2005, que contou com representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do INCRA, do Ibama, da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa, da OAB, da CPT, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, da Fetagri, do MST e da Ouvia Agrária. 1. Estruturação do INCRA. Todos foram unânimes de que o INCRA precisa ser melhor estruturado com recursos financeiros, recursos materiais e humanos, bem como naquela época ainda não havia a nomeação do novo Superintendente, eles pediam, mas já se efetivou a nomeação do novo superintendente da SR 01; 2. Segurança pública nos PDSs. Foi decisão unânime de todos que não basta assegurar essa segurança pública no momento, é preciso que, após a retirada da Força-Tarefa, desculpe usar essa terminologia, que quase ninguém gosta, mas, retirada a Força-Tarefa, necessário se faz que se dê segurança dentro dos projetos de desenvolvimento social, porque lá que os trabalhadores rurais são ameaçados e são humilhados. 3. Fim da pistolagem. É preciso acabar com a pistolagem no estado do Pará porque é comum que esses crimes sejam feitos por encomenda, como aconteceu agora. Vimos que tem lá um mandante, tem um intermediário e tem dois executores, que são exatamente os que caracterizam a pistolagem. Desarmamento na região de Anapu. Também foi decisão unânime de todos que necessário se faz um desarmamento geral na região de Anapu. A criação da Comarca de Anapu. É preciso que o Tribunal de Justiça transforme, crie a Comarca de Anapu, dotando, então, o município de juiz de direito, promotor de justiça, defensor público, além de melhorar o que já existe, a delegacia de polícia civil, porque, na realidade, a população de Anapu sente-se desprotegida. Não tem juiz para recorrer. Não tem o Ministério Público, o Defensor Público. Então, para melhorar a situação é necessária a criação da Comarca de Anapu.

A instalação de mais uma Superintendência Regional do Incra, também foi uma decisão unânime de todos de que o Incra precisa criar mais uma superintendência regional no Estado do Pará.

A designação de juízes privativos para as varas agrárias, todos foram unânimes, porque enquanto não houver juízes privativos com especialização em Direito Agrário vai continuar a situação sem a necessária compreensão dos magistrados no trato com os conflitos agrários.

Outro encaminhamento é a transformação urgente do posto policial da Polícia Federal de Altamira em Delegacia de Polícia Federal. Não basta para garantir a segurança pública no local um simples posto. Necessário se faz a presença da delegacia trazendo um bojo de consequências.

O cumprimento dos mandados judiciais de prisão, existe uma relação de aproximadamente uns 30 mandados de prisão expedidos por pessoas que cometeram crimes na zona rural e que as Polícias Federal, PM e Civil precisam cumprir com urgência, porque esses são, dentre vários, aqueles que cometem violência na zona rural.

Assentamento de trabalhadores rurais acampados, é necessário que o Incra agilize o processo de assentamento das famílias que se encontram acampadas. A implementação urgente dos PDS na região. Aqui, inclusive, foi um encaminhamento específico do Dr. Felício, que está aqui ao meu lado, quando disse: o representante do Ministério Público Dr. Felício pediu que o Incra informe detalhadamente quais as áreas dos PDS da região de Anapu que já foram desapropriadas e incorporadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, as áreas dos PDS da região de Anapu que se encontram **sub judice** e as áreas dos PDS das regiões que o Incra pretende desapropriar. Então, a implementação urgente desses PDS.

Por fim, dessa reunião decorrente de lá, a desapropriação com bloqueio de recursos financeiros. Também é um encaminhamento do Ministério Público Federal, Dr. Felício, que entende que o Incra deve desapropriar aquelas áreas com contrato de alienação em terra pública em que existam dúvidas no cumprimento das cláusulas, haja vista que o próprio Ministério Público se compromete pedir que esse dinheiro fique bloqueado até que se decida se essa área é uma área efetivamente que tenha sido destacada legitimamente do patrimônio público para o particular; que seja produtiva e esteja cumprindo a função social – nesse caso, então, ela tem que ser desapropriada porque caracteriza a propriedade particular – ou se deve ser simplesmente arrecadada ou devolvida ao órgão público. No caso, o Incra ou Iterpa, se for área estadual, porque as cláusulas contratuais não foram cumpridas.

Decorrente também dessa que esqueci de citar aqui, cientificamos alguns pretensos proprietários da região que foram citados pela Irmã Dorothy como causadores. São aqueles nomes que li e alguns mandei documentos diretamente a eles, dizendo que esses pretensos proprietários, para que sejam merecedores de uma proteção oficial, primeiro, a propriedade tem que ser legitimamente destacada do patrimônio público para o particular, que seja produtiva, esteja cumprindo

a função social e também que essa propriedade não esteja provocando conflito agrário.

É do conhecimento de todos e todo mundo está empenhado, mas é necessário a força da comissão no sentido de efetivar a proteção dos ameaçados de morte e principalmente os atuais. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Francisco de Assis Sousa, o Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Gabriel do Nascimento, o integrante da Comissão Pastoral da Terra da Prelazia do Xingu, Padre Amaro Lopes Sousa, e um que não constou aqui, mas até pedi por escrito, porque ele me solicitou lá em Altamira, porque apareceu no vídeo, o Sr. Tarcísio Feitosa, que se encontra ameaçado de morte por um fazendeiro que se diz dono de uma área de 180 mil hectares.

O Governo Federal para diminuir a violência no campo e os conflitos agrários está elaborando um Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e presido a comissão na qualidade de Auditor Agrário Nacional, que deverá começar a ser implementada em breve, e prevê a criação das varas agrárias federais e estaduais, criação de ouvidorias agrárias federais em todos os Estados, principalmente naqueles que têm maior número de conflitos. E ontem conseguimos uma grande vitória com o Procurador-Geral da República Dr. Cláudio Fonteles, que vai baixar um ato recomendando que o Procuradores da República componham as ouvidorias agrárias federais. E por que pedi isso ao Procurador-Geral da República? Porque o Ministério Público tem um nome muito respeitado, e toda a comissão que ele compõem dá *status*, dá respeito, então foi muito importante ter conseguido com o Dr. Cláudio Fonteles esse compromisso.

Encerro por aqui, agradeço esta oportunidade. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Felício Pontes, Procurador da República do Estado do Pará, já foi citado aqui, tem acompanhado essa situação agrária no Estado.

Dr. Felício Pontes.

O SR. FELÍCIO PONTES – Obrigado, Senadora Ana Júlia, Senador Demóstenes, Dr. Constantino, Secretário de Defesa Social do Estado, Senador Flecha Ribeiro, Desembargador Gersino, senhores membros da Comissão, quero agradecer primeiro a oportunidade, e o que posso fazer aqui é um brevíssimo relato da situação do meu testemunho nessa região e deixaria as perguntas para que pudesse aprofundar um ou outro tema eu fosse necessário. Iniciei o trabalho naquela região em 1999, quando a Irmã Dorothy chegou à Procuradoria da República solicitando que nós

a ajudássemos no sentido da criação de dois PDS na região, Projetos de Desenvolvimento Sustentável Esperança e Virola Jatobá, eram os nomes naquele momento, agora um deles mudou, o assassinato se deu justamente dentro do PA Esperança, e pelo que foi anunciado pelo Incra passou a se chamar Com Justiça PDS Irmã Dorothy.

De lá para cá, desde 1999, tenho poucas semanas, durante esses anos todos, que não falei com a Irmã Dorothy, quer em reuniões aqui em Brasília, quer em reuniões em Belém, ou quer pelo telefone. Então deu para acompanhar muito bem esse processo. E a Irmã Dorothy, quando a conheci, em Anapu, ela já estava lá há mais de quinze anos. Então o que aconteceu de diferente nesse processo nesses últimos cinco anos em que ela viveu lá?

O Governo Federal, em 1999, permitam-me a franqueza, de forma irresponsável, anunciou aos quatro ventos um megaprojeto na Amazônia, mais um deles, que se chamava Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A construção dessa barragem se daria exatamente ali naquela faixa, na volta grande do Xingu, onde está o município de Anapu. O resultado dessa irresponsabilidade, digo irresponsabilidade porque não havia nem mesmo um projeto executivo, e o processo de licenciamento estava completamente errado, tanto que tivemos, o Ministério Público Federal, eu um dos integrantes, que propor ação civil pública contra a Eletronorte, e ganhamos em todas as instâncias, ainda há um recurso aqui em Brasília. Em todos os outros já vencemos, tanto em primeira, segunda quanto em terceira instância. E essa irresponsabilidade, digo que não é só do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista econômico também, porque o Governo Federal anunciava que aquela que seria a terceira maior hidrelétrica do mundo geraria onze mil **megawatts** de energia. E os primeiros estudos que fizemos, em colaboração com professores da Unicamp, baixava isso a seis mil **megawatts**, isso porque o Rio Xingu é um rio extremamente diferente no seu período de cheia, agora, e no seu período de seca. A vazão dele é muito grande. E ficou comprovado que em alguns meses do ano ele não teria água suficiente para fazer rodar, para fazer gerar nenhuma das turbinas previstas daquela hidrelétrica. Então, é completamente irresponsável o anúncio que foi feito naquela época, de que já haveria a construção. Qual foi o impacto disso sobre uma cidade que tinha naquele momento de oito a nove mil habitantes. Isso em 99. O impacto foi que a população de Anapu quase triplicou em dois anos. Ora, qual é o município da Transamazônica, qual o município da Amazônia que consegue suportar com políticas públicas o incremento da sua população em quase três

vezes mais, num espaço de dois anos? É impossível. Não há tempo suficiente nem para construir escola, nem para hospitais, nem para estrutura mínima, para dar o mínimo de dignidade para aquela população que chegava, parte do sul do Pará e parte chegava do Estado vizinho nosso, que é o Maranhão. Aliás, uma grande parte vinha do Maranhão. Numa última assembléia que tive há semana passada com os lavradores da região, saía perguntando “de onde você veio”, então a grande maioria, a grande maioria mesmo dizia que vinha do Estado do Maranhão e vinha atraída, e chegou até aquela localidade atraída pela construção daquele projeto. O projeto não conseguiu, é claro, sair do papel, acho que felizmente, senão os resultados seriam mais catastróficos ainda. E restou, como não tinha poder público para auxiliar aquela população que ali chegava, restou a um anjo da Transamazônica que fazia o acolhimento daquelas famílias, que era a Irmã Dorothy. Ela era, naquele momento, a referência das pessoas que chegavam, era chamada de a Doty. Vai lá com a Doty que ela dá um jeito nessa situação. Era isso que se dizia. Ela abrigava a família primeiro na sua casa e na casa do bispo, lá em Anapu, quando já não tinha mais lugar onde abrigar. E daí, já sabendo dessas áreas, que eram áreas públicas da União, ela para lá encaminhava, através sempre do executor do Incra em Altamira, para que aquelas pessoas pudessem ali ter o mínimo de dignidade, de sustento e começar a viver, porque até isso lhes era negado.

Esse foi o impacto. E como essa região de Anapu era a região esquecida da Transamazônica, e aliás foi por isso que a Irmã Dorothy foi para lá, não foi D. Hervy, foi exatamente porque ela pede para ir para aquele lugar mais pobre que tivesse naquela região. E o D. Hervy, entre tantos, indica Anapu. Ela vai para lá para fazer esse trabalho pastoral, missionário, e nesse momento fica diante dessa situação. Ficar diante da situação de dar acolhida àquele povo, àqueles trabalhadores rurais na sua imensa maioria, que chegavam até Anapu.

Ela vai... Como era região esquecida – a região onde o acesso era pior, onde não tinha... o desenvolvimento vai se dar de Altamira para o leste no primeiro momento e na região de Marabá – essa parte da Transamazônica fica esquecida. Fica esquecida também a floresta que ali está. Com o esgotamento dos recursos naturais do restante da região da Transamazônica esse também vai ser um atrativo muito grande – essa região – para que madeireiros e fazendeiros venham para esta região. Está estabelecido o conflito. Na minha visão é muito simples. É muito simples ver o que aconteceu. Tem-se ao mesmo tempo uma frente atrativa de trabalhadores desempregados, sobretudo trabalhadores

rurais, e de outro lado uma frente atrativa de madeireiros e fazendeiros por ser a terra barata e por ter ainda os recursos naturais intactos. Está feito o conflito: os dois estão disputando a mesma terra.

Então, às vezes não é só o resultado ruim que se tem de uma situação que é sempre divulgada pela imprensa, que sempre dá notícia, não é só a omissão do Estado, mas muitas vezes a ação do Estado de políticas públicas erradas também causam os mesmos resultados. Aqui nós temos as duas coisas. Nós temos umas políticas públicas mal elaboradas ou elaboradas de forma ineficazes e temos a omissão do aparato estatal de estar presente naquela região, sobretudo aparato de segurança do Estado e da União.

Nós estávamos lutando desde 1998 pela criação da Delegacia da Polícia Federal em Altamira que era exatamente para fazer frente a essa situação. E muitos foram os ofícios ao Governo do Estado, através do Secretário de Defesa Social, que compõe esta Mesa, no sentido de que também desse o suporte da Polícia Militar e da Polícia Civil para aquela região, porque estava se avizinando o que aconteceu. Então esse é o quadro. Esse é o quadro e não poderia estar em outra coisa. Com tanta coisa errada sendo proposta só poderia dar no que deu.

Ficou a seguinte situação para o Incra – e nós várias vezes dissemos isso a eles -: nós temos de um lado, de um lado meia dúzia, mais ou menos, de fazendeiros e madeireiros e temos de outro, quase seiscentas famílias de agricultores disputando o mesmo espaço. É preciso que o Governo Federal decida de que lado ele vai ficar. É preciso que tenha clareza que um dos dois grupos vai perder, porque é a mesma área. E de que não é, o confronto não se dá como eu vi muito nos jornais depois que eu cheguei a Anapu, porque lá eu não tive acesso às informações, de que estava se dando entre a turma da Irmã Dorothy que queria só a preservação da natureza e a turma produtiva do outro lado. Não é verdade isso. A disputa aqui era a disputa pelos recursos naturais da Amazônia. Essa era a grande disputa. Essa é a grande disputa que se dá na região.

Irmã Dorothy há vinte anos, antes de chegar com o bispo Dom Erwin e pedir para ser lotada na região da transamazônica, ela passou pelo sul do Pará. Ela viu a lógica de desenvolvimento que se deu lá. Qual era a lógica de desenvolvimento oficial e que foi implementada na prática? Qual era? Chegada primeiro dos madeireiros, tiram a madeira de lei da região e depois vendem as terras que já não lhes servem mais. Vendem as terras aos fazendeiros, que terminam de colocar a floresta em baixo e plantam capim. Aliás, plantar capim... acabei de ver... acabei de ler o depoimento do...

desculpe, do pistoleiro que matou a Irmã Dorothy e ele diz assim, que na conversa que teve com ele nos minutos antes de matá-lo, de matá-la, ele dizia assim: “É, mas o meu trabalho é esse: é de plantar capim”. Ela dizia: “Por favor, não plante capim aí porque nós precisamos dessa floresta”. Porque ela estava... o que ela estava dizendo naquele momento? Ela estava tentando fazer um projeto, que é o PDS, que congrega preservação da natureza com desenvolvimento social. O vídeo que eu não conhecia passou isso bem. Algumas culturas, cupuaçu, cacau que precisam da sombra. Quem passa por cima pensa que aquela mata não está sendo explorada economicamente. Por que? Porque vê a floresta intacta por cima mas, embaixo, tem gente e tem culturas sendo feitas, tem culturas sendo realizadas.

Este, então, é o cenário que se dá em Anapu e foi o mesmo cenário que passou há 20 anos atrás, oficialmente, no sul do Pará – primeiro, os madeireiros e, depois, os fazendeiros. Qual o resultado disto? Nós temos hoje o sul do Pará como uma região campeã nacional de trabalho escravo e a região campeã nacional de morte de trabalhadores rurais no campo. Este foi o resultado desta política. Chegou a hora do Governo Federal decidir se vai continuar com isto ou se vai implementar, realmente, as novas idéias porque a disputa que se dá agora é para que os recursos sejam explorados não de forma predatória como foi no passado por madeireiros e fazendeiros mas que seja explorados de forma sustentável. A reunião que a Irmã Dorothy estava tendo na sexta-feira – eu fui a última pessoa a falar com ela, quando ela saía de casa, na sexta-feira, às 7 horas da manhã – ela ia para a região – ela dorme na região e foi morta 24 horas depois. Sabe, Senador Pedro Simon, sabe Senador Eduardo Suplicy, o que ela estava fazendo lá, o que ela foi fazer – para mostrar o grau de comprometimento com o desenvolvimento daquele povo? Ela estava discutindo, exatamente, a criação dos planos de manejo comunitário para o povo da região: exploração de madeira sustentável, cujo recurso não fica concentrado nas seis famílias que atuavam naquela região mas que são entregues às 400 ou 600 famílias dos dois PDS. Isto é distribuição de renda, esta é a política que estava sendo adotada naquela região e o Governo Federal deixou a Irmã Dorothy sozinha. Por que? Porque criou aquilo no papel e não a implementou. Por isto, ela morreu porque ela teve que enfrentar os fazendeiros porque naquele dia, naquela sexta-feira, quando eu liguei para ela muito preocupado com a situação, estava do meu lado o Chefe do Escritório do Ibama em Altamira e a Coordenadora da Fetagri – eu coloco o telefone viva-voz. Alguma coisa estava dizendo que estava er-

rado. Todo o mundo estava muito preocupado com a situação ali, naquele momento. E a Irmã Dorothy dizia que não ia para o enfrentamento e que ela não era de fazer enfrentamento e para que nós ficássemos despreocupados porque ela iria lá porque várias famílias – se não me engano, duas ou três famílias – tiveram as suas casas queimadas – quase a mesma foto que nós vimos, agora, aqui no vídeo e eu vi isto no jornal. As casas foram queimadas na semana anterior porque eram lugares do PDS e o fazendeiro que a matou, para intimidar, para retirar as pessoas as pessoas da região, além de ameaçá-las, colocou fogo nas casas e ela estava indo lá para dar assistência a essas famílias que estavam sem casas na região. Ela me falou isto na sexta-feira.

Então, o que se tem aqui são dois grandes modelos de desenvolvimento da Amazônia e é preciso que o Governo Federal decida de que lado irá ficar. Não dá para fazer negociação, Sr. Senador Sibá Machado, V. Exª bem sabe disto. Chega uma hora que não dá negociação. Um dos dois lados vai perder.

Para finalizar, Senadora Ana Júlia Carepa, quero só dizer e pedir a esta Comissão – e dar uma declaração pessoal que não é da instituição – de que eu sou a favor da federalização desse crime. Que ele seja julgado pela Justiça Federal. E digo porque. Não porque a Justiça Estadual não possa gerar confiança porque, aí, estaria até mesmo voltando contra a minha família e não há nenhum ato da Justiça Estadual, até agora, que possa ter sido matéria de qualquer análise sobre a idoneidade, neste caso, da Justiça Estadual e digo porque este caso não é um simples caso de assassinato no campo. Nós estamos contra, nós estamos diante de um assassinato, de um caso de violação grave dos direitos humanos no Brasil. Qual é a consequência disso, Senador Suplicy? V. Exª bem sabe disso por conta da atuação em Eldorado dos Carajás. A consequência disso é que o Brasil vai ser julgado perante os tribunais internacionais e quem vai responder perante os tribunais internacionais por esse crime não é o Estado do Pará, mas a União, e a União não vai poder dar resposta se houver qualquer problema no andamento desse processo. Por quê? Porque ela não pode ter ingerência nenhuma nos atos, nos feitos da Justiça Estadual, e conosco poderia auxiliar na instrução desse processo para que ele se tornasse mais célere. Essa decisão cabe ao Procurador-Geral da República. A Emenda 45 da Constituição Federal, que foi promulgada nesta Casa no dia 31 de dezembro, remete ao Procurador-Geral da República a legitimidade para propor o incidente de deslocamento de competência. Não era a proposta que queríamos. A proposta da Associação Nacional dos Procuradores da

República listava cinco ou seis crimes, salvo engano, e dizia que esses crimes são de competência federal. São eles: genocídio, trabalho escravo, homicídio contra indígenas, tem mais alguns, crimes quanto à violação de direitos humanos grave. Dizia alguma coisa assim, de cujo texto específico não me lembro mais. Não foi isso que foi adotado por esta Casa, que preferiu silenciar sobre os assuntos e deixar que a justiça decidisse quais crimes seriam de competência federal. E podemos ter, se o Procurador-Geral da República adotar a mesma opinião deste que vos fala, o primeiro caso a ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça, se é de competência federal ou não. Acho que é extremamente importante e oportuna esta Comissão, queria parabenizar os seus membros e, mais ainda, aqueles que, não é, Senador Flexa, não são do nosso Estado e que, ainda assim, estão aqui. Isso é uma prova de extrema responsabilidade de seus mandatos para com a Nação. Gostaria, então, de pedir que esta Comissão solicitasse também ao Procurador-Geral da República que federalizasse esse crime. Era só isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. Felício. Conversando com o relator, vou propor um encaminhamento. O Senador Flexa Ribeiro nos trouxe um requerimento para ouvir o Sr. Laudir José Yteck, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio. Nobre Relator, estando o Sr. Laudir aqui presente, mas consulto os novos Colegas, está-se propondo que ele seja ouvido agora, de imediato. Então, pergunto aos Senadores presentes se acham bom que se ouça de momento ou se passamos a fazer as perguntas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, entendo a preocupação, mas acho que hoje não seria importante pelo seguinte motivo: acho que as partes que envolvem o setor produtivo, o setor de movimento social... Entendemos naquele momento que não era bom ouvir neste momento. Ouviríamos as autoridades mais envolvidas diretamente no caso, que poderiam nos dar uma pista de como seguiríamos o nosso trabalho e, daí por diante, poderíamos ver. Acho que valeria ouvirmos, mas num momento posterior, porque agora poderíamos até perder o fio da meada no que diz respeito às ações do Governo do Estado, às ações da Ouvidoria, às ações do Ministério Público e o que pensa a Igreja da qual a Irmã Dorothy participava. Então, a partir disso, vamos concluir o nosso trabalho e podemos votar o requerimento do Senador, não vejo nenhum problema, mas atendendo ao relator,

do que ele acha que, extraído da conversa de hoje, seria o roteiro de nossa ação, ouvindo ou não outras partes, ou se iríamos direto ao local acompanhar o trabalho da polícia que está, neste momento, fazendo a investigação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Veja bem, o que tinha proposto, já que há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, é que, por uma questão até de agilidade, uma vez que o representante do setor produtivo, como se intitula, está aí, deveríamos ouvi-lo. Agora, também acho que é ponderável o que V. Ex^a disse. Já tinha até dito à Senadora que deveríamos ir semana que vem, talvez, ao Pará e, lá, ouvíssemos todos; passássemos um dia lá, ouvindo associação de produtores, associação de trabalhadores.

Creio que pode ser. Não tem problema algum. Poderíamos fazer isso até para estabelecer um contraditório. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Vamos começar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Creio que seria importante completar agora o trabalho que já foi estabelecido, sem prejuízo de, depois, consultar o senhor que está presente. Quem sabe amanhã possamos até continuar para adiantar os nossos trabalhos.

Já que ele se deslocou para vir aqui. Hoje, já vai longe o que temos ainda por fazer.

Ficarei até a hora que for preciso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está certo. Concordo com o Senador Supply. Nós aqui estamos dispostos a ...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Estamos aqui para fazer o trabalho e, sobretudo, com um Senador Promotor; com a experiência, então, quero aprender.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Por falar em Senador Promotor, todos sabem que quem tem a prerrogativa de fazer as perguntas, os esclarecimentos para as pessoas que foram aqui convidadas, com o objetivo de nos dar um quadro, de nos dar aquele relatório de essas pessoas, que são conhecedoras da situação, que são conhecedoras da região ou que vivenciaram também esse problema, para que possamos continuar o nosso trabalho, é o Senador Relator.

Acho que o próximo passo – quero me referir a isso – seria ouvir os sindicatos, as associações de produtores que se chamam produtores rurais da terra do meio. Em Anapu, mesmo, existe uma associação de madeireiros de Anapu. Existe o sindicato de trabalhadores rurais, cujo Presidente, inclusive, está

sendo ameaçado de morte, que eu já aqui proponho que chamemos; a Comissão Pastoral da Terra, que tem também um grande trabalho nessa região, e creio que devíamos ouvir – e quero também propor, Senador Relator – o Incra e o MDA, porque aqui também se falou muito do que faz, do que não faz. Então é importante ouvir até para entender até onde foi o Incra, o que aconteceu. Aqui se falou de reação às ações do Governo, de implementação do PDS, portanto creio ser importante chamar o Incra, o MDA e o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente, já que existem ações também na direção de criar e homologar reservas extrativistas na região.

Tenho essa proposta e, neste momento, vamos fazer as perguntas necessárias, as perguntas que cada Senador julgar necessário para se esclarecer melhor e, como tem prerrogativa o Senador Relator, passo a palavra ao Senador Demóstenes, sem antes deixar de anunciar uma pessoa que ficou mais famosa ainda, agora, depois dos desencontrados depoimentos – digo desencontrados, porque a imprensa divulga que o pistoleiro que atirou, que matou, que confessou, deu um depoimento à Polícia Civil, depois deu um depoimento completamente diferente à Polícia Federal, mas não se sabe por que esse depoimento da Polícia Civil foi divulgado para a imprensa no Brasil inteiro.

Então, está aqui um dos ameaçados. Aliás, estão vários ameaçados de morte aqui, nesta sala. Está o Tarcísio Feitosa e o Francisco de Assis Souza, conhecido como Chiquinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu.

Senador Demóstenes Torres, com a palavra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Exm^a Sr^a Presidente da Comissão, Sr. Vice-Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Eminência Reverendíssima, Ex^o Sr. Secretário de Defesa Social do Estado do Pará, Ex^o Sr. Ouvidor Agrário Nacional, Ex^o Sr. Procurador da República do Estado do Pará.

Inicialmente, eu teria alguns questionamentos a fazer a V. Rev.^{ma}, D. Erwin Kräutler. Ao início o senhor disse algo que me pareceu força de expressão, mas eu gostaria que V. Rev.^{ma} confirmasse se é impressão minha. V. Rev.^{ma} disse que não acreditava, assim como a Irmã Dorothy também não acreditava, que ela poderia ser morta. Como situação era grave, uma vez que ela inclusive alertou o Secretário Nacional de Direitos Humanos e o Sr. Procurador da República no Pará, que por sua vez alertou ao Secretário de Defesa Social, pergunto: se o senhor, que vivenciava aquela situação juntamente com a Irmã Dorothy teve a impressão de que nada aconteceria, se essas autoridades também não poderiam ter a mesma impressão. Pergunto a V. Rev.^{ma} se isso não foi uma força de expressão. Poderiam

dizer que não imaginavam que isso não ia acontecer? O senhor realmente acreditava que ela não corria risco de morte?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Que ela corria risco de morte, era claro para nós. Não acreditávamos que esse seria o desfecho da vida abnegada dela. Explico: muitos de nós recebemos telefonemas anônimos ou telefonemas em que quem liga se identifica e começa primeiro a vazar a raiva e o ódio e no fim dizem: “O senhor vai ver. Daqui para frente as coisas serão diferentes.”

Temos duas possibilidades: dizer que foi a raiva, que ele afinal de contas conseguiu vomitar o que estava dentro. De imediato, não acredito que o homem que telefonou tenha concretizado a raiva dele. A Irmã disse várias vezes... Eu falei para ela “Dorothy, você está correndo risco de vida.”, mas ela respondeu “Eu não acredito.” Desculpe-me, mas é expressão dela. “Imaginem que vão detonar uma arma contra uma velha como eu.” Ela disse isso, até brincando. Quero dizer que a gente descobre que não acreditávamos. Não posso. “Não acreditei que isso pudesse acontecer”. Deus o livre! Para mim, foi um grande choque porque aquilo que não esperávamos se concretizou. Não sei se deu para entender.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Deu para entender bem. Millor Fernandes disse o seguinte: chegou ao limite de sua ignorância, não obstante prosseguiu. É mais ou menos isso.

Perguntaria ao senhor há quanto tempo o senhor está na região e há quanto tempo como Bispo?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Há quarenta anos.

Cheguei novo lá, em 1965, em Altamira, no Xingu, e desde então estou lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor conhece desde o primeiro assentamento feito pelo Governo?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Conheci Altamira com quatro mil de habitantes. Estive presente quando foi implantada a Transamazônica, estive lá quando o Presidente Médici chegou a inaugurar o primeiro trecho, a abrir os trabalhos da Transamazônica. Estive lá, eu mesmo vi. Acompanhei este povo quando chegou. Conheço todas as comunidades ao longo da Transamazônica, não tem uma que escapa, também no alto e no baixo Xingu. Sou Bispo desde 1980 e vou completar 25 anos em breve.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor concluiu o depoimento que o senhor fez dizendo que a Irmã Dorothy foi assassinada por defender o interesse do seu povo. Perguntaria ao senhor se poderia dizer que interesses objetivamente a Irmã Dorothy contrariava.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Na medida em que a Irmã Dorothy se colocou ao lado das famílias que o nosso Irmão Felício Pontes agora identificou, automaticamente estava contrariando os interesses dessa meia dúzia de famílias que se julgam donos. Como também expliquei, diante da lei, não deixam de ser grileiros porque nenhum deles tem o título definitivo expedido pelo Governo, pelas autoridades governamentais. Então, ao se colocar do lado dos pequenos, contraria os interesses, se opõe às ambições dessas famílias grandes. Isso ficou bem claro porque eu recebi vários telefonemas também deles, que se queixaram da Irmã Dorothy. Eles sabiam perfeitamente por que se queixaram: porque a Dorothy estava do lado desse povo, que pleiteou a mesma área de que eles se julgavam donos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Várias vezes tive oportunidade de ler o que senhor tem dito: o Pará, especificamente essa região, se tornou uma terra sem lei. O senhor enfatizou isso várias vezes e aponta uma série de problemas na região, como a grilagem de terras públicas, a devastação da floresta, o trabalho escravo, a pistolagem, o contrabando, o tráfico de drogas.

Pergunto ao senhor: por que chegamos a essa situação naquela região?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – A região é muito grande, as distâncias são homéricas. Por exemplo, quando acontece algo no Travessão, não é fácil chegar a notícia em Belém. Muita gente se aproveitou dessa situação geográfica do nosso Pará. Muita gente! Pode ser que a polícia esteja no lugar, em Altamira, em Anapu, mas não estão nos travessões. E, quando falo em “travessão”, isso pode ser 70 quilômetros da beira faixa. Temos de ver isso. Foi implantada a delegacia em Anapu. Isso não significa que o povo no interior, isto é, nos travessões, nas vicinais da transamazônica, esteja com segurança. Não está! O povo vai atrás da polícia quando já aconteceu alguma coisa. Mas não sente essa segurança, que fica muito distante.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor acha que o Estado não está lá suficientemente presente?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não está. Suficientemente, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com isso, há o que o senhor costuma chamar de uma rede de impunidade.

A quem interessa essa rede de impunidade no Pará?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não sei explicar isso. Só me chama atenção o seguinte: quem matou o Dema, por exemplo, antes da Irmã Dorothy? Até hoje,

não está identificado e o processo não está andando. Quer dizer, quem matou está impune. Estou me lembrando das crianças imaculadas. Talvez V. Ex^a tenha ouvido falar disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Estive presente em todas as sessões do Tribunal do Júri de Belém. Foram condenados quatro. Um está preso. E quem está preso é justamente o soldadinho, que todos sabemos ser pobre. Os dois médicos e o filho de um rico comerciante estão em liberdade. Uma infinidade de coisas aconteceram nesses 40 anos que estou lá. Sempre vejo que não há punição. Dói-me o coração – repito isto aqui –, quando o meu povo, a quem sirvo durante todos esses anos, me diz: “Bispo, para nós, não existe justiça porque somos pobres”. Tenho que ouvir isso não sei quantas vezes. Levanto sempre a voz, grito, escrevo cartas aos Ministros, ao Supremo Tribunal Federal. Escrevi – não é a primeira vez – sobre esse assunto de Anapu uma carta a vários Ministros em julho do ano passado. Eu citei os fatos, como outras coisas que V. Ex^a agora acaba de citar. Todos esses fatos fazem parte de uma carta que dirigi aos Ministros. Então, fiz tudo isso. Da minha parte, não posso dizer outra coisa a não ser que o crime continua porque os criminosos continuam impunes. Eles fazem hoje e podem ser presos, mas amanhã estão soltos de novo, nas ruas de Altamira, palitando os dentes ou pior: chegam lá e ainda soltam fogos em frente à casa de uma mulher que perdeu o filho nessas condições bárbaras. É desse jeito. Então, acho que não há serenidade nessa investigação ou na identificação dos presos ou também depois no processo. O processo é levado até o tribunal do júri, são condenados de 33 a 70 anos, ficam dez meses presos, ou um ano, e depois simplesmente são liberados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu lhe perguntaria se o senhor acredita que a polícia esteja acobertando esses atos, ou se não acobertando, ao menos tendo conivência com atos contrários à lei e se o Poder Judiciário, de certa forma também, é conivente.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – A única coisa que posso dizer é que o povo fala sobre isso. Por exemplo, escrevi isso numa carta e em Tucumã me falaram abertamente sobre isso. Eu não posso provar que um policial tenha feito esses atos de corrupção. Que o povo fala, isso ele fala para mim: “Bispo, acontece isso, aquilo e aquilo outro”. Agora, onde estão as provas, é muito difícil para eu provar. Também não é minha função.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto. Eu lhe perguntaria: o senhor foi consultado

pelo Vaticano sobre esses conflitos no Pará. O senhor tem conhecimento se a Nunciatura com representação aqui no Brasil chegou a alertar o Itamaraty sobre a gravidade da situação ali no Pará?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Que eu saiba, não. A única coisa que posso dizer é que na primeira visita que fiz ao Papa, o Papa me perguntou. Isso foi depois que fui preso pela Polícia Militar do Pará, em 83. Em 85 eu estive com o Papa e contei a história e disse por que fui preso. Foi porque me solidarizei com os canavieiros da Transamazônica. E o Papa naquele dia me disse, e nunca me esqueço: “Continua, continua seu caminho. Se a Igreja não se colocar do lado dos pobres, quem o fará?” Então, isso para mim serve para o resto de minha vida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor: o senhor tem conhecimento, até por estar muito tempo na região, de como funciona esse sistema de grilagem de terra que o senhor diz existir no Estado do Pará e que é mais ou menos de conhecimento geral?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Que eu saiba, simplesmente alguém entra e diz “isso é meu”, e não respeita as famílias que estão lá. Conheço casos que as famílias estão ali desde o tempo do bisavô, e naturalmente não se preocuparam com documentação. E não é tão fácil. Por exemplo, no Município de Porto de Moz, que conheço, e também no alto rio do Quati e do Cupari, lá um homem mesmo me disse: “Estou aqui desde tempos imemoriais, porque meu bistravô já estava aqui”. Mas ele não se preocupou com documentação. E como é que vai, com intérprete e tudo o mais? Eles não sabem. São povos simples e humildes. Então, de repente chega alguém e diz: “Isso aqui é meu”. Primeiro, eles dizem: “Não, eu estou morando aqui. O meu avô, o meu bisavô, minha mãe, meu pai, nós somos daqui”. “Não interessa. Olha aqui, o documento é meu”. Ou forjam um documento ou têm um documento, não sei. E depois amedrontam a família, dizendo: “E vocês caíam fora daqui, porque senão eu não garanto nada”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esse sistema de grilagem, naturalmente, é acobertado por um outro sistema de se forjarem documentos dos cartórios.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esses documentos forjados em cartório, algumas vezes, ou quase sempre, recebem também a chancela do Poder Judiciário em alguma ação que reconhece a titularidade?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Bom, isso eu não posso provar. Posso simplesmente dizer que eu vi falar nisso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Irmã Dorothy dizia que havia uma espécie de crime organizado, principalmente visando explorar os recursos naturais da Amazônia, bem como para agredir o meio ambiente, uma espécie de biopirataria. O senhor acredita que isso realmente exista?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Acredito. Que tem biopirataria, tem. Inclusive em aldeias indígenas. Eu sei disso. Porque o povo vai até travestido para lá, como turista, e de repente vai descobrir a sabedoria milenar de nossos povos indígenas, das plantinhas, das raízes, das cascas que eles sabem, e levam e patenteiam lá em cima. Isso eu sei e já gritei contra isso também.

E não é tão fácil. Por exemplo, no Município de Porto de Moz, que conheço, no alto rio do Quati e do Cupari, um homem me disse: “Estou aqui desde tempos imemoriais, porque meu tataravô já estava ali”. Mas ele não se preocupou com documentação. Eles não sabem, são de um povo humilde. Então, de repente, chega alguém que diz: “Isso aqui é meu”. Ele diz: “Não, estou morando aqui, meu avô, meu bisavô e meu pai são daqui”. “Não interessa, o documento é meu”. Forja-se um documento ou se tem o mesmo. Depois amedrontam a família dizendo: “Vocês caem fora daqui, senão não garanto nada”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse sistema de grilagem, naturalmente, é acobertado por um outro sistema de se forjar documentos dentro dos cartórios.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esses documentos forjados em cartório algumas vezes ou quase sempre recebem também a chancela do Poder Judiciário em alguma ação que reconhece a titularidade?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Isso não posso provar. Posso simplesmente dizer que ouvi falar nisso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Irmã Dorothy dizia que havia uma espécie de crime organizado, principalmente visando explorar os recursos naturais da Amazônia para agredir o meio ambiente, uma espécie de biopirataria. O senhor acredita que isso realmente exista?

O SR. ERWIN KRÄUTLER –... e haja biopirataria, inclusive em aldeias indígenas. Sei disso. O povo vai até travestido para lá como turista e, de repente, vai descobrir a sabedoria milenar dos nossos povos indígenas, das plantinhas, das raízes e das cascas que eles sabem e patenteiam isso lá em cima. Já gritei contra isso também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Movimento dos Sem Terra de alguma forma contribui para acirrar os ânimos na região ou não há esse problema?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Lá pelas aldeias do Xingu não há o MST organizado, não existe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Dr. Santino fez uma projeção dizendo que de 7% das terras eram legalizadas e que 92% são ilegais. Pergunto ao senhor: dentro desses ilegais há um percentual de fazendeiros que trabalham honestamente dentro desses 92% e que também mereceriam de alguma forma permanecer na terra ou só os que têm titulação?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não posso falar desses 7%. Conheço fazendeiros que eu não condenaria nunca, porque ele, a mulher dele e os filhos trabalharam e conseguiram levantar aquela fazenda, pagam bem seus funcionários, que têm carteira assinada e dão leite para suas crianças, sei disso. Não vou julgar todos os fazendeiros como filhos do maldito. Não direi isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem condições de estimar um percentual entre pessoas que estão ocupando irregularmente, grileiros e toda aquela leva de delinquentes que o senhor denuncia e os que trabalham honestamente? O senhor tem condições de estabelecer um percentual?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Isso é difícil. Posso lhe dizer com que fazendeiros que trabalham honestamente o senhor pode falar. São raros, isso eu digo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem são os grileiros de lá? Os políticos são grileiros.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Alguns políticos são.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem condições de nominar alguns?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há policiais grileiros?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Policiais não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Autoridades ligadas à Justiça, ao Ministério Público e ao Poder judiciário?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Também não posso informar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem são esses grileiros de uma forma geral?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – De uma forma geral são pessoas que penso que já são bastante favorecidos financeiramente e que querem aumentar suas posses, então não respeitam ninguém. São pessoas que nem

moram em Anapu, por exemplo, têm sua residência em Altamira, em Belém ou em outro Estado da Federação. Têm seus capatazes que se julgam os donos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há problemas de garimpos lá também? Garimpeiros foram assassinados lá?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Havia. Agora os garimpos fecharam. Até onde eu sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor acredita que o pacote verde do Presidente Lula possa ajudar a resolver essa situação?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Sim, deve ajudar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor acredita que essas áreas de preservação devam ser criadas, que é uma boa solução?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Creio que seja o único meio para salvar a Amazônia. Não estou querendo colocar a Amazônia embaixo de uma redoma, mas creio que para salvar a Amazônia eu queria acrescentar mais uma coisa. São essas áreas que foram agora declaradas como tais, mas eu queria lembrar neste momento, também as áreas indígenas. Porque a partir do momento que nós demarcamos nossas áreas indígenas, uma parte significativa da Amazônia está sendo protegida. Mas, demarcar uma área indígena precisa levar todo o processo. E aí a pele, por exemplo, agora ainda existe o povo Arara. Na região transamazônica. Sempre protelado para a demarcação desse povo. O povo Arara é um dos povos mais frágeis que existe no Brasil. Somos responsáveis pela sobrevivência cultural e física desse povo. Então eu digo, são essas figuras jurídicas de PDS, os parques nacionais ou naturais, esses tipos de coisas e as áreas indígenas. Toda vez que eu falo de áreas indígenas, vejo com toda certeza, uns e outros que dizem: “mas você defende uma área grande para tão pouca gente.” Ninguém nunca me falou da área grande para só um fazendeiro. Milhares e milhares de hectares na mão de um. Por exemplo, aqui foi falado agora a pouco, uma meia dúzia quer ser dono de tudo. Ninguém fala. Agora quando se trata de um povo que tem a terra pene de seus mitos, onde nasceram seus antepassados, ou onde enterraram seus ancestrais. A terra é deles. A gente começa com essa história de dizer que muita terra... E começa a fazer comparação com os países da Europa? O país como a Bélgica está na mão dos Caiapós, um país como Portugal está na mão não sei de quem, mas essas comparações não valem. Eu digo que nosso país tem a obrigação de defender o que mais tem de valor e entre esses valores são os povos autóctones. Esses que estavam aqui quando os outros vieram.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem conhecimento, noção ou pode estimar

quantas mil pessoas estão nessas áreas, principalmente na região. Caso concretizada a área de proteção, quantas dessas pessoas terão de ser retiradas dali? O número em milhares.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Milhares, eu ouvi falar em 600 famílias. Só naquele trecho onde seriam implantados os PDS. Eu não sei se estou... Não, não seriam retiradas. Seriam assentadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) Não implantadas. Ao contrário. Quantas pessoas teriam que ser retiradas com a criação dessa área de preservação.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – PDS?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) Não, não o PDS. A área que o Presidente Lula está criando...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Terra do Meio, essas áreas de proteção.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) Essa unidade de conservação ambiental.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não, eu não sei se precisa retirar. Apenas os que não têm mais influência, da parte dos madeireiros, que exploraram e acabaram com toda essa área. Quer dizer, eles estão contra a Resex, exatamente porque o povo quer esta área para o desenvolvimento sustentável. Não quer tirar madeira para arrasar tudo, mas quer ter essa área para futuras gerações.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu agradeço as informações do senhor.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu perguntarei ao Sr. Felício se ele tem essas informações, até porque são informações mais técnicas.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – É... Senador Demóstenes, eu preciso fazer uma introdução sobre a lei do **ex nunc**, a lei da unidade de conservação. É muito simples. Antes de responder a sua pergunta. É o seguinte: a unidade de conservação, dita pela lei do **ex nunc**, é o gênero. E é floresta nacional, reserva extrativista, parque nacional são as espécies. Então, nós temos várias espécies de unidade de conservação. Umas de uso fechado. Onde não pode entrar ninguém. Onde o meio ambiente é tão frágil que a presença humana lá poderá causar um dano ambiental muito grave. E outras de uso aberto. A mais aberta de todas que é a APA – Área de Proteção Ambiental – que existe em várias cidades. Em São Paulo, há uma APA perto da represa, salvo engano, Senador Eduardo Suplicy.

Então, da APA até aquela que é a mais fechada de todas, que é a Rebio, reserva biológica. Entre

a APA e a Rebio, há várias espécies de unidades de conservação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que V. S^a imagina para a região?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Saí, há pouco, da Casa Civil da Presidência da República e conversei com a Ministra do Meio Ambiente e com alguns servidores do Ibama. Eles apresentaram o plano para aquela região, com apenas uma unidade de conservação fechada. Será necessário retirar pessoas, que eles chamam de estação ecológica, Terra do Meio*. Essas áreas fechadas me preocupam, Senador. Fiz uma indagação ao responsável pelo projeto no Ministério do Meio Ambiente, e ele me disse que precisariam sair desta área – não me recorro do volume de hectares, mas é muito grande – quinze famílias que iriam para a área do lado, onde estão previstas as reservas extrativistas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Incluindo os fazendeiros?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Não existem fazendeiros nessa área. Nesse local, Terra do Meio, especificamente – não estamos falando de Anapu – dizem que há apenas comunitários ocupando a área, ou seja, essas quinze famílias. Foi isso que disseram. Porém, não tenho como confirmar essa informação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dr. Felício, V. S^a alertou o Secretário de Defesa Social sobre a iminência da morte da Irmã Dorothy?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Alertei o Dr. Santino várias vezes, por muitos ofícios, mas, em relação especificamente à situação da Irmã Dorothy, devo ter alertado num ofício de julho do ano passado. Não é, Dr. Santino? Creio que foi isso.

Eu falava da situação em si. Ressalto que é verdade o que ele disse em relação à Irmã Dorothy, ao seu tratamento, à sua segurança. Ela jamais pediu segurança para si nem deixou que a protegêssemos, mas são muitos os ofícios que farão parte do dossiê, que será encaminhado ao Procurador-Geral da República e que pode ser enviado a esta Comissão, se assim determinar. Há vários ofícios.

A Irmã Dorothy sempre me ligava para dizer o que estava acontecendo, e eu pedia que ela colocasse as informações no papel para que me respaldasse para procurar o Governo Federal e o Governo estadual. Ela citava os nomes, inclusive o mandante do crime é citado no último ofício. O cidadão que está hoje sendo apontado como mandante do crime, tanto pela Polícia Federal como Civil, é citado várias vezes nesse ofício. Ela dizia isso, mas é verdade o que disse o Sr. Secretário que ela nunca pediu proteção para si mesma nem queria isso. Ela dizia: “Quero proteção

para o nosso povo e não para mim”. Ela falava sempre “nosso povo”. Evidentemente, se houvesse a presença do aparato estatal e policial naquela região, isso não teria ocorrido ou, pelo menos, não agora.

Quero ressaltar um ponto que ainda não foi mencionado. A Irmã Dorothy pediu, durante a semana, proteção à Polícia Civil – não para ela –, para que acompanhassem a reunião que ela faria no dia de sua morte, porque poderia haver algum conflito.

Os depoimentos que constarão do inquérito dizem o seguinte: o Delegado de Polícia Civil em Anapu teria dito que sim e, no dia que iria embora – mas não foi isso que ocorreu, Senador Eduardo Suplicy? Creio que V. Ex^a ouviu o mesmo depoimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Desculpe-me. Ao lado do Dr. Gercino José da Silva – creio que V. S^a estava presente –, ouvimos o depoimento do Sr. Cícero – não vou citar o nome completo, porque o Sr. Santino já o fez –, que foi a testemunha mais próxima no momento em que a Irmã Dorothy foi alvejada. Ele nos descreveu que, durante a semana, de fato, ele e a Irmã Dorothy foram à delegacia de Anapu e informaram que, no fim de semana, visitariam o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança e que, dadas as ameaças, seria necessário o acompanhamento e a segurança. Na sexta-feira, quando se dirigiam ao PDS Esperança, passaram na casa do Sr. Vicente, foram à Delegacia e informaram que o Delegado havia dito, durante a semana, que seria feito o resguardo. Entretanto, o responsável respondeu que, naquele momento, não teria como se proceder à segurança anteriormente solicitada. Esses são os fatos de que me lembro. Inclusive, fiz algumas anotações naquela oportunidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres, PFL – GO)

– Muito obrigado, Dr. Felício. Farei a seguinte questão ao Dr. Manoel Santino: V. Ex^a recebeu algumas cartas e dois ofícios, entre eles o Ofício nº 0315, de 15 de junho 2004, do Procurador da República Felício Pontes Júnior. Quatro meses antes de a Irmã Dorothy ser assassinada, a Juíza da Vara Agrária de Altamira, Dr^a Danielle Bührnheim, também pediu proteção a V. Ex^a. Pergunto-lhe se não houve prevaricação no fato de não ter sido dada a proteção solicitada.

O SR. MANOEL SANTINO – Agradeço a pergunta feita por V. Ex^a, porque me dá oportunidade de esclarecer alguns fatos expostos de maneira deturpada, principalmente para mídia nacional.

O Secretário Especial de Defesa, no organograma administrativo do Estado, não tem função executiva, assim como o Secretário Especial de Produção e o Especial de Promoção. Essas Secretarias Especiais coordenam um grupo de Secretarias Executivas

agrupadas por área. Então, sob a coordenação da Secretaria Especial de Defesa, estão: a Polícia Civil, que tem status de Secretaria e tem um titular, um Delegado-Geral; a Polícia Militar do Estado, que tem o seu Comandante-Geral, com status de Secretário; o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Justiça, o Departamento Estadual de Trânsito, a Superintendência do Sistema Penal, a Defensoria Pública e o Centro de Perícia Científica.

Permita-me, Dr. Felício, dizer que não se trata de vários ofícios. Foram exatamente três, entre eles o Ofício nº 0168/2004 e o 0207/2004. Tenho comigo os ofícios de 2004. Somos colegas de Ministério Público. Sou membro do Ministério Público do Estado, assim como o Relator e V. Ex^a. Então, como estou no meu momento de fornecer esclarecimentos, ouvi atentamente o que V. Ex^a afirmou e gostaria de ter a oportunidade de expressar-me.

Muito antes de qualquer ofício da Procuradoria Regional da República chegar até nós, fui exaustivo ao demonstrar as ações que o Governo do Estado vem fazendo desde 2003. Eminente Relator, foram expostas situações relacionadas ao que o Estado do Pará poderia fazer – e fez – com seus recursos, assim como a divisão espacial de policiamento. Caímos agora, talvez, no mesmo problema que sempre açambarcou todas essas questões: o de transferência de responsabilidades para esconder fragilidades institucionais que todos nós temos. O Governo do Estado do Pará não quer transferir responsabilidades a ninguém. Fez o que era possível ser feito com seus recursos e seus meios operacionais.

Em 2003, o próprio Ministério Público, a Procuradoria Regional da República, comprometeu-se a instalar uma representação da Procuradoria Regional em Altamira. A Polícia Federal, em 2003, comprometeu-se a instalar uma Delegacia em Altamira, eminente Relator. Não existe, até hoje, nenhuma representação do Ministério Público Federal em Altamira. O que seria uma Delegacia da Polícia Federal é um posto avançado com dois agentes. Com estrutura ou não, o que existe é uma Delegacia de Polícia Civil em Anapu, com um delegado bacharel em Direito, um escrivão e dois investigadores.

Ao lado disso, distribuímos espacialmente a Polícia Militar pelo Estado. Criamos e implantamos duas companhias operacionais: uma em São Félix do Xingu, como bem demonstrou aqui o Dr. Felício Pontes e pela nossa imagem; e outra em Novo Progresso, que são as limitações da Terra do Meio, uma para leste, outra para oeste. Estamos aumentando o efetivo da Polícia Militar. Foram feitas as operações policiais em conjunto com a Polícia Federal, com o Ibama e até com outros

Estados. Se a Comissão desejar, temos até registro de algumas em VHS.

Foram instaurados, em nossa Delegacia de Polícia em Anapu, nove ou dez inquéritos policiais que apuram, desde apreensão de armas à questão que envolve os dois lados, os que estão ocupando o PDS e os outros também que se sentem ameaçados. Porque não existem somente fatos a apurar. A Polícia tem que procurar ser o mais imparcial possível. Alguém pode indagar: “A Polícia do Pará tem alguns erros?” Sim, como a Polícia de todo o Brasil. Ou não, há, eminente Senador Eduardo Suplicy, erros na Polícia de São Paulo?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muitos.

O SR. MANOEL SANTINO – Ou não há erros na Polícia do Rio de Janeiro? Claro. Declaro a esta Comissão que nós, em 2003 e 2004, excluimos da Polícia Militar, eminente Relator, 68 Policiais e estamos aguardando a solução de 178 Conselhos de Disciplina e Justificação. V. Exª, como brilhante chefe do Ministério Público do Estado de Goiás, sabe que não pode haver desligamento sumário. Não existe isso, por mais que se queira, porque nem eu, nem ninguém podemos estar acima da Constituição Federal, que assegura amplo direito de defesa. Então, é preciso que esses policiais sejam indiciados em inquéritos. É preciso que, quando sejam oficiais, sejam submetidos a um Conselho de Justificação. Só quem declara a perda da patente é o Poder Judiciário. São as leis do País, as que todos nós aqui, quando assumimos nosso cargo público, juramos obedecer e fazer cumprir.

Então, eu responderia agora mais concretamente a V. Exª. No entender do Governo do Estado, por tudo aquilo que foi demonstrado em minha exposição – recursos financeiros, distribuição espacial, com as deficiências que há no Estado, tanto que foi preciso agora a união das forças federais para que pudessemos resolver a questão em determinados bolsões –, não é o Estado do Pará todo que é terra sem lei ou não tem lei. São bolsões de violência que se instalaram no Estado, como na Zona da Mata em Pernambuco, como a questão urbana que se discute em Goiânia, como o crime da periferia de São Paulo, como o crime organizado que se implantou no Rio de Janeiro. São bolsões de violência, fruto de séculos de profunda desigualdade social. Não é de agora, não. A desigualdade social neste País é secular e, no Pará, o bolsão de violência tem um nome: a Reforma Agrária que não se implanta como deveria ser e que não é também deste Governo. Vem de Governos passados. D. Erwin dá um exemplo desde a década de 70, quando rasgaram a Transamazônica. Ora, se todos nós sabemos qual é a raiz do problema, transferir e dar um foco apenas po-

licial para uma situação que é social ou é ingenuidade ou então não posso dar outro adjetivo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dr. Santino, vou lhe perguntar mais objetivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu pediria, Sr. Relator, para que pudéssemos ouvir as outras pessoas, dar oportunidade aos demais Senadores para que também possam seus esclarecimentos e questionamentos, gostaria de pedir objetividade nas questões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não é um órgão executivo disso?

O SR. MANOEL SANTINO – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor recebeu os ofícios. O que o senhor fez com esses ofícios? Quais foram as providências tomadas.

O SR. MANOEL SANTINO – Foram todas encaminhadas à Polícia Civil, à Polícia Militar, fruto dessas operações que vinham acontecendo.

Quero aqui dar um esclarecimento: a Irmã Dorothy, antes de morrer, na sexta-feira que antecedia o Carnaval, esteve reunida na sede da Delegacia-Geral de Polícia com representantes de Anapu acompanhada da Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Dr. Vera., e do advogado Marco Apolo.

O que a Irmã Dorothy foi fazer? Mais uma vez, foi solicitar que houvesse um apoio policial em continuidade àquela situação de Anapu para aquelas pessoas que estavam oferecendo objeção ou precisavam ser retiradas da área para que os colonos fossem assentados, tivessem algum respaldo do Estado.

Foi informado à irmã que esta área encontra-se **sub judice** desde 2000 ou 2001, está na Vara da Justiça Federal de Marabá e que não poderíamos entrar sem autorização judicial. O juiz de Marabá, juiz da Justiça Federal, havia concedido uma tutela antecipada ao Incra e ao Ibama para que pudessem iniciar os serviços de concretização do PDS e, depois, revogou essa tutela antecipada contra o que se insurgia a Irmã Dorothy que não aceitava a decisão judicial e queria, não esperando a decisão judicial, poder, então, com os colonos, iniciar o processo de sedimentação do PDS.

Ficou acertado que na segunda-feira, ela foi assassinada no sábado, na segunda-feira ela retornaria a Belém para planejar o que a polícia poderia fazer para lhe dar sustentação usando a Ouvidoria Agrária Nacional que estava fazendo gestões junto ao juiz federal de Marabá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É verdade que nessa área **sub judice** a polícia entrou

e prendeu também alguns trabalhadores? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL SANTINO – Não posso saber exatamente o que a Polícia Civil faz porque são inúmeros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Só para lhe ajudar, Secretário.

O senhor citou aqui processos que existiam. Logo após ter havido um conflito e morrer – normalmente morrem trabalhadores – um segurança que estava ilegalmente fazendo a segurança em uma dessas áreas, a Polícia Civil juntamente com a Polícia Militar foi na área e prendeu pessoas que estão presas até hoje: quatro trabalhadores rurais nessa área que está *sub judice*.

O SR. MANOEL SANTINO – Se V. Exª me permitir. Houve um crime, um homicídio, não me consta que a vítima estivesse trabalhando irregular. Era uma empresa de segurança privada, inscrita, matriculada e fiscalizada pela Polícia Federal.

V. Exªs, Srs. Senadores, talvez não tenham um conhecimento técnico de como se dá a constituição de uma empresa privada de vigilância. As empresas solicitam inscrição na Polícia Federal, é feita uma análise de quem vai se empregar como segurança, tem que usar farda e identificação e o único órgão que tem ingerência sobre as empresas privadas de segurança é a Polícia Federal.

A Polícia Federal não cassou o registro da empresa; reconheceu que era o segurança pertencente à empresa e morreu em uma área de uma fazenda que não recordo o nome. Foi instaurado um inquérito de homicídio. Não é polícia que mantém presos os quatro colonos, mas foi a identificação de que eles foram os autores e estão respondendo a um processo regular. Se quem não os libera é o Poder Judiciário, temos que verificar qual foi a acusação do Ministério Público e por que o Poder Judiciário não libera.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sr. Secretário, só um segundo para que a sociedade, quem nos ouve, ou aqui mesmo, pense que estou falando da ilegalidade da constituição da empresa ou de seus funcionários. É óbvio que não estou falando disso; estou falando da ilegalidade de alguém contratar uma empresa de segurança para colocar, inclusive, uma cancela só para passar naquela área quem eles queriam, numa área que não era daquela pessoa que havia contratado empresa de segurança. Não estamos aqui questionando a legalidade da constituição da empresa de segurança, e sim do ato que este cidadão contratou aquela empresa. Este ato que ali a empresa estava praticando, numa área *sub judice*, impedindo as pessoas de ir e vir, era um ato ilegal.

Fiz este questionamento, Secretário, porque a polícia entra em algumas situações e não entra em outras. Inclusive quando por dezenas – tenho certeza que não estou errando – de vezes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Irmã Dorothy, Movimento Social foram à Polícia e fizeram registro de queixa de queima de barraco, de ameaças, por que a polícia também não agiu nesses momentos?

O SR. MANOEL SANTINO – Eminente Presidente, creio que essa sua indagação seria melhor direcionada à Polícia Federal, porque a área é federal, a questão estava sob a análise de um Juiz Federal. Não cabe à Polícia Estadual tomar nenhum procedimento de retirar colonos, ou invasores, ou ocupantes, ou punir fazendeiros que estejam descumprindo decisões judiciais da Justiça Federal. Como ocorreu um homicídio, precisou ser apurado, e não foi.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Não é considerado crime queimar barraco?

O SR. MANOEL SANTINO – Exª, não estou aqui justificando posicionamento de “a” ou “b”, não estou partidarizando a questão, não estou tomando posição a favor de “a”, “b” ou “c”. Estou relatando o que aconteceu e o que acontece nessa região e o que é competência da Polícia Civil do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dr. Santino, especialmente, agora muito recentemente, o chefe da Polícia do Estado do Pará, da Polícia Civil, disse que não autorizou a divulgação do depoimento do acusado de disparar os tiros contra a Irmã Dorothy, o Raifran Sales (Fogoió). Nesse depoimento, ele incrimina o amigo da missionária, Francisco de Assis de Souza, o Chiquinho, como mandante do crime.

A pergunta é a seguinte: por que houve pressa em liberar esse depoimento, uma vez que não havia nem autorização da chefia para isso? Depois, logo em seguida, outro depoimento foi prestado à Polícia Federal, com outra versão. Quer dizer, havia um interesse político nessa divulgação?

O SR. MANOEL SANTINO – Eminente relator, quem atirou na Irmã, o que foi preso e que deu esses dois depoimentos, acho que é um cidadão chamado Raifran. Ele foi preso em Anapu, ao final da tarde, início da noite – não me lembro qual foi o dia, acho que há dois dias. Nenhuma aeronave poderia mais decolar de Anapu. Então, ele foi preso por uma patrulha da Polícia Civil. Estava a Polícia Federal, o Exército e alguns representantes da imprensa. Pensou-se, primeiramente, em transportá-lo para Altamira via terrestre – chovia muito na região nesta noite e se achou que era temerário, até pela segurança dele; precisávamos, como precisamos, que ele pudesse ainda permanecer

depondo para as duas polícias, enfim, para a Justiça. Em nenhum momento a Polícia Civil do Pará, pela voz do Delegado Geral – única pessoa autorizada a falar para a imprensa –, permitiu qualquer nota, liberou qualquer depoimento que incriminasse o Sr. Francisco. Pelo contrário, estávamos no gabinete do Sr. Governador, que estava presidindo uma reunião com a presença do General Jarbas Bueno, Comandante da 8ª Região Militar, com o Delegado Superintendente Adjunto da Polícia Federal do Pará, eu próprio e o Comandante-Geral da Polícia Militar, quando o Delegado-Geral telefonou e me comunicou que ele havia, no momento da prisão, declarado em alto e bom som que havia praticado aquilo e que havia sido contratado pelo Sr. Francisco. Nesse mesmo momento, o Delegado-Geral me comunicou que era temerário e que, pelo sentimento dele, de policial com mais de 20 anos de profissão, esse pistoleiro estava tentando tumultuar a investigação para despistar e retirar o foco do verdadeiro mandante.

O Sr. Governador interrompeu a reunião, comuniquei-lhe o que acontecia e tomamos a deliberação em conjunto, ouvido o sr. general, que é quem dá apoio logístico e operacional para que possamos cumprir as funções de segurança pública, ouvido o delegado adjunto da Polícia Federal, já que o Dr. Sales estava aqui em Brasília, ouvido lá em Altamira o promotor de justiça do Combate ao Crime Organizado, e também a representação, segundo nos foi informado, de todos os policiais que acompanhavam, foi então decretado o segredo, conforme o art. 20 do Código de Penal. A autoridade policial, V. Exª bem sabe, pode decretar o sigilo da investigação para elucidar o fato, para resguardar a apuração. Porque achávamos que se tivesse esse ingrediente político mais uma vez estaria surgindo um complicador para se chegar ao verdadeiro mandante.

E logo depois, quando ele terminou de depor na Polícia Civil, tanto que não se divulgou nenhuma nota, a Polícia Federal, ao ouvir, levou a família – estou revelando dado aqui que nem poderia, porque já que o inquérito está sob sigilo. Como ele já desdisse o que havia dito, caiu a possibilidade do sigilo. O Judiciário só pode decretar o sigilo quando do processo em si e não fase de inquérito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Desembargador Gercino, V. Exª descreveu minuciosamente como opera essa rede de corrupção no Pará, para legalizar essas terras. Pergunto a V. Exª, a mesma pergunta que fiz ao bispo e que S. Sª naturalmente, até por não ser da área, não teve como precisar a resposta. O Poder Judiciário de certa forma ou de uma forma consciente chancela essas irregularidades? V.

Sª tem conhecimento de alguma correção feita, alguma medida tomada, para tentar anular até administrativa-mente esses títulos?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Sim, Excelência, tenho conhecimento de decisões da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Pará no sentido de cancelar vários e vários registros de imóveis lavrados e registrados de maneira irregular, tanto na atualidade, como o caso que citei da comarca de Rondon, do Pará, quanto da própria comarca de Altamira, que é bem próxima de Anapu. Além de a Corregedoria do Tribunal cancelar alguns registros imobiliários, determinou o afastamento de uma servidora responsável pelo cartório, que aliás acho que continua afastada. Inclusive há aproximadamente uns três anos a corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Pará, acatando solicitação do Incra, cancelou, ou melhor, sobrestou os efeitos de registros imobiliários no Estado do Pará incidente em aproximadamente seis milhões de hectares. Naquele momento, volto a dizer, há aproximadamente três anos, o Incra apontava que, no Pará, existem aproximadamente vinte milhões de hectares registrados de maneira fraudulenta e ilegal, assim como, no Estado do Amazonas, existem – também com base nesse levantamento feito pelo Incra – cinquenta milhões de hectares registrados ilegalmente.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Sr. Relator, permita-se somente um complemento?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois não.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Não sou do Poder Judiciário, mas sou do Ministério Público. Quando Procurador-Geral, atuei e ofereci pareceres em várias ações desse tipo.

Especificamente com relação à área reclamada pela empresa CR Almeida, ela está **sub judice**. Foram sustadas quaisquer atividades cartoriais sobre os seis milhões e poucos de hectares. Está em discussão esse número.

Foram feitas algumas correções pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, especialmente no Cartório de Altamira, Porto de Moz, São Miguel do Guamá e em outro, para cujo nome a memória me falha. Foram identificados alguns atos ilegais de aquilo que, na grilagem de terra, chama-se “esquentamento” do título. Tenta-se “esquentar” um título falso. Esses títulos foram anulados.

O Iterpa, por sua vez, naquilo que era terra do Estado, declarou a nulidade do título. Falta agora – não tenho conhecimento, mas isto deve ter sido feito também – a mesma providência pelo Incra.

A questão de terras no Pará é muito antiga, datando ainda do Brasil Colônia, quando o Rei de Portugal

concedia sesmarias. Chegou-se a um ponto em que algumas áreas do Estado têm três ou quatro andares com títulos superpostos.

Foi isso o que o Tribunal de Justiça fez, determinando a correição, anulando esses títulos. Aquelas pessoas que se dizem prejudicadas estão recorrendo na Justiça. Não posso dizer em que fase está. Acredito que não esteja mais nem na esfera de decisão do Poder Judiciário local e, sim, para exame no Superior Tribunal de Justiça.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dr. Gercino, pergunto se o senhor seria capaz de endossar uma afirmação feita pelo Presidente da Comissão Pastoral da Terra do Pará de que a Polícia do Pará e políticos estão envolvidos com a violência patrocinada pela pistolagem a serviço de fazendeiros e madeireiros. O senhor endossaria essa afirmação?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Com base nos fatos protocolados na Ouvidoria Agrária Nacional, aqui, em Brasília, o que posso afirmar é a pouca presença de policiais civis e militares, principalmente na região de Anapu, o que, evidentemente, acaba dando a sensação de impunidade a essas pessoas que querem fazer a sua vontade sobrepor a dos outros, a qualquer custo. Então, os fatos, as denúncias, as reclamações existentes na Ouvidoria apontam no sentido da ineficiência da Polícia Militar e Civil pela falta de recursos humanos e materiais. Agora, na Ouvidoria Agrária, não há denúncias de corrupção de policiais civis e militares. Portanto, não posso endossar as palavras que V. Exª apontou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pergunto ao senhor se há uma razão para a discrepância de números, relativos principalmente a homicídios, apresentados pela Polícia Civil, Polícia Militar, Ouvidoria Agrária Nacional e pela CPT. O senhor acredita que haja subnotificação desse número de homicídios? O Jornal **Estado de S. Paulo** diz que houve um número de mortes, na última década, de 264, enquanto que a Comissão Pastoral da Terra fala em 700 mortes. Em relação ao ano passado, a Ouvidoria reconhece seis mortes, enquanto que a CPT fala em mais de trinta mortes. Há uma justificativa para essa discrepância? Quais os números o senhor acredita que estejam corretos?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Há justificativa, sim. A Ouvidoria Agrária Nacional faz esse levantamento anualmente, mensalmente, e a sua fonte de informação ao Ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário, e ao Ministro Nilmário Miranda também, baseia-se em relatórios oficiais. Se o inquérito está ainda na fase de Polícia, então, nos baseamos no

relatório do delegado, quando este o conclui e o remete à Justiça e diz então qual a motivação do crime.

Se o inquérito já foi remetido à Justiça, e o Ministério Público ofereceu a denúncia nos baseamos na denúncia; se já foi prolatada a sentença nos baseamos na sentença.

Então, com base nisso o nosso número é efetivamente ao da CPT e nós já discutimos isso inclusive. Por várias vezes já nos reunimos com o professor da Unicamp que é quem coordena o levantamento da Comissão Pastoral da Terra. Inclusive, havia e há uma determinação do Ministro Miguel Rossetto para ver se poderíamos chegar a um denominador comum, mas isso não foi possível exatamente por isso. Nos baseamos em relatórios oficiais, repito, do delegado, do Ministério Público e do Juiz. Os critérios da Comissão Pastoral da Terra são diferentes, mais abrangentes. Daí a divergência de números, quando os números da Comissão Pastoral da Terra são sempre maiores do que os da Ouvidoria Agrária Nacional.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada.

Todos os Senadores estão inscritos, mas eu gostaria de iniciar com o D. Erwin.

Dom Erwin, o senhor conhece as pessoas da região que estão ameaçados de morte? O senhor poderia dizer aqui quem são essas pessoas, as relações que tinham com a Irmã Dorothy – se tinham relação com a irmã Dorothy...

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não posso afirmar que conheço todos. Mas os que eu conheço seriamente correndo perigo eu conheço pessoalmente. Um é o Chiquinho, que estava aqui há pouco; outro é o Tarcísio - ambos são pais de família -; o Padre também recebeu ameaças, o Vigário de Anapu, o Padre Amaro, Padre meu. Esses, pessoalmente, conheço todos. O Tarcísio é funcionário da Prelazia há muitos anos trabalha comigo. O Chiquinho foi das pastorais antes de entrar na política. O Padre Amaro, é óbvio, está sob a minha jurisdição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – O senhor tinha conhecimento também D. Erwin de que por diversas vezes as pessoas ligadas à luta pelo PDS, ao movimento social - existe uma fundação, a fundação Viver, Produzir e Preservar, que faz um trabalho inclusive implantando escolas familiares rurais para dar assistência técnica aos trabalhadores rurais, aos agricultores familiares. O senhor tem conhecimento de quantas vezes essas pessoas... Pelo menos, se era recorrente que elas iam à Polícia solicitar providências policiais em relação à queima de

barracos, em relação às ameaças de morte? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Eu sei que foram registrar queixa ou acompanhar aquelas pessoas que registraram queixas. Aliás, esqueci de uma pessoa que talvez esteja mais seriamente ameaçado agora. É Amelo, Antonia Amelo, que mora em Altamira. Ela está correndo risco mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – D. Erwin, o senhor tem conhecimento também de que a Irmã Dorothy estava respondendo um processo por fornecer armas? Ela foi acusada de fornecer armas aos trabalhadores rurais? O senhor tem conhecimento de quem fez essa acusação? De quem abriu isso?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – A acusação veio daquele lado, com certeza. Mas, não posso dizer o nome de quem inventou essa coisa. Só sei que logo que surgiu essa notícia eu me manifestei e disse: que absurdo! Inclusive, poucos dias – uma semana talvez, não sei precisar –, ainda em Altamira, um dos canais de televisão veiculou essa notícia dizendo que a Dorothy estava distribuindo armas. Depois, ainda queriam até que eu celebrasse uma missa de ação de graças pelo governo passado. Eu disse: não tenho muitas condições de celebrar uma missão em ação de graças enquanto são veiculadas notícias que difamam, que caluniam uma irmã da nossa prelazia que trabalha comigo. Não posso permitir. Depois, cancelaram a missa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – O senhor tem conhecimento de que foi o delegado da região que abriu o inquérito, que recebeu a denúncia e o abriu?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não sei. Não sei precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – O senhor acredita, Dom Erwin, que a contribuição, os financiamentos da Sudam naquela região, acabaram tendo também uma posição de acirramento dos conflitos?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Acho que foi uma das razões. Exatamente esses que estão lá – não sei se todos – com as grandes foram beneficiados pelos projetos da Sudam, por milhões de reais. Isso eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Era o que eu gostaria de saber, Dr. Erwin.

Gostaria de perguntar ao Dr. Santino. Em relação a essa situação – e é lógico que não é só uma avaliação da polícia – existe um histórico, que não é de agora, mas de muitos anos, até de décadas, de impunidade em relação a esses crimes, inclusive no

Estado do Pará. O senhor considera que a impunidade é incentivadora da violência?

O SR. MANOEL SANTINO – Não só considero como todos os teóricos da sociologia jurídica também o fazem. Se existe uma lei que deve ser aplicada e não é aplicada de forma rápida, de forma coercitiva, a impunidade, pela demora na tramitação dos processos, vai gerar impunidade e aumenta a violência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Também concordamos. Quero saber o seguinte, Dr. Santino. Ainda há pouco, perguntei-lhe a respeito dessa situação. Era corrente – e nos mesmos vimos – vários boletins de ocorrência na polícia. Está aqui um feito em 17 de dezembro de 1989. Nesse a Dorothy faz uma comunicação de que o senhor Dani mandou cinquenta jagunços retirar os posseiros da gleba, sendo que seguraram a área armados até hoje. No dia 15.12 os jagunços, em número maior na região, levaram os posseiros a tomarem de volta suas terras. Uma série de denúncias foi feita, diversas vezes, à polícia. Não temos conhecimento de que a polícia tenha tomado atitudes para coibir essas ações que, na nossa opinião, também são criminosas. Incendiar barracos etc. Por que o senhor acha que a polícia local não tomava nenhuma atitude em relação a essas denúncias mas, ao mesmo tempo, aceitava, sem provas, tanto que esse processo contra a Irmã Dorothy não prosseguiu por absoluta falta de provas, como passível de ser processada uma pessoa por dar arma, mesmo sem provas.

O SR. MANOEL SANTINO – Excelência, posso responder a partir de 2003, que foi quando assumi o cargo de Secretário Especial de Defesa. Antes, não tinha coordenação alguma de atividade policial.

Também não sei se o simples relato que chegou às mãos de V. Exª foi corporificado, depois, em algum inquérito policial. Teria que mandar fazer uma busca para identificar quantos registros de ocorrência, TCOs (Termos Circunstanciados), se transformaram em inquérito e em ação judicial.

Mas o que posso dizer a V. Exª, se V. Exª me permite, tenho aqui, que posso fazer chegar à Comissão, tenho o original, os três ofícios recebidos da Procuradoria Regional da República e as providências que foram tomadas, os inquéritos e os encaminhamentos. Então a essa pergunta de V. Exª também não posso me reportar. Acredito que à polícia não cabe decidir o que é certo ou errado, ela tem que apurar. Ao chegar até ela a notícia-crime, tem que instaurar um inquérito, apurar e encaminhar. Quem vai definir qual foi o crime, a tipificação legal, é o Ministério Público, e quem vai decidir sobre o fato é o juiz. Esse é o sistema jurídico brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Secretário!

Apenas também para o seu conhecimento, nós da CPMI da Terra fomos à região, ouvimos as pessoas, e foi também recorrente a declaração de trabalhadores rurais, declaração da própria Irmã Dorothy, de que todas as vezes que procuraram a polícia para pedir proteção, não a obtinham, e desconhecemos que foi instaurado inquérito para apurar isso.

Agora, solicito, já que V. Exª está falando dos anos de 2003 e 2004, esta CPMI da Terra, da qual eu e o Senador Suplicy fazemos parte, deu conta de que esses registros foram feitos agora.

Solicito, então, que V. Exª encaminhe à Comissão....

O SR. MANOEL SANTINO – V. Exª diz que se forjaram agora esses registros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Não, pelo contrário, os registros foram feitos, mas as pessoas desconhecem que a polícia tenha....

O SR. MANOEL SANTINO – Desculpe-me, Excelência, não entendi a declaração de V. Exª, dizendo que os registros foram feitos agora. Gostaria de entender.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Então vou explicar novamente, Secretário.

Estou dizendo que fomos ouvir Irmã Dorothy e outros trabalhadores rurais, e foram claros em dizer que várias ocorrências foram feitas na polícia local, mas que desconhecem qualquer providência dela no sentido de apurar esses fatos de violência, que são também crimes tipificados pela nossa legislação.

Então, como Presidente da Comissão, solicito ao Secretário, já que V. Exª coloca que realmente só assumiu a partir de 2003, que nos envie a quantidade de ocorrências que aconteceram a partir de 1999.

O SR. MANOEL SANTINO – Como não me posso responsabilizar pelo ato funcional de quem quer que seja, a não ser o meu, vou, assim que chegar ao Estado, requisitar todos os inquéritos tombados que se refiram a isso e encaminharei com o máximo prazer à Comissão.

Agora, seria interessante também que a Comissão não colocasse o foco só na Polícia Civil do Estado. Registros também foram feitos na Polícia Federal. Também seria interessante, para que pudéssemos ter a abrangência dessa questão, que, da mesma forma, fossem solicitados os inquéritos instaurados, que providências foram solicitadas também pela PGR, pela Procuradoria Geral da República, pela Polícia Federal, e quantos se transformaram em inquéritos. Aí teríamos a visão completa da questão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Dr. Santino! A Comissão, com certeza, sabe e vai fazer o trabalho quando aqui estiver a Polícia Federal. Ainda há pouco, falávamos em chamar o Incra, o Ibama, para saber das ações de todos.

Neste momento, estamos falando com a Secretaria Especial de Defesa, que tem sob a sua responsabilidade também a Polícia Civil e a Polícia Militar, entre outras áreas.

Aqui já foi até perguntado pelo Relator, essa situação da divulgação indevida e que a Polícia Civil.

Eu gostaria de saber a sua opinião em relação ao seguinte: por dois momentos aconteceram situações como esta. No primeiro momento, eu estava inclusive em Altamira; aconteceu o assassinato de um trabalhador logo após o assassinato da Irmã Dorothy. A Imprensa nacionalmente divulgou que aquilo poderia ser vingança porque a viúva ou a filha desse trabalhador havia visto pessoas ligadas a Irmã Dorothy, pessoas que trabalhavam inclusive para o Incra.

Bem a Polícia Federal foi na área mais uma vez perguntou, interrogou a viúva e a filha e essas negaram dizendo que não tinha absolutamente nada. Mais uma vez aconteceu uma situação como essa em um depoimento onde a Polícia Civil, o Raifran faz uma acusação ao Francisco de Assis Souza, conhecido como o Chiquinho que era considerado um braço direito da irmã Dorothy e na Polícia Federal, ele não faz esse tipo de ligação. Mas também isso, e é verdade, o senhor já colocou o próprio Delegado-Geral aqui e na Imprensa diz que ele não autorizou ninguém a colocar isso.

Um site ontem da **Folha de S. Paulo** dizia que o assessor do Governador teria passado essa informação. Inclusive isso foi uma pergunta de um Jornalista ontem ao próprio Governador do Estado.

Bom, então, quero só perguntar a sua opinião. Parecem que existem pessoas interessadas a divulgar para a Imprensa versões que estejam tumultuando ou venham tumultuar o processo. Quero saber se o Senhor tem conhecimento desses fatos.

O SR. MANOEL SANTINO – Não Excelência, não tenho. Agora é muito vago um assessor, as pessoas tem que ter nome, tem que colocar o guiso no pescoço de quem é. Um assessor do governador...? Poderia ser um assessor do Presidente, um assessor do Ministro, um assessor do Secretário Nacional, nós não sabemos quem é esse assessor.

Eu não tenho conhecimento, não existe nenhuma orientação para ninguém falar pelo Governo do Estado a não ser do Delegado-Geral de Polícia que já desmentiu, com relação a porque tem esses depoimentos. Nós estamos aqui na Mesa com três representantes

do Ministério Público. A lei brasileira diz que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo de acusação. O acusado, o indiciado pode até não falar nada, porque ele só vai falar na presença do Juiz.

Então, eu não sei porque ele disse uma coisa de manhã ou a noite e a tarde ele desdisse e falou outra coisa, quem atuou em vara penal eu acompanhei vários inquéritos e acredito que o eminente Relator, não sei se o Procurador da República já atuou na área penal, mas quem é acostumado acompanhar relatório de indiciado sabe que às vezes ele conta uma versão aqui e duas horas depois ele diz outra. Eu quando foi promotor eu acompanhei um inquérito que nosso Estado V. Exª deve lembrar bem que foi muito comentado, que foi o assassinato do nosso Deputado João Batista, que era o meu colega de faculdade, de sala, e concluímos juntos.

Pois bem! Eu fui indicado para ser o promotor para acompanhar aquele inquérito. Quando foi preso o pistoleiro, Roberto Sirino, nós já o vimos por volta de dez, onze da noite, ele contou a versão e incriminou várias pessoas e disse que uma vez (*inaudível*) o Deputado João Batista.

Pois bem! Três meses depois quando foi depor em juízo, ele afirmou hoje a Desembargadora Ivone Santiago, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça que, então, presidia uma das varas do júri, que havia sido torturado na Polícia para dizer aquela versão. E apresentou como prova da tortura dois dentes que não possuía mais, o lugar dos dentes. E ela perguntou então na minha frente, mas o promotor de Justiça designado pela Procuradoria-Geral não acompanhava o seu depoimento? E ele, com a maior desfaçatez, disse na minha presença, mas quando eu era esmurrado e torturado o promotor saía para fumar cigarro lá fora. Eu requisitei na hora a Conversão e Diligência ele requisitou a perícia legal e ficou comprovado que aqueles dois dentes ele deveria ter perdido há mais de cinco anos não tinha mais nem resquícios. Então o acusado indiciado tem que promover prova da sua defesa. É muito heróico ele dizer: não eu matei por isso, por isso e aquilo. Não posso atribuir...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Mas ainda referente à sua área, Secretário. O Delegado Pedro Monteiro está participando também das diligências, da investigação desse caso?

O SR. MANOEL SANTINO – Não. A investigação está presidida pelo Dr. Marcelo, que é o delegado municipal de Anapu, e está com o apoio do Delegado Valdir Freire, mandamos reforçar o Delegado Gilvandro, que é o Diretor da Divisão de Repressão ao Crime Organizado, sob a supervisão direta do Delegado Geral de Polícia, Chefe de Polícia do Estado, que não sai, a não

ser quando veio, nesse domingo, de Altamira a Belém, e voltou logo depois com a notícia da prisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Certo. Digo isso, Secretário, fiz essa pergunta até por que foi o Delegado Pedro Monteiro o autor desse processo contra a Irmã Dorothy. Então, só para ter o cuidado, até para não demonstrar amanhã uma parcialidade, que ele participe de qualquer... porque ele fez o processo contra a Irmã Dorothy.

O SR. MANOEL SANTINO – A senhora me permite só uma retificação? O delegado não preside nenhum processo; ele preside a investigação, o inquérito policial e não é ele quem determina se vai instalar ou não. Se alguém chega à delegacia e conta uma história, é dever de ofício dele instaurar um inquérito. Ele apura todas as provas e encaminha ao Judiciário. Quem dá a palavra final é o Ministério Público e o Judiciário. Então, ele não impetrou nenhum processo contra a Irmã Dorothy; ele fez o registro de ocorrência, tomou o depoimento de todos os envolvidos e encaminhou para o sistema legal, que é o Ministério Público e o Judiciário.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – É verdade. Ele fez o inquérito, encaminhou o inquérito, segundo ele com as provas alegadas, apesar de que não havia nenhuma prova, tanto que o inquérito acabou. Mas faço questão, Secretário, de fazer esse registro porque existe uma reclamação generalizada das pessoas envolvidas, pessoas inclusive ameaçadas de morte, da parcialidade do Delegado Pedro Monteiro e eu não poderia aqui, como presidente de uma Comissão que está acompanhando, deixar de fazer esse registro ao Secretário Especial de Defesa Social, que é quem está acima, digamos assim, quem coordena as ações dessas diversas... não são secretarias, mas são a Polícia Civil e a Polícia Militar.

O SR. MANOEL SANTINO – Eu gostaria de responder. Não dou ordens à Polícia Civil, faço planejamento estratégico da área de defesa. Não posso interferir numa secretaria executiva que tenha autonomia, mas gostaria de, a respeito do que a Senhora coloca, dizer que o Estado do Pará, desde 1996, tem uma Ouvidoria independente do sistema segurança pública. Aliás, não é ninguém do Governo que ocupa essa Ouvidoria, é uma pastora luterana chamada Rosa, que é militante antiga da área de direitos humanos. Então, essa Ouvidoria é cercada de todo cuidado para que denúncias contra policiais sejam apuradas. Tenho o número da Polícia Militar, dos policiais que, em 2003 e 2004, foram desligados. Não tenho aqui de cabeça, mas, seguramente, são quase os policiais civis que já foram também desligados, estão sendo apurados pela nossa Corregedoria, encaminhados pela Ouvidoria. Então, não adianta as pessoas ficarem... E aqui vou usar um

depoimento do Padre Bruno. Já passou o tempo das passeatas. Hoje, tem um instrumento chamado Ação Civil Pública para as questões civis. O Ministério Público é habilitado para defender a sociedade. Então, não adianta ficar esse burburinho. Ora, se não quer fazer a reclamação para a Corregedoria da Polícia Civil, que é integrada à Polícia Militar e tem vários números que são colocados à disposição do cidadão, faz a Ouvidoria. Agora, não pode ficar nesse burburinho quando acontece um fato como esse, em que todo mundo falava, mas ninguém assumia a sua responsabilidade de comunicar para apurarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Quero dizer que me cumpre falar isso, até por que é um fato relatado, mas quero lhe dizer que vamos ouvir, inclusive, os sindicalistas, vamos ouvir as pessoas do movimento para saber até onde essas pessoas chegaram, inclusive nas suas reclamações, nas suas ocorrências na polícia. Sabemos bem, como aqui disse o Dom Erwin, da dificuldade que muitas vezes os trabalhadores rurais têm de estar fazendo recorrentemente essas ocorrências e se sentirem muitas vezes, absolutamente abandonados, como disse Dom Erwin, já que não sentem providências. Queria fazer uma pergunta ao Dr. Gercino. Essa mesma pergunta que fiz ao Dom Erwin, em relação aos projetos da Sudam, Dr. Gercino, gostaria de fazer também ao senhor, se o senhor acredita que esses financiamentos da Sudam tenham contribuído para o acirramento dos conflitos na região.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Acredito sim, Ex^a, temos documentos arquivados na Ouvidoria Agrária apontando nesse sentido recursos obtidos junto a Sudam, com base em documentos obtidos de maneira ilegal, que acabaram, inclusive, provocando não só o financiamento ilegal, porque com base no título obtido de maneira ilegal, de maneira irregular, mas também além de conseguir esses públicos, esses documentos serviram para conseguir os recursos junto a Sudam, os mesmos documentos serviram também para expulsar alguns trabalhadores rurais sem-terra, que eram legítimos destinatários daquela área, objeto desses financiamentos ilegais junto a Sudam.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – O senhor tem conhecimento, Dr. Gercino, como algumas vezes no ano de 2003, 2004 o Incra junto com Ibama havia solicitado também à Polícia Federal, pela situação, já que na região para se cumprir uma ... até para se fazer um assentamento há necessidade ir com a Polícia Federal pela situação que já foi exposta por todos. Os ditos donos da área, e muitos que se dizem produtivos da região, são pessoas que andam armadas e têm a seu serviço pistoleiros fortemente

armados. O senhor tem conhecimento de várias ações feitas nesse sentido, inclusive algumas que não puderam ser feitas, apesar de estarem marcadas, agendadas para serem feitas pelo fato de a Polícia Federal ter entrado em greve, o que acabou também atrapalhando o serviço do Incra e do Ibama?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Não, Ex^a, nesse sentido apontado por V. Ex^a eu não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento de algumas situações de não cumprimento de mandados expedidos porque tanto a Polícia Federal quanto a Polícia do Estado disseram que só vão cumprir os mandados quando houver, como está ocorrendo agora, uma operação conjunta nessa espécie de força tarefa, dada a gravidade de localização, onde estão as pessoas, objetos de mandados de prisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Quer dizer, Dr. Gercino, que houve mandados de prisão para essas pessoas, mas não foram cumpridos por falta de condições, tanto da Polícia Federal quanto da Polícia Civil. É isso?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Exatamente, eu posso apontar caso concreto, inclusive foi objeto de discussão numa reunião em Belém com a Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal, Fazenda Mandassaia, senão me engano fica na região de Redenção, parece-me, e que tem aproximadamente dez mandados judiciais de prisão expedidos que a Ouvidoria Agrária solicitou cumprimento, mas as polícias se negaram a cumprir dizendo que somente, repito, numa operação conjunta poderiam fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Dr. Gercino.

Dr. Santino, também agradeço pelos esclarecimentos.

Dr. Felício não está aqui, então passo, neste momento, a palavra aos inscritos.

O primeiro inscrito é o Senador Suplicy, que está vindo já.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, primeiro gostaria de requerer possa a Comissão, se Dom Erwin assim o permitir, possamos receber a cópia cartas que enviou aos ministros há cerca de seis meses, conforme relatou, alertando sobre os problemas de Anapu. Acredito que elas poderão ser muito úteis aos objetivos de nossos trabalhos. Também, se for possível, a cópia dos ofícios do Dr. Felício Pontes sobre a Irmã Dorothy, inclusive ao Sr. Manoel Santino, e a cópia dos ofícios que o Dr. Santino enviou aos responsáveis pela polícia, solicitando providências. Todos esses documentos poderão ser úteis ao trabalho do Relator e da nossa Comissão.

Solicito ao Dr. Gercino José da Silva Filho, que me acompanhou na hora em que estávamos ouvindo a principal testemunha do episódio do alvejamento da Irmã Dorothy, que repita o que ouviu porque avalio que isso terá relevância inclusive para o Senador Demóstenes Torres, que não sei se teve a oportunidade de ouvir. Peço ao Dr. Gercino José da Silva, se puder, com o melhor detalhamento possível, que reproduza o que ouviu da testemunha ao meu lado. Isso é importante para todos nós Senadores porque, em verdade, a própria Senadora Ana Júlia Carepa, assim como o Senador Sibá Machado, que estavam comigo, haviam saído para viajar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Para explicar: ainda não existia esta Comissão, mas apenas a CPMI da Terra. Como Anapu tem apenas uma pequena pista, o avião teve que fazer duas viagens. Avião cuja cessão já agradecemos ao Estado para que pudéssemos chegar lá. Assim, alguns Senadores vieram antes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pensei até que tinham esquecido de mim. Avistei a Delegacia e me informaram que essa testemunha estava lá. Então, resolvi entrar e, na hora em que eu vi, falei: “Então, vamos perguntar”. Foi quando encontrei o Dr. Gercino, Ouvidor-Geral.

Agradeceria se puder relatar, no melhor que sua memória lhe permitir, o que ouviu dessa testemunha, por favor.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Perfeitamente, Senador. O que ouvi, juntamente com o Senador, daquela testemunha que presenciou o fato foi o seguinte: ela saiu com a Irmã Dorothy um dia antes. Foi com a Irmã Dorothy para a casa de outra pessoa chamada Vicente, onde passaram a noite e, no outro dia de manhã, a Irmã Dorothy saiu um pouco na frente, e a testemunha um pouco atrás. Depois, andando alguns metros, ele viu quando a Irmã Dorothy foi parada por duas pessoas. Ele chegou a tempo de ouvir a Irmã Dorothy dizendo que essa pessoa estava plantando capim em cima da roça dos trabalhadores rurais e que isso prejudicava a roça deles. Aí essa pessoa, então, fez ameaças a Irmã Dorothy. E a Irmã Dorothy falou que a única arma que usava era a Bíblia. Tirou a Bíblia e, inclusive, leu um verso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dois trechos.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Dois trechos. Exato. Aí, então, em seguida, essa pessoa atirou. E a testemunha disse: “Olha, na hora, eu ouvi um tiro”. Até me lembro de que, depois, o Senador perguntou: “Você não ouviu mais outro?” “Bom, a partir do segundo eu já estava bastante longe, mas ain-

da ouvi mais outros tiros.” E disse que se embrenhou pela mata e disse também que tem condição de reconhecer as pessoas que fizeram os disparos contra a Irmã Dorothy. Resumidamente, foi mais ou menos isso que ouvimos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há um aspecto que gostaria que o senhor pudesse confirmar, porque me lembro de ter essa testemunha ter dito que durante a semana havia com a Irmã Dorothy passado na delegacia e informado que eles precisariam da segurança, do acompanhamento durante o final de semana, e que até havia sido dito a eles que isso seria providenciado. Mas quando, na sexta-feira, passaram na delegacia em direção ao Projeto de Desenvolvimento Esperança, então que a autoridade ali na delegacia disse que isso não poderia ser feito naquela hora. E aí eles seguiram, lembra-se dessa passagem.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Lembro e confirmo as palavras de V. Ex^a exatamente nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria relacionado a esse tema, Dr. Manoel Santino Júnior, não sei se já tinha conhecimento desse episódio, se teve a iniciativa de perguntar ao responsável pela delegacia, porque não me lembro precisamente se foi a delegacia da Polícia Civil ou da Polícia Militar... Foi da Polícia Civil, então, em sendo assim, se avalio que seria importante para o esclarecimento, e V. S^a possa perguntar à autoridade policial ali na delegacia, como foi isso, porque iria perguntar se já o fez, como está dizendo que não sabia do fato, tendo agora conhecimento, quero sugerir a V. S^a, que dada a sua responsabilidade como Secretário da Defesa Civil possa então perguntar, o senhor sabe qual foi a pessoa, o Sr. Cícero e a Irmã Dorothy estiveram aí durante a semana, explicaram que precisaria haver a segurança e na hora em que passaram efetivamente na sexta-feira indo para o Projeto PDS Esperança, por que foi dito que então que não se poderia providenciar naquela hora o acompanhamento? E agradeceria se, após formular essa pergunta e esclarecer, poderia encaminhar a esta comissão o resultado da sua investigação, porque poderá ser importante para os nossos esclarecimentos.

Sr^a Presidente, vou permitir detalhar um pouco mais o que ouvi, talvez até depois possamos ouvir a própria testemunha quando estivermos lá. Mas dada a importância deste depoimento, vou muito rapidamente acrescentar detalhes ao que disse o Dr. Gercino, se eu estiver errado me corrija, mas disse o Sr. Cícero, nascido em Araguaatins – TO, que veio há quatro meses para o PDS porque havia recebido um lote de vinte e um alqueires. Ele tem uma mulher e um filho de três

anos da mulher, mas que assumiu como pai. Conheceu, então, a Irmã Dorothy há quatro meses atrás e lá no PDS Esperança, na sexta-feira à noite, ela foi dormir na casinha do Seu Vicente, que estava também com a sua menina, uma casa de apenas um quarto e sala, uma casa muito simples. Ali dormiram ela, o Sr. Vicente e essa menina. Ele ficou no seu barraco de lona, vizinho, muito próximo, lona preta, com um plástico de 4x5 metros, onde ele estende duas redes, onde ficou ele, a sua companheira e o filho de três anos. Às 7:30 horas da manhã, a Irmã Dorothy veio ao seu barraco, segundo a expressão que ele usou, muito alegre, como sempre, e ele então lhe pediu, ele estava com pouca alimentação e pediu à Irmã Dorothy: – Será que a senhora poderia me conseguir um pouco de arroz e óleo? Ela o providenciou e disse ele: – Logo, logo vou alcançar a senhora, só vou tomar o meu café. E assim, três minutos depois, segundo ele, ele saiu atrás da Irmã Dorothy e a avistou, quando estava assim a trinta metros dela, vendo-a acompanhada de dois homens. E foi então que ele se aproximou. E quando estava a dois, três metros dela, com os dois homens, é que ele ouviu ela explicando a eles: – Por que é que você joga capim na nossa plantação? O nosso arroz e o milho não saem se houver o capim. E é preciso tirar o capim para que possam crescer os legumes. E ele então ouviu dos dois homens, um deles, dizer: – Vai arriscar a vida de muita gente, muita gente está no perigo. Foi então que ela abriu a bolsa e mostrou a Bíblia, dizendo: – A minha arma é essa, lendo então dois trechos da Bíblia. E eu até havia perguntado para Dom Erwin Kräutler se por acaso ele saberia quais os dois, talvez salmos ou trechos, mas ele disse que não. E que então esse rapaz com uma 38 deu um tiro. E ele viu essa ação. Na hora que viu essa ação do tiro é que ele, atemorizado de que também poderia morrer, saiu para o mato. E se lembra de ter ouvido dois dos tiros. Depois ficaram sabendo que foram mais os que a alvejaram.

Isso é o que me lembro. Se houver impropriedade...

Dr. Manoel Santino, só queria fazer duas observações sobre expressões suas. Primeiro, uma questão de português: O que são vários para o senhor? Porque, como o Dr. Felício Pontes mencionou, que foram três ofícios em 2004, V. Exª falou que... Porque, para mim, mais do que dois já podem ser vários. Mas qual é o seu entendimento da língua portuguesa? Se precisam ser mais do que três; para ser vários. Só para saber.

O SR. MANOEL SANTINO – Dois já são vários. É porque o Dr. Felício falou inúmeros. Então, inúmeros podem ser dois, podem ser três, podem ser dez, quinze.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, é que ouvi a sua contestação dizendo que ele falou vários, e que eram apenas três. Então, não preciso mais discutir isso.

Tem mais uma questão relativa a sua expressão: É que o senhor mencionou que já passou o tempo das passeatas. O que exatamente o senhor quis dizer com isso? Por exemplo, vou citar três: Vamos supor que houvesse no Brasil novamente um regime militar, uma ditadura. Recomendaria que o povo não saísse mais às ruas, como em 1984? Primeiro exemplo. Vamos supor que o Presidente da República tivesse cometido um ato gravíssimo. Não recomendaria ao povo de sair às ruas novamente, como em 1992, pedindo ética na política? Terceiro exemplo: E eu estive presente em Anapu, na cerimônia religiosa e na caminhada de milhares de pessoas. Estimou a Polícia Militar, que é do Governo do Pará, que cerca de seis mil pessoas caminharam junto ao corpo de Irmã Dorothy.

Eu quero aqui transmitir, Srª. Presidente, que estive lá com o Senador Sibá Machado, poucas vezes na minha vida eu aprendi tanto ao ouvir o testemunho, tanto de Dom Erwin Kräutler, quanto do Dr. Felício Pontes, quanto das irmãs companheiras da irmã Dorothy, uma das quais mencionou: “Nós hoje não vamos enterrar a Irmã Dorothy, porque ela será plantada. E sobre o corpo dela, nós vamos plantar a árvore de mogno que ela mesma havia plantado, para que esta árvore uma vez crescendo, e aqui possa simbolizar tudo o que ela foi para nós todos” – toda aquela comunidade – “possa frutificar, florescer de tal maneira que tudo pelo qual ela batalhava venha a se realizar.”

E depois nós ouvimos o depoimento de dezenas de trabalhadores, dentre os quais o próprio Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o Chiquinho, e outros que com ela conviveram e deram testemunho extremamente belo. Aprendi muito naquela cerimônia com o exemplo do que, digamos, uma vida, seguindo o exemplo do que recomendava Jesus, São Paulo e os Apóstolos.

Então, é só isso que eu queria transmitir.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Excelência, eu poderia só fazer um esclarecimento? (pausa)

Eu concordo em gênero, número e grau com o que V. Exª disse...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas então há ocasiões em que passeatas ainda são precisas.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Mas eu gostaria só....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São necessárias.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Eu gostaria só de falar.

Em 1900...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Então, estou de acordo? (Riso) Está bem.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Na década de 80, Excelência...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Mas, às vezes, em 2005 passeatas também serão necessárias.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Na década de 80, eu cursava a faculdade de Direito e fui para as ruas, pelo Diretório Acadêmico, fazer passeata pela anistia. Em 1978/1979, pedi uma anistia ampla, geral e irrestrita, participei de vários movimentos do Diretório Acadêmico.

O que eu me referi e que, talvez, V. Ex^a tenha compreendido errado, é que o Padre Bruno Secchi, que é uma referência no meu Estado em defesa de criança e adolescente, diz que hoje muito mais do que a força de passeatas, movimentos, é representar o Ministério Público nas ações de competência na área civil, em ações civis públicas para que o Ministério Público saia em defesa dessas comunidades chamadas hipossuficientes.

E eu fiz o paralelo com aquilo que a Senadora Ana Júlia Carepa colocava, que muita gente reclamava e reclama, do Superintendente da Polícia lá de Altamira, mas que nós temos a Ouvidoria. Foi nesse contexto.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Está bom.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Em nenhum momento eu condenei, porque eu também sou a exemplo de V. Ex^a um democrata. Aliás, todos nós somos.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – É que possivelmente, em 2005, 2007 e assim por diante, teremos que estar até juntos em certas passeatas. (Riso)

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Eduardo Supley.

Eu, com toda a sinceridade, desejo que nós não precisemos tanto de fazer passeatas, pelo menos em relação a essas situações que acho que estamos vivendo um momento importante que talvez seja um marco. Um marco importantíssimo, inclusive, para o fim, pelo fim dessas situações.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, quero fazer minhas saudações já apresentadas aqui aos nossos convidados e fiz questão de ficar até o final da audiência até mesmo

porque tenho a convicção de que essa audiência de hoje nos ajudará muito a organizarmos um pouco dos trabalhos, tendo em vista um tempo tão mínimo que nós temos para apresentarmos o Relatório. Temos, ainda, concomitantemente com esse trabalho aqui, a CPMI da Terra e já no momento da instalação da Comissão, eu fiquei um pouco preocupado porque quando se fala de violência agrária, nós temos o Brasil inteiro e quando se fala da violência no sul do Pará, o sul do Pará é 50% do território daquele Estado, com cerca de 700 mil quilômetros quadrados que envolvem, aí, uns 30 ou 40 municípios daquele Estado, já muito bem mostrado, aqui, pelo nosso Secretário.

Eu, então, fiquei muito preocupado com a abrangência territorial e o tempo a que nós iríamos reportar porque há uma sucessão de crimes envolvidos naquela região que vem de datas bem mais anteriores. Eu, então, gostaria que nós pudéssemos focar no caso da Irmã Dorothy Stang e, no máximo, as causas que levaram a esta barbaridade e o que está em jogo por trás de tudo isto.

Em primeiro lugar, então, quero dizer que eu a conheci pessoalmente – já dispus isto aqui em vários lugares mas o que abunda não prejudica – e eu tenho fotografias daquela época, do primeiro conflito em Anapu e quero dispô-las para a Comissão. Esta é uma fotografia das mais nítida, infelizmente, mostrando, aqui, já naquele momento – acho que o Noelio já citou – 10 pessoas saíram bastante feridas neste conflito e há outras fotos ali que poderão ser disponibilizadas depois – eu peço que preparem lá o computador para que mostrem o momento adequado. Então, essa fotografia mostra um fazendeiro que, neste momento, havia expulsado 22 posseiros e se dizia proprietário de 21 mil hectares e estava tomando mais uma área de cerca de 3 mil hectares desses posseiros.

Então, sem muitas delongas...

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Senador, isto foi quando?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Foi em 1984.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – É só para ajudar, também, nós entendermos um pouco esse histórico da região e dizer que, neste ano de 1984, aonde estava o Superintendente do Incra, neste momento?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – É esta história aqui porque, às vezes, há uma certa promiscuidade com algumas coisas – desculpe a forma de falar – mas esse conflito aconteceu porque esse fazendeiro expulsou 22 famílias. A Irmã Dorothy já morava na área há dois anos e convidou a nossa comunidade – eu era Delegado Sindical à época – para ir lá ajudar a convencer para que nós pudéssemos devolver os

posseiros para aquela área. E chegando lá, vimos que a situação era muito tensa e tentamos convencer as pessoas a não entrarem, porque já tínhamos a informação de uma pessoa – que é esse dentista como é denominado – esses dentistas práticos – que estava andando na área e disse: “Não vão. Eu estou vendo lá. Eles construíram porteira e vocês não vão poder entrar. Tem pistoleiro na área e vocês vão ser recebidos de uma forma ruim.” E a Irmã Dorothy disse: “Não. Se a gente for lá rezando, a gente demove o coração.” Estava nesse conversa lá quando o Superintendente do Incra, naquela época, passou com o carro oficial do Incra e entrou na estrada que dava acesso à fazenda. E aí disseram: “Já que os Incra está lá, vamos lá conversar com o Incra para vermos o que nós conseguimos.” O resultado foi isto aqui – esse primeiro tiro aqui que já era destinado à Irmã Dorothy, porque eu vi muito bem o pistoleiro quando ele gritou: “Está lá ela. Vou matá-la agora.” Sacou a arma e atirou e por pouco a bala não atingiu a pessoa que estava do meu lado nessa hora. Então, os fatos lá foram essa barbaridade.

Mas eu quero perguntar aqui, de antemão, para o Dr. Gercino e, também, para o Dr. Felício, porque nós ouvimos na CPMI da Terra um grave problema que me chamou muito a atenção – que é a decisão judicial sobre muitas coisas, a velocidade com que a Justiça toma decisões a respeito de mandado de reintegração de posse. Às vezes, o pedido chega num determinado momento e, naquele mesmo dia já tem o despacho e já tem a ação, sem nada.

A minha pergunta é: esta situação existe na Comarca – não sei se existe uma comarca ali na região – não sei se é em Pacajá.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – É em Pacajá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É em Pacajá – e se esta situação se repete ali?

A segunda coisa que me preocupa: se os senhores assistiram o depoimento – uma fala ou uma entrevista – do Prefeito Dílson Cardoso de Lima, Prefeito de Porto de Moz. No Programa “Fantástico” – não desde domingo agora mas no domingo anterior – aonde ele disse que a Irmã Dorothy iria morrer e morreu dois ou três dias depois – e se há algum tipo de preocupação com a fala desse Prefeito, de ele ser convidado a prestar esclarecimento, de onde ele tirou essa informação? Concomitantemente, duas personalidades que se dizem representantes do setor produtivo daquele Município de Altamira, como se viu na Internet, o presidente do Sindicorte – Sindicato dos Pecuáristas de Corte, que diz que precisa fazer uma versão da desmistificação da pessoa da Irmã Dorothy e se essa pessoa tem algo a acrescentar quando ele induz que a Irmã Dorothy

estava vinculada a sua própria morte, quer dizer, é culpada pela sua própria morte.

Eu queria saber se há alguma relação do Poder Judiciário com esse tipo de atuação e que tipo de – não sei se essa é a palavra apropriada – complacência com o pronunciamento de autoridades públicas, que considero um incitamento... se V. Exª considera isso uma espécie de incitamento público.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Senador Sibá, eu não tenho condições de dizer se há essa condescendência do Judiciário com esse tipo de situação naquele Estado. Acho que ali, especificamente em Anapu, em relação à Justiça Estadual, acho que não, porque todas as ações judiciais de que tenho conhecimento que foram propostas foram na Justiça Federal e não Justiça Estadual, melhor dizendo. Então, ali não houve, assim, nenhuma participação direta porque não se deu tentativa de fazer reintegração de posse de fazendeiros nem de madeireiros porque exatamente a lógica era contrária. Não eram os trabalhadores rurais que chegaram depois dos fazendeiros lá e tomaram posse da terra como vemos no resto do País. aliás um dado surpreendente que fui saber há pouco tempo é que no Estado do Pará, campeão de assassinatos de trabalhadores rurais no campo, nós temos apenas onze casos registrados de fazendas invadidas. E ali era exatamente o contrário: quem tinha chegado primeiro, quem estava tomando posse eram os trabalhadores rurais e quem vem depois para retirá-los da área, através daquelas coisas que nós vimos agora no vídeo, daquelas medidas, foram grileiros, fazendeiros, madeireiros que se diziam donos da área no papel. Então, não houve necessidade... não se tem notícia de nenhum mandado de reintegração de posse nesse sentido, cumprido ali, como é comum se ter no restante do Brasil.

Desembargador Gercino, quer complementar?

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Excelência, eu quero dizer, corroborando as palavras do Dr. Felício, que, no caso concreto de Anapu, não houve esse tipo de decisão. Agora, o que há no Estado do Pará e que eu venho combatendo há muito tempo é a situação de os pedidos liminares em ações possessórias serem decididos com muita pressa e sem a oitiva prévia do Ministério Público, sem a oitiva prévia do Incra e sem a oitiva prévia do Iterpa. Nós defendemos que os juízes devem ouvir primeiro esses órgãos porque não é possível que continue a situação atual, em que o juiz dá essa liminar de reintegração ou manutenção de posse e depois vai ouvir o Ministério Público quando já provocou uma situação conflituosa com essa decisão que, ao invés de resolver o conflito, ele acirra o conflito.

to, quando ele decide sem ouvir o Incra, sem ouvir o Iterpa, sem ouvir o Ministério Público.

Então, isso acontece e acontece muito e nós estamos pedindo, como disse antes, ao Presidente do Tribunal de Justiça que baixe um provimento recomendando aos magistrados essa oitiva prévia desses órgãos para evitar esse fato que acabo de dizer.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Senador Sibá Machado, V. Exª me permite só complementar essa...?

Os pedidos, as decisões de reintegração de posse, as liminares são encaminhadas... desde 1996 nós temos um ordenamento no Estado: quando o magistrado concede a decisão de reintegração, normalmente o Poder Judiciário não tem como fazer cumprir essa decisão. Então ele solicita ao comando de policiamento local da região que faça cessão de força pública, ou seja, de policiais militares para respaldarem o cumprimento das decisões judiciais.

Temos tido muito cuidado – invoco aqui o testemunho do Desembargador Gercino – e nós não autorizamos, quando digo nós é a Secretaria de Defesa. Estamos com quase 60 mandatos de reintegração, que não foram autorizados desde junho do ano passado, porque entendemos que o trabalho da Ouvidoria Agrária é um trabalho paciente e a este se junta o Ouvidor Agrário Estadual.

Portanto, não temos deferido, inclusive sob ameaça de alguns interessados. Já chegaram até a representar para que eu fosse processado por crime de desobediência. Isso é fato público, notório e declarado, inclusive, pela imprensa, que, se eu tiver um dia que responder algum processo, seja pelo crime de desobediência, porque não vou com uma decisão de cessão de força policial acirrar ainda mais o ânimo, quando verificamos que a Ouvidoria Agrária Nacional, Estadual, o Incra e o Iterpa estão desenvolvendo gestões no sentido de distensionar a área e encontrar uma solução administrativa.

Até quando a Superintendência do Incra demonstra que há interesse da União e basta que o Incra diga que há interesse, para deslocar a competência da Justiça Estadual e Comum para a Vara Federal.

Existem, hoje, no Estado cerca de 60 pedidos do Poder Judiciário para que possamos ceder força policial, que até agora não foi cedida para não acirrar os ânimos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dr. Felício, no momento em que estávamos em Anapu, foram várias as pessoas que disseram que não confiavam absolutamente na Polícia do Estado.

Ouvi V. Exª pedindo aqui que fizesse a federalização da investigação. A minha pergunta: há uma desconfiança também na Polícia do Estado?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Para esse caso específico, não deve ser essa a justificativa da federalização, porque tivemos dois incidentes, os dois já foram tratados aqui, nesta investigação, e que foram esclarecidos pelo Secretário de Defesa Social do Estado. Isso em relação a essa investigação.

Acho que a justificativa principal da federalização, a minha preocupação com isso, é exatamente o motivo que ensejou que a Constituição fosse modificada neste ponto, que é a responsabilidade do Governo brasileiro, da União, perante os tribunais internacionais. Sempre se fez isso. Lembro-me, não só em Eldorado de Carajás, mas vários outros crimes relativos contra direitos humanos no resto do Brasil – falo do meu Estado, porque é o que tenho mais conhecimento. Em outros lugares do Brasil, lembro-me de Corumbiara, em que o Brasil foi acionado internacionalmente e uma das justificativas do Itamaraty era no sentido de dizer o seguinte: esse crime é de competência da Justiça do Estado. Não posso – e não deve mesmo – interferir na Justiça do Estado, nem para tentar auxiliar nisso, porque pode parecer uma intervenção indevida.

Creio que o grande mote – e defendendo isso, sei que há opiniões extremamente importantes, tanto no Ministério Público do Estado quanto no Judiciário do Estado, contrárias a essa tese, de que deve ser federalizado, porque agora não se pode falar de omissão da Polícia nesse caso, mas, sim, por causa da responsabilidade do Brasil, perante a comunidade internacional, que é isso que ensejou, na verdade, isso está na justificativa dessa emenda constitucional, que foi votada nesta Casa, no ano passado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dom Erwin veio aqui, estava naquele momento participando da missa, e o senhor reproduziu aqui aquele momento de angústia de ler os nomes dos dois mortos que chegaram naquele momento.

Então, só para reproduzir. Vi a preocupação do Deputado Aírton Faleiro, dizendo que, no momento em que a Ministra Marina Silva se encontrava em Porto de Mós, com mensagem do Governo, decretando uma reserva extrativista, foi naquele momento em que a Irmã Dorothy era morta.

Segundo, por ocasião da missa de corpo presente, chegou a notícia de mais duas mortes, logo em seguida ao depoimento do Prefeito de Porto de Moz acusando a Irmã Dorothy de uma série de coisas. Depois, houve o pronunciamento do Presidente do Sindicato dos Pecuaristas de Corte e a publicação, na Folha Online, da notícia de que a Assessoria de

Comunicação do Governo do Estado vazou uma informação inverídica: a pergunta do Deputado que eu reproduziria para o senhor. O senhor acredita isso se traduz nisso em medida de intimação para ação governamental naquela região?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Acredito que seja. Por que todas essas coisas, todos esses acontecimentos dentro de um prazo tão curto? Não posso interpretar isso de uma maneira diferente.

A Ministra, já em Porto de Moz, alegre como é, falou-me, no auge da alegria de concretizar essa resex. De repente, vem a notícia, e ela se transfere para Anapu. Então, não sei. Só posso imaginar que quem planejou aquilo – e foi planejado até nos mínimos detalhes – também levou em conta a presença da Ministra em Porto de Moz. Não posso ter outra interpretação. Minha análise, desde o início, foi essa. Intimida também a ação do Governo porque a resex criou muita celeuma em Porto de Moz. Inclusive o Prefeito, o predecessor deste – o outro é o “filho” dele e seu sucessor, nessa perspectiva. Creio que foi um planejamento detalhado. Não vou dizer que foi o Prefeito que engendrou a morte ou assassinato. Não posso dizer isso, mas para mim é por demais coincidência que isso tenha acontecido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Farei uma pergunta para o Dr. Manoel Santino.

Qual é o nome da pessoa que responde pela comunicação do Governo do Estado?

O SR. MANOEL SANTINO – Excelência, está sentado atrás de V. Ex^a. É o jornalista Nélcio Palheta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por favor, levante a mão.

O único pedido que faço é que o Governo publique uma nota dizendo que não autorizou isso, em absoluto, porque isso está sendo ventilado pela imprensa. Ontem foi o motivo para a Tereza Cruvinel, jornalista do Sistema Globo de Comunicação, fazer perguntas fortes ao Governador a respeito do assunto. Não estou acusando o Governo, só estou pedindo que o Governo publique uma nota dizendo que não tem absolutamente nada a ver com isso.

Dr. Santino, a preocupação que tenho é de que as pessoas diziam que não confiavam nos policiais de Anapu, na Delegacia de Anapu. Ontem o Governador admitiu – é claro que ele colocou um problema que é do Brasil – que existem, sim, maus policiais e que admite que há corrupção na Polícia do Estado do Pará, como em tantas outras polícias. Até aí, tudo bem. Minha pergunta é: são os mesmos policiais que hoje estão lá, mesmo com toda a comunidade, no calor da emoção, rejeitando a presença daqueles policiais no trato? Até mais porque um dos depoimentos é que, no momento em que houve a morte de um empregado de

uma fazenda, a polícia foi rapidamente lá e prendeu algumas pessoas que foram espancadas. Algumas delas já estavam com feridas – não sei qual é o nome que os médicos dão para isso – em estado avançado de progressão ou putrefação, e só recentemente se conseguiu convencer o delegado que alguém poderia ir lá e fazer curativos.

A comunidade teme que os policiais de Anapu sejam vinculados às pessoas que foram citadas como protagonistas do crime naquela região.

Pergunto se isso procede e que providências o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará está tomando em relação a isso.

O SR. MANOEL SANTINO – Excelência, não posso lhe responder porque a mim não me chegou nenhuma denúncia relativa ao Delegado Marcelo, titular da Delegacia, que está desde outubro de 2004, e ao escrivão, que não sei quem é.

Então, não posso lhe informar. Posso assumir o compromisso de, ao chegar ao meu Estado, consultar a Corregedoria para saber o que existe com relação à Polícia Civil de Anapu, se existe alguma coisa e o que está sendo apurado. Se não estiver sendo apurado, já levarei a sugestão de instauração para saber o que está acontecendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que tome essa providência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Aproveitando a situação colocada pelo Senador Sibá Machado, pergunto se o senhor pode estendê-la à polícia de Altamira, pois os presos estão na Delegacia de Altamira.

O SR. MANOEL SANTINO – Sr^a Presidente, gostaria de fazer uma retificação. Os presos não estão na Delegacia de Polícia de Altamira. A Superintendência da Polícia Civil... Há muito tempo, o Pará vem lutando para evitar que presos fiquem em delegacias de polícia. Lá, em Altamira, há um presídio estadual. Mas é diferente, não é administrado pela Polícia Civil, mas pela superintendência do sistema penal do Estado. É outro órgão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Mas é um órgão vinculado à sua Secretaria?

O SR. MANOEL SANTINO – É. À Secretaria de Defesa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Então, isso é o que importa.

O SR. MANOEL SANTINO – A lei preconiza que os presos têm que ficar em um órgão à parte da Polícia Civil. Então, o que eu entendi... Também vou estender ao Delegado Superintendente de Altamira se existe re-

apresentação contra ele. Enfim, não posso saber tudo o que acontece. Mas mandarei para a Comissão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A última pergunta para o Dr. Felício e Dr. Gercino é a seguinte: alguns nomes foram citados, na CPMI da Terra, como pessoas envolvidas em uma série de outros tipos de coisas, como crime ambiental, trabalho escravo. Não sei se querem citar aqui ou por escrito. Se o Ministério Público dispõe desses nomes, quem são essas pessoas, em que tipo de crimes estão envolvidos – interessam-nos as pessoas relacionadas a Anapu, solicito que nos forneçam essas informações. Se quiserem falar aqui, é melhor ainda.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Senador Sibá Machado, só não falo aqui, agora, porque não sei os nomes, mas há diversas pessoas da região processadas por crime ambiental, pelo menos. Não declino nome porque não sei. Isso é julgado na Vara Federal de Santarém e são os procuradores de Santarém. Mas, com a solicitação da Comissão, é claro que isso será levantado imediatamente e remetido à análise de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era o que eu tinha a perguntar, Sr^a Presidente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; Sr. Relator Senador Demóstenes Torres, Procurador Felício Pontes, Desembargador Gercino José da Silva Filho, Dom Erwin Kräutler, Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior, Senador Eduardo Suplicy, Senador Sibá Machado, senhoras e senhores, quem fala por último corre o risco de ser repetitivo, mas vou correr esse risco porque tenho algumas dúvidas e questionamentos.

Para mim, é uma satisfação e uma honra muito grande estar participando dos trabalhos desta Casa. Estou aprendendo muito. Eu já era fã do Senador Eduardo Suplicy, pela postura, competência e inteligência de S. Ex^a. Todas as vezes em que S. Ex^a se emociona – não foi só neste momento em que demonstrou emoção ao se pronunciar – aumenta minha admiração. S. Ex^a, ao fazer a indicação do Senador Demóstenes Torres para Relator, mostrou essa sapiência. Eu não teria nada a perguntar. O Senador Demóstenes Torres, como ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, deu uma aula de Direito.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Quero dividir esse mérito porque não foi só o Senador Eduardo Suplicy que indicou o Senador Demóstenes Torres. (Risos.) Na verdade, eu o havia indicado. Inclusive, havia conversado antes com o Se-

nador Sibá Machado e, depois, com o Senador Eduardo Suplicy. Faço isso porque creio ser uma questão de justiça.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mas o Senador Flexa Ribeiro nos dá um testemunho importante. De fato, hoje, todos nós aprendemos com Senador Demóstenes Torres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Aprendemos e muito. Tivemos uma aula de Direito. Dois ex-Procuradores, um Procurador Federal e um Desembargador, quer dizer, esta Comissão sai enriquecida nessa parte legalista. De qualquer maneira, como, um dia atrás, algum tempo atrás, assisti a um discurso, estou dentro da faixa da nulidade, então tenho que me esforçar muito para aprender, para sair da nulidade e chegar à mediocridade. Então, vou chegar lá, com certeza, porque estou me guiando aqui pelo Senador Eduardo Suplicy.

Quero dizer, Senadora Presidente, que, antes de ser paraense, sou brasileiro. Então, não vim aqui fazer oposição ao Presidente Lula. O que for a favor do Brasil o Presidente Lula pode contar com meu voto. Acho que não temos que politizar a discussão. Temos não que discutir o caso. Temos que discutir a causa. E o caso o Dom Erwin Kräutler colocou aqui com propriedade. Falou que o conflito vem de 82, de 83, e vem muito antes. Acho que esse conflito agrário, eu já disse isso no plenário, vem desde o descobrimento do Brasil, desde as capitânias hereditárias, quando se dividiu o Brasil, e até hoje não se colocou o assunto na devida prioridade e com a devida atenção que deve ter. Então, nessa questão de nossa Amazônia, preocupe-me muito isto, Senador Eduardo Suplicy: a Amazônia, queiramos ou não, o Dom Erwin Kräutler colocou aí, falou em biopirataria, e falou de uma forma aberta, pois sabe que há biopirataria na Amazônia. Então, temos que não desconhecer isso. Nós, brasileiros, do Chuí ao Oiapoque, temos que saber o que queremos da Amazônia. Não podemos desconhecer, não podemos querer esconder o sol com a peneira. Temos que ter um projeto, e esse projeto não pode ser de curto prazo. Não vamos resolver esse problema, o Desembargador Gercino José da Silva Filho sabe disso, não vamos resolver esse problema agora, esse problema vai se resolver a longuíssimo prazo, com medidas concretas, com cooperativismo. Quando se fala aqui, eu até dizia aqui ao Procurador Felício Pontes, se fala em Estado. Que Estado? É de uma forma vaga. Para mim, Estado são todos os níveis de Estado – é o Governo Federal, é o Governo Estadual, é o Governo municipal. Se não houver a união dos três, não vai ser possível resolver o problema. Nosso Secretário Especial de Defesa colocou aqui claramente os números que foram aplicados nos

dois últimos anos no Estado do Pará na defesa. Arredondando os números, R\$900 milhões. Sete por cento transferidos pelo Governo Federal. Quem está sendo penalizado? É o povo, os que votaram no Presidente Lula. Não é o Governador que está sendo penalizado não. Então, acho que tem que haver... temos que sentar à mesa, discutir o problema e vamos unir o pouquinho de cada um e vamos resolver esses problemas. Temos soluções? Vamos discutir quais sejam. Essa solução da Amazônia, por exemplo, creio que passa, no caso, vou tratar aí já do caso do Estado do Pará, e creio que da Amazônia, como um todo, por um projeto sério de zoneamento econômico e ecológico, onde vamos ter uma área de preservação total, uma área de extrativismo e uma área de produção. Vinte e oito por cento do Estado do Pará está sob a direção do Estado. Dos 1.248.000 mil km², apenas 28% estão sob o regime de ação do Estado do Pará. O resto são terras indígenas ou terras federais. Então, vamos fazer isso. É uma solução que não é inteligente. O Ibama vem e diz: “Só pode usar 20% da área, 80% tem que preservar”. Então, o que é que acontece? Ao usar só 20% da área, ele induz a penetração na floresta, porque o fazendeiro ou o agricultor – porque quem derruba a floresta, no caso, quem vem derrubando é o agricultor, é o pecuarista que adentra na floresta para uma área. E, quando entram na floresta, abrem estrada, levam energia e vão penetrando nela. Então, vamos fazer a preservação não só de 80%, mas de 300% em uma área definida dentro do zoneamento econômico e ecológico. Na área que está alterada – e a Senadora Ana Júlia Carepa sabe disso -, no eixo, no raio de 100 quilômetros em torno de Belém, há áreas alteradas que podem tornar o Pará no maior produtor de óleo de palma do mundo. Creio que temos de pensar nisso.

A violência não é do Pará. A violência está no Pará, como está em Goiânia, em São Paulo e em outros pontos. Aconteceu no Pará.

Farei as perguntas de forma rápida, porque já são quase 23 horas, e todos estão cansados. Faço a primeira pergunta ao Dom Erwin. O senhor citou nomes de algumas pessoas que estão juradas de morte. Essas pessoas também se negam a ter proteção policial, como a Irmã Dorothy?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não sei. Não posso responder nos casos do Tarcísio e do Chiquinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor citou umas cinco ou seis pessoas.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Chiquinho, Tarcísio, Padre Amaro e Antônio Amélio. Eu teria de verificar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu pediria à Presidente que verificasse isso e tomasse...

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Sei que o Padre Amaro...

Sr. Senador, tenho que lhe explicar o nosso caso. É quase impossível para uma religiosa, padre ou bispo ir para uma comunidade com três ou quatro seguranças. Isso é impossível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se é impossível ir para uma comunidade, vamos retirar o religioso da área de conflito.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Não, não. Mas é impossível. Minha missão é essa: sou peão do trecho. Está me entendendo? Como Bispo, vou de comunidade em comunidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Preocupa-me o fato de acontecer um acidente com essas pessoas e as pessoas dizerem “aconteceu”.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Eu ia dizer que, se a comunidade tem segurança, também o Bispo ou religiosa que estiverem lá também terão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só estou pensando e propondo que seja dada segurança a essas pessoas, se não se negarem. Esse é um ponto.

O segundo ponto, complementando a sugestão do Senador Eduardo Suplicy, é que sejam distribuídos aos membros da Comissão não só os ofícios do Dr. Santino, do Dr. Felício e do Dr. Gercino, mas todos os ofícios e os depoimentos aqui prestados, bem como as cópias dos vídeos, para que possamos ler analisar com mais calma esse assunto.

Faria mais uma pergunta ao Dom Erwin: o senhor falou de que lado, quando falou da Irmã Dorothy?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Como que lado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor fez uma referência a um lado.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Usei o termo “do lado de lá”. Quis dizer, temos essas famílias...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero saber que lado é esse que o senhor porque ficou vago.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Eu ia explicar assim: há uns poucos, seis, uma meia dúzia ou dez pessoas que pretendem ser os donos de toda a área. É o lado deles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, esse lado de cá...

O SR. ERWIN KRÄUTLER – ...são essas famílias de agricultores que querem também – mais ou menos na linha que o Dr. Felício Pontes explicou – a área. A área é a mesma pretendida pelos fazendeiros ou grileiros, mas também pelos agricultores, com a implantação dos PDS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quando esta Comissão foi instalada, apresentei uma questão

de ordem para que sua competência fosse estendida para o acompanhamento das demais mortes. Todos lamentamos a perda da Irmã Dorothy, mas também lamentamos a perda dos outros três brasileiros que perderam a vida no conflito. Há o esclarecimento das outras mortes que ocorreram após o assassinato da Irmã Dorothy? Conforme foi relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, na missa de corpo presente foram lidos os nomes de mais duas pessoas assassinadas.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Sim. Até agora, não estou sabendo. Mas eu diria, que há mortes anteriores à da Irmã Dorothy que também não foram esclarecidas. Por exemplo, o Dema e o Brasília, que são também da minha área. O Dema era um representante e foi morto em casa. O Senador sabe quem é a viúva do Dema porque ela também falou lá. Esses são outros casos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quando o Dema foi assassinado?

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Há dois ou três anos, em 2002.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pelo menos essas mortes de agora, para vermos se há conexão entre a morte da Irmã Dorothy e essas outras mortes.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Bom, aquilo que me foi colocado, que o Chiquinho colocou na palma da mão, este é de Paraopeba.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, não. Aqui de Paraopeba já se sabe que é um conflito entre ele e que não tem nada a ver com o ...

O SR. ERWIN KRÄUTLER – O que foi encontrado morto realmente é da nossa região. Que a mulher dele teve a criança...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu pediria à senhora Presidente que tentasse acompanhar também esses casos.

O SR. ERWIN KRÄUTLER – Doutor Manoel Santino sabe.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tem alguma informação...

O SR. MANOEL SANTINO – Não sei Excelência. Estou acompanhando pelas notícias do jornal. A polícia deve ter instaurado o inquérito depois, mas também se for de interesse, nós mandaremos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Já que estamos acompanhando, só para esclarecer, Senador, a gente pode solicitar, até porque a gente já tinha colocado isso para saber. Esses serão um dos pontos da comissão que a gente havia proposto: se esses outros crimes tinham ligação ou não. Porque, primeiro, um dos casos foi aquela situação que eu relatei ao Dr. Santino, que deram uma versão e foi desfeita a versão, etc. Então a gente pode solicitar, no caso, à polícia e saber o andamento do inquérito...

O SR. MANOEL SANTINO – Um momento, Excelência. Vou mandar cópia de todos os inquéritos. O que for sendo apurado, eu vou mandando para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Então pronto. O Dr. Santino está aqui fazendo seu compromisso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desembargador Gercino, o senhor, na brilhante palestra que proferiu, falou sobre criar uma expectativa e a criação dessa expectativa em meio dos colonos produzir os conflitos. Foi mostrada aqui a redução de recursos drásticos do orçamento da União para o Incra. Isso é uma das causas que pode produzir essa expectativa de assentamento imposto por não aceitar gerar esse conflito nos colonos.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Excelência, evidentemente que quanto menor o assentamento dos trabalhadores rurais, maior será o conflito. Agora, na realidade, o orçamento do Incra vem aumentando. Por exemplo, neste ano o aumento do orçamento do Incra é maior que do ano passado e nós temos uma estimativa de assentar mais pessoas no ano de 2005 do que 2004 tanto no que se refere ao assentamento com base na desapropriação das áreas particulares como também na regularização que são as áreas públicas onde as pessoas já se encontram. Então, o ministro Miguel Rossetto, o Presidente Lula, vêm fazendo todo o esforço no sentido de, não só aumentar os recursos orçamentários e financeiros do Incra, do NDA, mas também aumentando o número de servidores. O Incra já contratou diversos servidores por meio do concurso no ano de 2004 e vai contratar mais em 2005. Desta forma, a tendência é assentar mais pessoas, conseqüentemente diminuindo aquelas áreas de tensão porque o Incra se preocupa também em dar preferência naquelas áreas que nós chamamos, na linguagem de Ouvidoria, os conflitos emblemáticos, que são aqueles que representam grande tensão social e são merecedores de uma atenção especial por parte do Incra, do NDA e da própria Ouvidoria Agrária.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, antes de fazer a última pergunta, eu quero fazer um registro aqui para os demais senadores sobre a atuação do ministro Aldo Rabelo, do presidente do Incra e do próprio Doutor Gercino com relação ao conflito que houve no final de janeiro, mais ou menos, no Pará a respeito da portaria 010 do Incra, que fecharam as estradas, o rio e o ministro Aldo Rabelo foi de uma gentileza toda prova e o presidente do Incra evitou que se introduzisse um outro conflito de tamanho imensurável e o Dr. Gercino se comprometeu em ir até lá e, lamentavelmente, em seguida, surgiu essa lamentável morte da Irmã Dorothy. Foi adiado e ele está me dizendo que agora, neste início de março...

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Dia primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dia primeiro de março lá, para poder resolver o problema. E, por último, ao Procurador Felício Ponte, que citou a hidrelétrica de Belo Monte como um fato que pode ter insuflado tal situação naquela região.

Quero dizer ao Procurador que...

(Soou a campanha)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – S. Ex^a já me avisou que a campanha é automática.

Quero lembrar ao Dr. Felício que o Presidente Lula, em boa hora, disse que vai construir Belo Monte, porque o Brasil precisa de energia para poder continuar a crescer como ocorreu no ano passado. Portanto, precisamos rever o projeto. Se for inadequado, vamos revê-lo e fazer um projeto que seja ecologicamente correto, mas vamos construir Belo Monte.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Obrigado, Senador. Continuo com a mesma posição.

Quero dizer que lançaremos um livro sobre Belo Monte – penso que posso dizer isso em primeira mão, não é Dom Erwin? – daqui a um ou dois meses, ou menos ainda. Essa obra foi escrita a várias mãos – mais de vinte. O livro demonstra, tanto do ponto de vista econômico, social e de engenharia também, a inviabilidade desse projeto. Para que não ficassem apenas as palavras ao vento, elaboramos esse livro. Espero que essa edição contribua imensamente com o Governo Federal para que possa desdizer tudo que está escrito e provar que Belo Monte se trata de um empreendimento viável.

Aproveito a oportunidade para me desculpar por estar ausente quando a Senadora Ana Júlia Carepa estava falando. Preciso fazer um registro em confronto ao que disse o Secretário de Defesa Social, Dr. Manoel Santino, no sentido de que nunca – ao contrário do que ele disse – foi prometido pelo Ministério Público Federal a Procuradoria da República em Altamira. Nunca foi. E eu estava exatamente falando com o Procurador-Geral no momento em que a Senadora estava se pronunciando para saber se S. Ex^a havia feito esse registro. Disse-me que nunca fez isso. Essa sempre foi uma discussão interna da instituição, mesmo porque S. Ex^a apenas faria esse anúncio após a instalação da Procuradoria.

Para terminar, quero fazer um comentário sobre o que disse o Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a falou que as áreas públicas estaduais do Pará dizem respeito a cerca de 20% ou 30% do Estado, sendo o restante federal ou terras indígenas, o que comprometeria o desenvolvimento do Estado. Digo e provo que isso não faz diferença. Não faz diferença dizer se a terra é do Incra para assentamento ou do Iterpa. E provo isso.

A área demonstrada de Porto de Moz, onde foi criada recentemente a reserva extrativista Verde para Sempre, sempre foi de jurisdição do Estado do Pará, sempre foi do Iterpa. Sempre! Não houve problema em relação a isso. A partir do momento que o Governo Federal decretou aquela área como reserva extrativista, ela passou a ser de domínio da União. Qual é a consequência econômica disso? O Iterpa nunca destinou dinheiro àquela região para a realização de projetos que pudessem desenvolver aquela população tradicional.

No dia da morte da Irmã Dorothy, eu estava em Porto de Moz na reunião de implementação da resex Verde para Sempre, e o Governo Federal anunciou um investimento para este ano de R\$20 milhões. Como esse dinheiro vai chegar à região? Serão destinados R\$5 mil reais para cada família, num primeiro momento, para a construção de suas casas, quase a fundo perdido; mais R\$2 mil para as famílias para a compra de sementes e instrumentos agrícolas. Se, neste ano de 2005, se cumprir aquilo que foi dito pelo Presidente do Incra, pelo Presidente do Ibama em exercício e pela Ministra do Meio Ambiente, serão destinados ao Estado do Pará para desenvolvimento verdadeiro recursos que nunca existiram quando as terras estavam sob o domínio do Estado.

Creio que não se deve discutir se aquela terra está sob domínio federal ou estadual. É preciso definir quem está em melhor posição para fazer com que aquela terra gere riqueza, gere dinheiro. Essa é a discussão que deve ser feita. Não importa se são 80% da área são federais ou estaduais.

Quando da criação da primeira Resex no Estado do Pará, Tapajós–Arapiuns, eu era Procurador da República em Santarém e participei ativamente do projeto e contra o Prefeito daquele Município e o Governador do Estado, que não eram favoráveis à referida reserva.

Aquela terra era da União e não do Estado. Além disso, a União nunca empregara recursos naquele local. No primeiro ano daquela Resex, foram investidos US\$ 1 milhão. Naquele tempo, o dólar equivalia ao mesmo valor em real. A maior parte desses recursos – o pessoal do Ibama pode retificar-me se eu estiver errado – foi a fundo perdido, tendo sido aplicado em projeto de extração de óleo e de seringa. Hoje, toda a produção é vendida para uma grande empresa fabricantes de pneus em São Paulo. Esse procedimento gerou renda para a região e faz a diferença, tornando factível o verdadeiro desenvolvimento na Amazônia.

Uma figura emblemática nesse processo em Santarém é o Sr. Mucura, que V. Ex^a, Senador Sibá Machado, deve ter conhecido no Tapajós. Antes da criação da Resex, ele estava sempre conosco na Procuradoria da República, uma vez que era uma das lideranças na

região. O Sr. Mucura andava de sandália havaiana, calça jeans rasgada e camiseta de meia. Criada a Resex, foi ele a pessoa encarregada pela organização para fazer contato com os bancos oficiais, tanto o Banco do Brasil como o Banco da Amazônia, para que os créditos chegassem à região. Meses depois, ele passou a andar de sapato Vulcabras, calça de tergal e camisa de botão. Esse é o desenvolvimento verdadeiro da região, que leva à progressão.

Devemos hoje abandonar essa falácia de terra pública federal ou estadual. Vamos verificar sua verdadeira vocação e buscar quem possui recursos para fazê-la desenvolver no sentido de beneficiar os habitantes da Amazônia, ou seja, aos amazônidas e não mais aqueles que vieram de fora e saquearam nossas terras.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Refletindo sobre tudo o que foi perguntado, avaliei que faltou uma questão significativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Apenas informo que, como não havia feito questionamentos ao Sr. Procurador, farei uma pergunta a ele. Mas V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Indago se qualquer dos quatro depoentes chegou a conhecer pessoalmente o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e se manteve alguma relação com ele, assim como também a pessoa apontada como suspeita de ser o contratante, Amair Feijoli da Cunha. Pergunto ainda se, pelo conhecimento que porventura tenham tido, poderiam explicar as razões que os moveram à prática do crime. Essa é apenas uma indagação que avalio que não deveríamos deixar de fazer.

Se algum dos quatro depoentes puder responder, seus depoimentos poderão ser importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Eduardo Supply.

O SR. MANOEL SANTINO – Excelência, já que fui citado, poderia apenas justificar uma fala do Dr. Felício Pontes Júnior sem polemizar? Não pretendo ensejar nenhuma discussão com a Procuradoria da República, até porque também sou membro do Ministério Público.

Em 2003, o Ministro Márcio Thomaz Bastos compareceu ao Estado do Pará em viagem, acompanhado de S. Exª o Sr. Procurador-Geral da República. Numa audiência no Palácio dos Despachos, a sede do Governo do Estado do Pará, foi apresentado pelo Governador Simão Jatene um esboço do macrozoneamento econômico e ecológico. Na ocasião, foi explicado justamente

o que está acontecendo agora: o Ministério do Meio Ambiente está de comum acordo com o que o Governador do Estado vem apresentando, já tendo inclusive encaminhado a matéria à Assembléia Legislativa como o zoneamento econômico-ecológico do Estado.

Naquela ocasião houve um compromisso do Sr. Ministro da Justiça, sim, que ainda não foi cumprido integralmente. Mas creio que agora o será, porque foi instalado o posto avançado da Polícia Federal em Altamira, com dois agentes. E pedíamos naquela ocasião uma Delegacia. O Chefe do Ministério Público da União afirmou que iria determinar estudos para instalar também uma representação da Procuradoria da República. Isso foi o que eu disse.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Certamente. Obrigado, Secretário. Fica esclarecido o assunto.

Sei que já está tarde, mas não poderia deixar de fazer alguns questionamentos ao Procurador.

Dr. Felício, V. Exª falou de decisões e atitudes irresponsáveis. Em 1999, V. Exª foi procurado pela Irmã Dorothy e o Incra havia tomado a decisão de implantar os PDS naquela região. Foi isso? De 1999 até 2002 - vamos falar de uma mesma administração para não dizerem que havia mudado a administração -, segundo dito aqui com bastantes recursos do Incra, por que não foram implementados naquele momento os PDS até 2002? Quer dizer, são mais de três anos.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Excelência, pode ser que eu esteja enganado quanto às datas. Em 1999, conhecia a Irmã Dorothy. Creio que o ato de criação dos PDS foi em 2001 ou 2002, salvo engano. Isso pode ser facilmente comprovado pelos documentos que serão entregues à Comissão. Então, o que não houve foi, a partir daí até o final de 2004, a implementação desses PDS. O que era a implementação? A retirada dos grileiros e posseiros da região e a entrega das terras aos trabalhadores rurais. Essa foi a grande falha do Incra, porque fez com que ficasse na linha de frente a Irmã Dorothy contra os fazendeiros, e não o próprio Incra, como deveria ter sido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Já li os requerimentos que solicitam o comparecimento o Incra, o Ibama e o Iterpa para analisarem essa situação. Sr. Procurador, V. Exª tem conhecimento de que uma operação entre Incra, Ibama e Polícia Federal ia ser iniciada quando veio uma decisão do Juiz Federal de Marabá? V. Exª poderia dizer o que implicou essa decisão?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Vou ter que abordar um aspecto um pouco anterior, porque já havíamos definido com o Incra, em várias oportunidades, que o melhor seria a desapropriação. V. Exª pode perguntar: “Como desapropriação, se para os senhores esse título

é falso? Esse título não é verdadeiro. Não se deve desapropriar algo que não pertence àquela pessoa, não se deve pagar pela terra que não pertence a ela". Mas isso estava registrado no Cartório de Registro Público de Altamira. Então, qual a ação, a estratégia adotada com o Incra várias vezes? O Desembargador Gercino teve a oportunidade de participar dessas reuniões. O Incra iria fazer a desapropriação e o ? teria que depositar o dinheiro. Então, depositava o dinheiro. Não o entregava ao desapropriado, momento em que recebia do juiz a emissão de posse. A posse da terra é do Incra. Para que ele implementasse o PDS, nós, do Ministério Público, assumimos o compromisso de entrar com uma petição nesse processo, ou seja, o juiz não permitiria que se tivesse acesso a esse dinheiro, até que ficasse determinado se aquele título era verdadeiro ou falso. Então, o PDS já poderia ser implementado, porque o primeiro ato do juiz na desapropriação é a emissão de posse, é a entrega da área ao Incra. Então, uma vez resolvido o problema, discutir-se-ia a veracidade do título. Se o título fosse verdadeiro, lá no final do processo, seria pago o dinheiro devido. Se fosse falso, o dinheiro voltaria para os cofres da União. Essa era a decisão. O Incra, porém, não fez isso e seguiu outro caminho: entrar com as ações, alegando a nulidade daquele título de propriedade e pedindo liminarmente em antecipação de tutela – é como se fosse uma liminar, para que possamos entender melhor – a retirada dos fazendeiros da área. Eu disse que isso era perigoso porque uma liminar dessas poderia cair a qualquer momento no Tribunal. Mas o Incra resolveu enveredar por esse caminho. No primeiro momento, conseguiu a liminar, mas não precisou nem ir para o Tribunal.

Quando mudou de juiz a Vara Federal de Marabá, o juiz que chegou e está até hoje, revogou as liminares, as antecipações de tutela que tinham dado posteriormente. Ou seja, o Incra ficou na mesma. Não poderia frisar e tinha que esperar até o final do processo para decidir o juiz se aquele título era válido ou não.

Na quinta-feira, antes da morte da Irmã Dorothy, ela me liga para dizer o seguinte e esse é um fato muito marcante para mim. Ela liga feliz da vida, aliás sempre vinha muito alegre. A situação podia estar o mais horrível possível e ela sempre tinha aquele ar de esperança na voz, nos olhos dela que contagiava a gente e nesse dia ela estava muito mais feliz, na quinta-feira e disse o seguinte:

Acabei de falar com a pessoa que vai ser o superintendente do Incra aqui em Belém e ele disse que vai fazer a desapropriação. Então, aquela idéia da gente, desde o início, o Incra agora vai topa.

Ela falava assim. "O Incra agora vai topa. Agora vai, Felício. Agora vai porque o Incra vai fazer a desapropriação". Não deu tempo de ela ver isso. Isso

é o que jamais foi tornado público, essas coisas que aconteceram principalmente em 2002, 2003 e 2004. Era isso que estava nos bastidores dessa ação federal que não foi realizada e que agora espero que com o sangue derramado possa o Presidente da República entregar essa área aos trabalhadores rurais.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Agradecendo ao Dr. Felício, faço-lhe uma última questão.

Eu havia lhe perguntado se estavam o Incra, o Ibama e a Polícia Federal indo para a região para fazer a implementação do PDS quando aconteceu essa cassação da liminar pelo juiz federal em que proibia inclusive...

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Houve uma ordem nesse sentido que fez com que houvesse uma reunião da Polícia Federal com o juiz para saber o que era, mas é preciso que o juiz dê os esclarecimentos em até que ponto aquela ordem era para aqueles lotes que estavam com aquele problema ou se era genérico para todo o PDS.

É isso que não sei responder a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – O senhor sabe responder se esses títulos que foram...

Temos uma informação – falei sobre isso ontem – de que houve uma CPI. Isso é fato público e notório. Uma CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará sobre essa grilagem e sobre a ação dos cartórios, a convivência dos cartórios em relação a isso por que os cartórios acabaram emitindo certidões, emitindo títulos como públicos, como verdadeiros por documentos não verdadeiros.

Temos a informação de que essa ação... Na Assembleia Legislativa, ao final da CPI, a proposta foi de entrar com a ação na justiça e essa ação não tem prosperado. Estamos todos aqui concordando que as terras são públicas, são da União porque esses contratos de alienação temporária – várias pessoas falaram e eu mesma pude falar – eram muito claros ao final de cinco anos, mas acabaram se tornando como títulos verdadeiros homologados – não sei se a palavra seria homologado – mas de qualquer jeito com o aval do cartório de Altamira.

É isso, Dr. Felício.

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – Acho que no caso específico de Anapu consideramos que o cartório indevidamente transformou aqueles contratos de alienação de terra pública da década de setenta com cláusula resolutive que não foi cumprida em propriedade e é isso que a justiça vai precisar dizer se é verdadeiro ou não.

Achamos que isso não é verdadeiro e a convivência do cartório é tão óbvia no Estado do Pará que quando começamos a atuar na questão da grilagem de terra, há quatro ou cinco anos, pedimos a interdi-

ção do cartório de Altamira que foi dada pela justiça do Estado do Pará e até hoje o cartório de Altamira está sob intervenção.

É preciso também que o cartório se pronuncie sobre esses registros que eles fizeram nestes últimos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Faço uma proposta, então, para que a Comissão solicite, o cartório está sob intervenção, esses documentos que são esclarecedores.

O Senador Demóstenes tem uma sugestão. E, neste momento dos encaminhamentos, eu queria agradecer muito a presença de todos os convidados, a paciência de todos que estão aqui, a presteza dos que vieram prestar esses esclarecimentos. Esta Comissão tem o objetivo, apesar dos claros termos do seu propósito, de acompanhar de forma apenas a observar as investigações que vêm sendo desenvolvidas para poder fazer esse relatório sobre o assassinato da Missionária, mas não tenho dúvida de que, por ser o Senado Federal esta Casa importante que é, os Senadores não abrirão mão de fazer essa análise e até de propor medidas no sentido de alterar, não serão propostas apenas por esta Comissão mas com certeza junto com a CPMI da Terra que já vem há um ano investigando este assunto, aliás, há mais de um ano a CPMI da Terra vem se debruçando sobre essas questões, sobre a violência, sobre as causas dessa violência para propor, com certeza, ações inclusive no âmbito legislativo para alterar essa realidade que, independente de quem seja ou não paraense, como eu e outros, atinge a todos e nos coloca a responsabilidade de alterar isso porque somos todos brasileiros e queremos ver o nosso País sendo divulgado no mundo inteiro por fatos positivos e não por fatos desta monta.

O Senador Suplicy propõe, para que possamos, inclusive, aprovar os requerimentos. Aprovar o requerimento, já havia a concordância minha e do Senador Demóstenes, que o Senador Flecha Ribeiro traz, eu queria pedir também para aprovar aqueles outros requerimentos de que falei aqui, oralmente é possível fazer isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu podia até fazer um resumo disso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Então faça, Senador Demóstenes, para que pudéssemos já nas próximas reuniões fazer esse encaminhamento e agradecer muito ao Dr. Santino, Secretário de Defesa Social do Estado, ao Dr. Gercino, que é o Ouvidor Agrário Nacional, ao Bispo D. Erwin Kräutler, Bispo da Prelazia de Xingu e Altamira, ao Procurador da República, Dr. Felício Pontes.

Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senadora Ana Júlia, Presidente da Comissão, pri-

meiro, endosso todos os requerimentos do Senador Suplicy e acrescentaria...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Além dos requerimentos, ele está propondo que aproveemos todas as sugestões que foram colocadas aqui pelos depoentes, pelos Senadores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto. Então, estou solicitando o mesmo que o Senador Suplicy acrescido dos ofícios que o Dr. Felício enviou à Polícia Federal e ao Incra, solicitando providências; depois, as providências tomadas pela Polícia Federal; três, as ocorrências sobre o tema, registradas na Polícia Federal do Pará, e as providências tomadas nesse período, a partir de 2002, ou seja, são as mesmas providências relativas também à Justiça Estadual.

Sugeriria que fizéssemos uma próxima reunião na terça-feira, para ouvir as autoridades que V. Exª elencou e mais algumas: o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Presidente do Incra, a Ministra do Meio Ambiente, o Presidente do Ibama, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Dr. Nilmário Miranda, e o titular do órgão ambiental do Pará bem como também o titular do órgão agrário deste Estado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/ PT – SP) – Aprovado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sugeriria também que ou durante esta semana ou no mais tardar até segunda-feira fôssemos ao Pará, a Anapu, e lá ouvíssemos o Presidente da Associação dos Produtores, assunto do requerimento feito pelo Senador Flexa Ribeiro, o Presidente da Associação de Madeiros, o Presidente da CPT, o Presidente da Associação de Trabalhadores Rurais, ou associação ou sindicato, a testemunha mencionada pelo Senador Suplicy, que é provável que possamos encontrar, o prefeito de Porto de Moz, e o Presidente do Sindicato, (Corte na fita), Senador Sibá, e outras entidades ou seus representantes.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/ PT – SP) – Todos em Anapu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, todos em Anapu, vamos encontrar todos ali.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita, Srª Presidente, trata-se de uma viagem que operacionalmente não é fácil. Então V. Exª está propondo para o início da semana que vem, quem sabe na segunda-feira, mas isso significaria uma operação de planejamento que teríamos que fazer desde já, para viajar não sei se domingo à noite e fazer tudo na segunda-feira, mas exigiria um planejamento de grande presteza e amanhã cedo. Não é fácil isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pediria até o auxílio do Dr. Santino para dar apoio logístico por

parte do Estado, porque senão não vamos conseguir realizar esse plano.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Além da Ouvidora da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. MANOEL SANTINO – Senador Demóstenes, permita-me uma contribuição. Temos que pensar nesse período que está chovendo muito lá, há o problema da pista: se chover não tem condições de pouso nem de decolagem.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Podemos fazer em Belém, se conseguirmos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, não, o ideal é fazer em Anapu mesmo.

Se o tempo não for favorável é outra coisa, mas realizar no local faz uma enorme diferença.

O SR. MANOEL SANTINO – Uma sugestão, se me permitem V. Ex^{as}: a pista de Anapu só comporta pouso e aeronave monomotor de asa alta. É uma pista muito pequena e perigosa. O avião do Estado que faz pouso lá é um Caravan; ele pode pousar com oito pessoas, mas decolar somente no máximo com quatro e com meio tanque de combustível.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Cinco, fomos cinco ou seis.

O SR. MANOEL SANTINO – É porque já foi uma tolerância quase...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP) – Mas o avião subiu. Que subiu, subiu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/ PT – PA) – Dr. Santino, já decolamos com seis pessoas.

O SR. MANOEL SANTINO – O que pode acontecer?

Nós estamos com oito aeronaves do Exército, são helicópteros. Se houver algum problema, ou se faz em Anapu ou em Altamira, que é na região.

De fato, esta pista é precária. Quando eu pousei lá, o avião atolou. Tivemos de empurrar o avião para sair da coisa... Agora é época de inverno. Todos nós conhecemos.

Quanto às pessoas que se encontram em Anapu, o Prefeito de Porto de Moz obviamente não está em Anapu. O Prefeito de Moz que o Senador Demóstenes falou.

Agora, o Coordenador da CPT, casualmente, é o Padre Amaro. Ele se encontra em Anapu.

Para se deslocar essas pessoas que são testemunhas para Altamira é a mesma coisa, porque a época agora é de atoleiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O helicóptero está lá, Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/ PT – PA) – Era isso que eu quero propor. Existe já, foram deslocados homens do Exército de Altamira, Itaituba e de Marabá também. Foram deslocados vários helicópteros e equipamentos do Exército de Manaus para a região. Vemos sempre pela televisão os helicópteros que aparecem lá, os helicópteros do Exército.

O que irei propor? Todas essas propostas, todo esse conjunto de propostas, que nós as aprovemos. Vou propor que nós – não sei se às 11h da noite eu consigo falar com alguém do Exército. Mas amanhã pela manhã, sim -, que possamos fazer essa solicitação. Quero dizer aos Srs Senadores que temos uma dificuldade para chegar na área no domingo, pois não existem vôos regulares para Altamira no fim-de-semana, só até sábado.

Essa questão logística nós podemos verificar para chegar em Altamira. De lá, solicitamos o helicóptero do Exército. Acho que amanhã até o final do dia vamos solicitar ao Exército que nos dê uma resposta, Senador Demóstenes Torres.

Primeiramente, isso. Eu já solicito à Secretaria da Comissão que amanhã faça essa solicitação a todos os Senadores que fazem parte da nossa Comissão; que pergunte também, porque sempre tomamos a decisão de convidar o Senador Álvaro Dias, o Deputado João Alfredo, que são da CPML da Terra – se também há interesse –, para que possamos saber quantas pessoas irão a Anapu. Não podemos esquecer que decidimos, no dia da primeira reunião da Comissão, enviar inclusive os assessores. Eles terão que chegar a Anapu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Amanhã esses assessores irão, bem com o Dr. Tito, Promotor de Justiça, e os dois advogados, que também são consultores do Senador. Peço que o nosso Secretário de Defesa Social, o Procurador da República, bem como os dois Senadores que compõem a Comissão, que são do Pará, que prestem todo o auxílio para que esta Comissão possa desenvolver todo o trabalho necessário e preparar a nossa chegada na semana que vem.

O SR. MANOEL SANTINO – Tenham certeza da colaboração por parte do Governo do Estado. Iremos colaborar com infra-estrutura e logística.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/ PT – PA) – Muito obrigada, Dr. Santino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/ PT – PA) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Procurador Felício mencionou sua preocupação com relação aos presos que estão em Altamira. Não seria um cuidado maior transferi-los para Belém. Eles estão no fulcro do conflito.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Se é uma preocupação que o Dr. Felício comentou! Acredito que S. Ex^a conhece a região. Consulto os Srs. Senadores, principalmente o Relator, Senador Demóstenes Torres, e o Promotor, sobre fazermos, por meio da Comissão, essa solicitação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Penso que o Promotor Felício poderia externar, por escrito, essa preocupação e a endereçaríamos ao Secretário. S. Ex^a imediatamente faria a solicitação ao juiz, que é quem deve determinar a transferência.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É o Juiz de Pacajá. Não é isso?

O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR – É o Juiz que responde por Anapu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É o de Pacajá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Que S. Ex^a possa determinar essa transferência até para dar tranquilidade aos presos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Agradeço a todos os convidados pela colaboração prestada a esta Comissão.

Quero fazer um alerta. Na terça-feira, Senador Demóstenes Torres, demais Senadores, é impossível fazer ao final do dia essa reunião. Sou Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. Ficou marcada, inicialmente, uma reunião terça-feira, às 18h30min.

Quero aprovar a ata da última reunião. Os requerimentos foram todos aprovados. Fica aprovada a ata da reunião anterior, bem como todos os requerimentos que entraram por escrito e oralmente.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 23h14min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG

Ata da 3ª Reunião Realizada 23 de fevereiro de 2005

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta minutos, na

sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores, , Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado, reúne-se a COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG. A Presidente declara aberta a presente reunião destinada a apreciação e votação de requerimentos, informando ainda sobre a notícia do provável encerramento do Inquérito que investiga o assassinato da Missionária Dorothy Stang. A seguir, apresenta a proposta do roteiro de viagem ao Estado do Pará e a sugestão de pessoas a serem ouvidas em Altamira/PA e Anapu/PA. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, esclarece sobre a federalização ou não de processos de crimes contra os Direitos Humanos. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, aborda sobre: a visita a ser realizada na Região; a reunião ocorrida hoje na CPMI da Terra; a matéria sobre a exploração de Mogno e sobre a oitiva dos acusados. Com a palavra o Senhor Relator, informa que deverá ser formalizado ofício ao Juiz que preside o inquérito, solicitando autorização para que a Comissão possa tomar o depoimento dos acusados. Finalizando, a presidência informa que a comissão se deslocará ao Estado do Pará, na próxima segunda-feira, dia 28, onde realizará audiência pública com o objetivo de tomar o depoimento dos Srs. Amair Feijoli “Tato”, Rayfran das Neves, Clodoaldo Carlos Batista, em Altamira e Vereador Jurandir Plínio de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Anapu; Luiz dos Reis Carvalho, Prefeito de Anapu; Edílson Cardoso Lima, Prefeito de Porto Moz; Leivino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação dos Madeireiros de Anapu; Laudi José Witeck, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio; Padre José Amaro de Souza, Presidente da Comissão Pastoral da Terra e Francisco de Assis dos Santos Souza, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, solicitando a Secretaria que tome as providências necessárias para expedição dos ofícios às autoridades competentes bem como os respectivos ofícios de convocação aos depoentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publica-

ção, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião especial, criada pelo Ato nº 8, de 2005 do Senado Federal, composta por oito Senadores, com o objetivo de acompanhar como observadora as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal, pela Polícia Civil e Militar do Estado do Pará e apresentar, no prazo de trinta dias, o relatório circunstanciado sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang.

Convocamos esta reunião para apresentar e votar requerimentos e ofício que ontem não foram aprovados. Foram propostos aqui dois ofícios. Vou explicar aqui aos Senadores, aprovamos um nessa mesma direção, mas o nosso Senador Relator, Promotor de Justiça, alegou o seguinte.

A preocupação nossa, que é uma preocupação justa, quero dizer, com as informações que o caso estaria encerrado, de que o inquérito já havia sido encerrado, foi grande essa preocupação, inclusive com algumas informações na imprensa, pelo fato de entendermos que chegamos exatamente no momento mais difícil dessa investigação. Por quê? Porque é óbvio que é mais fácil quando se tem vontade política, quando se tem vontade de se fazer, achar quem atirou, quem apertou o gatilho. O difícil é chegar, prender, punir, aquele que foi o mandante, ou os mandantes, no caso.

Bem, primeiro que ainda não foi preso o mandante, segundo que a própria polícia, as duas polícias já chegaram à conclusão de ser o fazendeiro Vitalmino Moura, conhecido como Bida.

Depois das informações e depoimento do último pistoleiro preso, que acompanhava o pistoleiro que confessou ter assassinado a Irmã Dorothy, de que teria um grupo de pessoas, e não apenas uma pessoa, que faria, inclusive, uma caixinha com interesse de pagar a morte da Irmã Dorothy – por isso que eu digo que chegamos naquele momento mais importante.

O Senador Demóstenes pondera o seguinte: Nós vamos ao Estado, já decidimos isso, estamos apenas vendo a questão operacional, já temos o apoio da Aeronáutica e do Exército, para chegar a Anapu. Então estaremos em Anapu segunda-feira, ouvindo todas aquelas pessoas que nós aqui relacionamos.

Acho que o Senador Demóstenes, concordei, por isso achei melhor não colocar em votação o requerimento, porque seria pedir a polícia que ela fizesse o seu trabalho. Apesar de parecer o óbvio, infelizmente os números da impunidade, não só no Brasil, mas também, especialmente, no Estado do Pará, mostram que nem sempre o óbvio é tão óbvio. Porque tem o histórico aqui que os próprios advogados de defesa sempre alegam dos inquéritos que não continuam, que são malfeitos

e acabam, por isso acontecendo a impunidade. Como estamos acompanhando essa situação, estamos indo ao Estado, vamos suspender esse requerimento.

Então, nobre Senador, aproveito o momento desta reunião, também, para colocar o seguinte. Ontem foi até solicitado que nós tomássemos uma posição e nos posicionasse sobre a situação de federalização ou não federalização do crime, que isso poderia ser importante. Pergunto se poderíamos, inclusive, tomar essa decisão agora ou os Srs. Senadores têm outra posição, achando que melhor tomar em outro momento, discutir melhor essa questão da federalização ou não do crime, conforme prevê o novo Estatuto do Judiciário, que nós mesmos aprovamos no Senado, que foi sancionado no final do ano passado.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que ainda seria um pouco precipitado, agora nesse momento, impugnar ao Srs. Procurador-Geral da República, que é autoridade competente para promover esse processo de deslocamento de competência, chamado federalização dos crimes contras os direitos humanos, uma vez que:

1 – Parece-me que há uma força-tarefa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal agindo. De certa forma, o crime está federalizado e sua apuração já avançou muito, principalmente no aspecto da elucidação de quem foi ou quais foram os pistoleiros. Um dos mandantes já foi identificado. Possivelmente, havia um consórcio. Estamos atentos para o prosseguimento dessa investigação. Creio que agora tudo se encaminha para a elucidação desse inquérito de uma vez e para que se saiba quem são os outros mandantes, se existirem – acreditamos que existem. Tudo indica que houve um consórcio. Um dos executores teria dito que houve um consórcio com cotização para pagamento. Creio que nós chegaremos a todas essas pessoas.

Se elucidarmos esse delito, soubermos quem são os executores, os mandantes e todos aqueles que o cometeram, então ficará afastada a possibilidade de federalização quanto à investigação, embora, na prática, ela quase tenha ocorrido. Fica a questão para o que o Procurador-Geral da República entender conveniente. Se entender que a Justiça naquele lugar não pode ser tão isenta a ponto de promover o julgamento adequado, embora seja a população quem vai julgar o crime, porque se trata de crime doloso contra a vida, de homicídio – a competência para o julgamento é do tribunal do júri –, que transfira o julgamento, o que ocorre por pedido do Procurador-Geral da República,

para o Superior Tribunal de Justiça. Seria, inclusive, o primeiro caso na ordem vigente.

Então, penso que seria melhor esperarmos a conclusão desse inquérito, para ver o que efetivamente ocorrerá. Se tivermos alguma dúvida sobre a parcialidade ou não da Justiça do Pará para o julgamento desse processo, é claro que pressionaremos o Procurador-Geral da República, que é um homem sensível, para que assine o requerimento para a federalização desse julgamento. Acredito que podemos aguardar um pouco mais para ver o que está acontecendo.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem experiência como Procurador e Promotor?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca fui Procurador. Todo o mundo no meu Estado me chama de Promotor.

Procurador é quem atua perante o Tribunal de Justiça. É o meu caso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª é Promotor e Procurador?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Prefiro ser chamado de Promotor, porque há uma identificação imediata. Promotor...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de dizer que a experiência de V. Exª como Procurador e Promotor tem nos ajudado bastante. Penso que suas ponderações são judiciosas, especialmente agora, quando a Senadora Ana Júlia Carepa propôs que formássemos esta Comissão e o Senador Renan Calheiros a instalou. Penso que a Comissão está ganhando em importância pelo fato de estarmos, como Comissão do Senado, acompanhando **pari passu** a apuração do crime pelas Polícias Civil e Federal fará, já está fazendo, com que tenham maior cuidado.

Inclusive, ontem observamos que, no diálogo com o Secretário da Defesa Civil do Governo do Estado do Pará, ele pôde ver a preocupação de toda a nossa Comissão com o andamento da investigação. A nossa visita a Altamira e a Anapu contribuirá mais ainda para com os cuidados que eles precisam naturalmente tomar para fazer bem-feita a apuração.

Hoje, na CPMI da Terra, foram solicitados diversos requerimentos, inclusive de transferência do sigilo telefônico, bancário e fiscal de algumas pessoas, dentre elas o Sr. Vitalmiro Matos de Moura, o Bida, que está sendo denunciado como mandante, mas é possível que haja outros. Hoje o jornal **O Estado de S. Paulo** menciona um documento também do Ministério Público Federal que fala de 6 empresários que estariam relacionados à exploração ilegal de mogno,

tráfico de drogas e participação em grilagem de terras e em crime organizado.

É possível que isso esteja ou não relacionado ao tema, mas acho que é algo sobre o qual nossa Comissão vai precisar estar atenta.

Gostaria de formular uma consulta a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

Quanto à organização da nossa visita segunda-feira próxima, nós sabemos que em Altamira estão 3 dos acusados e que já confessaram sua participação. É possível que até segunda-feira, pela maneira como agora a Polícia Federal e Civil estão agindo, em cooperação com o Exército que até segunda-feira, esteja também detido, o Sr. Vitalmiro Matos de Moura. O próprio Secretário da Defesa Civil informou ontem que seu advogado está em diálogo com as autoridades renunciando que ele poderá até se entregar.

O que pergunto aqui para todos é se será o caso de nossa Comissão que vai parar em Altamira, também ouvir os denunciados? Seria conveniente, seria adequado para o nosso propósito? Coloco a questão para pensarmos alto, inclusive, levando em conta a sua experiência, porque não é o meu propósito querer atrapalhar a investigação. Em que medida isso poderia ajudar a elucidar, em que medida contribuiria para o nosso propósito, mas em que medida também de modo a não atrapalhar o bom trabalho de investigação que as autoridades responsáveis precisam fazer? É a indagação que formulo, Se considerarmos importante isso, tem que estar no planejamento da nossa visita segunda-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acho que poderemos nos avistar informalmente com os detidos até porque, possivelmente, não sei a situação que está o inquérito, porque a polícia pode decretar o sigilo embora o juiz não o tenha feito. Ao contrário, teve uma decretação de sigilo, pelo que li nos jornais, caiu, etc.

Não temos os poderes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e além do que o acusado não é obrigado a produzir provas contra si. Eles podem se recusar a falar, podem se recusar a estar conosco, isso pode acontecer. Acho que devemos, sim, tentar, informalmente, esse contato. Se conseguirmos extrair alguma coisa que possa contribuir para que a investigação – acho que seria fundamental, acho que poderíamos pensar num planejamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sua recomendação é boa e sugeriria que no planejamento de nossa viagem isso poderia já estar incluído, uma visita ao local onde estão detidos – em Altamira – ou na ida ou na volta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Teremos que solicitar isso à autoridade judiciária.

ria, ao juiz competente, para que ele autorize ou não a entrada, dependendo da situação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Isso precisaria ser previamente preparado a partir de hoje pela nossa Presidência.

O Senador Demóstenes Torres fez uma recomendação, que isso seja oficiado portanto, por V. Exª ao juiz, para que seja a Comissão autorizada a fazer essa visita e ouvir os acusados que estão detidos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Já solicito à Secretaria, aos assessores que façam o ofício. O Juiz responsável, no caso, é o Juiz da Comarca de Pacajá, um Município vizinho, não existe Comarca em Anapú, é o Juiz de Pacajá. Só para orientar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Especialmente a pergunta, tão importante dentre outras que poderemos fazer, é que em que medida os três e até o quarto, se estiver então detido, eles têm ou não informações sobre a participação de outros além dos quatro no assassinato.

Penso que importante tentarmos ouvi-los a respeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Claro, mesmo porque pode parecer que, olha, tem muita autoridade que foi ouvida. Mas pode ser, acontece que ao ver um Parlamentar, um Parlamentar que é respeitável, a pessoa ...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sim, resolva falar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) ... a pessoa diga: eu queria falar mais alguma coisa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser que aconteça.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pode ser que prestemos uma cooperação ao inquérito, ao propósito do inquérito policial, colaborando, portanto, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com certeza, se o juiz permitir, podemos fazer essa visita com tranquilidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito bem, só para planejar na viagem isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está bom. A Senadora Fátima Cleide tinha um requerimento.

Então, só quero colocar para os Senadores que, com esta decisão, isso vai requerer de nós, para que possamos fazer a audiência, ouvir umas oito pessoas, sabemos que temos que sair de Anapu para Altamira ainda durante a luz do sol...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) Altamira tem vô noturno? É possível decolar para Brasília?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Altamira tem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Mas convém sairmos de Anapu durante o dia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Tem que sair durante o dia.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Até vinte, vinte e cinco minutos antes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se usarmos a mesma sistemática...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Olha, não posso dizer em relação a helicóptero, porque o helicóptero é mais lento que o avião. O avião durou vinte e cinco minutos. Como o helicóptero é mais lento, acredito que é um pouco mais, mas não posso precisar, porque não é a minha área.

Estou colocando isso, porque iremos precisar, para sairmos na segunda, sair na madrugada de segunda, porque até aquela semana que fomos ao enterro da Irmã Dorothy nos “beneficiamos” do horário de verão, que, na região, não existe. Então, saíamos daqui e chegávamos lá uma hora antes. Entendeu? Porque lá não tinha horário de verão. Agora não.

Então, se fosse um avião como o Brasília, que foi o que fomos aquela vez, de Brasília a Altamira, no avião tipo Brasília, levamos três horas e meia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Três horas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, foram três horas e meia, Senador Supply.

Isso é para termos clareza de que vamos ter que acordar de madrugada.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Esta parte fica a critério da Presidenta para cuidar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Justamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Mas não para acordar todo mundo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não, tudo bem. Só me avise o horário.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Voltaremos de Altamira para Brasília.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, avise-nos o horário, que estaremos lá na Base Aérea.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está certo. Então, teclem todos os celulares. Vamos de Brasília para Altamira e de Altamira para Brasília, Senador. Nós, do Estado, vamos ter que vir para cá. É isso mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Não, quem quiser ir de casa para Altamira pode. V. Exª mora onde? Perdão, no Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senadora Fátima Cleide, V. Exª queria apresentar um requerimento?

Deixa para a próxima. Ok! Obrigada.

É o seguinte, Senador, não chegamos ontem naquela listagem a listar os delegados, chegamos? Queria só confirmar isso. Os dois delegados?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, mesmo porque, sem ouvi-los, podemos ter uma

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Conversa informal com eles. Está bom.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Exª pode agendar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Vamos fazer. Então, agendar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Além do que a Comissão vai estar lá amanhã. Ela já pode nos dar muitas dicas quando chegarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Isso, os assessores.

Então, nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a outra semana. Não marcamos o dia, porque terça-feira não seria possível. Então, iremos nos reunir, quero avisá-los, na quarta-feira, provavelmente, às 18h30. Não dá para contar com o horário exato por causa da Ordem do Dia.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 4ª Reunião Realizada em 28 de fevereiro 2005

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às treze horas, no plenário da Câmara Municipal de Anapu, no Estado do Pará, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores, , Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, reúne-se a COMISSÃO

EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG. A Presidente declara aberta a presente reunião agradecendo o Presidente da Câmara Municipal pela cessão do espaço, relatando sobre os objetivos da Comissão. A seguir, convida o Senhor Luiz dos Reis Carvalho, Prefeito de Anapu, para seu depoimento. Com a palavra o Senhor Prefeito tece considerações sobre as dificuldades que vem passando do Município; os fazendeiros da Região; as pessoas que a Missionária Dorothy havia contrariado e sobre os conflitos de terras existentes entre os grileiros e fazendeiros. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e convida o Sr. Leivino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação dos Madeireiros de Anapu. Com a palavra o Sr. Levino aborda sobre o trabalho dos madeireiros na abertura de rodovias vicinais, o desmatamento na Região e sobre a polêmica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Ana Julia Carepa, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e convida o Sr. Laudi José Witeck, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio. Com a palavra o Sr. Laudi, tece considerações sobre as áreas chamadas “Terra do Meio”, Região localizada entre os Rios Xingu e Iriri. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Ana Julia Carepa, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e convida o Padre José Amaro de Souza, Presidente da Comissão Pastoral da Terra. Com a Palavra o Padre Amaro fala sobre as causas e conseqüências do assassinato da Missionária Dorothy e sua ligação com os colonos da Região. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e convida o Vereador Jurandir Plínio de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Anapu. Com a palavra o Vereador Jurandir, faz breve relato sobre a morte da Missionária. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e convida o Sr. Josildo Carlos de Freitas, Presidente da

Associação dos Agricultores do Rio Água Preta. Com a palavra o Sr. Josildo faz um breve relato sobre as dificuldades dos agricultores de Água Preta e sobre o assassinato da Missionária Dorothy. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senadores Demóstenes Torres, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy. A presidência agradece o depoente e finalizando, convida o Sr. David Stang, irmão da Missionária Dorothy Stang para uma conversa informal. A presidência suspende a Reunião por quinze minutos, para dar início a reunião reservada. Reaberto os trabalhos, a presidência ouve, em sessão reservada, o Sr. Francisco de Assis dos Santos Souza, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anapu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente Ata.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTERNA
“IRMÃ DOROTHY” OCORRIDA NA CÂMARA
DE VEREADORES DE ANAPU, EM 28-2-2005.**

O SR. JURANDIR PLÍNIO DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ANAPU) – Bom dia a todos. Exm^a Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, Exm^o Sr. Senador Demóstenes Torres, Exm^o Sr. Senador Eduardo Suplicy, Exm^o Sr. Senador Flexa Ribeiro, demais autoridades e cidadãos presentes, bom dia.

Temos uma imensa satisfação em receber esta Comissão de Senadores. Ao cumprimentá-los, desejamos êxito nos trabalhos desta Comissão externa, criada mediante o Requerimento nº 08, de 2005, do Senado Federal.

Colocamo-nos à disposição de V. Ex^{as} no sentido de apoiar o andamento dos trabalhos desta Comissão externa, que apura as causas do assassinato da Missionária norte-americana Dorothy Stang.

Passo a palavra à Exm^a Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa para dirigir os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – Bom dia. Em primeiro lugar, desejo um bom-dia ao povo de Anapu. Cumprimento o Prefeito do Município, Sr. Luiz dos Reis Carvalho; o Presidente da Câmara dos Vereadores, Vereador Jurandir Pires e os demais Vereadores presentes. Agradeço-lhes a possibilidade de usarmos a estrutura desta Casa pública para o funcionamento desta Comissão do Senado Federal, formada por oito Srs. Senadores, cuja criação foi determinada pelo Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros, para a qual

elegemos os seus integrantes. Eu sou a Presidente; o Senador Flexa Ribeiro, o Vice-Presidente; e o Senador Demóstenes Torres foi indicado como Relator desta Comissão, que também tem como membros o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Sibá Machado, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Luiz Otávio e a Senadora Serys Slhessarenko.

Esta Comissão tem o objetivo de, em 30 dias, fazer um relatório circunstanciado das investigações, das apurações e das circunstâncias do assassinato da Irmã Dorothy Stang e, é lógico, de todos aqueles que tenham relação com este assassinato.

Realizamos audiência pública, num primeiro momento, em Brasília; ouvimos agora os presos em Altamira – as 3 pessoas presas, ou seja, os dois pistoleiros que confessaram e o Sr. Amair Feijoli, conhecido como Tato, acusado por todos como o intermediário.

O nosso objetivo aqui é ouvir aquelas pessoas conforme o nosso pedido. A idéia é que possamos ouvir todos. Aqueles que quiserem falar publicamente podem falar, mas aqueles que também quiserem ser ouvidos numa sessão reservada terão direito de falar de forma reservada a esta Comissão do Senado da República.

Vivemos num País democrático, em que se precisa ter respeito ao Estado Democrático de Direito. Portanto, não é mais possível que toleremos que as pessoas possam ser mortas, sejam elas trabalhadores rurais, sindicalistas, assentados, lideranças ou fazendeiros, e os criminosos continuem na impunidade, como é o nosso histórico, porque a impunidade é a maior cúmplice da violência.

Então, a nossa idéia é ouvir essas pessoas convidadas, que terão 10 minutos para falar. E já orientamos em que condições essas pessoas devem falar; se conhecem ou não a Irmã Dorothy; se conhecem ou não o fazendeiro de nome Vitalmiro Moura, conhecido como Bida; e se conhecem a realidade, ou seja, quais informações possam nos dar para subsidiar esta Comissão do Senado Federal.

Eu e o Senador Eduardo Suplicy fazemos parte, inclusive, de uma outra comissão, a CPMI da Terra, que vai investigar de forma mais aprofundada essas questões. Trata-se de uma CPMI que atua em nível nacional.

Por proposta do Senador Eduardo Suplicy, foi criada uma Subcomissão da CPMI da Terra, que atuará sobre a situação de Anapu. Nós representamos, inclusive, esta Subcomissão da CPMI.

Então, na prática, Senador Demóstenes, aqui há duas comissões: a nossa e a CPMI da Terra, aqui representada por mim e pelo Senador Eduardo Suplicy,

que fazemos parte da CPMI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

As pessoas já ouviram falar em CPI. O “M” significa que se trata de uma comissão mista, ou seja, é composta de deputados federais e de senadores.

Podemos, então, iniciar os trabalhos.

Vamos ouvir, em primeiro lugar, o Prefeito de Anapu, Sr. Luiz dos Reis Carvalho, que terá 10 minutos. Proponho que o senhor nos informe se conhecia a Irmã Dorothy, se conhecia o trabalho dela e se conhecia o Sr. Vitalmiro Moura; qual a posição dele em relação a sua eleição para prefeito, se ele o ajudou ou não na campanha, enfim, que o senhor possa nos dar os esclarecimentos necessários.

Como Presidente, no momento de apresentar, posso propor que o convidado, em sua fala, já nos informe sobre essas questões. Depois, o Relator tem o direito de ser o primeiro a fazer as perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Apenas para fazer uma sugestão. Como está presente o Sr. David Stang, irmão da SRA. Dorothy Stang, que ele possa também, após os diversos depoimentos, dizer uma palavra a respeito de sua irmã Dorothy, contribuindo, inclusive, para o nosso conhecimento a respeito da Irmã Dorothy Stang.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL– GO) – Pela ordem, Srª Presidente. Ontem, o jornal O Estado de S. Paulo trouxe o depoimento de pessoas ligadas à Associação de Trabalhadores de Água Preta.

Dessa forma, uma vez que o Presidente dessa Associação se encontra presente, o Sr. Josildo, eu gostaria também de submeter à Comissão e a V. Exª a possibilidade de ele ser ouvido também.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – Certo. Ele também pode ser ouvido.

Concedo a palavra ao Prefeito de Anapu, Sr. Luiz dos Reis Carvalho.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Srs. Senadores; Sr. Eduardo Suplicy; Sr. Flexa Ribeiro, Senador do Estado do Pará; Srª Ana Júlia Carepa, também Senadora do Estado do Pará; Sr. Demostenes Torres, Senador do Estado de Goiás; Imprensa e demais pessoas presentes; Sr. David Stang, irmão da Irmã Dorothy, este é um momento em que realmente estamos sentindo um clima, uma tensão, mas também estamos muito felizes em receber uma Comissão do Senado Federal em Anapu. Isso, para nós, para o nosso Município, é um privilégio, é um momento de felicidade.

Quero, conforme solicitação da Senadora, informar que conheci a Irmã Dorothy. Fomos vizinhos, por alguns anos, no Centro Nazaré, onde tive uma proprie-

dade de 100 hectares, comprada, inclusive, de terceiros. De lá pra cá, eu a conheci. Ela sempre cuidando da parte social. Ela cuidava da pobreza, das pessoas pobres. E eu entrei em outra atividade, que é a política: fui vereador por duas vezes; hoje sou prefeito pela segunda vez, pois fui reeleito.

Então, não tenho uma história muito concreta porque nunca participei de reunião do Incra, nunca participei de reunião junto aos demais coordenadores do projeto.

Agora, lamentamos muito o que ocorreu. Creio que precisa... Já ouvi dizer que pegaram os criminosos. E quero pedir, perante os Senadores, a Polícia Federal, o Exército e a Imprensa, que esses culpados sejam punidos.

Com relação ao fazendeiro Bida, eu o conheço. Se eu o vir em qualquer lugar, em Anapu ou onde quer que seja, eu o conheço porque já o vi algumas vezes.

Agora, não temos nenhum relacionamento e, em momento algum, ele teve participação na minha campanha. Do contrário, até onde eu sei, a nossa campanha foi feita com o povo, com as pessoas mais humildes do Município. Essas pessoas que se dizem fazendeiros, e outros, patrocinaram a campanha do Partido dos Trabalhadores aqui em Anapu.

Com relação aos pistoleiros, confesso que: Raimundo, não o conheço; Tato, não o conheço; Clodoaldo, também não o conheço.

Em Anapu, hoje, somos político, somos prefeito, mas Anapu hoje saiu daquela meta que Anapu comporta de pessoal anapuense. Quem veio foi bem-vindo, mas ultrapassou... Hoje, na cidade, você vê, de cada 10 pessoas, a gente conhece três anapuenses, e sete você não sabe de onde vieram. Infelizmente, no meio dessas pessoas que vieram nesses últimos 3 anos, pessoas que vieram para progredir, para trabalhar, para viver, para dar sobrevivência a suas famílias, mas, infelizmente, vieram também esses marginais, esses maus elementos, esses bandidos, e se chegou ao ponto até de assassinar a freira americana Irmã Dorothy.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO) – O senhor me diga uma coisa: a Irmã Dorothy tinha muitos desafetos aqui? Tinha muitos inimigos na cidade? Vou perguntar, e o senhor me responde.

(Interrupção da gravação.)

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senador, a Irmã Dorothy, ao longo dos anos que disse que a conhecia...

(Interrupção da gravação.)

Com relação ao que disse – repito –, eu a conheço ao longo de 20 anos, mais ou menos, da década de 72, por aí, época em que fomos vizinhos no Centro de Nazaré, onde eu tinha uma propriedade. Quando ela chegou, a gente já passou a conhecê-la. Inclusive, minhas filhas mais novas estudaram na 1^a e na 2^a Série lá onde ela construiu a escola. Elas eram muitas amigas, e a gente acabou sendo amigos.

A partir daí, quando a gente entrou na política, ficamos um pouco separados, eu seguindo a minha atividade; ela, a dela.

Realmente, a Irmã Dorothy aqui ajudou muita gente. Ela sempre trabalhou em prol do desenvolvimento das pessoas carentes, das pessoas pobres, sempre trabalhou em prol de ajudá-los, inclusive buscando aquelas alternativas de dar um pedaço de terra para quem não a tem.

Porém, em virtude disso, procuravam também entrar em áreas em que já se dizia haver posseiros, ou seja, um dono. E por ali geraram-se os atritos, os conflitos. E ela, ultimamente, ajudou muita gente, mas também contrariou alguém.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– O senhor tem condições de nos fornecer o nome dessas pessoas que a Irmã contrariou?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Olha, por terceiros, como a gente sabe através de terceiros, mas, enfim, os fazendeiros – não vou dizer os fazendeiros – que têm título definitivo da terra, vez que também alguns foram prejudicados, pois entraram em algumas áreas... Mas os últimos que não têm documentos e, se os têm, creio que não é documento legal, definitivo. A região é muito grande, há muita gente, mas, por exemplo, a Fazenda Unhão. Mas isso foi um caso que houve há 14 anos, mais ou menos. É onde houve o primeiro conflito de terra aqui em Anapu, que ainda era Senador José Porfírio. Por exemplo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – Você está se referindo ao conflito de 1984, quando ninguém morreu, mas ficaram umas 10 pessoas feridas?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – É aquele conflito a que o Senador Sibá Machado, hoje Senador, na época trabalhador, estava presente.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – É. E há outros. Para citar nomes, por exemplo... Zé Maurílio, por exemplo, tinha 3 glebinhas de 500 hectares. Também acho que foi nesse mesmo período de 14 anos atrás. Também elas foram empossadas por posseiros. E ele perdeu a posse da terra antes, parece-me. O Zé

Maurílio... Parece-me que ele tinha documentos, mas tinha dívidas no banco. E depois ele foi até embora. Faz muito tempo que ele foi embora, e essa área está lá com posseiros. Mas já há 12 ou 14 anos. Eles dizem agora ser donos (*inaudível*) etc e tal, já colhendo alguns frutos definitivos.

Mas citar outros nomes: Inhaquim, por exemplo, da Fazenda Cosbel, que foi também invadida nesses últimos 2 anos, encheu de posseiros... quer dizer, seriam os nomes que a gente, no momento...

E, recentemente, essas terras aqui, bem próximas a Anapu também, como, por exemplo, Santana, onde está a área que se diz ser do Bida, e se diz ser também Paradão, se não me engano. É que a gente não conhece bem a realidade do campo. É o que eu disse, não estive em uma reunião com os coordenadores do projeto nem com o Incra, quer dizer, infelizmente, a sabe por terceiros. Mas é por aí, mais ou menos, esses nomes dessas fazendas que a gente pode dizer, no momento, que estão passando pelo conhecimento da gente.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– O senhor sabe por que a Câmara de Vereadores aqui da cidade declarou a Irmã Dorothy **persona non grata** do Município?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senador, também não tenho idéia. Também sei por terceiros... Foi num período em que a gente não era prefeito, foi na outra gestão, outros vereadores, outro prefeito. E aí não tenho condições de afirmar por que houve esse título.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– É verdade que o senhor estava programando um protesto para fechar a Transamazônica e esse protesto incluía um repúdio à Irmã Dorothy? É verdade?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não é verdade, Senador. Parece-me que foi logo... Era pra ser dia 17, se não me engano. Não estava sabendo, não fui comunicado... Quem estava organizando não comunicou em momento nenhum. Seria esse protesto, a partir do que fiquei sabendo, da sociedade em geral. Aí não tinha separação, não tinha ala separada. A partir de fazendeiros a colonos, aos assentados dos PDSs... Conforme me passaram, conforme me informaram, era toda a sociedade de Anapu, a maioria absoluta estava se programando não pra fechar a Transamazônica, mas, sim, para fazer um protesto relacionado exatamente à questão do campo, aos conflitos, querendo a paz, querendo a demarcação das terras, querendo ser os verdadeiros donos das terras. E por isso aí... Antes de acontecer isso aí, houve o assassinato. E por isso parece-me que foi adiado. Inclusive, antes, dia 18 de janeiro, parece-me, tínhamos ofícios protocolados para

audiência com o Delegado Dr. Luiz Fernandes. E nós programamos uma audiência pública aqui em Anapu. Inclusive convidamos todas as autoridades regionais, os juizes da Comarca de Pacajá, convidamos o Incra, o Ibama, a Delegacia Regional. Mas houve um imprevisto, não sei se foi por parte do próprio Delegado-Geral. E fomos despachados para, posteriormente, realizarmos essa audiência pública que não foi possível acontecer no dia 18 de janeiro. Mas nós, preocupados já com nosso Município, queríamos mostrar para as autoridades que precisávamos realmente de ele ser olhado com bons olhos, ser mais cuidado, inclusive até com trabalho, se fosse possível, de prevenção.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– Corre a notícia na região – e a Imprensa também já noticiou – de que o Bida teria mandado matar, mas que alguns outros fazendeiros e alguns outros grileiros de terra teriam ajudado a arrecadar o dinheiro para pagar, para cotizar. Mais fazendeiros... Seria um total de cinco ou mais fazendeiros. Essa notícia corre aqui de que o Bida não teria mandado matar sozinho? Que outras pessoas poderiam ter colaborado?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, a conversa, aqui por terceiros... Existe esse comentário de que pode ter surgido um consórcio.

Agora, se avaliarmos as questões anteriores, pode até imaginar... Mas se avaliarmos também as questões isoladas, isso aí também não aconteceu.

O que espero é que os Senadores, junto com a Polícia Federal, a Civil, a Militar e o Exército procurem realmente investigá-los. E quem tiver culpa que seja punido, mas que se investigue mesmo para não pagar o justo pelo pecador.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– Hoje nós ouvimos os dois executores da Irmã Dorothy. Ouvimos o Raífram e o Clodoaldo, que é conhecido como Eduardo. Os dois contaram a seguinte história, que vou reproduzir para o senhor. Que eles mataram a Irmã e foram para a fazenda do Bida. Lá, eles se encontraram, à tarde, com o Tato. No outro dia, eles foram procurados... Eles estavam no meio do mato e foram chamados. E o Bida pediu pra eles o seguinte... E contou a seguinte história: “Olha, amanhã a Polícia vai estar aqui. Advogado de R\$10 mil não vai resolver a sua questão. Precisamos de um advogado bom, que vai custar entre R\$50 e R\$100 mil. Esse advogado... Vou fazer uma coleta pra arrecadar o dinheiro pra pagar...” E, na ocasião, ele teria mencionado o nome do senhor. Os pistoleiros afirmam que o Bida mencionou o nome do senhor, não como a pessoa que fosse contribuir, mas, naquela hora, mostrando que tinha intimidade com o senhor e que, naquela situação, o senhor podia, de alguma forma, ter participado...

O senhor pode comentar o depoimento desses pistoleiros?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senador, eu acho que, se o Bida fez esse comentário, ele foi muito infeliz porque, já hoje, alguma Imprensa, algum repórter tocou nesse assunto. E eu, sinceramente, fiquei indignado, muito indignado porque – repito – não conheço os assassinos. Conheço o Bida, como eu falei. Se eu vir o Bida, se eu sair daqui e vir o Bida ali no centro da cidade, eu o conheço. Aponto: é ele. Mas nós não temos o mínimo relacionamento. O mínimo! Por isso eu digo: se ele pensou nisso, ele foi infeliz. Ou esses assassinos estão já delirando porque não tenho, absolutamente, contato nenhum com esses elementos. Quero, mais uma vez... Vamos trabalhar, vamos lutar. No dia que aconteceu o assassinato da Irmã Dorothy, a partir desse dia... Eu estava, inclusive, no interior visitando base, etc e tal. Assim que eu cheguei, que o meu assessor foi lá e me avisou, eu já vim correndo pra cidade. A partir daquele dia, eu declarei apoio a todas as autoridades que estão aqui. E, por sinal, estamos na luta ainda. Alugamos, inclusive, viaturas L200 – porque não é qualquer carro que entra na nossa região aqui – e as entreguei à disposição... Alugamos alojamento para o pessoal dormir, pelo menos mais acomodados... combustível, alimentação para uma parte das pessoas. Estamos aqui dispostos a ajudar mesmo com toda a coragem, com toda força de vontade. Que peguem os culpados e que eles realmente sejam punidos porque a nossa Anapu, o nosso Município, o nosso povo precisa de paz. E eles merecem... Precisamos ter uma vida digna.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– Há quanto tempo o Bida chegou aqui na cidade?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Eu passei a conhecer o Bida através de passar na frente da cidade, de ter alguns bares, até a gente entrar... E passei a ver ele, o cidadão Bida. Até que um dia chegou ao ponto de eu saber que ele é que era o Bida. E isso, se não me engano, de dezembro pra cá.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO)

– O senhor sabe de onde ele veio?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO) – O Bida, aqui na região, é conhecido como um homem violento?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não posso informar, não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Demostenes Torres – PFL-GO) – Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – Sr. Prefeito, eu gostaria de saber se, em algum momento na sua campanha... O senhor já falou

que conhecia a Irmã Dorothy, já deu o histórico, inclusive, das suas filhas, mas que, em algum momento, quando o senhor entrou na política, seguiram caminhos diferentes. Em algum momento, na sua campanha, o senhor, em algum comício, em alguma reunião, teria declarado que seria bom que a Irmã Dorothy não mais ficasse aqui no Município de Anapu?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Em absoluto. Em nenhum momento isso aconteceu. O que sei, por terceiros, não é concreto, é que o próprio Partido dos Trabalhadores fizeram questão que, no período de campanha, ela não ficasse aqui pra não atrapalhar a política deles, porque eles queriam ganhar, e ela atrapalhava.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT-PA) – O senhor tem conhecimento também, Sr. Prefeito, de que o Incra havia vindo aqui a Anapu e havia, inclusive, demarcado terras? Em alguns lotes já existem, como estão até hoje, pessoas morando e trabalhando na área?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadora, ultimamente, o que se implantaram aqui, no ano de 1999, foram quatro projetos de assentamentos: Grotão da Onça e Pilão Poente 1, 2 e 3. E o Incra esteve aqui demarcando esses PAs, mas na parte da frente, por exemplo, o pique e colocando as pedras, mas não deu continuidade às demarcações, para cada qual ter o seu lote. Sei que o INCRA fez esse trabalho nessa época.

Depois, com relação às áreas que foram reservadas para assentamentos em outras glebas, após Grotão da Onça e Pilão Poente 1, 2 e 3, o INCRA esteve por aqui também, há dois ou três anos. Entravam para lá, com uma estrada não muito boa, não muito favorável, e fizeram um trabalho também de demarcação, mas beira-rio, e não concluíram essa demarcação. Mas a presença do INCRA aqui está sendo muito desejada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então o senhor desconhece que o Superintendente em exercício do INCRA esteve aqui no assentamento, em janeiro este ano, e que fez, inclusive, uma assembléia com trabalhadores? Queria também que o senhor dissesse se desconhece que, logo depois dessa reunião que foi feita com os trabalhadores, o barraco onde foi realizada essa reunião foi queimado.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – A queima do barraco, eu desconheço, mas sei da presença do Presidente do INCRA aqui em Anapu, só que não ficamos sabendo – soube por terceiros. Posteriormente, estive em uma reunião, lá em Altamira, com os prefeitos da MUT, quando, no meu discurso, parabeneizei a visita dele a Anapu, mas não tivemos a oportunidade, o prazer, o privilégio de conversar com ele em Anapu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então o senhor sabia que o INCRA esteve presente este ano, não apenas alguns anos atrás, como o senhor tinha falado.

O senhor acabou de falar que sabia e até parabenizou por ele ter estado aqui.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – O Presidente do INCRA.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Isso, exato. O senhor tinha dito que não teria vindo, mas agora está reconhecendo e até agradeceu, queria que viesse mais. O Dr. Kiu, Superintendente em exercício, esteve lá na reunião onde depois foi queimado o barraco.

O senhor tinha conhecimento também de que os trabalhadores, os agricultores familiares e assentados procuravam muito a polícia, tanto aqui quanto em Altamira, para fazer ocorrências, reclamações de que pistoleiros entravam na sua área, ameaçavam-nos, queimavam os seus barracos, ameaçavam de morte? O senhor tinha conhecimento dessa situação?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Nós não fazemos parte das reuniões, como já falei. Então, dessas situações, eu não tinha conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Agradeço.

Senador Suplicy.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor era prefeito em 20 de outubro de 2003? O senhor foi reeleito?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o senhor tomou conhecimento de uma...

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Eu fui o primeiro Prefeito de Anapu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E o senhor era prefeito em outubro de 2003?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o senhor tomou conhecimento de uma reunião que gerou uma pauta de reivindicações de que a Irmã Dorothy participou nessa data?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Se é a mesma que eu estou pensando, que foi aqui na cidade, dessa eu fiquei sabendo. Houve um movimento na cidade de Anapu, fazendo umas reivindicações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só vou fazer referência a ela pela sua resposta anterior.

É lamentável que venha aqui o Presidente do INCRA ou o Superintendente, a pessoa que representa a autoridade máxima do INCRA, e não comunique à personalidade máxima do município, que é o prefeito.

O senhor não tomou conhecimento da vinda dele aqui; veio a saber depois.

Nessa data, houve uma reunião aqui, na qual foram feitas várias reivindicações – 14 ou 15 reivindicações; estão aqui todas elas listadas e assinadas por vários sindicatos e associações: Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Pequenos Produtores. Deve haver várias pessoas que participaram dessas reuniões que estão presentes nesta reunião. Dessas reivindicações, as que couberam ao Governo do Estado foram executadas: a delegacia de polícia, as viaturas policiais, a nomeação do delegado de carreira, o efetivo policial, o convênio do SUS com remédio e as vicinais, que foi feito um convênio que caberia ao Município, mais foi feito com o Estado.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta, fora da questão das reivindicações: o senhor fez referência ao INCRA na questão. A vinda do INCRA nesses últimos anos traz uma expectativa de demarcação, de assentamento, de PDS, e isso não ocorre na efetividade. Isso gera uma expectativa que produz um conflito? É a pergunta que eu lhe faço. Traz conflito essa expectativa não traduzida em realidade?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Pelo contrário. A presença do INCRA é fundamental, muito importante. E, se o INCRA realmente vier fazer essas demarcações e entregar as terras aos seus verdadeiros donos, creio que o conflito no campo vai acabar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor não entendeu a minha pergunta. A presença do INCRA é importante e fundamental. Pergunto se, apesar da vinda do INCRA, sem ocorrer a efetiva localização do homem com capacidade de assentamento, de manutenção, de tecnologia e de recursos, gerando a expectativa, se isso não ocorrer, não gera o conflito? O que se viu foi, nos últimos anos, a redução substancial dos recursos federais para o INCRA.

O que se quer dizer é o seguinte: a presença do INCRA é importantíssima. Não só do INCRA, mas de todo o Governo, nas três instâncias, de forma corporativa: Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. Nós temos que combater a causa, que é a presença do Estado em Anapu. Essa é a causa. Quer dizer, devemos ter aqui a presença permanente do Estado para resolver esse conflito agrário, que não é de agora, mas de muito tempo.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Com certeza. Incorporando as três instâncias: Governo Federal, Estadual e Municipal, seria a forma de resolver relativamente os problemas.

A presença do INCRA aqui é muito importante. Não é porque surgem expectativas de demarcações de terras ou de criação de incentivos e financiamentos que

se cria uma ansiedade, uma expectativa muito grande de acontecer, gerando conflitos. Há alguns anos vêm acontecendo assassinatos no campo por questões da terra, mas, se o INCRA viesse dando continuidade efetiva aos assentamentos e legalizando as terras, diminuiria parte dessa situação calamitosa.

Se, hoje, o Estado e o Governo Federal se integram mais aos municípios, além do Governo Municipal, acredito que, com certeza, os municípios do Pará e do Brasil mudarão totalmente. Os governos municipais estão em dificuldade na região transamazônica, em qualquer município. Hoje, fazemos parte de um consórcio, ou seja, de uma associação de 21 municípios. São 21 prefeitos que falam a mesma língua. Todos os municípios estão enfrentando dificuldades, porque quem está encarando essa realidade das vicinais, a própria Transamazônica, que está praticamente intrafegável, enfim, a viabilidade das vicinais, a trafegabilidade para escoar o que as pessoas estão produzindo lá dentro, quem está atendendo à demanda é o município, é o prefeito. E os prefeitos não têm condições.

O Governo Federal e o Governo Estadual, com certeza, vão criar essa força junto com os municípios, para lhes dar uma vida melhor, mais digna. Não sei, Senador, se respondi à pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Ainda há várias pessoas para serem ouvidas. Então, solicito que, tanto nas perguntas quanto nas respostas, sejamos mais objetivos, porque temos um limite de tempo.

Informo aos Senadores que, de alguns trabalhadores rurais que foram os únicos presos nessa situação toda, antes da morte da Irmã Dorothy, dois foram soltos. Esses estão em Altamira. Então é importante que também ouçamos esses dois trabalhadores que foram soltos. Por isso estou pedindo objetividade, para que possamos ouvir a todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A última pergunta, Prefeito: como maior autoridade do Município, qual é a sua estimativa de população hoje, em Anapu?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senador, eu precisaria me alongar um pouco mais. A nossa estimativa, hoje, em relação a Anapu é de que esteja acima de 30 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Suplicy.

Há uma pessoa do INCRA aqui que eu gostaria que ficasse.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Sr. Relator, Sr. Prefeito Luiz dos Reis Carvalho, desde a morte da Irmã Dorothy Stang

houve mais alguns crimes aqui, em Anapu, de trabalhadores rurais.

Pelo que o senhor conhece do Município, o que o senhor sabe a respeito da morte desses trabalhadores rurais? Em que medida, na sua avaliação, isso pode estar relacionado ao assassinato da Irmã Dorothy Stang?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, a Polícia Federal ainda está aqui, assim como o Exército e a Polícia Civil e Militar. Creio que ainda estão fazendo algumas investigações. Quando se pegar alguém que tenha cometido esses outros assassinatos é que vamos realmente conhecer os motivos, mas não sei, não posso responder. Houve mais dois assassinatos depois do assassinato da Irmã Dorothy, mas não tenho conhecimento algum de por que isso aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Irmã Dorothy Stang tinha um ponto de vista muito favorável aos projetos de desenvolvimento sustentável. O senhor tinha também uma posição favorável, era entusiasta dos PDS, ou tem uma avaliação crítica dos PDS e vinha expondo-a?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, eu não teria uma avaliação crítica, mas sempre fazia comentários, independente de ser Prefeito, de que os projetos de assentamento foram decentes. Era só continuar com o mínimo de infra-estrutura. E os projetos PDS, confesso que não tenho conhecimento, nunca participei de nenhuma reunião, não sei da modalidade. Converso com terceiros, pessoas que estão lá dentro, e algumas dessas pessoas, inclusive a maioria, estão descontentes com essa modalidade. Eles também pediam que mudasse a modalidade: em vez de PDS, reforma agrária ou um projeto de assentamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Houve uma reportagem ontem, no Jornal O Estado de S. Paulo, informando sobre o procedimento de distribuição de cestas básicas. Eu gostaria de saber o seguinte: aqui no Município de Anapu, qual era o procedimento de distribuição de cestas básicas? Qual é o órgão responsável? É do Governo do Estado? É do Governo Federal? É o INCRA? E a distribuição de cestas básicas se fazia por critérios definidos em lei? Há uma lei, no Município de Anapu, definindo claramente quem tem o direito? Esse procedimento é levado em consideração pela Prefeitura?

Existe, hoje, uma lei que define o Projeto Bolsa-Família, que substituiu diversos outros projetos de distribuição de cestas básicas. Toda família que não alcançar a renda de R\$100 mensais, *per capita*, tem o direito de receber o Bolsa-Família, que envolve algumas contrapartidas, tais como provar que as crian-

ças estão sendo vacinas, que freqüentam a escola, e assim por diante.

Pergunto: desde que o senhor assumiu, em 1^o de janeiro, o senhor fez convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social para instituir o Projeto Bolsa-Família em Anapu? Ele está em andamento? Qual é o procedimento? Existe um procedimento segundo o qual toda e qualquer família, conforme definido em lei, esteja efetivamente recebendo, ou há outro critério que não o definido na lei, conforme o direito do cidadão brasileiro hoje?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, por eu estar apenas há 60 dias à frente do Município e porque algumas leis não foram encontradas, afirmo que, se existe essa lei para o Município dar ajuda, não tenho conhecimento.

Com relação aos outros programas sociais, como o Bolsa-Escola, estamos fazendo um trabalho de cadastramento, para saber quem estamos contratando, a nossa assistente social. A minha esposa, por exemplo, já esteve na Caixa Econômica, tanto em Altamira quanto em Belém, para saber qual era o número de cadastrados, para resgatar e tomar conhecimento desses programas, a fim de verificar se há possibilidade de se cadastrarem mais famílias. Inclusive, na nossa cidade, a grande maioria delas está abaixo da linha de pobreza. Precisamos aumentar esse programa para beneficiá-las.

Com relação à cesta básica, não era do meu conhecimento que ela fosse distribuída aqui, na cidade, e sim lá dentro dos PDS. E até onde posso imaginar, quem distribuía essa cesta básica era a própria coordenação dos projetos sustentáveis, pelo INCRA, que levava para o interior, para os projetos, e distribuía lá; não era na cidade, mas no campo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor já tem mais de 60 dias, ou dois meses. É fácil obter a informação no Ministério do Desenvolvimento Social e, de pronto, fazer um entendimento. A Senadora Ana Júlia, o Senador Flexa Ribeiro, qualquer um de nós, Senadores, podemos, para qualquer prefeito, informar. As famílias de Anapu têm o direito de obter isso por lei. Inclusive esta área do Pará é considerada prioritária para que todas as famílias na faixa de renda até R\$100 mensais, *per capita*, tenham o direito de receber o Bolsa-Família, que substituiu o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. Todos esses programas se denominam agora Bolsa-Família. Recomendo ao senhor que amanhã mesmo, senão hoje, obtenha a informação precisa. E nós, Senadores, poderemos auxiliar nessa direção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ontem, o Jornal O Estado de S. Paulo trouxe uma declaração do senhor, criticando a distribuição de cesta básica, que, segundo consta, é feita pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que a Prefeitura não faz qualquer espécie de cadastramento. E o Presidente do Sindicato rebate, dizendo que assentamentos antigos não têm que receber cestas porque deram errado.

Existe essa polêmica? Realmente a Prefeitura não faz o cadastramento? É distribuído pelo INCRA, como o senhor afirmou agora, ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Existe algum critério para a distribuição? Segundo o jornal, o senhor disse que o critério é próximo ao Sindicato. O senhor confirma isso? Como é essa história?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senador, nós questionamos exatamente a pobreza urbana.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor compreendeu bem a pergunta? S. Exª está se referindo a uma declaração sua, quando o senhor critica a distribuição de cestas, dizendo que a Prefeitura não teria cadastramento. Cestas que vêm para o INCRA, como o senhor mesmo confirmou que o INCRA distribui; o senhor disse que era o Sindicato, que argumentou que as cestas são para os assentamentos mais novos, e não para os antigos, até porque, em tese, eles já estariam produzindo. Então queremos saber se o senhor confirma ou não a sua declaração de forma objetiva.

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Nós não criticamos a distribuição da cesta. Sabemos que a cesta vai para as pessoas carentes. Elas são distribuídas pelo Sindicato não para o setor urbano, mas para o setor rural. Se se aumentasse essa cota de cestas básicas através de um fomento do Governo Federal ou do Governo Estadual, poderíamos também atender a nossa população pobre da cidade, que precisa muito, por não ter nem emprego nem renda.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O que o Senador Suplicy explicou sobre o Programa Bolsa-Família, que a Prefeitura deve e pode reivindicar, como qualquer prefeitura do Brasil, principalmente uma Prefeitura como esta, que governa muitas pessoas carentes, é que o senhor pode suprir a necessidade dessas pessoas através desse programa, tanto na área urbana quanto na área rural.

É óbvio que as cestas do INCRA são específicas para os assentamentos rurais.

Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os madeireiros da região realmente destroem o meio ambiente? O desmatamento é superior aos 20% permitidos?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, com relação aos madeireiros, não os vejo devastar a floresta superior aos 20%. Olhando bem, se o madeireiro retirar toda a madeira de uma área específica e depois sobrevoar de avião, não se vê se a madeira foi retirada, porque a floresta permanece não intacta, mas quase não dá para perceber. Madeireiro realmente não deixa de devastar, mas não ultrapassa, creio; se não usar queimadas, não ultrapassa os 20%.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Movimento Sem Terra contribui aqui para aumentar a tensão? O Movimento Sem Terra, aqui na região, ajuda a pôr gasolina ou é um negócio pacífico?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Senadores, creio que não, mas não deixa de ter aglomerado muita gente. O Município não tinha estrutura para recebê-los, mas creio que não tem muito a contribuir com o Movimento Sem Terra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor tem conhecimento... Eu ia propor o seguinte, Senador Demóstenes: ainda há várias pessoas para serem ouvidas que poderão esclarecer melhor sobre a existência ou não do MST. Particularmente, desconheço a presença de MST aqui, nesta região. Existem sindicatos de trabalhadores e tal, mas não MST. Quanto a isso, poderemos esclarecer daqui a pouco.

Eu só queria fazer uma última pergunta: o senhor falou que foi prefeito antes. Em que período? Em que ano?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – De 1997 a 2000.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor tinha conhecimento de que, no final da década de 70, o INCRA fez contratos de alienação temporária de terras públicas com privados, com cláusulas claras, dizendo que ao final de cinco anos eles deveriam ter empresas rurais formadas? E nenhuma dessas pessoas conseguiu formar uma empresa rural na área. O senhor tem conhecimento de que isso aconteceu, já que foi prefeito anteriormente? O senhor conhece a história do Município. O senhor tem conhecimento desse fato? Que existiu esse contrato entre o INCRA e pessoas privadas no sentido de que, se em cinco anos essas pessoas conseguissem formar uma empresa rural, essa terra seria delas, mas nenhuma dessas pessoas conseguiu formar uma empresa rural, e começou também uma cadeia de grilagem de terra. O senhor tem conhecimento dessa realidade?

O SR. LUIZ DOS REIS CARVALHO – Não, Senadora, porque eu vim também na década de 70 e já fui assentado com um lote de 100 hectares. E permaneci com a terra de 100 hectares.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então eu lhe agradeço. Muito obrigada, Prefeito. Permaneça aqui, no recinto.

O próximo seria o Sr. Levino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação dos Madeiros de Anapu, por favor.

Bom-dia, Sr. Levino. O senhor poderia se sentar aqui?

O senhor dispõe de dez minutos. Oriente-lhe que diga, na sua explanação, se conhecia a Irmã Dorothy, se conhece os projetos de desenvolvimento sustentável dos assentamentos, os PDS, se concorda com eles ou se tem críticas. O senhor pode nos dizer se conhecia as pessoas que estão sendo citadas, como o Sr. Vitalmiro de Moura, chamado Bida, o Sr. Tato, também. Enfim, o senhor poderia fazer a sua explanação, mas já esclarecendo também sobre esses pontos.

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Júlia, Presidente desta Comissão, em nome de V. Exª saúdo todos os presentes.

Antes de mais nada, gostaria de entregar em suas mãos um pequeno documento sobre a nossa parceria com a Irmã Dorothy. Muito obrigado.

Como a senhora disse, eu gostaria de fazer um breve relato, num documento que preparei. Creio que esse documento vai evitar muitas perguntas, mas, se ficar alguma dúvida, os senhores, por favor, fiquem à vontade, porque estamos aqui para colaborar com o que foi proposto.

Senhores presentes, Comissão Externa do Senado, Srs. Senadores, Srª Presidente, embora o motivo que aqui os traz seja um motivo de muita tristeza, que é uma investigação sobre o assassinato da Irmã Dorothy Stang, é um prazer tê-los aqui, neste dia, pessoas como vocês, da competência, para que seja feito esse desfecho que já nos causou tanta dor, aflição e angústia, como a perda da Irmã Dorothy.

Quando eu digo perda, Srs. Senadores, é porque, primeiro, perdemos um ser humano, uma pessoa da qualidade da Irmã Dorothy, com 74 anos de idade, que lutava como ela lutava, buscando os seus objetivos; segundo porque era nossa aliada, compactuava com os nossos objetivos. A prova disso está nesses documentos que se encontram em seu poder, e o povo de Anapu é a melhor testemunha.

Irmã Dorothy tinha um grande sonho: a reforma agrária justa, da forma correta. Lutou muito para que isso acontecesse, mas infelizmente o INCRA falhou

por diversas vezes e chegou a acontecer o que aconteceu.

Se os senhores me perguntarem: mas, Ribeiro, o setor madeireiro não teve, no início, uma diferença com a Irmã Dorothy? Eu diria que não; contra a Irmã Dorothy, não.

No início de 2002, quando aqui chegamos, junto com essas empresas, já havia um movimento contra os PDS, criados pelo INCRA, com acompanhamento da Irmã Dorothy e de movimentos sociais. Não era de nosso conhecimento o Projeto PDS. Somamos força a esse movimento que dizia que não haveria espaço para madeireiro.

Diante disso, acampamos várias vezes – esse movimento – contra a implantação do PDS, chegamos até a fechar a Transamazônica. Foi aí que fomos convidados, em 2003, para discutir o que era o PDS.

Tomamos conhecimento do mesmo, chegamos a fechar acordo com o INCRA, com o Ibama, com os movimentos sociais, sindicato de trabalhadores, associações, etc., acordo esse em que havia madeiros do nosso grupo ocupando terras destinadas ao Projeto PDS.

Mediante tal acordo com o INCRA e o Ibama, como já foi dito, abrimos mão das áreas para a implantação do mesmo. Por que abrimos mão das áreas? Porque o objetivo era a exploração dos recursos naturais, principalmente da madeira, e não para outros fins, como a criação de bovinos, pecuária extensiva e o corte raso.

Também saiu desse acordo que os madeiros pudessem extrair e explorar a madeira no PDS, nas áreas onde seria feito o desmate para colonos, pagando um preço justo pela madeira e contribuindo com o PDS na abertura de estradas vicinais, que seriam de obrigação do INCRA, mas não aconteceu no tempo necessário.

Foi aí que entrou o madeireiro, abrindo mais de 80 quilômetros de estradas, responsáveis por grande parte daqueles colonos que se encontram assentados hoje, bem como ponte de madeira para a construção de barracões comunitários, casas de madeira, etc.

A principal prova sobre o apoio dos mesmos, senhores, aconteceu no dia 29 de julho de 2004 – aí está a foto que comprova –, com um grande ato público de iniciativa da Amapa e de seus filiados, em apoio à implantação dos PDS Vireola, Jatobá e Esperança, com a presença de parlamentares estaduais e federais, representantes do Governo Federal, como o INCRA, o Ibama, e demais autoridades locais.

Quero também informar aos senhores que a Amapa é a entidade representativa do setor madeireiro de Anapu e Pacajá, que vem, no dia-a-dia, buscando

a legalidade do setor junto aos órgãos competentes, orientando os mesmos sobre a melhor forma de explorar os recursos naturais, garantindo a sustentabilidade dos mesmos. A prova disso é que fizemos, este ano, um viveiro de 600 mil mudas – aí também tem fotos – em parceria com a Irmã Dorothy. Essas mudas seriam e foram distribuídas a todos os colonos moradores do Projeto PDS, para fazer sombreamento das lavouras definitivas, como de cacau, pimenta e outras mais, e, ao mesmo tempo, enriquecer as suas propriedades.

Mas a mesma não pode responder por atos isolados, por alguns madeireiros, seja lá quem for. Que a justiça seja feita, que a Polícia Federal, que a investigação... E torcemos para que isso aconteça o mais rápido possível. Que punam os culpados; que sejam punidos e paguem pelo mal-feito que fizeram.

Agora o que não podemos, senhores, é admitir que seja de responsabilidade de todas as pessoas de Anapu, principalmente madeireiros e colonos, com vem falando o nosso Governo Federal, a nossa Ministra do Meio Ambiente, culpando a todos os madeireiros, responsabilizando principalmente pelo assassinato da Irmã Dorothy.

Desculpe, Sr^a Ministra, mas não é essa a verdade. Anapu tem pessoas sérias, sim, Sr^a Ministra. A prova disso é que tem empresa no nosso Município que tem sede em outros municípios cujo contrato social tem 31 anos em nome da mesma pessoa, nunca mudou. E, se não fosse pessoa séria, não estaria esse tempo todo no mercado. Outras já estão beneficiando madeiras de seu próprio reflorestamento, como é o caso da Concré, empresa do Município de Dom Eliseu, que há oito anos beneficia madeira de seu próprio reflorestamento.

Não quero colocar a culpa no nosso Gerente Executivo do Ibama Belém, Sr. Marcílio Monteiro, mas a política do Governo Federal, que, ao assumir, disse que aqueles madeireiros que quisessem trabalhar na legalidade teriam o seu total apoio, e isso não aconteceu. O Governo vem dando um tratamento a todo o setor madeireiro, inclusive responsabilizando-o por alguns absurdos, como o desmatamento ilegal e a morte da Irmã Dorothy.

É por isso, senhores, que aqui estamos para colaborar, como sempre estivemos. E os senhores, ao tomar a verdadeira realidade, possam mudar o conceito sobre empresário madeireiro, mudar o seu discurso em relação a empresário madeireiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Solicitei ao Senador Demóstenes fazer algumas perguntas ao senhor.

Sr. Levino, o senhor relatou que, quando chegou aqui, inicialmente, como os outros, era contra os PDS.

Foi convidado em 2003. O senhor foi convidado por quem para conhecer melhor o PDS?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Fui convidado pelos movimentos sociais, pelo Chiquinho, pelo Gabriel, assim que cheguei aqui, pelo Luiz Sena.

Lá onde é o Projeto PDS hoje, a estrada que existe lá, doze quilômetros de estrada, quem abriu ela fui eu, em 2001. Então o Luiz Sena, como Presidente do Sindicato, falou para mim... Não, eu falei: vou ficar com essa área, demarquei, coloquei topógrafo. Ele falou: “Não fique com essa área, porque é um projeto de PDS”. E perguntei: mas o que é PDS? Eles foram me explicando, e eu tomei conhecimento do que era o Projeto PDS. A prova disso é a estrada que abri, tive toda a despesa, e não fui reembolsado. E eles a usam até hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então, Sr. Levino, o senhor reconhece que existem, como, aliás, sempre fiz questão de dizer – o senhor já deve ter assistido aos meus pronunciamentos no Senado – que é preciso separar o joio do trigo. Jamais generalizar madeireiros nem fazendeiros, porque, como o próprio Dom Erwin falou na nossa Comissão, existem pessoas sérias que trabalham e querem trabalhar. Mas, até para que essas pessoas sérias continuem trabalhando, é necessário, como na figura da Bíblia, pegarmos as maçãs podres e afastá-las.

Eu lhe pergunto: com esse acordo que foi feito entre INCRA e Ibama, vocês puderam trabalhar de forma tranqüila e conviver bem com os assentados e, com isso também ter direito à madeira legal, Sr. Levino? Quer dizer, graças a um acordo que foi feito entre os movimentos sociais, com a participação do INCRA e do Ibama, houve um trabalho no sentido de fazer uma parceria entre o setor de madeireiros e os trabalhadores assentados. Mas eu lhe pergunto: houve madeireiros ou fazendeiros – porque alguns não são madeireiros, mas fazendeiros – que tenham ficado de fora desse acordo? O senhor conhece alguém que continuasse insatisfeito com os PDS?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – A prova disso está aqui, Sr^a Senadora. Nós conseguimos legalizar, protocolamos no INCRA e no Ibama, este ano, 2.650 autorizações. Essas são as autorizações que dão direito ao colono de desmatar três hectares. Nesses três hectares, eles podem fazer o aproveitamento de até 60 metros de madeira.

Fizemos essa parceria com o STR e com o Ibama, e o próprio Sindicato fez o levantamento dos colonos, em parceria com o madeireiro. Eles foram até o colono e perguntaram onde eles iam derrubar, que madeira havia lá, então o Ibama expediu essa autorização.

No entanto, temos hoje mais de mil autorizações, o Ibama emitiu a autorização, mas não consegui emitir a TPF, documento legal para o transporte da madeira. Então não ficamos nem certos nem errados; temos um documento, mas não temos o outro.

E há pessoas, sim, que torceram para que o nosso projeto desse errado. Com certeza, tem muita gente que até hoje ainda critica: “Está vendo? Não dava certo” e tal. São empresas que não vou citar o nome, mas que residem hoje no Município de Anapu. Outras já foram embora, mas, com certeza, tinha alguém torcendo para que não desse certo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Se o senhor quiser falar sobre isso de maneira reservada à Comissão, o senhor poderá dizer quem seriam essas pessoas que não ficaram satisfeitas com o acordo pelo qual hoje vocês têm possibilidade de ter madeira legal.

Quero saber se o senhor conhecia o Sr. Vitalmiro Moura e o que ele praticava aqui na região. O senhor o conhecia?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, posso dizer que não o conhecia. Eu o vi uma vez, quando fui à fazenda dele para olhar um trator que estava à venda. Fui olhar esse trator para comprar. Creio que ele ficou insatisfeito, pensou que eu era Presidente... Não sei se ele me confundiu com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores. Ele até mandou um recado um pouco absurdo para mim – minha mulher até ficou preocupada. Foi preciso procurar outros amigos dele, o Délio Fernandes, que eu nem conhecia, que falou: “Não, o Ribeiro é pessoa séria; ele foi lá com outras intenções. Não é nada do que você está pensando”.

Então me apresentaram para ele um dia, à noite, só para esclarecer isso, mas, depois, se me perguntarem quem é ele, eu não conheço. Eu estava até um pouco nervoso quando isso aconteceu. Ele estava de chapéu, foi à noite, dentro do carro também. Era até o gerente dele que falou: “Não, o Ribeiro, eu conheço há muitos anos, desde que chegou aqui. Não é o que você está imaginando; a história é outra”. Ele falou: “Não, tudo bem”. Deu por entendido e ficou.

De lá para cá, eu às vezes o via passando de carro, mas se o mostrarem para mim hoje é capaz de eu não reconhecer. Posso dizer que não conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor acredita que hoje, já que a atuação é correta, 80% da área estão preservados?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Acredito que não; com certeza, não, até porque o INCRA, como foi dito, tem muita área averbada com 50%. Se não me engano, de 1999 para cá – os senhores sabem disso melhor do que eu –, mudou para 80%. Então esses

colonos que estão assentados desde 2001 para lá, a maioria deles já retirou 100% do lote. Esses novos que estão assentando agora, vimos orientando para não derrubar, para reflorestar, enfim, para fazer com que se cumpra a lei.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Indago ao Senador Suplicy e ao Senador Flexa se têm alguma pergunta a fazer ao Sr. Levino.

O senhor quer fazer alguma declaração?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Só complementando a sua resposta, Sr. Senador, esse desmatamento ao qual o senhor está se referindo, não é o madeireiro o responsável por ele. Ao passar por cima, o senhor vai ver uma clareira grande, mas o madeireiro tem projeto de manejo bem próximo daqui. Não teremos oportunidade, senão eu poderia mostrar. Posso tirar foto e enviar para os senhores. Se o senhor sobrevoar de helicóptero, bem baixinho, não vai conseguir ver uma clareira. É um manejo legal, feito de forma correta.

Esse desmatamento que é feito no Município de Anapu... É claro que o madeireiro causa um certo impacto, não vamos discutir isso, mas não é ele o responsável pelo desmatamento que existe na Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – E quem seria? Seriam os fazendeiros, então?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza, seriam os grandes interesses na pecuária extensiva, na criação de bovinos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sr. Levino, o senhor reconhece que houve um avanço na relação com o INCRA e o Ibama a partir de 2003 que permitiu isso?

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza, houve um grande avanço. Nós já falamos várias vezes. Essa semana, tivemos reunião com o Dr. Marcílio. O Governo Federal, esses novos gerentes que aí estão, têm se empenhado muito, mas infelizmente – não tenho medo de falar – do pessoal que está lá dentro, há a cabeça e o corpo. A cabeça quer; eles vão, empenham-se, mandam o pessoal fazer, mas, na hora de fazer, esse pessoal de 30 anos que está lá tem que ir para a rua, porque não merece aquele lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada. Então o senhor reconhece má vontade política daquelas pessoas da nova administração do Ibama e do INCRA mas seriam funcionários que estariam há muitos anos lá, porque seriam concursados, que erram. É isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se você, Ribeiro, optar pela sessão reservada para falar sobre a

questão do INCRA, fale sobre o Ibama também, para saber por que não andam as TPFs.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Se o senhor quiser, reservadamente, dizer qual foi o recado que esse fazendeiro lhe mandou, esteja à vontade. Nós lhe agradecemos.

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – O recado dele foi bem claro. Eu até já conversei com outras pessoas. Creio que ele me confundiu com o Gabriel, que era Presidente do Sindicato. Ele pensou que o Sindicato tinha ido olhar a terra dele para incentivar algum assentamento. Ele me falou, na época, que entendeu assim. Então não dei prosseguimento. Ando por aí, não devo nada a ninguém. Não será esse simples desentendimento que vai...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Levino Ribeiro de Souza, o senhor mencionou que fez diversos movimentos de cooperação com a Irmã Dorothy e divergências sobre o PDS. A principal cooperação com a Irmã Dorothy foi, sobretudo, no processo de reflorestamento, cuidando das mudas para que as árvores possam ser plantadas.

Pergunto se é isso de fato e qual é a essência da divergência que havia com ela, em relação aos PDS.

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Muito bem, Senador. É uma pergunta bastante interessante para que os outros senhores possam ter conhecimento.

No primeiro plano de utilização que chegou ao nosso conhecimento do Projeto PDS, o PDS só poderia criar oito vacas, galinha e porco em cativeiro, o colono não poderia caçar com cachorro. Isso foi divulgado para todo o Município de Anapu. Todos sabem disso.

Falei primeiro com o Presidente da Câmara na época, que era o Sr. Romero, do PT. Ele falou: “Não, Ribeiro, nós precisamos nos sentar e conversar. A coisa não é por aí. Tem espaço para todos”. Foi então que nós nos sentamos com o Chiquinho, o Gabriel; em seguida, com a Irmã Dorothy. E ela também mudou, porque, até então, não se poderia retirar madeira no Projeto PDS.

Duas empresas trabalharam a todo vapor, durante todo o ano, dentro de dois projetos PDS. Foi quando falei que abri mais de 80 quilômetros de estrada. Houve um acordo: nós cedemos. Aqueles que pretendiam ficar com as áreas abriram mão, e ela também concordou em extrair os recursos naturais que seriam madeira. A princípio, ela queria que fosse montada uma pequena serraria dentro do assentamento. E nós, como empresários, sabemos que isso é impossível. Administrar uma empresa, hoje, em Anapu, já é difícil, agora imagine daqui a 50 quilômetros, onde não há estrada.

No dia da morte dela, eu fui o primeiro a saber. O menino veio atrás de mim. Eu arrumei um carro para ir – isso foi de manhã. O carro chegou lá às quatro horas da tarde. Chegamos lá, ele estava acabando de sair do local. Chegamos aqui à noite.

Então seria inviável. E ela cedeu. Avançamos muito. Ela ganhou, porque ganhou estrada, ganhou muitas sementes e mudas. Mas não só isso. Fizemos vários acordos com ela, e o setor madeireiro também ganhou, porque extraiu a madeira de uma forma... Não está 100% legal. Estamos errados, mas o Ibama autorizou o colono a cortar a madeira. Nós puxamos a madeira, que está no pátio. Temos apenas a autorização de desmate pelo colono, mas o documento do madeireiro, nós ainda não o possuímos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está certo. Muito obrigada, Sr. Levino, pelo seu depoimento.

O Sr. Levino foi mais objetivo, demoramos menos. Peço aos próximos que também o sejam.

Sr. Laudi José Witeck. Pedimos que seja objetivo e que as perguntas também o sejam, já que estamos numa Comissão que acompanha as investigações sobre a morte da Irmã Dorothy.

O SR. LEVINO RIBEIRO DE SOUZA – Perdão, eu esqueci um detalhe.

Nesse documentário, há um CD que mostra a nossa parceria com a Irmã. Eu gostaria que a senhora me desse um pouquinho de atenção para ver se esse CD se encontra aí. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor, por gentileza, apresente-se. Terá dez minutos para falar. Gostaríamos de saber se o senhor conhecia a Irmã Dorothy, se conhecia o Sr. Vitalmiro Moura, se tinha algum problema de relacionamento com a Irmã Dorothy, se tinha concordância ou discordância em relação aos PDS. O senhor diga o seu nome e quem o senhor representa.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu vim aqui, nesta Comissão, porque estava em Brasília na semana passada e, assim que fiquei sabendo que tinha sido formada esta Comissão, me apresentei para depor aqui.

Meu nome é Laudi José Witeck, sou Presidente da Associação dos Produtores da Terra do Meio.

Nós não temos nenhuma relação com Anapu, mas eu quis falar nesta Comissão sobre a violência, sobre a questão agrária. Eu represento o setor de fazendeiros e vim aqui para, como já foi falado, separar o joio do trigo.

Dentro da nossa classe, tem mais Bida, e nós temos que separar isso. Eu vim aqui fazer um pequeno relatório.

Nós estamos situados entre o Rio Xingu e o Rio Iriri, numa área cercada, rodeada de áreas indígenas. Há poucos dias, em dezembro, foi feita uma audiência pública no Município de São Félix do Xingu... *(falha na gravação)* para que as propriedades da Associação fossem excluídas dessas reservas.

Uma parte dos nossos associados foi excluída; outras, não. Então aqui é uma estação ecológica e aqui é o Parque Nacional da Serra do Par.

Nós estivemos, semana passada, no Ministério do Meio Ambiente e com o Presidente do INCRA para saber como serão implantados esses projetos e também se há possibilidade de se fazer uma pequena revisão de divisas, para atender um de nossos associados.

Pedimos, pela força que esta Comissão tem, porque o Exército e a Federal vão embora, e nós vamos ficar aqui... Então estamos aqui pedindo segurança, porque na nossa região tem pistoleiro e grileiro, sim. E nós estamos aqui pedindo isso pela força que esta Comissão tem.

E também dizer que nós desmatamos, sim, porque o boi precisa comer capim. Nós queríamos trabalhar na legalidade, mas o Estado não nos dá autorização para o desmatamento. Essa região é do Governo do Estado, que licitou essa área há alguns anos – não é todo o projeto –, muita gente já tem documento, mas há muito tempo não se faz mais documento.

Ronaldo Barata, Presidente do Interpa, foi em São Félix do Xingu e nos prometeu que ia documentar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Quando?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Há uns quatro anos. Não posso dizer a data.

Em 2003, fomos ao Interpa e pegamos um documento, que está aqui, dizendo que é área do Estado, não é área indígena nem estação ecológica, de meio ambiente e tal.

Este é o modelo do requerimento que fazemos ao Interpa; aqui estão outros modelos. Há mais de 280 requerimentos ao Interpa, pedindo a legalização das terras.

Este é o nosso objetivo. Queremos colaborar com a Comissão no que for possível. Está aqui o pedido que encaminhamos para a Sectar, esta é uma cópia da audiência pública que houve em São Félix do Xingu. Todos são documentos importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor está nos entregando oficialmente esses documentos.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Isso. Essa é a lista de presença das pessoas. E está aqui o mapa inicial. Todas essas manchas em vermelho são as propriedades.

O problema da violência é fundiário. Se não se resolver o problema fundiário da região, estaremos sempre na mídia, no noticiário, dizendo que fazendeiro está matando gente. Nós não queremos isso. Queremos trabalhar em paz e ajudar no progresso do Estado do Pará.

Aqui existe uma vila chamada Canopis, outra chamada Caboclo e outra chamada Central. É uma região muito violenta, e nós pedimos atenção especial sobre isso.

De minha parte, era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Pergunto-lhe novamente se o senhor está nos entregando esses documentos oficialmente.

Temos uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da CPMI da Terra, que vai fazer uma investigação mais aprofundada dessa situação da terra, da legalidade, mas eu queria lhe fazer só uma pergunta: o senhor está preocupado com a saída do Exército e da Polícia Federal. Os grileiros e a violência, a polícia do Estado não dá conta de impedir essa violência?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – É que nós não contamos com a presença da Polícia Militar na região. Ela nunca vai lá. Nos assassinatos no Caboclo, na Canopis, a polícia não vai nem apurar. As pessoas de lá simplesmente enterram e acabou.

Agora, com o noticiário de que o Exército ia entrar na região, eles foram todos embora. Pistoleiro, lá em São Félix do Xingu e na região, tem endereço, CPF e identidade, mas a polícia não prende.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Por que o senhor diz que a polícia não prende? Esta Comissão assistiu em Brasília um DVD que mostrava a presença da polícia dentro de uma área, e o policial dizia que estava ali a serviço da Empresa Serra e Almeida.

O senhor diz que a polícia, na região, não age para coibir essas ações ilegais. A Polícia do Estado?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Há presença da polícia na cidade, mas no interior, não. E eu até desconfio que essa Polícia da Serra Almeida, que realmente eu conheço a situação a fundo, fica a serviço. Agora, eu não posso lhe afirmar se é Polícia só fardada ou se realmente é soldado. Eles estão na entrada do Pardo e estão aqui no Iriri. Realmente, Serra Almeida está...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então, eu proponho aprofundar mais isso na CPMI da Terra, porque exige mais do que em relação à morte.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é grileiro?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não, eu me considero fazendeiro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem documento?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não tenho documento não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que o senhor entrou na área?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Como todos entraram. Porque aqui era uma estrada de mineração, e nós entramos nessa área. Na beira da estrada são pequenas propriedades e, mais afastada da estrada principal, são propriedades maiores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor comprou essa terra de alguém? A título precário?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Isso é praxe da região. Todos eles, menos a licitação que o Estado fez e esses requerimentos que ele fez para o Interpa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para retirar... Tinha alguém da região que foi retirado? Teve alguém de ser tirado de lá para o senhor entrar? Ou era terra que não tinha ninguém?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Essa terra não tinha ninguém.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto por cento o senhor desmatou da área para colocar gado?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Eu desmatei 8% até agora.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi que o senhor entrou?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – No ano 2000.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor acredita que o Presidente da República, criando essa unidade de conservação, esse pacote verde, isso vai resolver o problema fundiário? Pelo que o senhor viu, isso vai resolver?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – O problema fundiário é a presença do Estado, do Incra, aqui, como é a região do Interpa, legalizando as propriedades.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Interpa, porque essa região é do Estado.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Interpa. Essa área é do Estado. Essa verde, hoje, é da União, é o Ibama que controla; essa aqui, ainda branca, continua sendo do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor veio de que lugar para cá?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Eu vim do Paraná.

E, eu, aqui, vou fazer, pegando uma explanação pequena que nós temos o hábito, é cultura nossa – eu sei que hoje nós estamos à reboque da lei –, é desmatar. No Paraná, foi assim, no Mato Grosso foi assim. E, quem veio para o Pará, sempre foi. Eu morei em Xinguara anos atrás; também foi desmatado. Jogam o capim e criam o gado. Que tem quatro frigoríficos na região. Mais dois estão sendo instalados. Por quê? Porque tem gado. Hoje, o Município de São Félix do Xingu tem o maior rebanho do Brasil, quase dois milhões de cabeças de gado. Então, realmente, com essas unidades de conservação, vai parar o desmatamento. E se não fizer isso aqui daqui uns dias está tudo desmatado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Praticamente, naquela região, as pessoas estão todas na condição do senhor ou algumas têm o título, ainda que precário?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Noventa e cinco por cento estão na minha condição mesma de posseiro, de proprietário, e documentos são poucos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor chama de ausência do Estado a falta de política de ocupação de área; a área está abandonada, falta a presença da Polícia. O que é para o senhor essa ausência do Estado a que o senhor está aludindo?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Seria o Estado ter um posto avançado do Interpa na central, com topógrafos, para regularizar, medir as terras. Nós medimos as terras, mas o Estado tinha que conferir nossas medidas e dar documentos. Nós pagaríamos pelo documento, para entrar na legalidade. Nós não queremos ficar na ilegalidade. Hoje, como é que vou fazer uma Declaração de Imposto de Renda em cima de uma posse? Nós queremos entrar na legalidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor disse que na sua classe há vários Bida. O senhor pode dizer exatamente quais são essas pessoas? Se essas pessoas acabam fazendo... Ou não é possível, nem reservadamente?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Sr. Senador, eu não vou falar isso nunca porque prezo a minha vida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foram essas pessoas que mataram a Irmã Dorothy? Mas há também pessoas, perguntaria ao senhor, que querem se assentar pela via da legalidade? Quantos por cento de pessoas como o senhor querem a legalidade e quantos por cento de Bidas querem a terra à custa da força?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Esse percentual é de 90% de gente boa e 10% de gente ruim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Só uma pergunta: como costumam agir essas pessoas que o senhor diz que são os 10% de Bidas?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Eles demarcam uma área grande, e não fazem o serviço. A intenção deles é só vender. Tem o cabeça e os pistoleiros, que garantem essa área. Depois essa área é repartida e vendida para outras pessoas de boa-fé, que chegam lá, compram e se estabelecem.

O SR. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, estou satisfeita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Witeck, esses 10% de Bida atemorizam os 90% de boa-fé?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Atemorizam sim, por isso vim aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pergunto: esses 10 que compraram dos Bidas de boa-fé são grileiros?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Olha, esses que compraram de grileiros...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, os "Bidas".

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não, os "Bidas" são grileiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, os que compraram de boa-fé.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Ah! Mas eles não conhecem o passado do cara, às vezes é um corretor que intermedeia esse negócio. Então, há muitas pessoas boas que compraram essas terras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São grileiros?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não, compraram do grileiro. Mas o que comprou é gente boa. Estou falando que ele é um possessor de boa-fé. Ele comprou a terra, foi iludido.

Quero adiantar para o senhor que hoje, com 50 mil reais, se compra um título e se põem encima de um grilo. R\$50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Compra no cartório, não é?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não, tem corretores. Esses dias me ofereceram um. Mostram, está aqui, eu esquento o título para você. Eu, como moro há muitos anos no Pará, não caio numa dessas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor é parente do ex-Prefeito lá de Tucumá?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Eu sou o ex-Prefeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor é que é o ex-Prefeito de lá?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Sou irmão do Clécio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Irmão do Clécio? O Clécio é o meu amigo.

O senhor disse que não é grileiro, é fazendeiro. O senhor chegou lá, não tinha ninguém na terra, desmatou, ocupou a terra, fez a sua pastagem, colocou o seu boi, tem a sua propriedade, quer legalizar. O documento que o senhor trouxe aqui é antigo.

Hoje, o Governo Federal baixou um decreto nas terras do meio... *(falha na gravação)*

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – A Estação Ecológica Terra do Meio e o Parque Nacional Serra do Parque. Vou ficar numa APA do zoneamento ecológico econômico. Quero regularizar a situação, documentar. Não é só ficar fora do parque. Queremos ficar na legalidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – No zoneamento econômico e ecológico, o senhor está dentro da área de uso produtivo? Então, o senhor vai poder legalizar assim que o projeto estiver aprovado pela Assembléia Legislativa e no Ministério do Meio Ambiente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os associados sim, mas tem muita gente...

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Tem muita gente que ficou dentro da estação ecológica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Esses que estão dentro da estação ecológica vão ter que sair, lamentavelmente. Aqui temos um Procurador-Geral de Justiça, esses que estão dentro vão ter que, lamentavelmente, sair. Isso já foi dito pela Ministra, pelo Presidente, pelo Governador, pelo Procurador-Geral da República. Quem estiver dentro da coisa vai ter que sair, porque quem vai tirar é o Exército. Não tem jeito, é um decreto ministerial, não é? Vai ter que sair.

Estamos à disposição. Dentro da legalidade, a CPMI da Terra vai fazer o que puder ser feito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio, ao responder ao Senador Demóstenes Torres, o senhor mencionou que, como fazendeiro, aqui chegou e resolveu ficar com uma terra. Eu pediria ao senhor que descrevesse como é esse procedimento que, segundo falou, é usual, de outros fazendeiros. Quero que o senhor exemplifique com alguns detalhes adicionais. Por exemplo: o senhor chega em uma área e estabelece que essa área passará a ser sua. De que tamanho deveria ser a sua terra? Esse é um direito que cabe a qualquer brasileiro? Qualquer um pode chegar, vindo do Paraná, aqui no Pará e dizer o

seguinte: essa terra aqui, daqui até lá... Gostaria que o senhor esclarecesse qual era o tamanho da área, quantos hectares o senhor resolveu demarcar. Quando fez isso, o senhor conversou com outros fazendeiros e eles lhe disseram quantos hectares seria de bom tamanho? Isso é comum? É normal?

Gostaria que esclarecesse isso.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Senador Suplicy, quando cheguei, vindo do Paraná, em Xinguara, as medidas já estavam estabelecidas. Já havia o critério de 3 mil hectares. Isso corresponde a cinco quilômetros por seis. Isso existe até hoje na região. Não sou a única pessoa que está fazendo isso. Todos fazem isso. Três mil hectares. Em Xinguara, eu não tinha propriedade.

Como falou o Presidente do Sindicato dos Madeireiros, o madeireiro abre a estrada para tirar o mogno. Nós entramos depois e cortamos a terra nesse tamanho. Mas há gente que tem muita terra lá. A praxe é uma gleba, que equivale a 600 alqueires ou 3 mil hectares.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – E o senhor escolheu os 3 mil hectares na Terra do Meio. Houve objeção da parte de alguém? O senhor era Prefeito em Tucumã? Qual era o município onde o senhor escolheu a sua terra de 3 mil hectares?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – No Município de Altamira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando o senhor demarcou essa área de 3 mil hectares, foi ao cartório? Procurou legalizar essa terra que escolheu? Qual foi o procedimento?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Senador, aquela região está a quase 500 quilômetros de Altamira. Não há a presença do município na região. Não vamos ao cartório documentar isso, porque sabemos que é o Interpa que documenta essas terras. Depois que Interpa dá o título, vende o título para nós é que registramos esse título e lavramos escritura em cartório. Só fizeram esses requerimentos. Hoje isso está suspenso. O Interpa suspendeu qualquer documentação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Outras estão em suspenso, mas a sua fazenda está legalizada hoje? Não está.

O senhor recomendaria ao MST que viesse aqui para seguir o exemplo? O senhor recomendaria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nessa região, cada um escolher uma área como o senhor fez?

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Eu não recomendaria e vou dizer por que. Não sou contra o MST. Quando fui Prefeito da cidade de Tucumã, eu tinha uma gleba de 600 alqueires, que foi invadida, e não fiz objeção nenhuma.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Muito obrigado. O seu depoimento esclarece muito a respeito de como funcionam as coisas aqui em Altamira.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Agradeço o Sr. Laudi José Witeck pelo seu depoimento e já vou propor, inclusive, para depor na CPMI da Terra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Witeck, o senhor falou sobre a polícia do Estado. O senhor há de convir que, num Estado de 1 milhão e 250 mil hectares, não há como ter um policial dentro da sua área, na terra do meio, que é uma terra praticamente inabitada. A própria Senadora Ana Júlia disse que o Dr. Santino mostrou, no depoimento dele, a triangulação que ele fez com os quartéis, exatamente para atender exatamente a essa terra por chamado. Não há como ter policial para atender àquela fazenda, só para esclarecer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Essa não é a questão maior. Ele fez uma afirmação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Afirmação não, esclarecimento.

O SR. LAUDI JOSÉ WITECK – Não quero policial na minha propriedade; quero um policiamento na região. Não existe, Senador. Estou dizendo que não tem. Assisti naquele dia; fiquei até quase 11 horas no Senado, e não há essa presença.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Laudi José Witeck.

Gostaria de chamar o Padre José Amaro de Souza, que é o Presidente da Comissão Pastoral da Terra. O senhor deseja falar aqui, publicamente? brigada. Então, como o senhor já sabe, diga o seu nome, há quanto tempo o senhor está aqui, na região, se o senhor conhecia a Irmã Dorothy, se o senhor defendia os PDS...

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Sou o Padre José Amaro de Souza, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Pará e também da Coordenação da Pastoral da Terra da prelazia do Xingu, com sede em Altamira, trabalhando aqui em Anapu.

Conheci a Irmã Dorothy há 15 anos, quando vim para cá e, há 7 anos, fui ordenado padre em Anapu, na Igreja Santa Luzia, trabalhando como pároco há 7 anos aqui na Paróquia Santa Luzia, de Anapu.

Alguém veio aqui e acusou o INCRA como o responsável por essa desordem, mas eu não acuso o INCRA, porque a Portaria nº 471, de 1999, pela qual foi implantada a questão dos PDS em Anapu... *(falha na gravação)*

Falou aqui, não adianta mudar a cabeça se o corpo permanece podre. Vem-se trabalhando de lá para cá. O que acontece, o qual chegou à morte da Irmã Dorothy, peço que seja mais averiguado, porque, na reunião que o Prefeito mencionou, o Prefeito de Porto de Moz fez uma declaração absurda, que estava tratando a questão do consórcio, mencionou o PDS, que tinha uma norte-americana que estava criando esse PDS e que ia até chegar ao limite, mas que o pessoal dele sabia como resolver. Poucos dias depois, a Irmã está morta.

Então, como foi falado aqui, um suposto consórcio que a equipe – confiamos em vocês, confiamos na justiça – possa averiguar direitinho e, não só como foi falado aqui pelo senhor da Terra do Meio, que possa ser colocado na cadeia e fazer justiça a todos os que fazem parte desse consórcio que organizaram para matar a Irmã Dorothy.

Quero dizer também, como Coordenação da Pastoral da Terra, que eu mesmo, na época do Projeto Sudam, no travessão do 115, Virola Jatobá, junto com a Dorothy e 18 trabalhadores fomos escoltados com espingarda de alto calibre, no tempo em que a Sudam soltou dinheiro dos trabalhadores para esse projeto, o que causou muita desordem. Supostamente, quem organizou a questão desse consórcio para pagar são esses fraudulentos, porque ainda alguns fazem parte do nosso meio.

Temos aqui com alguns documentos para entregar para a Senadora. Gostaria que ela desse recibo em uma dessas cópias aqui.

Quero dizer para vocês que, nesses 15 anos trabalhando aqui com a Dorothy, ajudamos na implantação do Município de Anapu, porque antes pertencíamos a dois municípios, Senador José Porfírio e Pacajá, o que dificultava os trabalhos.

Esperamos que, no Município de Anapu, possamos ter uma comarca própria, porque as coisas que acontecem aqui vão para a Comarca de Pacajá, depois para a Altamira. Fiquei muito alegre quando soube que dois trabalhadores, dos quatro que foram presos na Gleba Manduá Cari, que ontem fez um ano... Para nós foi uma alegria não simplesmente os dois, mas os outros dois que estão lá voltarem às suas famílias.

Queria esclarecer, quanto à questão da cesta básica, que quem entrega a cesta básica... Como eu fui acusado, que a Irmã entregava a arma e eu levava a comida, cesta básica, para as famílias. Fui acusado, mas não tiveram provas cabíveis que me incriminassem nem à irmã.

O que acontece? Cada PDS tem a sua organização legalizada. Quem entrega a cesta básica são os presidentes da associação, acompanhados pelos

técnicos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais não entrega a cesta básica.

Quando o Dr. Gercino veio à audiência pública e viu a calamidade por que o pessoal passava, foi cedido o barracão, que é de uma nova entidade, que se chama Cica, perto do sindicato, e foi cedido o salão, de que a Igreja faz parte, para colocar as cestas básicas. Naquele momento, muitas pessoas estavam na rua. Para não deixar as pessoas morrerem de fome, foi entregue a cesta básica aqui no salão. Então não é o Sindicato dos Trabalhadores que entrega a cesta básica. Cada PDS tem a sua associação própria.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Alguns trabalhadores rurais, ontem, ao Jornal O Estado de S. Paulo, deram entrevista dizendo que o PDS também não resolve o problema deles, porque é uma forma centralizada, decide o que vai produzir. Isso, na realidade, seria algo mais concentrador nas mãos de poucas pessoas do que efetivamente para resolver o problema. O que o senhor acha do PDS? A solução para os pequenos é mesmo o PDS?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Até mesmo porque, olhando os PAs, projetos de assentamento, como disse o próprio Ribeiro, só se vê atrás da casa, geralmente, capim, algumas têm pés de cacau. E, dentro do PDS, como Ribeiro falou e é verdade, as pessoas, logo que abrem primeiro a roça, que têm direito a três hectares para abrir a roça, vão reflorestando, plantando o cacau.

Quando isso é dito, deve-se verificar que tipo de trabalhador está falando isso, porque foram usados muitos trabalhadores, como o Ribeiro falou aqui. Até fizeram movimento aqui, fecharam, disseram que iam queimar a casa da Irmã, tocar fogo na igreja. Até, como Ribeiro falou, ele estava junto também, lá no meio. Para as pessoas que chegavam e até professam o nosso credo, era mostrado como se a Dorothy fosse o diabo e eu fosse o cão aqui dentro do Anapu. Quando as pessoas nos conheciam, diziam: Padre, Irmã, pelo amor de Deus! Parece que se invertem as coisas.

Então esse tipo de trabalhador... Quando governa com essa medida, se você tem 100 hectares, não vai ficar negociando e vendendo terra por aí. Do meu Estado, o Maranhão, fui expulso com onze anos de idade da terra, com os meus pais. Fomos passar fome na periferia das grandes cidades e sofremos muito.

Queremos que as pessoas tenham o direito, que as pessoas possam produzir. E, com o PDS, elas terão direito, sim, de dar preço ao seu produto, até mesmo à madeira. Você não vai vender uma árvore por R\$30,00, R\$40,00, para depois comprar o metro da madeira na cidade por R\$300,00, R\$400,00. Você vai dar o preço

ao seu produto de uma forma organizada, está certo? Então é isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor entende que os madeireiros contribuem para o desmatamento indiscriminado e acima do limite, ou que os madeireiros podem ser utilizados para fazer esse desmatamento de forma organizada e permitida em lei?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Como o próprio Presidente da Associação dos Madeireiros falou, você vai trabalhar de uma forma organizada, porque os trabalhadores têm direito de colocar essa roça em três hectares. Se têm o direito de colocar três hectares, é claro que vai haver madeira ali dentro. Trabalhando de uma forma organizada em três hectares... porque aqueles que não estão legalizados vão pegar a madeira da roça, depois entram com trator dentro da mata, danificando, tirando madeira de forma irregular. As grandes clareiras que existem aqui são dos grandes fazendeiros que nem sequer moram aqui em Anapu. Mas, se trabalhar de uma forma organizada e reflorestando, como foi falado... Dentro do grupo dos fazendeiros tem vários; dentro do setor madeireiro tem vários também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é a opinião do senhor sobre a atuação da polícia? A polícia aqui protege alguém? A polícia entra para resolver o problema? A polícia entra para agravar o problema? Muita gente reclama da polícia. Qual é a visão que o senhor tem da atuação policial?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – quanto ao comando da militar que está agora... O outro, conseguimos fazer abaixo-assinado para tirar o comando do Sargento Lino, porque me doeu muito quando foram presas as quatro pessoas, ficando até num lugar anti-humano, onde eles trabalham. Aquela delegacia era um postinho de saúde e ficou ainda hoje como delegacia. Colocam as pessoas expostas, e as mulheres chegaram para ver os seus maridos, os seus filhos, e foram tratadas a ponta-pé, chamadas de bandidas, essas coisas todas. Nem respeitaram as categorias.

Fizemos um abaixo-assinado, um grupo de mulheres, Dia da Mulher. Fizeram flores lá no salão paroquial, foi um grupo de mulheres com velas. Eles chutaram as velas. Dorothy não estava presente; estava outra Irmã, e chamaram de tudo quanto era nome. Depois saiu na imprensa que a Dorothy tinha ido acender vela e chutaram. Esse tipo de polícia, não queremos. Havia um outro tipo de comando. O que chegou ainda não posso avaliar.

Quanto à Polícia Civil que nós pedimos, também é o lugar que eles moram, só que, nesse conflito que causou a morte da Dorothy, houve denúncias e mais

denúncias. E, quando queimaram a casa do senhor lá, pai de dez filhos, queimaram a casa dele, o carro não estava funcionando, porque, para pegar, tem que ser no arranco, no empurro. Quando disseram para ajeitar o carro da Paróquia, o carro da Paróquia não estava em condições também. Ajeitaram um carro, depois disseram que não iam, mas, na hora que vissem esse cara que mandou queimar, pegavam. No outro dia, estavam de mãos dadas aqui na Polícia Civil. Um tipo de polícia dessa, nós não queremos em Anapu.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de saber o seguinte: o PDS então, pelo que o senhor falou, Padre Amaro, ajuda a organizar os trabalhadores para que a sua produção, de forma coletiva, possa ser melhor valorizada e aproveitada?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – É, justamente porque, nesses quinze anos trabalhando aqui na área como Padre, você chega dentro... Tente você chegar na família que às vezes não tem um tipo de planta definitiva. Chega um momento que ele tem que vender a terra. E, como grandes setores fazendeiros fazem isso, ele compra uma casa a terra até por um preço que acha mais ou menos, vai para a rua, compra uma casa e depois fica aí, à mercê, passando fome.

No PDS, como foi dito várias vezes, não podia criar galinhas, não podia criar cachorro. Se fosse matar uma caça, uma paca, tinha que olhar se era macho, se era fêmea, se estava criando, essa coisa toda. Uma besteira que não entra na cabeça das pessoas. E o PDS, sim, ajuda você a ter amor pela natureza, a preservar aquilo que é seu. Quando dizem que somos o pulmão do mundo, onde nós queremos o oxigênio é saudável. O que a gente está querendo é isso: é o PDS onde as pessoas possam ter mesmo uma alimentação digna para sobreviver e sair das cestas básicas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Padre Amaro, nós temos conhecimento, queria o senhor confirmasse, que várias ocorrências policiais foram feitas ao longo dos últimos anos sobre ameaças de morte a trabalhadores rurais, inclusive com queima de barracos por pistoleiros. Essas ocorrências foram feitas na polícia. A polícia foi lá na área, averiguou? Segundo, a polícia abriu o inquérito para apurar? Sob denúncia de quem a polícia abriu inquérito para apurar se a Irmã Dorothy fornecia armas para os trabalhadores? O senhor poderia responder a essas duas questões?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Posso sim.

No tempo do comando do Sargento Lino, eles faziam segurança sim, mas para o Joaquim Jorge Petrola de Melo, uma coisa assim, que era da antiga Cosbel. Ele fazia segurança para ele, sim.

Ocorrência, tem muita. Tenho ali uma pasta cheia de ocorrências. O que fazia? Quando o trabalhador chegava aqui... Chegou uma empresa de segurança e o que aconteceu? Um dia, eu vi quatro pais de família, ao meio-dia, no sol, em frente à delegacia. Ia passando no carro, parei e disse: o que vocês fizeram aí? Já mataram alguém? Ele disse: "Não, Padre, nós estamos aqui presos". Quem prendeu vocês? A polícia não estava ali; só havia um soldado. Disse: "Não, esses da segurança nos prenderam". Eu disse: pelo amor de Deus, vocês são polícia por acaso? Subam aqui no carro. Vou levar vocês para casa. Disseram depois que meu nome saiu aí, que eu estava tirando, porque a própria empresa Marca vinha para dentro do Comando da Polícia Militar, usava os telefones, ficava lá. Quando chegava um trabalhador para depor, estava ouvindo tudo, porque, naquela sala, quem passa na rua até ouve tudo aquilo, estava ali vendo. E o Sr. Veríssimo, que ainda está causando danos aí dentro, que era o chefe, junto com o grupo, ficava com o carro estacionado lá, o carro-de-boi. Esse carro foi usado para colocar trabalhadores quando fizeram o despejo. Encheram aquele carro-de-boi de trabalhares e saíram, dando arranco naquelas ladeiras. Hoje nós temos uma jovem de quinze anos que está deficiente da perna por causa daqueles maus tratos, apoiados pela polícia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Como foi aberto o inquérito contra a Irmã Dorothy? É a segunda pergunta que eu fiz.

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Foi quando veio um grupo de pistoleiros, do grupo do Paulo Medeiros, que se dizia dono da área da Virola Jatobá, e entrou lá. Fui avisar na casa de uma senhora... E eles disseram que, às 5 horas – justamente quando estava acontecendo a CPML da Terra em Altamira –, se ela não saísse dali, eles iriam abrir fogo. Ela correu aqui e fez a denúncia. Pensaram que fosse fofoca de mulher. Mas eu digo que as mulheres de Anapu não são fofoqueiras, não. Elas são muito espertas e sabem defender os seus direitos. Está certo? Logo em seguida, veio outro rapaz – chegou e fez a ocorrência –, mas não foi ninguém... Justamente como tinham combinado, eles chegaram lá – onde havia crianças, idosos e outras pessoas – e abriram fogo. E houve aquele tiroteio. E morreu um da equipe dos pistoleiros daquele grupo.

Naquele momento em que eles foram lá fazer a apreensão das armas, pegaram as armas caseiras – aquelas que eles chamam de badoga ou coisa assim, uma arma pequena – e colocaram isso para o responsável da Polícia Civil em Altamira. Fizeram aquilo e colocaram uma coisa... Fizeram uma montagem, porque na casa em que eles disseram que pegaram, não era... E disseram que a Dorothy fornecia arma. Uma mulher

que tinha até medo de uma faca quando estava em cima da mesa, como ela ia fornecer arma?

E ela lutou. Não agora porque ela está morta. Eu a comparo a Mahatma Ghandi. Ela disse que iríamos, sim, resolver os problemas de Anapu, mas não com violência, e que, dentro desta Casa aqui, quando eu estava me recusando a vir, havia pessoas que colocaram um projeto famigerado colocando-nos como **personas non gratas**, incentivando o povo à baderna. Ela disse isso. E eu dizia: "Dorothy, esse negócio aí..." E ela disse: "Não. Nós vamos fazer assim: trazer a paz não com a violência porque a violência só gera violência."

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Certo. A última pergunta que eu teria é a seguinte: como o senhor vê a presença – o senhor já falou sobre a atuação das Polícias Militar e Civil – dessa delegacia recentemente instalada aqui? Ela ajudou a minimizar esse processo de violência? Os policiais iam investigar as ocorrências?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Olhe, por um lado, sim. Tentaram ver. Mas quanto a esta questão do PDS Esperança, eles pediram proteção. A Dorothy foi lá e pediu proteção – porque ia haver essa reunião – pra fazer o barracão e organizar as coisas porque já era tempo de o pessoal plantar. Eu mesmo fui lá e vi que eles estavam jogando capim dentro das roças das pessoas. Estavam jogando capim! Eles queriam proteção. E esse grupo tinha passado por lá no dia em que queimaram a casa de um senhor. Eles tinham passado a noite bebendo cachaça, fazendo fogueira e fumando maconha ao redor do barraco. Então, ela disse: "Olhem, nós queremos proteção." E não foi dada a proteção para isso.

Então, queremos uma Polícia Civil comprometida com a causa daqueles que são desprotegidos de tudo. Queremos também que se crie, onde eles trabalham – não sei como se faz isso, creio que se deve encaminhar à Prefeitura –, um local adequado para prestarem depoimentos e ficarem em sigilo. Isso deve ser feito com a Polícia Civil e com a Polícia Militar porque já passaram dois prefeitos – já estamos no terceiro prefeito –, e a coisa continua na estaca zero.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Está certo. Eu agradeço e passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Prezado Padre Amaro, na celebração da missa de corpo presente da Irmã Dorothy Stang, ao final, o senhor foi um dos últimos a falar. E lembro-me bem das suas palavras, ditas de uma maneira muito firme e muito assertivamente.

Srª Presidente Ana Júlia Carepa, vou mencionar um fato, mas será necessário que, depois, o Presidente

da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores que conheçam o assunto possam esclarecê-lo inteiramente.

O Padre Amaro, ao final da missa, externou a sua preocupação. Ele fez um protesto porque soube que, no sábado, dia 12, no dia em que a Irmã Dorothy foi morta, na Câmara Municipal, teria havido uma manifestação como que de júbilo e que, inclusive, teriam soltado fogos de artifício. É claro que isso pode ter sido ação de apenas uma pessoa e não da Câmara Municipal em si. Mas eu pediria ao senhor que esclarecesse o fato e que se dê, obviamente, oportunidade ao Presidente da Câmara Municipal para que, se souber do episódio, ele possa esclarecê-lo a nossa Comissão.

No que diz respeito ao que o senhor sabe... Primeiro, o senhor mencionou que houve uma moção. Eu pediria que informasse quando foi essa moção, a data – talvez não com precisão –, se foi uma moção aprovada, se existe a data, o documento... Seria importante a Comissão obter uma cópia do mesmo.

O senhor mencionou no seu depoimento que, na Câmara Municipal, houve uma moção para declarar a Irmã Dorothy como pessoa não grata em Anapu. Pergunto se a moção é da Câmara, se houve a data em que ocorreu a moção e se há um documento dizendo o porquê disso.

Em segundo lugar, o senhor também mencionou, na celebração da missa, que, após terem tomado conhecimento do assassinato da Irmã Dorothy, aqui na Câmara Municipal, houve uma pessoa ou pessoas... Queria que o senhor esclarecesse, da parte do seu conhecimento, se isso decorreu da iniciativa de um vereador, de vereadores da Câmara Municipal ou como, de fato, aconteceu.

Obviamente, depois, eu gostaria de obter o esclarecimento da parte do Presidente da Câmara Municipal.

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Quanto à questão da moção... O Ofício nº 58, de 2003, diz assim:

Nós, vereadores do Poder Legislativo de Anapu, em nome da população anapuense, vimos a V. Exª solicitar que notifique as autoridades municipais, estaduais e federais sobre as diversas manifestações de repúdio quanto à implantação do PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável, em nosso município.

Como legisladores representantes do povo, nós nos sentimos na obrigação de acatar os anseios da população e de tomar providências.

Certos de contarmos com a vossa atenção e compreensão, reiteramos votos de estima e distinta consideração.

Assinaram os ex-veredores: Laura, Paulo Anacleto, Gerson Alderico Coutinho, Alexandre da Silva,

Ironildes Torres Neto e Luizete de Sousa Santos. Vereadores na época.

E há aqui também a questão do título que foi expedido para a Dorothy. Foi expedido também o título de **persona non grata**, expedido em... A data do jornal... Depois saiu a publicação no jornal. Mas eu tenho aqui...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Quando ocorreu isso? Está nos Anais da Câmara Municipal?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Isso. Deve estar. Deveria estar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – O segundo ponto... O que aconteceu?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – O segundo ponto... Não foi só aqui em Anapu que soltaram fogos e beberam cachaça. Com esse suposto consórcio... De Uruará começaram a ligar para esse grupo e disseram: “Olha, vamos matar boi, vamos beber cachaça.” E os fogos aqui... Como eu falei naquele dia, repito: há vereadores sérios, sim, dentro da Câmara de Anapu, nos quais a gente pode confiar, mas há vereador em que não dá para confiar. E soltaram fogos, sim, beberam cachaça e festejaram.

Há poucos dias, agora mesmo, nem respeitando a morte da companheira, quando a Câmara de Belém assinou uma proposta para que esse crime não fique impune, na primeira sexta-feira após a morte da Irmã, não deu outra aqui: praticamente, só saiu o meu nome. Não vou dizer que foi durante a sessão toda porque há coisas que não dá para ouvir muito bem. Dói muito ouvir onde há muitas bobagens. E foi logo, nem respeitaram o sentimento dos outros. Mas que houve, houve.

Falaram que foram todos os vereadores, mas não foram todos. Alguns vereadores fizeram isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Relacionado a esse evento de manifestação e júbilo diante da tragédia da morte da Irmã Dorothy, e tendo em vista o fato de que aqueles que cometeram o crime – os pistoleiros que hoje prestaram depoimento a esta Comissão – mencionaram, na presença do Tato e do fazendeiro Bida, na fazenda do Bida, que eles poderiam fazer uma coleta para pagar o advogado de defesa dos pistoleiros, V. Sª teria conhecimento ou quaisquer indícios de junto a quem se faria essa coleta para pagar os pistoleiros e os advogados ou o advogado dos pistoleiros?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Senador Suplicy, iria fazer uma pergunta na mesma direção. O senhor conhece outras pessoas que poderiam estar envolvidas em outras mortes de trabalhadores?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Conheço, sim. Conheço, como membro da Comissão Pastoral da Terra, acompanhando... Claro que, como membro da Assessoria dos Trabalhadores e Trabalhadores, as informações vêm logo para nós. Conheço, sim, esse nome. Esse suposto consórcio, se houve a reunião... Como foram mencionados os nomes por eles, é porque esse Bida estava aqui há pouco tempo... E, de repente, de janeiro para cá, já terem arrecadado 50 mil, como mencionado por eles – não sei se é bem isso –, para matar... Do jeito que ele estava se portando dentro da área do PDS, no lote 55 da Gleba Pacajá, do PDS Esperança... Tenho, sim, até mesmo porque há coisas que são da própria CPT. Só que a gente já gritou muito, junto com a Irmã Dorothy e até mesmo com vocês. A gente até agradece.

Depois que colocaram os trabalhadores no Governo, não menosprezando o Governo, quando vamos a Brasília, não ficamos mais na Esplanada dos Ministérios pegando chuva. Vamos falar diretamente com vocês. É o motivo de V. Ex^{as}, Senadores, estarem aqui conosco. E a gente agradece isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, se o Padre Amaro quiser colaborar com a Comissão e, talvez reservadamente, encaminhar o nome de quem ele conhece que poderia eventualmente ter participado desse consórcio, eu pediria que se manifestasse à Senadora Ana Júlia Carepa. Talvez seja melhor falar reservadamente.

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Já encaminhamos os nomes para a equipe da Secretaria dos Direitos Humanos que veio aqui. Provavelmente isso deve chegar até vocês.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Padre Amaro, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. O senhor acha que está correndo risco de morte?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Olha...

(Falha na gravação.)

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – *(Inaudível.)* Anapu. Creio que não vai haver espaço para esse tipo matador barato de aluguel.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Pergunto isso porque D. Erwin, na audiência que tivemos em Brasília, citou uns cinco ou seis nomes que estariam marcados numa lista. E citou o seu nome. Eu, àquela altura, disse a ele: “Por que a Irmã Dorothy, por várias vezes, se negou a receber proteção policial? Ela não aceitava proteção?”

E quero aqui, de público, perguntar, se for esse o seu caso, se o senhor também não aceita essa proteção policial ou se o senhor aceita proteção policial. Não só o senhor como todos os outros que foram citados por D. Erwin naquela reunião.

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – *(Inaudível.)* até mesmo porque tem coisa que é própria do presbitério. É verdade isso, até mesmo porque, uma semana antes de a Dorothy morrer, três pessoas abordaram o presidente de uma associação, aqui em Anapu, e queriam matá-lo. Não o mataram porque ele estava no meio da rua. E disseram que os dias da Dorothy estavam contados e o que tinha *(inaudível)* da cabeça seca era uma bala. A Dorothy já foi, e estou aqui.

Como dissemos, a Dorothy nunca recusou proteção porque ela mesma foi ao Governo do Estado e ao Governo Federal e pediu proteção. Mas nesse sentido assim, não dentro da questão do Pro Vita. Trabalhamos com trabalhadores e trabalhadoras agora dentro do Pro Vita. E alguém vai ficar... Vão ficar quatro pessoas ali policiando a sua vida.

Agora, a gente aceita, sim, dentro de uma questão diferenciada para as pessoas que, no nosso caso, trabalham para a Comissão de Direitos Humanos. A gente aceita, sim, nesse sentido, não dentro da questão do Programa Pro Vita.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Não, mas se o risco de vida é seu, quem tem que ter cuidado é o senhor. Estou lhe perguntando se o senhor aceita essa proteção a sua pessoa física.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Só um segundo, deixa-me ajudar. Existe um Programa, o Pro Vita, que prevê inclusive a transferência de pessoas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Mas não é esse o caso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Pois é, mas existe um programa, que está sendo lançado agora, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. É um programa novo. Por quê? A vida dos defensores dos direitos humanos depende das comunidades. Eles atuam defendendo os direitos humanos. Ou seja, é um direito humano a pessoa ter direito à terra, a pessoa ter o direito de plantar, enfim. É um programa novo que foi lançado. O programa novo é esse que foi lançado no Estado. Eu estava presente no dia do lançamento. E falta fazer a comissão do Estado. Esse programa de proteção dos defensores dos direitos humanos ainda está sendo implantado aqui no Estado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Só quero saber se ele aceita...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Então, a gente pergunta: nesse caso de um programa de proteção aos defensores dos direitos humanos, que foi lançado inicialmente em nível nacional e agora (*inaudível*), o senhor aceita?

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Não só para mim, mas dentro do próprio (*inaudível*), porque V. Ex^a está falando para mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Aí é individual, estou perguntando ao senhor.

O SR. JOSÉ AMARO DE SOUZA – Sobre isso temos que conversar, não vou dar a resposta aqui e agora. Somos um grupo de pessoas que estamos, como se diz, ameaçadas, não só esses quatro (*inaudível*.) Há outras pessoas. Não posso dizer aqui e agora se aceito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Continuamos na mesma.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Queria então agradecer ao Padre Amaro. Esta Comissão está a sua disposição para inclusive repassar essa informação, já encaminhada para a Comissão de Direitos Humanos, de forma reservada. Penso que isso é adequado.

Antes de passar para o próximo, o Sr. Josildo Carlos de Freitas, Presidente da Associação de Agricultores de Água Preta, faço referência à pergunta que o Senador Eduardo Suplicy fez sobre o Presidente da Câmara Municipal, para que ele possa esclarecer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Muito bem. Como é o nome do senhor mesmo? (*Pausa*.)

Jurandir Plínio de Souza, Presidente da Câmara Municipal. O senhor ouviu o Padre Amaro e as perguntas que formulei? (*Pausa*.)

Eu agradecería se puder esclarecer exatamente, em primeiro lugar, se houve de fato essa moção para que a Irmã Dorothy, não no seu tempo, mas na legislatura anterior, não permanecesse na cidade.

O senhor pode explicitar a data e encaminhar à Comissão o documento? Sabe, V. Ex^a, que, em seguida, a Assembléia Legislativa do Pará fez um requerimento e aprovou, considerando a Irmã Dorothy cidadã do Pará, até por causa do que havia de iniciativa?

O SR. JURANDIR PLÍNIO DE SOUZA – Não, creio que foi antes, bem antes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, foi antes, ela recebeu o título no ano passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Recebeu o título no ano passado, mas em decorrência do que havia acontecido. Então, foi assim mesmo, como esclareceu o Deputado...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – ...Airton Faleiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Airton Faleiro. (*Falha na gravação*.) E corresponde à verdade que, no dia da morte da Irmã Dorothy, houve aqui – não sei se da parte da Câmara Municipal reunida, se da parte de alguns vereadores, ou de quem quer que seja – uma manifestação e que se chegou inclusive a soltar fogos de júbilo pelo crime? O senhor pode nos esclarecer isso, por favor?

O SR. JURANDIR PLÍNIO DE SOUZA – Tudo bem, Senador. Vou começar falando da moção. Na verdade, não sei quais foram os critérios usados para que dessem esse título de **persona non grata** à Irmã Dorothy, até porque, na época, eu não era Vereador. Fui eleito nas últimas eleições e empossado no dia 1º de janeiro. A Câmara estava em recesso até o dia 15, inclusive no dia 15, quando estava sendo velado o corpo da Irmã Dorothy. Posteriormente, houve o sepultamento.

Naquele momento, o Padre Amaro fez umas acusações levianas com relação à Câmara de Vereadores. Por ser um formador de opinião, ele usou de dissimulação. Mentiroso! Ele foi mentiroso em suas colocações. Em nenhum momento houve aqui, por parte de vereadores que compõem esta Casa Legislativa, solta de fogos ou comemoração com bebida alcoólica. Inclusive, peço a esta Comissão... Se não for da alçada de V. Ex^{as}, peço à Polícia Federal que investigue esse fato. Entendeu? Se houve envolvimento da Câmara de Vereadores nesse episódio, são dissimuladoras... As acusações são levianas. Espero que isso seja apurado. Inclusive, registramos um BO, e o Padre Amaro vai ser ouvido pela Justiça. Vamos entrar com uma representação contra ele, por ser mentiroso. (*Palmas*.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Então, V. Ex^a esclarece que a Câmara Municipal não havia ainda entrado em atividade no dia 12, não é? (*Pausa*.)

Apenas, Sr^a Presidente... Claro, o senhor terá condição de completar, mas... É possível que o Padre Amaro queira, então, esclarecer, diante do que disse o Presidente da Câmara, o episódio referido.

O SR. JURANDIR PLÍNIO DE SOUZA – Inclusive, diga-se de passagem, a sessão de abertura dos trabalhos estava marcada para as 9 horas da manhã, entendeu? Em memória à Irmã Dorothy Stang, marcamos para as 19 horas, mostrando o respeito desta Casa pela pessoa da Irmã Dorothy. Em nenhum momento...

Então, peço que esta Comissão federalize essa situação e coloque a Polícia Federal para investigar, ou

a própria Abin, que V. Ex^{as} verão que não teve nada a ver esse episódio que se acabou de frisar.

Portanto, é leviano, é mentiroso e não procede...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Algum dos Vereadores atuais faziam parte da legislação anterior?

O SR. JURANDIR PLÍNIO DE SOUZA – Sim, Senadora. Inclusive o Vereador Paulo Anacleto, que está presente, pode explanar mais a respeito da moção, porque ele era Vereador na época.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Chamo, então, o Sr. Josildo Carlos de Freitas, Presidente da Associação de Agricultores de Água Preta.

(Pausa.)

Peço que o senhor seja o mais breve possível, porque o senhor foi, digamos assim, incluído aí...

(Falha na gravação.)

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – (Fora do microfone. Inaudível.) Que a Irmã Dorothy saísse e que os PDS não fossem implantados na região.

Se V. Ex^{as} quiserem ouvir mesmo a verdade, se estão dispostos a ver a verdade e investigar a verdade também... Sou um dos ofendidos pelo Projeto PDS. Ele diz que é... Mas não é o Projeto PDS. Por quê? Faz dois anos que o Projeto PDS está em nosso Município para ser implantado. E, como prova, está a população toda.

Sobre aquele ofício também que está aí, que diz que foi vereador ou prefeito, seja lá quem for... Quem mandou aqueles ofícios fui eu. Por quê? Já faz cinco meses que estou correndo atrás da Justiça para ver se ela age e resolve alguns problemas, porque o Projeto PDS está com dois anos apenas. E ele entrou com conflito e derramamento de sangue no Município. E a nossa população é a principal prova disso aqui. Tudo o que eu posso falar aqui eu posso provar também. Por quê? Porque eu entrei na Justiça... Por que eu entrei na Justiça de Altamira? Porque, nós colonos... Nossos lotes são apenas de 20 alqueires. Nem 20 alqueires dá direito, não. Nem 20 alqueires dá. Estamos nessa terra já faz quatro anos. Uns com três anos; e outros, cinco anos. O máximo é 5 anos. Essa terra não é grilada de fazendeiro e por ninguém. Essa terra é da União. Então, eu faço parte da União, assim como outros colonos também fazem parte da União.

O que o Projeto PDS fez? Pelo tempo que eu conheço esse Projeto PDS, já entrou com derramamento de sangue, usando os colonos, usando a assinatura do povo de má-fé. Caso que eu provo. Eles fizeram aquela manifestação na ponte, pegando a assinatura do povo,

dos colonos e do pessoal dizendo que era para fazer asfalto. E não foi para asfalto... Foi para quê? Pegaram a assinatura e iam usar o documento dizendo que era para o pessoal que (inaudível) aceitando o PDS.

Então, a turma do PT... Isso ficou bem claro: não dizendo o PT lá de fora, mas o PT aqui do Município de Anapu. Todos eles estão errados, começando pelo Sr. (inaudível). Digo logo bem claro. Disseram que vou morrer, que vão me matar... Na verdade, não escolho lugar também, não. O certo é certo. Eu sou um dos revoltados. Há muito tempo venho procurando a Justiça. Há muitos dias, e até agora eu não vi justiça. Estamos esperando. Estou aqui no Município faz quase 15 anos. Todo mundo me conhece. Podem investigar o quanto quiserem.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Sim, faz quase 5 anos que tenho essa terra. Era para ter 20 alqueires, mas não está dando 20 alqueires. Mas, como aceitamos o Projeto PDS, eram 100 hectares. Como aceitamos o Projeto PDS, o que eles fizeram? O pessoal do Projeto PDS... Todos eles, incluindo Mandó, Chiquinho, Geraldo Magela, Gabriel, essa turma toda. Estamos aqui também. Era amigo meu. Mas, pelo dinheiro, o que eles fizeram? Pelo dinheiro, eles desprezaram todo mundo... Não ligou... E fui tentar resolver o problema. Eu disse: "Mas rapaz, nos deixe lá. Nós somos colonos. Sofri muito tempo carregando rancho nas costas. E, então, não é certo vocês pegarem e botarem outros lá." Por que motivo? Porque não aceitamos o Projeto PDS.

E falei: "Estamos em um país democrático, não estamos num país comunista... Então, é muito errado o que estão fazendo dentro do Município... Sobre aquele papel que o vereador..." Eu sou assim... Eu falo. Não sou de levantar falso testemunho contra ninguém, mas falo a verdade. Sou analfabeto, mas falo a verdade que é pra falar. Como a senhora disse que os senhores estão aqui para fazer justiça... Então, se for para fazer justiça, peço o seguinte: que não (inaudível) nem fulano. Se o fulano é do lado do PT, vamos fazer justiça. Não vamos puxar nem pro fulano nem pro sicrano. Se o pai errou, vamos puni-lo; se a mãe errou, vamos puni-la; se o filho errou, vamos puni-lo. Tem que ser assim... Não é puxar pro lado de fulano nem sicrano, não.

É isso o que estou querendo. Já estou cansado de ouvir: "Vamos agir, vamos fazer fulano..." Vamos ver o que a gente resolve hoje. E até hoje não resolveram nada. Então, como esse caso: o motivo de a irmã Dorothy morrer. Não é isso? Então, os principais culpados são quem? No meu pensamento – e provo isso também

–, os principais motivos da morte da Irmã Dorothy... Sabe quem são os culpados? O próprio Presidente Lula e o Presidente Nacional do Incra de Brasília. Esse homem a quem entreguei para pedir uma... Estou aqui com o documento... Aqui é o que eu pedi para fazer a manifestação... Só que eu vou precisar de todo esse documento. Isso... Aqui são... Aqui está o documento que pedi na Justiça, esse documento bem aqui. O Presidente Nacional do Incra de Brasília... Se ele falar bem assim “Eu não sabia”, ele está mentindo. Certo é certo. A verdade cabe em todo canto porque dei um papel desse que está aqui para o Presidente Nacional de Brasília, do Incra, porque ele chegou aqui dizendo que é Presidente do Incra Nacional de Brasília.

Ele não avisou a ninguém que ia fazer uma reunião pública para nós, os colonos. E estamos lá... O nosso lote tem outro lá. Até hoje nunca foi tomado, nunca foram resolver o nosso problema. Por quê? Graças a Deus, estamos confiando na Justiça. Muitos dizem que vão tirar à força. Digo: “Não, a Justiça existe. Então, vamos confiar na Justiça e vamos ver se ela resolve o nosso problema.”

Outras pessoas falaram assim: “Zildo, não adianta brigar, porque é a mesma coisa que brigar com o Governo Federal.” Quem sou eu para brigar com o Governo Federal? Quem somos nós? “Zildo, não adianta brigar porque é uma barreira muito forte. Os madeireiros perderam, os fazendeiros entraram conosco e perderam. Então, avalie.” Eu digo também: O certo tem que ser assim. A pessoa que falou “Zildo...” quem foi? – digo tudinho na cara; certo é certo – foi o Geraldo Magela. Foi ele quem falou para mim e o próprio Sr. Gabriel. Ele falou isso para mim. Ele disse que não adianta a gente entrar porque é uma barreira muito forte, pois o madeireiro entrou e perdeu; os fazendeiros também perderam.

A gente tem que pensar o seguinte: antes de a gente fazer qualquer coisa, temos que pensar primeiro na gente. Eu sou colono, sou pobre. Podem procurar o pessoal aqui em Anapu. Dentro do Município de Anapu, não existe um que diga que o Zildo é enrolado. Zildo vive bem? Isso e aquilo outro. Não ando, não. A terra que tenho lá... Sou bem claro para esclarecer, sou bem claro mesmo. Essa terra que tenho foi de outro cidadão, de um velhinho que está bem aqui. Esqueci até o nome dele, mas, se for o caso, eu o levo lá. Ele teve a benfeitoria dele. Aí, eu precisava de uma terra para trabalhar, uma terra roxa porque há uma aqui no travessão da Catarina que eles disseram que eu vendi. Esse pessoal do PT é assim. Não o PT todo, mas sei que existe gente honesta, do mesmo jeito que existe o pessoal errado no Incra, mas existe gente honesta no Incra também.

O que acontece? Muita gente não fala nada porque sabe que corre o boato. Se tu falares Zildo, tu vais ser preso; se tu falares também vais ser preso. Aí Anapu inteiro se cala, fica quieta, com medo. Eu fico só olhando. Esse pessoal quer acabar com o conflito. Fica fácil, é fácil... Sou analfabeto, mas vejo na cara quem está sabendo o que está acontecendo no Município. Somos nós aqui dentro que estamos sofrendo.

Uma vez eu disse assim: “Podem invadir terra de fazendeiro, tem que invadir mesmo porque saem grilando tudo.” Eu mesmo falei isso. E então... Mas tudo bem, eu falei, mas depois passou o tempo. Aí, o que aconteceu? Invadiram a minha terra, que é menos de 20 alqueires, não dá 20 alqueires. Então falei “Não gostei, não. Está errado. Aí está o meu suor, gastei o meu suor aí dentro. Mas fiquei quieto.”

Agora, meu sonho também é comprar um carro traçado também para tirar dali para cá. O que foi que fiz? (Pausa.)

Dá licença só um pouquinho, depois podem perguntar à vontade quem quiser Não fui roubar e nem fui tomar nem de fulano e nem de sicrano também, não. Sabem o que eu fiz? Se eu fosse roubar, eu iria preso; se eu fosse tomar de outro colono, também iria arrumar conflito com ele. Depois, ele ia querer me matar e ficaria ruim. Se ele desse um tiro em mim, já era também. O que eu fiz? Fui lá e negocieei com o rapaz. E isso faz 4 anos. Hoje sou dono da terra. Ele está lá porque está aposentado, mas eu sou o dono da terra. Depois de 4 anos, conseguimos abrir uma estrada e carregamos o resto nas costas. É ... Estou esquecido do nome dele, mas depois vou dar o nome. É o Sr... Não é meu sócio, é o rapaz de quem comprei os direitos há 5 anos. Não sei o nome... Sei o nome dele, mas estou esquecido agora. Mas se precisar, tenho o nome...

Se o ladrão rouba hoje, e a Justiça não puni-lo, o que acontece? Ele vai roubar mais. Mesmo assim, há os invasores de terras. Se a Justiça não punir esses invasores de terra, tudo vai continuar... Nunca para a morte... No dia em que a Polícia chega, resolve-se o problema. Se o colono tem aquela terra, seja lá quem for, tem que cortar a terra dos colonos e distribuir... Mas aí tem suor. Se o fulano de tal tem sua benfeitoria, também tem que ser verdade... Se alguém falar a favor de fulano de tal, não. Se querem justiça, tem que ser feita justiça. Cabe ao Governo Federal, ao Presidente Nacional do Incra, acabar com o conflito. E é fácil: basta fazer o certo. O que eles têm que fazer? Têm que chegar aqui e perguntar se o senhor é fazendeiro, se sou fazendeiro... Então, desta terra aqui o senhor desmatou tanto, e o senhor gastou dinheiro ali. Ninguém está falando sobre fulano ou sicrano... Sabem que ele gastou dinheiro ali. Eles estão falando que foi fulano

e sicrano porque estão com medo. O que têm que fazer? O Governo Federal tem que ir ali, negociar com ele, contar as terras por colono, sem confusão. Depois, quem invadiu o que é dos outros tem que ser preso dentro do rigor da lei. Ai acabam os conflitos.

Faço esse apelo direto ao Presidente porque, se ele fizer isso, se colocar o Incra para comprar terra... Mas não deve colocar pastor, nem padre e nem sindicato porque, pelo que sei, quem cortava as terras era o Incra, um órgão Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO)

– O senhor é assentado do PDS, o senhor é colono do PDS?

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Graças a Deus, não sou assentado do PDS, nem sou colono do PDS.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO)

– Por que o senhor é contra o PDS?

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Sou contra o Projeto PDS totalmente, mas tenho razão de falar, porque, quando o PDS entrou aqui, já entrou com derramamento de sangue. Quero trabalhar no meu lote, quero ser dono do meu lote, e o projeto PDS não dá título definitivo pra gente.

Tudo o que temos, pegamos naquela terra. O colono já não tem nada, mas tudo que ele tem emprega naquela terra. Então, ele quer ser dono daquela terra. E o projeto PDS não dá direito a título. Esse é um dos motivos. O outro é que o programa chegou tomando a nossa terra e vendendo para outro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de que o Incra fez um decreto dizendo que, para as terras de até 100 hectares, todas as pessoas iam ser regularizadas.

O senhor disse que tem 100 hectares. Como não vai ter título de terra?

Outra coisa, o senhor disse que os fazendeiros trabalham na região. Mas eles são donos da terra? Desde quando?

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Agora vamos colocar os pingos nos “is”. Se a gente chegar... Não estou aqui para falar bem de ninguém, estou falando só o certo. Se querem fazer justiça, vamos fazer justiça dentro do certo. O que não pode é botar gente, outros colonos... terra de ninguém...

Então, cabe ao Incra fazer isso. Não é botar os colonos entrando no chumbo, morrendo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Muito obrigada, o senhor está dispensado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – AC) – Sr. Josildo, o senhor, como pessoa de Anapu, acompanha os fatos do Município. O senhor já deve ter tomado

conhecimento de como os pistoleiros mataram a Irmã Dorothy. O senhor já deve ter tomado conhecimento também que eles disseram que uma pessoa disse que iria pagar R\$50 mil pra eles matarem a Irmã Dorothy.

O senhor sabe desses fatos?

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – O que sei sobre o assassinato da Irmã Dorothy é o que eles falam, que foram dois que a mataram. O que sei é o que todo mundo sabe: que dois a mataram, e o intermediário é o Bida.

Para falar a verdade não entendi bem... O que o senhor falou?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-AC) – Para que o senhor seja responsável e faça, perante a Comissão do Senado, uma afirmação responsável, gostaria que o senhor conhecesse bem as razões que levaram o Sr. Raíram das Neves Sales e o Sr. Clodoaldo Carlos Batista – que ouvimos hoje de manhã –, aos quais se prometeu pagar R\$50 mil, R\$25 mil a cada um, a matarem a Irmã Dorothy. O Presidente Lula não tem nada a ver com isso.

Então, o senhor precisa tomar cuidado ao fazer uma declaração perante o Senado. O senhor precisa ser responsável. Se o senhor não sabe ainda, estou inteiramente disposto a esclarecer esse fato. Sugiro que o senhor faça uma declaração de maior responsabilidade com respeito ao que disse, há poucos minutos, sobre o Presidente Lula. O Presidente não tem qualquer responsabilidade com relação à morte da Irmã Dorothy.

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Sabe por que eu disse isso? Será que o Presidente Nacional do INCRA de Brasília, que é o responsável, não é muito amigo do Presidente Lula? Se é o Presidente quem manda no Presidente Nacional do INCRA, será que ele não está sabendo o que aconteceu? Será que o Presidente Nacional do INCRA não disse a ele? Queria saber também o que vai acontecer conosco. Não estamos lá para ver o que vai acontecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero esclarecer ao senhor que o Sr. Superintendente do Incra, Sr. Rolf Hackbart, também não tem qualquer responsabilidade sobre a morte da Irmã Dorothy. Se o senhor quiser saber como e por que afirmo isso categoricamente, vou esclarecer, mas não agora. É preciso que o senhor faça declarações responsáveis e que esteja bem informado. Agora temos de passar a outro depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy a intervenção e peço ao Sr. Josildo que faça acusações de forma responsável, porque poderá ser processado por acusações levianas e falsas.

O SR. JOSILDO CARLOS DE FREITAS – Quem vai provar que é falsa?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor não pode acusar o Presidente Lula, pois não tem razão. Muito pelo contrário. Sua Excelência não tem nenhuma responsabilidade, muito menos o Presidente do INCRA.

Agradeço a sua presença. Solicitamos os documentos para tirar cópia e devolveremos os originais.

Neste momento, ouviremos o Sr. David Stang, irmão da Irmã Dorothy. Chamo a senhora tradutora ou o Senador Eduardo Suplicy, que fala inglês, para que traduza, a fim de que todos possamos compreender.

Sr. David, fique à vontade para falar inclusive a respeito da expectativa que tem a respeito da nossa presença em Anapu.

O SR. DAVID STANG – Srª Presidente desta Comissão e distintos Senadores, é uma grande honra estar aqui, na presença de V. Ex^{as}.

A Irmã Dorothy era uma grande amante da vida e da terra. Ela nutriu e promoveu toda a vida que ela viu. Ela estava grávida de muitas idéias, mesmo com seus 73 anos. Ela era apaixonada pelo novo Governo, apaixonada pelo INCRA, pelo Ibama, tentou entrar em todas as organizações governamentais e trabalhar juntos.

Ela está honrada em estar aqui e eu estou honrado. Vim aqui para ver o povo e o lugar que ela amava, e só tenho visto uma grande nação e um grande povo.

No mundo inteiro, em todos os países, temos os bandidos, os cruéis, os estupradores, aqueles que não se importam.

Minha família, meus irmãos e minhas irmãs, de forma alguma, culpamos o povo brasileiro por aquilo que aconteceu.

Nós sabemos quem são os responsáveis por isso. Vocês têm se aproximado muitas vezes e dito: temos pena, estamos com vergonha, estamos abalados.

Eu, meus irmãos e minhas irmãs estamos honrados; temos a honra de abraçar vocês.

Agora que nossa irmã Dorothy deu seu sangue por vocês, nós aqui somos irmãos e irmãs de sangue.

O mal é muito criativo. Por que alguém iria matar uma mulher grávida? Quem mata os que criam mata o próprio país.

Minha irmã era apaixonada pela floresta, pela terra. Meu pai deu isso para nós todos.

Eu escutei um homem pedir justiça e com isso o pessoal lá fora gritando e aplaudindo. Pergunto: eles têm um preço na cabeça de 3 mil euros? Eles têm medo.

Nós somos um país católico, acreditamos em abraçar a todos, até abraçar o mal para poder trans-

formá-lo. Minha irmã desejava tanto e trabalhou tanto para transformar este país.

Ela estava de acordo com seu Governo Federal. E, a respeito dessa luta, nós, meus irmãos, irmãs e eu, desejamos tudo de bem para vocês.

Eu tenho vergonha de perguntar à Câmara de Vereadores e à polícia local por que deixaram minha irmã ser assassinada. Minha irmã sabia que tinha um preço na cabeça, que pessoas queriam matá-la; simplesmente não conseguia compreender por que queriam fazer isso. Ela queria que a floresta desse vida, que os pobres dessem vida. Que mais se pode pedir?

Por que matamos uma mulher grávida?

Um senhor disse que ela era uma freira norte-americana. Ela era brasileira, estava honrada, tinha honra de ser brasileira. Por que chamá-la de freira norte-americana? Esse é um termo de Deus.

Nós estamos aqui por muito tempo. Eu peço perdão por tomar seu tempo, mas estou honrado e agradeço o que me pediram.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada.

Neste momento, a Comissão vai encerrar os depoimentos públicos e tomar um depoimento de forma reservada.

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA
POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO
DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 5ª Reunião realizada em 2 de março 2005

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio Demóstenes Torres e Siba Machado membros, reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Do-

rothy Stang". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião tem por finalidade discorrer aos membros à respeito do resultado da viagem representativa desta Comissão nas Cidades de Altamira e Anapu/PA, assim como a discussão da Pauta de trabalho para as próximas reuniões. Inicialmente a Senhora Presidente faz um breve relato referente à ida a cidade de Altamira/PA e a reunião de Audiência Pública em Pacajá, realizada na Câmara de Vereadores, após solicita a Secretaria que providencie a substituição da palavra "Polícia Militar" por "Polícia Civil" no fato determinado aprovado no Requerimento de criação da mesma, junto a Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal. A Presidência consulta os membros, quanto aos próximos convidados na Comissão, os quais irão prestar esclarecimentos perante este colegiado, sendo sugerido as seguintes autoridades: Ministro do Desenvolvimento Agrário, Presidente Nacional do Incra, Presidente do Instituto de Terra do Pará – Iterpa, Executor do Incra de Altamira, Ministra do Meio Ambiente, Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Presidente do Ibama, Secretário Executivo de Meio Ambiente do Estado do Pará e Representante do Incra em Altamira/PA, agendando as reuniões da Comissão para o próximo dia oito e nove de março do corrente ano, sendo aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente sugeriu o aprofundamento nas investigações sobre grilagem de terras, especialmente em relação a questão cartorial, solicitando a Secretaria da Comissão que oficie às seguintes autoridades: Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, Juiz Titular da Comarca de Pacajá e Delegado da Polícia Civil de Anapu/PA. De posse da palavra, o Senador Flexa Ribeiro solicitou o encaminhamento de cópias de toda a documentação recebida por esta Comissão, para que os membros possam tomar ciência dos acontecimentos na íntegra. A Presidência solicita a taquigrafia do Senado Federal o encaminhamento, com a maior brevidade possível, das notas taquigráficas referente a Audiência Pública realizada no dia vinte e oito de fevereiro do ano em curso, para a conclusão dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro

aberta a 5ª reunião da Comissão Especial, criada mediante o Ato nº 8 do Presidente do Senado, composta por oito Senadores, com o objetivo de acompanhar como observadores as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal – farei apenas um reparo: não é pela Polícia Militar; está errado e não temos por que reproduzir um erro que ocorreu lá – e pela Polícia Civil do Estado do Pará – ao Secretário da Comissão, por favor – e apresentar ao Senado, no prazo de 30 dias, um relatório circunstanciado sobre o assassinato da missionária.

Esta reunião é para avaliarmos os resultados e os encaminhamentos para a próxima reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores.

Então submeto à discussão as atas.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as atas das reuniões anteriores permaneçam como estão.

Aprovadas as atas das reuniões anteriores.

Temos alguns encaminhamentos a fazer. Já estávamos conversando para tentar fazê-los por consenso entre nós. Eu já havia ponderado que não considerava necessário virem os dois Ministérios, porque, como esta é uma Comissão apenas – estou dizendo isso para registrar a minha ponderação – para acompanhar as investigações, mais no sentido de impedir a impunidade, não haveria uma necessidade tão grande de vir o Ministério. Mas isso não será problema; nós manteremos. Ficaria para terça e quarta-feira da semana que vem. Além dos dois Ministérios, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, e do Ministro Nilmário, que enviou, inclusive, um ofício para cá, que eu gostaria de ler:

“Assunto: Comissão Externa Dorothy Stang

Srª Presidente,

De ordem do Ministro Nilmário Miranda, acuso o recebimento do Ofício nº 034, de 2005, dessa Comissão Externa, que o convida para prestar esclarecimentos a respeito das ações do Governo na área do conflito, em Anapu, na reunião dessa Comissão no próximo dia 2 de março, às 18h30min.

Informo a V. Exª que o Ministro Nilmário Miranda estará, nesta data, cumprindo convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para acompanhá-lo em Montevideu, Uruguai, na cerimônia de posse do Sr. Tabaré Ramon Vasquez Rosas na Presidência da República daquele país.

Outrossim, o Ministro estará à disposição em outra data para prestar tais esclarecimentos.

Sendo o que tinha para o momento, apresento a V. Exª minhas considerações e apreço.

Atenciosamente, – **Júlio Hector Marinho Marins**, Chefe de Gabinete.”

Então o Ministro Nilmário está se colocando à disposição para vir em outro momento.

Pondera também o Relator, Senador Demóstenes Torres, quanto à importância de trazer os órgãos do Estado, tanto em relação à questão fundiária, que é o Interpa, quanto à do meio ambiente, que é a Sec-tan – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, com o que houve concordância geral.

Então foi aprovado que faremos reuniões terça e quarta-feira. É lógico que vai depender das agendas dos Ministros e dos Secretários, mas estamos propondo para terça-feira, após a Ordem do Dia, o Interpa, o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo que, conforme o que já havíamos decidido antes, no sentido de irem assessores para a região para conversar, eles mesmos apuraram a necessidade e a importância de vir o gerente do INCRA local, do INCRA de Altamira, pelo seu conhecimento amplo do assunto. E, na quarta-feira, após a Ordem do Dia, ouviremos a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente.

Sabendo do problema de saúde da nossa Ministra, é claro que aceitaremos de bom grado que o Secretário Executivo ou alguém que S. Exª indicar do Ministério venha, assim como o Secretário Nacional de Direitos Humanos.

Essa é a proposta que submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovada.

Também queria aprovar, Srs. Senadores, o seguinte: recebemos cópia dos inquéritos que os dois delegados... Deixem-me fazer um resumo.

Nós fomos a Altamira, no dia 28 de fevereiro, ouvimos os presos e as pessoas na audiência pública em Anapu, inclusive houve informações novas que não haviam sido prestadas antes pelos presos, que confirmam a existência de mais de um mandante. Eles afirmaram que o Vitalmiro Moura, conhecido como Bida, falou que contrataria advogados entre R\$50 mil e R\$100 mil e que, para isso, faria uma coleta. Nesse momento, ele citou o nome do Prefeito.

Eles nos falaram isso em dois momentos diferenciados e depois acareados.

Ouvimos também o Tato, que negou, mesmo que não concordássemos com a sua negativa, até pelas evidências. Inclusive foi boa a nossa intervenção ao dizer para ele – e o Senador Demóstenes, como Promotor, reforçou isso – que ali estávamos apenas para ouvi-los, mas que ele teria, sim, um atenuante na penalidade se confessasse a sua participação.

Já temos a informação – digo isto aos Senadores, mas creio que já está na imprensa de hoje – de que os dois pistoleiros confirmaram perante a polícia o mesmo que nos disseram, e também a polícia já ouviu o próprio Prefeito.

O Prefeito estava no aeroporto, indo para Belém, para falar com o Governador do Estado do Pará, quando o delegado da polícia o convidou a ser ouvido. Ele acatou e foi ouvido; negou tudo, mas reconhece que também é grileiro, questão de que já havia nos falado na audiência pública.

Ouvimos várias pessoas na audiência pública. Foram ouvidos tanto o sindicato e os representantes dos trabalhadores quanto representantes de madeireiros. Estava presente a associação dos madeireiros, a Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio. Ouvimos o Prefeito, o Presidente da Câmara, o representante da CPT e até o irmão da Irmã Dorothy, David Stang, que estava lá, a quem convidamos também para falar.

Foi extremamente produtivo. Tivemos uma clara visão do problema. Verificamos que o problema com a polícia não ocorre somente com os trabalhadores, mas até com produtor rural. O representante da Associação de Produtores da Terra do Meio fez várias críticas à atuação da polícia.

Então ali há uma situação que envolve um problema de segurança pública e a questão agrária e fundiária. É uma combinação que, infelizmente, é muito explosiva no nosso Estado, assim como em vários Estados do País.

O que estou propondo aos Senadores?

Enviar a cópia do inquérito que os delegados entregaram à Justiça, ao Juiz de Pacajá, bem como as notas taquigráficas à CPMI da Terra, no sentido de contribuir, pois sabemos que ela irá, na próxima semana, ao Estado do Pará. Já está conosco, mas que também fosse considerado, já que é um problema sério essa questão da grilagem, dos documentos de terra, e a CPMI da Terra já nos forneceu, Senador Demóstenes, a cópia de toda a CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que os nossos Deputados Estaduais do Pará fizeram sobre a grilagem de terra, que encaminharam ao Ministério Público. Portanto deve estar no Tribunal de Justiça do Estado. Essa CPI aconteceu em 1999. E até hoje, inclusive, o próprio cartório de Altamira está sob intervenção. Esse cartório tornou legais

documentos, títulos de terra que não eram legais. Então esse é um sério problema, e os nossos Deputados Estaduais já atuaram nessa situação.

Então recomendar que o resultado dessa CPI dos nossos Deputados Estaduais, Senador, também seja considerado no nosso relatório.

A CPMI da Terra vai voltar ao Estado, mas eu gostaria que nós, como Comissão, sugeríssemos a ela, que pode investigar, por ser CPMI, que investigasse mais essa questão cartorial da grilagem, que é muito séria. Por exemplo: se o Tribunal de Justiça já tivesse julgado o resultado daquela CPI que a Assembléia Legislativa do Pará fez, esses documentos que serviram de base para tantas ações na Justiça já teriam sido considerados nulos.

Então pergunto se há concordância de todos os Senadores.

Por último, queria sugerir também que pudéssemos requerer... Ouvimos dois trabalhadores que foram soltos, dentre quatro que haviam sido presos num conflito a partir do qual, Senador – só para explicar qual é a ligação com a Irmã Dorothy –, foi feita a acusação contra a Irmã Dorothy de que ela fornecia armas. Então é importante requerermos cópia do inquérito do processo.

Submeto à discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovada a solicitação de cópia do processo e do inquérito sobre esse conflito agrário.

Também considero oportuno informar que recebemos várias denúncias de ameaças, várias denúncias de irregularidades na região, algumas das quais, inclusive, foram anônimas.

Cabe-nos encaminhar essas denúncias às duas polícias locais e à CPMI da Terra aquelas que não forem anônimas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – E, por sugestão do Senador Demóstenes, encaminhar também essas denúncias à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com o que concordamos.

Estão aprovadas todas essas questões.

Sei que todos nós temos um sério problema de horário. Como esta é uma reunião de trabalho, considero-a muito produtiva. Quero agradecer ao Senador Demóstenes, ao Senador Flexa, ao Senador Suplicy, que já esteve aqui, pela presença, pela disponibilidade – o Senador Luiz Otávio está chegando –, por terem

ido ao Estado do Pará. Senador Demóstenes, não é o seu Estado, mas V. Ex^a teve toda a disponibilidade para ir ao Estado e acompanhar essa situação que não se refere apenas ao Estado do Pará; ela é o resultado de um problema que também é nacional, eu diria. E não começou agora; é de muitos anos.

Então queria agradecer e dizer que todos nós estamos imbuídos no sentido de dar um fim à impunidade e, com certeza, quanto aos melhores encaminhamentos que esta Casa possa dar.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, peço que a Presidência mande reproduzir todo esse material que já foi coletado pela Subcomissão e distribuir entre os membros, para que possamos ter acesso a ele. Pudemos ouvir as oitivas, mas não tivemos condição de fazer uma leitura atenta dos documentos. Seria importante que todos os membros recebessem a íntegra inclusive do processo e que a Presidência recomendasse que essa distribuição fosse feita de forma mais rápida possível, imediatamente, para usar a palavra correta, Senadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Senador Flexa, eu estava falando com o Senador Demóstenes. Daqui mesmo, desta Comissão, eu liguei para o setor responsável. Já havíamos solicitado antes, reforcei a solicitação de que houvesse, até porque esta Comissão terá um prazo curto, um esforço concentrado. Ainda não temos realmente, mas a pessoa me prometeu que até amanhã haverá um esforço concentrado para que se faça a degravação. Tudo está gravado. Terão que ser degradadas todas as falas de todas as audiências, entendeu, Senador Flexa? Eu mesma falei com o chefe desse setor, aqui no Senado. O Secretário já havia falado, mas eu mesma falei, e ele me prometeu até amanhã.

Então acredito que amanhã mesmo se tirem as cópias ao chegarem para nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Inclusive os vídeos e os CDs.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Quanto aos vídeos e CDs, veremos como copiar isso aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Copiar é mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar neste momento, dou por encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h38min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 6ª Reunião realizada em 8 de março de 2005

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Demóstenes Torres e Sibá Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”. Presente também o Deputado João Alfredo, Relator da CPMI da “Terra”, não membro, Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência passa à leitura do expediente remetido à Comissão, Ofício nº 0178/2005, do Presidente do Instituto de Terra do Pará – ITERPA, datado de 04 de março do corrente, justificando sua ausência perante esta Comissão, em virtude de compromissos agendados anteriormente. A Presidência lê o Requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia oito de março de dois mil e cinco, quando estará em missão política de interesse parlamentar, no Estado de Rondônia. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir os Senhores: General Jorge Armando Félix – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – Presidência da República; Ministro Nilmário Miranda – Ministro da Secretaria dos Direitos Humanos; Dr. Rolf Hackbart – Presidente Nacional do INCRA; Dr. Weyner Nascimento Pinto – Presidente do Instituto de Terra do Pará – ITERPA e Dr. Bruno Lourenço Kampner – Executor do INCRA em Altamira. Dando continuidade, a

Presidente teceu comentários sobre o ***Dia Internacional da Mulher***, em especial a genitora do Procurador da República, Dr. Cláudio Fontelles e a missionária Dorothy Stang, apresentando documentário em fita VHS, à respeito dos seus trabalhos no Estado do Pará. Após, concedeu a palavra ao General Jorge Armando para prestar seus esclarecimentos em relação ao trabalho desempenhado pela Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República, tendo sido o mesmo interpelado pelo Senador Demóstenes Torres. Em seguida a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Ministro Nilmário Miranda, que discorreu sobre sua Pasta. A Presidência concede a palavra ao Dr. Bruno, Executor do INCRA em Altamira Estado do Pará. Os Parlamentares questionaram os convidados, no que foram devidamente atendidos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, com a presença do Relator, Senador Demóstenes Torres, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Especial, criada mediante o Ato nº 08/2005, do Senado Federal, composta por oito Senadores, que tem o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar, ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang.

Na audiência pública de hoje, chamo para compor a Mesa o General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Dr. Nilmário Miranda, Ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; o Dr. Rolf Hackbart, Presidente Nacional do Incra; o Dr. Bruno Lourenço Kempner, executor do Incra em Altamira.

Participaria também desta audiência pública de hoje o Sr. Weyner Nascimento Pinto, Presidente do Iterpa – Instituto de Terras do Pará. Lerei o ofício que a Comissão recebeu, Senador Demóstenes Torres:

“Srª Senadora, cumprimentando a resposta ao Ofício nº 042/2005, comunico que, em função de audiências públicas anteriormente agendadas nos Municípios de Juruti e Santarém, no Pará, para datas coincidentes, e estando cumpridos todos prazos legais de convocação, publicação, etc, além das mobilizações e logísticas preparadas, torna-se impraticável a minha presença na reunião da

Comissão presidida por V. Ex^a, marcada para o dia 08 de março de 2005 às 18 horas.

Como tenho toda a disposição e boa vontade em atender ao convite, solicito que seja verificada a possibilidade de adiamento da referida audiência.

Esperando contar com a compreensão, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário.

Atenciosamente, – **Weyner Nascimento Pinto**, Presidente.”

O Senador Flexa Ribeiro, que também é membro desta Comissão, já chegou.

No fim desta audiência, discutiremos essa questão.

Já tendo chamado todas as pessoas, à exceção do Presidente do Iterpa, que justificou sua ausência, peço, inicialmente, desculpas pelo atraso. Há muitas Comissões e atividades nesta Casa. Para que vocês tenham uma idéia, V. Ex^{as} estão me vendo aqui, mas eu já tive que correr, durante cinco minutos, para estar na Comissão de Desenvolvimento Regional, que é uma comissão nova, permanente e da qual sou Vice-Presidente, que está realizando sua primeira audiência pública, com a presença do Ministro Ciro Gomes. Fui até lá justificar a minha ausência.

Antes de conceder a palavra aos expositores – esclareço que o General Félix solicitou ser o primeiro –, farei a leitura de um breve texto, uma vez que hoje é 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Não poderia iniciar a reunião sem fazer uma rápida homenagem à Irmã Dorothy, inclusive passando uma fita, que – compreendam – foi feita em 08 de março do ano passado, numa atividade referente ao meu mandato, em que homenageamos quatro mulheres, duas delas na época já falecidas: Dona Cordolina Fonteles, mãe do ex-Deputado Paulo Fonteles, que foi assassinato e avó do Vereador Paulo Fonteles, e Isa Cunha. Homenageamos também a Páscoa e Irmã Dorothy.

Não vou conseguir ler o texto. Então, prefiro, depois, distribuí-lo. Não vou falar porque me conheço e sei que me vou emocionar.

(Procede-se à exibição de gravação.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– E essa mulher maravilhosa, imaginem, foi acusada por aqueles que depreciam o meio ambiente, que fazem a exploração predatória de forma ilegal da nossa madeira, deixando-se inclusive de recolher recursos, impostos para o nosso Estado, a fim de termos obras e serviços para o nosso povo, acusando a Irmã Dorothy de ser responsável pelo clima de tensão.

Tenho muito orgulho de prestar esta homenagem a essa mulher lutadora e guerreira.

Parabéns, Irmã, por tudo o que você representa!

A SRA. (Não Identificada) – É com muita alegria e até com emoção, Senadora Ana Júlia Carepa, que participo deste momento de homenagem, momento que só um mandato como o da companheira Ana Júlia, comprometido com as transformações sociais, comprometido e engajado na luta do povo, é capaz de propiciar a nós, que participamos dos movimentos sociais, e a mulheres tão maravilhosas como a Irmã Dorothy, que vem de Anapu, na Transamazônica, trazer aqui alegria, trazer aqui força, trazer aqui a expressão da resistência dos que não se rendem, dos que não se dobram, dos que fazem da sua vida a marca da disposição. (Palmas.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Irmã Dorothy, o boi foi só para a companheira Maria dos Anjos. Aqui é um presente, que é um livro, obviamente, para que a senhora possa usufruir bem. Eu sei que a senhora vai fazer muito bom uso dele, inclusive para as mulheres trabalhadoras.

A SRA. IRMÃ DOROTHY – Uma equipe de 12 foi embora. Eu fiquei, e eles me pediram que deixasse aqui uma mensagem. Nós precisamos de cada um de vocês aqui, hoje à noite. Nós estamos perdendo a batalha. Anapu está sendo desintegrada. As matas estão desaparecendo rápido. As derrubadas são enormes. Dois mil de uma lapada, corte raso. O nosso projeto que o Incra nos deu com muito carinho, em 1999, chama-se Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

O que a Ana Júlia tem aqui, no seu livro, em relação ao meio ambiente é tremendo! Tem que ler, porque ela fala aqui da reforma agrária, exatamente o que nós procuramos. Viemos lutado desde 1982. Mas, por causa da agressão, da invasão que o Projeto da Sudam trouxe para nós, em 1999, estamos agora pagando com as conseqüências, que são grandes.

Não só eu sofro ameaça. Qualquer um de nós.

Obrigada, Ana Júlia, pela liderança que você está demonstrando.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Podemos dar início, então, a mais esta audiência pública da nossa Comissão Especial com essa tão pequena e singela homenagem à Irmã Dorothy, que nem consegui fazer por completo.

General Félix, por gentileza, V. S.^a dispõe de dez minutos e, se for necessário, de mais tempo.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Minha cara Senadora Ana Júlia Carepa, em primeiro lugar, os meus agradecimentos pelo convite e pela oportunidade de dar aqui um pequeno depoimento, uma vez

que estivemos na área recentemente, e, mais do que isso, quero agradecer a dose de emoção que nos proporcionou logo no início desses trabalhos, não fora hoje o Dia Internacional da Mulher. Saudando V. Ex^a, saúdo também todas as mulheres, as presentes e as ausentes, razão de ser de nossas vidas. Seria muito desagradável a vida sem vocês, certamente.

Meu caro Senador Demóstenes Torres, Relator desta Comissão, Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Ministro Nilmário, companheiro de Governo, Dr. Rolf, Dr. Bruno, senhoras e senhores, amigos todos, na verdade, a minha presença foge um pouco do objetivo da criação da Comissão Externa, uma vez que os fatos que levaram à apuração do triste evento ocorrido em Anapu dizem mais respeito à ação da Polícia Federal, da Polícia Estadual.

Como estive na área recentemente e tive a oportunidade de conversar com muita gente intimamente ligada aos acontecimentos que ocorreram e que vêm ocorrendo há muito tempo na região, venho trazer o meu depoimento e mais ou menos mostrar qual é o papel do Gabinete de Segurança Institucional nos fatos que ocorreram a partir do assassinato da Irmã Dorothy.

Por determinação do Presidente da República, ativamos três gabinetes que chamamos de “gabinetes de gestão integrada”: um em Brasília, um em Belém e um em Altamira. Basicamente, esses três gabinetes funcionam como órgãos de articulação da presença do Governo na área.

Em Brasília, fazemos um planejamento para os dois meses seguintes. Em Belém, estamos fazendo, integrados com o Governo estadual, o planejamento para as duas semanas seguintes. Em Altamira, está a ponta da linha, estão as equipes de execução, que ali estão fazendo o planejamento para um ou dois dias à frente. De modo que essa foi a estrutura montada.

Esse trabalho de articulação envolve todos os órgãos do Governo Federal que têm a ver com a problemática daquela região do Pará, da Terra do Meio e Transamazônica, BR-163.

Temos ali o Ministério da Justiça, basicamente com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça, com a atuação da Funai na área, a Secretaria de Direitos Humanos, os representantes dos órgãos estaduais, a Polícia Civil, a Polícia Militar e mais alguns outros órgãos que eventualmente comparecem ou não. Não devo ter me lembrado de todos, mas basicamente é isso.

Estive na região com dois objetivos básicos. Um objetivo foi o de tentar ajustar o funcionamento das estruturas de Belém e de Altamira porque estávamos sentindo alguma dificuldade de articulação. Nessas es-

truturas não existe hierarquia. Existe apenas o nosso papel de fazer articulação e de fazer com que os órgãos conversem, de apresentar os problemas quando é o caso, ou os próprios órgãos apresentam os problemas, e procuramos fazer com que eles sejam resolvidos de comum acordo.

Estamos obtendo êxito nisso. Em Brasília é mais fácil porque há um nível político e temos mais facilidade. Fizemos isso várias vezes e temos um inter-relacionamento com todos os outros órgãos e Ministérios. Em Belém, é um pouco mais difícil porque envolve também os órgãos estaduais. E nós fomos a Belém e a Altamira justamente para procurar fazer esse ajustamento. Acho que fomos bem-sucedidos. Nas reuniões seguintes a coisa já vem fluindo de uma maneira mais equilibrada, as pessoas se entendendo melhor. Isso também exige uma relação de confiança, e essa relação de confiança só é adquirida com o trabalho conjunto, com o trabalho lado a lado, de modo que, aos poucos, a coisa vai funcionando melhor. E achamos que já está funcionando bem.

Levei algumas idéias para a área, que procurei transmitir não apenas a esse pessoal que está trabalhando nas duas estruturas, de Belém e de Altamira, mas que também procurei transmitir a todos aqueles grupos sociais com quem tivemos contato, governos municipais. Estivemos em Medicilândia, estivemos em Anapu, estivemos em Altamira, e tivemos contato com várias organizações sociais que trabalham naquela área. Já tínhamos recebido essas organizações, vários prefeitos da região, deputados estaduais, alguns Deputados e Senadores daqui também, do Congresso Nacional, no Palácio do Planalto, há duas semanas, numa reunião bastante proveitosa, de modo que procurei levar algumas idéias.

A primeira idéia que levamos: o monopólio do uso da força é do Estado. Estado, entenda-se, federal: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal; Estado: Polícia Civil, Polícia Militar. E mais ninguém.

A segunda idéia: a decisão do Presidente da República é que o Governo está na região para ficar, para instalar os seus órgãos definitivamente na região.

A terceira, é o tamanho do desafio; é um enorme desafio. E as soluções serão a médio e longo prazo, com implantação progressiva. Não pode ser diferente. Não há mágica de resolver a coisa da noite para o dia.

Outra idéia: os Governos são fundamentalmente mediadores. **O grande papel dos Governos é o de mediação.** Se há uma probabilidade de conflito, cabe ao Governo mediar e evitar o conflito. E levamos, lá, a idéia de que é muito perigoso e devemos evitar cair na armadilha do maniqueísmo: nós somos os bons, e do lado de lá estão os maus. É preciso entender que

é uma região que os Governos, de uma maneira geral, deixaram abandonada por muito tempo. Aquilo se desenvolveu como uma terra de ninguém, por si só. De modo que é preciso chegar lá com a idéia de que não podemos radicalizar. Se nós radicalizarmos, nós estaremos amalgamando, concentrando as pessoas. Se o Governo se põe numa posição radical, aquelas pessoas que hoje estão numa posição diferente da nossa vão se unir. Nós temos que fazer o contrário: levar um processo educativo e chamar as pessoas que hoje, eventualmente, estão na ilegalidade, até porque às vezes é difícil estar na legalidade num País como o Brasil; procurar progressivamente trazer essas pessoas para a legalidade mediante um processo educativo. Agora, aquelas que insistirem em permanecer na ilegalidade, para elas temos que reservar toda a força repressiva da lei.

E, finalmente, uma última idéia é que o Governo está preocupado e atento para as conseqüências das ações que vão ser desenvolvidas na área. E nós temos, todos os órgãos do Governo Federal, temos que estar preparados para oferecer alternativas e para minimizar os efeitos dessas ações, ações que, uma vez desenvolvidas, certamente vão gerar desemprego e, rapidamente, isso acaba na ponta da linha, que é nos municípios. Conversamos com os prefeitos. Nós temos que ter possibilidade de apoiar os governos municipais, de modo que eles possam superar inicialmente esses problemas que nossas ações vão causar. As pessoas que eventualmente fiquem desempregadas precisam de apoio para alimentação, apoio de saúde. Já temos alguma reserva de cestas básicas no Governo Federal, reservas de medicamentos para auxiliar essas prefeituras, se isso porventura acontecer; e provavelmente acontecerá.

De modo que é indispensável o trabalho conjunto, não apenas Governo Federal e governos estaduais, mas envolver as prefeituras, os municípios em todas nossas ações, porque certamente as conseqüências dessas ações vão recair sobre os ombros das prefeituras. Essas foram as mensagens que levei para lá.

Algumas percepções que trouxe:

Tropas do Exército muito bem aceitas pela população, pelos prefeitos, por todo o pessoal da área. Há o desejo de que elas permaneçam por muito tempo, porque estão dando uma sensação fundamentalmente de segurança. O Exército está presente hoje em 21 cidades da região, abrangendo todo o perímetro da chamada terra do meio.

Uma outra percepção que trouxe, uma sensação bastante desagradável é a de que as pessoas têm medo, não aquele medo difuso que sentimos nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, de

não sair a determinadas horas, não passar por determinados lugares. É um medo diferente, é um medo pessoal. Aqueles que se sentem ameaçados sabem que quem os ameaça está ali no botequim da esquina, eventualmente tomando uma cachaça e olhando para ele. Então é um medo pessoal, é diferente.

Uma sensação que permeia uma grande parte, eu diria a maioria, da população daquela região. Isso nos preocupou bastante porque é muito duro viver assim. Uma outra percepção é o desconhecimento das ações que o Governo está realizando. Então precisamos de um trabalho intenso de comunicação social para dizer o porquê da presença do Governo e o que pretende e deve fazer naquela região. É muito importante isso.

Entendimento de que as ações de fiscalização devam ser educativas, pelo menos num primeiro momento, permitindo que trabalhadores e empresários de boa-fé possam se legalizar. Arriscaria dizer que esses constituem a maioria daqueles que estão na área.

Dificuldade de aplicação dos chamados programas de proteção – o Ministro Nilmário vai falar alguma coisa, certamente, a respeito disso –, basicamente por dois motivos: primeiro pela quantidade de pessoas que precisam de proteção. Como eu disse, esse medo é uma sensação que permeia toda a sociedade; e segundo porque essas pessoas não querem sair da área. Fica difícil darmos proteção a uma pessoa que permanece na área de perigo, na área de risco. A dificuldade de atuação de forma integrada pelos diversos órgãos federais e estaduais já está sendo reduzida pelas articulações naqueles gabinetes de gestão integrada. Está funcionando direitinho. Tem melhorado dia a dia.

Preocupação com o fechamento de madeireiras. É a principal atividade econômica da região porque é a principal atividade geradora de empregos. Há cidades em que os prefeitos estimam que 60% dos empregos gerados lá o são pelas madeireiras, legais e ilegais. De modo que voltamos àquela preocupação de levar o processo educativo e atrair essas pessoas, esses grupos, esses empresários para a legalidade, sob pena de de repente criarmos um problema muito sério na região.

As pessoas sempre apresentam um posicionamento de dúvida: “Mas o governo já esteve aqui tantas vezes. Depois, vai embora, e nós ficamos nas mãos desses grupos”. Então, é preciso que, realmente, desta vez... Conversamos, ontem, com o Ministro José Dirceu, com o Planejamento, com a Fazenda, e parece que realmente os recursos para a implantação estão assegurados. Como tenho afirmado lá, desta vez, o Governo vai ficar. É para valer, como se diz.

Basicamente, então, essas foram as percepções que tivemos da região que considero mais importantes.

Com relação aos próximos passos, acredito estejam aqui os órgãos que realmente são os executores das ações que vão ser desenvolvidas na região. Eles podem expressar isso muito melhor do que nós, que estamos apenas no trabalho de articulação.

Há apenas dois itens que anotei e considero importante mencionar.

O apoio dos movimentos sociais na Amazônia, e são muitos os que existem na área. São muitos os atuantes, estão lá há muitos anos e conhecem profundamente a região. Usar esses movimentos sociais para servir de veículo para levar a educação e para ajudar as estruturas do Governo nesse processo de trazer a região para a legalidade. Achamos que é muito importante o trabalho conjunto, não apenas com as prefeituras, como também com esses movimentos sociais.

Repito que é importantíssimo o mapeamento das consequências das nossas ações, para que possamos reduzir ao mínimo os efeitos negativos dessas ações e apresentar alternativas para os eventuais efeitos negativos que possam surgir.

Srª Presidente, era esse o depoimento que eu queria trazer aqui. No mais, há vários especialistas que poderão nos esclarecer melhor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, General.

Apenas uma explicação: a Senadora Marina Silva, que deve estar presente amanhã na audiência pública, sugeriu o convite ao General Félix. Como nós temos o papel de acompanhar, mas também temos a obrigação de fazer um relatório circunstanciado, consideramos importante a sugestão da Senadora Marina Silva, até para também podermos ter a noção das circunstâncias e de que ações exatamente estão sendo feitas na região.

O objetivo desta Comissão do Senado da República, uma Casa política, claro, é fazer proposições não só para o Poder Executivo, mas para o próprio Poder Legislativo. Por exemplo, quanto à impunidade, uma marca triste do nosso País, mais especialmente naquela região – o que o senhor disse sobre a percepção do medo é real –, que esse fato possa ser um marco histórico para que viremos essa página, dando início a outro momento na história.

V. Exª havia pedido para fazer as perguntas. O Relator tem precedência, mas eu não pude explicar ao General essa questão, porque, na hora, eu estava muito emocionada. Então, agora, já mais calma, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres e, depois, os demais Senadores poderão fazer suas perguntas ao General Félix.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix; Sr. Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmaríio Miranda; Sr. Rolf Hackbart Presidente do Incra; Sr. Bruno Lourenço Kempner, Executor do Incra em Altamira; eu perguntaria, em termos de soluções e de constatação, ao General, que fez uma radiografia da região, o que V. Exª pôde perceber ali.

V. Exª, como nós, também teve a impressão de que as pessoas na região estão amedrontadas. O Exército é um elemento poderoso, porque é extremamente respeitado. Onde se faz presente, a sensação de segurança aumenta muito, mas é óbvio que o Exército, por mais tempo que ali permaneça, vai acabar se ausentando em algum momento, porque não é sua função precípua dar segurança pública ao cidadão. Há ali, claramente, um esquema de pistolagem, um esquema de milícias privadas que favorecem alguns e que são o vetor principal dessa atemorização.

Eu lhe perguntaria: V. Exª acha que a Polícia Militar e a Polícia Civil do Pará têm, hoje, prestígio suficiente para promover essa retomada da confiança na autoridade policial, inclusive para com o desmantelamento dessa rede? V. Exª acha que isso é suficiente? V. Exª pensa que a Polícia Federal tem de se fazer mais presente? Que diagnóstico pode ser feito nesta primeira aproximação? O que é preciso para desmontar o esquema do medo na região?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Senador, basicamente, o que nós sentimos lá é que é preciso impor a lei, impor a lei em todos os seus aspectos. É uma terra sem lei. Essa foi uma constatação que fiz. É uma terra sem lei, uma terra que nunca teve lei. Por isso falo e insisto no processo educativo.

As estruturas são estruturas. A presença da Polícia Federal é indispensável, e ela vai estar presente: vão ser criadas algumas delegacias ao longo da BR-163, isso já está previsto e quantificado, os recursos serão alocados brevemente para isso.

Sabemos que a Polícia Federal se debate com um problema de efetivo: é uma polícia pequena para a quantidade de missões que lhe são atribuídas constitucionalmente – é uma polícia que faz tudo. Mas ela se fará presente, já existe o planejamento, os recursos já estão sendo alocados, e, a médio prazo, teremos a presença permanente da Polícia Federal.

É evidente que a Polícia Federal não tem condições de cobrir uma região do tamanho do Estado do Pará – um Estado cuja área corresponde a aproximadamente toda a Região Sul mais Mato Grosso, um mundo. Ela tem de estar lá para coisas pontuais e

que digam respeito ao âmbito federal. O grande papel sempre tem de ser das polícias estaduais.

O que constamos – acompanhamos essa movimentação em razão de nossa ligação permanente com o Ministério da Justiça – é que a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem trabalhando intensamente na melhoria da qualidade da Polícia Militar do Estado do Pará e da Polícia Civil, não apenas do ponto de vista material, dotando essas polícias de equipamentos mais modernos, compatíveis com o que se espera de uma polícia moderna, mas também trabalhando na reeducação e preparação profissional desses homens.

No entanto, essa ação não trará resultados da noite para o dia, mas é um trabalho educativo importante e, a médio prazo, talvez mais cedo do que esperamos, veremos os resultados.

Fundamentalmente, trabalha-se no resgate da auto-estima dessas organizações. Todas elas, de maneira geral – e essa é uma visão pessoal –, são boas, idealistas. Agora, existem, como em todas as organizações, pessoas que têm de ser alijadas dessas organizações. Certamente, porém, a grande maioria dos profissionais, se lhes for dada oportunidade de ter uma vida digna, uma remuneração decente que lhes permita educar seus filhos e fazer as coisas a que todo cidadão normal aspira, poderemos ter boas polícias, inclusive lá.

Agora, é um trabalho que depende muito menos do Governo Federal do que do Governo Estadual. O Governo Federal apóia, aloca recursos e equipamentos. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem trazido quadros de todas as polícias para Brasília e tem feito um treinamento intensivo, mas é um trabalho progressivo. No entanto, acreditamos que é possível.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – V. Exª crê que a alocação de recursos por parte do Governo Federal, que ano passado acabou investindo R\$173 milhões no Fundo Nacional de Segurança Pública – o que equivale a mais ou menos R\$1,00 por cada brasileiro –, seria fundamental para que essas polícias fossem mais bem preparadas?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Com certeza. Não tenho dúvidas de que sim. Como V. Exª mencionou, o Exército é um fator de estabilidade, de confiança, e está bastante presente na área. A nossa previsão é a de uma atuação por dois meses, com os recursos que serão alocados. Estamos hoje com um pouco mais de dois mil homens. É um efetivo bastante grande, custoso. Mas o Exército está presente em Altamira, em Santarém, em Marabá, em uma série de cidades próximas. Já existe uma estrutura do Exército que, a qualquer momento, poderá ser acionada. Independentemente, temos convênio com o Ibama. Estamos tanto na área de

demarcação quanto proporcionando segurança. É um tipo diferente de segurança: a presença física dos militares que acompanham as equipes do Ibama quando vão fazer algum tipo de trabalho, seja de demarcação, seja de retirada de pessoas, de áreas. Realmente, se tivermos persistência e competência suficientes para nos implantarmos e permanecermos lá definitivamente a coisa vai melhorar muito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ministro, V. Exª fala na presença do Governo. Nós também entendemos que é fundamental. Nossa ida à região mostrou que o Governo é muito ausente. É uma região abandonada que necessita de muitas melhorias, de um processo educativo. V. Exª teve a sensibilidade de expor com muita ênfase. V. Exª disse que os governos têm que ser mediadores. Não adianta trilharmos a linha da radicalização. Não podemos agir de uma forma maniqueísta, ou seja, há um lado mau e um lado bom, vamos optar por um e o outro deve ser descartado.

Muito bem, em decorrência das afirmações que V. Exª fez e que considero da maior sensatez, pergunto sua opinião sobre alguns temas que foram mencionados. O que V. Exª pensa sobre legalizar as áreas já invadidas? V. Exª é favorável – e falo mesmo daqueles que usaram a força ou se aproveitaram de títulos ilegais – a que essas pessoas, em nome de uma futura paz, devam ser tituladas?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – É uma pergunta difícil. Temos aqui os especialistas no ramo que podem esclarecer melhor qual é a forma de ação que o Governo pretende utilizar com relação a essas pessoas. Não tenho uma resposta imediata para a sua pergunta.

Entendo que há mais ou menos 30 anos, o então Governo Federal abriu a BR-163, a Transamazônica, e chamou pessoas para “colonizarem” essa área. As pessoas foram de boa-fé. Posteriormente, os governos retiraram todo o apoio que tinham prometido e as pessoas ficaram ao deus-dará. Muitas foram embora. O Governo prometeu apoio técnico, financiamento, mas não deu nada disso. Havia módulos que eram cedidos para elas. Outras ficaram. As que ficaram – e é humano – olhavam para um lado e viam que o vizinho havia ido embora, foram se apropriando disso aí. Então, achamos que é possível regularizar isso, dentro da filosofia e da técnica que o Incra utiliza. Eles têm o tamanho dos módulos e essa coisa toda. Isso poderá ser explicado depois, com mais detalhes.

Então, para as pessoas de boa-fé, o Ministério do Desenvolvimento Agrário baixou uma portaria em que até 100 hectares, se não me engano, elas podem ir, quase que imediatamente, regularizando as proprie-

dades; acima disso, têm que comprovar. Uma solução simples, barata e que já serve para fazer uma pequena diferença entre o pequeno proprietário – que é aquele que, em princípio, podemos apoiar, até porque 100 hectares naquela região é perfeitamente aceitável – e os grandes proprietários, que, se não comprovarem, terão as terras devidamente retomadas e eventualmente redistribuídas, transformadas em reserva. Em suma, há uma série de soluções dependendo da região.

Assim, é difícil dar uma resposta direta, mas cremos que o problema seja administrável.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – V. Ex^a considera, dentro de sua pasta mesmo, em seus assuntos estratégicos, que ampliar o sistema de PDS, o Programa de Desenvolvimento Sustentável, é fundamental para a região? V. Ex^a acha que a distribuição desses lotes de 100 hectares com o gerenciamento coletivo pode ser realmente também uma solução para a região?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Separaria muito. Essa região não é homogênea, tem topografia e vegetação variadas. Então, há áreas, por exemplo, em que a terra é tão boa quanto a terra de São Paulo. Há áreas que não servem para isso, que não se prestam para a agricultura, talvez para a pecuária, se tivermos extensão suficiente. Mas isso é uma decisão técnica. É interessante implantar a pecuária ou preservar a pecuária que existe na região.

O que constatamos é que não dá para fazer a história andar para trás. Então, temos que ver a região como está hoje e procurar, isto sim, o Governo Federal, o Estado, em suas áreas, tem que procurar criar regulamentação, orientar de modo que as coisas aconteçam da maneira mais adequada possível. Então há áreas em que os PDS são absolutamente aconselháveis; e há outras em que não vão funcionar. Temos que usar toda experiência e conhecimento e levar, além da presença do Estado ali, também assistência técnica, financiamento, em suma, faz parte isso da presença do Estado também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Perfeito!

Pergunto a V. Ex^a, já migrando para a questão ambiental: pelo que V. Ex^a constatou, também a solução ambiental tem que ser variada de acordo com a característica da região? Ou seja, desde uma APA, que é uma Área de Proteção Ambiental, em que pode haver a exploração dos recursos da região, aproveitando-se, inclusive, tudo que a natureza dá, sem modificação, até a exploração de determinadas áreas, ou ainda até a feitura de reserva de áreas maiores, sem a presença de pessoas? Ou V. Ex^a acha que ali tem que ter um modelo único da preservação ambiental?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Não há solução padrão. Para toda a Amazônia, e aí já não falo nem de Pará, falo da Amazônia Legal como um todo, cada caso é um caso. A Amazônia, vista de 10 mil metros de altitude, parece homogênea, mas é absolutamente heterogênea. Quem conhece um pouco da Amazônia, assim como eu, porque creio que ninguém a conheça bem, todos conhecemos um pouquinho dela, dá para perceber que é um mundo de extrema variedade! Então, as soluções têm que ser quase que pontuais. É assim que vejo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – V. Ex^a defenderia a extração da madeira? Pois este parece ser um dos grandes problemas da região, mas que é também um dos grandes fatores de fixação do homem ali. V. Ex^a defenderia a extração da madeira, de uma forma controlada ali na região?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Perfeitamente. Inclusive é um dos produtos importantes na pauta de exportações do Pará. Agora, como tudo na natureza, é preciso procurar um equilíbrio. Até que ponto nós podemos... É preciso extrair a madeira sem prejudicar demais a floresta. É possível que essa madeira seja extraída e que, progressivamente, esse mesmo produto seja regenerado, mas é um desafio grande.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Considerando essa diversidade, o senhor acha que, naquela região, poderia haver áreas diferenciadas de preservação? Hoje a área é de 80%. O senhor acredita que, em algumas regiões, essa área poderia ser diminuída em benefício da produção e, em outras, até ampliada por meio de parques?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Essa é uma discussão que permeia muito a área do Incra. É fértil esse tipo de discussão sobre qual é o percentual aceitável. O certo é que não podemos dizer, por exemplo, que se podem usar 50% e que se tem de preservar 50%. Isso é válido para o Paraná e para o Pará? Não pode ser assim. Como disse, as soluções têm que ser pontuais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Falo daquela região mesmo: pode haver variações?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Qual é a média admissível para a região? Penso que isso também tem que ser uma coisa pontual. Depende muito do tipo de exploração que se vai fazer do solo. Plantar soja é uma coisa, plantar arroz, feijão ou mandioca é outra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Há uma discussão entre a população da região e os ambientalistas quanto ao asfaltamento da transamazônica. O senhor é favorável?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Essa é uma decisão do Governo. Eu não diria que sou favorável, nem que não sou. Essa é uma decisão já tomada. Existe um projeto, e quando ele será implantado vai depender muito da preparação que a área terá de sofrer para esse asfaltamento. Esse é um problema que talvez envolva o aspecto econômico. Isso vai tornar a nossa soja altamente competitiva – a soja de Mato Grosso, de uma maneira geral, e a soja plantada no Pará, que talvez seja a mais competitiva do mundo.

O custo dessa soja será extremamente competitivo, e há o balanceamento do que vai acontecer. Só o anúncio do possível asfaltamento dessa estrada leva algumas mil pessoas, por dia, para a região. Daí a preocupação de implantar as estruturas governamentais e esses projetos todos, de regulamentá-los. Há inúmeras reservas indígenas ali, que, certamente, mais cedo ou mais tarde, serão afetadas por esse corredor que se formará. É um corredor onde vai circular muita riqueza. A soja e outros produtos são uma riqueza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O gabinete que V. Ex^a chefia pode confirmar que há um esquema de corrupção disseminado entre os cartórios da região, para favorecer o esquentamento de títulos fundiários?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Esse é um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Polícia Federal, há bastante tempo. É um trabalho que ainda não estava concluído, mas que vem sendo levantado pela Polícia Federal. De certa forma, essa aceleração das ações na região não permitiu... mas a Polícia Federal já tem muitos dados a respeito.

Claro que existe bastante corrupção nos mais diversos órgãos da região, mas essas coisas são muito mais afeitas à Polícia Federal do que ao Gabinete de Segurança Institucional. Nós fazemos um trabalho conjunto na área de inteligência, com a Polícia Federal e outros órgãos, mas essa é fundamentalmente uma questão policial, criminal, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Muito obrigado, General.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Eu vou abrir a palavra aos demais Senadores.

O Senador Demóstenes já fez uma série de perguntas, tanto da questão agrária quanto da questão ambiental, que também teremos oportunidade ainda de discutir com o Incra e com o Ibama amanhã.

Então, abro a palavra para os outros Senadores poderem também fazer as perguntas, já que o General tinha um compromisso e começamos até um pouco atrasados. Por isso solicito, dentro das nossas possibilidades, uma certa objetividade nas perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, senhor palestrante, prezados Secretário Nilmário Miranda, Superintendente Rolf Hackbart, Dr. Bruno Lourenço Kempner, prezado Ministro General Jorge Armando Félix, tivemos a oportunidade triste de acompanhar o depoimento dos responsáveis mais diretos pelo assassinato da Irmã Dorothy Stang, em que os dois, assim contratados para alvejar e praticar o ato que a levou à morte, com seis tiros – aquele que atirou e aquele que estava na sua companhia –, confessaram que realizaram o crime, relataram que houve uma pessoa que os contratou e que, em princípio, esse contrato havia sido de responsabilidade de um fazendeiro que tem sido chamado como Bida, que está sendo procurado.

Por tudo aquilo que observamos e pudemos detectar, inclusive porque esses assim chamados pistoleiros informaram que, quando estiveram na fazenda, no domingo seguinte ao dia 12 do assassinato, portanto no dia 13, dialogaram com esse fazendeiro, que falou na hipótese de ajudar, no apoio à contratação de um advogado – que teria que ser um advogado não de R\$10 mil, mas de R\$50mil a R\$100 mil –, e para que isso ocorresse seria necessária uma coleta, o caso estaria a indicar que poderia haver mais do que um mandante ou até hipóteses diversas sobre quem teria sido responsável por contratar o pagamento do assassinato.

Pelo que V. S^a até agora conseguiu de informações, V. S^a acredita que essa é uma hipótese bastante viável? Tem o Gabinete de Segurança Institucional, ao recolher informações, prestado colaboração para com a Polícia Federal e a Polícia Civil para desvendar esse crime, que pode ter um aspecto de complexidade ainda maior do que se poderia pensar que ocorreu à primeira vista? É essa a informação que eu gostaria de obter.

Se, porventura, dada a responsabilidade da apuração, houver algum aspecto que V. S^a considere deva ser informado a esta Comissão de maneira reservada, por favor, tenha toda a liberdade de assim dizer à nossa Comissão, mas se há algum aspecto que possa ser revelado eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – General, o senhor sabe que esta é uma Comissão e, se houver informações reservadas obviamente...

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – O que eu poderia lhe responder é que não estamos descendo a esse nível de detalhes. Nós acompanhamos, mas, na verdade, a apuração dessa hipótese, que já foi levan-

tada há muito tempo, até mesmo antes de aparecer na imprensa, a tentativa de configurar esse quadro de mais de um mandante ou de um grupo de pessoas eventualmente se cotizando tem sido considerada, e a Polícia Federal tem tentado montar esse quadro junto com a Polícia Civil. Aliás, quero caracterizar que esse trabalho vem sendo feito a quatro mãos, num entendimento muito bom entre a Polícia Estadual e Federal.

Não poderia entrar em detalhes, porque procuramos não entrar nessa parte criminal. O nosso trabalho realmente é o de articulação e, fundamentalmente, como o senhor sabe, o Gabinete de Segurança Institucional preocupa-se com a prevenção. O restante está nas mãos da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado do Pará. De modo que lamento não poder ser mais claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Nas respostas ao Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a mostrou um conhecimento bastante aprofundado da problemática e obviamente conhece as soluções que o Governo do Presidente Lula vem apresentando. Dentre estas soluções, houve inúmeras iniciativas, tanto de responsabilidade do Ministro do Desenvolvimento Agrário, envolvendo o Incra, como também da parte da Ministra Marina Silva, do Ministro Nilmário Miranda e do Ministério da Justiça. Mas há um aspecto, além das questões que o Presidente gostaria de fazer e decisões importantes do ponto de vista financeiro, pois sabemos que há 10 dias aproximadamente houve um contingenciamento muito forte de despesas, atingindo áreas como do Ministério do Desenvolvimento Agrário, talvez até da Secretaria de Direitos Humanos. Não é que o Gabinete de Assuntos Institucionais tenha sofrido tantos cortes, mas V. Ex^a é uma luz para dizer ao Presidente, ainda que os Ministros da Fazenda e Planejamento estejam determinando tais contingenciamentos, para resolver de fato os problemas, para superar a causa de tanta violência, que se faz necessário dar prioridade à implementação de tais programas. Pergunto se V. Ex^a está exercendo esse papel junto ao Presidente.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Quase que diariamente sou recebido pelo Presidente e temos conversado um pouco pela manhã, assim como com outros Ministros, sempre procurando enfatizar que o aparato que o Governo mobilizou para a área foi tão grande, o investimento da mobilização foi feito, as pessoas já estão na área trabalhando, que nós já passamos daquele ponto de onde se possa voltar. Então, o Governo, agora, ficaria numa situação muito difícil, do ponto de vista ético e moral, se voltasse atrás. Esse tem sido o nosso discurso, e acho até que tem sido aceito, e acreditamos que os recursos para essa ope-

ração vão continuar a fluir e que realmente vamos ter a presença do Federal e do Estadual.

Temos feito também várias gestões da área da Justiça Federal e Estadual também vão se fazer presentes. Acreditamos firmemente nisso. Tal foi a mobilização em torno da região, que temos a quase convicção de que não dá mais para voltar atrás. Vai acontecer realmente a presença.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Agradeço a atenção de V. Ex^a. Quero apenas registrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário chamou a atenção publicamente: cuidado com esses cortes; caso contrário, não teremos condição de realizar aquilo que o próprio Presidente havia determinado e a própria Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, também. Ainda na semana passada, eu a visitei como amigo, e ela estava apreensiva com respeito ao contingenciamento. Então, a palavra de V. Ex^a será importante para que esses programas sejam de fato mantidos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. A preocupação do Senador é de todos nós. V. Ex^a fala todos os dias com o Presidente, e queremos dizer exatamente isso a ele.

Tenho certeza também de que ele não faltará com a sua palavra.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Relator Senador Demóstenes Torres, Ministro Mário Miranda, Ministro General Jorge Armando Félix, Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Incra, Dr. Bruno Kempner, do Incra, senhoras e senhores.

General, tenho algumas perguntas a lhe fazer. Antes quero parabenizá-lo pela sua brilhante exposição que brindou a todos nós.

V. Ex^a fez referência ao apoio dos movimentos sociais na Amazônia. Esses movimentos sociais a que refere incluem as ONGs?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Incluem várias organizações não-governamentais. Algumas delas estiveram aqui conosco, e entendemos, como já me referi, pelo tempo de permanência, de presença delas, conhecem profundamente a área. Podemos usá-las nesse processo que chamei de educativo, porque a capilaridade do Governo na área é muito pequena. E, mesmo depois de implantada, não vai ser muito grande. Penso que essas organizações poderão ser muito valiosas para nós. Se bem orientadas e bem acompanhadas, faz parte do nosso trabalho, poderão nos ajudar bastante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a acredita que estamos discutindo o caso ou a causa?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Como?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estamos discutindo o caso ou a causa?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – As duas coisas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E para resolver, vamos resolver o caso ou a causa?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – É possível resolver as duas coisas, desde que, como falei, o Governo realmente se decida e entre na Região para ficar. Diria..

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Insisto na pergunta: qual das duas coisas resolvem o problema?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – As causas, atacar as causas. Não há outra forma de se resolver. Se não atacarmos as causas, estaremos apenas com paliativos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O caso somente interessa aos holofotes.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – O caso é preciso resolver, porque a sua solução é o exemplo de eficiência, de competência e demonstrar que não é possível tolerar a impunidade. Basicamente é por aí. Agora, as causas são a razão de ser da nossa presença lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São definitivas.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Para atacar as causas. Se não, não faria sentido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agora, repito o que disse o Senador Suplicy: se alguma pergunta que eu fizer ao senhor não puder ser respondida de público, que seja feita de forma reservada à subcomissão.

O senhor considera a presença do Estado brasileiro – quando me refiro ao Estado brasileiro, refiro-me aos três níveis, federal, estadual e municipal – na Amazônia suficiente, insuficiente, eficaz ou ineficaz?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Evidentemente, a presença ainda deixa muito a desejar. Mas temos dificuldades. Se consultarmos os companheiros dos diversos Ministérios, precisaríamos – o serviço público civil não tem isso – criar estímulos para levar as pessoas a essa interiorização. É difícil. Não podemos pegar um servidor que trabalhe comigo hoje, por exemplo, na Agência Brasileira de Inteligência e dizer para ele que “daqui a dois meses, vai se instalar na Amazônia e passar dois ou três anos”. Se ele não quiser ir, não vai. Isso ocorre no Incra, no Ibama, na Funai, em todos os órgãos federais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele tem o direito de não ir para a Amazônia?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – As pessoas não são obrigadas a ir. A legislação não impõe isso. Ela impõe aos militares. Por isso, eles estão presentes lá; são os mais presentes de todo o Governo Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor sabe me dizer se os dois mil militares foram deslocados para a região?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – A maioria é da região. A grande maioria é da região. Alguns saíram de Marabá, que é relativamente perto; outros saíram de Belém; uns poucos saíram de Manaus. Mas a grande maioria já está na região, como eu falei, em Altamira, Santarém, Marabá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Parece-me que o efetivo de Marabá são quatro mil homens. Refiro-me à operação do caso Irmã Dorothy.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – São quatro mil, mas os destacados já estão incluídos. São dois mil e poucos homens presentes na região, em 21 municípios, se não me engano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas, retornando à pergunta anterior, é um número suficiente, insuficiente, eficaz ou ineficaz?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – No momento, é suficiente na região.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A presença do Estado é suficiente, então?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Não. V. Ex^a está falando na presença do Estado de uma maneira geral?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – De uma maneira geral, na Amazônia. Não me refiro ao caso de Anapu, não.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – A Amazônia é um conceito. A Amazônia Legal envolve mais da metade do território nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São 64%.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Então, não temos. Evidentemente, não há como mobiliar toda essa região com aquilo que seria o ideal. Nós temos que estabelecer prioridades.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, é insuficiente.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Faz parte. Aliás, em tudo. O normal é debatermos as necessidades versus as disponibilidades. É sempre assim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nós todos temos consciência de que vivemos vários Brasis, não é? Na própria Amazônia, vivemos várias Amazonas. O senhor mesmo disse que ninguém conhece a Amazônia como um todo. Conhecemos parte da Amazônia, e muitos conhecem a Amazônia de sobrevôo. E falam

da Amazônia como se fossem catedráticos da região. Eu sempre digo que o Estado não pode ser nem absoluto nem ausente; ele tem de ser o necessário. Naquela região, ele é amplamente necessário. Ele pode não ser mais em regiões que já atingiram um nível de desenvolvimento e que, por si só, já podem caminhar. É como se fosse uma criança: aprendeu a engatinhar, aprendeu a andar e já pode andar sozinho. Lá, nem engatinhar sabemos. Então, a presença do Estado Brasileiro lá se faz muito necessária. Lá não há economia que sobreviva se não houver a presença permanente do Estado Brasileiro em todos os níveis.

V. Exª considera que o País, que o Brasil tem um projeto definido para o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia a longo prazo? Nós temos um rumo para a Amazônia? Ou melhor definindo a pergunta: Nós sabemos o que queremos para a Amazônia daqui há cem anos?

O SR. JORGE ARMANDO FELIX – Eu diria que nós estamos trabalhando nisso. Pelo menos nós, do Gabinete de Segurança Institucional, e os ministérios. Nós temos alguns trabalhos em curso. Vou dar um exemplo. Eu, como Presidente da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, tenho várias atribuições. Uma delas é a chamada faixa de fronteira, criada nas nossas primeiras Constituições, que a define como uma área de exclusão, ou uma área de restrições, do contrário, não apareceria na Constituição. É uma faixa de 150 quilômetros que envolve todas as nossas fronteiras terrestres.

Como disse, há um grupo de trabalho envolvendo vários ministérios, procurando adequar ou atualizar a legislação existente sobre faixa de fronteira, que é da década de 70, mas que foi recepcionada, segundo os juristas, pela Constituição de 1988. Estamos preocupados em atualizar essa legislação. Como atualizá-la? Ela considera a faixa de fronteira como algo homogêneo. Todavia, a faixa de fronteira do Paraná ou do Rio Grande do Sul não tem nada a ver com a Cabeça do Cachorro, com Cucuí e outras regiões. De modo que nós estamos trabalhando nisso.

É interessante ressaltar que nós falamos em faixa de fronteira, 150 quilômetros, como algo banal. Mas a área dessa região é algo entre o México e a Argentina. Equivale a um país maior que o México e pouco menor do que a Argentina. De modo que 150 quilômetros em termos de Brasil é muito, quando se fala comparativamente.

Há vários trabalhos. Temos procurado desenvolver algo uma política indigenista para o Brasil, o que faz parte das nossas responsabilidades.

O Ministério do Interior tem feito um trabalho bastante interessante em todo o território nacional. Semana

passada, o Ministro Ciro Gomes fez uma apresentação sobre o que está previsto para a faixa de fronteira.

É interessante, também, abordamos que fronteira no Brasil, até uma determinada época, significava uma linha de separação. A fronteira separa o Brasil da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Hoje, a nossa política externa remete a uma mudança nesse conceito. Fronteira, hoje, é uma linha de aproximação, de troca de culturas, de trocas econômicas e comerciais. Portanto, nós precisamos adaptar a nossa legislação a essa nova realidade.

O Brasil, hoje, é um País que olha para a América do Sul e procura aproximação com os vizinhos. De modo que esses conceitos mudam ao longo do tempo. Temos trabalhado nisso.

Então, imaginarmos que haverá um projeto para a Amazônia para daqui há cem anos, pode ser até que façamos um hoje, mas, amanhã, ele não vai valer. Temos que pensar, talvez, a médio prazo. Lógico, é tudo muito voluntário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por último, General, como Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, V. Exª teria alguma informação ou já ouviu, com certeza, falar sobre a cobiça internacional sobre a Amazônia? Sobre a internacionalização da Amazônia?

O SR. JORGE ARMANDO FELIX – Bem, ouvimos várias manifestações, até de alguns chefes de Estado respeitáveis. Recentemente, tivemos uma. Entendemos que são manifestações às quais devemos prestar atenção e procurar, nos fóruns internacionais, neutralizá-las. Mas, fundamentalmente, precisamos fazer o nosso dever de casa e mostrar que temos realmente competência para cuidar de toda área amazônica e preservar aquilo que deva ser preservado; transformar em riquezas o que deva ser transformado; ter bom senso e mostrar ao mundo que temos essa competência e temos capacidade de fazer isso. Isso é que chamo de dever de casa. Se fizermos isso, certamente neutralizaremos todas essas pressões internacionais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, General.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – General Félix, eu como Presidente normalmente deixo para falar por último. Tenho só uma pergunta ao senhor. Pedirei uma opinião sobre uma questão que tem me preocupado particularmente. O senhor diz que percebe uma coisa que já conhecemos; sou do Estado do Pará, conheço a região e conheço esse medo das pessoas, um medo concreto. Então com a existência desse medo, com essa percepção, essa constatação, pergunto a sua opinião: o senhor acha que é natural das polícias avaliarem um caso policial?

Alguém matou alguém, então eles tentam fazer uma relação de lógica entre a pessoa que deu o tiro... No caso em que está muito evidente que há mandante, o mandante é aquele e acabou. O que o senhor acha dessa questão; se não vai continuar essa situação de medo já que existem outras pessoas; e quando digo outras pessoas não estou me referindo – sempre faço questão de dizer isso – a todos, até porque sabemos que ali também existem pessoas, inclusive madeireiros, nós mesmos fomos à região, entrevistamos produtores que estão dispostos a trabalhar na legalidade. E, inclusive, já faziam parceria com o próprio PDS. Sendo assim, lhe pergunto: é preocupante essa situação de concluir um inquérito, ou de não ir buscar de forma mais aprofundada realmente a existência desse grupo? Isso não daria uma tranquilidade maior à população local, buscar realmente a definição? Só estou perguntando a sua opinião. Se o senhor tiver limitação, por gentileza, fique à vontade.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX – Se a senhora me permite, em outro dia, em conversa com uma jornalista ela me perguntou: o que o senhor acha como cidadão? Eu respondi: eu não posso achar como cidadão porque tudo que falo, eu falo como Ministro. Então enquanto Ministro o cidadão não existe; a minha opinião tem que ser de ministro. Vejo o seguinte: a Polícia tem as suas limitações e tem as suas obrigações. A obrigação da Polícia é tentar resolver casos como esse, por exemplo, é localizar os criminosos, montar o processo e entregar à Justiça; procurar ver se existem outras ações. Mas a Polícia tem que se limitar ao aspecto criminal da coisa. Cabe a nós, Governo da área, que temos que ter uma visão mais estratégica das coisas, procurar enxergar as causas mais profundas disso: as causas sociais, as causas econômicas, todas elas. Para isso temos todos esses ministérios trabalhando, e quando fazemos aquilo que chamamos de articulação, discutimos esses problemas também. Procuramos a visão de cada setor do Governo, o desenvolvimento agrário, meio-ambiente, direitos humanos, Justiça, Forças Armadas, que estão presentes, de modo que possamos formar um quadro e caminhar no sentido daquilo que o Senador Flexa Ribeiro falou que é ir em cima das causas, e as causas, às vezes, são bem remotas. É ali que temos que chegar. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Queria agradecer e só colocar uma informação, talvez não para o General, que conhece. Existe um projeto que está em fase de conclusão, já foi discutido inclusive, que é o PAS – Projeto da Amazônia Sustentável, que está sendo discutido já há algum tempo por diversos ministérios e que é realmente um projeto de longo prazo para a Amazônia, sem ter a

pretensão de que ele não deva ser, a cada momento, atualizado. Ele envolve todos esses órgãos e outros que não estão representados nesta Mesa. Todos os representados por esta Mesa, participam do Projeto Amazônia Sustentável, que está sendo discutido, há mais de um ano, por este Governo, com o envolvimento de vários Ministérios, exatamente para que se tenha essa compreensão. Sempre discuti inclusive um projeto de desenvolvimento sustentável, uma mudança do modelo de desenvolvimento daquela região, o que é difícil porque há o senso comum de que o importante é o que o senhor disse: a preocupação... Tira-se a madeira, isso dá empregos, mas muitos deles, a maioria, extremamente precários. O senhor sabia que foi proposto inclusive o seguro-desemprego? Muitos não podiam recebê-lo porque não tinham sequer carteira assinada. Vejam a precariedade desses empregos! Geram-se empregos, mas eles são tão precários que muitos não têm condições de receber o seguro-desemprego.

Queremos uma Amazônia sustentável onde as pessoas possam ter empregos inclusive com dignidade. Não queremos para a Amazônia o mesmo que aconteceu com a biblioteca de Alexandria, isto é, queimar os seus conhecimentos e a sua diversidade fantástica sem que possamos conhecê-la como um todo.

Então eu queria agradecer-lhe, General. Sei que V. Exª terá de sair logo. Hoje teremos uma atividade em homenagem às mulheres: um jogo de futebol. O Presidente do Senado disse que será um jogo entre os Senadores e as Senadoras – ele convidou as Senadoras para jogarem – e os Deputados e as Deputadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Hoje, em homenagem ao Dia da Mulher, as mulheres poderão jogar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – S. Exª convidou as mulheres para jogarem. Então veremos esse jogo daqui a pouco.

Quero agradecer-lhe muito. V. Exª contribuiu bastante em face da visão com que está fazendo esse relatório circunstanciado sobre os fatos que envolveram a Irmã Dorothy. Como V. Exª disse, não podemos permitir a impunidade. Digo a todo momento que a impunidade é a maior incentivadora da violência. Se os mandantes dos crimes não forem punidos, eles continuarão praticando a violência. Essa é a nossa preocupação.

Agradeço-lhe, General.

V. Exª Está dispensado.

Ouviremos os demais em conjunto, como temos feito nesta Comissão, para aglizar.

Passo a palavra ao Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Boa-noite, Senadora. Na pessoa de V. Exª, parabéns às mulheres

pelo dia delas, comemorado no dia 8 de março; Senador Demóstenes, Relator desta Comissão; Senadores Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro; querido amigo General Félix; servidores federais; Rolf Hackbart e demais servidores do Incra, da Polícia Federal e da Secretaria dos Direitos Humanos; fomos informados por entidades que trabalham para conter a violência que havia enorme risco de ações violentas, de assassinatos na cidade de Rondon do Pará. Então fizemos uma audiência pública em Rondon do Pará no dia 2 de fevereiro. Lá havia sido assassinado um trabalhador rural, José Dutra, o Dezinho. A viúva dele, Srª Maria Joel, estava sob proteção policial, ameaçada de morte. Ela, presidente do sindicato, sucedeu o marido morto cinco anos antes. Outras duas pessoas tinham sido assassinadas nesse meio tempo entre a morte do Dezinho. Fizemos essa longa audiência para tentar um diálogo entre as partes. Estivemos com o Ouvidor Agrário, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário em exercício, Guilherme Cassel, com o Delegado Federal Valdir Caetano, com autoridades do Pará, com o Secretário de Segurança e Defesa Social, Manoel Santino, com a Senadora Ana Júlia, com Deputados Federais, com um número enorme de autoridades federais e estaduais.

No dia seguinte, fomos a Belém para fazer o lançamento de um programa de proteção a defensores dos direitos humanos, um programa novo. Temos o programa de proteção a vítimas e testemunhas em 17 Estados brasileiros, um programa federal, que hoje protege, no seu todo, 600 pessoas e que já protegeu mais de 1.600 pessoas. É um programa que tem um êxito grande, pois nesses anos todos, quase sete anos de funcionamento, nunca perdeu ninguém. Nunca uma pessoa protegida foi morta; as duas únicas pessoas mortas foram pessoas que abandonaram o programa.

Mas o programa de defensores é de outra natureza. O defensor de direitos humanos quer ter o direito de continuar na comunidade, porque ele vive defendendo o direito das pessoas. Ele não quer ir para um programa de proteção de testemunhas, ou seja, ser retirado da sociedade.

O proteção de proteção à testemunha é para pessoas, réus, colaboradores ou testemunhas de crimes violentos que, no curso de um processo de investigação, ficam protegidas, em geral afastadas da sua comunidade. Já os defensores de direitos humanos são ativistas, padres, advogados, parlamentares, sindicalistas, que querem ter o mesmo direito que já têm os promotores e os juízes, os parlamentares, aquela proteção de dignitários. Isso está se estendendo pelo Brasil e já há policiais especializados nessa proteção. Nosso programa quer estender essa proteção aos defensores de direitos humanos, considerando que é

essencial para a democracia a existência desse tipo de defensor, de ativista. Isso era também uma cobrança internacional.

Fomos lançar o programa no dia 3, com a presença da Governadora em exercício, Valéria Franco, do Secretário de Defesa Social, Manoel Santino, do Chefe do Ministério Público Estadual, Dr. Francisco Barbosa, da Chefe da Defensoria Pública do Estado, da Senadora Ana Júlia, de Deputados Federais, de Deputados Estaduais, de representantes da sociedade civil, da sociedade de parentes de direitos humanos, do Cedeca, enfim, de autoridades as mais diversas, estaduais e federais, de ouvidores da Polícia, do Tribunal de Justiça, da OAB.

No final daquela audiência de lançamento do programa, uma senhora pequeninha, uma senhora de setenta e poucos anos pediu para falar cinco minutos conosco. Era a Irmã Dorothy. Foi quando a conheci. Ela foi pedir proteção para dois trabalhadores rurais que tinham sido ameaçados, sobretudo para um, Luiz Morais de Brito, cuja casa, no PDS Esperança, tinha sido queimada por pessoas agressivas.

Imediatamente, conduzimos a Irmã Dorothy e essas três pessoas – Luiz Morais de Brito, Geraldo e um terceiro, cujo nome não me recordo – para o Delegado-Geral da Polícia Civil, Luiz Fernandes, para assegurar a proteção delas. Era véspera de carnaval, quinta-feira anterior ao carnaval. Ele marcou uma ida a Anapu, para tratar do assunto, para, se não me engano, o dia 17 de fevereiro, ou seja, quinze dias depois. Naquele dia, fomos lá, acreditando que o foco de violência era Rondon do Pará. Mas no dia 12, para minha surpresa, fui informado, às 15 horas e 30 minutos que a Irmã Dorothy havia sido assassinada, ela que foi pedir proteção para os outros: Luiz Morais de Brito e Geraldo, para esses dois sobretudo. Na mesma noite, fui para Altamira, juntamente com o Delegado Federal Valdir Caetano e com o Deputado Paulo Rocha, que pediu para ir conosco na mesma aeronave. Lá, nos encontramos com a Senadora e com a Ministra Marina Silva, que estava na região fazendo o lançamento de uma área de proteção chamada Verde Sempre, a trezentos quilômetros. Ela se deslocou para a região com a Polícia Federal, que também estava no lançamento que ela fez em Porto de Moz.

No dia seguinte, nos reunimos na prelaia do Xingu com Dom Erwin, com Senadores, com Deputados, com a Ministra Marina Silva, com autoridades, com o Superintendente da Polícia Federal no Pará, Delegado José Sales, com o Dr. Santino, com autoridades federais e estaduais e com representantes dos movimentos sociais e de ONGs presentes na região. Ouvimos longamente todas as intervenções de Depu-

tados, de Senadores, de autoridades do Estado e federais e dos representantes da sociedade civil. Isso ocorreu no dia 13.

No dia 14, ante a morte de Adalberto Xavier Leal, numa área próxima de onde morreu a Irmã Dorothy, fui até Anapu com o Delegado José Sales e com o Delegado Valdir Caetano para ouvir a viúva e outras pessoas, e com delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal, a fim de ver se havia alguma conexão entre essas mortes e qual o significado dessas duas mortes ocorridas em menos de 24 horas.

Nesse mesmo dia, decidimos em comum acordo instaurar um inquérito na Polícia Federal – já havia um inquérito da Polícia Civil. Decidimos também que haveria um trabalho em cooperação entre as polícias Rodoviária Federal, Civil e Militar para, num trabalho conjunto, chegar, o mais rapidamente possível, à elucidação daquele crime cuja repercussão já se fazia notar.

No dia 15, três dias depois, fizemos uma reunião em Brasília, coordenada pelo Vice-Presidente da República e Presidente em exercício – o Presidente Lula estava em viagem para o exterior –, com a participação do Ministro da Defesa, José Alencar, do Ministro da Casa Civil e de 18 Ministérios representados. Logo em seguida, numa reunião com o Governador do Pará, Sr. Simão Jatene, com o Secretário da Defesa Social, com o Comandante da Polícia Militar e com o Delegado-Geral da Polícia Civil. Ali se decidiu pelo emprego das Forças Armadas – o Exército e a Aeronáutica – para dar suporte à ação das polícias, do Ibama, do Incra, enfim, para firmar a presença do Estado. Ficou claro que o papel das Forças Armadas era atuar na retaguarda. Entendemos que tinha havido um desafio ao Estado, que a morte da Irmã Dorothy e, logo em seguida, outra morte eram uma atitude de desafio para mandar recado para o Estado, seja para a União Federal, seja para o Estado do Pará e que era preciso, portanto, garantir a presença ostensiva do Estado de forma correta e em comum acordo com o Governo do Estado, em ações combinadas. E assim foi feito. Ao mesmo tempo, intensificamos as ações federais. Nós evitamos usar o termo força-tarefa porque é muito desgastado, dá idéia de que existe a presença no momento do clamor, da repercussão pública, mas que, logo em seguida, a força-tarefa vai embora. Trabalhamos de outro modo, intensificando as ações que já vinham sendo feitas em três vertentes: na área ambiental, na fundiária e na de segurança.

Ficou decidido também que as Forças Armadas ficariam por um tempo limitadas, como a própria lei determina, mas que logo em seguida seriam substituídas, como acontecerá, pela Força Nacional de Segurança: 408 homens sob o comando das autorida-

des do Governo do Pará. Então, assim que o Exército e a Aeronáutica saírem, entrará a Força Nacional de Segurança, que é especialmente treinada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e vai agir sob o comando do Governo do Estado do Pará para manter essa presença do Estado e o suporte às ações. Ou seja, não permitir em nenhum momento que o objetivo de intimidar o Estado seja alcançado. Ao contrário, transmitir segurança tanto aos servidores do Estado do Pará quanto aos da União federal que estão na região implantando ou intensificando a implantação de projetos. Ao mesmo tempo, o objetivo é transmitir essa segurança à sociedade.

Naquelas reuniões do dia 15, ficou decidida a criação desse gabinete de gestão integrada de segurança em Brasília, com Secretários Executivos em Belém para trabalharem em harmonia, com responsabilidade, com prazos e divisão de tarefas para todos.

No dia 17, o Presidente Lula, já de volta ao Brasil, tomou conhecimento de todas as medidas e aprovou-as, até porque tinha sido consultado por telefone. E outras medidas foram anunciadas. Estiveram presentes o Ministro Miguel Rosseto e outros servidores, inclusive da Secretaria de Direitos Humanos, e depois o General Félix.

No âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, constituímos um grupo para acelerar a proteção dos defensores, uma vez que fomos atropelados pelos fatos. Fomos lá no dia 3, tínhamos a previsão de em 60 dias fazer o levantamento de todas as pessoas ameaçadas, qualificar as informações, iniciar a proteção a essas pessoas. Mas, nove dias depois, ocorreu o assassinato da irmã Dorothy, e isso precipitou ações. Foi constituído no Pará um grupo de trabalho da Coordenação Estadual dos Defensores, que foi a sete Municípios: Altamira, Anapu, Porto de Moz, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Marabá e Paraopebas. Fez contato com uma lista de 65 pessoas ameaçadas, fornecida pela Comissão Pastoral da Terra, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, pelo MST, pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos e por outros sindicatos de municípios.

A partir daí, começou a proteção de Frei Henry, por exemplo. Essas organizações e movimentos tinham alertado que ele estava vivendo uma situação de risco enorme. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Anapu, Chiquinho do PT, e duas testemunhas foram incorporadas ao programa de testemunhas, Provita.

Posteriormente, o General Félix, eu, o Ministro Luiz Dulce, a Ministra Marina Silva e outros também recebemos, no Gabinete de Segurança Institucional,

no auditório do subsolo do Palácio do Planalto, cinco prefeitos, deputados, senadores e movimentos sociais que tinham pedido para se reunir e trouxeram uma lista de problemas a serem enfrentados.

Qual é a situação hoje? O crime está elucidado. Tanto o inquérito da Polícia Civil como o inquérito da Polícia Federal estão concluídos e convergiram para o indiciamento de quatro pessoas, os dois pistoleiros, o contratante e o mandante – que está foragido. O inquérito ainda chegou a duas pessoas que colaboraram, foram cúmplices, mas que, no entanto, não tiveram o indiciamento como parte do assassinato.

As investigações continuam, independentemente do fato de o inquérito ter sido encerrado, para buscar outras conexões e informações importantes, como, por exemplo, a que foi levantada pelo Senador Eduardo Suplicy, da hipótese de haver um consórcio para pagar os pistoleiros ou financiar a defesa posterior, etc. Então, o crime está elucidado.

No momento, há uma discussão sobre a competência. O inquérito foi encaminhado ao Ministério Público e, a partir daí, o Procurador-Geral da República protocolou no STJ um pedido do deslocamento da competência, usando a faculdade da Emenda Constitucional em 8 de dezembro e promulgada em 31 de dezembro, que faculta à Procuradoria Geral da República requerer ao STJ o deslocamento da competência, baseado em dois eixos, digamos assim, a gravidade do fato do assassinato da Irmã Dorothy, defensora de direitos humanos típica, a repercussão, um crime grave contra os direitos humanos que incide sobre os tratados internacionais.

Caberá, portanto, ao STJ decidir a competência e, nesse sentido, penso que foi justa tanto do Governo do Pará de fazer uma investigação séria e uma ação coordenada entre suas Polícias, convergindo para aquele inquérito da Polícia Civil, como também da União Federal, para fazer o inquérito federal. Seja qual for a decisão do STJ, os dois inquéritos estão garantidos. Se decidir que a competência é do Estado, todo o trabalho da Polícia Federal será canalizado e ela continuará, inclusive, colaborando no que lhe couber, assim como o Ministério Público Federal e, se for decidida a competência federal, também, com certeza, todo o trabalho feito pela Polícia Civil do Estado ou pelo Ministério Público será encaminhado ao Ministério Público Federal para a continuidade do processo, nesse dever que o Estado em seu sentido amplo tem de investigar, processar e punir.

Acredito que a resposta dada pelo Estado foi adequada, tanto pela União Federal como pelo Estado do Pará nesse caso. Foi a resposta que deve ser dada sempre, tanto no campo das ações fundiárias ambientais

como da segurança pública. Agora, o desafio, no meu entendimento, é a presença permanente do Estado, tanto do Estado do Pará como da União Federal.

Nesse sentido, as senhoras e senhores terão aqui, amanhã, a presença da Ministra Marina Silva, que vai relatar o que estava sendo implementado e que foi intensificado a partir desse fato. Eu só queria destacar o chamado arco do desmatamento, que é um conjunto de 19 bases operativas, Senador Demóstenes Torres, para paralisar essa penetração massiva e ilegal do desmatamento, da grilagem, em uma região de presença precária do Estado, onde essas redes criminosas constituíram verdadeiro poder paralelo.

Então, são 19 bases operativas, sendo várias já instaladas. Havia quatro instaladas em fevereiro e, até o fim de março, as 19 estarão, com Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Delegacia Regional do Trabalho, Ibama e Incra, basicamente. Outros órgãos também, mas esses cinco, todos bem equipados, para, enfim, marcar a presença do Estado, barrando essa penetração, a continuidade desse avanço ilegal e predatório, digamos assim.

Foi muito importante ter interditado por seis meses oito milhões de hectares no eixo da 163, que é a área de cobiça, a área, digamos, que está atraindo pessoas de bem, mas também aventureiros. Contudo, eles trazem essa interdição também como uma medida preventiva, enquanto conjuntamente o Estado do Pará e a União Federal avançam no zoneamento fundiário ambiental do Estado.

A intenção tanto do Estado do Pará como da União Federal é estabelecer as áreas de proteção integral. Ou seja, que não se admita nenhuma espécie de exploração econômica. O uso, sim, mas não econômico; quais são as áreas de uso restrito, sustentável, e quais são as áreas de uso intensivo naquela região.

Ao mesmo tempo, foi encaminhado à Câmara dos Deputados o Projeto de Gestão de Florestas Públicas, que prevê a concessão de florestas nas áreas de uso restrito e desenvolvimento sustentável para exploração madeireira. Um projeto bem concebido, que vem sendo debatido com a Bancada Amazônica há muito tempo, com autoridades do Estado e com a União Federal. Já há um consenso básico sobre o eixo desse projeto de gestão de florestas públicas.

Serão instalados – tenho previsão orçamentária, prazos – três postos da Polícia Rodoviária Federal na 163, também como presença do Estado para o controle, para a presença da lei, da fiscalização, para também paralisar o processo predatório e podermos, como disse o General Félix, legalizar a atividade madeireira, inclusive outras atividades extrativas e outras atividades econômicas dentro desse projeto.

O Inkra está procedendo a um grande, como será dito daqui a pouco, ordenamento da questão fundiária, no que diz respeito à Portaria nº 10, etc. Acho que o Dr. Rolf Hackbart vai expor isso aqui. Eu não o farei agora.

Também quero tratar de uma reivindicação, que foi inclusive da Irmã Dorothy, em 2003. Houve audiências públicas, o Dr. Márcio Thomaz Bastos esteve lá. Na época, houve o compromisso de se instalar uma delegacia da Polícia Federal em Altamira. Havia um posto que já havia sido transformado em delegacia. Será equipado.

Também uma reivindicação – não compete ao Governo Federal – que foi atendida de uma Vara federal, em Altamira. O Senado atuou intensamente na criação das Varas federais na região. Então, já há um compromisso também, até junho, julho, se não me engano, no sentido da instalação da Vara federal.

Creio que esse que é o caminho.

Estive também, antes do assassinato da Irmã Dorothy, com o Desembargador Milton Nobre, Presidente do Tribunal de Justiça, e S. Ex^a disse que já havia um planejamento, um organograma para a designação de juízes para as 27 comarcas, onde não há. O Ministério Público também já tinha planos, o que acelerou a instalação, nessa região de alto conflito, de uma promotoria especializada em conflitos agrários. O Governo Estadual disse que ia apressar a instalação de uma delegacia especializada em conflito agrário, em Marabá – só há uma em Belém.

Enfim, acho que é este o caminho: a presença do Estado de forma permanente, e não forças-tarefas, essas coisas espasmódicas. Quando há um crime de gravidade, quando há enorme repercussão, promete-se um monte de coisas e, depois, a atenção se desloca para outra área e aquilo fica esquecido.

Acredito que talvez o grande saldo de toda essa tragédia seja essa intensificação da presença.

Deve-se destacar, também, que a Polícia Federal já vinha há muito tempo preparando uma operação para o mês de junho, de desarmamento e de cumprimento de mandados de prisão.

Esses pistoleiros, que se alojam nessas áreas de precária presença do Estado no Pará, formam até bolsas de pistolagem. Temos relatos disso, de que em algumas cidades eles são tão descarados que chegam ao ponto de ter cafés, bares, que são pontos de encontro dos pistoleiros, onde eles têm uma tabela, uma bolsa de pistolagem para serem contratados por pessoas, para exercerem essa indústria da morte que existe em vários lugares do País.

Então, fazer essa operação desarmamento e de cumprimento de mandados de prisão, no Estado do

Pará, dessas pessoas que vêm de vários lugares. Do meu Estado de Minas Gerais há vários, do Espírito Santo, do Rio, de Goiás, de Tocantins, de vários lugares do País. Procurados em seus Estados, alojaram-se nessa área de presença precária, onde contribuíram para a formação desse poder paralelo.

Também intensificar o trabalho de inteligência, de informação, visando chegar nesses chefes de grilagem, nessa rede. Não é muita gente. Como já disse o General Félix, a maioria dos que vão mesmo para as atividades ilegais, mesmo madeireiros e agricultores, são pessoas de bem, que vão ali buscar sobreviver de forma decente. Se estão ilegais, trata-se, juntamente com o Estado, de se buscar legalizar e regularizar essa atividade, dar sustentabilidade ambiental e garantir também condições de trabalho adequado para o desempenho de suas tarefas, de suas atividades empresariais, mas separados do crime organizado, porque essa grilagem agressiva, essa indústria de grilagem é corruptora, é agressiva, não tem limites éticos ou morais. Acreditam-se acima do bem e do mal, da lei, que podem agir na completa impunidade.

Essa operação foi antecipada, pois seria em junho, isso é muito importante.

Finalmente, como foi perguntado pelo ilustre Relator, Senador Demóstenes Torres, esse projeto prevê a concessão de 3% dessa área de milhões de hectares para o uso sustentável, para a atividade madeireira, inclusive, que é importante. Prevê a concessão de terras públicas e ouvi a Ministra Marina explicando, várias vezes, que as áreas concedidas serão divididas em talhões, o que vai permitir que para cada hectare seis árvores adultas poderão ser abatidas a cada ano. Digamos, nessas áreas de 100 hectares que têm 200 árvores adultas e mil árvores jovens, trinta anos depois, para aquele trigésimo talhão, naqueles lá detrás já houve a reposição florestal adequada.

Então, isso está sendo aplicado no Acre. Já há lugares, já há vários projetos pilotos, seja para as regiões sustentáveis, seja para outras de outro uso, com êxito. Portanto, é possível regular a atividade madeireira, a atividade econômica, mas, para isso, também que haver uma atividade combinada fundiária, porque ali houve aquela desordem fundiária, a partir sobretudo de 1975.

As pessoas foram chamadas a ocupar a Amazônia, depois aquilo não teve continuidade. Eles tinham prazo para fazer a atividade de ocupação, não fizeram naquele prazo. No entanto, abriu-se, ali, a indústria da grilagem para tentar legalizar, por intermédio da corrupção ou por outros métodos, essas posses. Então, essa enorme desordem fundiária também desorganiza,

digamos, a presença do Estado de Direito na região. Creio que esse é o caminho.

De certo modo, a Irmã Dorothy, depois de morta, conseguiu realizar aquilo por que lutou a vida inteira. Ela se instalou, ali, em 1972 – ouvi relatos emocionados de Dom Erwin, Bispo equilibrado, pessoa que tem um amor profundo pela Amazônia, acerca desse projeto. Seu sacrifício, sua morte estúpida e covarde ajudou a acelerar esse processo e também a conscientizar as autoridades a criar uma grande cooperação entre o Governo do Estado, a União Federal e o Parlamento. Aliás, quero parabenizar os Parlamentares desta Comissão Externa – a Câmara também tem feito debates a esse respeito –, porque é preciso apressar a discussão e a tramitação desse projeto de gestão de floresta pública, por ser importante para que esse episódio deixe pelo menos esse saldo para a Amazônia e para o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Ministro.

Peço, em razão do cansaço, antes de passar a palavra ao Dr. Rolf Hackbart, para registrar a presença da Prefeita de Altamira, Srª Odineida Sampaio, que nos dispensou grande atenção, pois fomos muito bem tratados no Município de Altamira. Meus agradecimentos à Prefeita.

Faço um pedido aos Senadores no sentido de as perguntas sobre questões fundiárias sejam dirigidas aos representantes do Incra. Porque senão, perguntaremos sobre um outro universo, quando isso não será preciso, já que amanhã poderemos nos dirigir aos representantes do Ministério do Meio Ambiente, ao Ibama.

É o apelo que faço a V. Ex^{as} Senadores.

Atendendo à solicitação do Ministro Nilmário Miranda, concedo a palavra ao Relator, que deverá atender o apelo da Presidente neste Dia Internacional da Mulher.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr. Ministro, V. Ex^a mencionou aqui, que, no ano de 2003, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi à região e, lá, recebeu, do Instituto de Estudos Amazônicos, relatos da conexão entre grilagem de terras, extração ilegal de madeira em Terra do Meio, área indígena, tráfico de drogas, tráfico de armas, biopirataria...

Pergunto-lhe: por que, em tendo o Ministério da Justiça tomado conhecimento de todos esses problemas só resolveu tomar providências efetivas após a morte da Irmã Dorothy? Por que não houve empenho no que diz respeito a esses aspectos logo em seguida, quando o Ministério tomou conhecimento dos fatos? Veja V. Ex^a que já são passados mais de um ano des-

de o momento em que o Ministro recebeu, de corpo presente, esse relatório.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Acredito que o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, poderá responder a isso melhor do que eu. Ele foi lá junto com o Dr. Cláudio Fonteles. No entanto, como tive conhecimento disso e a Secretaria Especial acompanhou essa audiência pública – eu não pude, estava em viagem para o exterior em 2003 –, na verdade, algumas providências foram tomadas. A própria Irmã Dorothy estava presente, os movimentos sociais, a Fetagri, a CPT e outros fizeram também pedidos. Por exemplo, de uma delegacia da Polícia Federal em Altamira. Foi instalado um posto. Na verdade, houve uma tensão parcial, digamos assim, nas demandas feitas. Agora está sendo transformado em uma delegacia. Eles tinham pedido também a prisão de Aldemir Lima, o “Branquinho”, uma pessoa que tinha ameaçado um Juiz do Trabalho, um Procurador Federal, Mário Lúcio Avelar, tinha ameaçado ativistas da CPT; foi preso e depois saiu pela porta da frente da delegacia de Marabá, e depois foi novamente preso em Fortaleza.

Foi iniciada uma operação de inteligência pela Polícia Federal para mapear a grilagem, os grupos criminosos, os grupos armados na região. Como eu disse, haveria, estava programada para junho uma operação policial visando o cumprimento de mandado de prisão e o desarmamento na região.

De fato, estava em curso uma série de medidas pedidas naquele momento. Talvez outras também, mas o Dr. Márcio deverá informar. Eu não estava presente à audiência. Provavelmente, ele terá mais detalhes, mais informações sobre o que ele se comprometeu em 2003 e o que foi feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr. Ministro, há alguns dias, o Procurador-Geral da República entregou ao Ministro da Justiça um relatório. Segundo esse relatório, existem diversos políticos envolvidos com corrupção em projetos, especialmente da Sudam, alguns deles inclusive pertencentes à Base do Governo. O Senhor tem conhecimento disso? E, em tendo conhecimento, teria condições de nomear esses políticos da Base do Governo e também fora da Base do Governo?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Veja bem. A Polícia Federal está investigando, em todo o País e na região também, grupos criminosos de qualquer natureza, inclusive voltados à atividade predatória ilegal, madeireira, vinculada a tráfico de armas, à contratação de pistoleiros, e a Polícia Federal jamais recebeu orientação para perguntar se a pessoa investigada é da Base do Governo ou de Oposição. Não há esse limite. As ações públicas, tornadas públicas, da Polí-

cia Federal, têm deixado isso muito claro, que não há nenhuma interferência política na atuação da Polícia Federal, de nenhum tipo. Isso pode ser atestado pelas pessoas que têm sido indiciadas. Pessoas da Base do Governo ou não da Base do Governo, isso é indiferente. A Polícia Federal não toma conhecimento disso, esse não é um limite para a sua ação nem no Pará nem em lugar nenhum do Brasil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Estou falando a respeito de um relatório apresentado pelo Procurador-Geral da República ao Ministro da Justiça.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Sei que o Ministério Público Federal – isso não é uma coisa sigilosa –, por meio do Dr. Felício Pontes, Ubiratan Cazeta, entregou uma série de documentos que são do conhecimento público, documentos que compõem uma série de providências tomadas por ele ao longo dos anos, que apontam o envolvimento de empresários, políticos, servidores do Estado, servidores municipais, servidores federais, pseudo-empresários nessas atividades. Entregaram ao Ministro da Justiça, que repassou à Polícia Federal para subsidiar o seu trabalho de inteligência e de investigação que está sendo feito na região.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O senhor tem conhecimento de alguns desses nomes? Poderia nomear?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Não gostaria de nomeá-los, mas acredito que, como não são documentos sigilosos — são documentos públicos —, a comissão externa poderá pedir esses documentos, que serão, certamente, entregues.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Desculpe informar, mas, como já havíamos deliberado nesta Comissão, Senador, que iríamos solicitar todos os documentos, esse documento já foi pedido ao Ministério Público. Faço, porém, a ressalva quanto ao questionamento ao Ministro da Justiça. O secretário nacional com certeza terá limitações naturais para responder pelo Ministro da Justiça.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ministro, alguns dias antes de a Irmã morrer, como disse aqui, ela esteve com V. Ex^a no Pará. Em todos os encontros que teve relatados por pessoas aqui, inclusive o Dr. Felício Pontes, ela fazia alusão ao perigo que ela corria. Naturalmente, como era militante de direitos humanos, não pedia proteção para si, mas apenas para outras pessoas.

V. Ex^a teve conhecimento da situação que ela enfrentava. V. Ex^a acha que poderia ter feito algo mais no episódio para tentar evitar a morte da Irmã Dorothy? Poderia ter-lhe dado alguma espécie de proteção adicional?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Na minha fala inicial, disse que fomos ao Pará para tratar da situação de Rondon do Pará, que entendíamos mais grave, mais urgente, com risco mais eminente. Eu não a conhecia, e a conheci exatamente no lançamento do Programa de Proteção aos Defensores, quando pediu proteção especificamente para Luiz Moraes de Brito; não pediu para o outro, o Geraldo – não sei seu sobrenome, técnico de uma associação chamada Sefa. Ela não pediu proteção. A característica desse tipo de defensor é essa mesma, não pedir proteção para si. Não existe, em lugar algum do Estado, pedido de proteção para ela.

É uma situação difícil, porque, como disse o General Félix, para proteger uma pessoa é preciso que ela queira. A pessoa tem de assumir um compromisso – tem de mudar a sua rotina e informar o que vai fazer a cada dia.

Tivemos o assassinato do Juiz Alexandre Martins, no Espírito Santo, que estava sob proteção policial. No único dia em que ele disse aos policiais que não iria precisar da proteção, que ficaria em casa por toda a manhã, e resolveu sair e ir à academia de ginástica, ele foi assassinado.

Havia dois policiais protegendo o Chico Mendes. Ele saiu para ir à “casinha”, o banheiro fora da casa, e foi assassinado.

Não é fácil proteger pessoas quando pistoleiros ficam ali tocaiando durante um longo período, esperando o momento. Eu acho que a proteção adequada só se dará quando se buscar quem ameaça. Proteger a pessoa é importante – inibe-se o criminoso, mas não se impede a consumação.

Fomos discutir isso com o Governo do Pará. Nós temos 6 mil policiais federais no Brasil, e quase 700 mil policiais civis e militares no Brasil — 95% dos delitos são da competência dos Estados. Portanto, não é possível que a Polícia Federal assuma a proteção de todas as pessoas ameaçadas no Brasil.

Só no Pará, nesse momento, eram 65 pessoas e recebemos mais pedidos. Selecionamos nove Estados que têm mais demanda de proteção a pessoas ameaçadas: Pernambuco, Paraíba, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. São nove Estados considerados pilotos. Não são todos; só os que consideramos mais urgentes.

É evidente que a Polícia Federal não pode ser empregada nisso porque tem suas atribuições comuns. Faz-se necessário um trabalho com os Estados; quem tem de proteger é a Polícia Militar, como protege promotores, deputados e juízes. Faz, de forma eficaz, a proteção.

A proteção de dignitários feita por grupos especiais é eficaz, é importante. Mesmo não impedindo em definitivo as mortes, tem contribuído muito para evitar a morte de promotores, delegados e juízes no País, que são profissões de risco quando enfrentam o crime organizado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Mas o fato é que o senhor não recebeu nenhum pedido de proteção?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Dela, não. Recebemos pedidos de proteção para outros e os encaminhamos ao Estado. E nos oferecemos para cooperar financeiramente na capacitação de policiais, para ensiná-los a fazer a proteção – estamos fazendo cursos para vários Estados.

Agora, estamos fazendo um processo. Claro que, depois do acontecido, ficamos pensando que talvez pudéssemos ter agido de outra forma, mas, na verdade, achávamos que Rondon do Pará estava em situação mais perigosa naquele momento.

Para dizer a verdade, nunca tinha ouvido falar em Anapu até o dia em que ela nos colocou a situação – situação que encaminhamos imediatamente para o chefe máximo da Polícia Civil do Estado, que marcou a sua ida a Anapu para dali a quinze dias para atendê-la especialmente, mas ela foi assassinada nesse meio tempo. Ficou a lição.

O Frei Henri des Rozières dispensou a proteção, recusou-se a pedir a proteção. No entanto, como o nome dele ficou muito em evidência – a imprensa começou a divulgar que ele estava sendo ameaçado, colocando-o em evidência –, em comum acordo com o Governo do Pará, foi designada proteção a ele, à sua revelia. Ele não solicitou proteção, não a pediu, disse que não a queria, mas agora tem policiais 24 horas por dia com ele.

Agora, o senhor há de convir que a situação não é fácil: às vezes pensamos que estar protegendo a pessoa certa, e eles atacam a pessoa que está mais vulnerável. Segundo um levantamento que fizemos, há 65 em risco, mas estamos dando proteção a quatro, casos que consideramos ser os mais urgentes. Não sabemos, porém, o que está na cabeça do pistoleiro, do grileiro, dessas pessoas que planejam a morte, mercadejam com a morte. É difícil imaginar como funciona isso. De toda maneira, penso que esse episódio talvez fortaleça esse programa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Havia necessidade de alteração.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Não havia sensibilidade para alguns defensores. Não se falava nada contra essas pessoas, mas também não se dava muita importância a elas. Acredito que agora o País, o

Estado como um todo, está mais alerta, inclusive o Parlamento. Há um projeto de lei da Deputada Iriny Lopes criminalizando condutas contra defensores de direitos humanos. Não existe em nossa ordem jurídica a figura do defensor de direitos humanos; prevê-se a proteção a testemunhas, mas a defensores, não, só a dignitários.

Espero também que avancemos no sentido de absorver a figura do defensor como essencial para a democracia, e, dessa maneira, assegurar também que eles tenham o direito de ser protegidos como protegemos servidores do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Para mim está ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Alguma pergunta, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ao agradecer a presença do Ministro Nilmarcio Miranda, quero lhe dizer que suas respostas foram muito claras e, então, vou poupá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigado, Senador Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ministro Nilmarcio, vou ser bastante rápido, porque sua explanação foi bem detalhada, e o nosso relator Demóstenes Torres já tirou as dúvidas que tínhamos. Quero apenas lhe fazer três perguntas, apenas para corroborar aquilo que o V. Ex^a falou.

V. Ex^a falou que força-tarefa não resolve a questão. Disse que é preciso intensificar as ações de segurança, a questão ambiental e fundiária, ou seja, novamente repetindo: a presença do Estado é necessária – tem de ser permanente, constante, para evitar que expectativas geradas não sejam atendidas e gerem conflitos. A ausência do Estado é função da expectativa gerada não atendida, e segue o conflito.

Anapu é recente, é uma área federal, demarcada e arrecadada pelo Incra, não é uma área do Estado. Ela está no Estado do Pará, mas é uma área de gerenciamento total do Governo Federal. Então, houve uma expectativa, que não foi atendida. Lamentavelmente, as verbas do Incra foram contingenciadas e o órgão não pôde atender às expectativas geradas. Houve conflito entre os próprios colonos sobre o PDS, pois uns o queriam e outros não. Há essa questão interna entre eles. Os que estavam assentados nas glebas de três mil hectares não quiseram abrir mão. Tivemos oportunidade de ver isso entre eles mesmos nos depoimentos que foram tomados na oitiva em Altamira.

O senhor foi a única pessoa, até agora, que fez referência aos demais assassinatos, os outros dois brasileiros que perderam a vida nesse mesmo conflito. A única pessoa, ao longo de todos os depoimentos, que

fez referência aos outros dois brasileiros. Quero parabenizá-lo. Evidentemente, lamento a morte dos outros dois brasileiros, mas foi preciso que a Irmã Dorothy perdesse sua vida, que todos nós lamentamos, para que fosse criada uma subcomissão. Desde o primeiro instante, peço, com o apoio do Senador Eduardo Suplicy, que esta Comissão estenda o acompanhamento das investigações, para que se esclareça também a morte dos outros dois brasileiros que nem o nome nós sabemos. A primeira vez que se ouviu o nome de um deles foi quando o senhor o citou nominalmente e disse que esteve conversando com a viúva. O que sabemos é que elas estão em estado de extrema miséria, que uma delas ficou com seis filhos órfãos.

O Senador Suplicy atendeu o nosso pedido de que as investigações fossem estendidas. Pelo que sabemos, nem a Polícia Federal nem a Polícia Civil chegaram aos assassinos dos outros dois brasileiros, apenas esclareceu o assassinato da Irmã Dorothy. Isso é lamentável, porque são brasileiros que perderam a vida pelo mesmo... não sei se há conexão entre os crimes, até isso não sabemos. O senhor foi o único que, no seu depoimento, citou o nome de um dos que pereceram na mesma ocasião.

E o senhor fez referência à BR-163. Não sei se usou a palavra congelamento ou contingenciamento de oito milhões de hectares na margem da BR-163, que foi contingenciada. Isso me preocupa demais, Ministro Nilmário Miranda, porque também vai gerar expectativa e conflito. Quero fazer um registro da competência e da sensibilidade que o Presidente do Incra demonstrou em relação à Portaria nº 010, que criou novamente a expectativa e criou conflito com estradas interrompidas. Pela primeira vez, vi tentar interromper o rio Amazonas, que tem uma largura enorme. E o Presidente do Incra, de próprio punho, fez um documento para reabrir a Transamazônica.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA. Faz soar a campainha.) – O senhor tem um minuto para concluir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero aqui fazer um registro. Inclusive, já disse isso a ele por telefone e agradei a ele. Absurdamente, os líderes de Novo Progresso exigiram que no documento onde estava escrito Estado do Pará constasse Novo Progresso. Eles disseram que tinha que constar Novo Progresso, se eles iriam tocar fogo no fórum ao meio-dia e derrubar uma carga de cianureto na cidade. O Presidente do Incra, com toda boa vontade e sensibilidade, fez um novo documento, citando o novo progresso para que eles pudessem então reabrir a estrada. E fez uma reunião lá no dia 15 de fevereiro passado.

Então, o que vai acontecer na Transamazônica é exatamente isto: vai gerar uma expectativa, com a qual vai gerar um conflito e, com certeza absoluta, não vamos ter a BR-163 interrompida, com novos conflitos. Deus queira que eu esteja errado e isso não ocorra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Julia Carepa – Bloco/PT – PA) – Ministro Nilmário, perdoe-me, quero apenas dizer o seguinte. Amanhã estaremos discutindo com o Ibama, como o Ministério do Meio Ambiente, então, acho que, mesmo sendo aqui... Sei que ele citou, só para que entendamos essa questão.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) ...essa interdição da área. Amanhã a Ministra Marina... esse caso nós pedimos, fui acompanhado do Superintendente da Polícia Federal, José Salles, e do Delegado... Conversamos com o Delegado Valdir Freire, da Polícia Civil. Pedimos que o inquérito também fosse bem feito. Aparentemente, há uma relação, pode haver uma relação com a morte da Irmã Dorothy. Houve um pedido explícito da viúva, Dª Ana, também para que houvesse a investigação. Ela própria levantou a hipótese de uma queima de arquivo. Então, se ela levantou essa hipótese, a viúva, isso pode ter relação com o assassinato da Irmã Dorothy. Então, de comum acordo com o Dr. Manoel Santino, o corpo dele foi levado para Belém e necropsiado no Instituto Médico Legal de Belém, como foi o da Irmã Dorothy, que teve o mesmo tratamento... para apurar a morte, como (...) já havia lembrado. As outras duas mortes, a informação que obtivemos até hoje, tanto da Polícia Civil quanto da Federal, foi a de que não guardam relação com a morte da Irmã Dorothy. Foi um outro caso...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Julia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, uma foi em Paraopebas, que era bem distante.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Em Altamira. O caso Assuiri não tem relação. E um outro colono, branco, também não há nada, até hoje, que tivesse qualquer relação com... Pode haver uma relação entre a morte do Adalberto com a Irmã Dorothy, mas também isso vai ser esclarecido com o inquérito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Srª Presidente. É possível que o Ministro Nilmário Miranda, que está, portanto, em contato, pelo que informa, com a viúva, Srª Ana, pelo que foi descrito na imprensa, ela está viúva, com seis filhos. Ela pode – agradecerá, se já não o fez – ser de pronto informada sobre o seu direito de receber um salário mínimo. Só pela legislação junto ao INSS, ela pode se inscrever, uma vez que a sua família tem uma remuneração menor que um quarto desse salário mínimo. E, na ausência, portanto, do provedor principal, ela,

tornando-se viúva, tem esse direito de pronto. E seria importante informá-la a respeito. Quem sabe V. Exª tenha a forma de fazer chegar essa informação de pronto A SRA. Ana, para que ela possa ter esse direito, pela legislação brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Só uma informação, Senador. Quando V. Exª levantou essa preocupação, fiz a solicitação à CPT; liguei para Altamira, para Anapu, para que dessem essa informação. Mas faço um esclarecimento: aquela viúva que o **Estado de S. Paulo** mostrou é a viúva do Cláudio, que foi o crime que aconteceu em Anapu, na Gleba Manduacari. A viúva a que o Ministro Nilmário está se referindo é a Ana. Foi o primeiro assassinato, que aconteceu logo após. Chegou a circular uma versão na imprensa toda, no Brasil, de que a viúva e a filha dela – que é maior de idade, diferentemente do caso dessa outra viúva, em que são só crianças –, teriam visto pessoas ligadas à Irmã Dorothy ou à regularização, inclusive um técnico.

A Polícia Federal, chegando a Anapu, foi fazer... Na época, foi logo depois do crime, a Irmã Dorothy sequer havia voltado...

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Inclusive eu fui com... (*inaudível*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Exato. Eu sei que o senhor foi. Só estou dando...

Questionaram a viúva. Ela negou essa versão que tinha sido divulgada para a imprensa toda. Uma versão estranha, porque não tinha nenhuma conexão com a realidade, mas que tinha sido divulgada, após a Polícia Civil tê-la questionado.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Então, só para dizer isso...

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Mas o Delegado Valdir Freire, da Polícia Civil, é seriíssimo. Na presença do José Salles, Superintendente da Polícia Federal, ele também, em nenhum momento, deu guarida a esse tipo de insinuação. É um Delegado que agiu com muita seriedade. É bom que se faça justiça a ele.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Ele esclareceu como essa versão teria circulado no Brasil?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Não. Mas, de qualquer maneira, ele estava ali presente, já ouviu a viúva e o Geraldo, que era indicado como suspeito. Descartou qualquer hipótese, tanto que o inquérito que está sendo feito é para apurar autores do assassinato de Adalberto Xavier Leal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Muito obrigada.

Às vezes, também se fala aqui em versões; é importante esse esclarecimento. Sei que o Ministro tem conhecimento nessa área, mas vou fazer aparentemente uma pergunta sobre o óbvio. Aqui V. Exª fez uma constatação: 95% dos crimes que acontecem no País são de responsabilidade da Polícia dos Estados, que têm 700 mil policiais. Quanto ao crime contra os trabalhadores rurais, a queima de barracos, a ameaça à vida deles, o bem dessas pessoas não é federal, da União. Sendo a terra do Estado, do Município ou da União, a responsabilidade não é da Polícia Estadual?

No caso do trabalhador rural que teve sua casa queimada, foi à Polícia e denunciou. Quer dizer, existe um histórico. Pergunto: a população de lá tinha confiança na Polícia?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Não sei se vou responder à sua pergunta, mas o caso de Unaí, por exemplo, o assassinato daqueles fiscais da União, a serviço da União é inquestionável: o inquérito foi conduzido pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e vai ser julgado pela Justiça Federal. Não havia dúvidas sobre isso.

Em Felixburgo, cinco trabalhadores foram assassinados num conflito de terra. Claramente estadual, a Polícia Federal colaborou com aquele inquérito.

No caso de Anapu, acredito que seja da competência federal, porque se tratava de um crime grave de direitos humanos, ligada às transnacionais...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas é da morte da Irmã Dorothy que o senhor está falando?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – É. Acredito... Da Irmã Dorothy.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Estou falando dos outros crimes.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Acredito que ela foi num processo de implantação de um projeto federal em área federal. Mas há dúvida. Aí o Procurador Geral da República...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Pediu a federalização.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – ...pediu a federalização, e o STJ vai decidir. O caminho é esse. Acho que é o caminho natural. É a primeira vez; são 90 dias que nós temos...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Evidentemente, são da competência da Justiça Estadual homicídio, pistolagem, embora em área federal. Por isso o Procurador Geral da República está pedindo a federalização, porque a competência, **a priori**...

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Pois é, como houve essa dúvida, o próprio Senador está dizendo aqui. Isso é uma coisa natural, cabe ao STJ decidir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Se federaliza ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Só que não foi bem isso que perguntei, Ministro Nilmário.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Até o 31 de dezembro, quando não havia a federalização, o incidente, o deslocamento, etc., normalmente isso era apurado pela Justiça dos Estados. O crime para ser federal tem que claramente definido, como no caso de Unai. A hipótese da federalização ocorre quando o dever de investigar, processar e punir for negligenciado – quando houver sinais disso. Cada caso é um, não há uma fórmula geral. Quando se fala em crimes graves, por exemplo, isso pode significar muitas coisas. Então, cada caso terá de ser debatido e discutido.

Há também um tipo de proposta, Senadora, que espero que nunca tenha de ser usada; que o Estado sempre cumpra o seu dever de investigar, processar e punir e que não precise nunca ser federalizado, porque implicará sempre uma crítica ao Estado, uma negligência do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Mesmo porque, quase sempre, quem julga é o tribunal do júri. Quem julga é o povo e não o juiz. Então, nesse caso, vai-se deslocar a competência para alguma Vara federal e quem vai julgar é o povo do mesmo jeito, quer dizer, só o processo é que se dará perante o juízo federal.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – A federalização ocorre para dar mais uma oportunidade à vítima de buscar romper com o canal de impunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Só para entendermos...

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Vítima, nesse caso, inclui a família, a comunidade, inclui a vítima e a comunidade que foi atingida.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Só para esclarecer, não é a questão da federalização do crime que estou abordando, mas uma outra situação. Por exemplo: quando alguém que esteja em uma área de Marinha entra na casa de uma pessoa e a ameaça de morte, ela vai registrar queixa perante quem? Perante a Polícia Federal, por ser uma área de Marinha? É isso.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – A competência é do Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas a minha pergunta, inicialmente, tinha sido esta. Quando os trabalhadores rurais sofriam

ameaça de morte, sofriam ameaça pelos capangas, pelos grileiros, enfim, pelos capangas a serviço dos grileiros – como no caso do Sr. Luiz Moraes, que teve sua casa incendiada –, eles iam à Polícia Civil, quer dizer, dirigiam-se ao local correto porque, mesmo sendo aquela uma área federal, o crime é de segurança pública. Então, é competência do Estado. É isso?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Era isso.

Agradeço muito ao Sr. Ministro Nilmário Miranda pela presença e pela paciência.

Concederei a palavra, por dez minutos, ao Sr. Bruno Lourenço Kempner e, em seguida, ao Sr. Rolf Hackbart.

O Sr. Bruno Kempner é o Chefe-Executivo do Incra de Altamira. Eu queria, só para já nos direcionarmos, que V. S^a tentasse, nesses dez minutos, expor um pouco sobre a situação do Lote 55, a fim de esclarecer melhor a situação.

O SR. BRUNO LOURENÇO KEMPNER – Exm^o Sr. Senador Demóstenes Torres, Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, Dr. Rolf Hackbart, demais Senadores e demais presentes, antes de falar sobre o Lote 55, é preciso que façamos um breve histórico de como se deu a ocupação daquela região para que se possa entender, porque a Amazônia é complexa – a Senadora Ana Júlia Carepa conhece, mas a maioria não conhece.

Em 1970, o Governo Federal começou a construir a Rodovia Transamazônica e também a assentar famílias ao longo dessa rodovia. Entre 1971 e 1972, foram assentadas cerca de doze mil famílias naquela região e, ao longo da Transamazônica, aproximadamente dez a doze quilômetros de um lado e de outro da estrada, vicinais que eram traçadas de cinco em cinco quilômetros.

Mas também, em 1976, o Governo abriu, principalmente nos Municípios de Anapu e Pacajá, um processo de licitação de áreas maiores, ou seja, de áreas de três mil hectares que foram concretizadas em 1974 e 1975, quando foram licitadas cerca de 179 áreas de três mil hectares. A maioria delas encontrou licitantes, mas algumas não encontraram e continuaram sob o domínio da União, do Incra, que foi quem abriu essa licitação.

Essas áreas foram vendidas a preço simbólico, mas a licitação estava condicionada a um contrato de alienação de terra pública e a um projeto que o licitante teria que apresentar para cumprir em cinco anos. O primeiro deles seria a criação de uma empresa rural e depois implantar o projeto em si.

Para encurtar a história, em 1999 e 2000, ou seja, cerca de 25 anos depois dessas áreas estarem licita-

das, é que o Incra foi fazer o chamado Recad 2000, um cadastramento dessas áreas para verificar a real situação. Mesmo assim, depois desses cerca de 25 anos, nós verificamos que 98% das áreas não haviam cumprido com o contrato de alienação. Ou seja, não tinha sido implantada sequer a empresa rural e a grande maioria não conhecia a região, não tinha vindo nem ver o seu lote de três mil hectares. O Incra, então, entrou com um processo judicial para essas áreas serem revertidas ao seu domínio, para, a partir daí, implantar os projetos.

Dentro de uma parte dessas áreas, – é importante citar uma outra situação –, a partir de 1999, a notícia da possível construção de uma hidrelétrica no Xingu e do possível asfaltamento da rodovia Santarém – Cuiabá e Transamazônica, atraiu para a região uma série de grupos que vinham do Mato Grosso pela Santarém – Cuiabá e do sul e sudeste do Pará e de Goiás pela Transamazônica, entrando por Pacajá e Anapu. Tanto é que, para os senhores terem uma idéia, em um ano, o Município de Anapu mais do que dobrou a sua população, passando de um pouco mais de nove mil habitantes para vinte e três mil habitantes. De duas serrarias implantadas, passaram para vinte e oito. Isso criou um clima de conflitos sérios que já se previa.

Com o financiamento de projetos pela Sudam, várias pessoas da região passaram a ocupar essas áreas de três mil hectares. Basta lembrar que isso tem uma convivência muito importante dos cartórios da região, porque o CATP estava condicionado, não poderia ser transferido sem que houvesse uma carta de anuência do Incra. Esses lotes, mesmo assim, foram transferidos; em alguns, inclusive, nós chegamos a constatar que nem sequer procuração existia para ser feita essa transferência. Então, havia uma série de irregularidades nos cartórios, não só na questão dos CATPs, mas em outros documentos que esquentavam a questão da grilagem na região.

Começou-se a pensar porque, a partir de 1999, uma nova legislação ambiental passou a existir. Essa legislação não permite que o Incra implante projeto de assentamento tradicional em área de mata primária. Assim, surgiu a idéia do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), do Projeto Agroextrativista (PAE) e do Projeto de Assentamento florestal (PAF), que dão oportunidades de o Incra assentar famílias de outra forma nessas áreas.

Em Anapu, as áreas eram consideradas de mata primária e, por isso, surgiu o projeto do PDS, em 1999. Estavam previstas duas áreas para PDS, uma seria para o PDS Esperança e outra, para o PDS Virola Jatobá, com assentamentos para aproximadamente 600 famílias, em uma área de 130 mil hectares.

O PDS tem uma série de ações que precisam ser implementadas e, por isso, o documento é coletivo. A área individual é de mais de 100 hectares para cada família, mas o documento é coletivo porque é necessário haver área de preservação permanente, área de manejo florestal comunitária, reserva legal comunitária, além das reservas de cada um dos assentados e dos corredores ecológicos, conforme previsto na legislação.

Dessa forma, o PDS passou a ser combatido na região, principalmente pelo fato de as pessoas que moram na região muitas vezes quererem a terra apenas para negociar. Isso criou um entrave que barrou a questão da negociação do lote porque o assentado não poderá receber um documento individual.

É importante dizer que o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança e Virola Jatobá foram criados em 2002, mas a implantação desses projetos só foi iniciada em 2003. Isso também causou impacto porque, a partir do momento em que as pessoas tiveram conhecimento da criação do projeto e de sua não implantação, passaram a ocupar áreas grandes para tentar garantir as suas posses.

Havia uma ação judicial na Justiça Federal de Marabá para reverter esses lotes a fim de garantir que o PDS fosse criado conforme a sua essência. Parte deles já pertencia ao Incra por não terem sido licitados, por não terem encontrado licitantes, parte já havia sido revertida pela Justiça Federal de Santarém, em 1997 e 1999, e a outra estava pendente. Inclusive, o juiz de Marabá concedeu a tutela antecipada de parte da maioria desses lotes ao Incra para que fosse implantado o PDS, mas isso não ocorreu pelo fato de a Polícia Federal entrar em greve e não poder dar proteção aos funcionários do Incra, embora tenhamos colocado recursos à disposição da Polícia Federal para que acompanhasse a ação e desse proteção aos nossos funcionários.

Em janeiro de 2004, o juiz revogou todas as liminares, inclusive no momento em que estávamos em plena ação para implantar o PDS. O juiz interpelou o Superintendente da Polícia Federal, o Dr. Sales, perguntando-lhe o que estava fazendo lá e determinou que saísse da área imediatamente, sob pena de prisão. Nós, da unidade do Incra, fomos questionados e comunicados somente por telefone de que a operação deveria terminar. Inclusive, foi preciso o trabalho de persuasão do juiz para que deixasse que pelo menos implantássemos o PDS nas áreas em que já exercíamos pleno domínio e que não havia questionamento judicial.

Conseguimos assentar cerca de 300 famílias no PDS. O Lote 55 ficou numa dessas áreas questionadas não pelo Vitalmiro nem pelo pseudo-dono

anterior, mas por outras pessoas. Existiam famílias naquele Lote 55.

Inclusive, em maio de 2004, intimei um fazendeiro que se dizia dono do Lote 55 para prestar esclarecimentos sobre um desmatamento ilegal. Havia a denúncia de que ele estava desmatando mil hectares e de que ele havia expulsado as famílias que estavam na área. Foi nesse momento que conheci Vitalmiro, o Bida, que me foi apresentado como sócio dele.

Já em setembro, ocorreu a mesma coisa. Depois da ação, quando o Vitalmiro se apresentou como dono da área, foi multado duas vezes. Ele foi multado em R\$1,5 milhão por desmatamento e queima ilegal. E também foi constatado trabalho escravo no Lote 55.

A ação se deu inclusive com a visita do Dr. Roberto Kiel, que estava na Presidência do Incra, interinamente, em 5 de janeiro de 2005. Ele esteve na área, e houve o compromisso de o Incra desapropriar a área caso o juiz não determinasse a tutela antecipada ao Incra.

Alguns dias depois da estada do Presidente Roberto Kiel no Lote 55, as famílias foram novamente expulsas e tiveram suas casas queimadas pelo pessoal que estava lá. Essa situação ocorreu. As ações que estão sendo implantadas e que serão implantadas na região serão discutidas por toda a região, mas algumas ações já estão sendo implementadas e serão implementadas num futuro próximo, a curto, médio e longo prazo.

O Dr. Rolf citará o fato na sua explanação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Se precisarem de algum outro esclarecimento, concederemos novamente a palavra ao Bruno.

Concedo a palavra ao Dr. Rolf Hackbart.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, permita-me somente dois brevíssimos complementos de precisão.

Sr. Bruno, o senhor mencionou que houve um ano em que a população dobrou, mas não mencionou qual foi o ano. Quando o senhor mencionou o fazendeiro a quem o Sr. Vitalmiro foi apresentado, o senhor não mencionou o nome dele. Peço-lhe, se puder, dar-nos essas duas informações para complementar sua exposição.

O SR. BRUNO LOURENÇO KAMPNER – O ano em que dobrou a população foi 2001/2002. Prefiro não falar agora, publicamente, o nome do fazendeiro. Posso dizer o nome depois, reservadamente, por uma questão até de segurança.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Nós o entendemos, e o seu direito está garantido. Obrigada.

Concedo a palavra ao Dr. Rolf Hackbart.

O SR. ROLF HACKBART – Boa noite, Srª Presidente da Comissão Externa, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro, funcionários do Incra presentes, prometo ser breve até pelo adiantado da hora, mas sempre me coloco à disposição para esclarecimentos futuros.

Trouxemos um material que, em virtude do tempo, me permito não apresentá-lo. Há um CD que mostra a ação, no ano passado, do Ministro do Desenvolvimento Agrário e do Incra na região. Há outro CD – talvez fosse interessante mostrá-lo – que contém um mapa da Amazônia Legal, para se ter uma idéia da região de que estamos tratando, do que é área arrecadada, do que é reserva ambiental, do que é assentamento da reforma agrária e do que são as áreas indígenas, para os senhores terem uma noção do mapa fundiário da Amazônia Legal. Esse é o mapa mais atualizado que existe hoje no Governo, feito pelo Incra, checado com o Ibama e a Funai. Só para os senhores terem uma idéia do tamanho da área, dos conflitos e do desordenamento fundiário que existe na região.

Este é um mapa para ser estudado que colocamos à disposição desta Comissão Externa. Serve como um bom subsídio para sabermos de que região estamos falando e qual é o seu mapa fundiário.

Eu gostaria de destacar dois pontos para esta Comissão Externa, como colaboração. Em primeiro lugar, o aumento da violência na região ocorre exatamente por uma ação do Estado. A União está trabalhando na região, não só depois do assassinato da Irmã. Antes já estávamos trabalhando. No dia do assassinato, eu estava com a Ministra Marina Silva em Porto de Moz, liberando créditos para as famílias da reserva extrativista Verde para Sempre, já mostrando o resultado de um trabalho dos órgãos federais em parceria com órgãos estaduais na região, buscando o ordenamento fundiário.

O segundo aspecto é que a principal solução, em minha opinião, dos conflitos, para estancar a violência na região, depende exatamente de um ordenamento fundiário não só no Estado do Pará, mas em toda a região da Amazônia Legal.

Então, são esses os dois pontos que eu gostaria de deixar muito claros. É a continuidade de um trabalho. O chefe da unidade de Altamira já deu detalhes dos anos em que foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, como estamos trabalhando na região e vamos trabalhar daqui para frente.

Dentro desses dois aspectos, é preciso destacar, no caso do Pará, para ficar mais específico, que estamos tratando de um Estado que tem 125 milhões de hectares de terra. A União tem arrecadado nesse

Estado 10 milhões de hectares, mais 8 milhões em assentamentos da reforma agrária, e uma das origens, em minha opinião, da violência, da disputa pela posse, pela propriedade da terra nessa região é o alto grau de concentração da propriedade e do uso da terra no Estado do Pará, como, de resto, em outras regiões do País. Só para os senhores terem uma idéia, o total de imóveis rurais no Estado do Pará cadastrados no Incra é de 111.775, que perfazem 40,1 milhões de hectares. É muita terra em qualquer lugar do mundo.

Como está distribuída a propriedade desses imóveis rurais? Vou citar só os extremos, para poupar-lhes de muitos números: os imóveis rurais de 0 a 100 hectares representam 67% do número e 8% da área. São 74.813 imóveis rurais, que perfazem uma área de 3.219.000 hectares. No outro extremo, conforme a base de cadastro do Incra, das propriedades acima de 2 mil hectares, são 6.225 imóveis, que perfazem uma área de 27.423.000 hectares. Número de imóveis: 5,6% do número de imóveis e 68% da área desses imóveis. Peguei só os dois extremos.

Gostaria de deixar muito claro que esse é o cadastro do Incra. Em nossa opinião, essa é a grande origem da disputa por terra nessa região e da violência, por consequência. Então, até 100 hectares, 67% dos imóveis, 8% da área. Acima de 2.000 hectares, 5,5% do número dos imóveis e 68% da área. Esses dados estão à disposição da Comissão Externa. E, na nossa visão...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Poderia repetir os números? Sessenta e sete por cento dos imóveis de até 100 hectares e que representam...

O SR. ROLF HACKBART – Oito por cento da área dos 40 milhões de hectares cadastrados no Incra. No outro extremo, 5,6% do número de imóveis representam 68% da área desses 40 milhões de hectares. Também com base nos dados cadastrais do Incra...

Quero tratar um pouco, na nossa opinião, da raiz dessa violência e suas causas, já levantadas aqui por alguns Senadores. No Estado do Pará, em 2004, temos 3.932 posses por simples ocupação. São posses de áreas públicas federais no Estado do Pará. Quase 4 mil posses cadastradas no Incra. Dessas, metade é de até 100 hectares: 2.000. Então das posses em áreas públicas federais no Estado do Pará, tendo como fonte o Incra, em 2004, duas mil delas são de até 100 hectares. Acima de 2.500 hectares, 75 posses de áreas públicas federais nessa região. Essa brutal concentração da sociedade, do uso da terra no Estado do Pará, de que se trata aqui nesta Comissão Externa, na nossa opinião é a origem da violência no campo, somada à história de

ocupação do território brasileiro, notadamente nessa região do Pará. Para nós não resta dúvida.

Gostaria de lembrar, acrescentando o que Bruno falou antes, que, nos anos 70, no Pará, existiam dois programas importantes: o Programa de Integração Nacional – PIN, e o Pro-Terra – Programa de Redistribuição de Terras, que tinha como objetivo central a ocupação dos espaços vazios da Amazônia por meio da colonização oficial. Essa história vem de 1970, através do PIN e do Pro-Terra. Em 1970 foi criado o Incra. Em 1971, com o Decreto-lei 1.164, de 16 de abril, coube ao Incra desenvolver essas regiões, arrecadar e destinar as terras devolutas. E foi essa a história contada pelo Bruno aqui. Nas ações de colonização, ao longo da Transamazônica, da BR-163, foram criados projetos de colonização e licitados lotes de até três mil hectares, por meio dos chamados Contratos de Alienação de Terras Públicas. Essa é também origem da violência, especificamente nessa região. Foram contratos licitados com áreas de até três mil hectares, com prazo de cinco anos, cujas cláusulas, via de regra, não foram cumpridas. Então são terras devolutas em sua maior parte, ou seja, terras da União. Há também terras do Estado que levam a um desordenamento fundiário.

Esse quadro fundiário do Estado do Pará e que se estende a outras regiões do País, nos levou a tomar uma série de ações. Primeiro: qual é a nossa grande tarefa por lá hoje: fazer o ordenamento fundiário; identificar toda posse, toda ocupação de terras da União no Estado do Pará e dar o destino correto a essas terras. Identificar o que é terra privada, o que é terra do Estado do Pará e o que é terra da União. E dar o destino, de acordo com a legislação, a essas terras. É a isso que chamamos ordenamento fundiário. Nós iniciamos o trabalho. Já estamos iniciando. Nossa área de abrangência inicial é uma faixa de 50km ao longo da ferrovia BR-163 e da BR-250, que é a Transamazônica. Só isso, para que se tenha uma idéia, envolverá cerca de 16 milhões de hectares. É muita terra e muito trabalho. Nossas equipes estão em campo. Aumentaremos essas equipes para identificar a ocupação dessas terras públicas. Faremos um geocadastro de todas as ocupações em terras públicas federais. Nosso trabalho, junto com o Ibama, com base na legislação – junto com o Estado do Pará – é um zoneamento ecológico econômico. Esse é o ponto de partida. O Governo do Estado do Pará já tem um projeto de zoneamento ecológico econômico. Precisamos cruzar esses dados com a proposta da União para que haja um piso fundiário no Estado do Pará e não vários andares.

Este é o nosso grande desafio: com base nesse zoneamento ecológico e econômico, dar o destino correto às terras devolutas no Estado do Pará, o que

serve para assentamento da reforma agrária, para pólos de desenvolvimento, para a produção de grãos, para a demonstração de como fazer manejo sustentável da madeira no Estado e para a construção, pelos investidores no Pará, de um novo programa de desenvolvimento sustentável.

Por isso, o Governo Federal tem um programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia legal, como um todo, pra recuperar, preservar e extrair renda de uma das regiões mais ricas do mundo, a começar pelo seu subsolo. Uma vez que existe uma disputa enorme pela riqueza, é preciso haver um ordenamento fundiário com a presença forte do Estado, legislação adequada, parceria entre a União, os Estados e os Municípios – destaco muito Municípios –, onde os conflitos ocorrem.

É preciso haver ação intensa do Poder Público, a fim de construir uma política pública consistente, de longo prazo, que gere renda e promova a ocupação dessa região. Apenas por meio dessas ações será possível a diminuição da violência nesse local. O trem do Maranhão para Marabá, os ônibus e os caminhões que sobem continuam a movimentar-se. São dezenas de famílias que se dirigem para aquela região.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, segundo informações do próprio Incra, uma árvore ou uma tora, dependendo da quantidade de metros cúbicos e da qualidade da madeira, se retirada ilegalmente, pode atingir US\$3 mil a US\$4 mil na Europa. É disso que estamos tratando, é uma riqueza enorme. Se a preservarmos e a recuperarmos por meio do manejo sustentável, do ordenamento fundiário, do zoneamento ecológico e econômico, de forma correta e em parcerias, o País tornar-se-á cada vez mais rico e desenvolvido, com desconcentração da renda, da riqueza e do poder.

Esse é o grande desafio tanto da União quanto do Estado e dos Municípios. Por isso, convido esta Comissão externa, o Senado Federal e o Parlamento em geral para que contribuam com informações e com a elaboração de projetos de desenvolvimento para aquela região, a fim de acabar, de uma vez por todas, com a grilagem, a violência e a injustiça e promover o desenvolvimento em toda a região.

O nosso grande objetivo é a regularização fundiária ambiental, com o apoio de todos esses órgãos, a parceria e a participação das populações locais, respeitando-se a cultura e promovendo-se o desenvolvimento nessa região.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Dr. Rolf Hackbart.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Demóstenes Torres, Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Dr. Rolf, a sua exposição foi muito clara, muito lúcida. Farei a V. S^a as mesmas perguntas que fiz ao General Félix, porque me parece que este é o ponto central: como deve ser resolvido o problema agora.

V. S^a já esclareceu que é necessário fazer um estudo do problema e um planejamento, para que não ocorra superposição de soluções entre o Governo Federal e o Governo do Pará e haja uma extração ordenada, bem como áreas de preservação.

Pergunto a V. S^a como poderíamos legalizar principalmente essas áreas que dizem respeito a terras devolutas, que, efetivamente, hoje estão nas mãos de muitos grileiros. Para se ter uma idéia, a Revista **ISTOÉ** traz nesta semana a notícia de que somente o empresário Cecílio do Rego Almeida teria grilado em torno de cinco milhões de hectares nos vales dos rios Xingu e Tapajós. Trata-se de área maior do que o Estado de Sergipe. Não sei se a notícia é verdadeira, mas o meio pelo qual foi veiculada é respeitável.

Assim, indago de V. S^a como poderíamos tratar dessa regularização. O que V. S^a imagina, na qualidade de Presidente do Incra? Vou fazer a mesma pergunta amanhã à Ministra. O que o senhor pensa do asfaltamento da Transamazônica?

O SR. ROLF HACKBART – No dia 1º de dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra publicaram uma portaria, a Portaria nº 10, que está em vigor. Qual é o objetivo da portaria? Por obrigação, até por determinação da legislação, da Lei nº 10.267, de 2000, identificar todas as posses em terras da União na Amazônia Legal. Esse é um primeiro passo e já estamos tendo retorno desse levantamento. A União precisa conhecer como estão sendo ocupadas suas terras. Fala-se muito que a União tem milhões de hectares na Amazônia Legal. Imagina-se que essas terras todas estão desocupadas, mas, na verdade, não estão.

Eu gostaria de destacar o que significa grilagem. Fala-se muito em grileiro. O que é grilagem? A origem da grilagem é a falsificação de documentos, que se fez muito e se faz muito. Mas qual a origem do termo grilagem? Pegava-se um documento novo e tirava-se um selo de um documento antigo, de uma escritura antiga; colava-se esse selo antigo na folha; colocava-se esse documento em uma caixa com vários grilos dentro, porque as fezes do grilo fazem com que esse documento pareça como antigo e velho. Então, grilagem é a falsificação de documentos tanto em áreas da União como em áreas privadas. Esse é o termo grilagem.

Primeiro, como resolver? Com a Portaria nº 10. Segundo: qual a sequência da Portaria nº 10? E aí é um desafio nosso de Governo: como regularizar. Este,

para mim, é o ponto-chave e peço a esta Casa que contribua. Vários Senadores, vários órgãos do Governo Federal têm suas propostas. Precisamos dar o destino correto a essas terras da União, que significa a regularização fundiária. Hoje, o Incra regulariza até cem hectares. Estou falando aqui em terras da União. Acima de 2.500 hectares de terras da União, a regularização tem que passar pelo crivo do Congresso Nacional, do Senado. O intervalo entre cem hectares e 2.500 hectares, estamos estudando no Governo e vamos apresentar proposta, a ser debatida com a sociedade brasileira, com o Congresso, sobre como deve ser feita essa regularização. Por exemplo: moradia, ocupação pacífica, critérios ambientais, uma série de critérios vamos apresentar à sociedade brasileira para que haja efetiva regularização fundiária e findem os vários pisos e haja estabilidade na região.

Independentemente do governo de plantão, é preciso enfrentar de uma vez por todas esses temas. Quem não quer viver na legalidade e recuperar e preservar o meio ambiente não quer essa regularização. Por isso, já inibimos mais de dez mil cadastros de imóveis rurais, só no Estado do Pará, que constavam da base cadastral do Incra, pois não apresentaram documentos, nem têm documentos para apresentar, nem querem apresentar, na minha opinião. Muitos mandam recado ao Presidente do Incra, aos seus funcionários na ponta: “Dessa regularização nem quero saber. Vou discutir na Justiça. Até que isso saia, já extraí a madeira, já ganhei dinheiro com a madeira, depois com a pecuária e depois com o grão. Daqui a dez anos estarei com o bolso cheio e vou-me embora. Aí vocês regularizam”. Esse é um desafio da sociedade brasileira frente, inclusive, a afirmações do tipo: “A Amazônia é internacional”. Precisamos regularizar isso imediatamente.

Sobre a grilagem, como já se explicou anteriormente, de C. R. Almeida é verdade. O Incra, em anos anteriores, em governos passados, já entrou com uma ação. Aqui, nesta sala, há técnicos, como o Diretor Raimundo Lima, que participaram dessa ação de retomar a terra da União. A terra está matriculada em nome da União, mas, como está grilada há muitos anos, constitui-se um processo que ainda está na Justiça para ser decidido. São quase cinco milhões de hectares. É inaceitável de qualquer ponto de vista, a começar pelo ponto de vista ético.

Sobre o asfaltamento da Transamazônica, tenho certeza, o Incra tem certeza, o Bruno tem certeza, pois mora lá. Nós estivemos há pouco em Anapu, em Altamira. Viajei por essa região em 1982, 1983, 1984 e 1985. Tudo o que as famílias de lá querem é estrada. Elas dizem: “Doutor, não adianta vir o crédito, não adianta posto de saúde, delegacia de Polícia Federal

se não tiver a estrada porque a pessoa não consegue se locomover”. Quem é da região sabe muito bem. As pessoas morrem naqueles travessões porque não conseguem se deslocar para um posto de saúde. Se for asfalto ou outra forma, o que se tem que respeitar é a legislação ambiental, estudar o impacto ambiental. Mas temos certeza de uma coisa: é preciso transporte naquela região, é preciso estrada.

Para informação dos senhores, todo o trecho, quase toda a Transamazônica está licitada, o Governo está empenhando os recursos para, pelo menos, recuperar aquela estrada e dar trafegabilidade para escoamento da produção etc.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Só mais uma curiosidade: andando lá, desde 1982, o senhor não conseguiu pegar nenhum bronzeado?

O SR. ROLF HACKBART – Não. Eu gostaria de fazer uma observação sobre os projetos de colonização feitos. E essa é uma história que gostaria de contar rapidamente, apesar da hora. O que vi lá nos anos oitenta, estou vendo hoje na Presidência do Incra. Isso me deixa muito triste. Dezenas de famílias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Goiás, mas principalmente da minha região, o Sul, com a minha fisionomia, estão sendo enganados por falsas cooperativas. Essas famílias venderam tudo no Sul – recebi várias vezes depoimentos – propriedades pequenas com dezoito, vinte ou vinte e cinco hectares, pagaram essas falsas cooperativas que dizem que, no Norte, o Incra está titulando essas áreas, e estão sendo enganadas.

Então, a minha orientação – eu sei que, apesar da presença aqui, está sendo registrado – é que as pessoas, antes de se destinarem a essas regiões, procurem um Incra nos Estados daquela região para identificar para que área estão indo, se é terra da União, se é terra do Estado, se é área privada. E cuidem da sua saúde porque muitos dos que foram na década de setenta – acho que o Bruno é um deles, em 85, 83 – com a minha fisionomia hoje estão com câncer de pele. Há também aspectos culturais a serem observados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Rolf Hackbart e Dr. Bruno, quando estivemos em Anapu e Altamira, ouvimos, por exemplo, o Presidente do Sindicato dos Fazendeiros e, depois, o Presidente dos Produtores Agrícolas de Água Preta – algo assim.

Gostaria de dar a oportunidade para que aqui seja feita a defesa do Incra, porque especialmente

esse senhor da organização chamada de Água Preta teceu considerações muito críticas, responsabilizando o Presidente Lula, o Presidente do Incra pelo crime havido, no que protestei veementemente. Mas, da parte do Sindicato dos Fazendeiros, o que me impressionou foi o relato dele de como, ali chegando, ele próprio define uma área e vai demarcando, tornando-a sua propriedade. Foi tal a facilidade com que ele descreveu o procedimento dos fazendeiros em geral que até, a certa altura, perguntei: mas essa é também a sua recomendação que faria, portanto, aos membros do MST para virem aqui, chegarem, definirem “essa área é minha, então vou demarcar”? Pareceu-me que esse é o entendido como o procedimento normal de uma pessoa que ali dirige um chamado Sindicato dos Fazendeiros.

No que diz respeito ao agricultor de Água Preta, ele mencionou que tinha divergências muito fortes com respeito ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável, basicamente porque ele não garante a posse nominal por parte de cada um que acaba tomando conta. É como se fosse uma responsabilidade cooperativa da parte dos que participam do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, não cabendo a cada um deles, portanto, ter aquilo que eles considerariam adequado.

Então, é possível que esse tipo de atitude tenha um certo respaldo, tanto é que o prefeito ou os vereadores têm um procedimento crítico com o PDS, talvez baseados nesse tipo de opinião.

A minha pergunta basicamente é se o Incra, ao promover as diversas iniciativas que foram explicadas por ambos, chegou a fazer um procedimento de informação à comunidade de agricultores, de fazendeiros, para que o projeto, seja o PDS ou os outros, pudesse ser aceito, pelo menos com maior compreensão pela comunicação dos seus objetivos.

Parece-me, por exemplo, que a Irmã Dorothy e a sua comunidade tinham um bom conhecimento e apoiavam, e apóiam os que ali permanecem, o PDS. E no que diz respeito ao restante da comunidade? Por que houve esse tipo de atitude tão agressiva por parte de certos segmentos que foram ouvidos por esta Comissão?

O SR. ROLF HACKBART – Eu agradeço a pergunta, Senador Suplicy, sempre interessado em acompanhar a situação do Brasil inteiro na questão fundiária.

Gostaria de responder de uma forma muito sucinta. Primeiro, falta estrutura do Estado na região. Nós estamos recuperando o Incra, que tem 10 mil funcionários, dos quais 5 mil estão aposentados. Dos 5 mil que estão na ativa, 42% estão em via de se aposentar. Falta estrutura, falta equipamento e falta pessoal.

Segundo, a forma de assentamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável é uma das formas de realizar assentamentos da reforma agrária, criado em 1999. Então, é uma das formas – e é preciso debater com a comunidade –, mas existem outras formas também.

Terceiro, nós precisamos separar – e isso é fundamental para o futuro da região, estou muito preocupado com o futuro – o uso dos recursos naturais da propriedade e do uso da terra. E, nesse sentido, quero deixar muito claro aqui que a nossa experiência no Incra, dos que já foram do Incra e dos funcionários que estão lá, nos levou a não gostar de trabalhar com esse raciocínio do bem e do mal, de que todo madeireiro é ruim, todo fazendeiro é ruim. Isto não é verdade, basta andar pelo Brasil inteiro e na região também.

Um exemplo concreto disso. O Bruno fez, no ano passado, um acordo com o setor madeireiro de Altamira, Incra, Associação dos Madeireiros, Ibama, para manejo sustentável da madeira, para viabilizar a oferta de madeira na região. Fizemos um grande acordo na região. Isso é fundamental, porque isolamos setores, e não um só, que sob o argumento ou o objetivo de exploração da madeira, querem grilar a terra, não querem ter documentação, só para ter o rendimento fácil, com, conseqüentemente, a destruição do meio ambiente e do futuro das gerações de lá.

Estamos agora com uma outra região, perto de Anapu – perto para quem olha no mapa –, mais ao Norte, para a qual está todo mundo indo, em busca da madeira. E vários setores estão nos procurando: “Doutor, ajude-nos, vamos ao Governo do Estado para fazer o ordenamento fundiário.” E eu dizia: “Não, aqui é terra da União, aqui é terra do Estado.”

Nesse sentido destaco também o empenho do Governador do Estado do Pará, que é um profundo conhecedor da questão fundiária no Brasil e no seu Estado. S. Ex^a já foi Secretário Executivo do Mirad. Simão Jatene conhece a estrutura fundiária, sabe do que estamos tratando aqui e também está preocupado. Esse é um aspecto que gostaria de destacar e deixar muito claro aqui.

Por fim, a concessão de uso, que é uma forma que a União concede o uso da terra para exploração econômica de forma sustentável é um certificado, é um título que permite o acesso ao crédito e a todas as políticas públicas. O que não podemos é passar a propriedade da União para alguém. Isso é muito temeroso, ainda mais numa região como essa, no Brasil inteiro.

Existem formas legais, existe um passado do Incra na região também que é co-responsável, não existe o Incra santo e todo o resto é o mal, eu não raciocino assim. Temos problemas de estrutura, de pessoal, de do-

cumulação expedida pelo Incra em anos anteriores que não foi correta, mas hoje constitui um processo e está nos autos, digamos, e será decidido pelos tribunais.

Por fim, estamos com cinco equipes em Anapu, já retomamos três glebas, os juízes já nos deram imissão na posse, cada área de três mil hectares, estamos buscando a retomada de mais 21 glebas, estamos tratando só em Anapu de 72 mil hectares, para fazer projetos de desenvolvimento sustentável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Algum Senador mais quer se pronunciar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente Ana Júlia, Relator, Senador Demóstenes, Senador Suplicy, Presidente do Incra, Dr. Rolf, Dr. Bruno, Executor do Incra em Altamira, senhoras e senhores. Já me referi ao Dr. Rolf pela forma transparente como se apresenta na tentativa de resolver as questões, que são enormes, na gestão do órgão que tão bem dirige – o Incra.

S. Sª expõe aqui de forma clara as dificuldades que enfrenta no órgão, e isso nos deixa até em apuros, não para questioná-lo, mas em argüi-lo já que disse que metade do pessoal do Incra está aposentada e, a outra metade, 42%, está em vias de se aposentar. Isso quer dizer que esse contingente já não quer muita coisa com a atividade que desenvolve, porque está às portas da aposentadoria. Então ele conta com 8% do efetivo do órgão para trabalhar. Além do que suas verbas são duramente contingenciadas. Já são reduzidas, e, na redução, contingenciadas.

Então, é realmente penoso dirigir um órgão com as dificuldades que apresenta o setor fundiário brasileiro. E, evidentemente, em uma região como a Amazônia e em um Estado como o nosso Pará nesse segmento fundiário, mais difícil ainda se torna.

O senhor citou aqui percentualmente o acúmulo de propriedades rurais em termos de hectares em imóveis como uma das causas do problema da violência no campo no Estado. Eu não discordo, acho que esse é um dos motivos, mas existem vários outros que levam à violência. O senhor citou, com propriedade, a preocupação, da vontade, da obstinação do Governador Simão Jatene de ser parceiro na solução do problema fundiário no Pará. Parceiro, porque sozinho ele não vai resolver o problema, que só se resolve se houver vontade federal, vontade estadual e vontade municipal. Se não houver vontade municipal, nem o Governo Federal, nem o Governo Estadual irão resolver, em conjunto, a questão fundiária.

O Governador Simão Jatene, há 15 dias, levou pessoalmente à Assembléia Legislativa o macro projeto de zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará. Acho que é por aí que vamos resolver a questão.

A sua fala, Dr. Rolf – eu estava dizendo isso ao Senador Suplicy – soa como uma sinfonia de Beethoven aos meus ouvidos. O Senador Suplicy é uma pessoa cuja cultura me encanta. Ele sabe muito bem o que quer dizer isso.

Em 95, tive a oportunidade de visitar a Malásia. Ela é tida como um país predador. Quando os empresários amarelos estiveram aqui, lamentavelmente entraram no Brasil por Brasília e escutaram do Ministro do Meio Ambiente, àquela altura, que não se relacionassem com os empresários da Amazônia, com medo de que eles também fizessem na Amazônia o que teriam feito na Malásia, porque, em parte da Malásia, eles fizeram uma substituição da cobertura florestal.

Lamentavelmente, no Brasil, a palma não é considerada como substituição da cobertura vegetal. Então, isso é um grande problema para nós.

Amanhã, haverá um debate bastante proveitoso, porque o Incra tem grande dificuldade para fazer isso.

Mas o grande empecilho de se fazer algo na Amazônia chama-se Ibama. Ele é o grande empecilho para o desenvolvimento da Amazônia. Aquela região, com um projeto de extrativismo, não desenvolve. É preciso que haja área de extrativismo? Sim, é preciso que haja área de extrativismo. Então, é preciso que haja área contemplativa? Sim, é preciso que haja área que seja contemplativa, que seja intocável, mas é preciso haver área produtiva.

Portanto, é preciso que haja um zoneamento que atenda a toda a biodiversidade da Amazônia.

Ainda há pouco, o Ministro dos Assuntos Institucionais...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Gabinete Institucional da Presidência da República.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso. Ele disse isso aqui claramente. São várias Amazonas em uma Amazônia. Então, é preciso que haja tratamento diferenciado para cada sub-região da Amazônia: área intocável; área de protecionismo, onde será praticado o extrativismo, e área de produção.

Senador Suplicy, em um eixo, ao longo de 100 quilômetros do centro de Belém, todas as áreas estão alteradas. Todas! E todas elas têm o solo já esgotado. Foram exploradas, foram feitos assentamentos do Incra; depois, todos eles foram reagrupadas. Todas as fazendas que existem lá são reagrupadas em lotes de 25 hectares, que foram revendidos ao longo do tempo e reagrupados em pequenas fazendas. Não há produção porque não são recuperados por aqueles que estão hoje como proprietários.

Não é possível fazer, como eu dizia, o que é feito na Malásia. O que está sendo feito hoje é o correto. Nenhum

empresário quer ser dono de terra. O que eles precisam é terra para explorar o seu negócio. Ou seja, há a concessão de terra. Se você é agricultor, planta o seu grão; se você é pecuarista, planta o seu capim; se você é madeireiro, vai fazer o seu manejo, porque o madeireiro não faz o corte raso, o madeireiro consciente, porque o corte raso perde a continuidade da sua matéria prima.

Dr. Rolf Hackbart, apenas complementando e parabenizando-o pela sua exposição, o que queria lhe perguntar, novamente, um pouquinho fora até da questão da Comissão externa, é com relação à Portaria nº 010.

O senhor acha factível... os 60 dias que a portaria lhe dava para fazer a demarcação dos lotes já expiraram. Ela foi ampliada para quanto tempo mais e nesse tempo é possível ser feito o trabalho? Ou o Ibama vai mandá-lo novamente retomar as terras e ter novo conflito na área onde essas terras estão sendo demarcadas?

O SR. ROLF HACKBART – A Portaria nº 10 está em vigor. Ela estabelece que nas posses em terras da União até 100 hectares o prazo é até 31 de março próximo para apresentar a documentação, tanto a descritiva como a referenciada. Nas posses acima de 400, o prazo acabou em 31 de janeiro, o que não impede de as pessoas continuarem procurando o Incra e apresentarem a sua documentação. Acima de 400 hectares, então, estamos recebendo a documentação. Digo: “Olha, aqui estou há tantos anos, moro aqui, produzo, esse aqui é o tamanho da minha posse”. E, na sequência, vamos fazer a proposta de regularização dessas áreas.

Eu gostaria também de deixar claro que em termos de fortalecimento do Incra neste Governo já criamos uma carreira de Estado, Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário. Quem é de carreira de Estado sabe o que isso significa. Segundo, iniciamos a recuperação das perdas salariais do Incra; realizamos um concurso pequeno, de 366 funcionários, estamos pleiteando um novo concurso. Já fomos autorizados a criar 4,5 mil cargos no Incra. É preciso fortalecer o Incra. Estamos buscando um concurso para pelo menos mil funcionários novos, neste ano, e reequipando as unidades do Incra. Qual é a nossa intenção? Criarmos a Superintendência do Oeste do Pará, com sede em Altamira. O Estado é muito grande. Precisa ter a presença forte, permanente, com técnicos qualificados, que tenham estímulo.

Por fim, talvez, em função da hora, não dê para fazer esse debate agora, mas, na minha concepção e na concepção do Governo de Lula, só tem uma forma de desenvolvimento na Amazônia, que é o desenvolvimento sustentável, é obter renda de forma sustentável, senão vai ser uma destruição e uma concentração da

riqueza e da renda. Nesse sentido, acho que o debate de amanhã é bom, é oportuno, o Governo tem um plano e a perspectiva é de fazermos o desenvolvimento sustentável da região.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para completar, Dr. Rolf, porque não falei da questão da Malásia e não completei. Na Malásia, a terra não tem proprietário. O proprietário das terras na Malásia é Deus. Lá, toda terra é concedida, toda.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador, só para direcionar para o ponto, só isso. É só apelo que fazemos, pelo adiantado da hora. Creio que o futebol deve ter...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, o futebol já acabou. Eu só quero saber o resultado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pois é, a essas alturas, o campeonato já teve a goleada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não sei se é portaria, existia no Incra, não sei se é o Incra, mas para você titular um terreno no Incra ele exigia que em 50% o colono fizesse o desmatamento da área para que ele pudesse ter o título definitivo do Incra. Isso ainda está em vigor?

O SR. ROLF HACKBART – Certamente, não. Quanto à forma como foi feito na época, fico-lhe devendo agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu também vou procurar saber qual é o número da portaria para lhe encaminhar, porque acho que ainda está em vigor.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não concluí ainda. Eu agora tenho o direito, a Presidente também tem o direito de fazer a pergunta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Olhe o horário do jogo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Rolf. Mas, antes, gostaria de elogiar tanto o Bruno quanto o Dr. Rolf que fizeram uma precisa e brilhante exposição para nós, colocando os problemas de forma correta, estrutural, quando começou e quais as dificuldades do Incra. Inclusive faço um apelo: que esse concurso do Incra seja não-regionalizado, mas até municipalizado. Isso é possível, a lei já permite. Sou funcionária do Banco do Brasil há 22 anos, e os bancos públicos, hoje, já fazem concurso local. Por quê? É uma realidade concreta! No Incra de Marabá, por exemplo, que é uma superintendência onde se concentra a maior quantidade de assentamentos do País, só há um único procurador e uma imensa dificuldade de alguém querer se deslocar para lá.

É preciso fazer um registro aqui, porque senão confundimos a história. O Dr. Rolf e o Bruno colocaram bem que existe aqui um histórico de muitas décadas, inclusive de descompasso do Incra, e, nos últimos anos, eu diria, talvez na última década, uma destruição mesmo, um desmonte desses órgãos públicos. Porque ali não existia vontade política, sim, de se fazer a regularização fundiária. Era algo assim: se um setor fazia, era uma briga! E sabíamos muito bem que, no Ministério do Meio Ambiente, existia antes um setor que queria uma Amazônia sustentável, mas havia também uma verdadeira guerra contra aqueles que não queriam, e não querem até hoje, a regularização. Então gostaria de fazer esse apelo, Sr. Presidente! Por favor, faça concurso no Estado. A Polícia Federal já está fazendo assim. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica também já fazem isso há muito tempo, para que as pessoas, quando entram nesses órgãos, tenham a certeza de que vão permanecer naquele local. Porque muita gente, inclusive, desloca-se, ou vai vir pedir para Senador, para Deputado, ou vai entrar na Justiça para conseguir transferência, e, com isso, deixar exatamente os locais mais necessitados sem a estrutura.

Gostaria apenas de fazer uma pergunta ao senhor.

O senhor aqui defendeu o Plano Amazônia Sustentável, que é esse plano que está sendo construído. Quando o senhor chegou ao Incra, existia alguma coisa construída já como esse plano?

O SR. ROLF HACKBART – Não. Quando entrei no Incra, final de 2003, o Governo Lula já vinha discutindo, envolvendo mais de 11 ministérios, o Plano Amazônia Sustentável. Então foi neste Governo que se iniciou, que tem o programa de combate ao desmatamento da Amazônia Legal, e vários outros, como o ordenamento fundiário na Amazônia Legal.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Certo! Porque o senhor mesmo aqui colocou, o Bruno também já falou, a Irmã Dorothy naquela fita diz: O PDS foi colocado desde 1999, mas passou a ser implementado, na prática, apenas no Governo Lula. Então realmente mostra que foi este Governo que iniciou esse processo, para, é claro, aqueles setores que querem vir para a legalidade, como aqui já foi citado. Mas, para os setores que não querem a legalidade – e digo mesmo, pode ficar registrado! –, que são bandidos travestidos de empresários, só há uma grande responsabilidade nessa situação da violência.

Agradeço a paciência dos convidados. Proponho que, amanhã, procuremos não abrir exceção para as perguntas e que as direcionemos, porque, senão, prejudicaremos os últimos, como, no caso, o Incra, que é tão importante para nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Alguma questão pela ordem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra pela ordem para organizar os trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É uma questão de ordem, Srª Presidente. Vi na pauta que está listada a presença do representante do Iterpa. Foi mandado um encaminhamento que tanto o Iterpa quanto....

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Li, no início, o ofício.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eles não virão amanhã porque têm uma audiência pública sobre a questão do Projeto Alcoa.

Quero justificar o meu atraso em função da dificuldade de taxiar o avião.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está justificado, Senador.

Quero solicitar que tanto o Gerente Executivo de Altamira quanto o Incra Nacional encaminhem os documentos importantes para compor um relatório circunstanciado do trabalho, inclusive com a provocação correta do Presidente do Incra no sentido de alterarmos a legislação para facilitar o trabalho.

Agradeço a todos. Está encerrada esta reunião de audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 22h28min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 7ª Reunião Realizada em 9 de março de 2005

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e trinta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Luiz

Otávio, Demóstenes Torres e Sibá Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”. Presente também os Senadores Valdir Raupp, Tião Viana e Arthur Virgílio e os Deputados Hamilton Casara e Miguel de Souza, não membros. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a presente reunião, indagando aos presentes se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente comunica ao plenário que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição da Excelentíssima Senhora Ministra Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente, Dr. Marcos Luiz Barroso Barros – Presidente do IBAMA e o Dr. Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro – Secretário Executivo de ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará. A Presidente convida os senhores convidados para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo a palavra à Ministra Marina Silva, para dar início à sua exposição. Fizeram uso da palavra para questionar a Ministra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Flexa Ribeiro e Sibá Machado. Após, a Senhora Presidente passa a palavra ao Dr. Marcos Barros, para suas ponderações. A Senhora Presidente concede a palavra, pela ordem, de inscrição para questionar os expositores, os Senhores Senadores Sibá Machado, Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro. Dando prosseguimento à presente reunião a Senhora Presidente passa a palavra ao Dr. Manoel Guerreiro para as suas considerações, sendo o mesmo questionado após sua fala pelo Senhor Senador Demóstenes Torres. A Ministra Marina Silva agradece a todos os membros da Comissão e demais participantes pela valiosa oportunidade a ela concedida, no decorrer de sua exposição e que buscou elucidar fatos ligados aos trabalhos deste Colegiado. A Senhora Presidente agradece em seu nome e em nome de todos os membros da Comissão pela valorosa contribuição prestada pelos Senhores convidados. A Senadora Ana Júlia, Presidente da Comissão, apresenta ao Plenário requerimento oral de sua autoria, no sentido de que seja ouvido, em caráter reservado o técnico, Geraldo Magela de Almeida Filho, colocando-o em discussão e votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidente concede a palavra ao Senador Demóstenes Torres, que sugere uma Reunião Administrativa, a realizar-se no dia dez de março do ano em curso, destinada à discussão em torno do

fechamento do Relatório Final desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sétima reunião da Comissão Especial, criada por meio do Ato nº 8 do Presidente do Senado Federal, composta por oito Senadores, com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang.

Esta Comissão, além de já ter ouvido pessoas na área da segurança, de ter ido a Altamira ouvir presos, ouviu delegados e várias pessoas da comunidade. Como temos de fazer um relatório circunstanciado, vamos ouvir, também, os órgãos federais. Ouvimos ontem o representante do Incra. Os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário não estavam presentes, mas aqui compareceu o Presidente do Incra e o representante do Incra em Altamira. S. S^a conhece, de forma bastante consistente, todo o histórico da região. É importante, também, ouvir o órgão ambiental.

Algumas pessoas têm dito, até na imprensa, que o fato aconteceu porque não houve ação do Governo Federal, porque faltou a reforma agrária, mas também há uma tese diferente. Como mencionou o Incra, foram exatamente as ações em prol da reforma agrária, as ações para construir uma Amazônia sustentável, que geraram reações de alguns setores que não desejam ver a Amazônia sendo explorada de forma sustentável, que não desejam que as terras em nossa região sejam regularizadas, que não desejam entrar para a legalidade. Esses setores, inconformados, reagiram dessa forma.

Estamos ouvindo todos para ter uma opinião a respeito dessa situação. Ouvimos, inclusive, o General Félix, por sugestão da Ministra Marina Silva. S. Ex^a nos deixou bem clara a situação de insegurança, de medo, em que vive a população, demonstrando que a população não tem confiança na polícia, o que é evidente, é claro. Fomos àquela região e sentimos isso.

Ontem, foram propostas, inclusive, alterações na legislação para facilitar, para agilizar a reforma agrária. Está havendo várias ações nesse sentido. Cabe a nós, neste momento, construir uma nova história não só por causa do assassinato da Irmã Dorothy, mas por-

que ninguém suporta tantas mortes por ano. Lá houve não apenas, a morte da Irmã Dorothy, mas também a do Cabeludo, a do Cláudio – um trabalhador rural que estava em Manduacari – e a do Dema, assassinado há três anos. Muitos trabalhadores e trabalhadoras foram assassinados nos últimos anos e ficamos só chorando tais mortes. É preciso um marco para colocar fim a essa violência. Há uma coisa que tem incentivado essa violência: a impunidade, a qual tem sido uma marca nesse tipo de morte. É por isso, Ministra, que, com muita honra, nós a recebemos. Sabemos do seu histórico, do seu compromisso para com a Amazônia sustentável.

Vai participar da audiência pública de hoje nossa querida Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Gostaria de chamar para sentar-se à mesa o Presidente Nacional do Ibama, Dr. Marcus Luiz Barroso Barros.

O Secretário do Meio Ambiente do Estado do Pará mandou um ofício que vou ler:

Cumprimentando V. Ex^a, em resposta ao Ofício nº 0047, de 2005, comunico que, em função de audiências públicas anteriormente agendadas nos Municípios de Juruti – Pará e Santarém – Pará para datas coincidentes e estando cumpridos todos os prazos legais de convocação, publicação etc, além das mobilizações e logísticas preparadas, torna-se impraticável a minha presença na reunião da Comissão presidida por V. Ex^a marcada para o dia 9 de março de 2005, às dezoito horas.

Como tenho toda a disposição e boa-vontade em atender ao convite, solicito que seja verificada a possibilidade de adiamento da referida audiência.

Esperando contar com a compreensão, colocome à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário.

Atenciosamente, Manuel Gabriel Siqueira Guerreiro, Secretário-Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará.

Vamos, depois, então, discutir essa questão da data.

Eu gostaria também de convidar à mesa o Dr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

Primeiro, eu gostaria de pedir desculpas por esse pequeno atraso, mas hoje, pelo menos, estamos começando bem mais cedo do que ontem! A audiência de ontem foi até quase onze horas da noite, quando saímos daqui.

Para sermos mais ágeis, deixamos as perguntas para depois, até porque dá uma lógica melhor, pois às vezes alguma pessoa fala e a outra esclarece um pon-

to. Assim, evitamos uma pergunta. Temos feito assim aqui na Comissão: as pessoas todas falam e depois abrimos para as perguntas.

O Relator, Senador Demóstenes Torres, está no plenário, mas solicitou que começássemos, porque ontem atrasamos bastante, começando a reunião depois das dezenove horas. Sei que todos aqui têm compromissos. Eu, inclusive, saí correndo de um, com as mulheres, que mal comecei. Esta semana teremos muitas atividades, em razão do Dia Internacional da Mulher. Acredito que a Ministra Marina Silva também, por ser uma mulher que tão bem representa as mulheres, deva ter várias atividades.

Então, Ministra, vou passar a palavra à senhora. Como temos três pessoas aqui, quinze minutos são suficientes; para a Ministra o tempo é livre. Quinze minutos é só uma referência, Ministra Marina.

Com a palavra a Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Boa-noite a todos e a todas!

Eu gostaria de, primeiramente, cumprimentar a nossa Senadora Ana Júlia, do Estado do Pará, o Senador Flexa Ribeiro, o meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, o meu vizinho de Estado Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia, e também os meus colegas de trabalho, João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade de Floresta, e o Dr. Marcus Barros, Presidente do Ibama, que está acompanhado de vários diretores, da nossa Diretora Cecília Ferraz e do Dr. Flávio Montiel, que é o responsável pela fiscalização. Quero cumprimentar todos os diretores do Ibama e também a Secretária de Coordenação de Política para a Amazônia, Dr^a Muriel Saragoussi, que também está aqui nesta audiência. Eu gostaria de parabenizar a Senadora Ana Júlia pela iniciativa, juntamente com os demais Parlamentares que compõem esta Comissão, e dizer que para o Ministério do Meio Ambiente é uma oportunidade de estarmos falando das políticas que estão sendo levadas a cabo pelo Governo Federal, em parceria com os governos locais e os governos estaduais e os diferentes setores da sociedade, ao longo desses dois anos de administração do Governo do Presidente Lula.

Lamentavelmente, temos um acontecimento pelo qual nenhum de nós aqui gostaríamos de estar motivados, que é o assassinato de várias pessoas e de uma pessoa que prestava o serviço de ajuda às comunidades locais, de defesa dos direitos humanos, da questão ambiental, um trabalho que ficou conhecido de todos, como o foi caso da Freira Irmã Dorothy, que foi, enfim, assassinada.

Eu gostaria de fazer uma rápida explanação sobre o contexto em que se dão esses acontecimentos

e como nós do Ministério do Meio Ambiente estamos trabalhando a política ambiental do País.

Primeiro, eu vou falar das minhas incansáveis diretrizes, sem me ater muito a elas. Nós procuramos, a partir do convite que o Presidente Lula me fez, trabalhar aquilo que foi o meu mandato, o meu termo de referência: fazer política de Governo, fazer política de País. E para fazer política essa política grande, com pé maiúsculo, no setor ambiental, seria necessário que se pensasse em quais seriam os eixos de orientação dessa política. E estabelecemos quatro grandes eixos, quatro grandes diretrizes: o desenvolvimento sustentável, porque é impossível pensar em uma política de proteção ambiental sem colocar equação do desenvolvimento. Somos cerca de 180 milhões de seres humanos e um País que é riquíssimo em recursos naturais, que contrasta essas riquezas com índices de pobreza inaceitável. Nesse sentido, pensar meio ambiente é também pensar a dinâmica do desenvolvimento.

Uma outra diretriz é a do controle de participação social. É praticamente impossível proteger os imensos recursos naturais que temos, sem uma forte participação e um envolvimento da sociedade. Quando eu digo desenvolvimento da sociedade, estou me referindo a todos os setores, do empresário ao extrativista pescador, do jovem à criança, que muitas vezes cobra do País uma outra atitude em relação à proteção do meio ambiente.

Então, há essa mentalidade difusa em que todos concordam que meio ambiente é importante, que proteger as florestas, águas, enfim, ter o nosso ar puro para respirar é quase que um consenso. Mas isso não é traduzido efetivamente do ponto de vista prático, quando se quer transformar esse cuidado, essa preocupação difusa em atitude.

Então, nós trabalhamos a diretriz do controle da participação social de forma organizada, e para isso temos vários conselhos e comissões coordenadoras, como é o caso do Conama, do Conaflor, do Cegen, enfim, inúmeros espaços institucionais em que os diferentes setores apresentam as suas sugestões e contribuem efetivamente com a formulação e a implementação dos rumos da política ambiental do País.

Uma terceira é a do Sistema Nacional do Meio Ambiente, compreendendo o sistema como sendo um esforço de gestão compartilhada, distribuindo essas responsabilidades entre a União, os Estados, os Municípios e a sociedade em vários níveis. Entendendo que, à medida que sejamos capazes de darmos respostas as nossas ações específicas de combate às atividades ilícitas, de propiciar condições adequadas para que as pessoas tenham o acesso e possam fazer uso sustentável dos nossos recursos naturais, nós

estaremos efetivamente contribuindo para a proteção, a reparação dos danos ambientais, a recuperação e, principalmente, a diretriz de que esse desenvolvimento aconteça em bases sustentáveis do ponto de vista econômico, social, ambiental, e eu diria até mesmo cultural, político e ético.

E, por último, a idéia de uma política ambiental integrada em que os diferentes setores do Governo e da sociedade estejam participando desse processo. Então, dentro dessa visão é que nós começamos, a partir daquilo que encontramos, no esforço que já vinha sendo feito pelo Governo anterior, que no meu entendimento tinha uma abordagem da Amazônia, vinha recebendo uma abordagem em termo da política ambiental de projetos demonstrativos que são muito importantes. Neste momento em que estamos discutindo o Programa Amazônia Sustentável, o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia e o Programa de Abrangência da BR – 163, eles se configuram uma grande contribuição encontrada no Ministério para transformar essas ações pontuais e pulverizadas em políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia e para as suas comunidades.

Encontramos também um processo baseado na idéia de monitoramento e controle, feito quase que exclusivamente pelo IBAMA, com uma inserção da Secretaria da Amazônia, que trabalhava, sobretudo, esses projetos e programas demonstrativos, e uma política de desenvolvimento que pretendia ser gestada a partir dessas experiências piloto.

Quando assumimos o Governo, achamos que a abordagem deveria ser ampliada a partir do acúmulo já existente e de já termos uma legislação razoavelmente boa no nosso País. O Brasil tem uma das melhores legislações ambientais da América Latina. Eu diria que não faz nenhum tipo de vergonha a nossa legislação em relação a vários países do mundo. Com essa legislação razoavelmente boa nós constatamos um razoável déficit de implementação, ou seja, temos uma profusão, de leis de acordos internacionais, de convenções ratificadas, mas com baixo índice de implementação. Então, trabalhamos a idéia de que era fundamental começarmos o processo de implementação.

No caso específico da Amazônia que é o que nos interessa aqui, nós começamos a perceber, a partir dos seguintes dados, só para ter uma ilustração: Quando chegamos em 2003, o desmatamento da Amazônia, de 2001 para 2002, foi de 23 mil, 266 quilômetros quadrados, em comparação com o desmatamento ocorrido de 2000 para 2001. Ou seja, houve um acréscimo de 28%, enfim, no desmatamento se considerarmos 2001/2002.

O desmatamento ocorrido no período de 2002 para 2003, já no primeiro ano do nosso Governo, foi de 23 mil e 750 quilômetros quadrados. Ou seja, nós tivemos uma queda no ritmo, que estava em 28% para 2%, mas o número ainda ficou muito alto, 23 mil, 750 quilômetros quadrados. E começamos a trabalhar a idéia de que era necessária uma política integrada para a Amazônia. Os dados que estou colocando aqui estão disponíveis no Ministério do Meio-Ambiente, no Ibama, enfim, na Secretaria de Biodiversidade e Floresta para as pessoas que gostariam de aferir esses números.

Nós começamos a trabalhar a idéia de que, para fazer frente a esse processo, nós tínhamos que combinar três ações, as emergenciais, as de comando e controle mais estruturantes e os programas de desenvolvimento para a região que possibilitem a geração de emprego e renda, sem que isso signifique o uso predatório dos nossos recursos naturais.

Começamos a trabalhar a questão nos seguintes termos, trabalhando a idéia de que o grande desafio da Amazônia é o controle e a fiscalização dos recursos naturais, a regularização fundiária e o estímulo às atividades produtivas sustentáveis. Começamos a trabalhar um programa de regularização fundiária que está consubstanciado dentro do Incra e que ontem vocês tiveram a oportunidade de ouvir do Presidente do Incra. Não vou repetir aqui, porque ele deve ter colocado com muito mais detalhe.

Além da questão da regularização fundiária, estamos trabalhando a questão do ordenamento territorial e fundiário, que é mais ampla do que a regularização fundiária. E isso está consubstanciado no Plano de Combate ao Desmatamento e, fundamentalmente, no Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia. Esse esforço vem sendo feito e coordenado pela Casa Civil, o Plano de Combate ao Desmatamento, com a participação de cerca de quinze Ministérios. Também há um esforço inédito, e pela primeira vez o Centro de Governo está envolvido num tema dessa magnitude, com um conjunto de 140 ações, em que, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Ministério do Meio Ambiente, cada um tem um cronograma de implementação.

Nessas ações do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), assumimos a tarefa de propiciar o processo adequado de criação das unidades de conservação, tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável. A modalidade de uso sustentável pressupõe a presença de seres humanos fazendo a exploração sustentável, quer a partir do manejo comunitário, quer a partir do manejo florestal sustentável, da

extração da borracha, da castanha, de alguns produtos da floresta, quer por meio das ações que estarão sendo desenvolvidas a partir da aprovação do projeto de gestão de florestas públicas que está em tramitação no Congresso Nacional.

Além disso, trabalhamos também a criação das unidades de conservação de proteção integral, que só podem ser compatíveis ou com as atividades de pesquisa ou com as atividades de visitação de forma controlada, mediante o plano de uso dessas unidades de conservação.

Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, é importante ressaltar que nesses primeiros anos do Governo do Presidente Lula já foram criados mais de 7 milhões de hectares de unidades de conservação, ao passo que, nos primeiros dois anos do segundo mandato do Governo anterior, foram criados apenas cerca de 500 mil hectares de unidades de conservação; nos primeiros dois anos do primeiro mandato não foi criado nenhum hectare de unidade de conservação. Então, fizemos um esforço muito grande, é claro que reconhecendo que já havia um trabalho, um amadurecimento que nos propiciou fazer esse investimento nesse momento.

Para além dessas atividades, começamos a trabalhar com o Ministério da Reforma Agrária um outro conceito do que seria a reforma agrária para a Amazônia, e aí fomos criando os assentamentos florestais, que são uma modalidade nova. O PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) em que a Irmã Dorothy Stang foi assassinada foi criado em 2002 pelo Governo anterior, mas coube ao nosso Governo a alocação dos recursos e a implementação do PDS.

Lamentavelmente, uma decisão da Justiça deu uma liminar favorável aos grileiros que reivindicavam as áreas que estavam sendo desapropriadas pelo Incra. Infelizmente, o Incra, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Polícia Federal foram impedidos de entrar nessa área, mas uma parte do PDS de fato estava sob o domínio da comunidade, e estávamos em fase de implementação.

Na mesma região, mais ou menos a 300km dali, foi criada a Reserva Verde para Sempre, com cerca de 1,3 milhão de hectares de floresta para o uso sustentável das comunidades locais.

No dia em que aconteceu o assassinato da Irmã Dorothy eu mesma estava nessa reserva, fazendo uma grande assembléia, com cerca de 1.500 pessoas, porque dentro da reserva temos em torno de 2.500 famílias e mais ou menos 6.000 pessoas. Estávamos ali levando um conjunto de investimentos da ordem de mais de R\$20 milhões. Pela primeira vez, essas comunidades estavam vendo recursos dessa magnitude para a fei-

tura das serrarias comunitárias, para o plano de uso da reserva e outras atividades como pesca artesanal, produção de mel com abelha silvestre e também o uso de determinadas resinas, como é o caso do breu, ou a extração do óleo da copaíba. Todas essas atividades somadas propiciam a essas comunidades uma receita razoável. Esses recursos eram exatamente para isso, além de que estávamos criando uma espécie de central de associações para gerenciar a reserva. Lamentavelmente tivemos esse episódio.

E aí quero apenas fazer uma reflexão breve. No meu entendimento, essa onda de violência ocorrida no Estado do Pará tem três questões que precisam ser compreendidas: primeiro, como uma reação às comunidades locais que há mais de vinte anos vêm trabalhando alternativas na Amazônia, não apenas no Estado do Pará, mostrando que é possível compatibilizar desenvolvimento com atividade produtiva sustentável. Essas comunidades, ao longo de muitos anos, vêm fazendo esse esforço e mostrando, em três dimensões, que é possível compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento.

Em segundo lugar, uma reação a setores produtivos que têm assumido um compromisso com uma agenda cidadã na Amazônia, porque não se pode generalizar que todos os madeireiros, todas as pessoas que lidam com recursos naturais na Amazônia são bandidos, são grileiros. Isso não é verdade. Existe o esforço de pessoas de bem que querem fazer as suas atividades de forma legal, sustentável, gerar emprego, gerar renda e promover o desenvolvimento da região.

Então, primeiramente, é uma forma violenta de inibir o trabalho dessas comunidades locais; em segundo lugar, uma forma de intimidação aos que querem fazer de forma correta; em terceiro lugar, uma afronta ao Estado que, pela primeira vez, começou a fazer o movimento de transformar em políticas públicas. Essas pessoas começaram a querer afrontar e intimidar o Estado porque, pela primeira vez, há um esforço do Governo de Estado em fazer um plano de manejo. As comunidades locais estão vendo suas políticas transformadas em políticas públicas, setores empresariais estão fortemente aliados com essa proposta de uma atividade sustentável na base da legalidade.

Então, esses grupos criminosos, com certeza, quiseram afrontar a ação do Estado. Seria demais da minha parte dizer que foi apenas uma reação ao que o Estado está fazendo, porque antes de o Estado chegar com essas ações que mencionei, já existia uma comunidade que resistia. Logo, em primeiro lugar, foi uma reação à comunidade e, em segundo lugar, a esses setores produtivos do bem; em terceiro lugar, uma forma mesmo de afrontar o Estado de direito.

Indo para as conclusões, gostaria de mencionar que, tanto o Programa Amazônia Sustentável, que lida com a idéia da proteção e uso sustentável dos recursos naturais, quanto a questão do ordenamento e regularização fundiária, quanto ao estímulo às atividades produtivas sustentáveis, que estão no plano de combate ao desmatamento, no plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e no programa de abrangência da BR-163, são ações estruturantes de Governo. Essas ações vêm sendo trabalhadas desde 2003 e estão em processo de implementação. Temos hoje a implementação do que chamamos hoje de 19 bases operativas, sendo que seis já estão implementadas, funcionando de forma integrada com o Ibama, Polícia Federal, Incra e, em alguns momentos, o Exército e a Polícia Rodoviária. As outras treze bases estarão sendo implementadas até o final de março, para que tenhamos condições de dar sustentação a essas ações do Governo que estão chegando na região.

Um dado importante que percebemos é de fato a parceria com o Governo de Estado, porque somos uma federação e é impossível que o Governo Federal assuma toda a responsabilidade, em todos os Estados da Amazônia, no que concerne à questão do policiamento, às ações de desenvolvimento econômico, local, enfim, às várias atividades.

Então, tem que ser de fato uma ação integrada, o que vem sendo sinalizado muito fortemente com a decisão do Governador de fazer o zoneamento ecológico-econômico.

Quanto às ações que levamos a cabo na nossa gestão, eu poderia mencionar alguns dados que considero relevantes e que são fruto do trabalho que vem sendo feito pela parte de fiscalização do Ibama. Só para os senhores terem uma idéia, tivemos um aumento, em 2003, de 68% do número de grandes operações de fiscalização na Amazônia, porque passamos de 19 grandes operações para 32. Tivemos ainda um aumento de 54% no total de infrações cadastradas, que passaram de 3.558 infrações cadastradas para 5.471. Um aumento de 27% no volume de multas aplicadas, que passaram de R\$65 milhões para R\$83 milhões.

Em 2004, as operações de fiscalização integradas produziram os seguintes resultados: um aumento no número de autos de infração, lavrados em 83% com relação a 2002. Tivemos também a apreensão de cerca de 320 equipamentos pesados, o que é uma inovação também das nossas operações, entre tratores, caminhões, motosserras e outros equipamentos. A prisão desses equipamentos nos dá uma outra qualidade nas operações de fiscalização, porque, quando se aplica apenas a multa, às vezes para os criminosos compensa retomar a atividade produtiva. Quando se aplica a

multa seguida do confisco dos equipamentos, promove-se uma dificuldade para que se retome a atividade produtiva criminosa.

Então, essa foi uma inovação aplicada pela nossa gestão, e o Presidente Marcos Barros tem tocado essa agenda.

Para concluir, já que se falou das bases que estarão dando sustentação, as seis bases que já foram implementadas são: duas no Estado de Rondônia, em Ji-Paraná e Porto Velho; uma no Amazonas; uma no Mato Grosso, em Alta Floresta; e uma no Pará, em Altamira. As treze que ainda faltam são: quatro no Mato Grosso, Juína, Vila Rica, Sinope, Guarantã do Norte; e sete no Pará, Novo Progresso, Tucumã, Marabá, Redenção, Tucuruí, Paragominas e Breves; uma em Rondônia, adicionando-se àquelas duas que já foram implementadas em Ariquemes, e uma no Estado do Acre, em Rio Branco.

O que contém essas bases operativas para dar sustentação às nossas ações tanto do Ibama quanto do Incra? Foram licitados, no ano passado, cerca de R\$12 milhões para a estruturação dessas bases operativas e para a compra de 80 veículos tracionados, 26 motos, 14 barcos de alumínio, 2 botes, 2 lanchas com motor de popa, 241 aparelhos RPS, 69 sistemas de comunicação via satélite, 150 rádios, 22 telefones celulares, 30 binóculos, 309 computadores, 59 *notebooks*, 99 câmeras fotográficas, 15 filmadoras, 10 gravadores, além de todo o mobiliário dessas bases operacionais.

Entendemos que isso será fundamental para que o nosso trabalho do Incra, do Ibama, da Polícia Federal e, em alguns casos, do Exército possa lograr sucesso. Seis já estão implementadas. Até o final de março, estaremos implementando as 19 bases.

Entendemos que, com as ações que estão sendo planejadas pelo Ibama em parceria com o Exército, da nossa parte estaremos dando cobertura para o combate às atividades ilícitas na Amazônia. A nossa expectativa é a de que, no ano de 2005, de fato, haja diminuição significativa no índice de desmatamento da Amazônia. Em 2002, o número foi elevado; em 2003, também; em 2004, provavelmente ficará na mesma faixa, entre 23 mil km e 24 mil km², mas, em 2005, com certeza, com todas essas ações, teremos uma resposta positiva no sentido de diminuir o desmatamento ilegal.

Por último: não estamos fazendo uma ação puramente de comando e controle. Estamos trabalhando aquilo que chamamos de agenda sustentável.

O Projeto de Gestão de Florestas Públicas, que passará por esta Casa, chamo a atenção dos Srs. Senadores, será uma grande contribuição para o desenvolvimento sustentável da nossa região, porque, pela

primeira vez, se estarão dando condições para que aqueles que querem ser produtores florestais possam fazê-lo de acordo com as regras. O manejo florestal com um sistema em que as florestas estarão sendo cedidas em regime de concessão, por licitação, para os grandes, e em concessão pública, para os pequenos, como prevê o Projeto de Lei.

Muitas pessoas têm dito que esse projeto estaria esvaziando o Ibama. Não é verdade. O Projeto estabelece o Serviço Florestal Brasileiro. A partir do Serviço Florestal Brasileiro, que é um órgão do Ministério do meio Ambiente. O Ibama mantém todas as suas competências, em relação à aprovação e fiscalização dos planos de manejo, inclusive, do Plano Nacional de Outorga, que passa necessariamente pela aprovação do Ibama.

De sorte que o que estamos fazendo é apenas uma separação entre o órgão que vai fiscalizar e o órgão que estará formulando e fomentando a política. Até porque não seria razoável que o mesmo órgão que vai licenciar e fiscalizar, promova também o fomento e a fiscalização.

Esse é o conceito como qual nós estamos trabalhando, e que fortalece as instituições públicas, no âmbito do Sistema Nacional do meio Ambiente, porque também compartilha essa responsabilidade e competência com os Estados e os Municípios, com aqueles que têm floresta.

Por último, só para se ter uma idéia, quando se fala que se estará concedendo floresta para a exploração sustentável, trata-se apenas de 3% das florestas da Amazônia, ou seja, 13 milhões de hectares.

Aí, vem uma grande questão: é muito mais fácil otimizar todas as ações do Ibama e dos órgãos ambientais, estaduais e municipais para a fiscalização dessa atividade agora concentrada, do que ter o sistema que é feito hoje, que geralmente é precedido da grilagem de terra, da exploração predatória de madeira e da expectativa de titulação dessa terra, em benefício de pessoas privadas. Na nossa proposta, haverá um sistema de concessão pública. Mediante licitação, se pagará pelo uso da floresta e se fará isso de acordo com um contrato que prevê todas as ações em bases sustentáveis.

Então, estamos compatibilizando o esforço do comando, do controle da fiscalização, com atividades produtivas. A nossa expectativa é que, com isso, estejamos gerando cerca de 120 mil empregos na Amazônia, uma arrecadação de mais de um bilhão, em imposto, para os Estados fazerem os seus investimentos, além de que o serviço florestal estará se bancando a partir das taxas que serão cobradas.

Só para os senhores terem uma idéia - e já finalizo -, quando assumimos o Governo, tínhamos apenas 300 mil hectares de floresta certificada na Amazônia, de floresta nativa. Hoje, com as ações que vêm sendo feitas pelo Ibama, para mostrar claramente que não haverá nenhum tipo de convivência com as atividades ilegais, reforçando as ações que já existiam com essa nova visão, essa nova mentalidade de que estou falando, saímos de 300 mil hectares, para um milhão e quatrocentos mil hectares de floresta certificada.

Foram apreendidos, em 2003, cerca de 70 mil metros cúbicos de madeira, e, no ano passado, 60 mil metros cúbicos de madeira. Isso é uma demonstração concreta de que, quando você diz para o contraventor que ele não irá mais competir de forma injusta com aquele que trabalha assinando carteira, beneficiando corretamente a madeira, fazendo o manejo florestal, dá-se um estímulo para os produtores do bem usarem, de forma correta, os nossos recursos florestais.

Ainda há as ações dos outros Ministérios como, por exemplo, o compromisso, no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento, de que o Ministério da Agricultura estará fazendo um programa de desenvolvimento sustentável para a agricultura na Amazônia.

Nós temos mais de 500 mil km de área convertida e desses cerca de 160 mil km de área abandonada ou semi-abandonada. O uso intensivo dessas áreas nos possibilitará o aumento da produção sem precisar mais da conversão de floresta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Muito obrigada Ministra Marina Silva.

Passo a palavra ao Dr. Marcos Barros, Presidente do Ibama.

O SR. MARCOS BARROS – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; Srs. Senadores que compõem a Mesa e os que estão em Plenário; Sr^a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva; meu colega João Paulo Capobianco; meus colegas Diretores do Ibama; Diretora que compõem o Conselho Gestor da Instituição; meus senhores e minhas senhoras; Srs. Deputados Federais presentes, quando fomos convidados para ...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Sr. Marcos, perdoe-me a interrupção. Apenas para registrar as presenças nesta Comissão de membros de outras Comissões, o que nos honra, na pessoa dos Senadores Valdir Raupp e Tião Viana, e dos Deputados Federais Hamilton Casara e Miguel de Souza.

A Senadora Serys Slhessarenko justifica sua ausência. S. Ex^a é a Coordenadora do Congresso La-

tino-Americano e Caribenho da Mulher, portanto, S. Ex^a está bastante comprometida.

Desculpe-me Dr. Marcos Barros, mas era necessário fazer esse registro para mostrar a todos, e à V. Ex^a, Ministra Marina Silva, quanto interesse desperta esse assunto, pois contamos com visitantes ilustres de Senadores e Deputados Federais.

O SR. MARCOS BARROS – Quando a Ministra Marina Silva, há pouco mais de dois anos, convidou-nos a participar do Governo com a tarefa de dirigir o Ibama, nós, pela experiência desses tantos anos, sabíamos que iríamos encontrar dificuldades concretas, objetivas e que, até posso dizer, assassinatos estariam no meio do caminho, porque a correlação de forças e a perspectiva de mudança para quem cuida ou quer cuidar do meio ambiente e os interesses outros, mútuos, seriam evidência da realidade. Isso, portanto, nós temos. Lamentamos desde o ocorrido, bem como lamentamos a morte de todos os outros trabalhadores neste País, os trabalhadores rurais, em confronto direto entre capital e trabalho e entre os exploradores e a escravidão no campo.

Nós sabíamos também, e tínhamos a exata noção, de que as questões ambientais não são estritamente ambientais. E se assim não o são, a resolução dessas questões não passa exclusivamente pelo clássico que o nosso Instituto faz há dezesseis anos, o comando de controle, o qual a Ministra aqui já explicitou muito claramente.

Se nós quiséssemos dar soluções concretas e aprofundadas e não ficássemos exclusivamente num momento de fustigação, de impedir o ilícito, apesar do esforço heróico dos nossos fiscais, cujo número não é muito expressivo, são cerca de 1.500 para cuidar da extensão territorial do Brasil e os vários ecossistemas, nós sabíamos que haveria, decididamente, uma batalha muito grande.

Nós sabíamos, também, que as ferramentas, as armas para essa batalha não eram completas, pois estavam bastante aquém da agressão que iríamos enfrentar. Mas também nós tínhamos extremamente claro que essas medidas deveriam ser estruturantes, como dizia a Ministra Marina Silva. Essas medidas tinham que passar pela alteração da relação no campo, do Brasil, e que o desmatamento é um fator que vem junto de uma reforma agrária que ainda não se realizou em toda a sua plenitude, mas nós temos a maior esperança que isso se dê. Era fruto, também, não desse momento, mas de todo um processo histórico do Brasil em relação à Amazônia. Tínhamos isso claro também e, apesar da pressa que todos temos, principalmente aqueles que estão na ponta do processo, vivendo a angústia desse momento e da história de ocupação

da Amazônia, a nossa postura é também de solidariedade e de leitura da realidade na Amazônia. Dizia um escritor – também tivemos isso como variável na nossa instrumentação – que a Amazônia não é para principiantes.

Então, quando fomos convocados, tínhamos a convicção de todas essas tarefas. E o Ministério e o Ibama começaram, então, a abordagem. É bom que se repita aqui, porque fica no senso comum e em determinados setores da imprensa, que o assassinato da Irmã Dorothy determinou então um acordar do Estado. É importante que recuperemos isso, e vou frisar mais uma vez: planejávamos chegar ao Governo, desde os primeiros momentos, quando olhávamos a situação, principalmente do sul da Amazônia, uma ação pronta, pluralista, em relação ao controle do processo de desmatamento na Amazônia. O Ibama, fazendo seu planejamento, já inseria de maneira prioritária uma operação que chamávamos “Plano Pará”, que não era operação, era o “Plano Pará”, que trazia essas variáveis. O Ibama, no nível da sua estrutura, começou a discutir isso.

O Ministério, como é o seu papel de planejador estratégico da questão ambiental, começou, junto com isso, a produzir um trabalho extremamente denso que foi o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, lançado pelo Presidente e pela Ministra, no Acre, e que se colocava como um caminho para essas medidas estruturantes.

Analisamos os índices de desmatamento da Amazônia, que pegamos na matriz, e constatamos que cresciam, como aqui a Ministra já mencionou. Buscamos – o Ibama – com objetividade, junto com o poder aglutinador que a Ministra do Meio Ambiente teve em relação aos demais ministérios, criar um caminho de transversalidade. Porque uma coisa era muito clara: tínhamos a convicção, a experiência, a certeza de que combater o meio ambiente é combater todos esses multifatores e que uma mulher, mesmo como a Ministra Marina, ou uma estrutura como a do Ibama, ou do Ministério não seria capaz disso; precisávamos juntar todos, pelo tamanho da tarefa.

E assim a Ministra fez. Quatorze ministérios, uns mais atuantes, muito mais atuantes, abraçados com o Ministério do Meio Ambiente, como, a título de exemplo, está o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Porque a questão se dava exatamente aí, essa ocupação, repito, desordenada do espaço, que levava ao desmatamento, que levava à morte dos mártires. Não esqueçamos de Chico Mendes; e um dos resultados da morte desse mártir significou a criação do Ibama como uma resposta do aparelho do Estado à questão ambiental.

Numa conferência que acontecia, ontem, em Florianópolis, na Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, durante os debates, uma pessoa do auditório levantou-se – quando falei isso sobre Chico Mendes – e disse: e sobre a Irmã Dorothy, o que vem? Responde: a continuidade de um trabalho que se planejava para evitar isso. E vamos fazer o possível e o impossível para diminuir essa possibilidade, na medida em que se avança na estratégia ainda de comando do controle. E nessa junção de todos esses ministérios, o papel das Forças Armadas, nessa área de comando do controle, é estritamente significativo. É significativo nesse aspecto de comando do controle e é significativo no efeito pedagógico em relação a esse lado, que chamei de joio, usando a imagem bíblica, de ocupação desordenada da Amazônia.

É possível mostrar. Darei um exemplo. Desculpem-me os paraenses pelo exemplo que me ocorre nesse momento, que é estado e novo progresso. É preciso mostrar, senão os fogoiós da vida vão atirar nos defensores do meio ambiente pelas costas, com cinco tiros, seis tiros. É preciso mostrar isso. E o esforço de chegar lá – dois mil homens – repito que é fundamental no plano político. Não surgiu agora. Existe toda uma estruturação aqui presente – o nosso Diretor de Proteção Ambiental, Dr. Flávio Montiel, todo um cronograma de ação, de implantação de bases. No ano passado, nosso governo liberou R\$42 milhões iniciais; neste ano, no nosso governo inseriu R\$50 milhões especificamente para o combate ao desmatamento na Amazônia. Então, é uma preocupação central. Quem liberou recursos emergenciais, por articulação da Ministra Marina Silva, não queria a morte da Irmã Dorothy. Quem liberou o aperto orçamentário do ano passado – R\$42 milhões – não queria isso. É importante que se diga isso.

Então, a minha intervenção é para dizer que há um planejamento ao início da execução, e não há nada não profissional. Não há nada de iniciantes aqui, não há nada exclusivamente reativo, mas é uma coisa estruturada, e a solução vem da participação de todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. Marcos Barros.

Com a palavra o Dr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Exm^a Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente da Comissão; Sr. Senador Flexa Ribeiro, com quem tive oportunidade, durante um dia inteiro, de buscar uma solução, finalmente bem sucedida, para um gravíssimo impasse e recente progresso, para o qual o Senador colaborou muito e a quem agradecemos; demais Senadores, Exm^a Ministra, cuja equipe tenho a honra e o prazer de integrar; caro Sr. Marcos Barros, diretores do Ibama,

Muriel Saragossi, Secretária da Amazônia e demais autoridades presentes, eu gostaria de ser muito breve, já que a Ministra Marina Silva e o Presidente Marcos Barros já discorreram longamente sobre o assunto.

Em poucos minutos, Srs. Senadores, quero dizer que essa é uma oportunidade muito importante para nós, porque, na realidade, o que temos tentado demonstrar e discutir com a sociedade e com o Parlamento é que estamos diante de uma situação na Amazônia que exige uma ação que não apenas reduza o desmatamento. Todos nós e todos os Parlamentares, não importa de que tendência, reconhecemos a necessidade de que tenhamos ordenamento em relação à Amazônia, e todos somos contrários ao desmatamento ilegal.

A Amazônia hoje é vítima de um processo de ilegalidade do desmatamento. Mais de 80% dos desmatamentos na Amazônia não são autorizados; são ilegais. Para reverter isso, a Ministra Marina Silva, desde o início, quando me chamou para trabalhar com ela, o que muito me honrou, disse claramente que não estava interessada em medidas pirotécnicas — em rompantes, decretos ou medidas provisórias sem planejamento. Queríamos estabelecer um processo estruturante. É nisso que temos trabalhado.

O ano de 2003 foi um ano de planejamento, e 15 ministérios se dedicaram a elaborar o plano de prevenção e controle de desmatamento. Esse plano, aprovado pelo Presidente Lula em março de 2004 e iniciado a partir de então, possui três eixos fundamentais. Primeiro eixo, aprimoramento das ações de fiscalização e controle.

Lembro, Srs. Senadores, que, até o ano de 2003, a sociedade brasileira e os institutos de pesquisa públicos e privados não tinham acesso à base de dados do desmatamento na Amazônia; sequer o Ibama possuía acesso à base de dados. Os dados do desmatamento da Amazônia eram secretos, tratados como dados de segurança nacional. Foi o Governo do Presidente Lula, por determinação do Palácio, que liberou os dados hoje acessíveis a qualquer um por meio da Internet. Hoje, temos os dados precisos sobre todo projeto de desmatamento na Amazônia.

Lembro uma segunda questão, porque, muitas vezes, fazemos coisas e esquecemos rapidamente o que fizemos: nós não tínhamos, no Brasil, um sistema de monitoramento que permitisse saber o que estava ocorrendo e quando estava ocorrendo. Éramos informados sobre o desmatamento na Amazônia dois anos depois, quando o fato já estava consumado. Pois bem, o Presidente da República, ao aprovar o plano, determinou e desafiou a nossa Inteligência a elaborar um processo de monitoramento em tempo real, e o INPE,

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ofereceu-nos, em apenas seis meses de trabalho, um sistema que permite a qualquer cidadão, através da internet, acompanhar a evolução do desmatamento em tempo real na Amazônia.

Esses são fatos importantíssimos que nos dão, dão à sociedade brasileira, ao governo brasileiro, aos órgãos públicos federais e estaduais, a todos aqueles que operam com a questão da Amazônia, informações precisas em tempo real para planejar, para melhor atuar. Acho que estamos mais preparados para isso, e os resultados virão este ano.

O segundo eixo foi o do ordenamento territorial e fundiário. Isso é fundamental, pois a Amazônia é vítima da falta de ordenamento, da falta de destinação das terras públicas. Temos na Amazônia cerca de 75% de terras públicas, da União e dos Estados. Desses 75%, 31% já foram destinados a reservas indígenas e unidades de conservação. Portanto, restam na Amazônia mais de 40% de terras públicas, sobre as quais não houve decisão de destinação e que estão sujeitas à atuação da indústria da grilagem. Portanto, o Governo, federal e estadual, tinha de tomar uma atitude com relação a isso. A Portaria nº10, criada, desenvolvida e discutida no ano de 2004, preencher esta lacuna: terra a quem tem posse mansa e pacífica e não a quem ocupou de forma violenta, ao arrepio da lei. Isso está sendo implementado na Amazônia.

O terceiro eixo fundamental é o do desenvolvimento sustentável. Neste ponto, abro parênteses para fazer uma observação importante. O Senador Flexa Ribeiro me dizia que só falamos em proteção. Senador, desculpe-me, mas não é bem assim. O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com outros ministérios, está falando de produção na Amazônia, de uso sustentável. De que forma? Primeiro, aumentando a produtividade das áreas já convertidas. Este é o desafio que temos: 160 mil quilômetros quadrados de áreas improdutivas já desmatadas. Ora, se formos capazes de incorporar essas áreas à atividade produtiva na Amazônia, vamos triplicar a produção de grãos sem desmatar um hectare — essa é a primeira questão.

A segunda questão é que as áreas de floresta têm de ser utilizadas. O Presidente Lula, ao reafirmar o seu compromisso com o uso sustentável e ao criar 7,5 milhões de hectares de unidades de conservação, começou pelas reservas extrativistas. Alguém dizia aqui agora há pouco que a reserva extrativista não rende nada. Por que não rende nada? Rende sim, se for bem manejada, se houver recursos. Criada pelo Presidente Lula, a reserva extrativista Verde Para Sempre, com 1,3 milhão de hectares, como a Ministra bem disse, já está recebendo recursos para fomentar o uso, para

fazer o plano de uso, para viabilizar a cadeia de negócios, para gerar emprego e renda. Portanto, é uma alternativa que o Presidente destacou claramente. Dos 7,5 milhões de hectares, 3,5 milhões são de reservas extrativistas, o restante, de proteção integral.

Finalmente, queria dizer que o Brasil possui uma legislação ambiental invejável, mas é uma legislação de proteção ambiental invejável: o Brasil não possui uma legislação de incentivo ao uso sustentável dos seus recursos naturais, e é isso o que temos de fazer. Temos de, simultaneamente, fechar o cerco ao uso predatório e criar condições para o uso sustentável.

O projeto de lei que trata da gestão de florestas públicas – ele não enfraquece o Ibama, fortalece o Ibama com recursos e estrutura – é fundamental, porque permitirá que, depois de 500 anos de destruição, tenhamos um instrumento legal que permita o uso dos recursos em florestas de forma planejada pelo Poder Público, sem a privatização, sem a titulação dessas áreas. Portanto, fazemos um apelo para que esse projeto de lei seja analisado tendo-se em mente que deve ser um instrumento para consolidar uma ação de uso sustentável que, associado às ações de ordenamento territorial e às ações de fiscalização e controle, permitirão colocar a Amazônia num novo rumo, que, tenho certeza, é o desejo de todos, inclusive do Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Muito obrigado, Dr. Capobianco, Diretor de Biodiversidade de Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Pela lógica, o Relator sempre tem o privilégio de ser o primeiro a fazer as perguntas. Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, Srª Ministra Marina Silva, Presidente do Ibama, Dr. Marcos Luiz Barros, e Secretário de Biodiversidade de Florestas, Dr. Capobianco, ontem recebemos aqui três autoridades, mas duas especialmente bastante ligadas a questão fundiária e, portanto, ao meio ambiente, especialmente na Região Amazônica: o General Félix e o Presidente do Incra, Dr. Rolf.

Peço que A SRA. Ministra me perdoe por ter chegado atrasado, pois estava encerrando as atividades no plenário da Casa, mas pelo que pude perceber das palavras de V. Exª e dos demais componentes do seu Ministério e do Incra, há uma vontade de fazer com que a floresta seja explorada economicamente e também preservada.

Ontem, o Presidente do Incra disse que estava fazendo um estudo, um diagnóstico georeferenciado,

que o Estado do Pará já tem. Com isso, pretende verificar, efetivamente, como cada espaço da Amazônia pode ser utilizado e o que deve ser preservado. Ele dizia que há um lugar na Amazônia – imagino que seja esse que já está absolutamente desmatado – que pode ser utilizado para o plantio de soja, porque é uma das terras mais produtivas do mundo. Há um outro espaço, que já foi desmatado, que tem gado, e que pode ser, naturalmente, utilizado para a criação de animais. Existe uma exploração madeireira que não se pode desconhecer, que pode permanecer, com determinados limites, e que deve haver também um reflorestamento em cima disso. Devem ser criadas as áreas de manutenção ambiental, as APAs, onde se pode fazer a utilização de tudo que a floresta tem e só aquilo. Há áreas que devem permanecer intocadas, como as áreas indígenas e outras áreas de proteção que não devem ter presença humana com finalidade de exploração. Há alguns lugares – acho que quase todos – que poderiam ser usados para pesquisa científica lucrativa, porque existe uma biopirataria muito grande, especialmente na região.

Pergunto a V. Exª se esse é um diagnóstico correto, se V. Exª concorda que há determinadas áreas que podem ser exploradas, especialmente aquelas que já foram devastadas de uma forma mais contundente, para esses cultivos tradicionais. O que, na realidade, V. Exª pensa que deve ser, no todo, a exploração dessa área?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – O Presidente do Incra, na verdade, está referenciado naquilo que é o Programa de Combate ao Desmatamento e o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que lida com a proteção dos recursos naturais, com o ordenamento e a regularização fundiária e com o estímulo às atividades produtivas sustentáveis.

Um dos instrumentos importantes para esse processo é o zoneamento ecológico e econômico feito pelos Estados, que pode até chegar a uma escala local, como estamos fazendo com os municípios da área de abrangência do arco do desflorestamento.

É claro que, a partir desse processo, vamos identificar, sim, áreas que podem ter uso intensivo. Áreas que terão atividades sustentáveis em determinadas condições e outras que com certeza serão de proteção integral. É esse o esforço que nós estamos fazendo, daí a importância dessa política integrada de meio ambiente, porque dialogamos sobre os planos com os vários setores de governo.

Por exemplo, o Ministro Ciro Gomes está trabalhando a revisão do crédito do Basa, do Banco do Brasil e de outras instituições de fomento, exatamente

te para que não se financie algum projeto em bases insustentáveis.

O Ministro Miguel Rossetto está pensando a regularização fundiária e os programas de reforma agrária já de acordo com essa lógica e, no plano de combate ao desmatamento, o Ministro da Agricultura tem a incumbência de fazer o programa de desenvolvimento sustentável da agricultura na Amazônia, com esse olhar para as áreas já convertidas, visando uma produção intensiva de grãos e de pecuária.

A Amazônia tem 21 milhões de habitantes, precisa de respostas econômicas e sociais, mas não pode perder de vista os aspectos ambientais desse desafio. As atividades produtivas na Amazônia têm que ser necessariamente diversificadas; não há lugar para atividades homogêneas. Quem pensar que a Amazônia pode ser só soja está no caminho errado, se pensar que é só madeira está no caminho errado, se pensar que é só extrativismo está no caminho errado. A Amazônia é diversificada do ponto de vista social, cultural, ambiental e, necessariamente, terá que sê-lo do ponto de vista econômico. Esse é o esforço que nós estamos fazendo.

Creio que V. Exª pegou o fulcro da questão que foi exposta pelo Presidente do INCRA, de um esforço voltado para o desenvolvimento sustentável da região a partir desses eixos estruturantes que já foram mencionados por mim e pelo Secretário João Paulo Capobianco.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Ministra, também perguntaria a V. Exª, baseado no que disseram ontem as pessoas que vieram depor: General Félix e Dr. Rolf... O General Félix disse que não é uma pessoa maniqueísta, que não quer entender que ali existem de forma distinta o bem e o mal. Depois, o Dr. Rolf disse exatamente a mesma coisa: nós não podemos entrar na vertente de que um lado é bom e o outro é mau. E, diziam eles quanto à questão da titulação da terra, da regularização da terra, dessa regularização fundiária que V. Exª aborda, que imaginam que determinadas áreas, por terem invasões consolidadas, algumas até com mais de 30 anos, embora pertençam a um esquema antigo de ocupação indevida, de esquentamento de títulos, enfim, de grilagem, pelo que já aconteceu, podem vir a ser regularizadas.

Então perguntaria o que V. Exª imagina como regularização de terras nessa área: as áreas até 100 hectares, que são as autorizadas efetivamente, aquelas entre 100 e 2.500 hectares, que podem depender de estudo agora feito pelo INCRA, que o Dr. Rolf disse que está fazendo, ou também aquelas acima de 2.500 hectares? O que V. Exª pensa dessa questão fundiária,

principalmente quanto à regularização? Na opinião de V. Exª, a paz no campo passa efetivamente por essa regularização de áreas?

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Não há dúvida de que é um desafio promover o ordenamento e a regularização fundiária. Se ficarmos apenas na regularização fundiária, estaremos reduzindo problema. Existe uma questão de macrorregião que precisa ser tratada no âmbito do ordenamento fundiário. Está sendo feito um trabalho pelo Incra, que está promovendo essa discussão de critérios. Não é da minha esfera de competência, portanto qualquer palpite que eu desse aqui sobre tamanho do módulo, estaria interferindo numa área que eu quero me reservar o direito de contribuir internamente, dentro do Governo, antes de manifestar publicamente a minha posição, como tenho feito em vários temas.

No entanto, este País está há 30 anos sem fazer regularização fundiária. Com certeza, para um país com a dimensão do Brasil, com o seu represamento social em termos da luta pela reforma agrária, é uma necessidade histórica e fundamental a questão do ordenamento e da regularização fundiária. Na realidade da Amazônia, isso é, digamos, uma emergência.

Enfim, estou trabalhando. O Ministro Miguel Rossetto tem interagido muito com o meu Ministério, discutimos e debatemos juntos a Portaria nº 10, naquilo que nos compete, tomamos a decisão, e o Presidente Lula, enfim, aquiesceu de forma muito corajosa com a idéia de fazer uma interdição administrativa de 8 milhões de hectares na margem esquerda da BR-163, para que possamos fazer os estudos.

Às vezes, as pessoas dizem que o Ministério do Meio Ambiente age apenas ideologicamente. Agimos com aquilo que o Fernando Gabeira chama de ciência da ecologia. Diria que estamos fazendo isso com razoável competência. E exatamente para não fazer qualquer coisa na base do "chutômetro", foi feita a interdição administrativa, para que possamos fazer os estudos no prazo de seis meses, prorrogáveis por mais seis meses, e apresentar a destinação dessa área.

Exatamente para ir na direção daquilo que V. Exª falou, talvez não seja a proteção integral, mas o sustentável; talvez não seja o sustentável, mas as duas coisas juntas, enfim, algo que possamos descobrir no processo.

O que posso dizer é que é fundamental a regularização e o ordenamento fundiário. O Ministério da Reforma Agrária está buscando o caminho, a melhor proposta, o melhor módulo. E há um déficit de 30 anos em que isso não vem sendo feito. Não é fácil; para o Ministério do Meio Ambiente interessam as três coisas:

a proteção integral, o uso sustentável e também o uso intensivo das áreas que já foram convertidas.

Por último, gostaria de concordar com os meus colegas que falaram que não podemos ficar numa discussão maniqueísta entre o bem e o mal, mas não podemos também olvidar de que existe, sim, uma idéia do bem. O que é o bem para a Amazônia? É o uso diversificado dos seus recursos naturais, é o ordenamento fundiário correto, é uma cultura de sustentabilidade para os grandes empreendimentos, inclusive. Essa é a expectativa do bem e que isso promova a inclusão social.

Há uma outra questão que poderia dizer – isso é o bem como valor – e há aquelas pessoas que já estão a duras penas praticando isso. Comunidades locais, empresários que fazem certificação, que fazem manejo, que procuram fazer as suas atividades. Diria que são aqueles que estão na vanguarda, lá na ponta. E há um miolão de pessoas que ficam oscilando entre a ilegalidade renitente. Essas pessoas pioneiras já estão praticando esse valor do bem como um conceito em suas próprias vidas.

Diria que há, sim, aqueles que são criminosos, que contratam pessoas, que fazem caixinhas e que praticam grilagem de terras de forma criminosa. Esses, se pudermos chamá-los de mal, são o mal mesmo e têm que ser combatidos com a força da lei, com a polícia, com todos os meios de que a sociedade e o Estado dispõem para combater a criminalidade.

Tenho uma visão de direitos humanos: para mim, justiça não é vingança, justiça é, sobretudo, um ato de amor, principalmente em relação às futuras gerações. Se não formos capazes de identificar e de separar o joio do trigo e de disputar as pessoas que ficam oscilando entre o mal e o bem, estaremos num caminho incorreto na Amazônia. Eu diria que, graças a Deus, temos os dois lados, e a expectativa da população é a de ir por um caminho. Elas querem se tornar legais. É por isso que estamos fazendo um PL de floresta, ordenamento fundiário, trabalhando créditos para as comunidades, para as empresas que querem fazer o certo.

Então, eu diria, não sei se respondi adequadamente, mas não vou, digamos assim, dar uma opinião sobre algo que não é da minha esfera de competência, mas, como estou dentro do Governo, estou dando a minha opinião. Em termos gerais, precisamos fazer o ordenamento fundiário, a regularização fundiária porque há um déficit de 30 anos neste País.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Finalmente, Srª Ministra, eu perguntaria a V. Exª, uma vez que estivemos na região e pudemos perceber que a população, quem habita lá, tem vontade e até necessidade, segundo relatos, de ver o asfaltamento

da Transamazônica. Por outro lado, há um temor, por parte principalmente dos ecologistas e militantes, de que isso venha a agravar a questão ambiental na região, que isso possa incentivar desmatamentos irregulares, exploração predatória, etc. Pergunto a V. Exª se tem uma opinião a respeito desse assunto.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – O processo que estamos fazendo na BR-163 talvez ajude a responder essa questão. Quando chegamos ao Ministério, fizemos um levantamento das obras de infra-estrutura para a Amazônia, de hidrelétricas a rodovias, e tipificamos esses investimentos em termos de impacto ambiental – alto, médio e baixo – e levamos para o centro de governo os nossos estudos. E, no diálogo com o Ministério da Integração, do Ministro Ciro Gomes, com o Ministro dos Transportes, com o Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, e com a Ministra Dilma Rousseff, chegamos à conclusão de que, com aqueles investimentos de baixo e médio impacto ambiental, estaríamos dando a solução para resolver esses investimentos. Não temos por que criar qualquer tipo de dificuldade, se existe uma solução que pode ser encaminhada corretamente. A respeito dos investimentos de alto impacto ambiental, como, por exemplo, a hidrelétrica de Belo Monte, conversamos com a Ministra Dilma Rousseff e mostramos todos os problemas de caráter sócio-ambiental. E a Ministra, de forma muito correta e adequada, decidiu que iria retomar o projeto, refazer os estudos e pedir novo licenciamento ambiental para apresentar um novo pedido de licença. E ela está fazendo isso. Ainda não conheço o mérito da proposta como virá, mas tenho absoluta certeza de que está fazendo um projeto para diminuir os impactos sócio-ambientais e aumentar, digamos, aquilo que são os investimentos sociais. Então, no meu entendimento, foi uma decisão corajosa de considerar meio ambiente no planejamento de um grande investimento que teria altíssimo impacto ambiental.

No caso da BR-163, identificamos também como sendo de altíssimo impacto ambiental fazer uma estrada numa área importante para o transporte de grãos, que também é colocar uma estrada no coração da Amazônia. E quando se constrói uma estrada, 50 quilômetros de um lado e 50 quilômetros de outro ficam devastados, e, nesse caso, seria, digamos assim, muito difícil aquele que está responsável pela proteção dizer que está tudo bem, que não tem problema. O que fizemos? Levamos para o Ministro dos Transportes, Ciro Gomes, para o centro de Governo uma série de condicionais, que, se atendidas, **ex-ante**, como diz o Ministro Ciro Gomes, seria viável fazer a estrada. Posso citar algumas delas: a demarcação de terra dos índios, a criação das unidades de conservação de proteção in-

tegrada e de uso sustentável, a interdição que fizemos por seis meses é exatamente para isso, e atendido um plano de desenvolvimento sustentável para a área de abrangência da BR. O Ministro Ciro Gomes e eu fomos a Sinop(*), no Mato Grosso, discutir com empresários do consórcio de índios – há os empresários do consórcio – e mostrar que, se a estrada fosse feita em tais e tais condições, seria possível fazê-la. Fomos, depois, para Santarém, fizemos a mesma discussão e tanto Mato Grosso quanto o Pará aquiesceram à idéia de que deveríamos tomar todos os cuidados para viabilizar a estrada. É a primeira vez que se estão fazendo as ações que vão mitigar os impactos ambientais e sociais, antes de se fazer a estrada. Então, digo que, se fizermos as condicionalidades, teremos muita resposta técnica para viabilizar investimentos em bases sustentáveis. O que precisamos é afinar as respostas técnicas com o compromisso ético de fazer. É esse o esforço que estamos fazendo, porque a população precisa. Se perguntarmos “Querem o investimento?”, as pessoas vão dizer: “Queremos”. Mas como o querem, com alto ou baixo impacto ambiental? É sábio que seja com baixo impacto ambiental.

É nesse sentido que estamos trabalhando a BR-163. Com certeza, isso não pode ser diferente em qualquer outro empreendimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Ministra.

O Senador não quer fazer perguntas? (Pausa.) Então, vou passar para o Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Cumprimento A SRA. Presidente, Senadora Ana Júlia, o Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres, a Ministra Marina Silva, nosso ilustre visitante, nosso 1º Vice-Presidente, Senador Tião Viana, que se está ausentando, o Dr. Marcos Barros, o Dr. João Capobianco, os Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, os demais Diretores do Ibama, as senhoras e os senhores.

Ministra Marina, parabênizo V. Exª por seu trabalho e coragem. V. Exª parece franzina no seu biótipo, mas é uma mulher de extrema coragem e competência nas suas convicções. Discordo em inúmeros pontos dos argumentos que mencionou, mas, expostos dessa forma como V. Exª costuma falar em todas as oportunidades que tenho tido de ouvi-la, seja de corpo presente, seja em entrevistas, dobro-me e reconheço que estou diante de uma pessoa inteligente, competente e corajosa no enfrentamento de suas convicções.

V. Exª, a meu ver, a meu juízo, é detentora do Ministério mais poderoso da República, porque os

demais dependem dele. Não se pode fazer nada nos ministérios que tratam de infra-estrutura, sem que haja a aquiescência do Ministério do Meio Ambiente. Não se pode fazer nada no Ministério da Agricultura sem a aquiescência do Ministério do Meio Ambiente. Não se pode fazer nada no Ministério dos Transportes sem a aquiescência do Ministério de Meio Ambiente, e assim por diante.

Esta Comissão externa, considerando-se o nosso querido Senador Eduardo Suplicy como amazônida honorário, é formada de amazônidas. E estamos falando de 60% do território brasileiro, portanto mais da metade do Brasil. Quero lamentar que o nosso 1º Vice-Presidente, conterrâneo seu, o nosso competente Senador Tião Viana tenha tido que se ausentar, porque todas as vezes em que ele está presidindo o Senado e que tenho o privilégio de me pronunciar, lembro-lhe de sua condição de amazônida e da responsabilidade que todos nós amazônidas temos de ter um projeto nosso, do Brasil, de brasileiros e amazônidas, para a nossa região. Precisamos saber o que queremos para a Amazônia e não o que querem fora do Brasil. Nós brasileiros temos de definir o que queremos para a Amazônia.

V. Exª fez várias referências à sua forma de pensar a Amazônia, e concordo com algumas delas. Graças a Deus V. Exª encaminhará – ou já encaminhou – ao Congresso projeto acerca do uso sustentado das florestas públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Já está em regime de urgência urgentíssima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há 20 anos o setor produtivo nacional tenta essa utilização. Não há interesse algum em fazer investimento em terras; muito pelo contrário, o que o setor madeireiro quer fazer é a exploração racional das florestas, e não comprar terra para ter a terra em si. Comprava-se porque era necessário, não havia outro meio de se fazer isso.

A forma de se fazer – e sei que V. Exª já teve –, lamentavelmente, é que só atuamos na emergência. E tenho dito aqui várias vezes que esta Comissão não deve nunca tratar o caso isolado. Lamentamos todos a morte da Irmã Dorothy e dos outros brasileiros que pereceram nesse incidente, mas temos que tratar a causa, para que isso não se repita.

Tenho consciência de que a causa que teremos que resolver de uma vez por todas é ter a coragem... Já é para concluir, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Desliguei a campainha, mas eu queria

que tentássemos hoje fazer uma audiência mais produtiva. Por isso estou solicitando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nem concluí o meu raciocínio para perguntar à Ministra...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Estou fazendo essa solicitação em função de ontem. V. Exª é testemunha do grande trabalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tentarei ser mais objetivo.

Ministra, gostaria de me dirigir a V. Exª. No meu entendimento, a única forma de se obter um desenvolvimento sustentável... Nós que moramos na Amazônia, assim como V. Exª, queremos a Amazônia preservada para os nossos netos, para os nossos bisnetos, porque não sairemos de lá. Queremos a Amazônia desenvolvida de forma sustentável. E a única forma de se alcançar isso será fazer um macrozoneamento econômico e ecológico da Amazônia e, por meio desse macrozoneamento, fazer um microzoneamento por área, de tal forma que tenhamos discriminadas a área contemplativa da Amazônia, a área extrativista – como mencionou V. Exª –, que considero possível, e a área que seja produtiva.

Para dar uma idéia, o Governador do Pará esteve com V. Exª há poucas semanas e encaminhou à Assembleia Legislativa o macrozoneamento econômico e ecológico do Estado, que deve estar aprovado nas próximas semanas e deve voltar a V. Exª aprovado, a fim de obter o apoio do Governo Federal, para que possa ter o Estado do Pará, com o apoio do Estado brasileiro, em todos os níveis, federal, estadual e municipal, de forma corporativa, para que possamos desenvolver o Estado sem depredá-lo. E vamos encontrar situações, no entorno de Belém, de áreas totalmente alteradas, abandonadas, e que podem ser recuperadas, que podem se tornar produtivas sem estarem sujeitas a essa legislação de hoje – preservação de 80% –, podendo ser utilizadas em 100%, fazendo-se a reserva em áreas afastadas ou o zoneamento em áreas que sejam de contemplação ou preservação, dentro do zoneamento econômico e ecológico que for aprovado.

Ao finalizar, gostaria de saber a sua opinião, ou seja, se considera possível haver, nesse zoneamento econômico e ecológico, áreas que sejam totalmente utilizadas como produtivas, áreas que sejam totalmente reservadas para a preservação e áreas que sejam reservadas para o extrativismo. Evidentemente, com as áreas indígenas e as outras ocupações.

Como a Presidente já vai me tomar a palavra, gostaria só de lamentar e tecer um elogio ao Dr. Marcos Barros, cientista da maior qualidade, que foi Presidente do INPA, em Manaus. Ele fez um comentário sobre o Pará e os paraenses.

Eu só queria dizer a V. Sª, Dr. Marcos, que o Fogoió foi ouvido por nós em Altamira. Nem ele sabe por que o chamam de Fogoió. Ele não é paraense. Ele está no Pará desde dezembro, ou seja, há três meses. Ele nasceu no Maranhão, foi registrado em Goiás – corrija-me se estiver errado – e em dezembro foi para Altamira para ter contato com a mãe. Lamentavelmente, assassinou a Irmã Dorothy por R\$50 mil. Segundo ele, não recebeu esse dinheiro. Os outros dois, o co-autor do assassinato e o mandante são do Espírito Santo, não são do Pará, lamentavelmente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Lamentavelmente? V. Exª queria que ele fosse do Pará?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, desculpe-me pelo termo. Eles não são do Pará. Quer dizer, a violência é no Pará, não é do Pará.

Obrigado, Presidente.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Considero lamentável a violência que acontece no Brasil. Independentemente de os assassinos serem do Pará, do Espírito Santo ou de Minas Gerais, como aconteceu com os fiscais do Ministério do Trabalho que foram assassinados, convivemos com essa violência em nosso País, lamentavelmente. Temos que reagir como Nação, com o sentido de Pátria, para fazer com que o que há de melhor possa fluir nesse momento, exatamente para dar as respostas. Eu sempre digo que na Amazônia nós convivemos com o melhor do melhor e, às vezes, com o que há de pior. Assim, não tenho dúvidas de que essa é uma situação terrível.

O zoneamento ecológico e econômico é uma peça fundamental. Não é apenas uma peça técnica. É principalmente uma negociação que se estabelece no território, visando o uso desses espaços pelo conjunto da sociedade, seja a sociedade no Estado, seja a comunidade local. É também uma negociação, é um, digamos assim, acordo social. Se entendermos como uma peça fria, o zoneamento, no lugar de resolver conflitos, pode produzir mais conflitos. É uma negociação. Lamentavelmente, se não formos capazes de perceber – e quando digo estou falando como Nação – a Amazônia pelo amor, estamos percebendo a Amazônia pela dor.

Pela dor, o Brasil descobriu o Acre. Pela dor, três dias depois do assassinato de Chico Mendes, os jornais brasileiros estavam dizendo que existia um lugar chamado Xapuri. Neste momento, novamente pela dor, o Brasil se volta para a Amazônia, buscando a resposta. Eu disse um dia desses que, quando o Presidente Lula me convidou para o Ministério do Meio Ambiente, a primeira impressão que tive foi de um desafio muito grande, de que talvez ficar neste Senado, onde se

usa a tribuna para propor, debater os assuntos, como sempre fiz na época do Presidente Fernando Henrique, nos dois anos que fiquei aqui, talvez fosse mais confortável, já aprendi a andar por esses corredores azuis do Senado, mas agradeço a Deus por estar, neste momento, vivendo este momento, porque, se tivesse me recusado a cumprir com esse desafio, não sei que discurso faria no dia do assassinato da Irmã Dorothy, porque fui chamada a dar um conjunto de respostas e as respostas que foram apresentadas à sociedade estavam em fase de implementação. No dia 21, com o governador do Pará, com o governador da Amazonas, com o governador do Acre, do Mato Grosso e do Amapá, iríamos assinar a interdição da BR-163, os quase 5 milhões, 4 milhões de hectares de unidades de conservação, iríamos apresentar para a sociedade aquele esforço. É por isso que a resposta, os próprios formadores de opinião, com muito respeito, em que pesem as críticas que são feitas e que é legítimo fazer, reconhecem que havia um processo estruturado dentro do Governo.

Então, agradeço a Deus por ter trabalhado esse processo e de estar agora com a responsabilidade de cada vez mais intensificá-lo. Os dois mil homens que foram enviados, o Exército que está lá, a Polícia Federal, estão lá para dar cobertura às ações do Incra, às ações do Ibama, às ações do Governo do Estado, que está fazendo, corajosamente, o zoneamento ecológico e econômico.

Se definirmos, **a priori**, que o zoneamento ecológico e econômico, define assim, define assado, ele é uma peça que tem ciência para fazer a identificação das aptidões do solo, da floresta, da biodiversidade, mas ele é sobretudo uma peça de negociação. Sempre digo que, se tivermos o compromisso ético de desenvolver a Amazônia com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural, política, acharemos as respostas técnicas. Boa parte delas já temos.

A Irmã Dorothy pensou no PDS, duzentas famílias. Essa Amazônia tem quantos milhões de quilômetros quadrados? Cinco milhões, é 60% do território brasileiro. Será que não tem espaço para a Irmã Dorothy ter 200 famílias sem precisar vir alguém, fazer o que fez, bancado por pessoas inescrupulosas, que fazem isso? Neste momento, a sociedade brasileira está nos constringendo a todos para dar as respostas que este país precisa.

Agora, meio ambiente não pode mais ser tratado como se fosse um empecilho ao desenvolvimento. Daqui a pouco, estarão apedrejando quem estiver de roupa verde, porque as pessoas começam a dizer que meio ambiente atrapalha, que meio ambiente... Nunca o meio ambiente dialogou tanto com a dinâmica do

desenvolvimento. Mesmo na agenda de hidrelétrica, Senador, agradeço por V. Ex^a estar me dando esta oportunidade. No primeiro ano do nosso Governo, meu presidente do Ibama, foram 145 licenças ambientais no setor de licenciamento. O recorde acontecido tinha sido de 192 licenças, na época do apagão, em que o Governo jogou toda a sua máquina para licenciar, para dar resposta e evitar o apagão que esteve à margem. No ano passado, foram 221 licenças, processos bem construídos, bem negociados com o Ministério Público, com o setor produtivo. Na mesma semana que aconteceu o lamentável assassinato da Irmã Dorothy, na sexta-feira, eu estava em São Paulo, sentada com o pessoal da Abdib, com o setor da infra-estrutura, do setor elétrico, reconhecendo os avanços que tivemos na agenda de licenciamento de 2003 e 2004, negociando o que seria a agenda pró-ativa e assinando um termo de cooperação para 2005.

Em dois lugares estávamos implementando políticas consistentes. Em um lugar, a reação foi de superar os problemas, mesmo com críticas. Às vezes, temos que ter as costas largas, tão largas, que o peso é tanto que desloca a coluna cervical. Mas reconhecemos que houve um processo virtuoso.

Na minha querida Amazônia, no Estado mas rico da Federação, no maior Estado da Federação, na nossa metrópole, que é Belém, eu via que as ações que fizemos provocaram uma reação violenta não porque a Amazônia seja pior que o Brasil, que o resto do Brasil, mas porque estamos encontrando nossas metades para fazer o que deve ser feito. Meio ambiente não pode ser mais um consenso vago. Todos defendem meio ambiente desde que seja no meio ambiente do outro. Defender meio ambiente é defendê-lo na sua fazenda, na sua hidrelétrica, na sua empresa, na sua comunidade. Até a torneira do banheiro, se estiver pingando, está errada. É isso.

Agradeço esta oportunidade, porque, de fato, temos um desafio. O Brasil pode fazer diferente. O Brasil não tem o direito de repetir o erro da Europa, dos Estados Unidos ou de quem quer que seja. Podemos fazer diferente e, com a ajuda de Deus, haveremos de fazer diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Ministra Marina. Por isso, somos cada vez mais fãs seus.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Demóstenes Torres, Relator; Senador Flexa Ribeiro, Vice-Presidente; João Paulo Capobianco, secretário da área florestal; Dr. Marcus Luiz Barros, Presidente do

Ibama; querida Ministra Marina Silva, é muito importante que o Presidente Lula tenha em V. Ex^a uma escolha tão firme e significativa, pois V. Ex^a tem sensibilidade para estas complexas questões do meio ambiente que hoje a preocupam.

V. Ex^a conviveu com tudo aquilo que foi a tragédia de Chico Mendes, sendo uma pessoa que com ele conviveu, que conhecia suas batalhas e que não apenas aprendeu, como nos ensinou. Sou um dos brasileiros que com V. Ex^a aprendi sobre as histórias da floresta, sobre como saber aproveitar bem, sem destruir, a riqueza da floresta, as águas de seus rios, a sua beleza, a sua riqueza, sobretudo para o aproveitamento em benefício do ser humano e de tudo aquilo que existe na floresta, incluindo seus animais e sua riqueza.

No período em que esta Comissão está examinando as razões e tudo o que ocorreu com a irmã Dorothy Stang, mesmo quem não a conhecia, depois de tudo o que ocorreu, aprendeu a admirá-la.

Seria muito importante que V. Ex^a e sua equipe pudessem fazer o que normalmente têm feito. Avalio que, se V. Ex^a tivesse a oportunidade de estar em Anapu, como fez em Porto de Mós, explicaria à comunidade. V. Ex^a acabou de informar que dialogou com 1.500 pessoas que estavam ali debatendo um projeto de características que guardam relação com o que está correndo em Anapu. Isso poderia ser muito útil.

Quando estivemos na audiência pública em Anapu, na Câmara Municipal, ouvindo representantes de fazendeiros, agricultores, diversas entidades, alguns vereadores, o Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal e outros, também ouvimos em Altamira os que, infelizmente, foram responsáveis pelo assassinato, pela tragédia; ouvimos entre eles inúmeras divergências de pontos de vista. Alguns estariam de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Sustentado, outros teriam uma preocupação por causa das características, por não se permitir àqueles que normalmente chegam e avaliam, como o Presidente do Sindicato dos Fazendeiros, que nos descreveu como se chega ali e se resolve demarcar determinada área que vai ser a sua. Como se ele tivesse essa prerrogativa. Mas assim mesmo nos descreveu.

Disse: “Chegamos aqui – eu, como outros que somos aqui do Sindicato – e definimos que a área vai ser aproximadamente essa. Então, a gente vê e a área se torna por aquele sistema”.

E outros, os agricultores da Associação de Água Preta diziam que no PDS não havia a possibilidade de serem donos daquele lugar, como costumam fazer quando tomam posse e com a documentação do jeito que costumam fazer. Daí surgiram da parte deles crí-

ticas um tanto agressivas, por exemplo, ao Incra, ao Governo, a diversas entidades, etc.

Então, hoje tenho a convicção de que V. Ex^a está bem a par desses pontos de vista de conflito e que essa iniciativa que V. Ex^a tem tido de enfrentar, com essa sua forma de explicar as coisas, mesmo ali, onde há divergências, embora isso signifique maior trabalho e seja bastante diferente do que estar aqui, fazendo discurso no plenário, é a forma com que V. Ex^a sempre agiu. Vinha da floresta para o plenário, voltava à floresta e falava as coisas.

Apenas queria pedir a V. Ex^a que possa, brevemente, refletir em que medida está ciente dessas divergências que ocorrem lá no meio. E, a respeito do assassinato da Irmã Dorothy, se V. Ex^a, pelo Ministério do Meio Ambiente e seus respectivos órgãos, porventura, recebeu alguma informação, mesmo que reservada, que possa transmitir à nossa Comissão, que tem a responsabilidade de colaborar, seja com a Polícia Civil, seja com a Polícia Federal, se, porventura, chegou ao conhecimento de V. Ex^a alguma informação de grande relevância para desvendar o assassinato da Irmã Dorothy, bem como daqueles trabalhadores que nessas últimas semanas, inclusive nas proximidades do crime da Irmã Dorothy, também foram assassinados, se V. Ex^a souber de alguma informação, seja agora ou a qualquer momento, inclusive para o conhecimento do Relator desta Comissão, será muito relevante.

Meus cumprimentos a V. Ex^a e a sua equipe

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Dr. Marcos Barros, com a palavra.

O SR. MARCOS BARROS – Sr^a Presidente, apenas um pedido de desculpas por um mal entendido.

Quando usei a seguinte frase em relação ao Senador Flexa Ribeiro, eu disse assim: há lugares na Amazônia onde se precisa de maior presença do Estado. Por exemplo: Novo Progresso, Bico do Papagaio, Labre, Boca do Acre, Manicoré, Ariquemes, General Trauturgo, Ji-Paraná, Sinope, Caracaraí e Unipeque, onde eu nasci, bem como o Juá também precisam do Estado. São vários os lugares do Amazonas que precisam do Estado, da presença de todos nós. Pelo mal entendido, peço desculpas a V. Ex^a, mas era só para dizer que nós todos precisamos estar mais lá, para dar determinada ordem ao espaço, o que sabidamente melhora a questão ambiental, a condição humana e o meio ambiente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero saudar a nossa Presidente. Não fiz homenagens pelo Dia das Mulheres, ontem, portanto quero fazê-lo na

presença de V. Ex^a e também da nossa Ministra, Senadora e companheira Marina Silva. Saúdo os demais, o Dr. Marcos Barros, amazônida e amazonense, e os demais colegas Senadores membros desta Casa.

O Governo Lula já tem duas vitórias, no meu entendimento, neste campo de políticas sociais. Uma delas foi a coragem de pautar a questão da fome em todos os fóruns de que participou, dentro e fora do país, mesmo que muitas pessoas tenham dito que ia pagar mico, que era coisa para inglês ver, como comumente se fala. Mas esse assunto tem sido repetido e, no meu entendimento, começa a ganhar corpo se se criar um fundo mundial para transformar as pessoas em um projeto de todos.

Digo isso porque ouvi um relatório de D. Moacir, uma vez que participou de uma das reuniões do G-7. Quando ele voltou, teria dito que se assustou com o que viu. Quando terminou a reunião, o entendimento era que de todos os projetos dos próximos vinte anos no mundo contemplariam, no máximo, 30% da população. E quando ele perguntou sobre os outros 70%, responderam: o problema não é nosso.

A segunda que considero importante é o que estamos tratando aqui. A situação do debate, da transversalidade dos problemas ambientais, saindo da figuração do que é folclórico, da palavra que era coisa de ecologista para tratar o assunto de maneira muito séria e responsável.

Eu tinha feito um esforço muito grande para que a nossa Ministra pudesse ceder o nosso companheiro Marcos Barros para um debate no ano de 2004. E hoje estou aqui. Parabéns por ter me convencido do contrário; realmente é uma pessoa que tem sido um bastão nesse debate, defendendo o papel de um órgão como esse, fiscalizador, regulador, aquele que perturba, que “enche o saco” e que cobra. Quando não o faz, é responsabilizado por omissão, chamado de corrupto, aquele que está passando panos quentes porque tem alguma coisa de envolvimento. Quando faz, paga pelo contrário, porque atrapalha, não quer o Brasil crescendo e uma série de outras coisas. E, infelizmente, como já muito bem relatado pela Ministra, somos obrigados a tratar de problemas dessa natureza em climas tensos como o de agora, infelizmente.

Queria separar as três áreas que mais me preocupam: as medidas do Governo, as medidas do Judiciário e as medidas do Legislativo. E não quero acreditar que de uma hora para outra vamos solucionar o problema, porque, em todos os livros que li e nos quatro anos do curso de Geografia que fiz, todos os professores me disseram que o problema nasceu quando o primeiro português, Pedro Teixeira, subiu o Amazonas, matando índios. Então, de lá para cá...

Acredito que em quatro anos podemos fazer muitas coisas boas, mas milagre ainda não é possível fazer. É preciso tomar novo rumo.

Eu queria fazer algumas perguntas.

A primeira é dirigida à Ministra, que estava em Porto de Moz, lançando um programa daquela natureza, quando recebeu a notícia do assassinato. V. Ex^a acha que aquele fato significa um confronto com o Governo em virtude da opinião dele a respeito da região?

A segunda é dirigida ao Dr. Marcos Barros.

Fomos a Anapu no dia do sepultamento da Irmã Dorothy. O carro que nos buscou naquele aeroporto improvisado era do Presidente da Associação dos Madeireiros de Anapu, que disse: “Vim aqui para deixar muito claro que nós não temos absolutamente nada a ver com isso aí. Nós, pelo contrário, estamos de acordo com a implantação do projeto, porque o que nos interessa não é terra; é a matéria-prima chamada madeira e tirada de forma legal”.

Ele foi conversando durante o caminho.

Todas as notícias que saíram na imprensa eram no sentido de que os madeireiros tinham a ver com a situação que envolveu a Irmã Dorothy.

A minha pergunta é se V. S^a conhece essas pessoas, se conhece essa associação, esse sindicato, e se concorda – se isso é verdade – que há o interesse vital – é preciso fazer justiça –, de limpar os nomes daqueles que não têm nada a ver com problema. Faço questão de que se diga quem são os empresários e quem são os bandidos travestidos de empresários naquela região.

A outra pergunta é se já existe um plano de uso da área já regulamentada e qual é a velocidade que está sendo imprimida aos planos de manejo daquela região, que aquela comunidade, inclusive o próprio sindicato dos madeireiros, estava cobrando, para continuar trabalhando legalmente.

Eu queria saber se há coincidência entre as diversas medidas que o Governo Federal está tomando e o atual zoneamento proposto pelo Governo do Estado e que a Assembléia Legislativa do Pará votou. Queria saber também se há sobreposição ou, digamos assim, conflito de pensamento sobre as áreas que o zoneamento está acobertando.

Era isso.

Obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Primeiro vou conceder a palavra ao Dr. Marcos Barros. Depois a Ministra Marina Silva concluirá.

O SR. MARCOS BARROS – Sr^a Presidente, Senador Sibá Machado, é importantíssimo para responder à sua indagação primeira que eu registre aqui que no dia da catástrofe eu estava fora do Brasil. Não estive lá

naquele momento. Foram para o local a Ministra, como V. Exª sabe, e, pelo menos, dois ou três dos nossos diretores. Informo, também para registro, que, depois de viajarem trezentos quilômetros de helicóptero, esses diretores se deslocaram quarenta quilômetros para buscar o corpo da Irmã Dorothy.

Então, peço que responda à primeira pergunta de V. Exª, se não houver óbice da Presidência, o Diretor de Proteção Ambiental, que esteve no local após o assassinato. Talvez ele possa nos informar, a mim e a V. Exª, quem são os bandidos e quem são os bons. Na sua indagação...

Quando os diretores fizeram o relato do assassinato, uma coisa, entre muitas, me deixou traumatizado. Eles disseram assim: “Quando chegamos a Anapu com a Ministra, vindo no helicóptero do Exército, vimos que uma parte da cidade chorava e outra parte soltava fogos”. Isso responde, ou começa a responder, à sua indagação. Existe uma parte, que não era um indivíduo, porque, num caso desse, tão traumático, um indivíduo não vai soltar fogos contra 90% da população de uma cidade que gostava, amava a freira, ou 10% que fosse, mas um indivíduo só.

Por esse indício, dá a impressão de que havia o interesse. Não sei a magnitude desse interesse, mas soltar fogos diante do assassinato cruel de uma religiosa, que trabalhava tentando organizar o PDS... São indícios que eu gostaria que a Comissão analisasse. Para mim, diretamente, se fosse possível o nosso Diretor de Proteção Ambiental, Dr. Flávio Montiel, aprofundar o relato seria também interessante.

Quais as medidas em relação aos planos de manejo? Senador Siba Machado, quando a Ministra determinou essa grande ação no que diz respeito ao combate ao desmatamento e se começou a criar esse projeto, não sei se V. Exª recorda – e aqui está o nosso Diretor de Floresta, Dr. Carlos Hummel –, cinco mil pessoas, não quero dizer cinco mil madeireiros, mas cinco mil pessoas, orientadas por determinadas linhas de determinados madeireiros, fecharam a rua onde está o Ibama em Belém com máquinas pesadas, porque tomamos a decisão de dizer: “Parem, assim não dá. Entrar na Amazônia dessa maneira não é possível”. Foi uma atitude extremamente corajosa. Que atitude foi essa? Quer dizer, o Ibama não dará seqüência à exploração madeireira dessa maneira caótica em terras públicas, grilando essas terras. Enfim, é o que todos já sabem, e nós demos um basta a isso. Criou-se uma confusão a ponto de, hoje, o Ministério, em resposta a isso, como bem citou a nossa Ministra, apresentar um projeto de lei que busca dar ordem a esse tipo de exploração.

Quer dizer, paramos os planos de manejo e agora estamos retomando. Inclusive, antes de sair o projeto, por isso a urgência urgentíssima do projeto, antes que ele seja conclusivo, a Ministra e o Ibama estão negociando com os empresários madeireiros. Eles exercem um dever e um direito de pressão, como, por exemplo, fizeram naquela paralisação de Novo Progresso, na BR-163. Estamos dialogando com eles para que não se descumpra o que a Ministra lembrou, a Portaria nº 10. As ações de proteção ao meio ambiente são interministeriais. Um dos exemplos concretos é a ação do Ministério do Meio Ambiente e do MDA em relação à Portaria nº 10, que norteia e ordena isso, que começa a criar um pré-requisito para que o Ibama licencie.

Não posso me estender mais, mas é exatamente no caminho do ordenamento que estamos avançando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Posso lhe esclarecer, Senador, em um minuto. Esta Comissão foi a Anapu, V. Exª, sempre muito presente, não pôde ir, e aconteceu o seguinte: a associação dos madeireiros tinha uma parceria com os PDS. Foi feito um trabalho imenso, do Ibama, do Incra, para dar o licenciamento a esses agricultores assentados, para que, em vez de fazerem a queimada que normalmente um agricultor faz, em vez de queimar a terra para fazer o plantio, fizessem um manejo sustentável da madeira, fornecendo, com isso, matéria-prima a essa associação de madeireiros.

Então, eles são um setor de madeireiros que disseram para nós que inicialmente, há algum tempo, eram contra os PDS, porque há pessoas ali que desinformam em relação aos PDS. Depois que eles tomaram conhecimento, ficaram favoráveis e foram parceiros.

Então, ele participou, estava lá no enterro da irmã Dorothy, chorando também, junto conosco, porque era parceiro e acreditava no PDS. Foi o PDS que, inclusive, viabilizou a madeira para eles, trabalhadores. Por isso não houve a crise em relação à madeira.

Ainda há alguns passos a serem dados. É preciso liberar as ATPFs. Mas esse é um outro processo. É só para lhe esclarecer que sempre tem que se separar o joio do trigo.

Tem a palavra o Sr. Capobianco, por gentileza.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Obrigado, Srª Presidenta. Rapidamente, só para esclarecer a questão do plano de manejo. Desde 2003, o Ibama suspendeu a autorização de novos planos de manejo em terras públicas. Não sei se o senhor sabe – provavelmente sabe – que havia uma prática anterior de se autorizar planos de manejo em terras públicas, mediante somente a apresentação do protocolo de registro de uma intenção de posse numa determinada área. En-

tão, com a simples expectativa de direito, havia uma decisão anterior de se autorizar planos de manejo, ou seja, sem comprovar nenhuma posse. O Ibama suspendeu isso. No entanto, nós temos alguns planos de manejo, aprovados juntamente com o Incra e considerados aptos e que vinham operando legalmente na região, seguindo todos os passos exigidos pela legislação ambiental, sob a fiscalização do Ibama.

Houve uma interrupção de parte desses planos no final do ano passado e agora estão sendo retomados caso a caso, mediante exclusivamente esses poucos planos que possuíam autorização e que vinham operando na forma da legalidade. Não há nenhum novo plano sendo estudado, autorizado em terra pública.

Com relação ao zoneamento do Pará, eu diria, Senador, que, em linhas gerais, o zoneamento coincide com a posição do Ministério do Meio Ambiente, que é a posição da intensificação da produção das áreas convertidas e a proteção e o uso sustentável das áreas não convertidas. Em tese, portanto, eles se combinam.

Mas eu precisaria dizer aqui que registrei isso ao Governo do Pará, diretamente ao Secretariado do Governo do Pará, e que houve uma mudança no mapa do zoneamento, na primeira versão apresentada na Comissão do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, onde foi apresentado o mapeamento, que coincidia, e muito, com as propostas do Governo Federal. Mas o Projeto de Lei que foi à Câmara apresenta algumas diferenças. Eu informei isso ao Governo do Estado, solicitei inclusive que fossem enviados ao Ministério do Meio Ambiente os detalhes dos dois mapas, para que pudesse haver um entendimento do porquê da mudança. Inclusive porque ali há uma certa divergência, principalmente na região da área de influência da Terra do Meio. Entre os dois mapas, houve uma mudança com a qual nós não podemos concordar.

O SR. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Dr. Flávio Montiel, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama. Até por causa da Ministra também, vamos tentar fazer uma audiência hoje. Vai ser melhor.

O SR. FLÁVIO MONTIEL – Rapidamente, respondendo à pergunta do nobre Senador, nós já vínhamos há algum tempo atuando na região e temos informações precisas, que inclusive foram repassadas para a Presidência desta Comissão, trazendo um histórico de todos aqueles que, de alguma forma, atuaram ilegalmente, realizando desmatamentos ilegais. Há um conjunto de autos de infrações que foram repassados, também, para a Presidência desta Comissão.

Especificamente, com relação ao Sindicato dos Madeireiros, nós também, nesse trágico dia, estivemos na região, em Anapu, e pudemos dialogar com esse representante, o Sr. Levino. De fato, pelo histórico que temos de negociação e de discussão sobre como definir uma extração regular da madeira na região dos PDSs, eles são parceiros desse processo. De forma alguma, infelizmente, pelo que foi divulgado na mídia, às vezes até de modo até precipitado e equivocado, eles não têm participação nesse trágico episódio. E nós temos, nesses relatórios que foram deixados com a Presidência, o nome daqueles que estão envolvidos de uma certa forma. O próprio mandante do crime é uma pessoa que foi autuada duas vezes, em 2003 e 2004, pelo Ibama, totalizando quase R\$3 milhões. Portanto, essas informações já estão disponíveis junto à Presidência da Comissão e nós acreditamos que, no caso específico, o sindicato de madeireiros de Anapu é um parceiro na busca por alternativas sustentáveis para a exploração madeireira da região.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra à Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Muito rapidamente, quero agradecer à Comissão, a nossa Presidente, aos nossos Senadores, tanto os que estão na Mesa quanto ao Senador Suplicy, ao companheiro Sibá Machado, enfim, pela promoção dessa discussão, visando contribuir para esclarecer o trágico acontecimento, mas também tocar uma agenda de ações que possa dialogar com as expectativas da população do Estado do Pará.

Eu diria que, além das ações que já foram mencionadas aqui, nós temos que pensar os próximos passos no sentido do reforço a essas ações. Tudo que estamos fazendo é reforçar essas ações: continuar na implementação do plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia, no seu segundo ano de implementação, com a forte expectativa de que este ano haja uma queda no índice de desmatamento; as audiências públicas que começarão em maio do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, coordenado pelo Ministro Ciro Gomes, com a participação da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente; o plano de desenvolvimento sustentável da área de abrangência da BR 163, cujas consultas públicas já serão realizadas em abril; a aprovação do projeto de gestão de floresta pública.

E quero pedir aos nossos Senadores que liderem essa discussão. Nós procuramos aprender com os países que trabalham com florestas, inclusive com as agências que já temos neste País, que fazem concessão de recursos naturais. No nosso caso, não é uma agência, mas o Serviço Florestal Brasileiro, dentro

do Ministério do Meio Ambiente, que terá uma ação complementar na parte do controle dos contratos, das licitações, das concessões de florestas públicas. Terá uma ação complementar ao que faz o Ibama no que concerne ao licenciamento, à fiscalização e à aprovação dos planos de manejo.

Esse projeto é um passo inovador na discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento e, por último, a criação de um programa de desenvolvimento sustentável das populações tradicionais para todo o Brasil, mas que terá uma grande repercussão na Amazônia.

Agora em março, haverá uma reunião dessas comunidades e queremos criar, com recursos do Governo brasileiro, um programa de desenvolvimento para essas comunidades que durante a maior parte do tempo contaram com o bem-vindo recurso da cooperação externa, mas, em face do sucesso dos programas experimentais, dos programas-piloto que foram desenvolvidos ao longo desses anos com recursos do PPG 7, é mais do que o momento de termos um programa no nosso PPA e que sejam vultosos os recursos para essas comunidades, porque elas prestam um serviço ambiental e social imprescindível, sobretudo no caso da Amazônia.

Quero mais uma vez cumprimentar a Senadora Ana Júlia e dizer que o Ministério do Meio Ambiente estará sempre à disposição de V. Ex^{as}, tanto por intermédio dos secretários quanto das nossas vinculadas: o Jardim Botânico, a Agência Nacional de Águas e o Ibama.

Nós estamos aqui, além do Presidente do Ibama, com vários diretores; dois deles são funcionários de carreira do Ibama: o Dr. Hummel e o Dr. Rômulo. Eles não são daquela lenda “Rômulo e Remo”, mas é uma coisa muito parecida. E sempre faço questão de dizer que não posso praguejar contra a minha equipe, porque tive a liberdade de escolhê-la; eu não posso praguejar contra a herança, porque o meu antecessor é uma pessoa com quem eu trabalhava e continuo trabalhando, que é o Ministro Sarney Filho, Deputado do PV, que tem me ajudado muito. Inclusive, algumas pessoas já estavam no Ministério e continuaram lá me ajudando. De sorte que temos feito um trabalho pensando no País. Para mim, essa é a melhor forma de ajudar os Governos, porque os Governos passam, eu vou passar, o Presidente Lula um dia vai passar. Vejam que sou menos ambiciosa, não é? Temos que pensar na perspectiva de País.

Quando chegamos, tínhamos um grande desafio. Por exemplo, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, havia 70 pessoas de carreira, de um total de mais de 900 funcionários. Naquele momento pensei em deixar na estrutura do Ministério do Meio Ambiente os

funcionários públicos para o setor ambiental, porque não é razoável a contratação de pessoal em caráter temporário, uma vez que a toda hora saem pessoas. É claro que, se encontram algo melhor, mais seguro, as pessoas vão saindo. Foi feito um esforço muito grande por parte do Presidente Marcos Barros porque, no setor de licenciamento ambiental, havia 90% de contratados temporários e apenas 10% de pessoal do quadro. Agora, 90% do pessoal pertence ao quadro efetivo do Ibama, e só 10% são pessoas de contratos temporários. É uma inversão, digamos assim, na expectativa de um serviço público de qualidade e eficiente e com a sensibilidade de unir meio ambiente, desenvolvimento e a questão social, o que tem a ver com a gênese da luta de todas as pessoas que estão no Ministério.

Senador, para concluir, uma das grandes críticas que recebemos é a de somos ambientalistas no Ministério do Meio Ambiente. Considero isso meio paradoxal porque se espera que o Ministério da Educação tenha muitos educadores, que no Ministério da Fazenda haja muitos economistas e, no Ministério da Agricultura, muitos agrônomos. Mas no caso do Ministério que ocupo recai a crítica de que lá trabalham muitos ambientalistas, e não há como ser diferente, porque, se assim o fosse, eu não poderia ser Ministra do Meio Ambiente.

Agradeço aos senhores e a esta Casa por que tenho carinho e respeito. Durante oito anos vivi aqui, fazendo os grandes debates.

O Senador Josaphat Marinho, de saudosa memória, sempre dizia: “Senadora, a senhora é uma unanimidade, até que digamos mas.” Todo mundo concordava, concordava, até que alguém dizia: mas, minha filha, isso é para mais adiante. E ele brincava muito porque tínhamos uma amizade e um respeito muito grandes.

Creio que não precisamos mais colocar o mas. Estamos encontrando um ponto de equilíbrio porque é possível, como disseram os senhores, encontrar uma resposta para o desenvolvimento com sustentabilidade social, ambiental e econômica. Não é pecado buscar o lucro econômico. Pelo contrário, isso pode ser feito de forma majestosa. Existe o lucro intangível, que não tem preço e que mobiliza corações. Um exemplo disso é comprar uma mesa sabendo que ela não está manchada com o sangue da Irmã Dorothy.

Eu, juntamente com o Governador do Estado de São Paulo e o Prefeito de São Paulo, participaremos de uma atividade em que S. Ex^{as} vão assinar um decreto para que façam compras verdes no Estado. Eles querem que a madeira que comprarão dos planos de manejo da Amazônia seja certificada, porque lá é realizado o manejo florestal.

Oitenta por cento da madeira produzida na Amazônia é consumida no Brasil. Se os brasileiros começarem a se perguntar como foi feita uma cadeira e qual a sua origem, com certeza, as pessoas passarão a produzir de forma melhor. E existem muitos homens e mulheres de bem querendo produzir com sustentabilidade e, principalmente, com ética.

Creio que estamos no caminho. Não é preciso nem fazer um caminho diferente, como dizia o poeta Tiago de Melo. É só uma nova maneira de caminhar.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Agradeço à Ministra Marina e ao Dr. Marcos Barros, Presidente do Ibama.

Eu gostaria de colocar em votação duas questões.

Primeiro, proponho, até por orientação dos assessores que foram antes lá, que ouçamos reservadamente uma única pessoa a mais: o técnico Geraldo Magela.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Solicito também os inquéritos dos outros dois trabalhadores assassinados na região.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Em relação à cópia desses inquéritos, trago uma sugestão do Senador Eduardo Suplicy, que, hoje pela manhã...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – E do Senador Flexa Ribeiro também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Justamente. Embora a Comissão tenha sido composta especificamente para acompanhar o caso da Irmã Dorothy, naturalmente, podemos solicitar providências em relação aos demais assassinados, pedindo, inclusive, ao Ministério Público que faça esse acompanhamento de forma permanente.

Tenho uma preocupação, Sr^a Presidente. Na semana que vem, o prazo da Comissão já estará esgotado. Acredito que já estamos em condições de concluir os trabalhos e elaborar o relatório, apresentando sugestões, cobrando providências e fazendo uma análise de tudo aquilo que ouvimos acerca da questão ambiental e fundiária. Minha preocupação, agora que aprovamos a oitiva do técnico – que concordo ser imprescindível –, é a de que talvez tenhamos que extrapolar o prazo.

Se conseguíssemos ouvi-lo amanhã – não sei se é possível –, quem sabe, com nossos técnicos, já não começaríamos a trabalhar nesse relatório para tentar concluir os trabalhos desta Comissão de forma inédita, dentro do prazo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Demóstenes Torres, as oitivas do Presidente do Iterpa e do Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia ficariam suspensas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Também considero prejudicado até o convite ao Ministro Rossetto, porque, afinal de contas, já ouvimos o Presidente do Incra. Creio que S. Ex^{as} guardam sintonia, como guardam sintonia também as opiniões do Presidente do Ibama e dos demais Secretários da Ministra com a opinião da Ministra.

Se ouvíssemos o técnico, já teríamos condições de trabalhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E poderemos fazer o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Gostaria de fazer uma ponderação: o Geraldo Magela está em um programa de proteção porque é um dos ameaçados. Assim, já podemos começar a montar o relatório. Isso não nos impede, porque temos um volume imenso de informações. Esta Comissão trabalhou muito; recebemos muito material.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, assim, sugiro que amanhã façamos uma reunião de trabalho com os Senadores componentes da Comissão para discutir o que deve conter o relatório antes de redigi-lo. O nosso prazo é de trinta dias ou de um mês?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Trinta dias.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Então, temos até o dia 18 de março.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sexta-feira que vem.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Daremos conta de concluir o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Também acredito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Está marcada a reunião para amanhã?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está marcada para amanhã, dentro das nossas possibilidades.

Agradeço muito a presença dos outros Diretores do Ibama.

Sr^a Ministra, estamos muito felizes. Sei o que é uma disputa de modelo de desenvolvimento na Amazônia. É uma disputa, muitas vezes, desigual pela impen-

sa e por setores da elite. Há paraenses que nasceram no Pará, como eu, mas que aplaudem ações abusivas, infelizmente, venham de fora ou não. Não podemos também ser maniqueístas: os que vêm de fora são ruins e os que nasceram aqui são os bons.

Como disse a irmã de Notre Dame, a Irmã Dorothy não foi enterrada, mas plantada. Já vamos colher os frutos, transformando esse episódio em um marco na história do desenvolvimento da nossa região e do Pará.

Encerro esta audiência pública realmente feliz por ver os passos importantes que, depois de tantas décadas, estamos dando nessa direção. Como falou o Senador, há um anseio do próprio setor produtivo, que apoiou tantos Presidentes, mas foi preciso vir um Presidente trabalhador para colocar em prática esse plano da Amazônia Sustentável.

Muito obrigada.

Está encerrada esta reunião de audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 20h52min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 8ª Reunião realizada em 15 de março de 2005

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e oito minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Otávio, Demóstenes Torres e Serys Slhessarenko, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, "com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a presente reunião, indagando aos presentes se é necessária a lei-

tura das Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias vinte e dois de fevereiro, oito e nove de março do corrente ano, que são dadas como lidas e aprovadas. A Senhora Presidente comunica ao plenário que a presente reunião destina-se a ouvir os esclarecimentos do Técnico Agrícola – **Geraldo Magela de Almeida** e apresentação de requerimento. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação o requerimento, de sua autoria, requerendo a prorrogação dos trabalhos desta Comissão por mais dez dias, para conclusão e deliberação de seu Relatório Final, tendo sido aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento a Senhora Presidente solicita que seja apresentado aos presentes uma filmagem, em CD-Rom, com a palestra do Ministro Miguel Rossetto, no Estado do Pará; ocasião em que aparece um homem, de nome Efraim, em atitude ameaçadora. A Senhora Presidente propõe e é aceito, entregar cópia em CD-Rom à CPML da Terra, à Polícia Civil do Estado do Pará, à Polícia Federal, aos Ministério Público do Estado do Pará, bem como ao Procurador-Geral da República. Dando prosseguimento a Senhora Presidente comunica que a presente Reunião Pública irá se transformar em caráter reservado, destinando-se a ouvir o Senhor Geraldo Magela de Almeida. Ato contínuo, a Presidência convida para tomar assento à Mesa dos trabalhos, o Senhor Geraldo Magela, concedendo-lhe a palavra para dar início à sua exposição. Fizeram uso da palavra, para questionar o Senhor Geraldo Magela, os Senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy. A Presidência sugeriu e foi aprovada pelos presentes, a remessa das notas taquigráficas da presente reunião reservada à Polícia Federal, Polícia Civil do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará, Procurador-Geral da República e à CPML da Terra, com a recomendação de que o referido depoimento fosse mantido em caráter sigiloso. O Senador Eduardo Suplicy sugeriu à Presidência que enviasse comunicado à Polícia Civil do Estado do Pará, informando sobre o álibi do Sr. Geraldo Magela, em relação ao assassinato do Sr. Adalberto. A Senhora Presidente agradece a presença do técnico agrícola pela contribuição dada à esta Comissão e solicita seja agendada nova reunião de trabalho para amanhã, dia dezesseis de março do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Irani Ribeiro*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 8ª Reunião da Comissão Externa criada pelo Ato nº 8, do Sr. Presidente do Senado Federal, com o objetivo de acompanharmos, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e de apresentarmos ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Esta reunião terá dois momentos. No primeiro, em caráter reservado, ouviremos o Sr. Geraldo Magela de Almeida Filho, Técnico Agrícola do Estado do Pará.

Indago aos Senadores se consideram necessário ler as atas das reuniões anteriores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das atas pois elas são do conhecimento de todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as atas das reuniões anteriores.

Há requerimento assinado solicitando a prorrogação dos nossos trabalhos por dez dias. Proponho que o aproveemos por causa da possibilidade de haver fato novo. Se não houver, concluiremos os trabalhos esta semana.

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Tendo em vista que, na próxima semana, comemora-se a Semana Santa, teremos trabalhos apenas até quarta-feira, pergunto até que dia está sendo prorrogado o prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Por dez dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Apenas dez dias?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Dez dias a contar do dia 18, ou seja, até dia 28, na outra semana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Conte dez dias por causa também da Semana Santa.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Recebemos uma filmagem importante. Proponho que a Comissão a assista; são alguns minutos apenas. Não pudemos assistir a esse filme no momento em que

foi solicitado, porque, naquele dia, a reunião da Comissão demorou muito. São apenas alguns minutos.

Gostaria de que a técnica passasse à exibição do filme que nos foi dado pelo Presidente do Incra.

Por favor, apaguem a luz.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Senador, assistindo a essa fita, fica claro... Creio que devíamos saber da Polícia se esse cidadão está sendo investigado porque, no momento em que o Ministro fala em construir uma nova agenda, uma agenda de paz, ele diz que agora vai começar a agenda de morte, de violência. Isso é realmente bastante preocupante.

Por isso, proponho que entreguemos esse vídeo, inclusive, para a própria CPMI da Terra, que vai aprofundar as investigações sobre a questão da violência. Especificamente, ele, num momento, fala de começar a agenda de violência; no outro, acusa a Irmã Dorothy de estar incentivando...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Vamos remeter uma cópia para a Polícia Civil; outra, para a Polícia Federal e para os dois Ministérios Públicos para que eles dêem destinação a essa fita, para investigação ou algo semelhante.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Então, em votação essa proposta do Senador Demóstenes para enviarmos a fita às duas Polícias, aos dois Ministérios Públicos e à CPMI da Terra.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Neste momento, vamos ouvir – e vou solicitar a compreensão de todos –, em reunião reservada desta Comissão,

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA
POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA
MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 9ª Reunião realizada em 23 de março de 2005

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e vinte minutos, na

sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko, e Siba Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, *“com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”*. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, comunicando ao plenário que a mesma destina-se a apresentação do Relatório Final desta Comissão Externa, para que, lido com antecedência, possa ser discutido, votado e apresentado à imprensa na próxima terça-feira, dia vinte e nove do corrente. A Senhora Presidente considerou profícuos os trabalhos realizados por essa Comissão e passa a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, que expõe sobre o conteúdo do presente Relatório, declarando estar aberto à recepção de sugestões por parte dos membros da Comissão. A Senhora Presidente solicita que sejam distribuídas cópias do Relatório a todos os membros para que possam ter conhecimento do seu conteúdo com antecedência e marca reunião para a próxima terça-feira, dia vinte e nove do corrente e aprova previamente o texto do Relator. Dando prosseguimento, o Senador Flexa Ribeiro solicita a palavra, pela ordem, indagando se as outras mortes constam do presente Relatório. O Senhor Relator informa que foram solicitadas as cópias dos inquéritos, mas que a Comissão não pode parar e que inclusive este assunto poderá ser discutido na próxima terça-feira. A Senhora presidente coloca-se a disposição para receber toda e qualquer documentação formal sobre captação de recursos para preservação ambiental, conforme sugestão do Senador Flexa Ribeiro. Ato contínuo, a Presidência convoca uma primeira reunião para terça-feira, às nove horas da manhã para discussão e votação e às quinze horas para apresentação do Relatório Final à imprensa e ao Presidente do Senado Federal, com vistas a acolher as sugestões enumeradas no texto final. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Irani Ribeiro*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, vamos

abrir a reunião que objetiva apresenta o pré-relatório. Em conversa com o Relator, Senador Demóstenes, a quem agradeço, S. Ex^a me mostrou o pré-relatório, tomando o cuidado de fazer algo que seja uma síntese do que a Comissão fez.

Então queria dizer que nós vamos aprovar esse pré-relatório da forma como está. Terça-feira poderemos lê-lo e entregá-lo à imprensa.

Passo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, o objetivo da entrega deste pré-relatório, digamos assim, é para que os Senadores possam previamente fazer uma análise. Sugiro que ele seja pré-aprovado. É um relato sobre as nossas viagens, a interlocução que tivemos com autoridades e pessoas da área, inclusive com os delinquentes, o acompanhamento que fizemos do inquérito policial, o trabalho que a Polícia Civil do Pará e a Polícia Federal desempenharam na região, o entendimento que temos a respeito desse trabalho, as sugestões que foram acopladas ao nosso relatório e o nosso trabalho que acabou fazendo com que autos complementares fossem instaurados pela Polícia Civil do Pará e pela Polícia Federal, a fim de descobrir o suposto mandante, a solicitação de acompanhamento pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual desses autos complementares, as sugestões para que o Estado esteja cada vez mais presente, como pode ser resolvido o problema agrário, ou pelo menos minimizado, o combate às fraudes que ocorrem dentro dos cartórios e uma série de outras atividades e sugestões, como a solução para a questão ambiental e sugestões para os Ministérios.

Então é um trabalho que envolve mais ou menos 60 páginas, que, se aprovado pelos Srs. Senadores, eu gostaria de passar às mãos da Presidência, para que seja distribuído. E poderíamos agendar para terça-feira pela manhã uma reunião para fazer a leitura do relatório para a Comissão, quando afinaríamos o texto final. No mesmo dia, às 15 horas, poderíamos fazer a leitura para toda a Comissão, para a discussão, aprovação e apresentação do texto à imprensa e ao público. Em seguida, faremos a entrega ao Presidente Renan Calheiros, para que S. Ex^a possa encaminhá-lo às autoridades competentes.

É isso, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Concordo com V. Ex^a em aprovar previamente o relatório, que submeto à discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Quem concorda permaneça como está.

Nós o aprovamos previamente, mas não vamos divulgá-lo ainda, o que faremos na terça-feira, inclusive quanto às propostas, para que o Governo Federal e o Governo Estadual garantam recursos suficientes para que essas ações sejam efetivamente realizadas naquela região, onde esperamos possa haver paz e tranquilidade, que é o nosso objetivo maior.

Sendo assim, convoco a próxima reunião para terça-feira, de manhã cedo, a fim de aprovar o relatório e entregá-lo ao Presidente Renan Calheiros e à sociedade como um todo, fruto do trabalho extremamente profícuo realizado por esta Comissão do Senado da República.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidente, uma questão de ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Deixe-me explicar-lhe, Senador Flexa.

Nós decidimos marcar uma reunião para terça-feira. O relatório foi previamente apresentado, para que, terça-feira de manhã, depois que todos os Senadores tomarem conhecimento, possamos aprovar o texto final e entregar, às 15 horas, ao Presidente do Senado e à sociedade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de perguntar ao Senador Demóstenes, nosso Relator, de quem não tenho dúvida quanto ao brilhantismo e à competência em relação ao relatório final do acompanhamento das investigações, se faz referência o relatório ao acompanhamento do assassinato dos outros dois brasileiros que ocorreu em Anapu, após a morte da Irmã Dorothy, conforme pedimos na primeira reunião.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr. Senador, como temos por objetivo o acompanhamento do caso do assassinato da Irmã Dorothy, uma vez que a nossa Comissão foi criada para isso, e como houve dois outros assassinatos, além de tantos outros, solicitamos a cópia desses inquéritos, a qual ainda não chegou. Nossos trabalhos não podem ser paralisados por conta disso, então estou sugerindo enviar um expediente ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, a fim de que eles façam o acompanhamento desses inquéritos, de modo que tenham o mesmo suporte que teve o que investigou o assassinato da Irmã Dorothy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso faz parte do relatório, Senador Demóstenes?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Faz parte do relatório, embora algumas questões... Eu fiz um relatório prévio, mas pretendo discutir algumas questões como essa mais profundamente na terça-feira pela manhã. Até sugeriria a todos os Senadores que quaisquer outras questões – por isso

estou distribuindo previamente, a fim de que terça-feira façamos as retificações e ajustes necessários – que tivermos que colocar ou retirar do relatório possamos fazer aqui na Comissão, na terça-feira, sem qualquer problema. Qualquer outra questão, pendência ou sugestão será muito bem-vinda, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou encaminhar à Presidência e ao Relator uma solicitação. Foi feito ao Governador Simão Jatene e, evidentemente, à sociedade paraense um compromisso do Governo Federal de transferência de R\$12.500 milhões ao Governo do Estado para suporte no atendimento da área de segurança pública, e até hoje esse recurso não foi encaminhado ao Estado do Pará. Esse compromisso foi feito exatamente em Anapu, por ocasião do assassinato da Irmã Dorothy.

Eu gostaria que essa questão também fizesse parte do relatório, porque podem voltar a acontecer episódios lamentáveis como esses por falta de atendimento, de recursos e de segurança pública no Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Pode mandar o expediente, Senador, porque nós faremos constar. Inclusive, logo de início, a Senadora Ana Júlia fez alusão a esses recursos e a outros que o Governo Federal com certeza deverá alocar para solucionar problemas na área de segurança pública, do conflito agrário e da preservação ambiental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço, Senador Demóstenes. Só espero que essa alocação de recursos não ocorra depois de outro incidente tão lamentável como este.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Todos esperamos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Eu havia dito que o relatório deve sugerir que cada uma das esferas de poder garanta recursos necessários à sua área de atuação; na área federal, em relação à regularização fundiária, garantir recursos para isso.

Porém, Senador Flexa, esse tipo de questão só poderá constar do relatório se tivermos um documento, porque o relatório é fruto das investigações, dos documentos que nós recebemos, das entrevistas que nós fizemos, das audiências públicas, inclusive dos filmes que nós recebemos aqui.

Um compromisso como esse deve ter sido registrado, então precisamos desse registro formal. Portanto solicito a V. Exª que o Governador ou quem esteve nessa reunião e recebeu essa garantia mande para nós formalmente. Estamos inserindo nesse documento o que formalmente nos disse o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio dos seus representantes, e solicitando ao Governo Federal que garanta recursos

para todas essas ações que foram citadas pela própria Ministra Marina Silva, pelo Presidente do INCRA e por outros representantes dos órgãos.

Então quero lhe dizer que terei o maior prazer de acrescentar isso, porque faremos também solicitações ao próprio Governo de Estado, em relação àquilo que é de sua competência tanto na área de segurança pública, em termos de presença da polícia e de como ela deve agir, quanto em relação ao Iterpa e à Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Portanto solicitaria que esse documento chegasse à Comissão formalmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O pedido de V. Exª será atendido, tanto em relação ao documento das verbas federais quanto ao que já foi investido pelo Governo Estadual na área de segurança pública não só no caso específico de Anapu, como em todo o Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a aprovação prévia desse relatório, encerramos a reunião, solicitando aos Senadores que na terça-feira, às 9 horas, realizamos a próxima reunião sem falta, para que possamos discutir e aprovar esse relatório. Às 15 horas, vamos aprovar o relatório final e formalizar a sua entrega tanto ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que instituiu esta Comissão, quanto à sociedade como um todo, que, com certeza, aguarda esse relatório, para que possamos dar uma satisfação à sociedade brasileira sobre o trabalho profícuo desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião, marcando as duas próximas para terça-feira, sem falta.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 9h35min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA
POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA
MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 10ª Reunião realizada em 29 de março de 2005

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinquenta e dois minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob

a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”. Presente também a Deputada Luci Choinacki, não membro, Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, comunicando ao plenário que a mesma destina-se a ler, discutir e votar o Relatório Final desta Comissão Externa. A Senhora Presidente colocou em votação a Ata da reunião anterior que foi considerada aprovada. A seguir passa a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, que expõe sobre o conteúdo do presente Relatório. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Parlamentares: Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Suplicy, Senador Flexa Ribeiro e Senadora Fátima Cleide. Após discussão da matéria a Senhora Presidente, Senadora Ana Júlia, suspendeu por alguns minutos a presente reunião a fim de transformá-la em caráter reservado. Ao reabrir os trabalhos da reunião a Presidência convoca uma próxima reunião para quarta-feira, dia trinta do corrente, às nove horas da manhã para reunião de trabalho, em caráter reservado e às treze horas e trinta minutos para leitura, discussão e votação do Relatório Final. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Irani Ribeiro*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Externa, criada mediante Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado Federal, com o objetivo de acompanhar como observadora as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que esta reunião destina-se à discussão e votação do relatório final e, após a sua aprovação, vamos entregá-lo nas mãos do Presidente do Senado, que criou esta Co-

missão, em solenidade agendada para as 15 horas de hoje.

Pergunto aos Srs. Senadores se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 23 de março do corrente ano, ou se podemos considerá-la como aprovada. (Pausa)

Havendo esse entendimento, consideramos como aprovada.

Quero fazer um esclarecimento: na última reunião desta Comissão, ficou decidido que, para a discussão e votação do relatório – e aqui está o Senador Demóstenes Torres para confirmar, porque, inclusive, foi S. Ex^a que levantou a questão, como Relator –, esta reunião fosse reservada em relação à transmissão. Sendo assim, precisamos primeiro abrir publicamente e, depois, fechar esta reunião. Quero dizer que a partir deste momento esta reunião passa a ser...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Pois não, Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Só para esclarecer que, como é uma reunião de trabalho, se fizéssemos a discussão pública, naturalmente, às três da tarde, não teríamos mais nada a apresentar. Então podíamos fazer realmente uma reunião de trabalho, para discutir temas que podem sair, podem entrar, se vamos ou não protelar em decorrência do acontecido no Pará, com a prisão do principal mandante, e V. Ex^a certamente fará um relatório sobre as diligências que fez no Estado do Pará. Então, temos algo para deliberar: se vamos realmente apresentar esse relatório hoje, se podemos adiá-lo por mais dois ou três dias, ou se, com o que já temos, podemos encerrá-lo efetivamente.

Como se trata de uma reunião de trabalho, uma reunião em que discutirão termos do relatório, para que ele seja apresentado absolutamente aprovado por nossa Comissão, eu sugeriria que esta reunião fosse em caráter reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – O Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra pela ordem, sobre os encaminhamentos desta reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de solicitar ao Relator, Senador Demóstenes Torres, que, mesmo sendo uma reunião de trabalho, ela não fosse reservada, mas pública, como têm sido todas as reuniões da Comissão. A única reunião reservada que tivemos foi para ouvir o depoimento do Geraldo Magela, que solicitou que seu depoimento fosse tomado numa sessão reservada, com a presença apenas dos membros...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Senador, esta é uma reunião de trabalho, aqui vamos discutir erros de português do relatório... Creio que não há nada de mais se for pública. Se todos concordarem... É uma reunião de trabalho, e não de discussão ou de aprovação. Vamos ler o relatório e aprová-lo ou rejeitá-lo às três horas da tarde. Agora faremos uma discussão de trabalho; vamos trabalhar por uma, duas, três horas para saber o que vamos fazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nós vamos realizar outra reunião às três horas da tarde?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Podemos fazer ou não. Esta é uma reunião de trabalho, preparatória, para apresentação do relatório final. A Senadora Ana Júlia tem um relatório a fazer, a Comissão pode decidir ir ou não ir ao Pará novamente, para ouvir o mandante. Em decorrência do que S. Ex^a apresentar, o relatório poderá ser modificado. Podemos precisar de mais um ou dois dias para apresentá-lo. São questões internas. O que o público poderia saber ele já sabe; a sugestão de relatório foi distribuída previamente. Então é uma reunião para trabalharmos o relatório, mais nada. Não há nada a esconder de quem quer que seja. Se quiserem trabalhar em público, com todas as discussões e alguns desentendimentos, será correto, mas acredito que nem a imprensa nem ninguém quer saber exatamente o que estamos discutindo aqui, parágrafo por parágrafo. Ao público, interessa o que vamos concluir. Não temos nada a esconder de quem quer que seja. Se quiserem fazer, estamos às ordens.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, temos uma limitação, porque acredito que muitos dos presentes gostariam de participar, daqui a pouco, da audiência com o Ministro Antonio Palocci, que é de enorme importância. Penso que, por volta das 10h15, a reunião deverá se iniciar.

Por outro lado, a nossa Comissão passou por um episódio de enorme relevância. Aliás, eu gostaria de cumprimentar A SRA. Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, pela iniciativa, que contou com todo o meu apoio.

Quando estivemos em Altamira, naquele restaurante, para provar o Tucunaré, V. Ex^a há de lembrar que estávamos ali dialogando, quando uma pessoa da Polícia Federal disse: "Está passando o advogado do Tato". Eu disse que talvez ele estivesse querendo conversar conosco. Eu, então, disse à Senadora Ana Júlia Carepa que talvez estivessem os advogados tanto do Tato quanto do Bida interessados em, even-

tualmente, dialogar com a própria Comissão. Eis que acabou surgindo o diálogo entre a Senadora Ana Júlia Carepa, como Presidente da nossa Comissão, e os advogados, tanto do Tato quando do Bida. Considerei muito importante que houvesse um diálogo, para que tanto um quanto outro pudessem dar esclarecimentos diretamente à nossa Comissão, para que, então, pudessem fazer aquilo que acabou acontecendo, ou seja, eles se entregarem à Polícia Federal.

A Senadora Ana Júlia Carepa atuou com muita determinação e vontade. S. Exª procurou sempre manter o diálogo com o Senador Demóstenes Torres, que não pôde se deslocar, porque era uma impossibilidade, no Sábado de Aleluia, de madrugada, conseguir um voo de Goiás para onde a Senadora se encontrava.

Sugiro que a Senadora, se possível antes da chegada do Ministro Antonio Palocci, faça-nos um relato muito brevemente, porque este relato constituirá um acréscimo importante àquilo que o nosso Relator, Senador Demóstenes Torres, terá para o seu próprio relatório. A partir das informações que a Senadora Ana Júlia Carepa puder nos dar, teremos os elementos para avaliar se poderemos concluir os nossos trabalhos ainda na tarde de hoje ou, eventualmente, se solicitaremos alguma providência adicional.

Então, a minha sugestão é ouvir a Senadora Presidente, se possível muito sinteticamente – para, em seguida, ouvir o Ministro Antonio Palocci – quanto ao que aconteceu no Pará, em decorrência da atuação muito firme de nossa Presidenta. É a sugestão que formulo a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas temos uma questão que foi colocada antes, Senador Eduardo Suplicy, que é o fato de nós termos decidido que esta seria uma reunião fechada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu sugiro que neste momento V. Exª faça um relato aberto, e se houver alguma questão reservada, então...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há uma questão reservada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, façamos em duas partes: uma aberta, em que V. Exª poderá relatar inclusive para a TV Senado e, em seguida, a parte reservada. Então, eu pediria que a Secretaria nos avisasse quando o Ministro Palocci chegar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Solicito que a Secretaria entre em contato com a Comissão de Assuntos Econômicos e peça ao Secretário que, assim que o Ministro Antonio Palocci chegar, nos avise.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se o Vice-Presidente concordar com a minha sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concordo com a sugestão do Senador Eduardo Suplicy. Tenho apenas uma preocupação e gostaria de ouvir a respeito a Senadora Ana Júlia Carepa, nossa Presidente.

Preocupa-me muito que esta Comissão Externa, que tem uma missão nobre, de acompanhar as investigações que venham a esclarecer o assassinato da Irmã Dorothy e, como disse desde o princípio, os outros assassinatos que aconteceram ao mesmo tempo não se politize. A preocupação é de que ela venha a se politizar e que o Governo do Estado do Pará seja vitimado em função de ações que não decorrem diretamente de sua responsabilidade, e sim da responsabilidade do Estado brasileiro como um todo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu vou chegar lá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Como temos um problema de tempo, estou só pedindo que atentemos para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Qual é o tempo que V. Exª me concede para usar da palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Para uma questão de ordem, o tempo é de um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu só gostaria de saber o seguinte: como membro desta Comissão, tomei conhecimento pelo jornal **Folha de S. Paulo** de que, na negociação que a Presidente da Comissão teve com o mandante do crime... Eu não poderia fazer parte da missão que o prenderia na Transamazônica, porque eu era um Senador ligado ao Governado Simão Jatene, do PSDB do Pará. Então, no mínimo, não há lógica em um pedido desse tipo de uma pessoa que se diz analfabeta, que diz não saber ler e escrever...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu ainda não terminei. V. Exª está me cassando a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Eu quero alertá-lo para o fato que é preciso haver uma questão de ordem aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu estou perguntando a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas essa não é uma questão de ordem sobre os procedimentos do trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então sugiro, Senador Flexa Ribeiro, que a Senadora Ana Júlia, em seu relato, fale sobre o que aconteceu e esclareça todos os pontos de maneira...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Isso, peça desse jeito...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero fazer um apelo a nossa Presidente: que S. Ex^a, ao relatar, leve em consideração a sua preocupação. Eu tenho a confiança, Senador Flexa Ribeiro, de que o Senador Demóstenes Torres, por todo procedimento que tem tido, inclusive com muita harmonia conosco e com V. Ex^a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não me refiro ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou expressando a minha confiança no parecer do Senador Demóstenes, por toda a interação que tem tido conosco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com relação à Senadora Ana Júlia, gostaria de saber por que não nos avisou, já que mora na mesma cidade e a poucos metros de distância. Por que não me disse: Senador Flexa, V. Ex^a não vai poder participar da missão por isso? Não precisa nem me chamar de Senador, porque somos amigos de infância. Seria o mínimo.

Em segundo lugar, quero levantar uma questão de ordem. Gostaria de saber do início da Comissão: regimentalmente, qual a proporcionalidade partidária de sua formação. É a questão de ordem que levanto.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia. Quero apenas dar um testemunho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Pois não. Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É apenas para dar um testemunho ao Senador Flexa Ribeiro. Hoje pela manhã, Senador, no primeiro momento em que me encontrei com a Senadora Ana Júlia, também tomei satisfações a esse respeito. Vi pelo jornal, pela mesma fonte que V. Ex^a. O que a Senadora me afirmou foi que nada disse aconteceu. Houve um exagero, uma má interpretação da fonte que informou a história ao jornal.

Só estou esclarecendo essa situação para dar o meu testemunho. Deposito minha confiança na Senadora Ana Júlia. Tenho certeza de que S. Ex^a não faria esse tipo de coisa propositadamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora, é pior ainda. V. Ex^a não está ajudando sua companheira de Partido. Se ocorreu, S. Ex^a deveria ter-me avisado para que eu pudesse fazer parte da missão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Flexa Ribeiro, se permitirmos que a Presidente desta Comissão faça o relato do que ocorreu neste final de semana, S. Ex^a poderá esclarecer os fatos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Quero colocar em votação fazermos, em um primeiro momento, esse relato de forma pública. Depois, para discutir, faremos uma reunião fechada. Poderemos encaminhar os trabalhos. Coloco em votação a questão, já que não há um consenso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não há consenso. A partir do momento em que houver uma questão fechada, poderemos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A questão é aberta ou fechada? Para mim é aberta o tempo todo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Há uma proposta de que seja aberta o tempo todo; há uma proposta de que seja parcialmente aberta. Até pelas informações que existem, proponho que seja parcialmente aberta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, por favor...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Júlia, V. Ex^a é Presidente e nos informa o que aconteceu. Se em algum momento V. Ex^a quiser dizer algo só para os membros da Comissão, V. Ex^a pedirá e pronto. Não é preciso votar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Certo.

Então a reunião será parcialmente aberta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por favor, inicie o relato.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Vou começar.

Inicialmente, quero responder à questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro com relação à proporcionalidade.

Esta Comissão não tem, regimentalmente, o poder de julgar sua legalidade. Foi uma Comissão definida pelo Presidente do Senado, da Casa. Foi previamente estabelecida, seus membros foram indicados. Portanto, qualquer questionamento deverá ser feito à Mesa do Senado, que é o órgão competente para isso. Nenhuma comissão decide por sua própria legalidade. Não cabe à Comissão. Certo, Senador?

Vamos iniciar. Serei breve.

Depois que fomos a Altamira e a Anapu, soube-mos que o advogado do fazendeiro Vitamiro Moura, conhecido como Bida, mostrou interesse – inclusive fui informada disso pelo Senador Eduardo Suplicy. S. Sª propôs que fizéssemos um contato. Assim o fizemos. A primeira pessoa a falar foi o próprio Senador Eduardo Suplicy.

Depois de umas duas semanas, concordou em falar e nos fez algumas ponderações. Acreditávamos que convenceríamos o advogado da importância de se entregar à polícia, assim como foi com o Tato, que já tinha feito uma negociação com a Polícia Civil para se entregar. Isso aconteceu no Estado do Pará.

Houve essa conversa, ele disse que faria isso, mas fez restrições, dizendo que sóalaria, inicialmente, comigo e com o Senador Eduardo Suplicy, que sabia disso também. Decidimos, então, que o ouviríamos e, depois, faríamos o relato para outros membros da Comissão.

Falou quais eram as suas preocupações. Tivemos apenas um encontro antes, que não foi possível de ser feito aqui em Brasília nem com todos os demais Senadores. Comuniquei ao Senador Demóstenes Torres, Relator, que ele havia ponderado que não gostaria de falar para pessoas que tivessem uma ligação próxima ao Governo do Estado. Foi explícito e não escondeu isso em momento algum. Até falei que a imprensa usou um termo errado, porque não fiz declaração alguma no sentido de que o Senador Flexa Ribeiro não poderia participar disso, uma vez que é Senador, Vice-Presidente, eleito, inclusive por nós, portanto, faz parte da Comissão e de todas as decisões e deliberações sobre o relatório, sobre os procedimentos e sobre as audiências públicas. Portanto, isso, na verdade, foi um exagero que não partiu de mim. Vi vários órgãos de imprensa veiculando essa declaração, que não é minha.

Dito isso, o importante era fazer uma ação no sentido de que aquela pessoa que, no nosso entendimento, é um dos indiciados pudesse estar atrás das grades, como está.

Fizemos esse contato, avisei o Senador...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Só para prestar um esclarecimento, Senadora Ana Júlia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – No último dia do nosso trabalho aqui no Senado, que deve ter sido quarta-feira, V. Exª me procurou e disse: “Olha, há uma possibilidade de que o Bida se entregue, mas quer que uma comissão do Senado esteja presente. Ele não quer alguém que seja ligado ao Governo do Pará!” Ainda disse a V. Exª: se não

quiser a minha presença, também não tem problema algum. Por quê? Porque o importante é que seja preso, que se entregue. Não vejo qualquer problema nessa direção!

Muito bem! No sábado à noite, V. Exª ligou para mim e também para o Senador Eduardo Suplicy, dizendo que, no outro dia, essa prisão poderia acontecer, por volta das nove horas da manhã. Não havia qualquer possibilidade de, saindo de Goiás, chegar lá em avião de carreira, nem com o Senador Eduardo Suplicy. Consultamos essa possibilidade. Tentamos encontrar um avião da Aeronáutica ou algo semelhante que pudesse nos levar; também não conseguimos!

Imediatamente, liguei para V. Exª e para o Senador Eduardo Suplicy e disse que me sentia plenamente representado por V. Exª, Senadora! Não havia problema de espécie alguma! Depois V. Exª nos faria um relato, tentando não dar qualquer espécie de conotação política a isso. Mesmo porque, agora, a revista **Veja** também tem um caso rumoroso a respeito do qual não me interessa fazer qualquer exploração política. Se uma pessoa diz que vem ao Senado falar, ou não vem ao Senado, se uma comissão sair daqui para ouvi-lo, ele vai dizer o que supostamente sabe sobre um determinado caso. Então também não vejo exploração nem quero dar conotação política a isso. Tanto é que não faço barulho, não faço discurso. O que devo fazer é por requerimento.

Sei muito bem o desejo de V. Exª naquele momento, senti isso nas confabulações que tive, especialmente com o Senador Eduardo Suplicy, porque acredito que o Senador Sibá Machado, a Senadora Serys Shlessarenko e a Senadora Fátima Cleide não foram acionados também; se foram, não puderam comparecer por alguma dificuldade.

O Senador Flexa Ribeiro, sem qualquer diminuição da sua capacidade, é um companheiro valoroso, aguerrido e defensor do seu Estado. Temos que reconhecer isso publicamente. Sabemos que a situação é muito grave, que o Estado do Pará, assim como a União, historicamente, têm problemas e devem para aquela área, não especificamente os governos de hoje, mas o Estado.

Penso que não devemos politizar mesmo essa questão. A questão é tão grave que não podemos pensar em hipótese alguma em tentar politizá-la. Não sei qual foi a repercussão, se alguém tentou se aproveitar disso politicamente, se saiu alguma nota tentando diminuir a participação do Senador Flexa no Estado, mas basta comprovar, pegando as notas taquigráficas e as gravações que foram feitas, que a participação de V. Exª é bem acentuada e positiva em relação ao seu

Estado e ao esclarecimento da situação. V. Exª estava presente em todos esses momentos.

De sorte que, em relação ao último episódio, na minha opinião, desejável era que o mandante fosse preso, e ele foi preso. Não me diminuiu o fato de eu não poder estar lá, acredito que a nenhum outro membro da Comissão, e quero deixar aqui, de público, pelo menos da parte do Relator e, acredito, da Presidência, a importância que V. Exª teve nesta Comissão para o esclarecimento dos fatos, porque esteve inquirindo pistoleiros e intermediários. Se, por último chega um mandante e fala: “Eu não quero que nenhum Senador esteja presente para que eu me entregue”, isso não é problema de V. Exª, mas do pistoleiro. É até bom que o pistoleiro não tenha qualquer espécie de relacionamento com o senhor ou com qualquer um de nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Deixem-me apenas continuar o relato. Quero agradecer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria apenas de esclarecer, Srª Presidente, fazendo um parêntese, Senador Demóstenes, que o que eu busco é apenas, e tenho certeza que o seu relatório fará isso, justiça para com o Estado do Pará. E sei que, com o relatório, V. Exª fará isso.

Com relação A SRA. Presidente, eu fiquei mais aturdido do que estava quando iniciei a questão de ordem. A Senadora me mostrou aqui o Regimento, o que é questão de ordem. Eu só queria entender o seguinte: V. Exª disse que não tem fundamento a notícia do jornal, que não houve aquele fato, que o Bida não teria... porque o jornal **Folha de S. Paulo** dá o nome do policial que disse que o Bida teria dito que a condição era que eu não estivesse na missão, por ser ligado ao Governador Simão Jatene. V. Exª disse que não houve isso. Foi o que eu entendi?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador, V. Exª me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Lógico. Eu quero só entender se houve isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada. Primeiro, em nenhum momento nós falamos com o Bida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, eu quero saber se houve isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – O que houve foi exatamente o que eu falei, que o Senador Demóstenes confirmou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não entendi. O que houve?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – O Senador Demóstenes confirmou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Em outras palavras, porque eu não fui avisado da missão?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Porque, como eu falei e o Senador Demóstenes confirmou aqui, o advogado não foi em nenhum momento; nós só conhecemos o Bida quando ele foi preso. Ele disse que não queria, e foi uma condição que avaliamos não geraria nenhum tipo de problema. Foi isso que o Senador Demóstenes mencionou. V. Exª está registrando que não se sente representado. É um direito. Os outros...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, eu não me sinto representado, não. Eu pensava que mereceria pelo menos...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador, eu não falei para a imprensa. Em nenhum momento expressei à imprensa e jamais citei o seu nome, tanto que não diz que fui eu que falei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então eu mereceria da Presidência pelo menos um telefonema, dizendo: vai haver a missão, e o Senador não pode ir, porque foi vetado pelo advogado, por ser amigo do Governador do Estado do Pará. Pelo menos isso, e não tomar conhecimento pela imprensa de que fui vetado pelo Bida.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, permita-me dizer umas breves palavras.

Pelo que a Senadora Ana Júlia relatou, vamos tratar as coisas com muita transparência e respeito para com V. Exª.

Pelas informações que chegaram da parte do advogado do Tato e depois do Bida, que conversou com a Senadora Ana Júlia, poderia ter havido alguma convivência da parte de pessoa ligada à Polícia Civil. Isso causou preocupação, porque os responsáveis pelo assassinato da Irmã Dorothy, ou que de alguma forma saltem... Nós ainda não sabemos tudo, em que medida o fazendeiro Bida foi o principal mandante, se houve outros. Isso está sendo objeto da averiguação, do questionamento e pode, inclusive, demandar um pouco mais de tempo dos nossos trabalhos. Ambas as polícias estão questionando, arguindo o fazendeiro Bida e averiguando se porventura houve qualquer convivência de alguém, mas nós sabemos, inclusive pela atitude que V. Exª está tendo aqui, que V. Exª, tanto quanto eu, a Senadora Ana Júlia ou o Senador Demóstenes, qualquer de nós, quer simplesmente o

estabelecimento da verdade. E vamos colaborar para que isso realmente venha a ocorrer.

Penso que o que a Senadora Ana Júlia e o Senador Demóstenes explicaram, houve de fato essa preocupação do advogado ao dizer: “Será que de fato eu posso falar as coisas? Se, de repente, houver, no esclarecimento, qualquer coisa que signifique convivência de alguém, pode ser simplesmente de pessoa, da Polícia Civil ou não?” Isso levou à Senadora Ana Júlia alguma preocupação, mas nós sabemos da intenção do Governador e de V. Ex^a de que as coisas sejam apuradas inteiramente, toda a verdade.

É com esse espírito que proponho a V. Ex^a que possamos prosseguir no trabalho, sabendo, pela atitude do nosso Relator, que o que vamos apreciar e aprovar será com o propósito de descobrir, desvendar, a verdade inteira sobre a responsabilidade do assassinato da Irmã Dorothy Stang, bem como – e V. Ex^a muito bem tem ressaltado a nossa solidariedade – dos outros crimes que foram cometidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem todo o meu apoio; o seu equilíbrio faz com que possamos concordar com tudo. Eu já lhe disse que tenho confiança no nosso Relator, na sua competência e no seu poder de justiça. Só para repor uma verdade no que foi dito aqui, um dos que já foram presos – e quero inclusive parabenizar A SRA. Presidente –, o último dos envolvidos no assassinato, que era o mandante, o Bida, que todos nós queríamos ver preso, está preso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas é capaz de haver outros; é isso que precisamos saber.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É, outros envolvidos nos crimes...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Proponho que façamos a reunião fechada a partir de agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para o que vou dizer, não precisa fechar ainda. Depois que V. Ex^a usar da palavra pode fechar.

Senador Eduardo Suplicy, outros envolvidos nos crimes correlatos, que desde o primeiro instante venho dizendo que tínhamos que investigar, mas foi dito aqui...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – E da própria Irmã Dorothy, talvez haja outros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Também. A Senadora Ana Júlia Carepa, que assistiu ao depoimento do Bida, poderá nos esclarecer.

O Tato não fez nenhuma negociação na sua prisão. Ele estava foragido e foi preso; não negociou com polícia, não negociou com ninguém. Ele foi simples-

mente preso. Se houve negociação para a prisão, foi somente com o Bida; os outros três foram presos, não houve negociação antes.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Então vamos ouvir a Senadora, antes que o Ministro Antonio Palocci chegue.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Solicito que a partir de agora façamos a reunião fechada, porque senão não poderei mencionar outras questões atinentes a situações que estão sob sigilo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, o Senador Eduardo Suplicy e todos nós queremos ouvir o Ministro Antonio Palocci, então poderíamos remarcar esta reunião para outra data.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Solicito que a partir de agora esta reunião seja fechada. Eu queria, ainda, que continuássemos a reunião, então poderíamos deliberar, porque previamente teremos que adiar, inclusive, ou prorrogar. Temos uma situação aqui...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, Senadora Ana Júlia Carepa...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Então, quero continuar, mas só posso fazê-lo, Senador, se for fechada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a quer que tomemos uma decisão, o que se faz em sessão aberta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – É pelo seguinte: três membros desta Comissão fazem parte da CPML da Terra, que estará viajando amanhã à noite para o Estado do Pará, inclusive para aprofundar as investigações, o que nós – o Senador sabe disso – não temos o poder de fazer, pelo caráter desta Comissão. Então, se considerarmos conveniente, pergunto a V. Ex^a, inclusive, que é o Relator, se concordam ou não que adiemos por conta desse problema, senão teremos que, de hoje para amanhã, votar. Eu queria apresentar essa questão, porque ela envolve... Se entendermos que poderemos votar até amanhã... Eu preferia que votássemos até amanhã. Queria até mencionar isso, mas para deixar, democraticamente, Senador Flexa Ribeiro...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Em nome dessa harmonia que existe no Estado do Pará, desses dois grandes representantes, a Senadora disse que tem algo a relatar que é sigiloso, que não pode ser relatado em público. Então S. Ex^a faz o relatório. Se considerarmos conveniente, poderemos designar alguns membros da Comissão para ir até lá, não para aprofundar a investigação, mas para ouvir o que têm a dizer. Talvez só o relato da Senadora seja

suficiente, talvez, pelo que S. Ex^a apresentar hoje, posamos adiar essa votação para amanhã, para depois, para daqui a mais uma semana. O relatório está pronto e discutiríamos alguma coisa, o que querem que retire ou inclua no relatório, quais são as sugestões. É isso que precisamos saber, para dar um norte, porque o pré-relatório foi distribuído previamente, todos já têm conhecimento, e alguns – ou todos – que quiserem fazer comentários a respeito poderão fazê-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Demóstenes Torres, eu gostaria de, corroborando a proposta da Presidenta, pedir a sua compreensão quanto ao adiamento da votação e à prorrogação da Comissão, porque, de ontem à noite para hoje, surgiram novos fatos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ótimo, V. Ex^a pode relatar os fatos e vamos entender...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com certeza absoluta, teremos que ouvir novamente pessoas que já foram aqui trazidas e ouvidas. Creio que a Senadora Ana Júlia Carepa, no depoimento do mandante ou do possível mandante, o que só poderemos afirmar depois de julgado... O Bida deve trazer novas informações que constarão do seu relatório. Em seguida, nos outros crimes que ocorreram ao mesmo tempo, tive informações que ligam diretamente o assassinato da Irmã Dorothy ao assassinato dos colonos que ocorreram ao mesmo tempo e estão entremeados por pessoas ligadas entre eles. Então, teremos que fazer essas acareações, essas oitivas novamente. Ou seja, não há como votarmos um relatório com fatos que estão surgindo e que surgirão a partir dessas novas...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Gostaria de solicitar à Secretaria que determine as medidas cabíveis para que a reunião se torne reservada, porque o que vou dizer agora me dá esse direito, como Presidente e pela responsabilidade que temos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Devemos ter razão para isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco PT – SP) – Proponho a V. Ex^a que isso seja feito em outro horário.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Mas a prorrogação é só para discutir o relatório, e não poderia ser para outra coisa.

Já está pré-convocada a reunião para as 15 horas, para discutir o relatório. Vamos continuar a discussão. Estou pedindo à Secretaria que determine as medidas para que a reunião se torne reservada, até pela responsabilidade que assumi nesses procedimentos.

(Torna-se reservada a reunião)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES, AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 11ª Reunião realizada em 30 de março de 2005

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Demóstenes Torres, Serys Shessarenko e Sibá Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”. Presente também a Suplente de Senador, Senhora Sandra Melon de Paula, não membro. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião, comunicando ao plenário que a presente reunião destina-se a dar continuidade à discussão do Relatório Final desta Comissão Externa. A Senhora Presidente colocou em votação a Ata da reunião anterior que foi considerada aprovada. A seguir a Presidência solicita à Secretaria da Comissão que tome as medidas necessárias para que a referida reunião seja transformada em caráter reservado. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Parlamentares: Senador Demóstenes Torres, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ana Júlia, Senador Eduardo Suplicy e Senador Sibá Machado. Ao reabrir os trabalhos da reunião, A Senhora Presidente coloca em votação o Relatório, que é previamente aprovado e convoca nova reunião para as treze horas e trinta minutos, do mesmo dia, para a leitura oficial do Relatório e posterior entrega ao Presidente do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Irani Ribeiro*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com

os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião em caráter reservado da Comissão Externa, criada mediante o Ato nº 8, de 2005, do Presidente do Senado Federal, com o objetivo de acompanhar, como observadora, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Esta reunião se destina à continuidade da discussão do relatório final e posterior votação.

Indago aos Srs. Senadores se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 29 de março do corrente, ou se poderemos considerá-la aprovada.

Os Srs. Senadores que concordarem queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

A ata está aprovada.

Ontem nós fizemos uma reunião com a duração de mais de quatro horas, quando fizemos um grande esforço quanto ao relatório. Hoje iríamos discutir apenas as questões que não tinham ficado acordadas ontem. Fizemos um acordo para que fossem refeitas; algumas alteradas e outras excluídas.

O fruto desse acordo que foi feito nos foi enviado de madrugada. Tive a oportunidade de ler o relatório que vamos discutir agora. Acredito que ele esteja fiel ao acordo que fizemos, inclusive retirando todas as críticas, qualquer coisa que pudesse ser utilizada amanhã na defesa dos assassinos e dos mandantes acusados nesse inquérito sobre a morte da Irmã Dorothy. Aliás, é muito prudente essa posição.

Neste momento, solicito à Secretaria da Comissão, por iniciativa do próprio Relator, Senador Demóstenes Torres, que examine se tudo está conforme o acordo e tome as providências para que possamos fazer esta reunião de forma reservada. Às 13h30 viríamos apenas para ler e aprovar o relatório.

Neste momento poderia ficar apenas uma pessoa da assessoria de cada Parlamentar, apenas para nos ajudar a fechar esse relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Conforme já discutimos aqui, quero colocar em votação o brilhante relatório feito pelo Senador Demóstenes, com a participação de todos.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Hoje à tarde, faremos a leitura das partes principais, como já foi acordado aqui também, entregaremos ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o encami-

nharemos também aos diversos órgãos do Governo Federal e do Governo Estadual, para que as conclusões da nossa Comissão possam ser utilizadas, de modo que daremos uma contribuição para o fim da violência e da impunidade, para que haja uma regularização fundiária, enfim, todas as ações importantes para que fatos como esse não mais ocorram no nosso Estado nem no Brasil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Eu só pediria que a versão definitiva fosse distribuída para todos, inclusive para a imprensa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Será só no horário mesmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É porque há correções. Poderíamos examinar a adequação da parte de sugestões, porque há alguma coisa em que o verbo tem que ser colocado no infinitivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senador, há sugestão quanto à criação de varas, por exemplo, na Justiça Federal, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sugiro que V. Exª marque uma audiência às três horas com o Senador Renan Calheiros, antes que S. Exª saia para abrir a Ordem do Dia. Assim teremos ainda uma hora e meia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Há alguma sugestão da Assessoria? Não? Então, previamente aprovado o relatório, vamos fazê-lo oficialmente hoje à tarde, numa reunião aberta.

Não havendo mais nada a tratar, encerro neste momento a reunião, convocando todos para estarem aqui às 13h30 para a leitura do relatório.

(Levanta-se a reunião às 10h37min)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE
ATO Nº 08, DE 2005-SF, DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL, COMPOSTA
POR OITO SENADORES, COM O OBJETIVO
DE ACOMPANHAR, COMO OBSERVADORES,
AS INVESTIGAÇÕES QUE VÊM SENDO
DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL
E PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
E APRESENTAR AO SENADO FEDERAL,
NO PRAZO DE TRINTA DIAS, RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO SOBRE O ASSASSINATO
DA MISSIONÁRIA DOROTHY STANG.

Ata da 12ª Reunião realizada em 30 de março de 2005

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

da Senadora Ana Júlia Carepa e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado, membros; reúne-se a Comissão Externa, criada mediante Ato nº 08, de 2005-SF, do Presidente do Senado Federal, “com o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, Relatório Circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang”. Presente também a Suplente de Senador, Senhora Sandra Melon de Paula, não membro. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a reunião comunicando ao plenário que a presente reunião será pública e destina-se a leitura, discussão e votação do Relatório Final desta Comissão. A Senhora Presidente colocou em votação a Ata da reunião anterior que foi considerada aprovada. Informa que na reunião anterior, realizada pela manhã, foi aprovado o relatório com pequenos ajustes ao texto. Comunica ainda que a Comissão já está funcionando há pouco mais de 40 dias. A seguir, agradece aos demais pares pela relevante contribuição em especial ao Relator Senador Demóstenes Torres, na elaboração do Relatório Final da Comissão. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Ana Júlia, Eduardo Suplicy, Siba Machado e Luiz Otávio. A Senhora Presidente coloca em votação o Relatório, que é aprovado por unanimidade. Finalizando agradece nominalmente a cada um dos membros que contribuíram para a conclusão dos trabalhos desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos da Comissão e, para constar eu, *Irani Ribeiro dos Santos*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, que, neste momento, será pública, para que nós possamos fazer a leitura do relatório. Numa reunião desta Comissão pela manhã, em caráter reservado, aprovamos esse relatório, fazendo ajustes de textos e de alguns termos.

Antes de passar a palavra ao Relator, queria dizer que hoje estamos há pouco mais de 40 dias de funcionamento desta Comissão. Não poderia deixar de agradecer a todos os Senadores que fazem parte desta Comissão e que contribuíram para que houvesse tantas audiências públicas e diligências, ouvindo tantas pessoas. Agradeço a atenção de todos os Sena-

dores, fazendo referência também ao nosso Relator, Senador Demóstenes Torres, que contribuiu, e muito, com o seu relatório circunstanciado, para virarmos a página da história e construir um novo momento no Brasil, em particular no Estado do Pará, onde o fim da impunidade é a principal meta. Com isso daremos passos importantes para o fim da violência. V. Ex^a, que é Promotor de Justiça, sabe que a impunidade incentiva a violência, então quero parabenizá-lo pelo que produziu. E tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros, quando lhe entregarmos o relatório, às 15h30min, também ficará feliz.

Agradeço a todos os funcionários e assessores, inclusive os que vieram de diversos órgãos para nos ajudar, todos os funcionários da Comissão e da Casa que nos ajudaram, ficando muitas vezes até a madrugada, porque esta Comissão recebeu e produziu muitos documentos.

Fazendo esse agradecimento, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Antes de a Presidente passar a palavra ao Relator, gostaria de, como Vice-Presidente desta Comissão, fazer os meus agradecimentos, enaltecendo o trabalho do nobre Senador Demóstenes Torres na relatoria, o que permitiu que o relatório fosse aprovado pela unanimidade dos Senadores participantes da Comissão Externa.

Agradeço aos funcionários desta Casa que nos auxiliaram, aos assessores de outros órgãos que também deram a sua colaboração, aos assessores dos nossos gabinetes, aos nossos pares, Senadores que compuseram a Comissão, os quais, com a sua inteligência e participação, nos auxiliaram aqui.

Como Vice-Presidente, procurei me portar como o Senador Marco Maciel, sem trazer qualquer preocupação ou problema à Senadora Ana Júlia, para que a Comissão pudesse levar o seu trabalho a bom termo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Foi um exemplo de harmonia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com certeza absoluta, esta Comissão, tendo o Senador Suplicy, com a sua forma conciliatória de atuar, a sua inteligência e a sua competência, não poderia deixar de aprovar esse relatório por unanimidade.

Pediria à Senadora Ana Júlia que a próxima comissão visasse o desenvolvimento e a geração de emprego e renda no Estado do Pará, que não voltássemos mais a tratar de homicídios, de investigação de

mortes, que evitássemos essa imagem negativa, porque o nosso Estado não merece ter a mídia nacional focada nessa página lamentável em que a imprensa nacional coloca o Estado do Pará.

Não vejo a mídia nacional mencionar o Estado quanto às coisas positivas que nós realizamos. Somos os maiores produtores de minérios e de óleo de palma do Brasil, temos a maior bacia hidrográfica do País, temos o maior volume de água doce do mundo, temos a maior floresta tropical do mundo e uma potencialidade que provoca uma migração, gerando uma expectativa que faz com que irmãos brasileiros de outras regiões venham ao nosso Estado, o que demanda uma resposta do Governo do Estado na área de saúde, de educação, de segurança que não pode ser totalmente atendida, porque a nossa vocação é exportadora. Como todos sabemos, não podemos exportar impostos nem ter o retorno de tributos necessários para atender à demanda.

Então peço o apoio da nossa Senadora Ana Júlia à proposta que o Governador Simão Jatene apresentou ao Ministro Palocci, relativa à Lei Kandir e à compensação dos tributos não compensados nas exportações do Estado do Pará.

Agradeço novamente a colaboração de todos em sua participação nesta Comissão Externa e parabeno o Senador Demóstenes Torres pelo brilhante relatório, pela sua competência e inteligência ao apresentar um relatório que mereceu a aprovação de todos os Senadores de quatro partidos, sendo cinco do PT, um do PMDB, um do PFL e um do PSDB. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Feita a intervenção do Senador Flexa, passaria a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para que faça a leitura dos pontos principais do relatório, conforme acordamos na reunião da manhã, quando ele foi lido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Fátima Cleide, Senadores Luiz Octávio, Serys Slhessarenko e Sibá Machado, como bem disse a Senadora Ana Júlia Carepa, o relatório é muito extenso, será entregue ao Presidente e distribuído à imprensa. Ontem demoramos quatro horas, quase cinco, na sua leitura e discussão, até que pudéssemos afinar nossos pontos de vista. Acabamos adentrando pela madrugada, muitos Senadores fizeram a leitura do relatório que mandei por e-mail para todos, hoje pela manhã nos reunimos, discutimos novamente e chegamos ao entendimento de que o relatório deveria ser feito dessa forma.

Como foi feito o relatório? Ele relata desde a criação da Comissão à origem dos problemas agrários e

fundiários no Pará, o problema ambiental, o que levou à criação dessa situação que possibilitou um grande número de assassinatos no Pará, especialmente em razão da questão fundiária, passa pela atuação da Irmã Dorothy naquele Estado, e até antes um pouco, pela sua atuação no Brasil como um todo, fazemos uma análise da atuação das polícias no Pará, da atuação da Polícia Federal, da atuação pretérita ao assassinato, da atuação louvável na condução dos inquéritos e na elucidação dos delitos, o papel desta Comissão, as viagens que fizemos e, finalmente, as soluções que temos a apresentar para a resolução desse problema.

A Comissão foi exitosa, porque foi criada para acompanhar as investigações relativas ao assassinato da Irmã Dorothy. Durante esse período de acompanhamento, fizemos com que todos os delinquentes apontados inicialmente fossem presos: os dois pistoleiros, um intermediário, um dos mandantes, conseguimos uma confissão num depoimento em Altamira que pode levar a um desdobramento fabuloso, porque há a possibilidade de ter havido um consórcio para a realização desse e de outros assassinatos na região. Ou seja, estamos puxando esse fio da meada e clamando aos governos, ou melhor, ao Estado, em seus diversos níveis, que tome providências para que esses fatos efetivamente não aconteçam mais.

Se fôssemos ler o relatório na sua íntegra, demoraríamos algo entre três a quatro horas, então fizemos um resumo. Vamos ler apenas as partes principais, conforme acordado com a Comissão, pela manhã.

Então diria o seguinte, lendo apenas as partes principais: a criação da Comissão Externa, pelo Ato nº 8, de 2005, está fundamentada nos arts. 74 a 76 do Regimento Interno do Senado Federal, e tem o seguinte teor:

“O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 75 do Regimento do Senado Federal, tendo em vista o assassinato a tiros da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, ocorrido no último dia 12 de fevereiro, na cidade de Anapu, Estado do Pará, onde trabalhava há vinte anos na defesa dos trabalhadores rurais e do meio ambiente, e considerando a intensa repercussão que o crime teve no âmbito nacional e internacional, resolve:

Art. 1º. Criar a Comissão Externa, composta de oito Senadores, para acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar” – isso, inclusive, foi retificado posteriormente para incluir a Polícia Civil, que é quem faz a investigação – “do referido

Estado e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o ocorrido.

Art. 2º. Designar para integrar a mencionada Comissão as Sr^{as} e os Srs. Senadores Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Luiz Octávio, Demóstenes Torres, Serys Slhessarenko e Sibá Machado.”

Objetivo:

É fundamental ressaltar que o objetivo desta Comissão é o de acompanhar a perseguição penal que está sendo realizada pelas autoridades policiais e judiciais competentes e dar uma notícia dela ao Senado Federal e à opinião pública, por meio de um relatório final circunstanciado.

Essa missão está expressa no ato de criação e vincula, sem exceções, as atividades do colegiado de Parlamentares. Não é papel da Comissão realizar investigações autônomas com valor judicial, atribuições que cabem constitucionalmente às autoridades referidas. Sua tarefa tem características eminentemente políticas, conduzida por representantes políticos, cujo papel se releva justamente porque dá esse caráter a atividades que muitas vezes alguns setores pretendem reduzir a querelas menores ou individuais.

Não obstante isso, seria improvável que tal colegiado de Senadores da República se esquivasse de opinar com profundidade sobre os fatos da investigação e, portanto, de contribuir, mesmo que indiretamente, para o andamento das investigações e o desvendamento do caso.

Histórico da Comissão.

Reuniões:

A Comissão funcionou do dia 17 de fevereiro de 2005 a 30 de março de 2005, após ter seu prazo prorrogado por esse período, realizou mais de dez reuniões, sendo uma delas na Câmara Municipal de Anapu e as demais no Senado Federal, sendo delas cinco audiências onde foram escutadas várias pessoas que não vou mencionar.

Além dessas audiências, a Comissão entrevistou, na Superintendência da Polícia Civil de Altamira, os Delegados responsáveis pelos inquéritos: Drs. Valdir Freire e Marcelo Luz, da Polícia Civil, e Dr. Walame Machado, da Polícia Federal, e os presos acusados do crime: Raifran das Neves Sales, Clodoaldo Batista e Amair Feijoli da Cunha.

Viagens:

A Comissão realizou uma viagem a Altamira e a Anapu, no Estado do Pará, no dia 28 de fevereiro de 2005, com a presença dos Senadores Ana Júlia

Carepa, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. O percurso foi feito em avião da Força Aérea Brasileira, de Brasília a Altamira, e em helicóptero do Exército Brasileiro no trajeto Altamira/Anapu.

Em Altamira, como exposto no subitem anterior, a Comissão dialogou com os delegados responsáveis pelos procedimentos policiais e interrogou os presos acusados do crime; em Anapu, a Comissão realizou uma reunião na Câmara dos Vereadores, onde foram escutadas várias pessoas que estão mencionadas no relatório.

Histórico dos Conflitos na Região de Altamira e Anapu:

É preciso dizer que, desde o Século XVII, há imensos conflitos na Região Amazônica, mas eles se agravaram especialmente na década de 70, no Governo Médici, porque ali, sob o lema de “Uma Terra sem Povo para um Povo sem Terra”, o Governo fez o assentamento de 100 mil famílias pobres, quase sempre nordestinas, dentro de uma faixa de terra que compreendia a Transamazônica e a BR-173.

Muitos documentos foram dados precariamente e acabaram sendo “esquentados” ou ampliado o montante de hectares, especialmente nos cartórios do Pará.

Em decorrência também da demanda contínua da madeira brasileira, o Estado do Pará sofre a cada ano uma perda em média de 0,5% da sua floresta, o que é causa de cobiça por parte de pessoas inescrupulosas.

Há também indicadores severos de que o trabalho escravo, a biopirataria e uma série de outros crimes aconteçam na região.

O Município de Anapu foi criado mais recentemente, mas tem como origem, na década de 60, os chamados contratos de alienação de terras públicas – CATPs, que foram celebrados entre o INCRA e particulares. Esses contratos acabaram sendo utilizados no que o Governo anteriormente chamou de reforma agrária, fazendo com que ali se constituísse um povoado que se transformou nesse Município.

Desde 1999, tentam-se implantar ali projetos de desenvolvimento sustentável, com acentuado cunho social, que servem para que se faça o assentamento de pequenos produtores, a fim de que trabalhem em conjunto e também para que consigam fazer a exploração da área ao mesmo tempo em que há um manejo adequado da floresta e uma preservação ambiental.

Há, na região, várias invasões e desmatamentos criminosos. É óbvio que a maior indústria de pistola-gem do Brasil se sedia ali e há um comércio bastante intenso e ilegal de terras públicas.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP)
– V. Ex^a está...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Estou fazendo um resumo. Já estou na página 17.

Relatamos o caso da Gleba Manduacari, na Fazenda Cospel. Esse caso é notório, porque há interferência de praticamente todos os atores envolvidos nesse grande esquema de grilagem de terra, de utilização indevida das forças policiais, do mau gerenciamento por parte dos órgãos públicos estaduais e federais dessa questão.

As pessoas foram retiradas várias vezes, algumas por intervenção judicial, outras por interveniência pura e simples da polícia, sem qualquer determinação judicial, com conivência de alguns funcionários do INCRA, até que, no dia 27 de fevereiro do corrente, os posseiros caminharam rumo a Anapu, enfrentaram a guarita que foi colocada, acabaram invadindo a terra e foram novamente expulsos.

A atuação de Dorothy Stang, seu assassinato e as investigações.

Resumo biográfico da Missionária:

Nascida na cidade de Dayton, Estado de Ohio, Estados Unidos, em 1931, filha de Herman Henry Stang e Edna May McCloskey, Dorothy May Stang era a filha mais velha de uma típica família norte-americana de oito irmãos, de classe média.

Ingressou na Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, em 1948.

Formada em História, com concentração em Ciências e Pedagogia, pela Universidade de Belmont, na Califórnia, pós-graduada pelo Instituto dos Padres Jesuítas, do Rio de Janeiro, em 1974, com sua experiência na área de ensino, foi professora de crianças camponesas, filhos de famílias assalariadas migrantes do México, de 1956 a 1966. Em agosto de 1966, chegou ao Brasil, com visto permanente, que carregou até a sua naturalização como brasileira.

Estudou a Língua Portuguesa no Rio de Janeiro, logo que chegou, em dezembro de 1966. Foi para Coroatá, Maranhão, a convite de D. Mota, Arcebispo da Arquidiocese de São Luís, onde ficou até dezembro de 1973. Lá trabalhou com famílias sem-terra, na organização da Ação Católica Rural e sindicatos de trabalhadores rurais.

Trabalhou com jovens rurais por meio do movimento Jovens, Ação Católica e na organização de escolas municipais no meio rural.

Em janeiro de 1974, a convite de D. Estevão, Bispo da Diocese de Marabá, foi para Abel Figueiredo, no Pará, onde ficou até o final de 1977. Nessa localidade, desenvolveu trabalhos com famílias de imigrantes e posseiros, por meio dos movimentos de educação

de base do Governo e organizou escolas primárias no meio rural.

Fez parte da criação da Comissão Pastoral da Terra, no Pará, em 1976, em que participou até a sua morte.

Em junho de 1977, foi para o povoado de Arraia, hoje Jacundá, e ficou até abril de 1982. Lá trabalhou com posseiros das terras da União, na nova estrada. Recebia orientação da CPT e promovia a cada ano um curso de formação, com duração de dez dias em Abaetetuba, Pará, onde eram discutidas e estudadas as leis sobre o uso da terra, com a participação de sociólogos, teólogos e economistas.

Em novembro de 1982, a convite de D. Erwin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu, passou a ser membro da equipe da Pastoral, iniciando os seus trabalhos na Transamazônica. Fixou residência no Centro de Formação Nazaré, na área pastoral entre o Rio Anapu e Balsa, no Belo Monte.

A colonização dessa área ocorreu de forma diferenciada dos demais municípios da região, tendo sido loteada pelo INCRA até no máximo dois quilômetros da rodovia, sendo o resto do território dividido em lotes de 500, 1.000 e 3.000 hectares, formando as Glebas Bacajá, do lado sul da rodovia, e Belo Monte, do lado norte.

Parte desses lotes foi licitada e alienada na década de 70 para pessoas do Sul e do Sudeste do País, quando o Governo Federal tinha uma grande campanha de ocupação da Amazônia. Por outro lado, poucos desses licitantes vieram para a região e cumpriram os seus contratos com o órgão licitador.

Paralelo a isso, as pessoas foram chegando, entrando mata adentro, abrindo picadas e se apossando das terras de forma espontânea. É comum encontrar até hoje famílias que moram há mais de vinte anos na terra, que, por sua vez, está licitada e alienada em nome de pessoas que nunca vieram à região.

Seu primeiro trabalho foi investir na educação, criando cursos de formação de professores de primeiro e segundo graus. Trabalhou na construção das escolas pobres das seguintes localidades: Vila Nazaré, Vila Anapu, Km 130, Vila Sucupira, Vila Nova Canaã e Centro Nazaré, através de convênios com o INCRA.

Iniciou a organização dos trabalhadores em associativismo, criando, em janeiro de 1986, a Associação Pioneira Agrícola da Transaleste – ASPAT, primeira associação de trabalhadores rurais da Transamazônica e participou do grande trabalho para a emancipação política da Vila de Anapu, culminando com o plebiscito de 3 de dezembro de 1995, sancionado em 27 de dezembro do mesmo ano.

Com a emancipação da Vila Anapu, continuou na luta para que projetos fossem elaborados e realizados e trabalhou pela organização dos trabalhadores em grupos. Implantaram-se sete grupos com máquinas de beneficiar arroz e moer milho, criou-se a revenda central e oito revendinhas com as mulheres trabalhadoras rurais, no intuito de ajudar os esposos com os produtos de primeira necessidade. Daí nasceu o Movimento de Mulheres Lutadoras de Anapu.

Lutou, através de outros projetos, pela garantia da sustentabilidade dessas organizações, sendo, então, elaborado o projeto demonstrativo, que foi aprovado e financiado pelo PPG-7 e, com o movimento mais organizado, deu-se um passo à frente, buscando a criação e implantação da mini-indústria de frutas, apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria da Amazônia, criando-se também a Associação Ecológica e Solidária de Frutas da Amazônia.

Junto com os movimentos sociais de Anapu, vinha, desde 1997, solicitando ao INCRA a criação de projetos de assentamento adequados para a conservação da Amazônia, como é o caso dos PDS. A esses projetos, dedicou todo o seu tempo e energia, mesmo aos 70 anos de idade, pois visava evitar os conflitos fundiários, a grilagem e o comércio de terras públicas, e dar terra para os homens e mulheres que queriam tirar seu sustento e conservar a natureza.

Em entrevista concedida a um jornal do Acre lhe foi perguntado se estava recebendo ameaças de morte, tendo respondido: “Sim, ameaça de morte não só a mim, mas também às outras lideranças e a expulsão de posseiros das terras são freqüentes”, conforme foi constatado pelo Desembargador Gersino José da Silva, Ouvidor Agrário Nacional, na audiência pública realizada no dia 26 de setembro de 2003, em Anapu. “Hoje sou ameaçada de morte publicamente por fazendeiros e grileiros de terras públicas”, como foi visto por todos que presenciaram a conferência popular realizada em Altamira, onde estava presente também o Ministro do Desenvolvimento Agrário e tantas outras autoridades. “Mesmo assim, tiveram a ousadia de ameaçar-me e pedir a minha expulsão de Anapu, tudo isso só porque clamo por justiça. Agradeço a Deus esses anos riquíssimos de aprendizagem, a amizade com o povo. Apaixonada sou pela sinceridade. Partilho hospitalidade, resistência, firmeza e disponibilidade. Só peço a Deus a sua graça para continuar nesta caminhada, lutando para que o povo tenha sempre uma vida mais igualitária e que nós aprendamos a respeitar a criação de Deus.”

A Missionária norte-americana Dorothy Stang, de 73 anos, não tinha intenção de fazer revolução em Anapu. Há 30 anos na Amazônia, o seu trabalho atual

era para assentar 600 famílias em lotes de 100 hectares e implantar projetos de desenvolvimento sustentável.

Foram inúmeras as ameaças de morte contra a Irmã norte-americana, da mesma forma que foram incontáveis os pedidos de proteção às autoridades por e para integrantes do Ministério Público Federal e Estadual, da Magistratura do Pará e de representantes parlamentares.

Em 15 de junho do ano passado, o Procurador da República Felício Pontes Júnior encaminhou o Ofício nº 0315/2004 ao Secretário Especial de Defesa Social do Estado do Pará, Noel Santino Nascimento Júnior, com cópia à Superintendência da Polícia Federal, pedindo proteção à vida da Missionária.

Quatro meses depois, antes de Dorothy ser fuzilada, a Juíza da Vara Agrária de Altamira Daniele Burheim pediu, via ofício, à polícia do Pará que fornecesse proteção à Irmã.

Alguns dias antes de ser assassinada, houve o encontro com o Ministro Nilmário Miranda, a quem relatou as ameaças.

Vale ressaltar que a Irmã Dorothy Stang jamais pediu ou aceitou integrar os Programas de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita, afirmando sempre que a proteção mais eficaz seria aquela que se estendesse a toda a comunidade.

O Crime:

A Irmã Dorothy Stang foi assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005, um sábado, por volta das 7h30 da manhã, quando caminhava pela estrada vicinal que corta a área rural do Município de Anapu, conhecida como PDS Esperança. Esse local, situado a 40 quilômetros em linha reta do centro da cidade, é mantido pelo INCRA, com a participação organizada da comunidade de agricultores.

Na ocasião do crime, a religiosa se fazia acompanhar de um agricultor integrante da comunidade. Ele foi a única testemunha a presenciar o homicídio e está sob proteção policial desde então.

A Missionária havia se deslocado ao PDS no dia anterior ao do crime, com o objetivo de se reunir com os agricultores, para tomar decisões sobre os rumos do projeto. Eles discutiram, entre outros temas, sobre a construção de uma sede para o projeto e sobre as divergências com os fazendeiros e outros possuidores não assentados que se opõem a essa forma de ocupação da terra.

No dia em que chegou ao assentamento, 11 de fevereiro, sexta-feira, por volta do meio-dia, Dorothy estava acompanhada de várias pessoas amigas. Ela foi a um determinado lote, localizado a 150 metros da margem da vicinal que atravessa o PDS, para falar com pessoas que ali se encontravam, entre elas

Amair Feijoli da Cunha, conhecido por Tato, Clodoaldo Carlos Batista, chamado de Eduardo, e Raifran das Neves Sales.

Ao chegar ao local, Dorothy Stang informou aos presentes que aquela área, o Lote 55, estava *sub judice*, Processo 2003/39010014690, da Vara da Justiça Federal de Marabá. Por isso sugeria que ali não fosse construída qualquer benfeitoria, como pretendia Tato, que se dizia proprietário da terra.

Tato se alterou no momento em que a freira disse que os associados do PDS haviam decidido construir ali a sede da coordenação do projeto. Tato reagiu, dizendo, então, grosseiro, que ninguém entraria naquela área. Caso contrário poderiam se preparar para carregar “corpo de peão” nas costas, proferindo, em seguida, uma série de palavras de baixo calão, dirigidas à Missionária.

Pelas circunstâncias em que o assassinato ocorreu, acredita-se que os acontecimentos de sexta-feira anterior ao crime, quando Dorothy enfrentou Tato, Raifran e Clodoaldo, foram o estopim para definir sua sentença de morte, tanto que, naquela mesma noite do dia 11, Raifran, acompanhado de Clodoaldo, se dirigiu ao barraco onde Dorothy dormiria para matá-la, só não o fazendo em virtude de não tê-la encontrado na moradia.

Inconformados, Raifran e Clodoaldo caminharam cerca de 200 metros, naquela mesma noite, até a frente do barraco do agricultor chamado João, no intuito de encontrá-la. Todavia, novamente, não puderam consumir a sua intenção, porque havia uma lâmpada na frente da moradia que os dificultaria manterem-se ocultos, embora já houvesse uma rota de fuga previamente definida, com destino ao barraco de Tato. Além do que, no depoimento, informaram que não teriam conseguido divisá-la corretamente em meio aos outros moradores, no barraco.

No início da manhã seguinte, sábado, 12 de fevereiro, Raifran e Clodoaldo já estavam espreitando a Missionária nas imediações do barraco em que ela passara a noite. A espera não demorou muito. Por volta das 7h30, os dois avistaram-na em conversa com um homem identificado pelo apelido de Maranhão. Ao afastar-se de seu interlocutor, Dorothy encontrou com os dois homicidas e passou a reafirmar tudo o que havia lhes dito no dia anterior, ou seja, que a área pertencia aos agricultores, mostrando-lhes o mapa da gleba.

Diante da insolência de Raifran, Dorothy pegou a Bíblia que costumava carregar na bolsa e leu alguns trechos para os dois. As últimas palavras que o criminoso dirigiu à Missionária foram: “Se a senhora não resolveu esse problema até agora, então não vai resolver mais”.

Nesse momento, Dorothy estava de costas para o assassino. Ele a chamou, fazendo-a ficar de frente, e efetuou o primeiro disparo, que atingiu o abdômen da religiosa. Ao cair de bruços, Dorothy Stang recebeu mais cinco tiros nas costas e na cabeça, disparados a curta distância.

Enquanto isso, Clodoaldo assistia e assentia com gestos a execução, sentado em um tambor de combustível, a poucos metros de distância.

Consumado o crime, os dois saíram correndo pela mata, rumo à fazenda de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. A propriedade fica a cerca de cinco quilômetros de distância do local do crime.

Os criminosos permaneceram ali até o dia seguinte, 13 de fevereiro, domingo, quando continuaram a empreender fuga pela mata, até serem capturados pela polícia.

Tato foi preso no dia 19 de fevereiro, Raifran Sales, no início da noite do dia 20 de fevereiro de 2005, e Clodoaldo Carlos Batista, na noite do dia seguinte, 21 de fevereiro. Mais de um mês depois, no dia 27 de março, Bida se entregou à Polícia Federal.

Os acusados Clodoaldo Carlos Batista...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me, Senador.

V. Exª foi primoroso na descrição de todos os fatos relativos ao crime, mas há um pequeno trecho que me parece relevante que não ouvi. Faço a sugestão, se V. Exª considerar adequada, pois nós ouvimos da testemunha – e creio que foi confirmado pelos pistoleiros – que, quando ela resolveu tirar a Bíblia da bolsa, antes de ler os dois trechos, ela teria dito: “Esta é a única arma que eu tenho”.

Como isso faltou no seu relato, eu acredito que seja um ponto relevante. É a sugestão que eu formulo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Pode ser incluído, por mim não há problema algum.

Diante da insolência de Raifran, Dorothy pegou a Bíblia que costumava carregar na bolsa, dizendo: “Esta é a única arma que eu tenho”, e leu alguns trechos para os dois.

Vamos incluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sugiro acrescentar isso, mas a frase precisa está no depoimento que nós ouvimos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – É verdade. “Esta é a única arma que eu carrego.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Clodoaldo Carlos Batista, Eduardo ou Du, nasceu na cidade de Afonso Cláudio, Espírito Santo,

em 4 de novembro de 1974. É lavrador, casado, residente no Travessão do Mercosul, Lote 55, fazenda do Tato, no Município de Anapu.

Até os vinte anos de idade, Clodoaldo morou em sua cidade natal, trabalhou na lavoura de café, na fazenda de Davi Majeski e para a SRA. Marilza Feijoli da Cunha, irmã de Tato.

Mais tarde, foi para Vila Velha, Espírito Santo, onde reside sua mãe. Nessa cidade, trabalhou como jardineiro e bombeiro hidráulico até os 28 anos de idade. No final de 2003, retornou a Afonso Cláudio, onde foi convidado por Tato para trabalhar em uma chácara na localidade de Monte Santo, em Altamira, Pará.

No início de 2004, foi trabalhar com Tato em uma fazenda dele, situada em Belo Monte, onde se dedicava ao cultivo de cacau.

Raifran das Neves Sales nasceu na cidade de Sítio Novo, então Estado de Goiás, em 3 de maio de 1976, residente atualmente na cidade de Altamira.

Embora ainda jovem, já morou em vários municípios de diferentes Estados. Primeiro na cidade de Arame, no Maranhão. Em seguida, resolveu aventurar-se no Estado do Mato Grosso, na cidade de Peixoto de Azevedo, onde trabalhou na lavoura. Transferiu-se para Sinope, no mesmo Estado, de onde retornou para Peixoto de Azevedo. Nessa cidade, juntou-se com uma mulher e teve um filho, separou-se e foi morar na cidade de Matupá, também no Mato Grosso, onde conseguiu emprego numa fazenda.

No Estado do Pará, radicou-se inicialmente na localidade de Carro Velho, situada a 45 quilômetros da Vila de Castelo dos Sonhos, onde constituiu muitos amigos. Em menos de um ano, naquela cidade, resolveu pedir dispensa do emprego. Com o dinheiro, veio procurar a sua mãe, de nome Raimundinha, na cidade de Altamira, com quem passou a residir a partir do mês de outubro de 2004.

Nessa cidade, conheceu Laércio, que o apresentou a Tato, para quem passou a trabalhar como empregado rural, em uma fazenda situada em Belo Monte, no Travessão do Cneque, na Roçagem de Juquira, mata secundária, ganhando R\$15,00 por dia.

Amair Feijoli da Cunha, Tato, natural de Afonso Cláudio, Espírito Santo, comerciante, casado, nascido em 25 de maio de 1968, residente em Anapu.

Até o ano de 2000, Tato morou em sua terra natal. Mudou-se para o Pará e inicialmente fixou residência no Município de Xinguara e ali permaneceu por cerca de um ano e um mês, migrando, em seguida, para Altamira.

Ao chegar a essa região, Tato comprou um lote de terra na localidade de Belo Monte, no Travessão Paquicama, a seis quilômetros da Transamazônica.

Vitalmiro Bastos de Moura, Bida. A prisão do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura envolveu duas semanas de intensa negociação entre o Advogado Augusto Septímio, Senadores da República e a Polícia Federal. Ao se entregar, Bida não ofereceu resistência, mas fez algumas exigências, entre elas a de ser mantido preso na sede da Superintendência da Polícia Federal em Belém e de ter a presença de um juiz de direito e um promotor de justiça, os quais avaliaram o acordo.

O fazendeiro foi preso em uma estrada vicinal da Rodovia Transamazônica, conhecida como Açurini, distante 20 minutos de helicóptero de Altamira.

Valdir Moura, irmão de Vitalmiro, foi quem intermediou as negociações, indicando o local onde Bida deveria se entregar.

Com a prisão de Vitalmiro, as investigações abrem espaço para outros suspeitos ligados à grilagem de terras na região oeste do Pará.

Relatório sobre a perseguição penal:

As investigações foram feitas pelas Polícias Civil e Federal, com o apoio da Polícia Militar e do Exército para operações de busca e apreensão.

Três acusados de envolvimento no crime: Clodoaldo Batista, Raifran Sales e Amair Cunha estão presos no Complexo Penitenciário de Americano, no Município de Santa Isabel, do Pará, região metropolitana de Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não é Santa Isabel; saiu errado aqui.

Na verdade, Americano fica...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É em Santa Isabel sim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Eu só queria fazer uma correção: eram dois juízes e dois promotores, mas o principal é que eram o juiz e o promotor do feito também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura foi indiciado como mandante do crime e foi preso no dia 27 de março, como descrito anteriormente.

Os trabalhos da perseguição penal foram iniciados por volta das 13 horas do dia do crime, a partir do conhecimento da ocorrência, cuja notícia foi levada à Delegacia de Anapu pelo Sr. Jair Silva Lopes, um dos assentados do PDS.

Imediatamente, foi informado o Superintendente Regional de Xingu, Dr. Pedro Monteiro, em Altamira, que se incumbiu de transmitir a notícia ao Delegado-Geral da Polícia Civil em Belém, para que este adotasse providências no sentido de enviar reforço policial para iniciar a busca dos suspeitos e outras atividades auxiliares.

Ainda no mesmo dia do crime, foi enviada para Anapu uma equipe composta de dois delegados de polícia, três investigadores, um médico legista, um perito criminal, um auxiliar técnico e ainda o Coordenador de Comunicação Social do Governo do Estado. Nos dias subsequentes, esse efetivo foi gradualmente reforçado.

No dia do crime, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Superintendente do INCRA se deslocaram para o Município, assistidos pela Polícia Federal, e agendaram reunião naquele mesmo dia, às 21 horas, a fim de definir a estratégia de atuação de cada órgão policial nas suas respectivas esferas de competência, com o objetivo de esclarecer o crime.

Por volta das 18h30, chegou à sede do Município o corpo da religiosa, conduzido pelos policiais locais que foram os responsáveis pela adoção das medidas preliminares, relativas ao levantamento do local do crime, inclusive o registro fotográfico.

Naquela ocasião, foi trazida à sede do Município uma importante testemunha presencial da execução, o agricultor que a acompanhava, cujo depoimento foi esclarecedor e permitiu que as investigações avançassem rapidamente. Serviu de base para a propositura de prisões preventivas dos quatro principais envolvidos.

Na mesma noite do dia do crime, a autoridade policial de Anapu manteve encontro com a Ministra do Meio Ambiente. Na ocasião, ela solicitou, em nome da Presidência da República, que a apuração do crime fosse feita de forma conjunta entre a Polícia Civil e a Polícia Federal, com o auxílio da Polícia Militar, de modo que o esclarecimento da autoria ocorresse o mais rapidamente possível.

Ao final do encontro, a Ministra manteve contato telefônico com o Governador do Estado, Simão Jatene, para ratificar o pedido. O Chefe do Executivo assegurou à Ministra Marina Silva todo o empenho dos órgãos policiais estaduais na apuração do fato.

Na manhã do dia seguinte, 13 de fevereiro, o corpo da vítima foi preparado por médico legista do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e encaminhado à capital do Estado para necropsia e demais exames necessários.

Após a notícia do assassinato, que teve grande repercussão nacional e internacional, instaurou-se o Inquérito Policial nº 2968/2005, coordenado pelos Delegados Valdir Freire e Gilvandro Furtado, além do Delegado de Anapu, Marcelo Luz.

Enquanto as investigações foram avançando, foi possível fazer correções na qualificação e individualização das condutas de alguns dos suspeitos que haviam sido erroneamente identificados no primeiro momento, chegando-se aos quatro nomes relacionados anteriormente. Essas correções foram levadas ao

conhecimento da autoridade judiciária em tempo hábil, para a devida correção nos decretos de prisão.

Foram ouvidas 18 testemunhas e confeccionados os retratos falados que facilitaram a prisão dos suspeitos.

No decorrer das investigações, além das prisões preventivas dos acusados, foram também solicitadas interceptações telefônicas e quebra de sigilo telefônico de diversas linhas. Diligências e buscas foram efetuadas nas localidades de Pau Furado, Travessão do Km 120, Belo Monte, divisa entre Anapu e Vitória do Xingu, Município Senador José Porfírio, Travessão do Santana, PDS Esperança, Travessão Maduacari, entre outras localidades.

Nessas áreas, foram montadas barreiras policiais e efetuadas revistas, o que resultou na localização do veículo de propriedade de Vitalmiro Bastos de Moura, Bida, uma Mitsubishi L-200, ano de 2004, encontrada guardada na sede da fazenda do Sr. Délio Fernandes, em área que faz limite com a propriedade de Bida. O veículo permanece apreendido na Delegacia da Polícia Civil de Anapu. Foi nessa camionete que Bida empreendeu a fuga logo após o crime, segundo se pode comprovar pelo depoimento das testemunhas, além das declarações dos indiciados.

Amair Feijoli da Cunha, o Tato, por intermédio de seu advogado, manifestou às autoridades policiais o desejo de se entregar para se defender das acusações que lhe eram imputadas, e o fez às margens da Rodovia Transamazônica, no dia e hora combinados, quando recebeu voz de prisão, que foi acatada de forma resignada.

Um dia após a prisão de Tato, por volta das 18h30, ocorreu a prisão de Raifran das Neves Sales, às margens da Transamazônica, no Km 92. Nesse momento, transitava de motocicleta no local a testemunha Geraldo Magela de Almeida Filho, que reconheceu o indiciado Raifran e o denunciou às Polícias Civil e Militar. Imediatamente, os policiais se deslocaram até o ponto e o prenderam sem resistência.

Por razões de segurança, ele foi transferido para Altamira, em helicóptero do Exército.

Em decorrência das investigações e das declarações de Raifran, Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, foi localizado em Belo Monte, no Km 70 da Transamazônica, sendo preso e conduzido também a Altamira.

Foram mantidos contatos com a Comissão Externa, por meio de sua Presidente, do Advogado do procurado Dr. Augusto Septímio, o qual manifestou seu interesse em apresentar o seu cliente, em face de haver mandado de prisão expedido em desfavor do mesmo pelo Juiz Estadual, desde que algumas condições fossem cumpridas: que o Vitalmiro ficasse

detido na custódia da Polícia Federal e imediatamente submetido a interrogatório e que seu cliente fosse acareado com os demais acusados.

Tendo em vista que as condições apresentadas não poderiam ser cumpridas unicamente pela Comissão do Senado, pois dependeriam da anuência das outras autoridades públicas, foi realizada reunião na sede da Superintendência da Polícia Federal em Belém, no dia 19 de março de 2005, onde estavam o Superintendente da Polícia Federal, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Delegado de Polícia Federal Anderson Souza Daura, um assessor da Comissão, dois juizes de direito, sendo um deles a autoridade judicial da Comarca de Pacajá, dois promotores de justiça, um deles o oficiante no caso, e o Delegado Regional Executivo da SRDPF-PA, além do advogado do procurado e do irmão do mesmo, Valdir Bastos de Moura.

Nessa reunião, foram aceitas pelos presentes as exigências feitas pelos representantes do procurado. Em 26 de março de 2005, foi realizada a segunda e última reunião para concretizar a rendição de Vitalmiro Bastos de Moura. Essa reunião contou com a participação do Delegado da Polícia Federal Anderson Souza Daura, da Senadora Ana Júlia Carepa, do irmão do procurado Valdir Bastos de Moura, do advogado do mesmo e do Delegado Regional Executivo da Polícia Federal, Dr. Freitas.

Foi ratificada pelo advogado a vontade de Bida se entregar às autoridades federais e disse que o seu irmão, Valdir, indicaria o local.

Diante do contexto, foi mantido contato com as Forças Armadas, pois o local onde Vitalmiro estava escondido, que posteriormente veio a se saber, situava-se próximo a Altamira, em área de difícil acesso.

A FAB disponibilizou, no horário das seis da manhã do dia seguinte, 27 de março, a aeronave para as diligências reclamadas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Peço para incluir o nome, naquela expressão: “quando foram mantidos contatos com a Comissão, Dr. Augusto, através da sua Presidente” e do Senador Suplicy também. Só acrescentar o Senador Suplicy.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Acrescentar, por favor, o Senador Eduardo Suplicy.

Por volta das seis horas do dia 27, partiu da base da Força Aérea, em Belém, em um avião caravan, da FAB, com destino à cidade de Altamira, o mesmo grupo acima mencionado, acrescido do Delegado da Polícia Federal Walame Machado, presidente do inquérito federal que apura o crime, e de um repórter da Rede Globo.

Por volta das doze horas do mesmo dia, partiram em helicóptero do Exército, dirigindo-se ao local indicado pelo irmão do procurado, a cerca de vinte minutos de voo de Altamira.

No local, o procurado se apresentou e foi levado inicialmente a Altamira. Em seguida, a Belém, onde está preso na sede da Polícia Federal. Por decisão da Justiça, seu processo tramitará em separado do dos outros três, buscando maior celeridade.

Ainda no dia da prisão, em seu primeiro depoimento perante o Delegado Walame Machado, da Polícia Federal, Vitalmiro delineou fatos da sua vida e sobre o crime em si pouco acrescentou ao que já havia sido investigado. Negou ter prestado qualquer auxílio pessoal ou material a Raifran e Clodoaldo após o assassinato de Stang, negou também ser o mandante da morte da freira.

No mesmo dia 27 de março de 2005, mediante o compromisso das autoridades de que o conteúdo de suas declarações não fosse levado a público, Vitalmiro foi novamente interrogado. Na presença de seus advogados, de representantes do Ministério Público, da Presidente desta Comissão, Senadora Ana Júlia Carepa, Vitalmiro declinou o nome de outras pessoas que estariam também envolvidas na morte da missionária. A nova versão, mantida em sigilo, apresentada por Vitalmiro certamente propiciará às autoridades policiais, judiciais e do Ministério Público fazer levantamentos que poderão alcançar mais pessoas envolvidas no crime em questão e em outros praticados por ou a mando de pistoleiros e grileiros da região.

É dever desta Comissão Externa ressaltar os resultados obtidos pelas forças policiais no rápido esclarecimento do homicídio do qual foi vítima Dorothy Stang e na prisão dos acusados pela prática do crime. A forma integrada de atuação das Polícias Federal, Civil e Militar do Estado do Pará influenciou decisivamente no êxito das investigações.

A imediata resposta do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos Federal e Estadual foi também de vital importância. São exemplos que devem ser seguidos.

O papel e a análise da Comissão Externa do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, Senadora Ana Júlia. Creio que eu só estava presente no dia 26 e, em estado de espírito, sentindo-me representado por V. Exª e por telefone, nos contatos que mantivemos. Mas, na reunião do dia 27...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, na reunião, não. Foi apenas no primeiro contato.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, no primeiro contato? Está bem, porque V. Ex^a me representou de fato naquela expedição para achar o...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É indubitável que a Comissão Externa do Senado Federal desempenhou um importante papel nesses momentos iniciais das investigações do bárbaro crime que abalou a opinião pública nacional e internacional, em razão não apenas da crueldade, mas por atingir uma das principais representantes da luta por um desenvolvimento da Amazônia socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

O homicídio foi, para além da hediondez de se balar friamente uma senhora indefesa de 73 anos, um atentado mortífero contra a idéia da ocupação racional da Amazônia, do respeito harmônico à natureza e ao ser humano, nos planos de assentamento na Floresta Amazônica.

Essa contribuição da Comissão Externa pode ser vista sob dois aspectos: em primeiro lugar, a Comissão desempenhou papel essencial de repercutir no âmbito federal as etapas investigativas posteriores ao crime, sem deixar que o episódio caísse em rápido esquecimento. Para tal, deu voz a todos os atores que participaram dos acontecimentos e promoveu uma reflexão que foi além dos fatos imediatos; envolveu todos os fatores, diretos e indiretos, individuais e coletivos, sociais e econômicos.

Em segundo lugar, de uma forma mais concreta, a Comissão teve a oportunidade de contribuir diretamente para os resultados das investigações tanto nas audiências com a testemunha-chave do crime, quanto, e principalmente, na entrevista com os acusados, na cidade de Altamira. Foi graças à Comissão que os acusados Raifran e Clodoaldo expressaram, da maneira mais explícita possível, o que lhes fora prometido por Amair Feijoli da Cunha e Vitalmiro Bastos de Moura logo após o crime: a contratação de um advogado que custaria de R\$50 mil a R\$100 mil para defendê-los e que, para tal, seria feita uma coleta entre apoiadores e amigos.

Ainda no mesmo interrogatório perante a Comissão, no Município de Altamira, Raifran e Clodoaldo lembraram que, nessa mesma conversa, horas após o homicídio, o mesmo Bida citou o nome do Prefeito de Anapu, Sr. Luiz dos Reis Carvalho, em seu rol de amizades. Não se lembraram do teor exato da menção, mas referiram que a fala saiu nesse contexto dos apoios a serem buscados. Tratou-se, sem sombra de dúvida, de uma contribuição essencial à investigação, porque firmou de maneira quase inafastável a tese de uma rede de suporte para o mandante do crime.

Todavia, de igual ou maior importância, no desempenho da Comissão podem ser consideradas as avaliações que foram produzidas ao longo das audiências, das entrevistas e da leitura dos documentos sobre o trabalho da Polícia Civil e Federal e demais autoridades de segurança.

Uma das informações mais importantes a serem registradas consiste na continuada desídia com que foram tratadas as denúncias sobre as ameaças de morte contra Stang e contra pessoas e sobre os conflitos agrários em geral.

Questionado oficialmente sobre esse assunto, o Secretário de Defesa Social do Pará, Dr. Manoel Santino, produziu um relatório para a Comissão, Ofício nº 066/2005 – Sede, de 15 de março de 2005, que só confirma as suspeitas de indiferença com as denúncias oriundas de trabalhadores, da relação dos procedimentos policiais relacionados a conflitos agrários instaurados nos Municípios de Anapu e Altamira entre 2003 e 2005, da qual constaram, segundo o Secretário, doze ocorrências. Apenas as duas relativas ao assassinato da Irmã Dorothy e outras duas a pretensos proprietários de terras dizem respeito à violência contra trabalhadores rurais, sendo as demais relativas a invasões de propriedade naquela região onde a propriedade é tão questionável, demonstrando assim o desbalanço da ação policial.

Durante o ano...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Essas doze ocorrências foram no Município de Anapu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Perfeitamente. Não está escrito dessa forma?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, fala em Anapu e Altamira. Tem que riscar Altamira daí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – "...da relação dos procedimentos policiais relacionados a conflitos agrários instaurados nos Municípios de Anapu e Altamira entre 2003 e 2005". O Município foi criado em 2004.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – O Município de Anapu? A delegacia foi instaurada em 2004, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Só um esclarecimento, Relator, baseado em documento oficial: "Relação dos procedimentos policiais relacionados a conflitos agrários instaurados nos Municípios de Anapu e Altamira, no período refe-

rente a 2003, 2004 e 2005”. Esse é o documento da Secretaria Especial de Defesa Social. Nós estamos copiando os dados do documento oficial.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Esse é exatamente o documento que veio, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está aqui, Senador. Eu não produzi o documento. Este foi o documento que chegou à Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É exatamente isso: ...instaurados nos Municípios de Anapu e Altamira, entre 2003 e 2005, demonstrando, assim, o desbalanço da ação policial.

Durante o ano de 2004, o Procurador Regional da República, Dr. Felício Pontes, endereçou quatro correspondências ao Secretário de Defesa Social, três à Polícia Federal, uma ao Corregedor-Geral da Polícia Militar do Pará e uma ao Ibama, algumas com referências explícitas às ameaças à Irmã Dorothy. A essas se soma também, no ano de 2004, uma carta de próprio punho da religiosa ao Procurador da República e muitos outros manifestos e cartas assinados pelos movimentos sociais.

A todas essas denúncias, a resposta contida no mesmo relatório citado acima, do Secretário de Defesa Social, afirma que, ao receber a demanda por proteção do Procurador da República, a Polícia Civil imediatamente adotou as medidas cabíveis, oferecendo, inclusive, à Irmã Dorothy proteção de vida. No entanto, a missionária sempre recusou a proteção pessoal, alegando que precisava de proteção para todos os seus seguidores.

Informa ainda que a missionária se recusava a cumprir as normas relacionadas à proteção prestada pelos órgãos de segurança pública, não aceitando integrar o Provita, Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, programa conjunto dos Governos Federal e Estadual, como se autoridade máxima de segurança pública estadual ignorasse a situação de desconfiança reinante entre os movimentos sociais e a polícia, alimentada pelas contínuas práticas de deslocamento de suas funções constitucionais para a proteção dos praticantes de grilagem e de outras formas de usurpação do poder e de bens públicos.

A um daqueles ofícios do Procurador Felício Pontes e à carta da Irmã Dorothy, a Polícia Militar do Estado do Pará realizou sindicância em 29 de outubro de 2004 e fez constar do relatório da operação a seguinte conclusão: “Diante das dificuldades de locomoção para o local onde houve o conflito, bem como foi proibida a entrada ou permanência de policiais em qualquer local de conflitos de terra por parte das autoridades de

segurança pública do Estado, ficou prejudicada uma melhor elucidação dos fatos”.

Ou seja, a própria autoridade de segurança pública estadual proíbe que os policiais desempenhem a sua função precípua, que é a de mediar e reprimir conflitos, promovendo a ausência deliberada dos agentes da segurança de onde eles são mais necessários.

Recuando no tempo, em agosto e em setembro de 2003, os movimentos sociais de Anapu, incluindo a assinatura de Irmã Dorothy, denunciaram com detalhes e autoria as invasões, violências e crimes nos lotes destinados aos PDS. Nesses documentos, estão descritas, lote por lote, as ações criminosas empreendidas.

Importante ressaltar que, na denúncia de setembro de 2003, assinada pelo então Vice-Prefeito Francisco de Assis dos Santos Souza e por Dorothy Stang, chamam a atenção para as derrubadas ilegais dentro das áreas dos projetos de desenvolvimento sustentável de Anapu, feitas por fazendeiros, grileiros e madeireiros, e diz que os principais responsáveis são: Délio Fernandes, Silvério Fernandes, Altair Geraldo Martins, Raimundo de Souza – JK, Ronivon Miranda de Souza, Marcos Lélis Felicíssimo da Silva, José Alves Sobrinho, Agildo, da Copam Madeira, e José Francisco Vitoriano.

No corpo do documento, na relação de denúncias, fazem constar, além de uma contra Luiz Ungarati, que teria expulsado 36 famílias do Lote 53, a seguinte, relacionada justamente ao lote pivô do crime: “O Sr. Nelson, conhecido como “Taradão”, vem fazendo grande derrubada no Lote 55. E, no Lote 44, onde existe um projeto falido da Sudam, o mesmo está derrubando 300 alqueires”.

Ou seja, em setembro de 2003, citam-se os atores que até hoje continuam na área, talvez membros de uma rede de suporte para a criminalidade, mas não é mencionado o Sr. Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, suposto mandante do homicídio contra Dorothy Stang, donde se conclui, a nosso ver, a comprovação de que Bida é um recém-chegado na área, provavelmente com o currículo de “limpador de fazendas”, adquirido em outra parte do Estado, e a existência de uma rede de interesses ligados entre si pelas práticas ilegais nas áreas dos projetos de assentamento.

Essa ausência do aparato estatal de segurança foi também denunciada com todas as letras por um representante do setor produtivo, o Sr. Laudi José Witeck, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra do Meio, que declarou, na audiência realizada na Câmara Municipal de Anapu, em 28 de fevereiro de 2005, que um dos maiores problemas na região é a ausência do Estado e, particularmente, das forças policiais. Essa omissão é extensiva ao Governo

Federal, que tem se ausentado de atribuições e promessas políticas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Teria que ser mais claro: que não cumpriu a promessa política de instalar a delegacia da Polícia Federal em Altamira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – ...que tem se ausentado do cumprimento de suas promessas políticas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E atribuições, porque ele não cumpre...

Outra observação, Sr. Relator, sobre o Sr. Laudi Witeck, que V. Ex^a cita como representante do setor produtivo: ele é grileiro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Quase todos lá são.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então não ponha aqui: do setor produtivo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Ele é Presidente da Associação dos Produtores Rurais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim, mas ficou claro, na audiência em Altamira, que ele disse que tomou posse da terra, não tinha ninguém, demarcou a área...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Vou colocar setor produtivo entre aspas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Fica melhor, até porque essa é uma realidade de quase todas as pessoas dali.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Na terceira linha do terceiro parágrafo da página 34, V. Ex^a mesmo, ao ler o “e”, percebeu que é “a”: “denunciar com detalhes a autoria das invasões”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É só uma correção de “e” para “a”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas como fica? Como representante...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Essa omissão é extensiva ao Governo Federal, que tem se ausentado do cumprimento de suas atribuições...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Havia isto: como, por exemplo, a instalação...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Isso é mais à frente.

Não há como fugir, portanto, da conclusão de que um dos fatores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Relator, como ficou a questão do setor produtivo?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Entre aspas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Menos mal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Não há como fugir, portanto, da conclusão de que um dos fatores mais importantes para a situação de conflitos generalizados, grilagens, assassinios, terror contra colonos na região é a crônica abstenção do Estado em prover os serviços básicos de segurança imparcial para as pessoas e para os bens públicos, como, por exemplo, a instalação de uma delegacia de Polícia Federal em Altamira.

Registre-se de outra parte que a Secretaria Especial de Estado de Defesa Social encaminhou documento, informando que, no período de 2003 a 2004, investiu o volume total de recursos da ordem de R\$887 milhões na área de segurança pública do Estado, dos quais...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Queria propor uma alteração, Senador. Queria que este “como, por exemplo” ficasse no parágrafo anterior.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Tanto faz, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Creio que não. Se não houver problema, eu gostaria que ficasse ali, porque fica mais claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Onde está isso?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – “que tem se ausentado de suas...” e até poderia colocar “promessas políticas”, como, por exemplo, a instalação de uma delegacia da Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Não tem problema algum.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não entendi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Estamos apenas deslocando...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Estamos deslocando isso para cá, porque tem uma relação direta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – ...que tem se ausentado do cumprimento de suas promessas políticas, como, por exemplo, a instalação de uma delegacia da Polícia Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mantém “promessas políticas”?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Exatamente. Estou propondo colocar aqui em cima, porque considero mais adequado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Por mim, não há problema.

Essa omissão é extensiva ao Governo Federal, que tem se ausentado do cumprimento de suas alianças e promessas políticas, como, por exemplo, a instalação de uma delegacia de Polícia Federal em Altamira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se retirar isso do parágrafo abaixo, ele não perde o sentido?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, pelo contrário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Vamos ler: Não há como fugir, portanto, da conclusão de que um dos fatores mais importantes para a situação de conflitos generalizados, grilagens, assassinios e terror contra colonos da região é a crônica abstenção do Estado em prover os serviços básicos de segurança imparcial para as pessoas e para os bens públicos.

Não muda nada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Creio que assim fica melhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E então, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tudo bem. Pode passar para o Estado em todas as suas... Aquilo que nós...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, Senador, creio que não. Já discutimos sobre isso umas cinco ou dez vezes, sei lá, mas são diferentes as situações.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Qual é a sugestão? O Estado em todos os seus níveis?

Mas sempre que o Estado está sendo citado é em todos os seus níveis mesmo. Por mim, não tem problema algum: Estado em todos os seus níveis.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Por que, aqui, neste parágrafo específico, entendo que não deveria constar?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Entendo que não deveríamos mudar nada; é V. Exª quem está sugerindo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Estou sugerindo isso porque fica melhor. Essa questão da segurança imparcial não ficou clara.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Se deixarmos como está, não haverá problema. Um problema gera outro problema. Então não muda nada, mas vem a velha briga do Pará.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deixem como está.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Também concordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não vai alterar em coisa alguma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está enfatizado como V. Exª queria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Eu mesma observei essa questão da instalação da delegacia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Vamos deixar da mesma forma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então em “se ausentar de atribuições e promessas políticas” deixa como está.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Isso, fica como está.

4.1 – A proposta de federalização.

Não vou ler a proposta de federalização, porque ela já foi pedida pelo Procurador-Geral da República, que tem competência constitucional para fazê-lo. Foi pedida ao Superior Tribunal de Justiça, e aqui fazemos um relato extenso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não vamos entrar em valor de juízo, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – V. Exª já leu isso mais cedo, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois é, só estou confirmando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não vamos entrar em juízo de valor, é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Juízo de valor, é.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Foi mencionado que o Procurador-Geral da República entrou com o pedido e que várias organizações fizeram esse mesmo pedido a várias autoridades, ao Ministro da Justiça, a esta Comissão, solicitando a federalização. Nós estamos relatando todo esse problema de inconfiabilidade da polícia na região, mas, no caso específico, ela agiu extremamente de acordo com a lei, elucidou o caso.

É mencionado aqui também um documento da CNBB, Regional Norte, que também faz essa exigência. É mencionado um documento da Associação dos Magistrados do Brasil, dizendo que não deve ser feita a federalização, e a resposta do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará na mesma direção.

De forma que já foi pedida a federalização; a nossa opinião pouco vale. E quem tem que decidir agora é o Superior Tribunal de Justiça.

Considerações Finais e Consolidação de Propostas sobre o Assunto.

Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda questão de redação. Na página 21, na biografia da Irmã Dorothy, no segundo parágrafo, linha 13, que diz: “paralelo a isso, as pessoas foram chegando, entrando de mata adentro”. Creio que a expressão em português é “entrando mata adentro”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É isso mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só para abrir o seu cuidado literário, Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – **Considerações Finais e Consolidação de Propostas sobre o Assunto:**

As principais conclusões alcançadas pela Comissão podem ser resumidas nos seguintes pontos, para os quais a Comissão solicita maior atenção do Poder Público e de toda a sociedade.

O esclarecimento do crime com a prisão dos executores e de um mandante não implica a descoberta de toda a cadeia de mandantes do crime e de uma rede de suporte às atividades criminosas contra a preservação da floresta e contra os assentamentos sustentáveis.

Ficou evidente, por todos os depoimentos e documentos, a necessidade do incremento das ações de segurança pública, inclusive com a atuação enérgica das Corregedorias Policiais e do Ministério Público, na sua função constitucional de controle da atividade policial, no combate aos desvios da atividade policial da região.

O assassinato de Irmã Dorothy e outras violências contemporâneas no Estado resultam claramente de reação de setores ligados à grilagem de terras e desmatamento ilegal contra políticas públicas que comecem a se implantar na região.

Medidas Imediatas:

– envidar esforços para a apreciação urgente da Medida Provisória nº 239/2005, que cria mecanismo de limitação administrativa para a exploração de madeira em áreas passíveis de se tornar unidades de conservação, permite ao Poder Público decretar interdições ao exercício de atividades causadoras de degradação ambiental em áreas passíveis de se tornar unidades de conservação por seis

meses, prorrogáveis por um período de mais seis meses;

– acompanhar a efetiva implantação das cinco unidades criadas, de conservação ambiental sob proteção da União;

– exortar as autoridades competentes a cumprir efetivamente o decreto que interdita por seis meses a exploração em 8,2 milhões de hectares de terras públicas federais, localizadas na margem esquerda da Rodovia BR-163, no Pará;

– solicitar urgência na apresentação do projeto de lei enviado ao Congresso Nacional para tratar das florestas públicas, com a criação do Serviço Florestal Brasileiro, órgão para administrar o setor, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, para financiar ações de preservação e exploração sustentável de florestas.

Medidas de caráter geral...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quanto a “exortar as autoridades competentes a cumprir efetivamente o decreto”, eu gostaria de fazer uma ressalva: que não impeçam o asfaltamento da BR-163. É lamentável que depois de o Presidente ter prometido à nação que cumpriria a promessa do asfaltamento no seu Governo, para que, pela interdição desses seis meses, ele não promova o descumprimento dessa promessa, que pelo menos façamos essa ressalva do asfaltamento. Que se cumpra a interdição da exploração, mas que não se impeça o asfaltamento, porque não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, só para esclarecer ao Senador Flexa que essa questão da interdição de florestas já foi um critério, justamente para fazer o acordo da pavimentação da BR-163.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A pavimentação está suspensa devido à interdição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Não, Senador, não é isso.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A interdição ocorrerá justamente por causa da pavimentação. O Senador precisa conhecer os termos do acordo da pavimentação. Da forma como está aqui está correto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Medidas de caráter geral sobre a política fundiária e de segurança pública no campo;

- gestionar junto ao Governo Federal para que promova a estruturação do INCRA, com o aumento dos recursos financeiros, materiais e humanos;
- sugerir a criação de varas agrárias federais e estaduais, por meio de resolução do Superior Tribunal de Justiça e de resolução do Poder Judiciário Estadual;
- sugerir a criação de promotorias e procuradorias agrárias, por iniciativa dos Ministérios Públicos Estadual e Federal;
- sugerir aos governos estaduais a criação de polícias judiciárias estaduais especializadas em conflitos agrários;
- cobrar da Polícia Federal que fiscalize de forma efetiva a atuação das empresas de segurança particulares em imóveis rurais e incremente as investigações correlatas ou conexas a questões fundiárias;
- sugerir às polícias judiciárias estaduais que sempre investiguem a origem das armas utilizadas nos crimes;
- sugerir à União e aos Estados que garantam o direito de propriedade de áreas produtivas e legitimamente destacadas do patrimônio público para o particular, que estejam cumprindo o disposto no art. 186 e seus incisos, da Constituição Federal: função social da propriedade;

Medidas para Anapu e o Estado do Pará:

- solicitar às Forças Armadas que permaneçam na região até o efetivo implemento das ações governamentais na região, com o conseqüente restabelecimento da tranquilidade pública;
- solicitar aos Ministérios Públicos que continuem a acompanhar as investigações que estão sendo feitas em autos suplementares, com vistas a apurar os desdobramentos do assassinato de Dorothy Stang e possível existência de consórcio com vistas a patrocinar este e outros crimes praticados no Pará;
- solicitar que o Ibama mantenha o processo de fiscalização na região de Anapu, principalmente nas áreas dos projetos de assentamento;
- solicitar que o INCRA combata com urgência a grilagem de terras públicas na região

de Anapu, sobretudo nas áreas dos projetos de assentamento;

- solicitar ao IBGE que faça a revisão da população de Anapu, considerando o grande número de famílias incorporadas ao Município nos últimos anos;
- solicitar o levantamento cartorial das áreas de pretensa propriedade particular que se localizem nos perímetros dos projetos de assentamento;
- solicitar que o INCRA agilize os processos de arrecadação das áreas dos projetos de assentamento que foram grillados por fazendeiros, madeireiros, empresários e funcionários públicos;
- solicitar ao Ministério da Justiça que implante segurança pública federal nos PDS, com operações de desarmamento em Anapu, para contribuir decisivamente para o fim da pistolagem na região;
- sugerir ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará que crie e instale a Comarca de Anapu;
- sugerir ao Governo paraense que instale a Defensoria Pública e a delegacia de polícia de investigação de crimes relacionados a conflitos agrários;
- sugerir ao Governo Federal que instale mais uma superintendência regional do INCRA no Estado do Pará;
- sugerir ao Poder Judiciário do Pará que instale varas agrárias privativas nas comarcas de Marabá, Santarém, Altamira e Castanhal, facilitando assim a especialização e agilização da prestação da tutela jurisdicional.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Isso está errado. Mesmo que exista formalmente, não podemos reafirmar no relatório que somos favoráveis à criação em Castanhal, que está a 70 quilômetros de Belém. Aqui seria Redenção. Creio que houve um engano.

Tudo bem. Vamos lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Solicitar ao Ministério da Justiça que transforme o Posto Policial Federal de Altamira em Delegacia da Polícia Federal;

- instar o Ministério da Justiça para que faça no menor prazo possível o repasse ao Estado do Pará dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e da verba específica no valor de R\$12.800 milhões, a serem aplicados na região do conflito;

– solicitar aos Governos Federal e do Estado do Pará que designem forças específicas para o cumprimento dos mandados de prisão expedidos pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Relator, há uma versão em que consta o valor de R\$12.800 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – S. Exª já leu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Eu acabei de ler.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – No documento consta o valor. Do nosso, não foi trocada ainda a última folha, mas S. Exª já leu o valor, Senador. Vamos continuar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Solicitar ao Governo do Estado do Pará, em primeiro momento, e, posteriormente, ao Ministério do Meio Ambiente que priorizem a conclusão do zoneamento econômico e ecológico do Estado.

Sala da Comissão Externa, aos 30 de março de 2005.

Demóstenes Torres, Relator; Ana Júlia Carepa, Presidente; Fernando Flexa Ribeiro, Vice-Presidente; Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Luiz Otávio, Serys Slhessarenko e Sibá Machado, membros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador Relator.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Quero ser muito breve e cumprimentar o trabalho tão bem feito do Senador Demóstenes Torres e o espírito de cooperação e harmonia que houve entre o Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e V. Exª, Senadora Ana Júlia, Senador Demóstenes Torres e todos nós, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, eu próprio e Luiz Otávio. Cumprimento o espírito que presidiu esta Comissão. Tenho a convicção de que a Comissão realizou um trabalho de grande importância, que está espelhado nesse relatório.

Quero fazer uma sugestão, Srª Presidente, no sentido de que, ao entregarmos agora ao Presidente do Senado o relatório, como consideramos que esse relatório seria feito em cooperação com a CPMI da Terra, convidemos de pronto para estarem presentes nessa cerimônia de entrega o Presidente Álvaro Dias, da CPI da Terra, e o Relator João Alberto.

Pediria, portanto, a V. Exª que solicitasse à Secretaria que a colocasse de pronto em contato com

ambos os Senadores, para que estejam presentes na cerimônia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Está certo. Faço a solicitação à Secretaria.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – Nós temos que assinar?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Vamos assinar um documento desse? Acredito que assinaremos um ofício agora, para entregar ao Presidente. Seria um ofício da Presidente da Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mas faltam onze minutos para as quatro. Temos dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Até porque havíamos marcado para as 15h30 com o Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mas S. Exª deve estar esperando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Acredito que sim.

Mais uma vez, na presença de outros Senadores, da imprensa e dos assessores, agradeço novamente ao Senador Demóstenes, aos Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Luiz Otávio, que contribuíram para que o papel desta Comissão fosse bem cumprido, de modo que agora possamos entregar o relatório.

E queria propor, Senador Demóstenes, que, além da CPMI da Terra, pudéssemos também entregar esses documentos, às autoridades públicas federais e estaduais, inclusive às Corregedorias de Polícia, pela situação que pudemos constatar. É importante mandar isso para contribuir com o fim da violência e da impunidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – E solicitar ao Presidente Renan que implemente essas sugestões todas, uma vez que a Comissão se encerra hoje.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, o Presidente está esperando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Quero apenas o ofício.

Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Apenas para parabenizar o Senador Demóstenes Torres, pelo brilhantismo do relatório, e dizer que o trabalho da Comissão vai contribuir, e muito, para o fim da impunidade e de toda essa violência que acontece não apenas no Pará, mas em toda a Amazônia. Penso que esse trabalho também contribuirá para que a alma de Dorothy Stang descanse em paz, finalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Apenas quero dizer a todos os Senadores, especialmente à nossa Presidente e ao nosso Relator, do trabalho que foi feito em tempo exíguo e do quanto foi trabalhado. Não pude participar da ida ao Pará, mas sei o quanto foi trabalhoso.

A Senadora Fátima já tocou na questão da superação da impunidade. Eu diria que há necessidade de se dar o máximo de visibilidade ao trabalho que foi feito aqui. As ações do Executivo foram bastante fortes, contundentes e apareceram muito.

Acredito que há necessidade de visibilidade em cada entrega para cada instituição dessas que A SRA. Presidente acaba de anunciar. Cada entrega deve ser

divulgada ao máximo, para que chegue ao conhecimento da população o trabalho do Senado e também para que sirva como espantalho para os assassinos e esses grupos que se consideram impunes.

Então, pelo fim da impunidade, há necessidade de se buscarem todos os mecanismos para a divulgação do trabalho desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa – Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Serys.

Quero encerrar esta reunião e os trabalhos desta Comissão, parabenizando, sim, a todos nós que concluímos em tão breve tempo um relatório circunstanciado tão bem feito como esse.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 15h53min)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

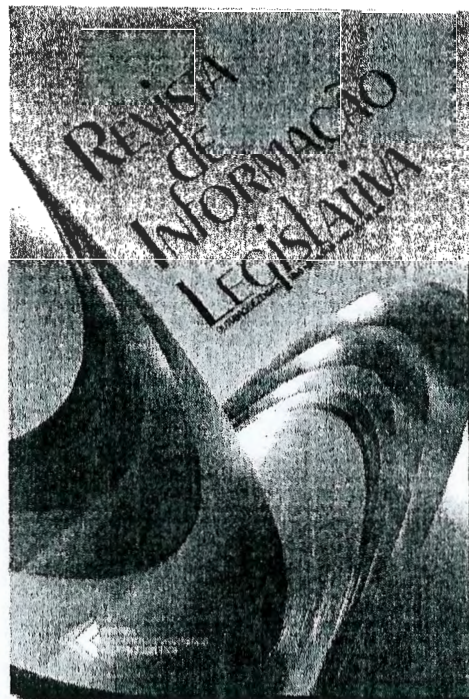
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS